UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS MODERNAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS
E LITERÁRIOS EM INGLÊS

CACILDA VILELA DE LIMA

A multimodalidade na conversa face a face em episódios de desacordo

Versão original

São Paulo
2017

CACILDA VILELA DE LIMA

A multimodalidade na conversa face a face em episódios de desacordo

Versão original

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos e Literários em Inglês, do Departamento de Letras Modernas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Leland E. McCleary

São Paulo
2017

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

L699m

Lima, Cacilda Vilela de

A multimodalidade na conversa face a face em episódios de desacordo / Cacilda Vilela de Lima ; orientador Leland Emerson McCleary. - São Paulo, 2017.

377 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Letras Modernas. Área de concentração: Estudos Linguísticos e Literários em Inglês.

1. Ações gestuais. 2. Expressões faciais. 3. Ações não verbais. 4. Estudos dos gestos. 5. Interação humana. I. McCleary, Leland Emerson, orient. II. Título.

LIMA, Cacilda Vilela de. **A multimodalidade na conversa face a face em episódios de desacordo.** Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Letras.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Dedico este trabalho ao meu amado esposo João Henrique, com muito amor, admiração e gratidão pelo seu incansável apoio, compreensão, carinho, presença, e, sobretudo, pela paciência nos meus momentos de crise ao longo da empreitada para a elaboração desta pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha mãe e a meu pai (*in memoriam*) por sempre terem instigado a minha curiosidade para conhecer os fenômenos do mundo. Agradeço imensamente a minha mãe por ter compreendido, nestes últimos anos, que eu precisava de tempo para me dedicar a esta tese e ter me desculpado pelas ausências terem sido maiores do que as presenças.

Agradeço a meu esposo por ter me dedicado tantas noites em discussões salutares a respeito do meu tema que, sorrateiramente, passou a fazer parte dos seus dias. Agradeço por seu suporte profissional ao me ensinar recursos tecnológicos que facilitaram a execução de muitas atividades referentes a esta tese. Agradeço por ter pacientemente me escutado reclamar da vida em inúmeras ocasiões, sempre me demonstrando o seu amor de variadas formas e me dando conforto e suporte emocional quando eu mais precisava.

Minha imensa gratidão ao meu orientador Prof. Dr. Leland Emerson McCleary por ter me acolhido como sua orientanda, pelos seus ensinamentos, por suas incontáveis contribuições e sugestões para a melhoria desta pesquisa, pelos desafios que me sugeriu, por sua paciência em me resgatar quando eu estava perdida ou indo por bifurcações que me distanciavam do propósito da pesquisa. Agradeço por suas leituras cuidadosas e correções de rumo excelentes. Agradeço por sempre me mostrar que é possível melhorar. Estar em sua companhia é uma experiência maravilhosa e enriquecedora que espero continuar a desfrutar por muito tempo.

Agradeço à Profa. Dra. Evani de Carvalho Viotti por sua generosidade, por sempre me encorajar, pelas inúmeras contribuições e incentivos para percorrer os caminhos deste estudo. Agradeço ao Prof. Dr. Tarcísio de Arantes Leite por ter sido uma inspiração para que eu me aventurasse na Análise da Conversa.

Meu agradecimento especial a Maria do Rosário C. Coelho e Gerson Gonçalves. Sem eles esta pesquisa não teria sido tão divertida e instigante quanto foi. Minha gratidão a Ana Luísa C. Gonçalves, Andréa Alencar, Ângelo L. S. Ferreira, Beatriz Lima, Carlos Rafael Meira, Emerson Rodrigo O. Cardoso, Guilherme C. Gonçalves, Isadora Lima, João Paulo da Silva, Julia S. P. Fernandez, L. L. S. G., Lucas B. Ciola, Pedro Silva, Rafael C. Veloso, Rejane e Renê Gustavo F. Martins pela gentileza de terem cooperado como participantes interacionais.

Por fim, agradeço àquelas pessoas que, de alguma forma, contribuíram para que eu me tornasse o que sou hoje. Aos meus professores de dança, música, línguas, jardinagem, artes, esportes, culinária, entre outros por terem contribuído para que eu pudesse viver diferentes formas de expressão e hoje, em minha pesquisa atentar tão cuidadosamente para os aspectos multimodais em interações sociais.

A sabedoria suprema é ter sonhos bastante grandes
para não se perderem de vista enquanto
os perseguimos.

(FAULKNER, William, 1929)

RESUMO

LIMA, Cacilda Vilela de. **A multimodalidade na conversa face a face em episódios de desacordo**. 2017. 377f. Tese - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

A investigação da multimodalidade nas interações tem sido contemplada em campos de pesquisa cada vez mais diversos. No entanto, ainda é incipiente o entendimento de como os significados são construídos pela mobilização de múltiplas dimensões semióticas, atuando concomitantemente dentro do evento interacional. Esta tese busca contribuir para expandir esse entendimento, sobretudo, em episódios de desacordo. A Análise da Conversa, de base etnometodológica, e os Estudos dos Gestos são as linhas teóricas que balizam esta tese. Pelas contribuições da Análise da Conversa, pudemos observar como os próprios participantes se orientam uns em relação aos outros, revelando-nos os recursos mobilizados como práticas interacionais voltadas à realização e coordenação de suas ações durante a interação. Das contribuições dos Estudos dos Gestos, pudemos explorar as relações entre língua e ações gestuais e verificar o importante papel da gestualidade tanto para o estabelecimento de práticas interacionais quanto para o enquadramento das ações que estão em processo de formação. Os dados desta pesquisa compreendem vários tipos de interação realizados por falantes nativos de português brasileiro, perfazendo aproximadamente 15 horas de registros audiovisuais, coletados entre julho de 2012 e agosto de 2015. Desse material, selecionamos excertos para exemplificação teórica e 6 excertos para análise minuciosa, realizada dentro do programa ELAN, das sequências de desacordo. As análises mostram que os participantes se valem das ações gestuais como um recurso dinâmico e flexível que eles utilizam situadamente; que as ações faciais auxiliam os participantes a demonstrar suas posições e entendimentos a respeito das ações uns dos outros; que as ações gestuais dos coparticipantes produzidas em possíveis pontos de completude do turno do falante parecem ser tomadas como as primeiras manifestações das discordâncias que estão em processo de desenvolvimento; que o falante parece considerar essas ações do coparticipante para produzir seus enunciados subsequentes; que tal prática também parece servir ao propósito de oferecer ao falante uma oportunidade para promover ajustes interacionais antes que os desacordos verbais do coparticipante venham a ser produzidos. Algumas das contribuições desta tese são: (1) mostrar a necessidade de se estabelecer um padrão de transcrição multimodal que possa contemplar as várias dimensões semióticas envolvidas na interação, revelando toda a complexidade do que está acontecendo momento a momento; (2) mostrar como uma análise multimodal minuciosa elucida detalhes interacionais que ficam “apagados” na análise verbo-vocal; (3) apresentar uma mudança na compreensão das ações gestuais produzidas pelo coparticipante durante o turno do falante, mostrando como essas ações não devem ser entendidas como pré-ações antecipatórias de desacordos verbais, mas como primeiras manifestações da discordância em processo de formação; (4) mostrar como as ações gestuais emergem como parte de uma organização sequencial no desenrolar da interação, agregando informações a respeito do tipo de ação em desenvolvimento; e (5) mostrar como as ações gestuais são práticas recorrentes que podem ser definidas dentro da sequência interacional quando se analisa a sua progressão temporal.

Palavras-chave: Ações gestuais. Expressões faciais. Ações não verbais. Estudos dos gestos. Interação humana.

ABSTRACT

LIMA, Cacilda Vilela de. **Multimodality in face-to-face conversation in episodes of disagreement.** 2017. 377 f. Tese - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

Research on the multimodality of interaction is being carried out in increasingly diverse fields of studies. However, comprehension of how meanings are constructed through the deployment of multiple semiotic dimensions acting concomitantly within the interactional event is still in its infancy. This dissertation contributes to expanding this understanding specifically in episodes of disagreement. Conversation Analysis and Gesture Studies are the theoretical bases for this dissertation. By applying Conversation Analysis, we are able to observe how participants orient towards each other, revealing how resources are mobilized in interactional practices that help them coordinate and accomplish their actions during the interaction. By applying the findings of Gesture Studies, we are able to explore the relations between language and bodily actions and to verify the important role of bodily action both for the establishment of interactional practices and for the framing of action formation. Varied types of interaction, approximately 15 hours of audiovisual records, collected between July 2012 and August 2015, and performed by native speakers of Brazilian Portuguese compose the data of this research. From this material, using ELAN, we selected excerpts for theoretical exemplification and 6 excerpts for detailed analysis of sequences of disagreement. The analyses show that participants use bodily actions as a dynamic and flexible resource, locally performed; that facial actions help participants demonstrate their positions and understandings about one another's actions; that coparticipants' bodily actions, produced at transitional-relevance places in the speaker's turn seem to be taken as first manifestations of disagreements that are in the process of developing; that the speaker appears to consider these coparticipant actions in producing his subsequent utterances. Such a practice also seems to serve the purpose of giving the speaker an opportunity to promote interactive adjustments before verbal disagreements of the coparticipant would be produced. Some of the contributions of this dissertation are: (1) to show the need to establish a multimodal transcription pattern that can contemplate the multiple semiotic dimensions involved in the interaction, revealing all the complexity of what is happening moment by moment; (2) to show how a detailed multimodal analysis elucidates interactional details that are "erased" in the verb-vocal analysis; (3) to present a change in the understandings of the bodily actions produced by the coparticipant during the speaker's turn, showing how these actions should not be understood as anticipatory pre-actions of verbal disagreements, but as the first manifestations of the disagreement that is in the formation process; (4) to show how bodily actions emerge as part of a sequential organization in the course of the interaction, adding information about the type of action in development; and (5) to show how bodily actions are recurrent practices that can be defined within the interactional sequence when analyzing its temporal progression.

Keywords: Bodily actions. Facial expressions. Nonverbal actions. Gesture studies. Human interaction.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 MATERIAIS E MÉTODOS	30
2.1 A ESCOLHA E A COLETA DOS DADOS	33
2.1.1 As conversas semiespontâneas sem assunto previamente definido	34
2.1.2 As conversas semiespontâneas com assunto previamente definido.....	35
2.1.3 A conversa semiespontânea orientada para a execução de determinada tarefa	37
2.1.4 Interações face a face em debates políticos televisionados ao vivo	37
2.1.5 Dados de uma pesquisa experimental realizada para o workshop de Métodos Empíricos em Linguística Cognitiva (EMCL7).....	38
2.2 A MANIPULAÇÃO DOS VÍDEOS	39
2.3 A SELEÇÃO DOS DADOS.....	40
2.4 A TRANSCRIÇÃO E CODIFICAÇÃO DOS DADOS	41
2.4.1 A transcrição da fala	42
2.4.2 A codificação das ações gestuais	43
2.5 IDENTIFICAÇÃO DE ENUNCIADOS MULTIMODAIS DE DESACORDO E SELEÇÃO DE EXCERTOS PARA ANÁLISE.....	45
2.6 PARA A ANÁLISE MULTIMODAL DOS DADOS	49
2.7 RESUMO	58
3 A ANÁLISE DA CONVERSA (AC)	60
3.1 A ANÁLISE DA CONVERSA (AC) E AS NOÇÕES DA RACIONALIDADE DAS PRÁTICAS INTERACIONAIS, INTERSUBJETIVIDADE, ACCOUNTABILITY E SEQUENCIALIDADE	63
3.2 ANTECIPAÇÃO E PROJEÇÃO COMO ELEMENTOS NORTEADORES DAS AÇÕES HUMANAS	69
3.3 A ORGANIZAÇÃO SEQUENCIAL DA CONVERSA EM TURNOS.....	79
3.3.1 A construção e a alocação na organização da sistemática da troca de turno	81
3.3.2 A prática interacional que leva um participante a falar de cada vez.....	88
3.3.3 Turno: fenômeno verbal ou multimodal?	94
3.4 OS PARES ADJACENTES	97
3.5 O ACORDO COMO AÇÃO NÃO MARCADA E A NOÇÃO DE ESTRUTURA PREFERENCIAL	100
3.5.1 Estabelecendo a estrutura preferencial momento a momento: análise de um excerto da interação da díade Rosê-Gerson.....	106
3.6 O DESACORDO.....	118
3.6.1 O desacordo na Análise da Conversa (AC).....	120
3.6.2 A organização sequencial do desacordo como ação despreferida	123

3.6.2.1 Recursos mobilizados para a construção de enunciados de desacordo	123
3.6.2.2 As estratégias de encerramento das sequências de desacordo	130
3.6.3 Os desacordos agravados	133
3.7 O SISTEMA DE REPARO	135
3.8 RESUMO	140
4 A MULTIMODALIDADE NA INTERAÇÃO SOCIAL.....	145
4.1 OS ESTUDOS DAS AÇÕES GESTUAIS EM INTERAÇÕES FACE A FACE	147
4.2 A GESTUALIDADE EM INTERAÇÕES FACE A FACE	151
4.2.1 As ações corporais	153
4.2.2 Os gestos manuais.....	164
4.2.3 As ações faciais.....	181
4.2.3.1 Ações faciais (conversacionais) versus expressões faciais (de emoção)	185
4.2.3.2 Ações faciais conversacionais como ações demonstradoras	190
4.2.3.3 As ações faciais e seus diferentes articuladores	198
4.3 – RESUMO	205
5 ANÁLISE DE ALGUMAS SEQUÊNCIAS DE DESACORDO	207
5.1 ANÁLISE DO EXCERTO 1 “ <i>ah não faz essa cara</i> ” DA INTERAÇÃO DA DÍADE ROSÊ E GERSON.....	211
5.2 ANÁLISE DO EXCERTO 2 “ <i>não entendi o teu risinho</i> ” DA INTERAÇÃO DA DÍADE EDUARDO JORGE E LUCIANA GENRO	234
5.3 ANÁLISE DO EXCERTO 3 “ <i>é por isso que cê não lembra das coisas depois</i> ” DA INTERAÇÃO DA DÍADE ROSÊ E GERSON.....	253
5.4 ANÁLISE DO EXCERTO 4 “ <i>eu num sei se eu boto muita fé na escola pública</i> ” DA INTERAÇÃO DA DÍADE JÚLIA E JOÃO PAULO	268
5.5 ANÁLISE DO EXCERTO 5 “ <i>ah não é pernambucano</i> ” DA INTERAÇÃO DA DÍADE EMERSON E RENÊ.....	288
5.6 ANÁLISE DO EXCERTO 6 “ <i>o Movimento Armorial vem da heráldica</i> ” DA INTERAÇÃO DA DÍADE PC E ÂNGELO	310
5.7 RESUMO	327
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	331
REFERÊNCIAS	351
APÊNDICE A- Modelo de consentimento para participação em pesquisa.....	370
APÊNDICE B - Normas utilizadas na transcrição da fala.....	373
APÊNDICE C - Quadro-Resumo 2 dos dados selecionados para análise	375
APÊNDICE D - Convenções utilizadas para a transcrição multimodal	377

1 INTRODUÇÃO

A comunicação humana é realizada por meio de corpos em ação, em um processo contínuo que envolve múltiplas dimensões semióticas como “a voz, com todas as suas diferenças de qualidade e impositação; o rosto, com todas as expressões que sua musculatura permite; o direcionamento do olhar; a cabeça, o tronco, e mesmo os membros inferiores, com todas as posições que podem assumir; e os braços e as mãos, com todas as configurações passíveis de serem feitas” (MCCLEARY; VIOTTI, 2017, p. 173). Essa mobilização de recursos semióticos é “a condição *sine qua non* da interação social e da sociabilidade, e a base para a emergência de toda a tecnologia desenvolvida para servir à comunicação humana, inclusive a própria língua” (MCCLEARY; VIOTTI, 2017, p. 191). Entretanto, a investigação da comunicação sob essa perspectiva é recente e ainda bastante incipiente.

Apesar de a comunicação entre os humanos ser um tópico que tem atraído a atenção de estudiosos ao longo dos séculos, por meio de investigações com perspectivas distintas e propósitos diversos, pulverizados em várias áreas, criando campos de pesquisa díspares que coexistem até hoje, o entendimento que ela é realizada por meio de corpos em ação não fez parte dos últimos três séculos de investigação sobre a língua. No final do século XIX, com o estabelecimento da Linguística como uma área independente no estudo científico da linguagem, a pesquisa sobre a língua ganha contornos limitados a certas especificidades. Baseados nos estudos estruturais da língua, as pesquisas sob essa ótica se restringem à investigação dos recursos morfossintáticos, tomando como base de dados a língua escrita e excluindo da pauta investigativa a fala com toda a sua heterogeneidade e tudo o mais que a acompanha como parte do processo semiótico multidimensional que ocorre durante a interação social. Apesar da grande contribuição dessas pesquisas, os estudiosos notam que quando investigam a interação entre os indivíduos não é possível descrever todo o fenômeno da comunicação humana apenas pela análise estrutural da língua. Alguns desses pesquisadores se voltam, então, para o estudo da fala em interação. Contudo, ainda há a priorização dos recursos linguísticos, desconsiderando, em certo grau, a contribuição da prosódia e do contexto situacional e, praticamente, ignorando as ações gestuais para a compreensão do ato comunicativo.

Aos poucos os estudos dos contornos entoacionais e o contexto vão sendo incorporados nas investigações. Mesmo assim, pesquisadores observam que sem a dimensão do comportamento corporal, a descrição da língua ainda é parcial. A partir dessa constatação, vários estudiosos voltam-se para a investigação sobre o comportamento corporal no processo

comunicativo. Sob essa nova perspectiva, desenvolveu-se uma área de pesquisa específica para os estudos da comunicação corporal denominada Comunicação Não Verbal (CNV). Nessa área, apesar de entenderem que a dimensão corporal também é fundamental para a comunicação humana, pesquisadores, indo para o outro extremo, ignoram a fala. Essa “nova” dicotomia entre fala e comportamento corporal também não foi profícua para o entendimento e a descrição das múltiplas formas pelas quais os seres humanos interagem. Tentando sanar essa falha, desenvolveu-se outro campo investigativo no qual não se pesquisa a fala e os comportamentos corporais como sistemas independentes, apesar de intimamente interligados, mas sim uma área de pesquisa que entende a língua como um sistema integrado composto por múltiplas dimensões semióticas. É nesse campo investigativo que se insere esta tese.

Ainda hoje, apesar de os pesquisadores que entendem a língua sob esse novo prisma se esforçarem e tomarem os devidos cuidados para não separar fala e ações gestuais, notamos que há resquícios desse viés investigativo. Quando pesquisadores descrevem ações corporais como *pré-ações* antecipatórias da ação verbal vindoura, como por exemplo a ocorrência do gesto manual de apontar como uma *pré-ação* de sinalização de início de turno, o que se infere é que há uma ênfase nos recursos verbais, ainda que essa ênfase seja implícita. A inferência é que, por ser uma *pré-ação*, esse comportamento corporal pode ser eliminado da interação sem que haja consequências (ou que as consequências sejam mínimas) para a progressão interacional. Nesta tese, mostramos que esse não parece ser o caso.

Nos dados coletados para a nossa investigação de sequências de desacordo, notamos que as ações corporais são tão importantes quanto a fala para o entendimento da organização sequencial da interação face a face e para a compreensão de como os participantes se organizaram na interação, agindo da maneira que agiram em dado momento interacional. Observamos que as ações gestuais - descritas na literatura como *pré-ações* – não parecem ser entendidas pelos participantes interacionais dessa maneira. Eles demonstram tomar as ações gestuais dos seus coparticipantes¹ como ações em si dos desacordos que estão em processo de formação na cena interacional. O objetivo desta tese, portanto, é investigar sequências de desacordo, realizando microanálises desses episódios.

Tendo como base norteadora para a pesquisa, a ideia de que a comunicação humana é um processo semiótico multidimensional, cujo sentido para o ato interacional só pode ser obtido pela composição das múltiplas dimensões com suas temporalidades específicas, investigamos

¹ Nesta tese empregamos o termo *coparticipante* ao invés de ouvinte ou interlocutor para evidenciar o caráter de trabalho colaborativo e conjunto dos participantes durante a interação social; para marcar a natureza ativa de todos os participantes interacionais o tempo todo.

como a gestualidade e a fala se combinam na produção dos enunciados multimodais de desacordo. Apresentamos nesta tese uma pesquisa descritiva de conversas face a face, mostrando uma análise qualitativa desses enunciados, propondo que a gestualidade é parte integrante desses atos e não apenas efeitos extras agregados à fala ou uma pré-ação antecipatória. Realizamos análises minuciosas de seis interações face a face e apresentamos também algumas análises para exemplificação teórica de certos conceitos pertinentes para a construção de nossa argumentação. Nossos participantes, todos falantes nativos de português brasileiro, realizaram vários tipos de interação: conversas sem tema previamente estabelecido, conversas com tema previamente estabelecido, conversas para realização de tarefas, debates políticos etc. As conversas não se restringem a interações entre pessoas conhecidas ou desconhecidas, mas com graus de intimidade variados. Temos exemplos de interação entre casal, amigos, colegas de trabalho, colegas de escola, pessoas desconhecidas que foram apresentadas apenas no momento da filmagem da interação, pessoas públicas etc.

Para realizarmos nossa pesquisa, tomamos como base teórico-metodológica dois campos de investigação da língua: Os Estudos dos Gestos² (EG) e a Análise da Conversa (AC) de base etnometodológica.

Ao longo dos últimos 50 anos, a área dos EG tem contribuído para o entendimento da gestualidade como um dos componentes fundamentais na produção de enunciados. Na EG, gestualidade é entendida como o conjunto de “ações corporais visíveis com estatuto enunciativo” (KENDON, 2004, p. 2). Exemplos de gestualidade são os movimentos de cabeça, as ações faciais, os gestos manuais, os movimentos dos ombros, do corpo, das mãos, das pernas e dos pés, a postura corporal, o distanciamento entre os participantes, dentre outros, ou seja, qualquer ação corporal que, de alguma forma, possa contribuir para o ato interacional ter um sentido ampliado para além da significação obtida com a fala. Quando a gestualidade e a língua atuam concomitante e conjuntamente, observa-se uma coerência entre elas; porém, isso não quer dizer que essas modalidades expressam os mesmos significados. Apesar de apresentarem características e propriedades distintas, tais modalidades interagem na produção e na compreensão do discurso mediante um processo recíproco. Ao longo deste estudo, adotamos gestualidade, ação corporal e ação gestual como expressões sinônimas.

² Tradicionalmente essa área de pesquisa é denominada de Estudos dos Gestos (EG) por ter tido como focos iniciais de investigação os gestos manuais produzidos concomitantemente à fala. Atualmente, apesar de outras ações gestuais – movimentos da cabeça, ações faciais, movimentos do tronco, a ação de andar etc. – terem sido incorporadas no seu leque de pesquisa, a designação da área permanece Estudos dos Gestos.

As pesquisas que impulsionaram os EG vieram de outras disciplinas como a psicologia (e.g. CONDON, 1970; EKMAN; FRIESEN, 1969,1972; KENDON, 1967; MCNEILL, 1985) e a antropologia (e.g. BIRDWHISTELL, 1952, BIRDWHISTELL, 1970; GOODWIN, C. 1980,1981; GOODWIN, M., 1980; HALL, 1959, 1990). Até o momento, avanços ocorridos nos EG encontram-se: (a) no âmbito teórico, mediante as noções apresentadas pelas teorias cognitivas como, por exemplo, o corporeamento,³ a enação e a cognição situada (e.g. CLARK, A., 1997; SPIVEY, 2007; SPIVEY et al., 2002; WILLIAMS, 2004, 2008); e (b) no âmbito empírico-experimental, mediante os estudos das ações gestuais em concomitância à fala em contextos controlados (e.g. BAVELAS et al., 2002; CHOVIL, 1997; FERNANDEZ-DOLS; RUIZ-BELDA, 1995; GILBERT; FRIDLUND; SABINI, 1987). Revelações surgidas desses estudos abriram novas questões quanto ao desempenho do corpo humano no processo da linguagem que revelam que ainda há muito a ser investigado.

Recentemente observa-se uma expansão das pesquisas sobre as ações gestuais em ambientes de interação (semi)espontânea. No entanto, há uma concentração desses estudos na investigação de um tipo específico de ação gestual – os gestos manuais. Ainda que incipientes, os estudos dos gestos manuais em concomitância à fala, em interação face a face, é a área na qual há um volume de pesquisa mais significativo (e.g. KENDON, 2004; MCNEILL, 1992) quando comparado à investigação que leva em conta outros tipos de ações gestuais coocorrentes à fala, como por exemplo, (a) as ações faciais (e.g. BAVELAS; CHOVIL, 1997; (CHOVIL, 1991a, 1991b; EKMAN, 1979); (b) o movimento de cabeça (e.g. KENDON, 2002; MCCLAVE, 2000; MCCLAVE et al., 2007; (c) a direção do olhar (e.g. GOODWIN, C., 1980; KENDON, 1967; MONDADA, 2011a); (d) a torsão do tronco (e.g. SCHEGLOFF, 1998); ou (e) a atuação de variados tipos de ações gestuais concomitantemente– orientação do corpo, distância entre participantes, caminhar em sincronia, direção do olhar etc. - à fala (e.g. GOODWIN; GOODWIN; YAEGER-DROR, 2002; MONDADA, 2009; STREECK, 2013).

³ Uma das bases epistemológicas das ciências cognitivas é aquela que formula, dentro da perspectiva da cognição corporeada, que o corpo é fundamental para o processo cognitivo (e.g. CLARK, 1997; WILSON, 2002). A representação de um conceito é crucialmente dependente dos processos motores-perceptuais que estão relacionados ao conceito em evidência (e.g. GALLESE; LAKOFF, 2005; LAKOFF; JOHNSON, 1980, 1999). Para tratarmos de certos conceitos abstratos, utilizamos nosso corpo e nossa orientação espacial. A partir das nossas experiências corporais e da nossa interação cotidiana com o mundo e com os objetos, estabelecemos uma distinção orientacional, baseada no nosso corpo, por exemplo, entre os conceitos de frente e trás, dentro e fora, alto (em cima) e baixo etc, atribuindo valoração positiva ou negativa a esses conceitos. Segundo Lakoff e Johnson (1980, 1999) por termos um corpo que se distingue bem do meio ambiente no qual ele está inserido, sermos bípedes, assumindo uma postura ereta, e caminharmos olhando para frente, os conceitos de *dentro*, *alto* (*cima*) e *frente* são considerados positivos enquanto, aos conceitos *fora*, *baixo* e *trás*, é atribuído um valor negativo.

Neste estudo, seguimos a linha de pesquisadores que não limitam a sua investigação da fala em concomitância à gestualidade apenas a um único tipo de ação gestual. Buscamos observar a atuação de variados tipos de ações gestuais e a contribuição dessas ações para o desenrolar da interação face a face nos episódios de desacordo. Seguimos a ideia de Kendon (2014) de que os enunciados produzidos sempre envolvem a mobilização de múltiplas dimensões semióticas com suas escalas temporais específicas que se organizam numa relação orquestral umas em relação às outras. Entendemos que é a composição das múltiplas dimensões mobilizadas que aporta significado para o ato interacional. Por exemplo, algumas partes do corpo permanecem em atividade mais tempo do que outras, realizando certos processos, enquanto outras partes realizam outros processos, ocasionando uma sobreposição de ações ao longo do tempo: mover o corpo inteiro leva mais tempo do que mover um dedo ou desviar o olhar. Os participantes podem mover suas mãos, realizar movimentos de cabeça, apresentar múltiplas ações na face, mudarem a orientação de seus corpos, manipularem objetos enquanto estão falando. A mobilização desses recursos permite que múltiplas camadas de informação se apresentem aos participantes simultaneamente e é somente a partir da análise minuciosa da composição dessas ações que podemos estabelecer o sentido para a atividade em desenvolvimento na cena interacional.

A partir desse entendimento de que o ato comunicacional é um processo semiótico multidimensional, Kendon (2014) defende que o conceito de língua deve ser modificado. A língua deve abarcar tanto a fala quanto a gestualidade, pois os participantes podem produzir falas semelhantes, mas realizar ações gestuais variadas e o significado desses enunciados não será o mesmo. Por essa razão, ações gestuais não podem ser vistas como meras formas auxiliares, mas como parte constitutiva dos enunciados, já que contribuem para a construção da fala. O que precisa ser investigado é *como* essa composição entre fala e gestualidade ocorre. É preciso compreender quais são os princípios pelos quais essa conjunção é construída; e estabelecer como se dá a coerência semântica entre as partes. Sendo assim, buscando entender o funcionamento da comunicação humana sob a nova ótica de língua como um sistema multidimensional, este estudo insere-se num panorama translinguístico ao propor uma abordagem que leva em consideração o contexto da interação face a face e abarca os tipos de gestualidade que contribuem para a compreensão dos enunciados multimodais de desacordo.

A outra área de conhecimento que norteia essa tese é a AC de base etnometodológica cujo principal foco de estudo são as ações sociais, sobretudo, a investigação do processo social que subjaz a língua em uso. Para a AC, ação é entendida como sendo organizada, não pelos participantes individualmente, mas dentro da interação social mediante um trabalho conjunto e

colaborativo. Consequentemente, a AC se preocupa em investigar como os participantes organizam suas ações de maneira sequencial, momento a momento, e como se pode reconhecer que uma determinada ação responde a outra ou inicia uma nova sequência mediante os recursos mobilizados e as estratégias empregadas pelos participantes (SCHEGLOFF, 2007).

Ao mostrar como a mobilização dos recursos linguísticos podem ser disponibilizados, a AC descreve como: (a) os turnos são formados, identificando-os em sua emergência e pela elaboração de projeções que permitem aos participantes reconhecer possíveis pontos de completude e a relevância para a troca de turnos; (b) as ações são atribuídas, mostrando como as ações são formadas e reconhecidas e como esse reconhecimento permite aos participantes produzir ações seguintes relevantes; (c) as sequências de ações são organizadas temporalmente; (d) certas práticas são recorrentes e as consequências para a progressão interacional; (e) a intersubjetividade é evidenciada pela sistematicidade no reconhecimento dos participantes das ações de cada um como ações significativas; etc. Recentemente, a AC passou a considerar não apenas os recursos verbais, mas também os corporais, enfatizando a multimodalidade das ações interacionais, englobando, portanto, os gestos manuais, a direção do olhar, os movimentos de cabeça, as ações faciais, a postura corporal, a manipulação de objetos, entre outros.

A escolha de analisar conversas face a face está baseada no entendimento de que a conversa é a estrutura comunicacional mais básica do ser humano e, apesar de ser a menos especializada em relação às outras formas de interrelação humana, é a partir dela que se derivam quase todos os outros tipos de interação. Sendo assim, a conversa parece ser o gênero mais apropriado para ser tomado como padrão para a investigação da comunicação humana (e.g. BAVELAS; CHOVIL, 2006; BAVELAS et al., 1997; SCHEGLOFF, 1999). Além disso, a conversa face a face é realizada sem qualquer tipo de mediação extrínseca ao corpo (e.g. telefone), ou seja, os participantes estão localizados no mesmo espaço físico, sendo capazes de ver e ouvir uns aos outros, produzir e receber informações simultaneamente por meio da mobilização das múltiplas dimensões semióticas disponíveis durante uma interação social. Mais ainda, na conversa face a face, os participantes são livres para interagir e colaborar uns com os outros, momento a momento, da maneira que lhes parecer mais conveniente. Como interagem em tempo real, eles precisam engajar-se em trabalho conjunto, coordenando suas ações numa dança sincrônica. A conversa propicia, portanto, um ambiente muito rico para o pesquisador que queira entender o papel da gestualidade durante o processo interacional.

Apesar de serem corriqueiras as asserções sobre a conversa ser uma atividade irrelevante, fútil, um passatempo quando não se tem nada mais urgente para se fazer e de que a fala interacional é caótica, desordenada e incongruente, estudos focados na investigação da fala

em interação revelam que, ao contrário do que se pensava, a fala em interação é passível de análise rigorosa - sobretudo após o surgimento de gravadores de áudio e filmadoras - e apresenta grande sistematicidade, como ficou evidenciado no artigo seminal de Sacks, Schegloff e Jefferson (1974) sobre o fenômeno da troca de turnos. Como frisa Leite (2008), só podemos entender a conversa como uma ação de “não fazer nada” quando a entendemos como uma ação não-marcada; como uma ação que não revela fatos notáveis e inesperados. Contudo, quando estudamos a conversa com o devido cuidado, chama-nos a atenção a variedade de recursos mobilizados pelos participantes; a complexidade na estruturação desses recursos para a organização interacional; a maneira como as ações sociais são realizadas; a flexibilidade no modo de lidar com as contingências; o alinhamento temporal fino que é coordenado entre os participantes; o conhecimento de mundo que deve ser compartilhado entre os parceiros interacionais para que eles possam produzir e compreender a fala e as ações gestuais uns dos outros etc. A observação desses fenômenos revela-nos, como acrescenta Leite, que quando as pessoas afirmam “não estamos fazendo nada, só conversando”, estão, na verdade, engajadas numa complexa atividade colaborativa que requer grande investimento em termos de conhecimento, atenção e interesse por parte daqueles que se ratificam mutuamente como participantes do encontro conversacional. Em relação às ações gestuais, o fato de não fazermos nada é um indício que estamos fazendo algo e, assim, efetivamente nos comunicando. Por exemplo, há várias pesquisas descrevendo que a “cara de nada”, a “cara de paisagem” (*blank face*) é extremamente comunicativa (e.g. BAVELAS; GERWING; HEALING, 2014a; EKMAN, 1992). A presente tese traz como tema a abordagem de uma das várias facetas dessa complexa atividade conversacional: a questão dos enunciados multimodais de desacordo.

Nesta pesquisa, desacordo é empregado como uma noção teórica advinda da AC. Não se refere apenas à ideia do senso comum quando por exemplo, um indivíduo produz uma assertiva e nós discordamos do conteúdo veiculado nessa assertiva. É uma noção que descreve situações nas quais os participantes interacionais produzem ações que não são as esperadas, ações que provocam perturbações na interação. Por exemplo, quando convidamos alguém para jantar na nossa casa, geralmente, o que esperamos que ocorra é que a pessoa aceite o convite. Quando a pessoa recusa, podemos ficar decepcionados e frustrados. Quando assistimos a uma luta de boxe, o que esperamos ver é o embate entre os pugilistas. Caso um deles “fuja” da briga, dizemos que o pugilista é um mau esportista. Nessa situação também ocorreu um desvio da ação esperada. Para a AC, essas situações marcadas de quebra de expectativa são descritas como situações de desacordo. Vinculado ao desacordo, temos a noção de estrutura despreferida.

Analisando interações cotidianas, os analistas da conversa observaram que, nas situações de desacordo, no nosso primeiro exemplo, quando a pessoa recusa o convite, geralmente, ela o faz por meio da mobilização de uma (ou várias) das várias estratégias disponíveis para que ela postergue ou mitigue o seu enunciado de recusa ao convite, tais como pausas, justificativas, explicações, iniciar os enunciados com vocalizações (e.g. **ah**, **éh**) ou marcadores discursivos (e.g. **tá**, **bem**, **bom**), repetições, totais ou parciais, do enunciado precedente, entre tantas outras. Quando o participante realiza seu enunciado usando essas estratégias, dizemos que o seu enunciado foi organizado pela estrutura despreferida. No segundo exemplo, também podemos dizer que as estratégias utilizadas, por exemplo, esquivas e recuos, pelo pugilista para fugir da briga são ações que organizaram a interação dentro da estrutura despreferida. Sendo assim, para a AC, grosso modo, o desacordo refere-se à situação de quebra de expectativa, à situação na qual ocorrem perturbações na cena interacional, enquanto a estrutura despreferida relaciona-se às estratégias mobilizadas pelos participantes para realizar a ação de desacordo, de quebra de expectativa. Mas isso não quer dizer que esses entendimentos sobre as situações de desacordo e de emprego de estrutura despreferida são dados *a priori*. É só no desenrolar da interação e a sinalização que os participantes disponibilizam de seus entendimentos das ações uns dos outros que poderemos dizer se determinada situação foi uma situação de desacordo que foi estruturada pela despreferência ou não. Por exemplo, utilizando o mesmo caso acima, quando convidamos alguém para jantar, mas de alguma maneira sinalizamos para nosso potencial convidado que o convite deve ser recusado e ele, efetivamente, recusa o convite, não houve quebra de expectativa, portanto, não houve uma situação de desacordo. Entretanto, caso nosso potencial convidado aceite o convite, nessa situação, estaremos diante de uma situação de desacordo, de perturbação na cena interacional.

O nosso interesse pelo tópico de enunciados multimodais de desacordo veio da observação direta do fenômeno nas interações e não sobre o que é dito na literatura. Embora a literatura forneça suporte fundamental para a pesquisa, foi pela observação dos dados que notamos a recorrência de um padrão de comportamento que proporcionou o interesse por esse tema específico. Em estudo piloto⁴ sobre enunciados negativos começamos a notar certa recorrência em relação às ações gestuais empregadas pelos participantes nos enunciados de

⁴ A primeira versão do estudo piloto foi apresentada como trabalho final (*A multimodalidade da negação numa interação face a face*), realizado para a disciplina FLM5437 – *A multimodalidade na comunicação face a face*, ministrada pelo Prof. Dr. Leland McCleary, no segundo semestre de 2012. Uma segunda versão desse estudo foi apresentada no exame de qualificação de mestrado (*Um estudo sobre a multimodalidade dos atos comunicacionais negativos*) que resultou na aprovação no *Exame de Qualificação de Mestrado*, realizado em 11 de março de 2014 e na decisão da banca de passar a pesquisa para o nível de doutoramento.

desacordo. Acreditamos que essa recorrência tenha se sobressaído nas nossas observações devido ao fato de os enunciados discordantes⁵ estarem associados a ações consideradas marcadas. Esses enunciados marcados exigem dos participantes mais empenho interacional e demandam mais ações em relação aos recursos de produção, monitoramento, interpretação e manipulação, sendo, portanto, mais visíveis para serem notados pelos analistas. Além disso, como os resultados das pesquisas da AC mostram, os enunciados discordantes demandam dos participantes mais esforço interacional, uma vez que há o emprego de estratégias para tentar evitá-los ou, ao menos, postergá-los ou amenizá-los. Quando evitar desacordos não é possível, há a suspensão da ação em andamento e mais turnos são necessários para que se consiga resolver a perturbação (ou não) e dar continuidade à interação. Sendo assim, os enunciados de desacordo foram bastante favoráveis para a investigação proposta nesta tese. A decisão sobre o assunto da investigação surgiu, portanto, da junção da observação dos dados e da curiosidade sobre o fenômeno.

Ressaltamos que a nossa afirmação a respeito de as ações gestuais serem as primeiras manifestações dos desacordos em processo de formação na cena interacional e não pré-ações antecipatórias de enunciados verbais vindouros não foi em decorrência de havermos realizado uma investigação sobre esse tópico específico nas interações analisadas, mas sim devido à observação do fenômeno. Como coloca Bavelas et al. (2016), os fenômenos já estavam postos na cena interacional, nós tivemos apenas que notá-los e descrevê-los. Foram as observações do desenrolar das interações e a maneira como os participantes demonstraram seus entendimentos em relação às ações uns dos outros que nos levaram às descrições apresentadas nesta tese.

Expostas algumas das razões pelas quais escolhemos investigar episódios de desacordo em conversas face a face, precisamos contextualizar o nosso entendimento a respeito do termo *multimodalidade* e como ele será empregado nesta tese, já que esse termo vem sendo utilizado em várias áreas e com conceitos distintos. Na AC, o termo é usado como referência a vários recursos mobilizados pelos participantes para organizar suas ações tais como os gestos manuais, as posturas corporais, olhares, movimentos de cabeça, do tronco e dos pés, prosódia, léxico e gramática. Como coloca Mondada (2014a), o foco da AC tem sido expandido para além dos enunciados verbais e, pouco a pouco as ações gestuais vêm ganhando espaço nas pesquisas da AC, sendo o termo *multimodalidade* entendido como uma pluralidade de recursos que é constitutiva e primária da ação humana. Mais ainda, essas múltiplas modalidades são constitutivamente interconectadas. Mondada observa que esse entendimento apresenta uma

⁵ Utilizamos enunciados de desacordo, enunciados de discordância, enunciados discordantes como expressões sinônimas.

importante consequência: considerar os recursos morfossintáticos apenas como elementos que compõem uma das modalidades dentro dessa pluralidade. Esse entendimento de língua não mais privilegia os recursos linguísticos como uma modalidade hierarquicamente superior às outras. Localmente os participantes podem selecionar qualquer dos recursos disponíveis da maneira que julgarem mais conveniente para dado momento interacional, priorizando uma modalidade em detrimento de outra.

Nesta tese, espelhado no modelo tripartite básico da comunicação humana apresentado em Poyatos (1993, 2002), utilizamos o termo *modalidade verbal* - para designar os elementos morfossintáticos da fala, *modalidade vocal* - para designarmos as vocalizações e os elementos prosódicos (para Poyatos, paralanguage) e o termo *modalidade gestual* para nos referirmos às ações gestuais que são realizadas durante a interação social (para Poyatos, modalidade quinésica). Quando nos referimos à fala e à prosódia empregadas nos enunciados, utilizamos o termo *modalidade verbo-vocal* para designá-las concomitantemente. Nota-se, portanto, que as modalidades são compostas por múltiplas dimensões semióticas com temporalidades específicas. Como explica Enfield (2013), as múltiplas dimensões semióticas podem variar independentemente dentro de uma única modalidade. Por exemplo, ele ressalta que o tom, o volume, a segmentação fonética, a qualidade da voz etc., todas essas dimensões da modalidade vocal fazem parte do fluxo audível da fala, mas cada uma delas pode variar independentemente uma da outra. Uma única palavra pode ser interpretada diferentemente dependendo do tom empregado na sua produção.

Em relação à modalidade gestual, por exemplo, temos os gestos manuais que são definidos em parâmetros distintos, tais como a velocidade de execução do movimento, a tensão muscular da mão para a execução do gesto (e.g. mão tensa ou relaxada), a configuração da mão (e.g. o gesto é realizado com a mão inteira ou com os dedos; a mão é espalmada ou curvada), a orientação da palma da mão (e.g. palma da mão para cima; para baixo; voltada para o centro; para fora; na diagonal), a localização espacial (à frente do corpo; próximo à cabeça; na altura dos ombros) e a forma do movimento gestual executado (movimento em linha reta; em curva) que podem variar independentemente uns dos outros. Acrescentamos, ainda, que também as ações faciais são definidas em termos de distintos articuladores – sobancelha, pálpebra, movimentos do nariz, configuração dos lábios e movimento da mandíbula – que variam independentemente. Dimensões semióticas significativas, portanto, podem variar independentemente umas das outras dentro de uma única ação comunicativa.

Sendo assim, a análise dos movimentos comunicativos precisa levar em conta a maneira como se estabelece essa sinfonia das múltiplas dimensões semióticas. Segundo Enfield (2013),

essa análise pode ser feita mediante o alinhamento espaço-temporal das múltiplas dimensões. O desafio para o analista é identificar nesse alinhamento espaço-temporal a relevância dessas múltiplas dimensões de tal forma que elas façam sentido para a progressão interacional. Como exemplificação desse procedimento, Enfield descreve como um gesto manual em coocorrência à fala pode ter a sua interpretação restringida pelo conteúdo verbal veiculado. Por exemplo, um gesto apresentando uma configuração de palma da mão curvada e realizando numa trajetória circular pode significar, metaforicamente, a constituição de um todo (e.g. o mundo) ou significar o formato de um objeto (e.g. uma vasilha redonda; uma bola; um bolo; uma mesa redonda). A interpretação de uma possibilidade ou outra depende do que está sendo dito na fala. Outro exemplo: um gesto desenhando um retângulo no espaço pode ilustrar o formato da moldura de um quadro quando a fala se relaciona a esse tópico. Assim como a fala pode contextualizar o gesto, o gesto também pode orientar-nos sobre o que a fala está veiculando, por exemplo, quando utilizamos os gestos para esclarecer enunciados verbais ambíguos. Na oração *O ladrão bateu na velha com a bengala*, apenas pela modalidade verbal, temos a ambiguidade de não saber se foi: (a) o ladrão, usando a bengala como instrumento de agressão, que bateu na senhora ou (b) a senhora, portanto uma bengala, que sofreu a agressão. Caso o falante, concomitantemente à sua fala, produza um gesto manual de “segurar” um objeto fino e mostrar a ação do ladrão “batendo” em algo, essa suposta ambiguidade verbal não se instauraria na cena interacional. A ambiguidade também desapareceria se o falante mostrasse, por meio de ações corporais (curvar as costas para frente e segurar “o cabo da bengala” na altura do quadril), a personagem da senhora, portanto uma bengala.

Vale ressaltar, ainda, que adotamos o termo *modalidade gestual* e não a expressão *comportamento não-verbal* por várias razões. Como primeira razão, citamos a vasta literatura que aborda o comportamento não-verbal dentro da área da psicologia, sobretudo, dentro da área da CNV, e que nem sempre analisa a relação entre a língua e os comportamentos corporais, entendendo-os como sistemas comunicacionais independentes, ainda que interligados. Outra razão é devido ao fato de desde as primeiras pesquisas vinculadas à EG, como colocam Kendon (1972) e McNeill (1985), a oposição entre verbal e não-verbal organiza a conduta humana de maneira bipartida, opondo língua de um lado e outros tipos de comportamento de outro. Nessa dicotomia, a oposição é assimétrica uma vez que o segundo termo é uma mera negação do primeiro. Implicitamente, a referência não-verbal reconhece a língua como o ponto de partida e falha em atribuir ao corpo sua própria posição e característica específica. Além disso, a partícula de negação na expressão *comunicação não-verbal* pode implicar que os recursos corporais não estão relacionados com a modalidade verbal. Como declara Kendon (1972, p.

443), “não faz sentido falar em comunicação verbal e comunicação não-verbal. Há apenas uma comunicação”, uma vez que os estudos da comunicação verbal e não-verbal - embora tenham se desenvolvido de forma separada – mostram a necessidade de integração dessas áreas. As pesquisas de ambas as áreas constantemente demonstram como essas modalidades são finamente coordenadas, sincronizadas, alinhadas e mutuamente ajustadas.

O desafio dos pesquisadores que se debruçam sobre a multimodalidade, portanto, é transformar a visão a respeito da organização sequencial e temporal das ações interacionais. Enquanto os estudos focados na fala enfatizam a linearidade e a concepção de ações sucessivas que se desenrolam momento a momento, pesquisas que focam a multimodalidade devem lidar com paralelismos; com variadas formas de sequencialidade que integram e se interconectam em múltiplas e simultâneas sequências de ações. Pode-se dizer que são sequências de ações com temporalidades distintas que apresentam formas complexas de projetividade e de ações responsivas interrelacionadas. Esses arranjos temporais são fundamentais para se realizar a análise multimodal, uma vez que revelam a organização intersubjetiva da interação e compõem o próprio princípio constitutivo da ação humana. Nesse sentido, a análise multimodal mostra-nos que a temporalidade e a sequencialidade são princípios fundamentais que governam a interação social. A sequencialidade não precisa ser organizada em turnos de fala um seguido do outro, podendo ocorrer em fluxos de ações paralelos, tais como as ações gestuais que respondem a uma ação prévia e que se desenvolvem simultaneamente com essa ação disparadora da ação gestual responsiva. Notadamente, a sequencialidade é um fenômeno bem menos linear do que se deixa entrever quando se analisa apenas a modalidade verbo-vocal. Mais ainda, na análise multimodal, a sequencialidade se organiza em sutis arranjos temporais que se ajustam às ações prévias e vindouras em tempo real. Sendo assim, a sequencialidade coordena múltiplos e simultâneos recursos para a progressão da cena interacional.

Atualmente, ao enfatizar a análise multimodal, a AC mostra-nos que, embora a língua tenha servido como dado inicial, mas não sendo esse o seu foco, mas sim o estudo sistemático da organização das ações humanas, a questão fundamental não é como a língua é um recurso *a priori* na organização dessas ações, mas como os participantes em interação social mobilizam uma gama de recursos para a organização de suas ações de forma recorrente, local, situada e intersubjetiva. As pesquisas atuais da AC mostram variadas maneiras como esses recursos podem ser tratados: ora enfatizando exclusivamente um tipo de recurso (formas linguísticas, movimentos de cabeça, gestos manuais, olhares etc.) numa dada sequência interacional, ora enfatizando um conjunto de recursos que compõem determinada ação que, para Mondada (2014a), vem a ser um complexo multimodal gestáltico. Mondada esclarece que o foco num

particular recurso para uma particular ação permite a distribuição sistemática dentro da sequência interacional enquanto o estudo do conjunto de recursos que compõem determinada ação apresenta seu foco na análise de casos únicos, mostrando que é difícil, mas não impossível, estabelecer uma coleção sistemática quando se considera essa complexidade. Nessa tese, nosso foco recai nessa última categoria.

Vinculada à análise multimodal, outro desafio se estabelece para o analista: realizar uma transcrição multimodal. Transformar em texto grafado uma interação coletada em multimeios (vídeo ou áudio), transcrevendo precisamente o tempo justo de ocorrência do fenômeno é fundamental para que o analista possa compreender a emergência dos enunciados multimodais que tanto podem iniciar uma sequência quanto responder a ações prévias. Como aponta Mondada (2014a), o fato de uma ação poder ser iniciada antes que um turno de fala seja produzido constitui tanto um desafio quanto uma oportunidade para os analistas da conversa. É um desafio, mas também é fascinante poder observar como as ações podem ser mutuamente ajustadas em tempo real durante a progressão interacional por meio de complexas microssequências de recursos múltiplos.

As ações multimodais são caracterizadas, portanto, por múltiplas e simultâneas temporalidades mais do que por ações sucessivas estritas. Contudo, o princípio da sequencialidade ainda é fundamental: os participantes se orientam para ações emergentes e para suas posições sequenciais da anterior para a próxima, da ação inicial para a ação responsiva. Isso mostra como os desafios da multimodalidade requerem foco analítico cuidadoso e, como consequência, um tratamento temporal detalhado e preciso nas anotações e transcrições dos arranjos sequenciais complexos dos múltiplos recursos. Esse foco no tratamento temporal deve levar em consideração a concepção mais sofisticada de tempo. Como aponta Mondada (2016), deve levar em consideração não só o *chronos*, referindo-se aos tempos precisos das composições dos recursos multimodais, quanto o *kairós*, referindo-se à seleção, flexibilidade, reflexividade, produção e interpretação desses recursos multimodais por meio das sinalizações publicamente disponibilizadas pelos participantes. O tempo, nesse sentido, é uma característica central da organização das atividades sociais. É possível observar a organização temporal das ações sociais por meio das filmagens, tanto no que tange as relações sucessivas quanto no que tange as relações simultâneas. Com base nas observações da AC, as relações sucessivas não podem ser reduzidas à linearidade, uma vez que são organizadas tanto prospectiva quanto retrospectivamente e constituem a base do princípio geral da sequencialidade, sendo a sequencialidade constantemente levada em consideração pelos participantes que tacitamente

orientam suas ações para ações relevantes orientadas para “o que vem a seguir?” e “por que isso agora?” (SCHEGLOFF; SACKS, 1973).

No que concerne às relações de simultaneidade, a AC tem investigado de maneira exemplar essas relações no estudo sistemático das sobreposições de fala (e.g. JEFFERSON, 1973, 1984, 2004; SCHEGLOFF, 2000). Contudo, são poucas as pesquisas que exploram outras relações de simultaneidade (e.g. ações gestuais simultâneas dos participantes) levando em conta a multimodalidade. Segundo Mondada (2011), essas pesquisas são ainda tímidas devido à complexidade da análise que deve ser realizada. A autora descreve que tais pesquisas precisam levar em conta: (1) a sincronia entre os vários recursos multimodais que estão sendo mobilizados e que são relevantes para cada um dos participantes como as ações faciais, os movimentos de cabeça, os gestos manuais etc.; (2) o ajuste entre as ações multimodais dos participantes tanto em relação ao alinhamento mútuo (ou não) quanto em relação à organização da ação conjunta; e (3) a coordenação entre as diversas atividades que estão sendo desenvolvidas em paralelo e que podem ser realizadas pelos participantes de forma autônoma ou dependente em relação à interação em curso e que podem mudar a qualquer momento na situação interacional. Uma das grandes dificuldades do analista é tentar extrair sentido das múltiplas camadas que compõem o ato interacional, selecionando o que deve transcrever, uma vez que, os participantes nem sempre deixam evidente seus entendimentos a respeito de quais ações gestuais do outro estão tomando como ações significativas que os levaram a produzir suas ações responsivas seguintes.

Apesar dessa dificuldade, o estudo minucioso de como os participantes mobilizam de forma recorrente, lógica, metódica, local e situadamente seus recursos multimodais relevantes para organizar suas ações de forma reconhecível é fundamental para tentarmos entender a maleabilidade desses recursos. Longe de constituir formatos pré-existentes, os recursos são objetos de permanente reconfiguração a cargo de cada um dos participantes interacionais. Nesta tese, realizamos análises que levam em consideração as relações de simultaneidade e sequencialidade das ações dos participantes interacionais. Os estudos propostos nesta tese levam em conta as ações gestuais como ações que promovem consequências na sequência interacional, ou seja, o conjunto de ações que os participantes realizam, orientando-se em contexto específico para a construção de um fenômeno interacional específico, uma vez que a compreensão da interação só se dá no entendimento de como os recursos empregados pelos participantes são situados, indiciais e dependem do momento no qual foram produzidos, da sua posição sequencial e do contexto interacional no qual eles emergem e são mobilizados. Para que se possa entender e identificar as pistas multimodais relevantes, os participantes, e também

os analistas, devem se basear na maneira pela qual essas pistas foram sinalizadas de forma ordenada, foram agrupadas e em qual momento da interação elas ocorreram.

Tendo essas considerações em mente, para entendermos o fenômeno a ser investigado nesta tese, algumas perguntas se fizeram necessárias. Contudo, vale ressaltar que, pela observação dos dados, notamos que as ações gestuais parecem ser significativas na composição dos episódios de desacordo, portanto, a relevância se as ações gestuais servem ou não para a progressão interacional não foi uma indagação que fizemos, uma vez que essa relevância parece ser ressaltada pelos próprios participantes na cena interacional. Sendo assim, essa assertiva já é tomada como base investigativa. A partir dessa base, a primeira pergunta, então, que surge é: *Para que servem as ações gestuais dentro dos episódios de desacordo?* Como aponta Schegloff (2007) alguém pode discordar do outro sem se manifestar publicamente. Se a avaliação discordante sobre algo é, primeiramente, um fato “privado”, será que essa avaliação, quando realizada publicamente, pode ser efetivada apenas pela ação gestual ou não? Para os pesquisadores que entendem as ações gestuais como pré-ações antecipatórias de possíveis enunciados verbais vindouros, a resposta a essa indagação é negativa. Para eles, a ação gestual sinalizadora de desacordo não pode ser entendida como uma ação de discordância em si, sendo apenas uma ação prefacial que oferece a oportunidade ao falante de promover ajustes interacionais antes que o enunciado verbal venha a ser efetivado. Para Schegloff (2007), essas manifestações gestuais não apresentam a capacidade de identificar por si próprias qual item especificamente deve ser notado como problemático, apenas que algo não vai bem na interação. Na observação dos nossos dados, vimos que os participantes parecem reconhecer a referencialidade das ações gestuais, ainda que as vezes equivocadamente, associando-as aos elementos que estão sendo sinalizados pelo outro como itens problemáticos e promovem ações responsivas baseadas nesse entendimento para tentar promover os ajustes necessários à progressão mais fluida na interação. Sendo assim, entendemos que as ações gestuais podem ser as primeiras manifestações dos desacordos em processo de formação na cena interacional. Contudo, é preciso investigar caso a caso como se deram os entendimentos dos participantes durante o fluxo interacional.

Há várias pesquisas que descrevem a gestualidade como ação antecipatória com função específica. Por exemplo, Mondada (2007) descreve o gesto manual de apontar como podendo ser uma ação antecipatória (pré-ação) de autosseleção para ser o próximo falante, quando o movimento é realizado pelo coparticipante durante o turno do falante. Observamos que para que se estabeleça se determinadas ações gestuais são ações que compõem os enunciados multimodais de desacordo é necessário que avaliemos o exato momento no qual as ações

gestuais dos participantes foram produzidas, qual foi a reação do outro e que tipo de ação responsiva ele produziu na sequência. No caso do gesto manual de apontar como gesto sinalizador de autosseleção para próximo falante, precisaríamos verificar se após esse gesto do coparticipante, o falante mobilizou recursos tais como aumento do volume da voz e/ou aceleração no ritmo da fala - recursos descritos na literatura como estratégias de manutenção do turno de fala. Caso isso tenha ocorrido, a interpretação que teremos é que o falante tomou essa ação gestual do coparticipante como uma interrupção e mobilizou alguns dos recursos disponíveis para tentar manter seu turno. Nesse sentido, apesar de, aparentemente, a ação do coparticipante não ter sido de desacordo, a interpretação realizada pelo falante foi a de uma ação nessa direção. Nesse caso, esse gesto de apontar realizado pelo coparticipante durante o turno do falante é uma ação que sinalizou, ainda que não intencionalmente, para o falante uma possível interrupção, sendo, portanto, tomada por este como um evento iniciador de perturbação interacional. E o falante, como medida preventiva, mobilizou certos recursos para tentar bloquear a interrupção, ou seja, o falante realizou uma ação responsiva em decorrência da ação gestual do outro. Além disso, mesmo que o falante cedesse o turno, ainda assim, poderíamos interpretar essa ação gestual do coparticipante como uma sinalização de desacordo (não quero que você continue com o *status* de falante; eu quero ser o próximo falante) que deu a oportunidade ao falante de realizar o ajuste necessário (ceder o turno) para que a interação prosseguisse da forma mais fluida possível. Nesse sentido, nesta tese, entendemos que as ações gestuais do coparticipante produzidas durante o turno do falante não devem ser tratadas como pré-ações, mas sim como ações em si que compõem o processo de desacordo que está em formação na cena interacional.

Ainda em relação à função da gestualidade nas sequências de desacordo, notamos também que as ações gestuais como primeira manifestação dos desacordos em processo de formação parecem “agilizar” as intervenções para as tentativas de solução de problemas e as tentativas de deixar a interação mais fluida e harmoniosa; pois, como descrevem alguns pesquisadores da AC, a suspensão da ação em curso para uma tentativa verbal de solução de problemas é sempre trabalhosa, demandando esforço extra e em conjunto dos participantes. O fato de as ações gestuais apresentarem um caráter analógico permite que a discordância seja manifestada mais rapidamente quando comparada à manifestação verbal da discordância. Além disso, a gestualidade não precisa respeitar um fluxo temporal e uma composição hierárquica de itens lexicais subordinados à sintaxe, como no caso da fala. Mais ainda, o seu uso não leva à interrupção verbal dos enunciados em andamento do falante. O emprego de ações gestuais pelo coparticipante como forma de sinalizar ao falante que “discorda” de algo posto na cena

interacional permite ao falante que ele, se quiser, tente solucionar os problemas sinalizados pelo outro antes que este o faça verbalmente. Observamos também que as ações gestuais do coparticipante produzida durante o turno do falante podem ser entendidas como ações minimamente comprometidas, uma vez que não implicam que o coparticipante seja obrigado a produzir ações futuras, ainda que quando as faça deva promover a relevância dessas ações verbais responsivas. Os participantes podem abdicar do momento de desacordo mais facilmente do que se tivessem realizado o desacordo verbal e deixar a interação fluir sem interrupção da ação em curso. Observamos, ainda, que as ações gestuais parecem auxiliar no enquadramento da ação que está sendo produzida naquele momento interacional; por exemplo, ajudando na compreensão se determinada ação deve ser tomada como uma assertiva ou uma reclamação.

A segunda pergunta que direciona esta pesquisa é: *Como identificar quais são as ações gestuais que sinalizam que há uma perturbação interacional?* Notamos nos nossos dados que as ações gestuais do coparticipante produzidas durante o turno do falante que compõem o desacordo que está em processo de formação na interação não ocorrem em qualquer lugar da fala em andamento, mas sim em lugares específicos. Observamos que, geralmente, essas ações gestuais são produzidas em possíveis pontos de completude de turno ou bem próximas à fonte da discordância. Cabe ao falante tentar identificar e compreender a referencialidade das ações gestuais de seu coparticipante. Como apontam C. Goodwin (2000) e Kääntä (2014), as ações gestuais de desacordo servem para manifestar o tipo de avaliação que está sendo construído naquele momento referente a determinado ponto. Se o participante avaliado observar o comportamento visível do coparticipante, ele poderá entendê-lo como um evento significativo de natureza interacional que pode auxiliá-lo numa possível correção no curso da interação. Contudo, nem sempre a identificação do falante é eficaz. Observamos que quando o falante não identifica corretamente a referencialidade ou não promove ajustes na interação, há uma persistência da ação gestual do coparticipante na cena interacional que só é desmanchada quando ocorre o ajuste ou uma mudança de trajetória nos enunciados do falante ou quando o coparticipante parece desistir de manifestar sua oposição ou de produzi-la verbalmente. Floyd et al. (2016), investigando as sequências de reparo, notaram a prática interacional de manutenção de uma ação gestual até que o reparo fosse efetivado. Pelos nossos dados, parece-nos que essa prática interacional pode ser generalizada para outros episódios de desacordo.

A terceira pergunta que nos parece pertinente a nossos propósitos é: *As ações gestuais produzidas pelo falante durante a sua fala também são ações que sinalizam discordância?* Nesta tese não obtivemos respostas satisfatórias a esse questionamento. Pesquisas mais detalhadas se fazem necessárias. Contudo, pela observação das interações que compõem o

corpus desta tese, notamos que, grosso modo, as ações gestuais do coparticipante produzidas durante o turno de fala do outro parecem sinalizar a posição desse participante frente às ações precedentes ou em andamento do falante. São ações que sinalizam a discordância do coparticipante em relação a algo que está sendo dito naquele ou em momentos anteriores próximos. Por outro lado, as ações gestuais realizadas pelo próprio falante durante seu turno de fala parecem relacionar-se com o que o falante está dizendo, ou seja, são ações gestuais que marcam a sua atitude frente a sua própria fala ou que agregam significado ao conteúdo que está sendo veiculado.

Em resumo, nesta tese tomamos por base a investigação de interações tendo como foco de análise a complexidade no emprego dos recursos, sobretudo em sequências de desacordo. Entendemos que a ação humana é fundamentalmente multimodal; que recursos multimodais são empregados de forma holística e que eles só adquirem sentido quando estão em conjunto. Entendemos que esses recursos não são hierarquizados *a priori*, mas somente adquirem relevância empiricamente e sentido localmente. Mais ainda, as relevâncias e os sentidos apenas são definidos dentro de contextos e atividades específicos. Em algumas atividades, a língua é o recurso principal, como por exemplo, as interações mediadas pelo uso do telefone, em outras atividades, são outras modalidades que se fazem mais importantes, como por exemplo, as interações entre bailarinos em exercícios de improvisação (e.g. EVOLA; SKUBISZ; FERNANDES, 2016). A prioridade de um recurso sobre o outro não é decidida *a priori*, mas sim como um fator emergente que depende do tipo de ação situada e da maneira como os participantes a concebem. Sendo assim, o que nos interessa investigar são os recursos que são mobilizados pelos participantes para a realização das ações discordantes multimodais. Interessa-nos pesquisar como essas sequências de desacordo são iniciadas e as distintas ações que são produzidas para que o desacordo chegue a uma resolução (ou não).

Acreditamos que a nossa proposta de mudança de perspectiva no entendimento a respeito da produção de enunciados multimodais de desacordo é uma das contribuições dessa tese para a área de investigação da linguagem humana em processos presenciais. O fato de entendermos as ações gestuais do coparticipante realizadas durante o turno do falante como ações discordantes em si que demandam ações responsivas do falante auxilia na compreensão da maneira pela qual os participantes se organizam dentro do *status* cambiante de falante-corrente e próximo falante, mostrando como o turno pertence a todos os participantes o tempo todo (O'CONNELL; KOWAL; KALTENBACHER, 1990). Além disso, essa posição de entendimento sobre os enunciados ajuda a fixar a noção de que tanto o falante quanto o

coparticipante são participantes ativos na interação e que a progressão interacional só é possível pelo trabalho conjunto e colaborativos deles.

Cabe destacar, por fim, que a presente tese integra um projeto maior que vem sendo desenvolvido no *LLIC – Laboratório, Linguagem, Interação, Cognição*. Esse projeto mais amplo, coordenado pelos professores-doutores Evani Viotti e Leland McCleary, busca, entre diversos objetivos, analisar a língua e outros sistemas semióticos do ponto de vista dos estudos da interação. Dentre os assuntos de interesse de pesquisa do LLIC estão os estudos da relação entre ações gestuais e língua, do corporeamento, da conceitualização de eventos, da referenciação, da intersubjetividade, entre outros.

Esta tese se organiza em seis capítulos. No próximo capítulo são apresentados os materiais e métodos empregados na pesquisa. No terceiro capítulo, apresentamos alguns conceitos da AC que foram fundamentais para a constituição deste estudo e descrevemos alguns estudos específicos que são pertinentes para a tese. No quarto capítulo, fazemos algumas considerações sobre a multimodalidade e os referenciais teóricos dos EG, assim como a revisão da literatura dessa área com a apresentação de estudos específicos que fomentaram a concepção desta pesquisa. No quinto capítulo encontram-se as análises multimodais de díades em interação face a face. No sexto capítulo, apresentamos os principais pontos apresentados nesta tese e as considerações finais, discutindo também as contribuições que a presente tese oferece.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

As correntes teóricas que norteiam as pesquisas em interação face a face privilegiam os dados públicos e naturais. Apesar de o ideal para essas correntes teóricas ser o dado totalmente espontâneo, é importante reconhecer que nenhuma interação registrada por um pesquisador ético - que informe aos participantes de sua gravação - será totalmente natural e espontânea, ainda que se atenuem os constrangimentos de filmagem. Sendo assim, a opção mais factível e viável são os dados semiespontâneos.⁶ Embora haja essas limitações para a captação dos dados, a produção de enunciados multimodais sempre reflete as contingências interacionais de dado evento de interação social. Sendo assim, para a pesquisa é mais importante um registro e explicitação detalhados das circunstâncias interacionais do que a busca de neutralização de uma intrusão inevitável.⁷ Acrescente-se, ainda, como argumentam Heritage e Greatbatch (1993), que não é o ambiente da interação em si que revela ao pesquisador uma organização de enunciados específicos, mas sim a orientação que os próprios participantes demonstram uns aos outros ao longo da situação interacional. As evidências para se desvendar a organização das sequências conversacionais são encontradas nos detalhes observados nas interações (SCHEGLOFF, 1997a). Cada uma das sucessivas contribuições dos participantes revela a análise que os próprios participantes fizeram a respeito dos movimentos interacionais que estão sendo realizados. Nas interações, cada momento é único, cada ocasião de troca interacional é única, evidenciando apenas uma única possibilidade de resposta que o participante elegeu como dada ação responsiva para a ação precedente. Dessa forma, é a partir da investigação das interações que podemos enxergar as possibilidades de movimentos, ações e estruturas que são recorrentes, podendo, assim, fazer inferências a respeito das tendências que os seres humanos apresentam durante suas interações sociais; sempre lembrando que a AC não dita regras e nem estabelece hipóteses *a priori*. A partir de observações das interações é que poderemos inferir alguma regularidade, sendo esta inferência sempre *a posteriori*. Além disso, essas regularidades jamais são regras normativas e rígidas. Ao contrário, são regularidades que mostram toda a

⁶ Leite e McCleary (2013) argumentam que as condições de gravação (com hora marcada, a presença de câmeras, de operadores de câmera) e o fato de uma conversa ter sido solicitada por um pesquisador contribuem para a diminuição da espontaneidade do discurso produzido. Nesse sentido, os dados provenientes deste tipo de metodologia tendem a ser chamados de dados semi ou quase-espontâneos.

⁷ Na AC, tendo consciência que essa intrusão é inevitável, o pesquisador prefere assumir que a interferência da presença do pesquisado e/ou operador de câmera e dos aparelhos tecnológicos fazem parte constitutiva da cena interacional e não comprometem o desenrolar da interação, pois como aponta Duranti (1997, p. 118), “os indivíduos normalmente não inventam comportamento social do nada, incluindo a linguagem. Ao contrário, suas ações são parte de um repertório que está disponível a elas independentemente da presença da câmera (.....). [D]urante a maior parte do tempo, os indivíduos estão muito ocupados com suas próprias vidas para modifica-las de maneira substancial devido à presença de um novo dispositivo ou de um novo indivíduo”.

flexibilidade e adaptabilidade da comunicação interacional, evidenciando como a interação humana é local e socialmente situada. Entendemos, assim, que mesmo que os dados não sejam totalmente espontâneos, eles são naturais, uma vez que eles conseguem revelar as regularidades das práticas interacionais que são mobilizadas ao longo da progressão da interação social.

As pesquisas que estudam a língua em uso preocupam-se, portanto, com ao menos três aspectos relacionados à escolha e tratamento dos dados - a) a escolha do tipo de dado com o qual se deseja trabalhar; b) a maneira pela qual os dados serão coletados; e c) o registro dos dados, isto é, as escolhas a respeito da maneira como os dados serão transcritos – para que se possa evidenciar a construção local das interações.

Em relação à escolha dos dados, o primeiro questionamento que surge é se os dados serão públicos (dados disponíveis a qualquer pesquisador que queira analisá-los) ou privados (dados disponíveis a apenas um pesquisador) ou se serão manipulados (dados estimulados pelo pesquisador) ou naturais (dados (semi)espontâneos). Chafe (1994) apresenta que, a partir desses parâmetros, formam-se quatro categorias possíveis de tipos de dados, a saber, dados: 1) públicos e naturais; 2) públicos e manipulados; 3) privados e naturais; e 4) privados e manipulados. Cada uma dessas categorias de dados apresenta vantagens e desvantagens que devem ser ponderadas no momento da escolha dos dados de pesquisa. Como já dissemos, os pesquisadores do uso espontâneo da língua têm privilegiado o uso de dados naturais, sobretudo as conversas em relação a outras formas interacionais (e.g. palestras, entrevistas),⁸ uma vez que acreditam que a conversa é a forma mais básica de organização da vida social humana (e.g. BAVELAS; CHOVIL, 2006; BAVELAS et al., 1997; SCHEGLOFF, 1999). Apesar de os constantes avanços tecnológicos propiciarem cenários inéditos para as interações (e.g. telefone, telecomunicação audiovisual), a conversa face a face é um gênero universal a todas as comunidades humanas, além de ser a estrutura de base para a aquisição de linguagem (e.g. CLARK, 1996, p. 9). Como observa Schegloff (1996, p. 54), “a cena fundamental e primordial da vida social é aquela na qual ocorre a interação entre os membros de uma mesma espécie social, tipicamente entre aqueles que estão fisicamente em copresença”.

Quanto à maneira como os dados serão coletados, o ideal seria observar a interação sem haver a presença de câmeras ou do pesquisador, como já expusemos acima. Entretanto, isso nunca é plenamente possível, seja por motivos éticos, uma vez que as pessoas precisam

⁸ O fato de haver essa preferência não significa que não haja estudos levando em conta as outras formas interacionais. Exemplos desse tipo de pesquisa são a tese de doutorado de Irene Mittelberg (2006) na qual a pesquisadora analisa os gestos de quatro professores universitários de aulas expositivas de cursos introdutórios de linguística em duas universidades americanas e o texto (capítulo de livro) de Geneviève Calbris (2008) no qual a pesquisadora analisa os gestos do político francês Lionel Jospin em seis entrevistas televisivas.

consentir que serão filmadas, seja por questões situacionais.⁹ Além disso, para a investigação multimodal, precisamos realizar registros audiovisuais das interações para que possamos acessar os detalhes interacionais da maneira mais próxima possível, uma vez que esses detalhes (e.g. ações gestuais, duração das pausas e silêncios, disfluências na fala etc.) não são recuperáveis de outras formas, como por exemplo, nas notas de campo ou entrevista. É só por meio dos registros audiovisuais que os analistas terão a oportunidade de ouvir e visualizar a interação repetidas vezes, possibilitando, assim, a produção de análises mais aprofundadas.

Apesar de o registro audiovisual ser fundamental para uma análise multimodal minuciosa, o pesquisador precisa estar consciente que a câmera nunca consegue registrar a interação na sua completude. Escolhas de quando começar e terminar a filmagem e de onde posicionar a câmera, se mais próximo de algum participante e mais distante de outros; se será necessário a exclusão de alguns participantes do ângulo de filmagem da câmera quando o grupo é grande ou de participante(s) que não deu(deram) seu consentimento para a filmagem etc., são escolhas que afetam o que o analista poderá dizer depois, já que é dentro dos limites do que foi registrado pela câmera que poderemos fazer observações a respeito das ações dos participantes durante a progressão interacional. O registro audiovisual não é, portanto, uma cristalização absoluta de todos os aspectos presentes na interação, mas sim, como pontua Loder (2006, p. 53), “uma aproximação em segundo grau da interação”. Mas isso não quer dizer que o material não é suficiente para uma microanálise, pois, como aborda Sacks (1984, p. 26), “os materiais gravados em fita constituem um registro ‘bom o suficiente’ do que aconteceu. Outras coisas, com certeza, aconteceram, mas, ao menos, o que estava na fita aconteceu”. Vê-se, portanto, que o processo de gravação não é neutro, já que o pesquisador precisa tomar decisões que afetarão as etapas vindouras e nem é completo, uma vez que há limitações quanto ao que a câmera consegue registrar. Como apresenta Loder (2006, p. 54), podemos dizer “que a análise inicia-se já nessa fase de gravação, balizada por escolhas que afetarão as etapas analíticas a seguir”.

No tocante ao registro dos dados, as escolhas de como proceder à transcrição também podem afetar o trabalho posterior do analista. A partir da seleção das gravações de potencial interesse, o processo de transcrição é que permitirá a análise dos aspectos sonoros e visuais de modo mais sistemático. Nas transcrições verbais dos pesquisadores que adotam a prática

⁹ É usual que os participantes topicalizem o fato de estarem sendo filmados durante o desenrolar da interação. Nos dados obtidos para esta tese, há alguns fenômenos dessa natureza nos quais os participantes deixam evidenciado que sabem que estão sendo gravados naquele momento (e.g. *shii, será que eu podia falar isso aqui?; que fique registrado, é bom mesmo que fique gravado, eu odeio trabalho em grupo*) Relatos desse fenômeno também foram apresentados em Mondada (2006) e Zuengler, Ford e Fassnacht (1998)

teórico-metodológica da AC, vemos que há um interesse não só sobre *o que* os participantes falam, mas também *a maneira* como eles falam. Devemos registrar os enunciados dos participantes da forma como eles foram produzidos, não negligenciando pausas, alongamentos, autointerrupções, reformulações, inspirações e expirações audíveis, repetições, risos etc., e procurando indicar, também, na medida do possível, marcações gerais de prosódia e entoação.

Como aponta ten Have (2007, p. 77),

as transcrições não devem ser consideradas como substitutos das gravações. Elas são versões seletivas (...) de certos aspectos que a gravação preservou da interação original, produzida com um propósito particular em mente por um pesquisador em particular com suas capacidades e limitações específicas.

Desse modo, assim como a etapa de geração de dados, a produção de transcrições também faz parte do processo de análise, uma vez que nenhuma transcrição é completa, já que não abarca todos os aspectos registrados na gravação, e nem é neutra, pois ao fazer a transcrição, o pesquisador está orientado pelas motivações teóricas às quais a transcrição deve satisfazer. Sendo assim, a transcrição sempre resulta em uma representação parcial dos aspectos presentes no encontro. Por isso, no momento da análise é fundamental que o pesquisador revise os registros audiovisuais de maneira constante e sistemática.

Nos tópicos a seguir, serão discutidos em detalhes alguns aspectos metodológicos que cercaram a pesquisa como um todo, desde o processo de escolha do tipo de dado, do processo de gravação das conversas, passando pela necessidade e/ou utilidade de manipulação dos vídeos, e chegando até os recursos e convenções adotados na transcrição dos dados, além das escolhas a respeito da forma de fazer a análise multimodal. Nesse sentido, serão discutidas tanto as dificuldades quanto as soluções que foram encontradas ao longo da pesquisa.

2.1 A ESCOLHA E A COLETA DOS DADOS

Quanto à escolha dos dados, apesar de termos privilegiado as conversas face a face, não nos restringimos apenas aos dados públicos e naturais (semiespontâneos). Para as análises e exemplificações, utilizamos tanto dados públicos e naturais, quanto dados públicos e manipulados. Em relação aos nossos dados naturais, eles são constituídos de vários tipos de interação face a face (conversas sem assunto previamente definido; conversas com assunto previamente definido; conversas para a realização de tarefa específica e debate político televisionado ao vivo) e as gravações foram obtidas em diferentes momentos da pesquisa, perfazendo um total de aproximadamente 15 horas e 30 minutos de registros audiovisuais. Quanto aos dados públicos e manipulados, utilizamos esse tipo de dado para a exemplificação

de alguns conceitos teóricos. São dados de uma pesquisa experimental que totalizam 2 horas e 25 minutos de gravações audiovisuais.

Todas as nossas interações foram realizadas em português brasileiro por falantes nativos. As interações face a face são realizadas por díades com diferentes graus de intimidade. Há interação entre familiares (entre cônjuges, pais e filhos e entre irmãos), entre amigos, entre conhecidos que frequentam o mesmo ambiente escolar ou de trabalho, entre desconhecidos e entre pessoas públicas do cenário político nacional. A idade dos participantes varia de 15 a 65 anos. As interações foram realizadas em diferentes estados do Brasil.

Para realizar a gravação das interações utilizamos diversas câmeras devido à própria natureza da pesquisa. Como nosso objetivo é investigar a interação de maneira multimodal e da forma mais holística possível, precisamos registrar as ações gestuais com a clareza necessária à análise pretendida. O registro da gestualidade precisou ser realizado com o uso de várias câmeras, sobretudo, porque incluímos em nossa investigação a análise das ações faciais. Para as ações faciais, precisamos da filmagem em *close-up* das faces de cada um dos participantes. Para os gestos manuais e outras ações corporais, foi necessária a gravação de cada um dos participantes em plano americano - gravação parcial do corpo, com enquadramento à altura do quadril. Quando foi possível (quando existia número de câmeras suficientes), fizemos a filmagem, em plano aberto - ambos os participantes no mesmo enquadramento - para termos a visão da atuação de ambos simultaneamente.

Vejamos as explicações específicas à coleta dos diferentes dados.

2.1.1 As conversas semiespontâneas sem assunto previamente definido

As conversas semiespontâneas sem assunto previamente definido foram gravadas em duas fases. Na primeira fase da coleta, em julho de 2012, gravamos oito díades com a participação de sete pessoas (3 homens e 4 mulheres) com profissões e idades variadas. São interações entre cônjuges, amigos, pais e filhos e entre irmãos, ou seja, os participantes que já se conheciam antes da interação acontecer. Cada uma das interações durou aproximadamente 30 minutos. As gravações ocorreram na casa da pesquisadora.

Os participantes foram informados de que a pesquisa, em linhas gerais, tinha como objetivo analisar a comunicação na interação face a face. Após assinarem o *Termo de Consentimento para Participação em Pesquisa* (ver APÊNDICE A), os participantes, sentados

um de frente para o outro,¹⁰ foram deixados sozinhos numa sala, para conversar sem nenhum tópico previamente definido. Foram utilizadas quatro câmeras: duas, posicionadas atrás de cada participante, com o auxílio de tripés, para a filmagem frontal das ações faciais do respectivo coparticipante e duas câmeras para a filmagem da lateral/diagonal dos corpos dos participantes. A duração dessas gravações audiovisuais é de aproximadamente 4 horas

Na segunda fase da coleta de dados, em julho de 2013, foram realizadas as gravações de outras cinco díades em interações face a face. Os participantes dessas interações são quatro bacharéis em Linguística (3 homens e 1 mulher) que se conhecem por terem frequentado cursos juntos. As conversas cujos temas foram livremente escolhidos pelos participantes duraram, aproximadamente, 20 minutos cada uma.

As cinco interações foram realizadas no Estúdio de Multimeios (EMM) do Centro de Comunicação Eletrônica da Universidade de São Paulo. Para as gravações foram empregadas cinco câmeras: duas para as ações faciais de cada díade, duas para o plano americano, e uma para o plano aberto. Cada participante utilizou um microfone de lapela. No momento do convite para a participação no estudo foi dito aos participantes que o objetivo da pesquisa, em linhas gerais, envolvia a análise da comunicação na interação face a face. No dia da gravação os participantes assinaram um *Termo de Consentimento para Participação em Pesquisa*. Após a assinatura do termo, as díades foram dirigidas ao estúdio no qual havia a presença de dois operadores de câmera. Os participantes permaneceram sentados um de frente para o outro. A duração desses audiovisuais é de aproximadamente 1 hora e quarenta minutos.

2.1.2 As conversas semiespontâneas com assunto previamente definido

Os dados apresentados a seguir foram coletados para uma pesquisa realizada para a disciplina *Cultura e Cognição*, ministrada pela Profa. Dra. Maria Lyra do Departamento de Psicologia Cognitiva da Universidade Federal de Pernambuco, para a obtenção dos créditos obrigatórios requeridos pelo Programa de Pós-graduação do Departamento de Letras Modernas da FFLCH/USP. O objetivo da referida pesquisa era verificar como se dá a reconstrução de informações ao longo do tempo, analisando se os indivíduos se atêm às informações recebidas, se as recriam e em que medida essa recriação se distancia das informações originais.

¹⁰ A opção por colocar os participantes sentados, ou seja, em cenários mais estáticos, foi devido às limitações técnicas (ausência de operadores para seguir as movimentações dos participantes), mas também por recomendação de que a geração de imagens envolvesse o mínimo possível de movimentação de câmera, sobretudo, por um de nossos interesses ser a investigação das ações faciais em episódios de desacordo.

Sete pessoas participaram dessa pesquisa (um participante-colaborador e outros 6 indivíduos: 6 homens e 1 mulher), realizando um total de 6 interações face a face com duração aproximada de 25 minutos para cada uma.¹¹ Todos os participantes são alunos de música da Universidade Federal de Pernambuco e se conheciam anteriormente por serem colegas de curso. Antes das interações ocorrerem os participantes assinaram o *Termo de Consentimento para Participação em Pesquisa*. No momento do convite da participação na pesquisa, foi-lhes dito que o objetivo da pesquisa era a investigação a respeito da memória.

As gravações audiovisuais ocorreram em janeiro de 2015 e foram realizadas na Escola de Música da Universidade Federal de Pernambuco. Os participantes, sentados diagonalmente um para o outro, foram deixados sozinhos numa sala da instituição por todo o tempo da interação. Foram utilizadas três câmeras para a filmagem: duas, posicionadas em frente a cada um dos participantes com o auxílio de tripés, para a filmagem frontal das ações faciais de cada um dos participantes, e uma câmera para a filmagem dos participantes em plano americano.

A pesquisa foi realizada em cinco etapas. Na primeira etapa o participante-colaborador¹² conversa com um dos participantes da pesquisa (participante A) a respeito de dois movimentos artísticos brasileiros (Movimento Armorial e Movimento Mangubeat).¹³ As informações fornecidas pelo participante-colaborador não lhe foram previamente dadas. São informações de seu conhecimento individual a respeito desses dois movimentos artísticos. Na segunda etapa, após 10 minutos da primeira interação, o participante (A) deveria contar ao participante (B) o que lhe havia sido narrado na interação precedente. Na terceira etapa, após uma semana de

¹¹ Essas seis interações são as interações que ficaram sob a responsabilidade de análise desta pesquisadora. A pesquisa para o referido curso foi realizada por um grupo de alunos, cabendo a outros membros desse grupo a análise de outras interações.

¹² O participante-colaborador recebeu essa designação por ser ele o indivíduo que gerou as informações iniciais que deveriam ser recontadas posteriormente a outros indivíduos. Esse participante realizou apenas a primeira interação.

¹³ O Movimento Armorial surgiu em Pernambuco, na década de 1970, sob a inspiração e direção do escritor Ariano Suassuna e com a colaboração de um grupo de artistas e escritores da região. Teve início no âmbito universitário e, posteriormente, difundiu-se para outros setores culturais. A iniciativa artística tinha como objetivo criar uma arte erudita a partir de elementos da cultura popular do Nordeste brasileiro. Expressões artísticas, tais como literatura, música, dança, artes plásticas, teatro, cinema, arquitetura entre outras, compõem o Movimento Armorial. Nas próprias palavras de Ariano Suassuna, “a Arte Armorial Brasileira é aquela que tem como traço comum principal a ligação com o espírito mágico dos ‘folhetos’ do Romanceiro Popular do Nordeste (Literatura de Cordel), com a música de viola, rabeca ou pífano que acompanha seus ‘cantares’, e com a xilogravura que ilustra suas capas, assim como com o espírito e a forma das artes e espetáculos populares com esse mesmo Romanceiro relacionados” (*Jornal da Semana*, Recife, 20 de maio de 1975).

O Movimento Mangubeat surgiu em Pernambuco, na década de 1990, como um movimento de contracultura que mistura ritmos regionais como, por exemplo o maracatu rural, com outros ritmos musicais como o rock, hip-hop, funk e música eletrônica. O movimento tem como principal crítica o abandono socioeconômico do mangue, um ecossistema típico da costa do Nordeste brasileiro e da cidade de Recife. Essa crítica de abandono do mangue é utilizada como metáfora para denunciar a prioridade das políticas governamentais ao eixo Rio-São Paulo e como reflexão sobre as possibilidades para o desenvolvimento da cidade de Recife e outras localidades costeiras. Chico Science é considerado o principal expoente do Movimento.

intervalo, o participante (A) deveria recontar as informações que havia escutado durante a primeira interação a um novo participante (C). Na quarta etapa, após um intervalo de quinze dias, novamente o participante (A) recontava as informações a um novo participante (D). Na quinta etapa, respeitando um intervalo de vinte dias, o participante (A) recontava igualmente para a pesquisadora o que havia escutado e era entrevistado para saber algumas das suas impressões a respeito das diferentes etapas. Nessa etapa, o participante (A) também respondia, por escrito, a um questionário contendo tanto perguntas abertas quanto perguntas fechadas, a respeito de informações sobre os movimentos artísticos e sobre suas impressões/sentimentos a respeito da pesquisa e de sua participação no evento. Para esta tese, as informações obtidas nessa quinta etapa não foram consideradas em nenhum dos momentos das análises. A duração dessas gravações audiovisuais é de aproximadamente 3 horas.

2.1.3 A conversa semiespontânea orientada para a execução de determinada tarefa

Em relação a esse tipo de dado, temos uma única interação realizada na casa de um colaborador que cedeu o espaço para que a gravação pudesse ocorrer em maio de 2015. É uma interação entre duas mulheres que haviam acabado de se conhecer naquele dia. Para uma das participantes foi pedido que as duas conversassem e sugerissem uma decoração para alguns dos ambientes da casa - reformados a pouco tempo e que ainda se encontravam vazios no momento da interação. A outra participante não tinha conhecimento que deveria executar tal tarefa. Para ela foi dito apenas que ela deveria conversar livremente com a outra participante. No momento do convite para a participação no estudo foi dito às participantes que o objetivo da pesquisa, em linhas gerais, envolvia a análise da comunicação na interação face a face. No dia da gravação as participantes assinaram um *Termo de Consentimento para Participação em Pesquisa*. Durante a interação, dois colaboradores estiveram presentes para gravar as participantes que podiam andar livremente pelo espaço destinado à decoração que elas proporiam.¹⁴ A duração da filmagem dessa interação gira em torno de 30 minutos.

2.1.4 Interações face a face em debates políticos televisionados ao vivo

Nas eleições de 2014 para presidente do Brasil, para os debates da primeira fase eleitoral, ocorreram cinco debates políticos televisionados ao vivo entre os dias 26 de agosto e

¹⁴ A decisão de grava-las com liberdade de movimentação deve-se ao fato de tentarmos ser coerentes com a tarefa pedida: a decoração do local. Além disso, tínhamos pessoas disponíveis para a operação das câmeras enquanto as participantes se moviam no espaço.

02 de outubro. Os debates televisionados foram transmitidos pelas redes de comunicação *Bandeirantes* (26-08-2014), *SBT* (01-09-2014), *TV Aparecida* [CNBB] (16-09-2014), *Record* (28-09-2014) e *Globo* (02-10-2014) com duração aproximada de 2 horas cada um. Esses debates encontram-se disponibilizados na internet.¹⁵ Os debates ocorreram apenas entre os 7 candidatos cujos partidos conseguiram eleger representantes, nas eleições de 2010, para a Câmara de Deputados dentre os 11 candidatos que disputaram o cargo à Presidência da República nessas eleições. Os 7 candidatos são Aécio Neves (PSDB), Dilma Rousseff (PT), Eduardo Jorge (PV), Levy Fidelix (PRTB), Luciana Genro (PSOL), Marina Silva (PSB) e Pastor Everaldo (PSC). A duração dessas interações é de aproximadamente 10 horas.

2.1.5 Dados de uma pesquisa experimental realizada para o workshop de Métodos Empíricos em Linguística Cognitiva (EMCL7)

Os dados para a pesquisa experimental foram obtidos durante o workshop do sétimo encontro de Métodos Empíricos em Linguística Cognitiva (EMCL7), realizado na Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, entre os dias 2 e 8 de agosto de 2015 pelo time do Lab1 sob a orientação dos Profs. Drs. Alan Cienki e José Ferrari. O objetivo da pesquisa foi investigar os gestos manuais em coocorrência ao uso verbal dos dêiticos **aqui**, **aí**, **alí** e **lá** tanto no uso concreto (espacial) quanto no uso metafórico. Utilizando orações que constam do banco de dados C-ORAL Brasil, foram construídas 8 orações diferentes (2 para cada um dos dêiticos) nas quais constavam tanto o uso concreto quanto o uso metafórico dos dêiticos verbais (e.g. **Primeiro você coloca a farinha. Aí você coloca os ovos e bate a massa. Filha, pega esse leite aí pra mim, por favor**). Cada participante recebeu um *script* com 4 orações (uma para cada um dos dêiticos).¹⁶

Para cada uma das orações havia um contexto situando a sentença que eles deveriam produzir (para a oração acima a contextualização era: **Uma mãe está ensinando a filha a fazer um bolo e diz:**). Foram filmados 25 indivíduos e cada gravação teve a duração de 5 minutos

¹⁵ Os debates completos utilizados para esta pesquisa estão disponíveis nos seguintes sites:

Bandeirantes: <https://www.youtube.com/watch?v=rPAMXAqK-Qk>

SBT: <https://www.youtube.com/watch?v=iG48FI6RCxY>

TV Aparecida: <https://www.youtube.com/watch?v=Kqvp23LYFsQ>

Record: <https://www.youtube.com/watch?v=ubZ3fZ7IJxQ>

Globo: https://www.youtube.com/watch?v=U88R_g0I05Q

¹⁶ As orações nos *scripts* foram ordenadas aleatoriamente pelos pesquisadores. No total foram produzidos 8 *scripts* distintos.

aproximadamente, perfazendo, um total de 2 horas e 25 minutos. Os participantes foram filmados em pé com uma única câmera.¹⁷

Os participantes assinaram o *Termo de Consentimento para Participação em Pesquisa* e, no momento do convite da participação na pesquisa, foi-lhes dito que o objetivo da pesquisa era a investigação a respeito do uso da língua em situações semiespontâneas.

Apesar de essa ser uma pesquisa que elicia dados sem haver qualquer tipo de interação face a face, optamos por mostrá-la uma vez que temos diferentes participantes produzindo enunciados verbais com o mesmo conteúdo linguístico. Sendo assim, esses dados servem para exemplificar como os gestos manuais podem ser produzidos de diferentes maneiras mesmo quando o conteúdo do enunciado verbal é semelhante.

2.2 A MANIPULAÇÃO DOS VÍDEOS

Para editar os vídeos das interações, coletadas com várias câmeras, com o objetivo de sincronizar as gravações foi empregado o programa de edição de vídeo *Sony Vegas Movie Studio HD Platinum 11.0*. Primeiramente, foram cortados os momentos iniciais e finais das filmagens, sincronizando os vídeos nos mesmos pontos.¹⁸ Posteriormente, para facilitar a apresentação dos dados, sobretudo em relação às ações faciais, e mostrar os participantes concomitantemente, optamos por editar os vídeos utilizando o recurso da tela dividida de forma simétrica, ou seja, ambos os participantes tiveram a mesma dimensão espacial na tela.

O uso da tela dividida é um recurso que os diretores de programas de TV e cinema e, mais recentemente os pesquisadores das ciências humanas, empregam com o objetivo de aproximar indivíduos que estão posicionados em diferentes pontos no espaço interacional (MONDADA, 2009b). A tela dividida é uma solução para o problema de visualização de sequências lineares que ocorrem simultaneamente. A tela dividida permite o acesso simultâneo de fluxos de ações paralelos, fazendo com que os momentos de coocorrência de ações possam ser percebidos. Sendo assim, esse recurso proporcionou a visualização das díades momento-a-momento, viabilizando a análise multimodal dessas interações face a face.

¹⁷ A escolha de não os colocar sentados deve-se à razão de acreditarmos que o fato de estar sentados poderia restringir a produção de alguns gestos manuais.

¹⁸ Para as interações das conversas semiespontâneas sem assunto previamente definidos ocorridas na primeira fase da coleta dos dados, a sincronização dos vídeos apresenta uma pequena diferença entre as imagens das faces dos participantes e as dos seus corpos. Atribui-se a isso o fato de termos usado três modelos de câmeras de dois fabricantes. Acreditamos que esta pequena diferença entre as imagens não comprometeu a análise da interação.

Mantivemos na tela dividida a mesma distribuição espacial que ocorreu na interação. O participante que estava localizado à esquerda, também ficou com sua imagem à esquerda na tela dividida. Desta forma, a tela dividida operou não apenas como uma recomposição das ações dos participantes, mas também como uma reorganização do espaço interacional.

2.3 A SELEÇÃO DOS DADOS

Após a coleta dos dados, precisamos selecionar quais gravações iríamos utilizar para a análise. Para realizar essa seleção, seguimos a sugestão de ten Have (2007) de, num primeiro momento, assistir aos registros na íntegra, fazendo anotações sobre os acontecimentos ocorridos nas interações e pontos que nos parecessem interessantes para investigação. Para compor nosso material de análise e de exemplificação conceitual, selecionamos algumas interações nas quais os episódios de discordância verbal estivessem bastante evidenciados, isto é, que não promovessem palco para polêmicas a respeito das análises oferecidas sobre a modalidade verbo-vocal. Acreditamos que ao escolhermos sequências de discordância verbal bem marcadas, o papel da gestualidade poderia ser ressaltado com mais clareza. O quadro abaixo indica a seleção desses dados.

Quadro-Resumo 1 da seleção das interações

Tipo de material	Total de gravações	Número de gravações selecionadas	Interação/ Participantes
Conversa sem assunto previamente definido - 1ª fase	8	2	1-casal juntos há mais de 25 anos ¹⁹ 2-interação entre duas irmãs
Conversa sem assunto previamente definido - 2ª fase	5	1	conversa entre amigos
Conversa com assunto previamente definido	6	3	conversa entre amigos
Conversa orientada para execução de tarefa	1	1	conversa entre participantes que não se conheciam até o momento da interação

¹⁹ Esta interação já havia sido analisada em estudo piloto sobre enunciados negativos. A primeira versão do estudo piloto foi apresentada como trabalho final (*A multimodalidade da negação numa interação face a face*), realizado para a disciplina FLM5437 – *A multimodalidade na comunicação face a face*, ministrada pelo Prof. Dr. Leland McCleary, no segundo semestre de 2012. Uma segunda versão desse estudo foi apresentada no exame de qualificação de mestrado (*Um estudo sobre a multimodalidade dos atos comunicacionais negativos*) que resultou na aprovação no *Exame de Qualificação de Mestrado*, realizado em 11 de março de 2014 e na decisão da banca de passar a pesquisa para o nível de doutoramento.

Debate político	5	1	debate exibido pela <i>Record</i> (28-09-2014)
EMCL7	25	4	2 homens e 2 mulheres
<i>Duração aproximada do material selecionado = 5 horas e 20 minutos</i>			

2.4 A TRANSCRIÇÃO E CODIFICAÇÃO DOS DADOS

Realizada a seleção dos dados o passo seguinte foi transcrever a fala e codificar as ações gestuais dessas interações. Conforme alertam Dubois e colegas (1990), a transcrição verbal é o problema central para todo pesquisador que pretenda analisar a fala em interação; pois, pequenos detalhes da fala podem ter relevância para a interpretação dos enunciados. Acrescentamos que esse problema se torna ainda maior para os pesquisadores da gestualidade em coocorrência à fala, uma vez que mesmo a mais sutil das mudanças nas ações gestuais pode ter importância para a compreensão da progressão interacional.

Mesmo tendo consciência da impossibilidade de escapar da natureza interpretativa e, muitas vezes, arbitrária, do processo de transcrição e codificação, como bem alertam Dubois e colegas (1990), tentamos realizar este procedimento da forma mais descritiva possível. O processo de transcrição e codificação dos dados foi realizado em duas etapas. Na primeira, foi realizada a transcrição da fala. Na segunda, procedemos à codificação da gestualidade.

Para a transcrição da fala e a codificação da modalidade gestual utilizamos o programa ELAN²⁰ que permite uma transcrição multimodal. O ELAN permite que a transcrição multimodal seja realizada por meio de anotações (sempre realizadas manualmente) em trilhas específicas, tanto para a parte linguística, quanto para a modalidade gestual por meio de seus diferentes articuladores corporais. Podem-se criar tantas trilhas quantas forem as necessidades do pesquisador. O número elevado de trilhas não acarreta problemas de operacionalidade no programa, uma vez que o ELAN permite que o pesquisador trabalhe apenas com as trilhas que sejam de seu interesse a cada momento, ocultando aquelas que não estão sendo utilizadas.

As trilhas trabalhadas neste estudo são baseadas no modelo usado pelo grupo do *Laboratório de Linguagem, Interação e Cognição* (LLIC) da USP.²¹ As trilhas de codificação para cada participante que foram utilizadas para as interações que compõem o material desta

²⁰ ELAN (*Eudico Linguistic Annotator*) é um programa livre do Max Planck Institute de Nijmegen (Holanda), desenvolvido, inicialmente, para atender as necessidades das pesquisas na área da psicolinguística

²¹ O *Laboratório de Linguagem, Interação e Cognição* (LLIC), sob a supervisão dos Profs. Drs. Evani de Carvalho Viotti e Leland Emerson McCleary, vem desenvolvendo um modelo de transcrição e codificação para as línguas orais e sinalizadas desde 2002. O modelo utilizado pelo grupo foi proposto em McCleary e Viotti (2007), avançado em Leite (2008) e revisto em McCleary, Viotti e Leite (2010).

tese são: fala, direção do olhar, movimentos de cabeça, posição das sobrancelhas, posição das pálpebras, configuração dos lábios, posição dos ombros, posição do corpo, unidades gestuais manuais, fases do gesto manual, tipos de gesto manual e descrição dos gestos manuais. Com exceção das trilhas da fala, das unidades gestuais manuais e da descrição dos gestos manuais, as outras trilhas utilizam vocabulários controlados específicos.²² Os vocabulários controlados facilitam o processo de padronização da transcrição e a diminuição de erros de digitação, uma vez que são representados basicamente por siglas e/ou números. As possibilidades de anotação variam de uma trilha para outra. Para a transcrição das ações gestuais utilizou-se como referente o próprio corpo do participante.²³

2.4.1 A transcrição da fala

No processo de transcrição da modalidade verbal no ELAN, utilizamos um arquivo de som (.wav) para transcrever as falas dos participantes. Ocultamos as imagens dos participantes para que o entendimento verbal não fosse influenciado por essas imagens. Nesta fase, portanto, criamos as trilhas de fala para cada um dos participantes da interação. A transcrição da modalidade verbal foi realizada por meio de adaptações às regras propostas por Jefferson (2004). Essas adaptações podem ser vistas no APÊNDICE B.

Em relação ao registro empregado na transcrição das falas, a opção foi por manter a ortografia padrão a fim de facilitar a leitura e o acesso à discussão dos dados transcritos.

Nesta pesquisa, a fala é segmentada em unidades entoacionais. Dubois e colegas (1990) definem unidades entoacionais (UEs) como pequenos agrupamentos prosódicos com um sentido mínimo e coerente. Chafe (1994) acrescenta que as UEs são unidades de processamento cognitivo e linguístico que constituem a forma mais natural de segmentação do discurso. Chafe propõe que as características das UEs envolvem uma ou mais das especificações que seguem: (a) mudanças na frequência (tom); (b) mudanças na duração (abreviação ou alongamento das

²² Vocabulários controlados são repertórios fechados de anotações, representados por siglas e/ou números. As possibilidades de anotações de cada vocabulário controlado variam de uma trilha para outra e baseiam-se nas convenções propostas para um arquivo-modelo de transcrição do ELAN desenvolvido dentro do grupo LLIC da USP. Por exemplo, para a descrição dos movimentos de cabeça, temos: DF (*default*) – cabeça na posição neutra; NO (*nod*) – acenos de cabeça; SH (*headshake*) – abanos de cabeça; SR (*shake right*) – virar a cabeça para a direita; SL (*shake left*) – virar a cabeça para a esquerda; TR (*tilt right*) – inclinar a cabeça para a direita; TL (*tilt left*) – inclinar a cabeça para a esquerda; NF (*nod forward*) – inclinar a cabeça para a frente; NB (*nod back*) – inclinar a cabeça para trás; PF (*push forward*) – empurrar a cabeça para frente; PB (*push back*) – empurrar a cabeça para trás; e LI (*linked*) – movimento de cabeça associado à direção do olhar. Graças ao recurso do ELAN de mesclar anotações, é possível combinar os movimentos numa única anotação (e.g. SRTL – virar a cabeça para a direita e incliná-la para a esquerda).

²³ Por exemplo, quando se descreve que houve um movimento lateral de cabeça para a esquerda, essa descrição refere-se à lateralidade esquerda do participante e não à lateralidade percebida pelo observador-pesquisador.

sílabas ou palavras); (c) mudanças na intensidade (volume); (d) alternâncias entre vocalização e silêncio (pausas); (e) mudanças de diferentes tipos na qualidade da voz; e (f) mudanças no turno. As UEs, portanto, podem ser coincidentes com um turno de fala e as unidades de construção de turno (TCUs). Optou-se por fragmentar a fala em UEs por esta ser uma unidade sonora que não depende de uma análise gramatical ou interacional para a sua identificação. Além disso, as UEs exibem as características próprias a cada momento na interação, evidenciando a interpretação do participante sobre esse momento.

2.4.2 A codificação das ações gestuais

Feita a transcrição da fala, a próxima etapa foi realizar a codificação das ações gestuais. Nesta etapa de codificação da modalidade gestual no ELAN, realizamos a tarefa sem o auxílio do som. Ocultando as trilhas das falas, codificamos a gestualidade de cada um dos participantes, dividindo-a em trilhas específicas - direção do olhar, movimentos de cabeça, posição das sobrancelhas, posição das pálpebras, configuração dos lábios, posição dos ombros, posição do corpo e gestos manuais (unidades de gestos manuais, fases dos gestos manuais e tipos de gestos manuais – para cada uma das mãos). A seguir apresentamos a Figura 1 mostrando uma tela do ELAN para melhor entendermos como foi o processo de codificação das ações gestuais.

Figura 1: Tela do ELAN mostrando as anotações nas trilhas de fala de dois participantes interacionais e nas trilhas de diferentes articuladores corporais para ambos os participantes. A barra em vermelho sinaliza o exato

momento do vídeo que está sendo mostrado nas janelas de imagens (parte superior esquerda da tela). A faixa cor de rosa horizontal destaca a trilha de fala de Rosê (R-speech). A faixa azul vertical (coluna azul) mostra a seleção de três fragmentos de sua fala e dois segmentos de fala de Gerson. A faixa azul horizontal (parte superior direita) apresenta dois fragmentos de fala de Gerson. Os círculos vermelhos sinalizam: a) para o número 1, a indicação dos números correspondentes aos fragmentos (UEs) de fala de Gerson (UEs 12 e 13); b) para o número 2, exemplos de trilhas empregadas na análise - movimentos de cabeça, direção do olhar e movimento das sobrancelhas para ambos os participantes; c) para o número 3, a sigla utilizada para descrever a direção do olhar de Gerson (AD (addressee) – olha para o coparticipante); e d) para o número 4, três fragmentos de fala de Rosê.

A Figura 1 apresenta uma tela do ELAN com alguns dos seus recursos. Além desses recursos, o programa ainda permite que o analista possa ver o vídeo em diferentes velocidades, inclusive quadro a quadro. Um recurso importante para o analista da gestualidade é o fato de se poder arrastar o mouse sobre a linha do tempo, criando, assim, a coluna azul, e selecionar qualquer seção da interação, podendo repeti-la em velocidades variadas ou vê-la quadro a quadro. Esse recurso é fundamental, uma vez que a seleção e a observação cuidadosas são a base da microanálise, ao revelar detalhes da sequência interacional que não são óbvios na primeira vez que se assiste ao filme em tempo real. Com o recurso das múltiplas trilhas é possível ver as reações do coparticipante ao escutar os enunciados multimodais do falante. Sendo assim, o ELAN não é apenas uma “ferramenta flexível, mas um ‘microscópio’ que propicia ao analista entrar nesse mundo de detalhes, ao mesmo tempo que preserva esse mundo interacional” (BAVELAS et al., 2016, p. 138).

O procedimento que realizamos para fazer a codificação das ações gestuais foi, primeiramente, desligar o som e ocultar as trilhas da fala. Depois, passamos a localizar o momento no qual um determinado movimento (e.g. movimento de cabeça) teve início e foi finalizado.²⁴ Para localizarmos esse intervalo, utilizamos o expediente de mover a barra vermelha para frente e para trás repetidamente, até que estivéssemos satisfeitos e seguros de que aquele intervalo representava uma ação gestual completa daquele movimento. Nesse momento, produzimos a anotação específica a esse movimento. Feitas as anotações é possível, posteriormente, realizar ajustes caso se façam necessários.

Vemos, portanto, que o programa ELAN é um recurso fundamental para o analista da multimodalidade, uma vez que ele permite ao analista verificar a temporalidade, a simultaneidade e a sequencialidade das múltiplas dimensões semióticas atuando concomitantemente momento a momento durante a progressão interacional. O ELAN mostra o que efetivamente os participantes fizeram no desenrolar da sua interação. Com o auxílio do ELAN é possível notar o que ocorreu na cena interacional em milésimos de segundos e observar

²⁴ A identificação dos movimentos gestuais foi puramente baseada no que podíamos perceber visualmente numa análise quadro a quadro.

como os participantes criaram e administraram sua interação momento a momento. É possível verificar como os participantes vão desenvolvendo e criando entendimentos compartilhados que vão modelando suas ações subsequentes e significados durante a progressão interacional.

Apesar de o tempo dispendido para realizar as tarefas de transcrição da fala, codificação das ações gestuais e microanálise das interações ser enorme, alguns fenômenos só são visíveis por meio desse processo lento, mas cuidadoso da microanálise. Realizada a etapa da transcrição da fala e codificação das ações gestuais, o passo seguinte foi a identificação dos enunciados multimodais de desacordo e a seleção de excertos para análise.

2.5 IDENTIFICAÇÃO DE ENUNCIADOS MULTIMODAIS DE DESACORDO E SELEÇÃO DE EXCERTOS PARA ANÁLISE

A prática de investigação da Análise da Conversa (AC) permite-nos buscar recorrências na maneira como as pessoas se organizam para manter e criar um mundo em comum entre elas. Procedimentos metodológicos que parecem eficazes para a verificação dessas ocorrências, segundo ten Have (2007), são a coleta de dados em situações que apresentem semelhanças, sejam no cenário interacional (e.g. interações entre médico-paciente; interações em sala de aula), sejam na localização dentro da estrutura sequencial (e.g. no início das conversas como as práticas de cumprimento ou ao final das conversas como as práticas de despedida), ou, ainda, por empregarem um mesmo procedimento (e.g. pares adjacentes). Por meio da comparação entre as práticas interacionais encontradas nessas possibilidades de análise, será possível identificar padrões de produção de ações, assim como identificar casos que se desviem do padrão. Dentro dessa perspectiva, optamos por levantar as ocorrências de pares adjacentes de discordância. Optamos pelos pares adjacentes uma vez que eles são uma prática interacional que propicia ao analista uma forma de interpretar fragmentos singulares de fala, suas restrições, e se estão organizados dentro da estrutura preferencial ou despreferida, permitindo que se explique o que está acontecendo na interação e como a interação está sendo construída conjuntamente. Além disso, como aponta Schegloff (1988, p. 109), “enquanto os pares adjacentes são uma ferramenta analítica [para os analistas da AC], para os participantes da interação eles são, efetivamente, as práticas de conduta”.

Eleitos os pares adjacentes como prática para a investigação das sequências de desacordo, o ponto inicial para a identificação dos enunciados multimodais de desacordo partiu da verificação de segunda parte do par (SPP) que apresentasse enunciado verbal discordante e, portanto, potencialmente despreferido. Esse levantamento foi realizado levando-se em conta algumas das características dos enunciados despreferidos descritas pela literatura da AC, tais

como as pausas e hesitações, as mitigações, as postergações, as concordâncias parciais seguidas de oposição (e.g. *sim, mas...*; *concordo, porém...*), a oposição explicitamente marcada (e.g. *não...*; *não é isso...*; *não concordo...*), a existência de desculpas e justificativas etc.

Feita a primeira seleção dos pares adjacentes discordantes, na modalidade verbo-vocal, o passo seguinte foi retornar às interações para verificar se havia situações nas quais uma das partes do par adjacente de situações de desacordo tivesse sido substituída por ações gestuais. Embora Schegloff (2007, p. 11-12) afirme que não há evidências empíricas que demonstrem a existência de pares adjacentes gestuais, assumimos que essa possibilidade existe, seguindo, assim, os pesquisadores que investigam as ações gestuais e descrevem como a gestualidade pode substituir uma ou ambas as partes dos pares adjacentes. Por exemplo, Kendon (2002, 2004) descreve como abanos de cabeça (*headshake*) são “aceitos” como respostas negativas (SPPs) às perguntas polares (FPPs). Berger e Rae (2012) descrevem diferentes situações nas quais as ações gestuais são ações responsivas (SPPs). Acrescentamos a situação, já vivida pela pesquisadora, de participantes à mesa durante uma refeição na qual um dos participantes aponta para o saleiro e outro participante entrega o referido saleiro para o participante que o requisitou. Essa sequência gestual descreve um par adjacente do tipo *pedido-aceitação do pedido* que poderia ser parafraseada com o seguinte diálogo:

A: *Por favor, poderia me passar o sal.*

B: *Claro, aqui está.*

Nos nossos dados, na interação do casal, há uma ocorrência de FPP verbal seguida de SPP gestual. Nesta ocorrência, a esposa pede ao esposo que interrompa suas ações faciais – ***ah não faz essa cara*** – sinalizando que tomou as ações gestuais do esposo como uma SPP de discordância. Não tivemos nenhuma ocorrência de par adjacente apenas gestual.

Após a identificação dos pares adjacentes (verbais, gestuais ou mistos) em enunciados de desacordo, identificamos os contextos interacionais dentro dos quais os pares adjacentes de desacordo atuaram, isto é, as sequências sob o controle dos pares adjacentes, tais como as pré-expansões, expansões inseridas, pós-expansões, enunciados distribuídos em diferentes turnos, entre outras; além das sequências de encerramento que mostravam a resolução (ou não) dos episódios de desacordos. Sob a perspectiva da AC, a importância de se ressaltar esses contextos interacionais refere-se ao fato de as características dos recursos mobilizados na interação surgirem como restrição e resposta direta às contingências interacionais imprevisíveis (GOODWIN, 1979). Além disso, há também o fato de mecanismos interacionais específicos se mostrarem fator determinante para a mobilização de recursos de diversas ordens na fala

interacional, como por exemplo, as várias formas de reparo (e.g. SCHEGLOFF, 1979, 1992, 1997, 1997b, 2000; SCHEGLOFF; JEFFERSON; SACKS, 1977).

Findo o levantamento desses contextos interacionais, foi possível proceder à identificação dos segmentos interacionais. Nesta tese empregamos a noção de segmento descrita em Erickson e Shultz (1982) na qual os autores observam que os segmentos interacionais são as partes constitutivas das interações que os próprios participantes estabelecem por meio de suas ações durante a progressão interacional. Segundo esses autores, é possível identificar como os participantes sinalizam uns aos outros quando há uma reorganização na maneira como estabelecem suas ações conjuntas pela articulação de um segmento a outro. A articulação segmental pode ser verificada pela composição de sinais tais como mudanças posturais, alterações prosódicas, modificações linguísticas, ações faciais etc. que demonstram a orientação dos participantes para a finalização de um segmento (e.g. mudança de tópico, de assunto, de enquadramento) e inicialização de outro.

Nesta tese também empregamos as noções de fragmento e excerto. Diferentemente da noção de segmento, essas não são práticas interacionais, mas sim analíticas, segundo Erickson e Shultz (1982). O fragmento é uma parte da interação que pode ser coincidente (ou não) com o segmento interacional, sendo, portanto, um recorte nos dados que o analista realiza para fins de relato de pesquisa. O excerto é um recorte analítico que se refere a uma parte do fragmento.

No caso da presente tese, após identificarmos os diferentes segmentos interacionais que apresentavam ocorrências de desacordo dentro de cada uma das interações selecionadas, elegemos o segmento interacional que apresentou mais ocorrências de desacordo, ou aquele no qual a ocorrência de desacordo pareceu-nos mais significativa para nossos propósitos de análise. A partir dessa seleção do segmento interacional mais relevante para nós, escolhemos um fragmento (ou mais) dentro desse segmento interacional. Dentro do(s) fragmento(s) selecionado(s), elegemos algum(ns) excerto(s) para realizarmos as nossas microanálises. Por exemplo, na interação da díade composta pelo casal Rosê-Gerson, identificamos diferentes segmentos ao longo dos 30 minutos de gravação.²⁵ Selecionamos o segundo segmento que trata da viagem da esposa para a Irlanda. Esse segmento se inicia após aproximadamente 10 minutos de interação; isto é, após o casal encerrar o primeiro segmento com o tema relacionado às atividades cotidianas. O segundo segmento interacional - viagem da esposa para a Irlanda –

²⁵ Por problemas técnicos a gravação original de 30 minutos foi perdida e hoje só temos o segmento selecionado (11 minutos) para análise, ou seja, foram perdidos os primeiros 10 minutos e os últimos 9 minutos da interação. Sabemos que o tópico abordado nos 10 minutos iniciais se referiam às atividades cotidianas do casal por termos realizado anotações sobre os segmentos interacionais logo nas primeiras visualizações da interação.

apresenta uma duração de 11 minutos. Dentro desse segmento, selecionamos o fragmento inicial com duração aproximada de 3 minutos. Desse fragmento foram selecionados 3 excertos para análise mais minuciosa e para exemplificação de conceitos teóricos.

A partir dessas escolhas, apresentaremos a análise detalhada de 6 excertos de episódios de desacordo que apresentam aspectos representativos do que se encontrou na totalidade dos dados. Nesses excertos, os participantes são identificados de acordo com suas vontades expressamente explicitadas no *Termo de Consentimento para Participação em Pesquisa*. Por exemplo, alguns participantes optaram pela utilização de seus nomes verdadeiros, outros escolheram a opção de serem identificados por pseudônimos ou apelidos. Alguns permitiram a visualização de suas imagens, outros não.

Um quadro-resumo (Quadro-Resumo 2) dos dados selecionados para análises e exemplificações pode ser visto no APÊNDICE C. No quadro-resumo constam informações como a data de coleta dos dados, o tipo de interação (e.g. conversa semiespontânea sem assunto previamente definido; conversa para execução de tarefa), tempo total da gravação, o número da interação dentro do grupo dos tipos de interação, o número do segmento interacional do qual o fragmento e os excertos para análise e exemplificação foram extraídos, assim como o início, o fim e a duração desse segmento. As informações de início, fim e duração do episódio também são apresentadas para os fragmentos e excertos. Para os fragmentos há, ainda, a nomeação correspondente ao tópico principal tratado no fragmento e para os excertos há a identificação de um enunciado, proferido por um dos participantes, que é significativo para nossos propósitos analíticos. Nos capítulos da tese, ao apresentarmos a transcrição verbal dos excertos, indicaremos algumas dessas informações da maneira indicada na Figura 2.

Figura 2: Exemplo das informações especificadas para cada uma das análises propostas nesta tese. Na primeira linha, a primeira informação à esquerda refere-se à data da coleta dos dados.

A seguir, há a informação sobre o tipo de dado. No exemplo apresentado temos uma conversa semiesponânea sem assunto previamente definido (SESA). Na continuação, indicamos a qual diáde o excerto se refere; nesse caso, refere-se à diáde D1 das interações do tipo SESA. Em seguida, temos o número do segmento interacional do qual o fragmento e o excerto foram extraídos; aqui, trata-se do segundo segmento interacional (S2). Na segunda linha, indicamos o nome do excerto; nesse caso, trata-se do excerto “**ah não faz essa cara**”. Na continuação, apresentamos o tempo de duração do referido excerto; aqui, o excerto se inicia aos 10:21 minutos de gravação e se encerra aos 10:47 minutos de gravação. Por fim, apresentamos o nome dos participantes da referida interação; nesse caso, refere-se à interação entre os participantes Rosê e Gerson.

Para a análise, buscamos descrever sequencialmente e demonstrar estruturalmente as ocorrências dos episódios de discordância nas sequências interacionais, de modo que as considerações apresentadas sejam consequência da análise caso a caso, privilegiando aquilo que os participantes de fato mostram uns aos outros como sendo suas perspectivas ao longo dos segmentos interacionais.

2.6 PARA A ANÁLISE MULTIMODAL DOS DADOS

Nesta tese entendemos que a interação face a face é inerentemente multimodal e organizada em múltiplas dimensões semióticas simultaneamente, tendo cada uma dessas dimensões suas temporalidades e sequencialidades específicas. Uma das primeiras dificuldades, portanto, de se realizar uma análise multimodal é selecionar a maneira como essas especificidades a cada nível semiótico podem ser contempladas na bidimensionalidade de uma folha de papel. O ideal é que os registros audiovisuais sejam disponibilizados junto com esta pesquisa para que o leitor possa acompanhar o desenrolar da interação que envolve toda a riqueza multimodal.²⁶ Apesar de haver essa possibilidade de o leitor acompanhar o desenrolar da interação momento a momento, as dificuldades de *o que* selecionar para a análise multimodal e de *como* apresentar essa seleção na folha impressa persistem.

As convenções para se proceder às transcrições da fala que encontramos difundidas na literatura (e.g. JEFFERSON, 2004) já resolveram algumas das dificuldades de se apresentar no papel a modalidade verbo-vocal, apesar de muitas nuances ainda ficarem de fora das transcrições. Em relação às ações gestuais, ainda não há parâmetros suficientemente estabilizados para que se possa proceder a uma apresentação que contemple as dimensões semióticas de maneira satisfatória. Os pesquisadores adotam procedimentos individualizados para tentar apresentar seus pontos relevantes para análise. Por exemplo, Mondada, em vários trabalhos (e.g. 2007, 2009b, 2011, 2013, 2014, 2016), apresenta uma maneira de nos indicar

²⁶ Alguns registros serão disponibilizados, mas nem todos, pois alguns participantes não deram autorização para que suas vozes e imagens fossem divulgadas.

as ações gestuais que não nos parece satisfatória para nossos propósitos por duas razões. A primeira é que ela analisa apenas algumas ações gestuais, no máximo três ações, em coocorrência à fala, tais como a direção do olhar, a movimentação dos corpos no espaço ou dos gestos manuais de seus participantes. Ela nunca analisou as ações faciais de seus participantes de forma sistemática, selecionando apenas alguma ação facial de forma pontual (e.g. movimento das sobrancelhas). Sendo assim, mesmo descrevendo as ações gestuais em linhas paralelas às da fala, suas descrições gestuais não ficam com excesso de informação. No nosso caso, se adotássemos os parâmetros que ela utiliza, nossa transcrição ficaria demasiadamente “poluída”, uma vez que nesta tese apresentamos as ações gestuais produzidas no momento específico que queremos ressaltar, sobretudo, enfatizando as ações faciais. Como a face envolve diferentes articuladores que atuam simultaneamente e com temporalidades específicas e precisamos descrevê-los para que possamos mostrar o tipo de ação facial realizada, além de outras ações que possam ser relevantes para a nossa análise, não nos parece satisfatório utilizar a metodologia de Mondada para a apresentação das análises das interações. A segunda razão pela qual a maneira de apresentação de Mondada não nos parece adequada refere-se à forma como ela apresenta as imagens das ações gestuais. Geralmente ela indica no meio da transcrição verbal o momento no qual a imagem da ação gestual foi retirada, mas apresenta a foto/imagem deslocada desse momento, muitas vezes em outras páginas. Parece-nos que esse procedimento diminui a importância das ações gestuais, continuando a reforçar o viés tradicionalmente posto nas análises de interações face a face, ou seja, priorizando a fala.

Vejamos um exemplo de nossos dados apresentados nos moldes adaptados da proposta de Mondada (2007), com a diferença de mostrar as imagens intercaladas com a transcrição, para vermos como a leitura dessa transcrição multimodal se torna difícil quando levamos em consideração mais de três ações gestuais concomitantemente. As adaptações utilizadas para esta transcrição podem ser vistas no APÊNDICE D.

[Jul/2012][SESA][D1][S2]

Excerto “*ah não faz essa cara*” (10:21-10:27)(Rosê-Gerson)

<p>1 RG gG gM fig</p>	<p>R: eu fico um pouco assi#m *olha p/ esquerda * *olha p/direita--> >>olha para Rosê-----> >>morde lábio inferior-----> #fig1</p>
---------------------------------------	---

1

2
 RG ai meu Deus será que eu vou #en#tender #tudo#
 REB -----> **olha para Gerson----->
 gG *levanta sobrancelhas----->
 gM ----->
 fig -----> *SND lab fech²⁷----->
 #fig2# #fig3 #

2

3

3
 RG eu tô um pou#co# #preocupa#da c o m - #
 REB ----->
 gG -----> *aperta sobr-->
 gHe1 -----> *desvio olhar----->
 gHe2 *inclina cabeça para esquerda----->
 gHe3 *vira cabeça para esquerda----->
 gEB *headshake*
 gM *aperta sobrancelhas----->
 gJ *lábio esquerdo puxado p/ trás----->
 gH *qx cima²⁸*
 bh; ohs *~~~~~*
 fig #fig4# #fig5 #
 fig #fig6 # #fig7#

4

5

6

7

4 (0.5)
 RG ----->>
 RA -----> *
 gG -----> *olha p/ Rosê----->>
 gHe1 -----> *
 gHe2 -----> *
 gEB ----->>

²⁷ Sorriso não-Duchenne realizado com os lábios fechados.

²⁸ Sutil projeção do queixo para cima (ou movimento de levar a cabeça para trás).

Como alternativa tentamos uma solução imagética, sem a apresentação de fotos, baseada em algumas das soluções propostas por Kendon (2004). Como podemos ver na Figura 3, para o mesmo exemplo apresentado acima, essa alternativa também não foi satisfatória. Além de não conseguirmos reduzir o excesso de informação, dificultamos a leitura da transcrição.

LEGENDA

- = morde lábio inferior
- = sorriso com os lábios fechados
- // cabeça inclinada para a esquerda
- =\ lábios fechados e com o canto esquerdo puxado para trás
- ← movimento lateral de cabeça para a esquerda
- +++ headshake
- ← ↑ movimento lateral para a esquerda e para cima (sutíl projeção do queixo para cima)
- /- olhos fechados, sobrancelhas apertadas
- ss piscada
- r ombros projetados para frente
- bh duas mãos
- ohs palmas das mãos voltada para cima
- ohp palmas das mãos voltadas para o corpo
- vp movimento vertical da mão
- ~~~~ fase de preparação do gesto manual
- *** fase de golpe do gesto manual
- .-.- fase de retração parcial ou total do gesto manual

Figura 3: Tentativa para uma transcrição multimodal

Analisando os estudos de pesquisadores que investigam especificamente as ações faciais em concomitância à fala observamos que eles também não apresentam uma solução satisfatória. Por exemplo, Kaukomaa, Peräkylä e Ruusuvuori (2013, 2014, 2015) empregam o modelo de Mondada, apresentando as imagens deslocadas das transcrições verbais. Bavelas, Gerwing e Healing (2014a, 2014b, 2014c) e Bavelas e colegas (2016) são pesquisadoras que também se voltam para a investigação das ações faciais em interações face a face, embora não adotem os procedimentos teórico-metodológico da AC. No caso dessas pesquisadoras, o primeiro problema que percebemos é que elas não apresentam uma sequência de fala completa, mas

apenas mostram enunciados esparsos com as referidas imagens, conforme podemos visualizar na Figura 4 .

Figura 4: Exemplo do tipo de transcrição multimodal apresentado por Bavelas, Gerwing e Healing (BAVELAS; GERWING; 2014c, p. 622). Nesse exemplo a participante está narrando uma cena do filme Shrek 2 na qual Shrek pega o Gato de Botas e o levanta até a altura de seus olhos, enquanto o Gato de Botas se desculpa fazendo uma “cara” de assustado e de criança que foi pega realizando uma travessura. Na imagem da esquerda a participante diz: *e Shrek o [Gato de Botas] pega pela*. Nessa imagem, a participante inicia a narrativa. Na imagem ao centro, ela continua: *nuca do seu pescoço e então o gato*. Nesse momento ela demonstra pelo gesto manual de configuração de “pinça” como Shrek pegou o Gato pela nuca e o trouxe à altura de seus olhos. Na imagem à direita, ela finaliza: *fica assim, ah me desculpe, me desculpe*. Nesse momento, a participante demonstra a “cara” do Gato de Botas, narrando, concomitantemente, a fala que o Gato pronuncia nesse momento. (Autorização liberada por Taylor & Francis para uso em tese ou dissertação não publicada).

Pelo exemplo acima, podemos perceber um segundo problema, a visualização do coparticipante se faz por meio de um espelho, sendo sua imagem relegada ao canto superior, nesse exemplo, ao canto superior direito, da foto. Para nós, essa forma de apresentação parece diminuir a importância do coparticipante para a progressão interacional, contribuindo para reforçar o viés tradicionalmente posto nas análises de língua, isto é, a importância do falante e a passividade do ouvinte. Apontamos, ainda um terceiro problema: esse tipo de transcrição parece atender apenas as situações de turno com múltiplos enunciados (e.g. narração de histórias) nas quais não há, ou são mínimas, as sobreposições de fala.

A vantagem da apresentação dessas pesquisadoras é que elas não separam a transcrição de fala das imagens, contemplando-as simultaneamente. Contudo, no nosso caso, esse método não se mostrou satisfatório, sobretudo devido às sobreposições e ações simultâneas entre ações faciais e ações gestuais. Teríamos que utilizar o recurso da tela dividida em quatro, como mostramos na tela do ELAN apresentada na Figura 1. Realizamos uma tentativa, mas a “leitura” do episódio ficou bastante comprometida. A legendagem funciona bem para a visualização da gravação em si, mas não para a apresentação de diversas dimensões semióticas com temporalidades diferentes atuando concomitantemente.

Tentamos, então, associar a tela do ELAN à transcrição verbal. Contudo, devido à interface do programa apresentar diversos recursos, as imagens ficam muito pequenas e difíceis

de serem visualizadas, principalmente, quando queremos ressaltar certas ações faciais que, algumas vezes, são realizadas de forma bastante sutil. Ainda como alternativa, tentamos não apresentar a transcrição verbal, mas apenas a tela do ELAN com algumas poucas unidades entoacionais a cada vez. Essa opção também não se mostrou satisfatória, pois como no ELAN não temos o número da linha da fala como existe na transcrição verbal tradicional,²⁹ ao longo das análises, quando precisávamos fazer referência a porções de fala anteriores, a referencialidade se tornava difícil de ser resgatada. Ao final, resolvemos adaptar a maneira como os pesquisadores da AC da Universidade Federal do Rio Grande do Sul vêm apresentando em suas pesquisas (e.g. GARCEZ; STEIN, 2015; FRANK, 2010), apesar de eles também não contemplarem, ou contemplarem timidamente, as ações faciais em suas abordagens. Assim, ao apresentarmos a transcrição multimodal dos excertos das interações, adotamos o procedimento de mostrar a imagem da face dos participantes, apontando na linha da transcrição verbal o momento ao qual pertence a referida imagem. Quando houve a produção de outras ações corporais ou gestos manuais, eles foram igualmente apresentados.

Vejamos a Figura 5, que apresenta as mesmas UEs dos participantes Rosê e Gerson mostradas anteriormente, para visualização do procedimento adotado. Vemos na Figura 5 que o número das imagens está vinculado à respectiva linha da transcrição verbal correspondente. Por exemplo, para a linha 3 de transcrição de fala, há quatro fotos que são mostradas (foto 3.1, 3.2, 3.3. e 3.4). As letras/vocábulo apresentados entre barras verticais representam o momento no qual a imagem foi extraída da tela do ELAN. Tomemos novamente a linha 3 de transcrição verbal, a foto 3.1 refere-se às ações faciais que os participantes realizaram no momento que Rosê produziu a última sílaba do vocábulo **pouco**. Para a representação dos gestos manuais, utilizamos não só as imagens, mas também marcamos o tempo de duração desses gestos pela indicação de Xs logo abaixo da linha de transcrição verbal. Por exemplo, na linha 3, indicamos que durante a produção de Rosê [eu tô] **um pouco preocupa**[da com-],³⁰ Gerson realiza o gesto manual como indicado na foto 3.3.

²⁹ O número referente às UEs é estabelecido para cada participante e não em relação à sequencialidade da progressão interacional. No nosso exemplo, não teríamos como indicar que houve uma pausa de 0,5s na linha 4 e a fala de Rosê – *AH::: não faz essa cara* (linha 5) seria identificada no ELAN como UE-19.

³⁰ Nesta metalinguagem - [eu tô] **um pouco preocupa**[da com-] (linha 3) – aquilo que está em itálico, negrito e sublinhado é a parte do enunciado verbal que queremos ressaltar. O que se encontra entre colchetes são as partes restantes que integralmente compõem o enunciado conforme ele é transcrito na linha respectiva.

Figura 5: Modelo de transcrição multimodal apresentada nesta tese

Utilizamos setas em vermelho para sinalizar alguns gestos manuais que já são bem descritos na literatura, como por exemplo os gestos de pedido ou oferecimento realizado com as palmas das mãos voltadas para cima, como indicado na foto 3.3. No caso de gestos manuais que os significados só podem ser extraídos localmente, eles são indicados pelo uso de quadros em vermelho (não há exemplos na Figura 5). Para os abanos (*headshake*) e acenos (*nod*) de cabeça também utilizamos notações específicas logo abaixo da linha de transcrição verbal. No caso do exemplo apresentado na Figura 5, temos a sinalização da duração do abano de cabeça, produzido por Gerson, representado pelos sinais de + logo abaixo da transcrição de fala da Rosê na linha 3. Nota-se, portanto, que a cor utilizada para indicar os abanos e os gestos manuais é a mesma cor utilizada para a indicação do participante que os produziu. Os acenos de cabeça (não há exemplos na Figura 5) são indicados entre barras verticais (| *nod* |), apresentando, igualmente, a mesma cor do participante que os realizou. Em relação aos movimentos de

inclinar e virar a cabeça, não os sinalizamos nas fotos, apenas os descrevemos durante as análises, uma vez que eles são bem visíveis nas imagens apresentadas.

Quanto às demais ações gestuais, elas são indicadas por setas, círculos e quadrados na cor vermelha para chamar a atenção do leitor àquilo que nos parece ser relevante para o desenrolar da interação. Além da indicação dos gestos manuais, também utilizamos as setas em vermelho para indicar mudanças na direção do olhar e nas ações faciais, como por exemplo o franzir das sobrancelhas e a puxada do canto esquerdo do lábio para trás como indicado na foto 3.1. Os círculos/elipses, empregamos para sinalizar ações que não são tão visíveis em imagens estáticas, como por exemplo, o elevar de ombros ou a projeção do queixo para cima (ou levar a cabeça para trás) como indicado na foto 3.4. Também utilizamos essa forma quando queremos salientar alguma diferença nas ações gestuais que demandam comparações entre as fotos, como por exemplo, a sutil diferença que há na configuração de lábios mostradas nas fotos 2.1 e 2.2. Os círculos também são empregados para salientar outras ações corporais como os movimentos de tronco, pernas e pés.

Os nomes dos participantes (ou seus pseudônimos) são inseridos uma única vez a cada nova figura para que o leitor possa se orientar sobre quem realizou determinada ação. Marcamos o nome de cada participante na mesma cor que transcrevemos seu turno verbal e a duração de seus acenos e abanos de cabeça e gestos manuais. Utilizamos sempre as cores vermelha e azul para a conversa das díades. No exemplo apresentado na Figura 5, vemos que a participante Rosê apresenta seu nome em destaque na cor vermelha (foto 1.1) assim como seus turnos de fala. Por sua vez, o nome do participante Gerson (foto 1.1) e a duração de suas ações gestuais (abanos de cabeça e gestos manuais) se encontram na cor azul.

As pausas e silêncios são indicados em linhas separadas, como por exemplo na linha 4 da Figura 5, sempre anotadas na cor preta, pois, como aponta Liddicoat (2011), as pausas não “pertencem” ao falante mesmo quando se encontram dentro de seu turno, mas a ambos os participantes, já que é uma oportunidade que o coparticipante tem de tomar a palavra. Além disso, quisemos destacar as pausas e silêncios, uma vez que observamos que elas realizam diferentes funções em episódios de desacordo. Mais ainda, muitas vezes as pausas e silêncios são preenchidas por ações gestuais como é o caso mostrado na Figura 5, fotos 4.1 e 4.2

Apesar de termos optado por esse modelo de apresentação de transcrição multimodal, achamos que ele ainda não é adequado. Por exemplo, não é possível representar o movimento das ações gestuais, apenas fotos estanques de partes que compõem o movimento. Além disso, há alguns movimentos que não podem ser visualizados mesmo com o recurso de apresentação de fotos estanques sequencialmente ordenadas, seja por esses movimentos serem muito rápidos,

seja por serem muito sutis. Apesar de atualmente haver a possibilidade de inserirmos vídeos com as publicações digitais, solucionando o problema de visualização dos movimentos, a dificuldade de transcrição multimodal na folha de papel ainda persiste. É preciso que a comunidade científica que realiza análises multimodais se una no objetivo de encontrar uma forma que seja ao mesmo tempo representativa do que ocorre na progressão interacional e de fácil apresentação e leitura.

Além dessa dificuldade sobre a forma de apresentar a transcrição multimodal, outra dificuldade que tivemos ao longo desta pesquisa refere-se à escolha de quais ações gestuais devem ser contempladas na análise. Por exemplo, na Figura 3, naquela tentativa de transcrição multimodal gráfica-icônica, codificamos todas as ações gestuais realizadas pelo participante Gerson durante aquele momento da interação. No entanto, ao apresentarmos a Figura 5, algumas dessas ações não estão sinalizadas (e.g. piscar e levar os ombros ligeiramente para frente). Ao longo das horas dispendidas nas observações dos dados, percebemos uma recorrência em relação à ação dos participantes que nos ajudou a sanar parcialmente essa dificuldade. Notamos que em sequências de desacordo, geralmente, o coparticipante apresenta as suas ações gestuais associadas à negatividade em possíveis pontos de completude de turno do falante ou em pontos próximos à fonte do problema interacional. Baseada nessa observação, no momento das análises, priorizamos as ações gestuais que se encontraram nessa situação, ou seja, que foram produzidas nos possíveis pontos de completude ou próximos à fonte do problema. Acreditamos que são as ações gestuais ocorridas nesses momentos que parecem contribuir para a produção de ações respondentes do outro participante. Outra recorrência que surgiu ao longo das análises foi o fato de algumas ações gestuais do coparticipante, que estão associadas à negatividade, permanecerem durante diferentes enunciados do falante nos eventos de discordância. Sendo assim, no momento de apresentarmos as imagens e descrevermos as ações gestuais durante as análises, enfatizamos as ações gestuais do coparticipante, que, de alguma maneira, estão associadas à negatividade e que ocorreram nos momentos específicos dos possíveis pontos de completude de turno do falante e/ou ações gestuais que permaneceram na cena interacional durante a produção de várias unidades entoacionais do falante.

Embora o compromisso abarcado pela AC seja descrever o modo como os participantes demonstram publicamente seus entendimentos em relação às ações uns dos outros, nem sempre isso é tão evidente em relação às ações gestuais. Com poucas exceções, dificilmente os participantes deixam evidenciado publicamente que estão promovendo ações respondentes devido às ações gestuais realizadas pelo outro em momentos precedentes. Nos nossos dados temos apenas duas ocorrências dessa natureza. Uma é essa que mostramos na Figura 5, na qual

Rosê interrompe seu enunciado para explicitamente se referir à “cara” do seu esposo (linha 5). A outra é a interação ocorrida num debate político entre Luciana Genro e Eduardo Jorge na qual Luciana faz referência à ação gestual de Eduardo Jorge – *Eduardo, não entendi o teu risinho*. Sendo assim, existe uma dificuldade adicional em relação à análise multimodal. Para elucidarmos como os participantes se orientam para as ações uns dos outros em termos de ações gestuais precisamos inferir que algumas ações respondentes podem ter sido realizadas em decorrência das ações gestuais do outro, embora isso nem sempre esteja publicamente evidenciado de maneira clara e inquestionável. Mesmo com essas dificuldades, buscamos pautar nossas análises de episódios de desacordo na orientação dos próprios participantes para tal fato. Dessa forma, para afirmar que há algum problema em andamento na cena interacional, procuramos observar as sinalizações que os participantes demonstravam para a discordância; pois, tal como afirma Frank (2010, p. 70), “em uma análise que privilegia a perspectiva dos participantes - se há um problema, esse deve ser um problema para os participantes, e não para o analista”. Sendo assim, ainda que haja essas dificuldades na análise multimodal e que possamos incorrer em equívocos, acreditamos que podemos contribuir para o entendimento do uso da língua em interação. Pelo ineditismo dessa abordagem, sabemos que estamos oferecendo uma tentativa de análise multimodal que pode estar incorreta e incompleta, mas esperamos abrir caminhos para que outros possam se inspirar e prosseguir nessa empreitada.

2.7 RESUMO

Neste capítulo apresentamos os aspectos metodológicos relacionados aos processos de escolha, coleta, transcrição e codificação dos dados, assim como os critérios que utilizamos para levantar episódios de discordância. No primeiro tópico descrevemos que a preparação dos dados compreendeu a escolha de qual tipo de dado seria utilizado. Mostramos que a escolha recaiu tanto sobre dados públicos e semiespontâneos quanto sobre dados públicos e manipulados. Estes últimos, sobretudo, para serem utilizados como exemplificação teórica. Mostramos como foram realizadas as coletas dos diferentes tipos de dado ao longo de distintas etapas, realizadas em vários estados do Brasil, descrevendo como todas as interações foram realizadas em português brasileiro por falantes nativos com idades entre 15 e 65 anos, sendo essas interações face a face realizadas por díades com diferentes graus de intimidade. Descrevemos que no nosso *corpus* há interação entre familiares (entre cônjuges, pais e filhos e entre irmãos), entre amigos, entre conhecidos que frequentam o mesmo ambiente escolar ou de trabalho, entre desconhecidos e entre pessoas públicas do cenário político nacional.

No segundo tópico, descrevemos os processos que utilizamos para a manipulação dos vídeos para que pudéssemos sincronizar as diferentes câmeras utilizadas durante os processos de coleta dos dados, quando os dados foram coletados pela pesquisadora. A seguir, abordamos como procedemos para selecionar os dados para análise, passando, no tópico seguinte, a tratar sobre a maneira que realizamos a transcrição da fala e a codificação das ações gestuais. Apresentamos as razões que envolveram a escolha do programa ELAN para uma transcrição multimodal de língua e uma breve apresentação da interface do programa com seus variados recursos. Apresentamos que a escolha sobre o modelo de transcrição verbal recaiu na opção de utilizar a segmentação da fala em unidades entoacionais, empregando as normas de transcrição linguística baseadas no modelo de Jefferson (2004). Além disso, descrevemos o modelo de codificação da gestualidade empregado nesta pesquisa que é baseado num arquivo-modelo utilizado pelo grupo de pesquisa LLIC da USP. As transcrição e codificação foram discutidas de maneira mais detalhada, pois a forma como se realiza a transcrição multimodal interfere nas possibilidades de análise que poderão ser feitas posteriormente. Esclarecemos também como foi realizado o levantamento dos episódios de desacordo. Por fim, discorremos sobre as dificuldades para a apresentação de uma análise multimodal dentro da bidimensionalidade da folha de papel, mostrando algumas possibilidades de apresentação e, finalmente, introduzindo a maneira de apresentação da transcrição multimodal que nos pareceu ser a mais eficaz para os nossos propósitos quando comparada às transcrições apresentadas na literatura.

3 A ANÁLISE DA CONVERSA (AC)

Curiosamente, as pesquisas que impulsionaram a descrição da língua em uso vieram de outras áreas das ciências humanas que não a linguística, como por exemplo, a sociologia (e.g. GOFFMAN, 2006)[1967]); a antropologia (e.g. GUMPERZ; HYMES, 1986); a psicologia (e.g. CLARK, H. 1996); e a filosofia (e.g. AUSTIN, 1962). Esta tese toma como uma de suas bases teórico-metodológicas uma área investigativa sobre o uso da linguagem advinda da sociologia, mais precisamente, a Análise da Conversa (AC) de base etnometodológica.

A perspectiva da AC de base etnometodológica foi fundada por sociólogos americanos no final da década de 1960. Alinhada a uma tradição que se preocupa em compreender a natureza da ação social, a AC entende que os participantes interacionais realizam suas ações, fundamentalmente, pelo uso da linguagem, seja quando estão em interação face a face, seja quando estão em interação mediada por recursos tecnológicos. Entretanto, sob a ótica da AC, entender como a ação se dá pelo uso da linguagem não equivale a observar enunciados isolados produzidos por falantes em um contexto hipotético e nem a adotar asserções com base em processos cognitivos. Diferentemente de outras linhas teóricas, a AC se preocupa em estudar o trabalho naturalmente observável na produção e descrição dos fatos sociais corriqueiros e ordinários da sociedade.

Garfinkel (2002, p. 126), o sociólogo responsável por cunhar o termo **etnometodologia**, define os fatos corriqueiros e ordinários da sociedade como “os detalhes ordenados e as práticas que são lugar comum, notoriamente não notados, e que apresentam especificidades que são, aparentemente, desinteressantes, porém indispensáveis, e que devem ser – e isso é especialmente relevante - mencionadas nas descrições realizadas”. Tomando por base esses fundamentos, a AC adota a investigação da conversa cotidiana como um objeto próprio de estudo no qual esses fatos corriqueiros não notados deixam entrever como as ações nesse encontro social são mutuamente ratificadas e governadas por práticas sociais compartilhadas pelos participantes. Sendo assim, a AC entende que os fatos sociais ordinários são ações em curso que são práticas estáveis e recorrentes realizadas em conjunto, local e situadamente. Os fatos sociais ordinários são fenômenos que apresentam sequências ordenadas e estruturas específicas. Para a AC é central a noção de que a natureza do uso da linguagem é sempre advinda de uma realização de pelo menos dois indivíduos que, situados numa certa configuração tempo-espacial, coordenam seus enunciados numa ação conjunta, colaborativa e dinâmica momento a momento.

Apesar de diferenças substanciais no desenvolvimento de suas teorizações, “desde o início, os analistas da conversa compartilham das visões de Malinowski, Austin, Searle e Wittgenstein de que a fala em si é ação social” (DURANTI, 1997, p. 247). Embora seu foco inicial seja sociológico, as pesquisas da AC chamam a atenção de pesquisadores de outras áreas interessados em compreender como a linguagem é usada na interação social. De acordo com Duranti (1997), o interesse desses pesquisadores resultou numa aproximação de estudiosos da linguagem e analistas da conversa. Em outra formulação das relações entre a AC e os Estudos da Linguagem, Schegloff (1991, p. 46) comenta que:

para alguns, o fato de a AC ocupar-se ela própria dos detalhes da fala significou que esse era um tipo de Linguística. Talvez sim, mas certamente não é apenas isso. Se não é uma disciplina em si mesma (...), a AC está em um ponto em que a Linguística e a Sociologia (e algumas outras disciplinas, Antropologia e Psicologia entre elas) se encontram.

Atualmente a AC é entendida como uma perspectiva de pesquisa qualitativa e interdisciplinar que está presente em pesquisas das áreas da Sociologia, Linguística, Antropologia, Psicologia, Estudos dos Gestos (EG), Educação, Computação, Cibernética, etc.

A AC de base etnometodológica pode ser definida como uma linha de investigação da produção e manutenção da intersubjetividade no plano microanalítico da fala em interação na qual é crucial o olhar analítico em relação àquilo que cada falante faz no seu turno com base no que o falante anterior fez no turno precedente. Tomando por base o que propõem Sacks, Schegloff e Jefferson (1974) em sua pesquisa seminal sobre o sistema de tomada de turnos na conversa, Frank (2010, p. 20) propõe que é possível sintetizar as noções do estudo da organização social da fala como estando baseadas em três grandes pilares: (1) o que um participante realiza em seu turno é orientado ao turno precedente; (2) um turno corrente projeta (ou torna relevante) uma ação seguinte ou uma gama de possíveis ações a serem realizadas no próximo turno, e, desse modo, cria um contexto para a realização do próximo turno; (3) ao produzir essa próxima ação, o falante demonstra seu entendimento do turno precedente, e, portanto, cria ou mantém com o falante anterior um possível entendimento mútuo a respeito do que ambos estão fazendo juntos.

Para a AC, como aponta Garcez (2008), as ações conversacionais são sempre realizações conjuntas que dependem de os participantes demonstrem uns aos outros um suposto entendimento acerca do que estão construindo sequencial e conjuntamente. Nesse sentido, o interesse da AC pela organização sequencial de turnos se justifica devido ao fato de que a produção de uma ação conversacional por meio de um turno de fala deixa evidente uma definição local e contingente da situação para a qual a produção do próximo turno estará

orientada, sendo que tal turno pode aceitar, rejeitar, tentar bloquear, tentar modificar, entre tantas outras ações, a definição proposta no turno anterior. Nesta tese mostramos que não são apenas os turnos de fala que evidenciam os entendimentos dos participantes sobre as ações uns dos outros. Procuramos mostrar como os turnos são multimodais e coconstruídos e como as ações gestuais do coparticipante durante o turno do falante podem contribuir para a mudança de trajetória da ação do falante.

Além da investigação da dinâmica na organização sequencial de turnos, outra noção cara à AC é o conjunto de procedimentos – o sistema de reparo – de que se valem os participantes quando ocorrem problemas interacionais, sejam esses problemas de escuta, produção ou de entendimento, que possam dificultar a progressão da interação. Schegloff, Jefferson e Sacks (1977) notam que, nesses casos, os participantes suspendem o curso da ação em andamento para tentar lidar com os possíveis problemas. A suspensão da ação é realizada por meio de práticas interacionais recorrentes que esses autores descrevem como sendo constitutivas da organização do reparo. Nesse sentido, os procedimentos de reparo são fundamentais para o funcionamento da interação conversacional, uma vez que possibilitam aos participantes lidarem com problemas, efetivos ou potenciais, que ameacem seu suposto entendimento compartilhado em relação ao trabalho conjunto que estão realizando. Como descreve Schegloff (1991b), esses procedimentos não são apenas recursos que os participantes mobilizam enquanto conversam, mas procedimentos à disposição dos participantes para a produção e manutenção de um mundo compartilhado enquanto estão em interação.

A organização deste capítulo compreende, em primeiro lugar, uma apresentação da AC de base etnometodológica e as noções da racionalidade das práticas interacionais, intersubjetividade, *accountability* e sequencialidade. Na segunda seção, apresentamos um breve panorama a respeito das noções de antecipação e projeção como elementos norteadores das ações humanas e que se refletem na língua em uso. Em seguida, apresentamos algumas considerações a respeito do sistema de organização da conversa em turnos. Na sequência é mostrada a noção de pares adjacentes. Na seção seguinte, apresentamos algumas considerações a respeito da estrutura preferencial. Logo a seguir descrevemos os desacordos, sobretudo, enfatizando os desacordos que são organizados dentro da estrutura despreferida, já que esses são o foco de nossa pesquisa. Em seguida tratamos brevemente do sistema de reparo e, por fim, realizamos um resumo do que foi visto no capítulo.

3.1 A ANÁLISE DA CONVERSA (AC) E AS NOÇÕES DA RACIONALIDADE DAS PRÁTICAS INTERACIONAIS, INTERSUBJETIVIDADE, *ACCOUNTABILITY* E SEQUENCIALIDADE

A AC se constituiu a partir da Etnometodologia de Harold Garfinkel (1967) e, como aponta Loder (2006), há também uma proximidade entre a AC e os estudos de Erving Goffman (1959) sobre a ordem interacional. De Goffman, Loder esclarece, permanece, principalmente, o entendimento da interação face a face como um objeto legítimo de investigação científica cuja observação permite apreciar as “imensas capacidades que pessoas comuns trazem para a interação cotidiana” (SCHEGLOFF, 1988, p. 103). Nas palavras do próprio Goffman (1971, p. xi): “as práticas interacionais presenciais têm sido usadas para elucidar outras coisas, mas elas próprias são tratadas como se não precisassem ou não valessem a pena ser definidas”.

Goffman (1971) define *práticas interacionais* como procedimentos recorrentes que são utilizados pelos participantes para realizarem ações conjuntas, sendo que tais procedimentos não são fixos, e nem são regras imutáveis a serem seguidas pelos indivíduos, mas sim padrões norteadores, mais ou menos convencionalizados, a partir dos quais os indivíduos realizam ações uns com os outros, sendo constantemente atualizados e podendo ser (re)construídos a cada interação. Para elucidar o conceito de prática interacional, Duranti (1997) apresenta o exemplo da prática social de despedida. Quando uma pessoa se despede da outra, a prática social mais ou menos estabelecida dá base para que essa pessoa, nessa situação, espere receber um enunciado de despedida em resposta. Contudo, a forma como os participantes realizam essa prática social da despedida é flexível e reatualizada a cada interação. O indivíduo pode realizar a prática social de despedir-se por meio da prática interacional de dizer *tchau*, *até logo*, *bye bye*, *até amanhã*, *precisamos marcar uma saída* etc.; por meio da prática interacional de acenar com a cabeça ou, ainda, simplesmente pela ação de ir embora. Nesse último caso, como a ação responsiva foi diferente da convencionalmente esperada, o indivíduo poderá ser chamado a prestar contas da razão pela qual ele não está seguindo a forma norteadora da prática social de despedida. Em outras palavras, as práticas interacionais são formas de comportamento convencionais que apresentam significados específicos e que são genéricas e recorrentes o suficiente para serem reconhecidas em distintos contextos. Uma vez que as mesmas palavras e signos podem ser utilizados para formular vários tipos de ações sociais em distintos contextos, nós entendemos que as práticas não são atreladas às ações que elas promovem. Como exemplifica Enfield (2013), a ação (social) de solicitar uma faca quando estamos à mesa pode ser realizada mediante o uso de variadas práticas interacionais, tais como enunciado

interrogativo (*você poderia me passar a faca?*); enunciados imperativos (*passe-me a faca*); ou enunciado declarativo de relevância (*eu preciso de uma faca*). Nós acrescentamos, ainda, o gesto manual de apontar para a faca, ou, em certas interações até mesmo o ato de desviar o olhar do seu coparticipante e dirigi-lo para a faca. Entretanto, essas práticas interacionais só serão efetivadas como ações sociais de solicitação de uma faca quando o outro participante interacional produzir a ação responsiva de entregar a faca ao requisitante. Como Enfield resume, ações enfatizam o fim; práticas são meios para atingir esse fim. Portanto, parte do problema de se analisar uma ação na interação é que não há uma relação um para um entre as práticas e as ações. Como aponta Schegloff (1997, p. 539), a relação entre “práticas interacionais e as ações que elas promovem raramente se estabelece numa relação simples e direta entre a prática produzida e a ação singular e verbalmente nomeada”.

Goffman (2006) declara, ainda, que assume que o estudo adequado da interação não é o indivíduo e sua psicologia, mas sim as relações entre os atos de pessoas mutuamente presentes uma em face da outra. Ao privilegiar, portanto, os encontros face a face como foco de interesse, dando atenção não só às implicações da produção verbal dos participantes, mas também ao que ele chamou de contingências espaciais da organização da interação presencial (direcionamentos de olhar, posição dos corpos dos participantes), Goffman evidencia que o que parecem ser aspectos triviais e desinteressantes do comportamento do dia-a-dia tornam-se repletos de implicações para a interação.

Em relação às influências de Garfinkel, a AC apreendeu a preocupação com a ***racionalidade das práticas*** dos agentes sociais. Grosso modo, o empreendimento sociológico da Etnometodologia proposto por Garfinkel (1967) é expor o intenso trabalho interacional que as pessoas precisam realizar continuamente para construir e sustentar o entendimento entre elas, isto é, para manterem um mundo em comum e, assim, realizarem ações em conjunto por meio do uso da linguagem. Heritage (1984, p. 76) formula uma questão que sintetiza essa preocupação: “como os atores sociais vêm a saber, e um saber em comum, o que eles estão fazendo e as circunstâncias em que o fazem?” Como declara Frank (2010, p. 17),

[p]ode parecer estranho pensar que precisamos empregar um grande esforço para conseguir fazer qualquer coisa com outras pessoas usando a linguagem, ainda que se trate de uma ‘simples’ conversa com amigos em um bar, ou de uma breve discussão sobre o tempo dentro do elevador. No entanto, os estudos da Etnometodologia demonstram que a manutenção da inteligibilidade na interação entre as pessoas é fruto de um intenso trabalho dos participantes que, constantemente, fazem ajustes para encontrar formas de organizar suas ações de modo a manterem a crença em um mundo compartilhado.

Na AC há um interesse em observar e descrever a lógica que orienta os participantes na realização de suas ações cotidianas e em evidenciar como essa lógica é constante e mutuamente sinalizada entre os participantes, “embora não necessariamente topicalizada por eles durante o curso da ação”, conforme ressalta Loder (2006, p. 44). Entretanto, Loder continua, “a conduta dos participantes não é meramente idiossincrática, há procedimentos que os participantes compartilham para que possam se entender e coordenar a construção colaborativa e conjunta de suas ações” (p. 45). Sendo assim, a observação da racionalidade interacional dos participantes passa pela identificação sobre as práticas que eles usam para construir suas ações cotidianas e pela explicação de como essas práticas operam. AC, portanto, não busca identificar as causas das ações dos participantes, mas sim compreender como as suas ações são produzidas e reconhecidas como inteligíveis e sensatas. No entanto, essa racionalidade é sempre situada e localmente produzida e interpretada. Os participantes não planejam previamente suas ações interacionais ou, como coloca Liberman (2016), se eles planejam, dificilmente tais planos funcionam da maneira que foi antecipada. Na maior parte das vezes ninguém está no controle. As pessoas são pegas de surpresa no turbilhão da emergência³¹ de suas ações. A realização de suas ações vai tomando corpo à medida que a interação vai se desenvolvendo, evidenciando sempre a dependência entre as ações. Sendo assim, o analista da conversa só conseguirá desvendar a racionalidade das práticas dos participantes quando se voltar para a análise minuciosa dos detalhes dos enunciados multimodais produzidos por cada um dos participantes momento a momento e o encadeamento sequencial desses enunciados durante a interação.

Além dessa preocupação em investigar como a racionalidade das práticas opera no desenrolar da interação, a AC também incorpora outras duas noções de Garfinkel que estão no cerne da elucidação da lógica da ação dos participantes interacionais: a intersubjetividade e a *accountability*.³² Em relação à **intersubjetividade**, essa noção refere-se à possibilidade de que haja uma convergência entre o que um participante produziu e o que o outro entendeu a respeito do que está sendo desenvolvido na interação em curso. Originalmente, a preocupação com a intersubjetividade foi tratada por Alfred Schütz, o sociólogo fenomenologista que influenciou Garfinkel e, por conseguinte, a AC. Nas palavras de Schütz (1964, p. 20),

(...) na vida cotidiana, ao compartilhar experiências com os meus semelhantes e buscar os motivos pragmáticos comuns que nos fazem agir, eu encontro

³¹ Emergência tanto no sentido de a produção das ações serem localmente situadas, quanto no sentido da urgência de produzir ações concernentes para lidar com as ocorrências que estão acontecendo naquele momento.

³² Loder (2006) traduz o termo *accountability* como justificabilidade. Preferimos manter o termo no original, pois acreditamos que a noção de *accountability* é mais ampla do que uma ação justificável. Além de carregar a noção de ação justificável, *accountability* carrega ainda os significados que, certamente estão relacionados com justificabilidade, de ser “capaz de produzir um relato” e “capaz de ser responsabilizado”.

regras prontas e eu assumo que eu posso entender os motivos dos meus parceiros e compreender suas ações adequadamente *para todos os propósitos prático.s* (grifo nosso)

Baseando-se na teoria da reciprocidade de Schütz, Garfinkel (1967, p. vii) descreve que

os estudos etnometodológicos analisam as atividades cotidianas como sendo os métodos que os membros [empregam] para tornar essas mesmas atividades visivelmente racionais e reportáveis para *todos os propósitos práticos*, ou seja, 'reportáveis (*accountable*)' como organizadores das atividades cotidianas comuns. (grifo nosso)

Nesse sentido, segundo Schegloff (1991b, p. 151), a intersubjetividade pode ser concebida como “a manutenção ativa de um mundo tomado em comum que é sustentado pela suspensão da dúvida de que os interagentes possam não ter os mesmos referentes, ou concebê-los diferentemente”. Esse mundo em comum tem por base o conhecimento de senso comum (*common sense knowledge*), aquilo que os participantes interacionais acreditam compartilhar.

Como coloca Liberman (2016) a respeito da intersubjetividade, o que faz a conversa interessante e excitante é o fato dos significados produzidos na interação jamais serem dados *a priori*, mas dependerem de um trabalho colaborativo e conjuntamente estabelecido. Os participantes vão descobrindo acidentalmente na emergência das ações algumas maneiras para estarem na mesma “página”. Entretanto, os participantes não estão *de fato* na mesma página, eles apenas pensam que estão, ou nas palavras de Garfinkel (1967, p. vii) estão “para todos os propósitos práticos”, ou seja, estão suficientemente para os fins do aqui e agora. Para exemplificar essa ilusão de que os participantes pensam que estão na mesma página e compartilham os significados das ações em curso, Liberman apresenta a interação de provadores de café que concordam que determinada amostra de café poderia ser descrita pelo adjetivo **robusto**. Apesar de os provadores concordarem na utilização dessa descrição para o café, quando questionados sobre o que significava o adjetivo **robusto**, os provadores se eximem da responsabilidade, relegando-a aos outros participantes. Liberman (2016, p. 15) menciona a resposta de um dos participantes que ele obteve ao indagar o que os provadores queriam dizer com **robusto** (A: O que você quer dizer com ‘[café] robusto’? / B: Foi ele quem disse ‘robusto’! Como é ‘robusto’?). Durante a produção do enunciado de B, este participante aponta para o primeiro provador que havia sugerido o referido adjetivo para descrever aquela amostra de café.

Esse exemplo deixa evidente, segundo Liberman (2016), como os participantes não estão na “mesma página”, apesar de acreditarem que compartilham conhecimento. Mais ainda, ele acrescenta que a estrutura social localmente estabelecida é que promove aos participantes os meios pelos quais eles organizam a sequencialidade de suas atividades antes que os próprios

participantes reconheçam o significado do que eles estão realizando no trabalho cooperativo e conjunto. Como aponta Garfinkel (1967), eventos são auto-organizados e a estimulação recíproca que ocorre nos eventos sociais é tão dinâmica que muitas vezes os participantes apenas vislumbram o que estão fazendo e mal conseguem antecipar o que virá a seguir. As informações estão continuamente chegando em fluxos e esse fluxo de ações ordinárias nos confundem, sendo difícil superar nossos esforços para torná-los ordenados, sobretudo quando precisamos adaptar as regras às novas situações que nascem a cada minuto. Garfinkel acrescenta que os participantes, interessados na ordem, frequentemente querem transformar esse fluxo ininterrupto de ações em algo previsível. Entretanto, na maioria das vezes, não sabem como fazê-lo e acabam repetindo soluções previamente utilizadas.

Segundo Garfinkel (1967), as pessoas não buscam a organização total, apenas aquela organização que as permita sobreviver na situação dada. E para que essa organização consiga desenvolver-se minimamente, os participantes precisam se valer da intersubjetividade. Entretanto, isso não quer dizer que a intersubjetividade seja uma condição prévia e uma garantia de que os participantes irão se entender plenamente. Para a Etnometodologia e, por conseguinte para a AC, a intersubjetividade, nas palavras de Heritage (1987, p. 230) é

um processo ativo no qual os participantes admitem a ‘tese geral da reciprocidade de perspectivas’; apesar de diferentes perspectivas, biografias e motivações que levam os atores a ter experiências de mundo não-idênticas, eles podem tratar suas experiências como sendo ‘idênticas para todos os propósitos práticos’.

Nessa perspectiva, portanto, assume-se que os participantes suspendem a dúvida de que seus entendimentos sobre o mundo possam ser diferentes. Caso contrário, como coloca Loder (2006), os participantes, além de produzirem seus enunciados, teriam que parar a interação a todo instante para explicarem uns aos outros a acepção de cada palavra que estão empregando. Ao suspenderem essa dúvida, portanto, os participantes agem como se os entendimentos fossem iguais. Durante o curso da interação, quando fica evidente que os entendimentos são dispares, ou quando convém a alguém que as disparidades não sejam mais ignoradas, é que os participantes cessam a suspensão da dúvida, procurando sanar os problemas antes de prosseguir na interação, valendo-se do recurso do reparo para a promoção desses ajustes. Embora não sejam idênticas - e os participantes sabem que não são rigorosamente idênticas - as experiências dos participantes são tratadas por eles mesmos como semelhantes o suficiente para o andamento da interação em que estão engajados.

A ressalva de Garfinkel (1967, p. vii) a respeito de os participantes tratarem suas experiências como sendo suficientemente idênticas “para todos os propósitos práticos” sublinha

a instabilidade inerente à construção contínua do entendimento mútuo e o foco dos participantes nas ações que estão construindo conjuntamente. Nesse entendimento de intersubjetividade, então, não há garantias de que um participante irá entender o outro. O entendimento torna-se uma realização prática de construção conjunta dentro da interação.

Já a noção de *accountability* refere-se ao modo como os participantes estão constantemente orientados para a racionalidade de suas ações e das de seus coparticipantes. Para Duranti (1997, p. 259), a noção de *accountability* está atrelada à concepção etnometodológica do que é ser um ator social, ou seja, “alguém que é responsável [capaz de responder] por suas ações”. Há sempre uma expectativa de que as ações de cada um dos participantes estão sendo produzidas de maneira esperada e coerente para aquela situação interacional. Esse caráter racional das ações é considerado ele próprio um elemento constitutivo das ações. Por essa razão, os participantes não precisam marcar constantemente uns para os outros a racionalidade de suas ações.

Tal como a intersubjetividade, a *accountability* também não se origina de um planejamento antecipado dos participantes, mas é uma operação construída contínua e conjuntamente momento a momento durante a progressão interacional. Entretanto, quando há uma quebra nas expectativas mútuas de racionalidade, um desvio, seja ele proposital ou não, na ação esperada é que os participantes são chamados a responder por suas atitudes; são chamados a produzir uma justificativa, a prestar contas para a ação violadora. Como ação responsiva, espera-se que o violador apresente justificativas adequadas e suficientes, permitindo que as ações violadoras possam ser aceitas e enquadradas pelos outros participantes como ações razoáveis para aquele contexto.

Na AC, as noções de intersubjetividade e *accountability* estão intimamente atreladas à noção de sequencialidade. É pela *sequencialidade* das ações dos participantes que as noções de intersubjetividade e *accountability* podem ser publicamente exibidas, evidenciando como elas operam em conjunto no fluxo interacional. A sequencialidade diz respeito à sequência temporal que organiza a produção dos enunciados dos participantes. Nesse sentido, cada novo enunciado é uma nova contribuição para a interação em andamento que não só revela o entendimento que os participantes estão tendo das ações uns dos outros como também sinaliza se a ação que está sendo produzida é racional, pertinente e justificável para aquele momento.

Quando o entendimento e a ação são tidos como adequados à situação interacional em dado momento, dizemos que houve uma convergência das expectativas mútuas da racionalidade dos participantes e um entendimento intersubjetivo “para todos os fins práticos”. Contudo, caso haja algum problema aos olhos de qualquer um dos participantes e que esse

problema seja tornado público, observa-se que pode haver uma suspensão da ação em curso, quebrando a fluidez e a progressão da interação para que alguma atenção seja dispendida (ou não) ao potencial problema interacional. Nesses casos, quando os participantes decidem suspender a ação em curso para tentar sanar o problema, o foco dos participantes para a atividade interacional passa a ser a tentativa de recuperar a intersubjetividade por meio da prestação de contas, da *accountability*. Sendo assim, a produção e a interpretação de cada novo enunciado são moldadas pelo contexto sequencial no qual os enunciados se situam, além de constituírem-se como os elementos promotores da própria organização sequencial durante a progressão da interação. Portanto, a manutenção do entendimento intersubjetivo e a construção e manutenção da racionalidade interacional são produtos sequenciais e, ao mesmo tempo, elementos constitutivos da própria noção de sequência. Dessa forma, é pela observação sequencial da interação que o analista da conversa terá acesso às demonstrações publicamente reveladas dos entendimentos, das avaliações, das prestações de contas que os participantes produzem e, por conseguinte, tornam acessíveis uns aos outros. Sendo assim, uma das contribuições da AC para o entendimento da interação humana é a observação minuciosa da organização sequencial das interações.

Postas essas breves apresentações sobre as noções de racionalidade das práticas interacionais, intersubjetividade, *accountability* e sequencialidade, vejamos como a antecipação e a projeção também são noções intimamente vinculadas às noções apresentadas.

3.2 ANTECIPAÇÃO E PROJEÇÃO COMO ELEMENTOS NORTEADORES DAS AÇÕES HUMANAS

Assim como outros mamíferos, os seres humanos possuem a habilidade de sincronizar suas ações com as de outros indivíduos. Os pesquisadores que estudam a interação humana fascinam-se com o fenômeno da sincronia do comportamento dos indivíduos em interação. Independente da metodologia utilizada e dos preceitos teóricos seguidos, um tema sempre emerge quando os pesquisadores se voltam para estudar essa sincronicidade: a prontidão dos seres humanos em iniciar ações quando estão interagindo. Essa prontidão é percebida em distintas situações. Por exemplo, os humanos tendem a mudar a postura juntos como uma forma de sinalização de alinhamento interacional; na maior parte das vezes, mudam o turno sem atrasos ou sobreposições;³³ algumas vezes completam as sentenças em uníssono etc.

³³ Como destaca Levinson (2013, p. 103),

a habilidade para se conduzir uma conversa é, em geral, um milagre e o que é particularmente impressionante é a rapidez e a aparente acurácia das ações realizadas.

Essa sincronia só é possível se os indivíduos se valerem de mecanismos de antecipação e projeção para realizarem suas ações, conforme observa Jordan (2010). Para argumentar a respeito desses movimentos antecipatórios e projetivos norteadores das ações humanas, Jordan primeiro apresenta a situação de um mamífero (um leão) em momento de caça. Ele explica como a ação de caçar do leão é realizada numa trajetória curva. A eficiência do leão em apreender a sua presa (uma gazela) está justamente nessa atuação em trajetória curva. Ao invés de perseguir a gazela em linha reta, contando apenas com sua velocidade mais rápida para alcançá-la, o leão projeta um ponto futuro no espaço, inferindo que a gazela se encontrará naquele ponto num futuro próximo e, antecipando-se a essa nova configuração espacial, realiza seu trajeto persecutório em curva, correndo, portanto, para um ponto no espaço o qual a gazela ainda não ocupou e esperando que sua ação projetiva tenha sido adequada para a situação. Se a ação projetiva do leão for adequada, a resultante será o sucesso de sua empreitada, ou seja, o leão pegará a gazela, conquistando, assim, a sua presa. Esse exemplo mostra como o leão organiza suas ações levando em conta a ação futura de sua presa em potencial. O leão, antecipando-se à possível e bastante provável ação futura da gazela, projeta o tipo de ação que ele realizará como sendo a ação que ele julga mais adequada para a situação. Como coloca Jordan (2010), há considerações importantes a respeito dessa ação projetável de um mamífero em situação de caça que se antecipa à atuação de sua possível presa. Primeiro é o fato de os mamíferos sempre se orientarem para ações futuras. Segundo, essas projeções só são possíveis devido à existência de padrões recorrentes, tanto por parte do leão quanto por parte da gazela, que foram observados em ações passadas, ou seja, os mamíferos não só se orientam para ações futuras como levam em consideração as ações passadas no momento de estabelecer as estratégias que julgam mais adequadas para a execução da ação futura. Terceiro, é o fato de a interação ser sempre orientada para a construção conjunta de uma atividade em curso. Por exemplo, a gazela começa a correr para determinada direção. A partir dessa sinalização da gazela é que o leão poderá projetar a sua trajetória em curva. Então, o desfecho dessa situação de caça só é possível devido à ação conjunta tanto da gazela quanto do leão.

Esse padrão de projetar ações futuras baseadas na projeção de uma possível ação do outro, antecipando-se a ela, também é observado no comportamento humano; não só no comportamento físico do ser humano, mas igualmente no emprego que ele faz da língua. Sendo

Considerando que precisamos de ao menos 600ms para planejar e executar um turno de fala mínimo, enquanto a média de pausa entre os turnos gira em torno de 200ms; sendo assim, é claro que o participante B deve planejar o seu turno bem antes de o participante A ter terminado o seu turno corrente.

assim, acertar o ritmo da interação face a face é sempre uma atividade que exige empenho dos participantes. Quando produzimos e compreendemos os enunciados numa interação, nós estamos sob pressão tanto psicológica quanto situacional, pois precisamos prontamente responder às demandas contingenciais, projetar nossas próximas ações e antecipar-nos às projeções que fazemos das próximas ações do nosso coparticipante. Essas pressões requerem ritmo e tempo específicos e acurados. No fluxo interacional, nós realizamos múltiplas tarefas: percebemos e processamos a fala e as ações gestuais dos nossos coparticipantes; percebemos o mundo que nós rodeia naquela situação; projetamos nossos próprios enunciados; projetamos possíveis ações de nossos coparticipantes; estamos constantemente monitorando nosso ritmo em relação à nossa fala e em relação ao ritmo dos enunciados dos outros participantes; estamos constantemente monitorando nossos próprios enunciados e corrigindo possíveis problemas; entre tantas outras ações. Dentro desse rico universo de distintas atividades, nós não só produzimos enunciados que precisam ser bem formulados para atingir nossos propósitos (e.g. adquirir informação; eliciar ações no outro etc.), como também trabalhamos para conseguir que nosso ritmo e o conteúdo de nossos enunciados estejam alinhados, tanto quanto possível, com os enunciados de nossos coparticipantes. Enunciados são produzidos para se adequarem às sequências interacionais e essas sequências são caracterizadas pela transição coordenada entre os participantes interacionais. Se houver uma produção de enunciado irrelevante ou fora do ritmo interacional, isso pode gerar perturbações e levar o outro participante a inferir mensagens que não se havia projetado e que, algumas vezes, demandarão por parte dos participantes esforço adicional para que as perturbações sejam sanadas, por meio dos reparos, antes que a atividade em curso avance. É a integração de todas essas atividades, funcionando simultaneamente em camadas sobrepostas com tempos de andamento distintos, que permite a incrível rapidez, momento a momento, na coordenação da interação humana, possibilitando a cooperação entre os participantes de forma tão fluida.

Segundo Streeck e Jordan (2009) essas ações projetivas ocorrem em múltiplas camadas funcionando simultânea e sinergicamente durante cada momento da interação. A prontidão para a ação se mostra não apenas em ações bem marcadas e visíveis, mas igualmente em pequenas ações. Por exemplo, em situação de despedida, que são práticas sociais bem marcadas e com rotinas já conhecidas dos participantes, a situação serve para predizer quais são as ações esperadas para o momento. Quando um participante dá sinais de querer se despedir, o outro já projeta o final dessa sequência de ação e se prepara para produzir, por sua vez, a ação esperada de responder também com uma despedida. Em relação às pequenas ações, que muitas vezes não são nem mesmo notadas numa análise mais superficial, temos as ações preparatórias ou

prefaciais como, por exemplo, uma mudança postural sutil ou o início da fase de preparação de um gesto manual. Vale lembrar que, embora o completo sentido dos atos preparatórios não esteja disponibilizado quando o ato efetivamente é realizado, o sentido torna-se óbvio em retrospectiva. Mead (1992, p. 7) descreve esse tipo de cenário de ações prefaciais realizadas pelas ações corporais, chamando-o de “conversa gestual” (*conversation of gestures*) no qual dois organismos sinalizam corporalmente um para o outro suas ações iminentes, dando a oportunidade a cada um de promover ajustes, caso sejam necessários.

Para elucidar sua posição, Mead (1992) traz o exemplo de animais em situação de disputa no qual o animal ameaçador realiza “ações faciais” indicadoras de ataque iminente, permitindo, assim, ao outro organismo se ajustar de tal forma que ele esteja pronto para revidar ao ataque, ou recuar ou ainda demonstrar a sua submissão ao animal ameaçador. Mead vê a gestualidade como parte integral das ações sociais cuja função é disponibilizar a intenção de um indivíduo para com o outro. Segundo Mead (1992, p. 44), a gestualidade “apresenta a função de pedir a resposta do outro, sendo essas respostas estímulos para reajustes”. Sendo assim, para Mead, a intencionalidade é um processo interindividual construído localmente. Embora de forma bastante mais complexa, o ser humano também se vale dessa prática de gestualidade antecipatória nas suas interações cotidianas. Nesta tese, mostramos como as ações gestuais realizadas pelo coparticipante durante o turno do falante são ações que permitem aos participantes promoverem ajustes interacionais quando problemas em potencial são postos na cena interacional. Contudo, tal como Mead, não entendemos essas ações como ações antecipatórias que promovem reajustes até que a ação final seja levada a cabo. Entendemos que essas ações são ações em si mesmas, uma vez que demandam ações responsivas do outro participante interacional e que podem modificar a trajetória da interação. Entendemos que são ações cuja função parece ser “agilizar” a troca interacional, já que essas ações gestuais não interrompem o turno do falante, dando-lhe a chance de sanar os problemas interacionais antes que o outro verbalize a potencial perturbação e, nesse caso, produza mais trabalho interacional para a resolução do problema.

A AC se interessa em investigar a projeção como uma característica humana que norteia toda e qualquer mobilização dos recursos disponíveis aos participantes interacionais, permeando, assim, toda a organização da interação. Como descreve Schegloff (1984), a projeção como característica organizadora da conduta humana permite que se apresente elementos na cena interacional antes mesmo que esses elementos estejam efetivamente em jogo. Diferentemente de Mead e da posição que adotamos nesta tese, Schegloff não entende as ações

gestuais como ações em si mesmas, mas sim como pré-ações que preparam a cena interacional para as ações verbais que serão produzidas a seguir.

Apesar desse entendimento de Schegloff (1984), enfatizando as ações gestuais como pré-ações e dando ênfase às ações verbais como as “verdadeiras” ações sociais, sua pesquisa sobre os enunciados de reparo é um bom exemplo de investigação que deixa evidente a natureza antecipatória e projetiva das ações humanas. Nesse estudo, ele cunha a expressão *espaço de projetabilidade* ao investigar os reparos. Schegloff observa que havia certas ações que eram recorrentes nessas situações e sempre antecediavam as ações de reparo. Essas ações eram as ações de: (a) interrupção pelo falante de seus enunciados em andamento ou (b) introdução da vocalização **uh** (**ãh**). Schegloff nomeia essas ações de *ações iniciadoras de reparo*. Schegloff nota também que sempre havia um outro tipo de recorrência que antecedia as ações antecipadoras de reparo: um prolongamento num item lexical. Schegloff elenca que as ações de reparo, portanto, eram compostas (1) pela ação de reparo propriamente dita, (2) pelas ações iniciadoras de reparo (pré-ações) – interrupção da fala ou introdução de vocalizações e (3) pelas ações que antecediavam essas pré-ações (pré-pré-ações) – prolongamento de um item lexical. Mas Schegloff identifica um problema em relação às pré-pré-ações: nem sempre o prolongamento em certo item lexical significa que um reparo estava prestes a ser feito. Para solucionar esse problema, Schegloff indaga-se quais seriam as estratégias do falante para sinalizar que um reparo havia sido projetado. Como resposta a esse questionamento ele observa que, em situações de reparo, um gesto manual vinculado a algum item do reparo geralmente era produzido em pré-posicionamento. A partir dessas observações, Schegloff estabelece que essas ações antecipatórias – prolongamento de item lexical antecedente às ações iniciadoras de reparo, ações iniciadoras de reparo (interrupção da fala ou introdução de vocalização), e o pré-posicionamento do gesto manual vinculado a um item lexical de reparo - são as ações que compõem a projetabilidade dos reparos. Contudo, outro problema se impôs: até que momento nos enunciados esse gesto manual poderia retroceder para ser uma ação antecipatória sinalizadora de ação de reparo. Schegloff verifica que o limite máximo que a fase de preparação do gesto manual poderia atingir para que se constituísse como uma ação antecipadora de ação de reparo era o último item lexical do turno precedente do parceiro interacional. Em suma, Schegloff estabelece que as ações de reparo são compostas por ações que antecedem a ação propriamente dita e que essas pré-ações projetam a possibilidade de um reparo vir a ser efetivado. A fronteira inicial do reparo é estabelecida pela fase de preparação do gesto manual que poderá retroagir no máximo até à última palavra do turno precedente. Schegloff define, portanto, que a projetabilidade de um enunciado se refere a alguns elementos da linguagem que

entram em jogo antes de efetivamente terem sido produzidos ou completados, antecipando ao coparticipante o momento que este deverá/poderá intervir na interação.

Apesar dessa pesquisa cuidadosa de Schegloff (1984) a respeito das estratégias utilizadas pelos indivíduos para projetarem que um possível reparo estaria em andamento, algumas considerações precisam ser feitas. Por exemplo, Schegloff enfatiza os recursos linguísticos como fundamentais para a construção do espaço de projetabilidade, entendendo o gesto manual apenas como um recurso menor. Schegloff levanta a possibilidade de outras ações gestuais servirem para compor o espaço de projetabilidade, mas não prossegue com essa investigação. Na nossa pesquisa, observamos que a gestualidade é tão importante quanto os recursos linguísticos para a composição do enunciado multimodal e mostramos como outras ações gestuais e não apenas os gestos manuais são ações que compõem os enunciados multimodais. Além disso, mostramos como a característica de ação antecipatória da gestualidade é imprescindível para a orquestração e fluidez interacional. Observamos que a gestualidade promovida pelo coparticipante durante o turno do falante, em situações de problemas interacionais, parece fornecer a oportunidade ao falante de promover ajustes na interação antes que as perturbações efetivamente se instaurem verbalmente na cena interacional, permitindo a continuidade da busca de uma interação mais fluida e harmoniosa.

Pesquisadores da AC observam que a projeção pode ocorrer em distintos níveis – lexical, sintático, semântico, prosódico e pragmático - graças ao conhecimento de mundo compartilhado, às experiências vividas pelos indivíduos e aos enquadramentos contextuais localmente estabelecidos. Por exemplo, assim que o falante começa a produzir um item lexical, em geral, o coparticipante já pode antecipar que item é esse. A sintaxe da oração em andamento também permite ao coparticipante antecipar possíveis pontos de completude de turno. Geralmente as ações consideradas socialmente despreferenciais (e.g. rejeição a um convite ou pedido) são prefaciadas por silêncios ou marcas de hesitação (e.g. **ãh**) ou ainda por alguma outra estratégia (e.g. ações gestuais) que permite a indicação de que uma resposta despreferida está a caminho. Portanto, quando o participante que deve responder ao convite ou pedido mobiliza alguma dessas estratégias, o participante que realizou o convite ou pedido já tem condições de projetar que um enunciado verbal despreferido, provavelmente a recusa ao convite ou pedido, está a caminho antes mesmo que este enunciado verbal seja efetivamente produzido. Essa projeção de possível enunciado verbal despreferido a caminho permite ao participante que produziu o pedido ou convite antecipar-se e reformular suas ações, tornando-as mais “aceitáveis”, para tentar obter a resposta que ele havia projetado anteriormente (e.g. a aceitação do convite ou pedido) ou para tentar bloquear a rejeição.

Um trabalho seminal que deixa evidente alguns dos vários níveis de antecipação e projeção que estão envolvidos na interação humana é o influente e bastante difundido artigo de Sacks, Schegloff e Jefferson (1974), doravante SSJ (1974). Os autores assinalam que os participantes numa interação face a face, para conseguir o ritmo adequado que os leve à transição sem atrasos e sobreposições, devem projetar o momento no qual o enunciado do falante estará completo. Essa antecipação é o mecanismo que nos leva a estar aptos a intervir na interação antes mesmo que o nosso momento de falar chegue, resultando no que os autores observam como a tendência a falar um de cada vez.

Algumas sugestões para entender como os coparticipantes realizam suas projeções para determinar os possíveis pontos de completude do turno do falante foram realizadas ao longo dos anos. SSJ (1974) sugerem que a sintaxe é o canal que mais gera indícios para os coparticipantes. Em relação à prosódia, alguns pesquisadores (e.g. COUPER-KUHLEN; SELTING, 1996) afirmam que a projeção, por exemplo de completude de turno, também está baseada em contornos entoacionais e não apenas em recursos linguísticos e pragmáticos. Como apontam De Ruiter, Mitterer e Enfield (2006), essas pesquisas que investigam os contornos entoacionais apresentam alguns problemas. O primeiro problema citado por eles é que as pistas entoacionais são descritas como pistas que ocorreram ao final dos turnos, resultando em duas implicações: (a) as pistas parecem surgir muito tarde para que os coparticipantes possam utilizá-las como elementos que os auxiliassem nas suas projeções e (b) a coocorrência de um fenômeno entoacional com o final do turno não significa que ele tenha sido utilizado pelo coparticipante como uma pista para a sua projeção do final do turno do falante, pois, ao identificar o momento de um possível ponto de completude de turno em seu contexto conversacional, isso não informa se os contornos entoacionais, as pistas sintáticas, as pistas pragmáticas, as pausas (ou alguma combinação entre eles) foram efetivamente utilizados pelo coparticipante para auxiliá-lo na sua projeção. O segundo problema apresentado por De Ruiter, Mitterer e Enfield (2006) é que, apesar de alguns pesquisadores (e.g. CUTLER; PEARSON, 1986) terem tentado abordar o problema experimentalmente, ao propor que os participantes fizessem julgamentos específicos quanto à troca de turnos, esses julgamentos não foram feitos em interações face a face espontâneas nas quais os participantes estão sob pressão e precisam realizar seus julgamentos em tempo real, em frações de segundos.

Para tentar sanar esse problema, De Ruiter, Mitterer e Enfield (2006) realizam um experimento no qual tentam deixar a projeção o mais próxima possível do tempo real das conversas espontâneas. Utilizando fragmentos de interações espontâneas em holandês, eles apresentaram aos participantes da pesquisa partes de interações espontâneas e pediam a eles

que apertassem um botão quando eles julgassem que o falante que eles estavam ouvindo já tivesse completado seu turno. Assim que os participantes julgavam que o turno estivesse completo, o som era cortado para evitar que eles recebessem *feedback* de como a conversa havia sido construída. Sendo assim, segundo os autores, esse método deixou a pesquisa bastante próxima de uma interação real. Os autores realizaram três experimentos. No primeiro experimento a fala foi mantida intacta; no segundo, o contorno entoacional foi removido, deixando as palavras e a sintaxe intactas; e no terceiro, o contorno entoacional foi mantido, mas com palavras e sintaxe irreconhecíveis. Os autores mostram que no primeiro experimento, os participantes antecipavam o final dos turnos com o mesmo grau de acurácia observado nas conversas reais; no segundo, não houve mudança na taxa de acurácia; entretanto, no terceiro, a performance dos participantes caiu consideravelmente. Esses resultados levaram os autores a concluir que os signos lexicais e sintáticos são necessários e, segundo eles, podem ser suficientes, para a realização da tarefa de projeção do final do turno do falante e, portanto, para regular a organização de turnos, enquanto o contorno entoacional não é nem necessário e nem suficiente para a projeção da completude do turno. Tomamos esses resultados com certa precaução. Parece-nos que precisa haver mais investigação para se poder realmente afirmar que o contorno entoacional não é necessário e nem suficiente e que os itens lexicais e a sintaxe são necessários e podem ser suficientes para a projeção de completude de turno, pois como os próprios pesquisadores colocam, precisa haver mais investigação sobre o que poderia ter gerado as diferenças observadas entre as funções da entoação e das estruturas morfossintáticas. A informação morfossintática é simbólica, convencionalizada e hierarquicamente estruturada. A entoação, as pausas e os efeitos que geram, dependendo do momento que são realizadas, são icônicas e indiciais e, portanto, mais dependentes da fala. Há, então, uma assimetria nos papéis da entoação e das estruturas morfossintáticas, uma vez que informação simbólica influencia significativamente a interpretação das informações não-simbólicas que lhe estão associadas.

Essa influência da informação simbólica sobre a não-simbólica está bem evidenciada nas pesquisas dos EG que investigam a relação entre fala e ações gestuais em coocorrência. Frequentemente, os pesquisadores das ações gestuais (e.g. BAVELAS; CHOVIL, 2006; KENDON, 2004) observam a dificuldade de interpretar as ações gestuais sem a fala que as acompanha e a facilidade de interpretá-las quando elas estão acompanhadas da fala. Assim como as funções entoacionais, a gestualidade demonstra grande variedade e flexibilidade nos usos. Justamente devido à flexibilidade e à variedade é que a gestualidade, assim como a entoação, não se mostra tão facilmente investigável para o entendimento de como ela pode auxiliar os coparticipantes a projetar o final do turno do falante quando se compara com o alto

grau de restrição e, portanto, de previsibilidade da morfossintaxe. Apesar de a gestualidade do falante não se mostrar tão facilmente investigável para o entendimento de como ela pode auxiliar os coparticipantes a projetar o final do turno do falante, a gestualidade produzida pelo coparticipante durante o turno do falante, em contrapartida, mostra-se bastante eficaz para auxiliar o falante a identificar possíveis problemas que poderão vir a ser verbalizados mais adiante, sobretudo, em episódios de desacordo. Nesta tese mostramos algumas evidências dessa função projetiva da gestualidade do coparticipante durante o turno do falante.

Além dos níveis já citados, outro nível de projeção para a interação que já foi investigado é a habilidade que os humanos possuem de relegar as ações futuras para partes do corpo ou modalidades que estejam fora do foco de atenção, o que Goffman (1974) chamou de “trilha direcional” (*directional track*). Por exemplo, Streck (1995), ao comentar sobre a noção goffmaniana, observa que quando temos a nossa atenção visual voltada para a face do falante e devotamos nossa atenção consciente para o conteúdo de sua fala, nós podemos apreender inconscientemente um movimento de mão com a periferia de nosso campo visual e ficarmos alertas para uma possível finalização de turno antes que qualquer indício na fala ou nas ações faciais tenha sido manifestado. Igualmente podemos registrar subliminarmente a atividade na postura de alguém e nos prepararmos para nos juntarmos à mudança iminente de postura.

Os trabalhos citados acima são exemplos de pesquisas que investigam o que está sendo projetado, tais como os itens lexicais, as estruturas sintáticas, os possíveis pontos de completude de turno, as ações, as situações sociais convencionalizadas, entre outros. Entretanto, para se compreender o fenômeno da projeção na sua complexidade, Deppermann (2013) propõe que se investigue, não só o que está sendo projetado, mas também outras características do fenômeno. Duas dessas características são propostas por Auer (2005), tais como o grau de rigidez da projeção e a granularidade da projeção. Quanto ao grau de rigidez, Auer explica que as projeções podem ser fixas ou abertas. Em relação à granularidade, ela se refere ao fato de projetarmos o quão uma estrutura determinada (e.g. um item lexical ou uma ação esquematizada) é a estrutura esperada. Deppermann (2013) exemplifica a relação entre essas duas características pela situação dos votos de casamento. Ele descreve que a projeção referente aos votos de casamento é um exemplo de projeção fixa e com baixa granularidade, uma vez que a resposta formulaica – **eu aceito** – é a ação esperada. Outro exemplo de projeção fixa e baixa granularidade são as questões polares, já que elas projetam apenas duas possibilidades de resposta: **sim** ou **não**. Diferentemente, as questões do tipo **quando, onde, quem** etc. são mais complexas. Esse tipo de questão apresenta uma projeção aberta, mas ainda assim de baixa granularidade, uma vez que restringe o universo de possibilidades. Por exemplo, Deppermann

descreve o diálogo entre médico e paciente - A: *Desde quando o senhor está morando sozinho?* / B: *desde novembro* – mostrando que ainda que haja possibilidades múltiplas para as respostas do paciente, o tipo de pergunta realizada com pronome interrogativo **quando** restringe o âmbito de atuação do paciente para fornecer a sua resposta. Como exemplo de projeção aberta e com alta granularidade, Deppermann apresenta o exemplo das narrativas. Ainda que o coparticipante possa projetar esquematicamente o escopo da narrativa, ele não consegue projetar a sequência de eventos, nem a real relevância dos personagens e dos objetos com precisão.

Apesar dessa projeção aberta e da alta granularidade das narrativas, o trabalho colaborativo e conjunto dos participantes interacionais não deixa o coparticipante sem pistas para realizar suas projeções. Por exemplo, Sacks (1974), Ford (2001) e C. Goodwin (2002) observam que há uma recorrência em situações que apresentam enunciados múltiplos (e.g. narração de histórias e explicações de algum evento ou fenômeno) de se formular um prefácio composto de duas partes: (a) um “pedido” de suspensão da alternância de turnos ao coparticipante e (b) uma sinalização para o suposto ponto de finalização de turno do falante. Ford (2001) apresenta um exemplo bastante elucidativo desse tipo de dinâmica:

- (1) A: Eu estive na Noruega visitando meus pais.
 B: Você é norueguesa? Eu não sabia.
 A: Não e nem meus pais. Eles apenas moram lá faz muito tempo. Essa é uma longa história. Nem sei por onde começar...

Nesse exemplo, **B** faz uma inferência de que **A**, por ter ido à Noruega visitar os pais, é norueguesa. Para esclarecer o equívoco da inferência de **B**, **A** explica que ela não é norueguesa. A complementação da sua informação de que nem seus pais são noruegueses pode ser entendida como a parte do prefácio que realiza o “pedido” de suspensão da alternância de turno. **Eles moram lá faz muito tempo** é o sinalizador para o suposto ponto de finalização da história que **A** pretende narrar. De acordo com C. Goodwin (1996) esse tipo de enunciado traria um índice prospectivo (*prospective indexical*) que indicaria ao coparticipante o ponto de “clímax” da explicação, ou seja, o coparticipante aceitaria o pacto da suspensão de alternância de turno até o ponto da história que esclarecesse o porquê dos pais de **A** morarem na Noruega há anos. Para C. Goodwin (1996) é justamente essa indicação do ponto de clímax que faz com que os prefácios de duas partes em situações de turnos com enunciados múltiplos como as narrações de histórias sejam tidos como preferenciais. Além disso, esse tipo de prefácios nessas situações auxiliam o coparticipante a organizar suas projeções para intervir no momento adequado e para que possam contribuir para a progressão interacional, deixando-a mais fluida e harmoniosa.

Deppermann (2013) apresenta, ainda, que também é preciso investigar a relação da obrigatoriedade da projeção ter sido satisfatoriamente efetuada, uma vez que as projeções também se estabelecem em termos de *accountability* e força normativa. Uma expectativa de efetivação única e completa da projeção ocorre em casos, por exemplo, como os dos votos de casamento, uma vez que a projeção usual é a do aceite. Mas há ações que demandam projeções alternativas como por exemplo, a formulação de um pedido ou convite. Nessas situações, o falante tem duas possibilidades de projeção da ação responsiva de seu coparticipante, a projeção de aceite ou de recusa como próximo turno. Também há situações nas quais não se tem a possibilidade de realização de projeções com alternativas finitas, como por exemplo no caso de perguntas abertas (e.g. *do que você gosta?*). Nesses casos, segundo Deppermann, a projeção do falante não passa de uma projeção de passar a palavra ao próximo falante. O autor resume que, como regra, lidar com projeções implica em sinalização de entendimento. O problema é que a sinalização de entendimento é construída conjunta e concomitantemente com projeções tanto da ação quanto dos enunciados do outro.

Ao analisarmos esses comportamentos dos seres humanos em termos de suas projeções, notamos que a interação face a face está embasada e organizada em estruturas antecipatórias que facilitam o desenrolar da atividade em andamento, contribuindo para a atribuição e manutenção do enquadramento da ação que está em processo de formação, permitindo, assim, a fluidez na comunicação em ambientes sociais dinâmicos.

3.3 A ORGANIZAÇÃO SEQUENCIAL DA CONVERSA EM TURNOS

É pelo uso da linguagem que as pessoas conduzem grande parte de suas atividades conjuntas. Contudo, apenas nas últimas décadas alcançou-se um entendimento de que a fala em situações interacionais é organizada sistematicamente. De fato, “a organização das práticas para a tomada de turnos na fala em interação está entre aqueles elementos da vida social que, por estarem tão arraigados na prática do senso comum cotidiano, desafiam a consciência articulada e a descrição explícita, disciplinada” (SCHEGLOFF, 2000, p. 2).

A constatação da natureza ordenada da conversa advém da observação de conversas nas quais nota-se que os participantes interacionais empregam práticas recorrentes com a finalidade de realizar certas ações em contextos particulares e que essas práticas são reconhecidas como ações apropriadas (ou não) pelos outros participantes para aquela situação (e.g. SACKS, 1992). Entretanto, dizer que há uma organização sistemática da conversa não implica dizer que existe uma uniformidade nessa organização. A organização da sequência conversacional está a cargo

dos próprios participantes que a construirão conjuntamente, valendo-se de distintos recursos e estratégias momento a momento. Dessa forma, a produção do participante depende da (e está para a) situação da interação, sofrendo certas restrições que estão baseadas na produção precedente de seu coparticipante. Além disso, a produção do falante também é afetada pelas possibilidades de sua própria produção futura. O contexto situacional da conversa, portanto, é dinâmico e precisa ser monitorado momento a momento. Os participantes estruturam sua fala de forma a demonstrar a compreensão que tiveram da fala precedente e o entendimento que esperam ver veiculado na fala vindoura do coparticipante.

No artigo seminal de SSJ (1974), os autores observam que a maneira que parece ser a mais eficaz para que os participantes estruturem suas falas e demonstrem seus entendimentos uns aos outros é organizar a conversa em turnos. Para SSJ, a organização conversacional em turnos permite que o entendimento compartilhado seja criado e ratificado momento a momento. Além disso, para que seja possível haver a “responsividade”³⁴ é necessário que um participante fale após o outro ordenadamente.

Essas constatações de SSJ são fruto da observação empírica de conversas espontâneas e, sobretudo, devido à mudança de foco na investigação das tomadas de turno. Como lembramos Leite (2008, p. 51), apesar de a questão da tomada de turnos já ter sido investigada por vários autores em diferentes linhas de pesquisa, “SSJ argumentam que seu mecanismo de organização e operação quase nunca era analisado como um fim em si, mas sempre como *meio* para outras análises que tomavam por base essa organização”. Em decorrência dessa nova perspectiva, SSJ apresentam uma sistemática para a troca de turnos que, “pela elegância teórica e forte sustentação empírica”, teve grande repercussão em áreas de estudo distintas.

Para exemplificar a proposta da sistematicidade na organização dos turnos, SSJ (1974, p. 696), comparam as atividades que se organizam por meio da troca de turnos a uma economia em que a moeda corrente – o turno de fala – adquire um determinado valor, sendo que os participantes têm à sua disposição maneiras para tomar posse dessa moeda – a alocação de turnos. Nesse sentido, investigar como funciona o sistema que organiza a tomada de turnos é desvendar o modo como se organiza esse sistema econômico, isto é, examinar seu padrão de funcionamento, por meio da investigação dos recursos disponíveis aos indivíduos para tomarem posse da moeda corrente (os turnos), e de como essas possibilidades à disposição dos indivíduos para adquirir tal moeda (para alocar turnos) afetam sua distribuição.

³⁴ Schegloff (2007, p. 1) descreve “responsividade” como sendo a capacidade de um participante demonstrar que o que ele está dizendo e fazendo é uma resposta ao que o outro disse e fez.

SSJ (1974) descrevem a sistemática da organização de turnos mediante as seguintes características: (1) o usual é que fale uma pessoa de cada vez; (2) ocorrências de mais de um falante por vez são comuns, porém, breves; (3) geralmente, a passagem de um turno para o outro se dá sem intervalo de tempo e sem sobreposição; (4) a ordem dos turnos não é fixa, mas sim variável; (5) a extensão dos turnos não é especificada de antemão, nem tampouco o conteúdo veiculado em cada turno; (6) a distribuição relativa dos turnos não é previamente especificada; (7) o número de participantes pode variar; (8) a fala pode ser contínua ou descontínua; (9) são empregadas técnicas de alocação de turno; e (10) os turnos são construídos por unidades de tipo específico. O importante em relação a essas características na sistemática da organização de turnos é entender que elas não são fixas, mas sim flexíveis para se adequarem às necessidades interacionais localmente estabelecidas momento a momento, ou nas palavras de SSJ (1974, p. 699), “são livres de contexto e capazes de serem extremamente sensíveis ao contexto”. Vejamos a seguir como SSJ descrevem a construção e a alocação de turnos.

3.3.1 A construção e a alocação na organização da sistemática da troca de turno

SSJ (1974) verificam, a partir da análise de dados de conversas naturais, que a organização da tomada de turnos apresenta dois componentes essenciais: as unidades básicas pelas quais os participantes constroem seus turnos, e as técnicas de alocação de turnos por meio das quais os participantes organizam a tomada e as trocas dos turnos.

Em relação à construção dos turnos, SSJ (1974) difundem a noção de que os turnos são construídos, principalmente, por unidades de construção de turno (*turn-constructional unit*: TCU). As TCUs são elementos gramaticais, potencialmente disponíveis aos falantes, que podem variar de um único item lexical até uma oração completa. O que determina a extensão da TCU é o caráter de projetabilidade de um possível ponto de relevância para transição de turno (*transitional-relevance place*: TRP). As TCUs são, portanto, os elementos que os participantes empregam, monitoram, interpretam e manipulam a fim de projetar os TRPs. O TRP é definido por SSJ como um ponto, geralmente em final da TCU, potencialmente aberto à tomada de turno pelos demais coparticipantes. As características das TCUs e a sua qualidade em projetar TRPs permitem aos participantes da interação operar a transição de turnos da maneira que julgarem mais apropriada às contingências interacionais.

Apesar de SSJ (1974) enfatizarem a relevância da sintaxe para o estabelecimento das fronteiras das TCUs, eles constatarem que nem sempre essas fronteiras coincidem com as fronteiras dos constituintes sintáticos. Essa não coincidência se deve ao fato de os participantes

poderem usar práticas distintas (e.g. prosódicas) para a construção das TCUs que podem resultar em postergação dos TRPs para locais distintos dos que seriam inicialmente projetáveis. Embora SSJ levantem esse ponto, eles não incorporam na investigação sobre TCUs e TRPs as contribuições que as outras modalidades - a prosódia e a gestualidade - podem oferecer para a construção de turnos.

Por SSJ (1974) terem deixado a questão dos critérios de finalização das TCUs em aberto, muito tem sido discutido na literatura a esse respeito. Por exemplo, Ford e Thompson (1996) afirmam que os critérios prosódico e pragmático são tão relevantes quanto os critérios sintáticos e apresentam o mesmo peso na identificação do momento de possível finalização de enunciado. Para distinguir a noção de TRP de SSJ de sua proposta, as autoras optam pela noção de *ponto complexo de transição de turno*. Ford e Thompson investigam 198 falantes em interações de 20 minutos. Nesses excertos de conversa, as autoras codificam os pontos de completude sintática, de completude entoacional e de completude pragmática (isto é um ponto no qual uma ação conversacional estivesse completa). Elas observam que os pontos de completude sintático e entoacional, geralmente, coincidem e que cada ponto de completude pragmática é um ponto de completude entoacional, mas não necessariamente vice-versa. Quando os três pontos de completude são coincidentes, as autoras denominam esse local de ponto complexo de relevância de transição de turno (*complex transition relevance place*). Para as autoras, é nesse ponto que a maioria das transições de turno ocorrem. Apesar dessa tentativa de Ford e Thompson de esclarecer como ocorre a troca de turno, sua proposta também não consegue solucionar toda a complexidade do sistema de troca de turno que ocorre durante a progressão interacional.

Outra pesquisa que tenta incorporar a prosódia ao entendimento das TCUs e TRPs é o estudo de Selting (2000) no qual a autora propõe que os TCUs e TRPs não devem estar vinculados, definindo as TCUs como “a menor unidade linguística completa de relevância interacional em seu contexto particular” (SELTING, 2000, p. 512). Essas unidades linguísticas seriam definidas por uma interrelação de recursos sintáticos e prosódicos num dado contexto semântico, pragmático e sequencial. Nessa proposta de Selting, os turnos com mais de uma TCU seriam compostos por uma ou várias TCUs não-finais cujos limites não estabeleceriam TRPs enquanto a TCU final - aquela que de fato termina em um TRP - seria determinada pelo uso que os falantes fazem dos recursos linguísticos e interacionais disponíveis que possibilitariam sua participação em blocos de fala maiores. Embora Selting esclareça algumas das características da TCU e aponte o papel fundamental da prosódia na delimitação dessas unidades, sua proposta também não consegue solucionar toda a complexidade da composição de turnos, pois, como alerta Leite (2008), a ideia que possa existir TCUs cujos limites não

definem TRPs parece não acontecer nem mesmo em blocos de fala maiores, como por exemplo em narração de histórias. Nesses projetos é comum a ocorrência de negociações menores que acontecem antes da realização final da atividade em curso que são reguladas pelos participantes com base em TCUs e TRPs.

Mais recentemente temos visto outras contribuições para o entendimento dos componentes de TCUs e TRPs. Uma dessas contribuições é a possibilidade de identificar as TCUs como unidades organizadas de interação que, ao explorar os recursos linguísticos, tanto podem modelar as contingências da organização interacional momento a momento, quanto podem modelar as restrições e possibilidades da gramática, sendo essas contingências, restrições e possibilidades estruturadas reflexivamente umas pelas outras (e.g. MONDADA, 2007). Segundo Mondada (2007), as TCUs devem ser entendidas como um tipo específico de unidade, como uma práxis definida pelas realizações locais dos participantes, que é negociada interativamente e que emerge dentro do desenrolar temporal da conversa momento a momento. TCUs são, portanto, um conjunto de recursos produzido conjunta, local e contingencialmente pelos participantes. Mondada adiciona que as oportunidades de coparticipação na produção interacional de TCUs emergentes são fornecidas, principalmente, pelo seu potencial projetável.

Em resumo, a investigação sobre os métodos envolvidos na projeção e no desenrolar incremental da construção das TCUs e TRPs é uma preocupação da AC que não saiu do palco de discussão até o momento. Os primeiros métodos investigados foram os recursos linguísticos, mas aos poucos o escopo investigativo foi expandido para abarcar considerações sobre a prosódia e as ações gestuais. Os primeiros recursos linguísticos considerados foram os recursos sintáticos (SACKS; SCHEGLOFF; JEFFERSON, 1974), sobretudo com Sacks (1992, p. 642) se referindo a sentenças relativas e apontando para o caráter prático dessas unidades e a não correspondência com a definição clássica de gramática. Ainda hoje, a sintaxe é considerada um dos mais importantes recursos para a análise de turnos, como, por exemplo, em Schegloff (1996) quando considera a sintaxe para caracterizar as posições inicial, intermediária e final das TCUs ou, ainda, em Auer (2005) enfatizando o caráter de potencial projetivo da sintaxe. Depois, foram os recursos prosódicos que passaram a ser incorporados nesse tipo de pesquisa (AUER, 1996; COUPER-KUHLEN, 1996, 2001, 2004). Nos anos 1980, French e Local (1983), Local e Kelly (1986) e Local, Kelly e Wells (1986) também mostram a importância dos recursos fonéticos para a projeção dos turnos. Há ainda estudos que não se fixaram em demonstrar a relevância de apenas uma única dimensão, mas procuraram enfatizar as contribuições dos recursos sintáticos, prosódicos e pragmáticos, atuando simultaneamente, para analisar as possibilidades das TCUs e a completude dos turnos (e.g. FORD; THOMPSON, 1996).

Recursos multimodais também têm sido considerados nessa equação, como os gestos manuais (e.g. FORD; FOX; THOMPSON, 1996; SCHEGLOFF, 1984; STREECK; HARTGE, 1992), a direção do olhar (e.g. GOODWIN, C. 1981; LERNER, 2003; ROSSANO, 2005) e a ação do corpo inteiro (e.g. GOODWIN, C. 2000; MONDADA, 2007). Dentro do cenário brasileiro, um trabalho que merece destaque é o de Leite (2008), propondo uma segmentação da língua de sinais brasileira (libras). Leite contribui para a ampliação do entendimento de TCU e TRP de tal forma que essas unidades “recebessem uma definição compatível com a flexibilidade que tais categorias de fato revelam na conversação espontânea” (Leite, 2008, p. 260). Esta tese também busca contribuir com essa descrição ao mostrar como as ações gestuais do coparticipante durante o turno do falante contribuem para o entendimento de como os participantes projetam os TRPs e a forma como as TCUs são construídas de forma colaborativa, uma vez que parecem sofrer as influências das ações gestuais realizadas pelo coparticipante.

Postas essas considerações sobre a construção dos turnos, passemos ao segundo componente constitutivo da organização dos turnos - a alocação de turnos. As estratégias de alocação podem ser resumidas, basicamente, em duas técnicas: (1) aquelas nas quais o falante seleciona o próximo participante para falar (por exemplo, por meio da menção do nome desse participante, por meio da produção de uma pergunta que demanda uma resposta); e (2) as técnicas nas quais o próximo falante se autoseleciona para tomar o turno seguinte.

SSJ apresentam algumas regras, flexíveis o suficiente para se adaptarem às contingências interacionais, que permitem que a alocação do turno seguinte se destine a apenas um único participante (princípio do fala um de cada vez) e que haja a coordenação dessa transferência de modo a minimizar os intervalos e as sobreposições de fala. De acordo com essas regras, temos:

- (1) Para qualquer turno, no primeiro lugar relevante para a transição de uma primeira unidade de construção de turno:
 - (a) Se o turno até aqui está construído de modo a envolver o uso de uma técnica de ‘falante corrente seleciona o próximo’, então a parte assim selecionada tem o direito e é obrigada a tomar o turno seguinte para falar; nenhuma outra parte possui tais direitos ou obrigações, e a transferência ocorre naquele lugar.
 - (b) Se o turno até aqui está construído de modo a não envolver o uso da técnica de ‘falante corrente seleciona o próximo’, então a autoseleção para a próxima vez de falar pode ser instituída, mas não necessariamente; quem inicia primeiro adquire o direito ao turno, e a transferência ocorre naquele lugar.
 - (c) Se o turno até então é construído de forma a não envolver o uso da técnica de ‘falante corrente seleciona o próximo’, então o falante corrente pode, mas não precisa continuar, a menos que outro se auto-selecione.
- (2) Se, no primeiro lugar relevante para a transição de uma primeira unidade de construção de turno, nem 1a e nem 1b operaram, e, seguindo a provisão 1c,

o falante corrente continuou, então o conjunto de regras a–c reaplica-se no próximo lugar relevante para a transição e recursivamente a seguir em cada lugar relevante para a transição, até a transferência ser efetivada (SACKS; SCHEGLOFF; JEFFERSON, [1974] 2003, p. 16-17)

Por essas regras, portanto, vemos que a noção de TRP está intimamente vinculada à alocação de turnos, pois, como colocam SSJ ([1974] 2003, p. 41) “[s]e examinamos materiais empíricos para ver onde, em um turno em andamento, os próximos falantes começam (ou tentam começar) turnos seguintes, percebe-se que tais começos não ocorrem continuamente ao longo do curso em desenvolvimento de um turno, mas em pontos específicos”. Novamente podemos notar a ênfase dada por SSJ aos recursos sintáticos. Contudo, há descrições na literatura que mostram vários métodos para se direcionar ao próximo falante, como por exemplo a direção do olhar e os gestos manuais de apontar (e.g. LERNER, 2003; MONDADA, 2007), e para a autosseleção, como por exemplo a ação gestual do coparticipante de abrir a boca, fazendo menção de que irá tomar a palavra ou a ação gestual de levar o tronco à frente (e.g. MONDADA, 2007, 2016) que vão além dos critérios sintáticos. Além disso, pesquisadores notam que as eventuais especializações e diversificações na conversa, devido às diferenças de contextos institucionais ou profissionais, podem afetar a alocação de turnos (e.g. DREW; HERITAGE, 1992; MONDADA, 2007), pois, como aponta Mondada (2007), a consideração de distintos ambientes implica na diversificação dos recursos estudados (recursos verbais e vocais para conversas telefônicas, recursos multimodais para interações face a face, artefatos e tecnologias para interações mediadas etc.). Vale ressaltar, ainda, que embora SSJ tenham apresentado que na alocação de turno só há duas alternativas – falante-corrente seleciona o próximo falante ou a autosseleção - estudos mostram outras possibilidades, como por exemplo, o turno compartilhado e outras formas de performance em coro (e.g. LERNER, 2002).

Vinculado à noção de alocação de turno temos o problema do *status* cambiante do falante. Aparentemente, na proposta de SSJ, a alocação de turno parece ser fácil de ser estabelecida. Contudo, devido à interação ser fruto de um trabalho conjunto e colaborativo dos participantes, sendo todos ativos na interação o tempo todo, essa alocação nem sempre é efetivada de forma simples. Como apontam O’Connell, Kowal e Kaltenbacher (1990, p. 366), “o tempo [interacional] pertence a todos os participantes o tempo todo”, já que os participantes mobilizam recursos multimodais durante todo o tempo da progressão interacional. O coparticipante pode interagir com o falante sem interrompê-lo ao utilizar breves vocalizações ou ações gestuais, tais como as ações faciais, direção do olhar, gestos manuais. Investigar a atuação do coparticipante, portanto, é importante não só devido à primazia para entender a

interação como uma atividade colaborativa, mas também para entender como os falantes apoiam-se em ações gestuais e/ou vocalizações do coparticipante para promover arranjos na interação que contribuam não só para que ele mantenha o *status* de falante-corrente como também para a progressão interacional. Apesar dessa importância, a maneira como as pistas do coparticipante podem afetar os enunciados do falante ainda não foram completa e sistematicamente investigadas. Nesta tese, buscamos mostrar como esses arranjos interacionais se coordenam numa dança sincrônica. Apresentamos como as ações gestuais e/ou vocalizações do coparticipante durante a produção de enunciados do falante são ações que podem interferir na trajetória dos enunciados do falante e, por conseguinte, na manutenção de seu turno e de seu *status* de falante-corrente. Sendo assim, as práticas interacionais, que são emergentes, contingentes, dinâmicas e localmente organizadas, mostram que as noções de falante e de coparticipante precisam ser revistas.

Nas análises multimodais observamos que essas categorias são reconhecidas e tratadas pelos participantes durante a interação de forma bastante diversa daquela que usualmente é descrita na literatura: falante como aquele que detém a palavra no momento e ouvinte (coparticipante) como aquele que permanece em silêncio, ou emite algumas vocalizações, durante o turno do falante. Contudo, os próprios participantes não organizam suas interações baseados nessa definição. A partir do momento que a gestualidade do coparticipante pode interferir na produção dos enunciados verbais do falante, modificando a sua trajetória de fala, nota-se que a noção de falante não pode ser fixa e nem ser tão dependente da sua própria produção verbal. Sendo assim, notamos que as ações gestuais são pontos privilegiados para se olhar o comportamento dos participantes na cena interacional, principalmente no tocante às definições do *status* de falante. Elas mostram que o papel de falante é um *status* que só se consegue com trabalho interacional constante. Em outras palavras, baseando-se nas ações do coparticipante, o falante revê em tempo real as projeções que utilizou para construir sua fala, podendo, assim, prosseguir na sua trajetória projetada ou revê-la.

A ações gestuais e/ou vocalizações realizadas pelo coparticipante durante a produção verbal do falante testemunham e documentam a trajetória emergente e a progressão da mudança de categoria do coparticipante de *não-falante* para *talvez venha a ser o falante* para *provavelmente o próximo falante*, e então, *falante iminente*. C. Goodwin e M. Goodwin (2004) e Mondada (2009) descrevem como essas categorias estão em contínua transformação e são constantemente negociadas para e pelos participantes durante o desenrolar da ação, sendo que eles podem ou não se afiliar a elas.

O caráter complexo, transitório e dinâmico dessas categorias fica evidente quando observamos os pesquisadores que precisam lidar com o *status* de *ainda não falante* do coparticipante, como por exemplo, Jefferson (1984, p. 16) pelo uso do termo “*ouvinte/próximo falante*”; assim como pelo emprego de “*turno ocupado*” versus “*turno requerente*” em Jefferson (2004, p. 47) quando investiga as sobreposições de fala; ou Schegloff (1996, p. 97) com a utilização de “*ouvinte corrente dessa fala/potencial próximo falante*” quando analisa as ações prefaciais; ou ainda C. Goodwin (1984) com o uso de *narrador* e *co-narrador* ao tratar da narração de histórias em ambiente interacional. No caso das sequências de desacordo analisadas nesta tese, a progressão na mudança de *status* do coparticipante parece convergir com a eficácia dos autorreparos e reformulações que o falante promove em seus enunciados verbais, bloqueando a instauração de uma possível discordância verbal, sustentando, assim, seu *status* de falante-corrente por mais tempo.

Um bom exemplo de pesquisa que mostra o *status* de falante-corrente e próximo falante como fenômeno emergente é o estudo de Mondada (2007). A autora mostra que, apenas pelo uso da modalidade gestual, os participantes coordenam suas ações de tal forma que haja a troca do *status* de falante para coparticipante e vice-versa. A autora descreve como o gesto manual de apontar, como uma ação gestual do falante, encerra-se antes da completude do turno verbal, projetando a sua finalização. Entretanto, ela aponta que tal mudança no *status* de participação só é possível com a coparticipação do outro. Ela descreve como o final do turno de X é sinalizado por um trabalho interacional, produzido por meio do alinhamento da projeção de completude de turno de X ao cessar seu gesto manual antes de sua fala e da coparticipação de Y ao projetar a categoria de “possível próximo falante” quando inicia seu gesto manual no mesmo momento. Além disso, ela nota que nem todos os gestos se encerram durante o turno ao qual eles estão afiliados, ou seja, numa posição de pré-completude.

Essa persistência gestual pós-completude de turno, segundo Mondada (2007), mostra que o *status* de falante não é um fenômeno que se limita às fronteiras verbais do turno, mas que é um *status* interativamente formado pela complementariedade das relevâncias e orientações dos participantes. Ao “segurar” o gesto manual, os participantes produzem a inteligibilidade, não apenas da organização do turno em curso, mas também, de forma mais abrangente, a organização sequencial em curso. Eles mostram as suas orientações na maneira como a sequência está estruturada, as implicações sequenciais de seus turnos e o alcance das ações sequenciais por vir. Dessa forma, podemos concluir que a gestualidade sinaliza um deslizamento nas noções de falante-corrente e de próximo falante. Por exemplo, quando o falante “segura” seu gesto manual após a completude de seu turno verbal, ele sinaliza que seu

enunciado multimodal ainda não se completara, apesar de ele já ter cedido a palavra, ou seja, ele cede a palavra sem ceder seu turno. Por sua vez, quando o coparticipante já produz seu gesto manual antes que o falante-corrente tenha finalizado seu turno verbal, ele sinaliza que seu enunciado multimodal já se iniciou, apesar de ele ainda não ter tomado a palavra. Dessa forma, a gestualidade pós-completude de turno verbal do falante promove um deslizamento de sua categoria de *falante-corrente* para *possível ainda falante*, enquanto a gestualidade antecipatória do coparticipante promove um deslizamento de sua categoria de *não falante-corrente* para a categoria de *possível próximo falante*. Assim, as ações gestuais dos participantes manifestam o processo emergente, multimodal e situado do estabelecimento do *status* de falante entre os participantes. Mais ainda, esse processo mostra publicamente a maneira pela qual os participantes examinam minuciosamente os enunciados em curso uns dos outros. Nesse sentido, não só um entendimento local do conteúdo da fala em curso é exibido, como também o uso multimodal orientado para o sistema de troca de turno, ou seja, durante o enunciado verbal em curso, a manifestação pública e visível da gestualidade do coparticipante é um sinal que auxilia o falante a ajustar seu próprio turno.

3.3.2 A prática interacional que leva um participante a falar de cada vez

SSJ (1974) observam que há uma preferência para a organização da fala sob a égide de “falar um de cada vez”. No entanto, essa afirmação de SSJ a respeito da preferência para a ação de falar um participante de cada vez com o mínimo de silêncio entre os turnos na dinâmica de organização de turnos não é aceita pacificamente. Muitos pesquisadores tomam essa tendência como sendo uma regra inflexível, alegando que essa regra não vale para determinada cultura (e.g. ECO, 1986 para a cultura italiana ao defender que as sobreposições são uma forma de sociabilidade e de sinalizar o interesse no outro e no tópico interacional) ou situações específicas (e.g. BEATTIE; CUTLER; PEARSON, 1982 sobre debates políticos ao alegar que nessas interações as sobreposições são a organização esperada) ou, ainda, para certos grupos (e.g. COATES, J. 1994, 2004, 2007; EDELSKY, 1981; TANNEN, 1990 em relação à interação entre as mulheres que se valem das sobreposições como uma forma de demonstração de amizade e intimidade). Entretanto, nas palavras de Schegloff (2000a, p.2), “essas alegações carecem de confirmação empírica em estudos comparativos, uma vez que ainda não há estudos sistemáticos suficientes que permitam dar contraexemplos ao modelo fala-um-de-cada-vez como sistema regulador do turno conversacional”. Como exemplo para essa assertiva de Schegloff, McCleary e Leite (2013) mostram como casos supostamente contrários ao modelo

fala-um-de-cada-vez podem não resistir a uma análise mais rigorosa. McCleary e Leite observam que os autores que alegam que a sobreposição é a estrutura preferencial não se preocupam em apresentar uma análise sistemática e cuidadosa das interações, elencando as sobreposições sem analisarem o local e a forma como essas sobreposições foram produzidas.

Schegloff (2000a) descreve várias situações de fala simultânea que não devem ser consideradas como sobreposição de fala, como por exemplo, as falas simultâneas que ocorrem em ritos religiosos, em estádios esportivos, em shows de rock, entre outras, ou as conversas paralelas que ocorrem em festas, em restaurantes etc. O autor observa, ainda, quatro tipos de situações nas quais a sobreposição também não deve ser considerada problemática: (a) sobreposição em final de turno – quando um dos participantes inicia o seu turno nos instantes finais do turno precedente do seu parceiro interacional. Essa sobreposição não é uma interrupção da fala do outro, mas a sinalização que o coparticipante produz a respeito da sua projeção de que aquele é um possível ponto de transição de turno (TRP). Schegloff (2000a) observa que quando o participante se equivoca a respeito do ponto de completude de turno do falante precedente, há ajustes na interação e, geralmente, o participante abandona a sua fala e o falante precedente retoma ou continua com seu turno não finalizado; (b) sobreposição quando o coparticipante sinaliza que está prestando atenção e que “concorda” que o falante em curso continue com seu turno. Geralmente essa sinalização ocorre com as vocalizações *hum hum*; *hã hã*; etc. e são tidas como *feedback* do coparticipante; (c) sobreposição, por exemplo, quando o coparticipante auxilia o falante na busca por uma palavra ou o coparticipante completa uma oração que o falante iniciou e “convidou” o outro a completa-la. Schegloff (2000a, p. 5) nomeia esse tipo de sobreposição de “acesso condicional ao turno”; e (d) em situações de fala do tipo “coro” (SCHEGLOFF, 2000a, p. 6), como, por exemplo, nas risadas, em cumprimentos de chegada e de despedidas coletivos, em situações de parabenizar alguém etc. Essas produções em coro são realizadas e interpretadas como produções convergentes e consensuais e nunca como produções competitivas, ou seja, como sobreposições tidas como problemáticas.

Schegloff (2000a) propõe que para a sobreposição ser considerada sobreposição problemática é necessário que haja perturbações na organização interacional, tais como aumento de volume na voz, mudanças para tons mais agudos, modificações no andamento da fala, repetição de fragmentos de fala, sinalização explícita de que o falante tratou a interrupção como problemática (e.g. *não me interrompa, eu ainda não acabei de falar*) etc. Sendo assim, uma análise mais cautelosa, ainda que superficial, das interações apresentadas nas pesquisas mencionadas anteriormente, que alegam que a sobreposição é a regra que organiza a fala, mostra que a sobreposição ocorre ou em situações que não deveriam ser consideradas situações

de sobreposição (e.g. festa) ou em pontos de fala que não comprometem o entendimento entre os participantes e nem violam a tendência recorrente de falar um de cada vez.

Vejamos um exemplo da interação da díade Rosê-Gerson que compõe o *corpus* desta tese. Nesse excerto “*vamos falar do que?*”, o casal organiza a sua interação para tratar sobre a escolha do tópico que desenvolveriam como continuação da sua conversa. No excerto há várias sobreposições de fala. Entretanto, mesmo havendo essas sobreposições, não podemos dizer que a estrutura preferencial que organizou a interação foi a sobreposição. Notamos que essas sobreposições não comprometeram o entendimento entre os participantes e não foram tratadas por eles como sobreposições problemáticas. Vejamos a transcrição verbal desse excerto:

[Jul/2012] [SESA] [D1] [S2]³⁵
 Excerto “*vamos falar do que?*” (10:00 -10:07) (Rosê-Gerson)

```

1   R:   iss[o ]
2   G:   [ahn], de que=
3       =[que nós vamos fa]llar?
4   R:   [é isso ]
5   G:   desses filhos?
6   R:   NÃO, não fi[lho n]ão
7   G:   [não ]
8   R:   a[i::: que coisa]
9   G:   [não filho não ]
10  R:   [não:: pelo amor de Deus]
11  G:   [chega de falar de filho]
12  R:   não pe[lo amor de Deus (.)éh]
13  G:   [então tá bom ]

```

Antes mesmo que Rosê finalize a sequência de encerramento do tópico anterior (as compras semanais) – *isso é isso* (linhas 1 e 4), Gerson já inicia a sua pergunta a respeito do tópico que tratariam a seguir – *ahn, de que que nós vamos falar?* (linhas 2-3), sinalizando que já projetara o final da sequência de encerramento de sua esposa. Após fazer a sua pergunta-convite – *desses filhos?* (linha 5), Rosê recusa o tema – *Não, não filho não* (linha 6). Logo a seguir, Gerson inicia a sequência de encerramento dessa ação pergunta-convite/recusa em sobreposição ao final do turno da esposa (linha 6).

Tal como ocorrera na sua sobreposição anterior para introduzir a sua indagação a respeito do próximo tema que abordariam (linhas 2-3), a nova sobreposição de Gerson (linha 7) também se dá em um possível ponto de completude de turno de Rosê. Após Gerson perguntar

³⁵ As explicações sobre essas informações encontram-se no capítulo de métodos e materiais.

sobre o que falariam e sugerir um possível tópico – *desses filhos* (linha 5), Rosê responde *não* e confirma a recusa à sugestão de tema – *não filho não* (linha 6). Sendo assim, quando ela produz a primeira sílaba de *filho* (linha 6), Gerson, antecipando o ponto de completude de turno, não precisa esperar a completa finalização do turno de Rosê, pois as informações concernentes à sua pergunta-convite já estão disponíveis, ou seja, a recusa de Rosê para falar sobre os filhos. O fato de a sobreposição encontrar-se nesse ponto não é sinal que há uma preferência pela organização em sobreposição, mas sim que Gerson já podia se manifestar novamente sem comprometer o andamento da interação.

Mais ainda, sua prontidão para a ação sinaliza a sua “aceitação” da recusa de sua esposa como uma resposta preferida para aquele momento. Sendo assim, ele demonstra para Rosê que já está pronto para dar início à sequência de encerramento da ação pergunta-convite/recusa. Como observam Pomerantz (1984) e Liddicoat (2011) é usual que as sequências de encerramento organizadas pela estrutura preferencial se deem por repetição de enunciados e que essas repetições ocorram em sobreposição.

A aceitação da recusa como estrutura preferencial por parte de Gerson é sinalizada pela repetição total da fala de Rosê em contiguidade ao seu enunciado – *não não filho não* (linhas 7 e 9). O final da repetição se dá em sobreposição à continuação da fala da Rosê – *ai que coisa* (linha 8). Rosê continua a sua fala – *não pelo amor de Deus* (linha 10) e, igualmente em sobreposição, Gerson realiza uma paráfrase dos enunciados precedentes da esposa – *chega de falar de filho* (linha 11), sinalizando que não houve comprometimento no entendimento desses enunciados. Durante a produção de toda essa sequência nem ela nem ele alteram o volume de voz ou hesitam em produzir seus enunciados ou os reformulam. Podemos dizer que a ausência dessas ações são indícios de que ambos não trataram as sobreposições de maneira problemática.

O fato de as sobreposições encontrarem-se em pontos de possíveis completudes de turno ou em pontos que não comprometem o entendimento nem a organização da fala pode ser uma das razões, como já havia proposto Jefferson (1973), pelas quais os participantes não tratam essas sobreposições como problemáticas e conseguem se organizar na interação da forma que lhes parece mais fluida. As sobreposições, sobretudo aquelas que não comprometem o andamento da interação, são ações que sinalizam a prontidão dos participantes para manter a interação de maneira mais fluida e contígua possível. São sobreposições que não comprometem a organização sequencial da estrutura preferencial de falar um de cada vez.

Em adição a essas explanações sobre sobreposições problemáticas e não-problemáticas, os defensores da ideia de que o sistema de troca de turnos, regido pela tendência de falar um de cada vez, é uma prática universal apresentam, ainda, outras razões como embasamento para tal

regularidade. Como primeiro argumento, apontam que a própria natureza funcional do sistema de troca de turno favorece a adjacência entre os turnos dos participantes ao invés da sobreposição. O fato dos turnos se mostrarem separados auxilia no entendimento de que uma resposta imediata está relacionada com o enunciado do falante anterior (e.g. SCHEGLOFF, 1968) ou, como acrescenta Gergely et al. (1995), que ela apresenta uma contingência diretamente relacionada com o enunciado anterior. Além disso, essa resposta imediata mostra como o enunciado anterior foi compreendido, permitindo uma rápida correção se necessário (e.g. SACKS, 1963; SACKS; SCHEGLOFF; JEFFERSON, 1974; SCHEGLOFF; JEFFERSON; SACKS, 1977). Como segundo argumento, apontam evidências tomando por base a etologia humana para sequências adjacentes de ações e respostas comunicativas, como por exemplo, as “protoconversas” entre recém-nascidos e seus cuidadores (e.g. GASKINS, 2006; MURRAY; THREVARTHEN, 1986; STRIANO; HENNING; STAHL, 2006). Como terceiro argumento, apontam os resultados de pesquisas, descrevendo interações em diversas línguas, que mostram como o sistema de transição de turno se organiza com o mínimo de atraso ou sobreposições (e.g. DE RUITER; MITTERER; ENFIELD, 2006; SIDNELL, 2001; STIVERS et al., 2009; TANAKA, 2000).

Um estudo comparativo sobre a organização de turnos que merece destaque é a pesquisa de Stivers et al. (2009). Os autores se debruçam na investigação a respeito do sistema de turnos em diversas línguas, confirmando a nossa tendência universal a falar um de cada vez com um mínimo de atraso entre os turnos e com poucas sobreposições. Os autores estudaram 10 línguas nos 5 continentes e constatam que há universais bastante significativos no que tange à latência de resposta nas conversas. As línguas investigadas foram bastante variadas em termos de ordem das palavras, estruturas fonológicas e opções gramaticais. Não só as línguas, mas também a organização das sociedades era bastante diversificada tais como sociedades organizadas como caçadores-coletores, como sociedades agrícolas e como sociedades industrializadas em larga escala. Para a comparação, os autores testaram o par adjacente pergunta-resposta, restringindo-o a perguntas polares (perguntas nas quais se espera resposta sim-não). Stivers e colegas notam que as confirmações foram mais rápidas do que as desconfirmações em todas as 10 línguas, mesmo quando a confirmação vinha na forma negativa (e.g. *Você não virá?* seguida de *Não, eu não vou*), mostrando que a observação de Sacks (1987) a respeito da preferência por enunciados em acordo também é encontrada em outras línguas e não só em inglês americano. Stivers et al. (2009) também observam que as respostas na modalidade gestual foram mais rápidas do que as respostas verbais. Além disso, descrevem que a direção do olhar do falante fixada no

coparticipante gerava uma resposta mais rápida por parte desse participante, confirmando a tendência a esse comportamento como sendo uma tendência universal.

Nessas 10 línguas, Stivers et al. (2009) observam que havia evidências para se evitar as sobreposições e a minimização de silêncio entre os turnos conversacionais. No entanto, encontraram diferenças significativas em relação ao tempo médio de silêncio entre um turno e outro. Constatam que essas diferenças são de naturezas diversas, tais como culturais, funcionais ou/e em relação às modalidades. Citam como exemplo de diferença cultural a interação entre falantes de inglês que, geralmente, não realizam pausas entre os turnos e evitam as sobreposições, enquanto os nórdicos realizam longos silêncios entre os turnos quando comparados à dinâmica dos falantes de língua inglesa. Apontam que os atrasos e sobreposições são encontrados regularmente nas conversas, mas suas funções são bastante específicas (e.g. atrasos sinalizando problemas nos enunciados precedentes ou sobreposições problemáticas quando o coparticipante interrompe o falante para marcar a sua posição divergente quanto ao que está sendo produzido na cena interacional).

Os resultados de Stivers et al. (2009) mostram, ainda, que os argumentos daqueles que alegam que as línguas nas quais as marcas interrogativas já vêm no início do enunciado (e.g. inglês, dinamarquês, holandês) levariam a respostas mais prontamente disponibilizadas e/ou aqueles pesquisadores que alegam que línguas nas quais as marcas da interrogatividade se apresentam ao final do enunciado (e.g. português, japonês, coreano, laos) levariam a atrasos na resposta caem por terra. Resultados que comprovassem essas alegações de prontidão ou atrasos nas respostas dependendo da língua não foram observados. Sendo assim, nem a gramática e nem a proximidade cultural ou linguística parecem explicar as diferenças encontradas na pesquisa e nem as semelhanças. Os autores observam que as diferenças de atrasos que existem entre os turnos nas variadas línguas devem-se ao fato do próprio ritmo da fala na vida social daquelas comunidades (e.g. DETERDING, 2001; HALL, 1959; MOERMAN, 1988; SIDNELL, 2001; TANAKA, 2000). Exemplificam que um atraso acima de 200ms que poderia ser considerado um silêncio em muitas línguas, em outras pode ser considerado perfeitamente normal para a transição de turno daquela sociedade. O que difere é o tempo de adjacência e não a interpretação de atrasos como indício de descontinuidade.

Em resumo, o que constitui um atraso notável subjetivamente em algumas línguas pode ser absolutamente normal em outras, ou seja, é o ritmo da interação e não um atraso. Dessa forma, os resultados de Stivers et al. (2009) sugerem que o sistema de troca de turnos parece ser universal e que a tendência ao mínimo intervalo (mesmo que esse mínimo intervalo possa “parecer” longo para alguns) entre os turnos com mínima sobreposição também se aplica, ao

menos em relação ao par adjacente pergunta-resposta. Além disso, as sobreposições só podem ser interpretadas como problemáticas ou não pelos analistas da conversa mediante a investigação dos entendimentos que os participantes demonstraram momento a momento durante a troca interacional.

3.3.3 Turno: fenômeno verbal ou multimodal?

No início da AC, o estudo da organização sequencial da interação pela troca de turnos priorizou os recursos linguísticos. A discussão em torno da definição de turno como sendo uma atividade exclusivamente verbal foi acirrada, como ainda é até hoje. Alguns pesquisadores daquela época não consideravam as verbalizações do coparticipante como sendo turnos. Para esses pesquisadores, a definição de turno compreendia “o direito a ser ouvido”. Como aponta Edelski (1981), nessa definição existe uma implicatura em estabelecer que o enunciado deve ser tanto referencial quanto funcional. Nesse sentido, o enunciado que tenha por objetivo promover apenas um *feedback* (e.g. *mhm*, *sim* etc.), mas sem qualquer informação referencial não poderia ser considerado turno. Esse tipo de enunciado seria apenas uma resposta encorajadora para que o falante prosseguisse na sua fala. Contrários a esse entendimento, muitos pesquisadores defendem que mesmo os enunciados do tipo *feedback* encorajador de prosseguimento devem ser considerados turnos toda vez que eles forem produzidos de maneira audível e com padrões entoacionais que possam ser interpretados como um enunciado reduzido de “*eu (dis)concordo com você*” ou for dito em pontos específicos do enunciado do falante que possam ser interpretados como “*isso mesmo*” ou “*não é isso/ não acho que seja assim*”. Atualmente é esse entendimento que prevalece para muitos pesquisadores, ou seja, entende-se turno como um fenômeno interacional realizado apenas na modalidade verbo-vocal (SCHEGLOFF, 2007).

Essa noção restritiva de entender turno como uma atividade verbo-vocal parece advir do fato de os estudos da AC terem sido iniciados em análises de conversas telefônicas e fontes de áudio. Como apontam McCleary e Leite (2013, p. 124), “as teorizações da AC foram construídas, principalmente, na observação de interações comunicativas entre *vozes* ao invés de *corpos*” (ênfase no original). McCleary e Leite relatam que, apesar dessa ênfase na fala, a importância do corpo nas interações face a face já havia sido reconhecida desde os primeiros estudos da AC, citando como SSJ (1974), tacitamente, reconhecem a importância do corpo ao mencionarem seus precursores S. Duncan, E. Goffman e A. Kendon, uma vez que esses

pesquisadores tratam a modalidade verbo-vocal apenas como uma das modalidades que compõem a interação.

Apesar de atualmente a discussão na AC sobre a noção de turno incorporar outras modalidades, ainda há pesquisadores (e.g. DEPPERMAN, 2013; SCHEGLOFF, 2007) que entendem os turnos como atividades exclusivamente verbais/vocais. Nesse sentido, não pode haver turnos não-verbais. Para esses pesquisadores, apenas o início dos turnos são fenômenos que podem ser disparados não verbalmente. Por exemplo, para Deppermann (2013), gestualidades que mostram a autosseleção para tomar a palavra, como por exemplo, levar o tronco para frente (e.g. RASMUSSEN, 2014), gesto manual de apontar (e.g. MONDADA, 2007), gesto manual de levantar a mão (e.g. MONDADA, 2013; SAHLSTRÖM, 2002), caminhar em direção ao outro de forma que possa ser visualizado pelo falante (e.g. DEPPERMAN; SCHMITT; MONDADA, 2010), uma respiração audível como sinalização de preparação para fala (e.g. SCHEGLOFF, 1996), entre outras, são ações de pré-início de turno, mas não pertencem ao turno propriamente dito. Para Deppermann, são ações que projetam uma possível ação verbal. Para esse autor, ações de pré-início de turno servem para a função de sinalizar que um turno está para ser construído e, portanto, para aumentar a possibilidade de sucesso na empreitada. Apesar de seu estudo cuidadoso a respeito das ações gestuais como ações de pré-início de turno, ele entende as ações gestuais como atividades coadjuvantes da fala e não como atividades conjuntas e corresponsáveis para a construção de um enunciado. Nesta tese, propomos que as ações gestuais do coparticipante que antecedem o enunciado verbal são parte integrante do enunciado multimodal de desacordo e não apenas ações de pré-início de turno. Entendemos que essas ações gestuais não se restringem à função de sinalizar que um possível turno verbal está para ser construído, mas sim que uma ação contrária (*não concordo que você continue a manter seu status de falante; quero tornar-me o próximo falante*) à da atividade em curso está se formando na cena interacional. Acreditamos que essa sinalização dá a oportunidade ao falante de poder se ajustar à nova configuração em processo de formação e realizar os arranjos necessários, caso ele queira manter seu turno de fala ou não. Diferentemente, portanto, do entendimento de que as ações gestuais são ações coadjuvantes, observamos que as ações gestuais do coparticipante produzidas ainda dentro do turno do falante são ações em si, sobretudo em situações de desacordo, que promovem ações responsivas do outro e que podem levar o falante a alterar a trajetória de seus enunciados. Nesse sentido, seguimos a corrente de pesquisadores que entende os turnos interacionais como o conjunto de diversos recursos localmente atualizados (MONDADA, 2014a). Dentro dessa perspectiva, portanto, os turnos são fenômenos multimodais, sendo que as ações gestuais os

compõem como um dos recursos disponíveis aos participantes e elas podem bastar para promover os ajustes necessários à progressão interacional.

Cada vez mais as pesquisas têm mostrado como os recursos corporais interferem na construção do turno e na coordenação do fluxo conversacional. A gestualidade como ação que auxilia o processo de regular a troca de turnos já foi investigada em pesquisas sobre conversas diádicas (e.g. FORD; THOMPSON, 1996; KENDON, 1967) e entre vários participantes (e.g. BOHUS; HORVITZ, 2011; GOODWIN, C., 1979), sugerindo que os participantes empregam uma variedade de ações gestuais para “pegar”, manter e demonstrar a finalização do turno. Por exemplo, os participantes podem dispor sua eminente autosseleção por meio de variados recursos multimodais, tais como “uma cara” e gestos manuais de palma da mão voltada para cima (e.g. STREECK; HARTGE, 1992); gestos manuais de apontar (e.g. MONDADA, 2007); os movimentos de cabeça (e.g. RAHAYUDI; POPPE; HEYLEN, 2014); a direção do olhar (e.g. GOODWIN, 2000); a postura corporal (e.g. HOLLER et al., 2016; SHOCKLEY; RICHARDSON; DALE, 2009) e outras manifestações gestuais complexas (e.g. HAZEL; MORTENSEN; RASMUSSEN, 2014; MCCLEARY; LEITE, 2013; SCHEGLOFF, 1984). Os falantes sinalizam, de maneira multimodal, a finalização das TCUs e também dos turnos, por exemplo, ao projetarem a finalização por meio da trajetória de retração de seus gestos manuais (e.g. MONDADA, 2006) ou sinalizam a manutenção do turno por meio da sustentação do gesto manual (e.g. GROEBER; POCHON-BERGER, 2014), assim como ao mobilizar seus corpos completamente (e.g. BROTH; MONDADA, 2013). As pesquisas mostram, portanto, que os turnos podem ser construídos apenas por recursos sintáticos, apenas por recursos gestuais ou ainda pela combinação desses recursos (e.g. BOLDEN, 2003; GOODWIN, C., 1981; HAYASHI, 2005; KEEVALLIK, 2014; STUKENBROCK, 2014).

Em resumo, os turnos são organizados pela exploração de uma ampla paleta de recursos multimodais, mobilizados de forma emergente, incremental e dinâmica em resposta às contingências da situação e da interação. Como aponta Mondada (2014), essa multiplicidade de recursos é finamente coordenada e ordenada, mas é também caracterizada por distintas projeções e temporalidades em paralelo. Apesar dessas pesquisas entenderem que os turnos não podem ser apenas turnos verbo-vocais, mas sim turnos multimodais, elas ainda apresentam as ações gestuais como pré-ações que sinalizam que um possível enunciado verbal está para ser realizado. Nesta tese é esse entendimento que propomos seja modificado. Observamos que as ações gestuais do coparticipante durante o turno verbal do falante são mais do que pré-ações. O fato de elas serem ações tidas como antecipatórias que “invadem” o turno verbal do falante na literatura atual pode ter provocado essa interpretação de que elas são pré-ações e não ações

em si mesmas. Nas análises que apresentamos, procuramos mostrar como esse fenômeno ocorre e como os participantes demonstram seus entendimentos dentro da possibilidade interpretativa de que as ações gestuais são ações em si mesmas que podem demandar ações responsivas e promover a progressão interacional.

3.4 OS PARES ADJACENTES

Ainda que o material de trabalho da AC seja a fala, seu interesse não se restringe à linguagem. O foco principal da AC são as ações sociais e a investigação da maneira como essas ações são realizadas por meio de uso situado da linguagem. Schegloff (2007) observa que, assim como os participantes da interação monitoram a fala turno a turno durante o processo de sua produção, buscando verificar o momento no qual cada turno pode estar completo e se alguém foi selecionado como próximo falante - e quem o foi – eles também monitoram e analisam cada turno em relação a quais ações o falante pode estar fazendo, ou buscando fazer, por meio daquele turno. Sendo assim, uma questão constante para os participantes é “por que isto agora?”, conforme nos aponta Schegloff (2007, p. 2). A razão para esse monitoramento constante é que a ação que um falante faz em um turno apresenta implicações para a ação a ser realizada no turno subsequente como resposta ao turno precedente. Se em determinado turno um participante faz um pedido, por exemplo, ele espera que haja uma resposta de aceitação (preferencialmente) ou rejeição em seguida; se faz uma pergunta, espera uma resposta etc. O sistema de tomada de turnos, portanto, exige dos participantes um trabalho de monitoramento e atenção contínuos; pois, ainda que o coparticipante esteja apenas fingindo prestar atenção ao que o falante está dizendo, ele pode, a qualquer momento, ser convocado a realizar uma ação relevante no próximo turno. Sendo assim, a relação de adjacência ou proximidade entre os turnos é um fator fundamental para a organização da conversa e para a forma como ela será entendida pelos participantes. Como descreve Heritage (1984), a noção de adjacência aponta que um turno em andamento promove próximas ações relevantes a serem realizadas pelos outros participantes nos turnos seguintes, pois, como notam Goodwin e Goodwin (1987, p. 226), “o mais importante contexto para qualquer fala é a fala que a precedeu com toda a sua complexidade multifacetada”.

Schegloff e Sacks (1973) observam que, grosso modo, o caráter de sequencialidade dos turnos de fala e a indicação de ações relevantes são melhores descritos quando se analisa o curso de ação aos pares. Eles nomearam esse tipo de enunciados conjuntos de *par adjacente*, considerando essa organização sequencial como a unidade básica que estrutura a conversa. De

acordo com Schegloff (1990, 2007), o par adjacente é caracterizado pela composição de dois turnos ordenados que são realizados por falantes diferentes, sendo que esses turnos devem apresentar forte relação entre si e devem ser configurados com relativa proximidade (adjacência) um do outro, mas não necessariamente contiguidade (um obrigatoriamente seguido do outro), uma vez que outros turnos (e.g. esclarecimentos, digressões etc.) podem vir intercalados entre os enunciados do par adjacente.

Os dois turnos básicos que constituem o par adjacente são ordenados de tal forma que o primeiro, necessariamente, ocorre antes do segundo: uma pergunta precederá sempre uma resposta. Sendo assim, observa-se que um tipo de enunciado é estruturado para iniciar certas ações, enquanto outros são destinados a responder à ação iniciada. O tipo de enunciado iniciador de ação denomina-se *primeira parte do par* (*first pair part*: FPP) e o tipo de enunciado que segue como resposta à ação iniciada recebe o nome de *segunda parte do par* (*second pair part*: SPP). As FPPs são compostas por enunciados como perguntas, pedidos, convites, ofertas, anúncios etc. As SPPs são enunciados do tipo resposta, aceitação, rejeição, anuência etc., isto é, são práticas responsivas em relação ao enunciado anterior. A relação entre a FPP e a SPP, portanto, é uma relação discriminativa-restritiva cujo tipo de par do qual a FPP faz parte é relevante para a seleção da SPP. Vejamos um exemplo de par adjacente extraído do excerto “*vamos falar do que?*” da interação da díade Rosê-Gerson:

[Jul/2012] [SESA] [D1] [S2]

Excerto “*vamos falar do que?*” (10:08 -10:11) (Rosê-Gerson)

```

14 G:  FPP1a  vamos falar do que?
15      FPP1b  da sua viagem?
16 R:  SPP1   AI da minha via::[gem]
17 G:                                     [da ]=
18      =[sua viagem      ]
19 R:      [( ) da minha vi]=
20      =[agem      ]
21 G:      [que del][ícia  ]

```

Nesse excerto da interação do casal Rosê-Gerson, a FPP – *vamos falar do que? da sua viagem?* (linhas 14-15) - é produzida por Gerson, configurando-se num convite-sugestão de próximo tópico a ser tratado por eles. Essa FPP condiciona a próxima ação a ser realizada como uma resposta de aceitação ou de rejeição à proposição. No turno subsequente, Rosê produz uma SPP – *AI da minha via::gem* (linha 16) - de aceitação à proposição de seu esposo, fazendo uso da repetição do enunciado de Gerson com os devidos ajustes no pronome possessivo. No terceiro turno – *da sua viagem / que delícia* (linhas 17-18 e 21), Gerson demonstra o

entendimento do que Rosê fez em seu turno, confirmando, assim, a aceitação de sugestão de tópico a ser tratado a seguir – a viagem da esposa.

Observamos, portanto, que quando se produz uma FPP, não é qualquer SPP que será esperada. Sendo assim, os pares adjacentes são uma evidência manifesta da característica de projeção na organização sequencial da interação conversacional. Essa projeção se dá tanto em termos de ação quanto em termos de entendimento da situação que estão refletidos nas ações dos participantes. Dessa forma, quando um participante dirige enunciados a outro (no exemplo acima, um convite-sugestão), ele não só projeta a realização de uma ação (convidar alguém para fazer algo), mas também, por meio dessa ação, propõe um entendimento da situação (uma solicitação de aceite ou recusa ao convite). Do mesmo modo, o falante seguinte, ao realizar a ação projetada pelo outro (fornecer a aceitação ou recusa ao convite), não só dá prosseguimento à ação projetada no turno anterior, como também ratifica o entendimento da situação proposta (convite-sugestão). As sequências interacionais (sobretudo os pares adjacentes) sustentadas pela orientação dos participantes à projeção de ações evidenciam seus entendimentos a respeito da situação. A projeção, portanto, é fundamental para a manutenção do entendimento comum entre os participantes em relação às ações que realizam conjuntamente.

Ao produzir um certo tipo de FPP, o falante projeta uma SPP que ele julga ser a mais apropriada para atender às exigências situacionais naquele momento. Por exemplo, ao formular uma pergunta, o falante espera ouvir uma resposta e não um cumprimento ou despedida. Contudo, essa organização sequencial de par adjacente pergunta-despedida é possível e pode ocorrer na interação, mas não é a usual e nem a esperada. Caso essa organização sequencial ocorra, o entendimento e a aceitação desse par adjacente pergunta-despedida como uma ação relevante dependerá dos acordos entre os participantes no arranjo interacional construído colaborativa e conjuntamente momento a momento. A relação de organização sequencial entre as estruturas de ação e a fala inclui uma vasta paleta de opções. A organização da interação não confina os seres humano a uma prisão determinística, mas antes os coloca como responsáveis pela organização das sequências precedente e seguinte. A robustez, portanto, dessa noção de pares adjacentes está em justamente não privilegiar qualquer tipo de par como o mais prototípico para a linguagem, mas sim como um procedimento flexível que opera nos mais variados tipos de sequências.

Embora os pares adjacentes sejam considerados a forma básica e mais recorrente que organiza a sequência conversacional e Schegloff e Sacks (1973) tenham afirmado que não importa a extensão da sequência interacional, sempre é possível identificar o par adjacente, isso não implica dizer que todos os turnos sejam compostos por FPP ou SPP. Os dois turnos básicos

que compõem o par adjacente podem ser precedidos (*pre-expansion*), enxertados (*insert expansion*) ou seguidos (*post-expansion*) de outros turnos de fala, sendo que essas sequências de expansão podem ou não estar organizadas em pares adjacentes. Também não significa dizer que todas as sequências são formadas por pares adjacentes ou baseadas em pares adjacentes como, por exemplo, as sequências de relatos de histórias que são sequências organizadas por turnos múltiplos sem a presença de SPP.

3.5 O ACORDO COMO AÇÃO NÃO MARCADA E A NOÇÃO DE ESTRUTURA PREFERENCIAL

À organização sequencial de par adjacente, ligam-se as noções de acordo e de estrutura preferencial. Sacks (1987) observa que há uma tendência na organização sequencial dos pares adjacentes que ele nomeia de *estrutura preferencial para o acordo*. Essa nomenclatura causa problemas na compreensão tanto no que vem a ser acordo quanto na noção da estrutura preferencial. Na literatura é comum encontrarmos pesquisadores que entendem o acordo como sendo a existência de um acordo semântico; porém, não é apenas disso que Sacks trata.

Na AC, o acordo é uma noção que está baseada na observação de como as ações são construídas e respondidas e de como o entendimento intersubjetivo é constituído. Na interação face a face, as ações que são rotineira e prontamente produzidas, respondendo às expectativas, são denominadas de *ações de acordo*. São tidas como ações normais, ordinárias e cotidianas e comumente são vistas, mas não notadas, sendo, portanto, ações não marcadas. Qualquer que seja o curso de ação social, agir da forma esperada, por definição, é não atrair qualquer tipo de atenção em relação a essa ação. Quando essas ações estão se desenvolvendo de acordo com as expectativas da comunidade, as pessoas não prestam atenção nessas ações. Adotando um exemplo de Enfield (2013), imaginemos que Pedro é um encanador e usa um macacão como vestimenta durante seu trabalho. Ao escolher se vestir dessa forma, ele opta por um curso de ação não marcado, ou seja, uma ação de acordo com as ações esperadas para aquela situação. Esse tipo de vestimenta não só é prático como é o esperado. Ele não será responsabilizado e nem receberá qualquer tipo de comentário por adotar essa vestimenta. Contudo, se ele trabalhasse usando um vestido, provavelmente, as reações seriam outras. Quando, portanto, seguimos um curso de ação esperado, teoricamente, não estamos fazendo nada em especial, estamos apenas seguindo as regras de relevância de nossa comunidade. Entretanto, nós estamos fazendo *algo* e, como colocam Garfinkel (1967) e Sacks (1992), é trabalhoso conseguir manter a aparência de ação comum, de ação ordinária, de ação cotidiana, de ação esperada. Mesmo

quando nosso comportamento não chama a atenção porque ele se adequa às normas, nós estamos fazendo algo, justamente por termos optado por esse comportamento.

Nesse sentido, para descrever as situações de acordo, Sacks (1987) concebe os conceitos de relevância condicional e preferência a partir da noção de *accountability* e da ausência percebida. Por exemplo, uma pergunta projeta a ocorrência relevante de uma resposta, a oferta ou convite projetam a ocorrência relevante, preferencialmente, da aceitação. Uma falta de resposta ou um declínio do convite acarretam a *accountability*. Nesses casos, a *accountability* funciona, segundo Heritage (1984, p. 271), como um mecanismo que transmite ao que foi dito a qualidade de “não-culpa” e quando associada à recusa ela é utilizada para “não implicar a falta de vontade em aceitar o que foi oferecido, ou seja, funciona como um mecanismo para não ameaçar [...] nenhuma das partes na interação nem a relação entre elas”. Dentro desse entendimento, a ação do acordo é vista, mas não percebida, ou seja, ocorre naturalmente e de acordo com as expectativas dos participantes. É uma ação esperada, não levanta questionamentos e, portanto, não requer *accountability*, ou seja, justificativas e prestações de contas. Em contrapartida, a ação de desacordo é aquela que quebra a expectativa, sendo uma ação marcada que é vista, percebida e questionada, podendo ser sancionável (ou não).

Vinculada à noção de acordo temos a noção de estrutura preferencial. Ressaltamos que a noção de preferência não deve ser interpretada como uma preferência pessoal, subjetiva ou psicológica, mas sim como um conceito que se refere às características dos enunciados que compõem as sequências e que auxiliam na organização dos turnos conversacionais. Sacks (1987) associa a noção de preferência às várias possibilidades com as quais as ações conversacionais podem ser executadas, sendo que, em determinadas situações, algumas ações serão evitadas ou postergadas e outras apresentarão a tendência a serem produzidas imediatamente. Para Sacks, uma característica fundamental da estrutura preferencial é o fato de haver contiguidade entre os enunciados. A explicação que Sacks nos oferece é que a contiguidade de produção de enunciado responsivo, sinaliza ao falante que nenhuma perturbação na interação foi detectada e que os participantes podem dar prosseguimento à situação interacional, pois nenhum tipo de ajuste se faz necessário. Além da característica fundamental da contiguidade descrita por Sacks (1987), Pomerantz (1984; 2008) e Kotthoff (1993) identificam que na estrutura preferencial, os enunciados são produzidos sem atraso, postergações ou mitigações. As autoras descrevem algumas das estratégias empregadas pelos participantes como recursos sinalizadores de estrutura preferencial, tais como: (a) a repetição total (ou quase total) do turno precedente (ex.: A: *O dia está lindo*/ B: *O dia está lindo*); (b) a intensificação do que foi veiculado no turno precedente (ex.: A: *O dia está lindo*/ B: *O dia está*

maravilhoso); (c) as paráfrases/traduições (ex.: A: *O spalla tocou muito bem ontem/ B: O primeiro violino tocou muito bem ontem*); e (d) a complementação da FPP (ex.: A: *Isso parece ah hum ...[as...] assustador/B: Isso parece [assustador]*).

Vejamos um exemplo, num excerto da interação Ângelo-Emerson, mostrando a forma como a contiguidade na produção dos enunciados e as estratégias de repetição e complementaridade são indícios de que a sequência conversacional está organizada dentro da estrutura preferencial. Os amigos Ângelo (A) e Emerson (E) estão conversando sobre dois movimentos artísticos que se desenvolveram em Pernambuco, o Movimento Armorial e o Movimento Mangubeat.³⁶ Ângelo já havia falado a respeito do Movimento Mangubeat e passa a falar sobre o Movimento Armorial. Vejamos o excerto “*tu já deve ter ouvido falar*” da interação da díade Ângelo-Emerson.

[Jan/2015] [SEAD] [D3] [S2]

Excerto “*tu já deve ter ouvido falar*” (04:06-04:08) (Ângelo-Emerson)

```

1      A:      o outro movimento que teve aqui também em Pernambuco né
                |nod                      |
2          ele é importante também
3          tipo um movimento de fusão também
4          é o Movimento Armorial
                |nod                      |
5          tu já deve ter ouvi[do falar    ]
6      E:      [Ariano Suass]uma
                |nod                      |
7      A:      é
8          Ariano Suassuna que foi o cara que encabeçou o movimento, né
                |nod                      |
9      (1.1) |nod|
10     A:      o tema ar armorial

```

Ângelo diz que o Movimento Armorial foi um movimento importante de Pernambuco. Durante esses enunciados de Ângelo, Emerson produz vários acenos de cabeça (*nods*). A seguir, Ângelo produz uma assertiva-pergunta – *tu já deve ter ouvido falar* (linha 5) – e Emerson produz acenos de cabeça (*nods*) e complementa a informação sobre o Movimento Armorial – *Ariano Suassuna* (linha 6). Ângelo confirma que a informação complementar procede – *é* (linha 7) e acrescenta que *Ariano Suassuna foi o cara que encabeçou o movimento* (linha 8).

³⁶ Explicações mais detalhadas sobre esses Movimentos podem ser vistas no capítulo que apresenta os materiais e métodos utilizados nesta tese.

Neste excerto, observa-se que a SPP de Emerson - *Ariano Suassuna* (linha 6) - foi produzida não só em contiguidade, mas também sem qualquer hesitação em relação à FPP de Ângelo - *tu já deve ter ouvido falar* (linha 5). Mais ainda, foi produzida em sobreposição. Quando Ângelo produz *tu já deve ter ou*[vido falar] (linha 5)³⁷, Emerson, antecipando a possível completude do turno, produz *Ariano Suassuna* (linha 6). A prontidão de Emerson ao responder e a complementaridade da sua informação são dois indícios de que esse par adjacente foi organizado pela estrutura preferencial. Além disso, a prontidão de Emerson para complementar o enunciado de Ângelo e a aceitação de Ângelo sobre a complementação de Emerson mostram que a sobreposição não foi tomada por Ângelo como uma sobreposição problemática, mas sim como uma colaboração de Emerson que “auxiliou” na progressão interacional. A continuação da sequência também corrobora essa interpretação. Ângelo não só confirma a informação de Emerson – *é* (linha 7) como repete o seu enunciado e complementa ainda mais a informação - *Ariano Suassuna foi o cara que encabeçou o movimento, né* (linha 8). Assim que Ângelo inicia a repetição “*Ariano Suassuna*”, Emerson produz um aceno de cabeça. A composição dessas ações nos leva a entender esse excerto como uma sequência interacional que foi organizada pela estrutura preferencial.

A estrutura preferencial, portanto, refere-se à estrutura dos enunciados, à maneira como os enunciados foram produzidos, abrangendo aqueles enunciados que foram produzidos de forma não-marcada, ou seja, quando não há quebra das expectativas dos participantes. O falante traça uma trajetória para sua FPP, baseando-se na projeção que realiza a respeito da ação responsiva do seu coparticipante (SSP). Ao produzir a FPP de forma condizente com o que projetou, o falante espera como ação responsiva um enunciado coincidente com a sua projeção. Sendo assim, podemos inferir que a noção de estrutura preferencial de Sacks se refere ao pareamento coincidente entre: (a) a produção da FPP (sobretudo, tendo por base a projeção que o falante fez da SSP) e (b) a ação responsiva efetivamente produzida na SSP. A estrutura preferencial, portanto, representa um “acordo”, um pareamento de expectativas entre a FPP e a SPP e não uma concordância semântica dos enunciados. Observemos os exemplos adaptados de Sacks (1987):

- (2) A: Foi um excelente filme, né?
- (3) A: O filme não foi muito bom, né?

³⁷ Nesta metalinguagem - *tu já deve ter ou*[vido falar] (linha 5) – aquilo que está em itálico, negrito e sublinhado é a parte do enunciado verbal que queremos ressaltar. O que se encontra entre colchetes são as partes restantes que integralmente compõem o enunciado conforme ele é transcrito na linha respectiva.

Sacks (1987) descreve que em ambos os exemplos se projeta uma trajetória de enunciado preferencial para o acordo. Em (2), o falante formulou sua FFP de tal forma que espera uma resposta afirmativa. Caso o coparticipante efetivamente produza uma ação responsiva de natureza afirmativa, entende-se que houve “acordo” entre as partes do par adjacente, ou seja, a SPP foi condizente com as expectativas do falante. Em (3), o falante formulou sua FFP, projetando a ação responsiva de seu coparticipante pela negativa. Nessa situação, caso a SPP seja efetivada pela negativa também houve “acordo” no par adjacente, já que a SPP também foi produzida conforme as expectativas do falante anterior que projetara esse tipo de ação responsiva quando formulou sua FFP. Nesses dois casos, o usualmente observado nas interações é que as SPPs são produzidas em contiguidade às FFPs e sem qualquer tipo de atraso, hesitações, postergações ou mitigações, ou seja foram organizadas pela estrutura preferencial. Contudo, em (3), caso a SPP seja efetivada pela afirmativa, entende-se que houve “desacordo” no par adjacente, uma vez que houve a quebra na expectativa do falante produtor da FFP. Nessa situação, o recorrente é que esse enunciado responsivo seja produzido mediante estratégias de atrasos, postergações e mitigações.

Para entendermos se determinada sequência interacional foi organizada pela estrutura preferencial, o importante é verificarmos a projeção da SPP que o falante leva em consideração para a produção de sua FFP. Por exemplo, nas ações de convite é recorrente que haja um aceite para esse convite, sendo essa uma prática social observada nas comunidades. Nessa situação, portanto, para uma FFP de convite, geralmente, se espera uma SPP de aceite. Mas nem sempre o falante realmente quer que o seu coparticipante aceite o convite. Nesse caso, o falante pode produzir uma FFP de convite, projetando uma SPP para a recusa. Vejamos o exemplo adaptado de Liddicoat (2011):

(4) A: Você quer ir ao cinema hoje? (.) Quer realmente?

Liddicoat (2011) explica que o tipo de convite formulado em (4), projeta uma SPP de resposta negativa, ou seja, uma recusa ao convite. Liddicoat descreve que o uso da micropausa - sinalizada por (.) - e o emprego do advérbio **realmente** sinalizam para o coparticipante que a recusa será bem recebida e, portanto, mesmo que se forneça uma SPP, constituída apenas por um único e seco termo negativo (**não**), essa SPP não será tomada como uma ação rude, mas sim como uma SSP não-marcada que preencheu perfeitamente a expectativa do falante anterior, já que foi coincidente com a projeção que o falante fez da ação responsiva de seu coparticipante. Nesse caso, o que temos é um par adjacente organizado pela estrutura preferencial.

Postas essas considerações, parece-nos que a assertiva de Sacks (1987) sobre a tendência “ao acordo” que observa na estrutura preferencial que organiza a sequência da conversa foi mal interpretada por alguns pesquisadores. De forma equivocada, alguns pesquisadores entendem que a tendência ao acordo é a concordância que os participantes possuem no campo das ideias, ideologias, posicionamentos etc. ou ainda a concordância semântica dos enunciados. Dentro dessa perspectiva, alguns pesquisadores alegam que não concordam com a assertiva de Sacks, defendendo que o acordo é uma questão cultural ou de habilidades ou preferências individuais, e que, em muitas situações, o desacordo é a estrutura preferencial. Por exemplo, Yaeger-Dror (2002), analisando interações de falantes de língua francesa, argumenta que esses falantes apreciam os desacordos como uma forma de exercitarem a arte da argumentação e, assim, tornar a conversa mais satisfatória. Schifffrin (1984), analisando interações de judeus-americanos de Nova York também alega que esses participantes apreciam a assertividade como base interacional. Netz (2014, p. 156), estudando a interação entre crianças superdotadas e seus professores também relata que “o desacordo não parece minar a solidariedade entre os interagentes [...], a atmosfera geral é positiva e amigável; os estudantes apreciam a disputa argumentativa”, alegando que isso, provavelmente, se deve ao fato de essas crianças apresentarem características específicas (serem superdotadas); Tjosvold (2008) relata como o desacordo pode ser bastante positivo em ambientes organizacionais, uma vez que o desacordo libera a criatividade e a adaptabilidade do ser humano em situações controversas; Sifianou (2012, p. 1560), alegando que “os falantes podem discordar para apresentar-se como contestadores habilidosos que são capazes de se engajar numa discussão intelectual”, que as pessoas se valem do desacordo para tentar exacerbar certas qualidades intrapessoais. Podemos citar ainda Angouri (2012); Angouri e Locher (2012); Blum-Kulka, Bondheim e Hachohen (2002); Georgakapoulou (2001); Kakava (2002) e Tannen e Kakava (1992) como pesquisadores que negam a assertiva de Sacks.

O que observamos nessas pesquisas é o equívoco de os pesquisadores tomarem a noção de acordo como um acordo semântico e não como uma ação não marcada na qual não houve a quebra de expectativa e o desacordo como uma oposição semântica e não como uma ação marcada na qual houve a quebra de expectativa. Quando eles nos mostram que os enunciados de oposição semântica foram organizados de maneira contígua, sem atrasos, hesitações, postergações ou mitigações, eles estão justamente concordando com o entendimento da AC a respeito da organização interacional. Eles estão descrevendo como os participantes demonstraram seus entendimentos a respeito de não ter havido quebra de expectativas em suas interações, de ter havido o pareamento coincidente entre a projeção realizada pelo falante a

respeito da SSP do coparticipante e a efetiva produção da SSP por esse participante dentro da projeção esperada. Não é o fato de os enunciados serem discordantes ou concordantes semanticamente que estabelecerá se eles estão organizados pela estrutura preferencial ou não. É a forma como eles são produzidos e os entendimentos que os participantes demonstram que ditará se eles estão organizados pela estrutura (des)preferida. Mais ainda, é preciso estar alerta para o fato de que a identificação se um enunciado está organizado dentro da estrutura preferencial (ou não) se dá a cada troca de turno. Dentro de uma mesma sequência conversacional podemos ter turnos que são produzidos dentro da estrutura preferencial e turnos que são marcados pelas estratégias de despreferência.

A estrutura preferencial, portanto, não é estabelecida *a priori* e nem é uma base estanque que se mantém constante durante toda a interação. O “acordo” estrutural deve ser negociado localmente, momento a momento. Quem decide se a base que organiza a interação será dada pela estrutura preferencial ou despreferida são os participantes da interação e isso precisa ser estabelecido momento a momento. Há um exemplo nos dados analisados nessa tese que é ilustrativo de como a orientação para estruturar a interação pela preferência se estabelece localmente e a cada momento dentro da progressão interacional.

Vejamos este excerto da interação do casal Rosê e Gerson.

3.5.1 Estabelecendo a estrutura preferencial momento a momento: análise de um excerto da interação da díade Rosê-Gerson

O casal Rosê e Gerson havia finalizado de tratar do tema relacionado às atividades cotidianas domésticas (compras semanais do supermercado) quando passa a outro tópico (a viagem da Rosê para a Irlanda). Analisamos os 15 segundos iniciais relacionados a esse novo tópico que mostram como a estrutura preferencial é estabelecida localmente momento a momento, independentemente dos enunciados serem enunciados de discordância (FPP₁-SPP₁) ou de concordância (FPP₂-SPP₂) semânticas. Vejamos a transcrição verbal do excerto “*vamos falar do que?*”.³⁸

³⁸ Esse excerto pode ser visualizado em:

-Close dos participantes: <https://youtu.be/XXXruM8rOYo>

-Plano Americano: <https://youtu.be/BCusTCoYFBU>

[Jul/2012] [SESA] [D1] [S2]

Excerto “*vamos falar do que?*” (10:00 -10:15) (Rosê-Gerson)

1	R:		iss[o]
2	G:	FPP _{1a}	[ahn], de que=
3		FPP _{1b}	=[que nós vamos fa]lar?
4	R:		[é isso]
5	G:	FPP _{1c}	desses filhos?
6	R:	SPP ₁	NÃO, não fi[lho n]ão
7	G:		[não]
8	R:		a[i::: que coisa]
9	G:		[não filho não]
10	R:	SCT ₁	[não:: pelo amor de Deus]
11	G:		[chega de falar de filho]
12	R:		não pe[lo amor de Deus (.)éh]
13	G:		[então tá bom]
14		FPP _{2a}	vamos falar do que?
15		FPP _{2b}	da sua viagem?
16	R:	SPP ₂	AI da minha via::[gem]
17	G:		[da]=
18			=[sua viagem]
19	R:		[() da minha vi]=
20			=[agem]
21	G:	SCT ₂	[que del][ícia]
22	R:		[eu tô t]ão=
23			=feli[z de tá-]
24	G:		[S:::]ligo
25	R:		eu tô

Neste excerto, Gerson propõe à esposa Rosê que eles passem a falar sobre os filhos (linhas 2-3 e 5), mas Rosê recusa a proposta (linha 6). Gerson sugere (linhas 14-15), então, que eles abordem o assunto da viagem da Rosê para Sligo (cidade da Irlanda) onde ela participará de um congresso sobre literatura irlandesa. Essa segunda sugestão é acatada por ela (linha 16) e os dois passam a conversar sobre esse tema que enfatizará, principalmente, a preocupação que Rosê possui em não conseguir entender o inglês devido ao sotaque irlandês.

Vejamos uma análise multimodal momento a momento para que possamos entender como nesse excerto de 15 segundos há a construção de dois pares adjacentes baseados na estrutura preferencial, sendo que em um deles há uma discordância semântica (FPP₁-SPP₁) e no outro, uma concordância (FPP₂-SPP₂). A Figura 6 mostra os primeiros enunciados de Rosê e Gerson que compõem o primeiro par adjacente (FPP₁-SPP₁) e algumas de suas ações corporais concomitantes.

Figura 6: Unidades entoacionais (1-6) de Rosê e Gerson e suas ações corporais

Na Figura 6 vemos que Gerson produz uma pergunta, indagando sobre qual assunto o casal passaria a abordar - *ahn, de que que nós vamos falar?* (linha 2-3). Sem esperar a resposta da esposa que ainda está finalizando o tópico anterior sobre as compras semanais - *é isso* (linha 4), Gerson sugere um tema - *desses filhos?* (linha 5). Concomitante à produção verbal [ahn de que] *que nós vamos falar? desses filhos?* (linhas 2-3 e 5), Gerson produz sutis abanos de cabeça (*headshake*) [sinalizados pelo sinal de + e pela seta dupla vermelha na foto 5.1, Figura 6], inclina ligeiramente sua cabeça para a esquerda e projeta sutilmente sua cabeça para frente.³⁹ A escolha lexical de Gerson para se referir a seus próprios filhos - *desses filhos* (linha 5) - parece indicar seu distanciamento em relação ao tema sugerido. Os sutis abanos de cabeça parecem exercer a sua função prototípica de negar o conteúdo proferido pelo enunciado.⁴⁰ A associação entre a escolha lexical e os abanos de cabeça parece indicar que Gerson projetou a produção de sua FPP esperando por uma recusa ao tema.

Rosê, por sua vez, é enfática na recusa ao tema. Sem hesitação, ou seja, em contiguidade à FPP do Gerson, Rosê rejeita o tema proposto por seu esposo - *NÃO, não, filho não* (linha 6), dando ênfase no primeiro *não* do enunciado. Durante a produção do enunciado verbal, Rosê também produz abanos de cabeça (*headshake*), inclina ligeiramente a sua cabeça para baixo,

³⁹ Essas ações gestuais são difíceis de serem sinalizadas em imagens estanques, mas quando em movimento, podemos percebê-las facilmente.

⁴⁰ Os abanos de cabeça (*headshake*) podem exercer distintas funções na comunicação face a face. Explicações e exemplos das variadas funções que os abanos de cabeça (*headshake*) realizam podem ser vistos em M. Goodwin (1980), Kendon (2002, 2004), McClave (2000), McClave et al. (2007) e Schegloff (1987).

franze as sobrancelhas, fecha os olhos e contrai o nariz (Figura 6, foto 6.1). A composição dessas ações gestuais parece reforçar ainda mais a recusa ao tema.

Quando Rosê finaliza a recusa - *NÃO, não, filho não* (linha 6), percebemos que Gerson apresenta uma ação facial mais suavizada (Figura 6, foto 6.1) quando comparada à sua ação facial ao finalizar a sua proposição de tópico (Figura 6, foto 5.1). Ao terminar a sua proposição ao tópico - *desses filhos?* (linha 5), Gerson apresenta uma ação facial (Figura 6, foto 5.1) que pode ser descrita como uma ação gestual de expectativa. A suposta expectativa pode ser observada na composição gestual de boca ligeiramente aberta, cabeça inclinada para a esquerda e projeção da cabeça para a frente (Figura 6, foto 5.1). Com a recusa de Rosê, a ação facial de Gerson parece suavizar-se: a inclinação da cabeça é menor, não há projeção da cabeça para frente e os lábios parecem esboçar um ligeiro sorriso (Figura 6, foto 6.1). Vemos, portanto, que apesar desse par adjacente apresentar uma discordância verbal, a ação dos participantes – FPP, projetando uma SPP de recusa tanto na modalidade verbal (escolha lexical *desses filhos*) quanto na gestual (abanos de cabeça que perduram por quase todo o enunciado) e SPP produzida em contiguidade à FPP - mostra que eles organizaram sua discordância semântica dentro da estrutura preferencial. Vejamos a continuação da interação.

<p>6 R: <i>NÃO não fi[lho n]ão</i> +++++</p> <p>7 G: [não]=</p> <p>8 R: <i>a[i:: que cois]a</i></p> <p>9 G: =[não filho não]=</p>		<p>6.1</p>
<p>10 R: <i>[não:: pelo amor de Deus]</i></p> <p>11 G: <i>[chega de falar de filho]</i></p>	<p>10/11.1</p>	
<p>12 R: <i>não pe[lo amor de Deus (.) éh]</i></p> <p>13 G: [então tá bom]</p>		

Figura 7: Unidades entoacionais (6-13) de Rosê e Gerson e suas ações corporais.

A Figura 7 traz os turnos de fechamento de sequência (*sequence-closing thirds*: SCT₁) do primeiro par adjacente (FPP₁-SPP₁) desse excerto da interação Rosê-Gerson. Nessa figura, vemos que a discordância estabelecida no primeiro par adjacente (FPP₁-SPP₁) está estruturada

pela forma preferida. Essa estrutura preferencial pode, ainda, ser confirmada pela maneira como se deram os turnos de fechamento de sequência (SCT₁, linhas 7-13). Primeiramente, observa-se que há uma repetição total do enunciado da Rosê (SSP₁) por seu esposo. Rosê produz – **NÃO não filho não** (linha 6) - e imediatamente Gerson repete o enunciado – **não não filho não** (linhas 7 e 9). Nota-se que essa repetição se dá por sobreposição. Assim que Rosê pronuncia [NÃO não] f[lho não] (linha 6), Gerson já inicia um enunciado de repetição, projetando um possível ponto de completude de turno da Rosê.

Segundo Pomerantz (1984), a repetição total do enunciado de um participante pelo outro participante pode indicar um alinhamento ou afiliação na produção de enunciados preferidos. Pomerantz observa que essa repetição tende a ocorrer de duas maneiras: (a) reprodução da FPP na SPP, ou seja, o falante-corrente repete na SPP o que o falante precedente acabou de dizer na FPP; ou (b) pode ser a reprodução da SPP realizada pelo falante produtor da FPP precedente durante um novo turno de fala. Em ambos os casos, Pomerantz (1984) observa que a repetição é produzida sem qualquer tipo de atraso ou postergação. Na interação Rosê-Gerson vemos o segundo tipo. Gerson repete a SPP da esposa sem hesitação: ele inicia a repetição em sobreposição ao enunciado da Rosê (linhas 7 e 9). Além disso, como nota Liddicoat (2011), é usual haver repetição de enunciados em sequências de encerramento em casos de organização sequencial orientada pela estrutura preferencial. A repetição de enunciados da interação Rosê-Gerson ocorre em contiguidade aos enunciados dos participantes e durante os turnos de encerramento de sequência. Essas estratégias, portanto, parecem corroborar a observação de que o par adjacente (FPP₁-SPP₁) de discordância semântica entre os participantes foi organizado pela estrutura preferencial.

Apesar de as repetições de enunciados terem sido observadas como estratégias que dão indícios de interações organizadas pela estrutura preferencial, isso não quer dizer que sempre haverá repetições quando houver esse tipo de organização sequencial. As repetições não são colocadas *a priori*, mas são estratégias que estão disponíveis aos participantes da interação e que devem ser atualizadas localmente. As repetições podem ser igualmente vistas em situações de despreferência. M. Goodwin e C. Goodwin (1987) apresentam exemplos de repetição total como formas de manifestação de desacordo estruturado pela despreferência. Todavia, esses pesquisadores observam que a repetição em situações de estrutura despreferida ocorre de forma diversa. Geralmente há uma pausa entre os turnos de repetição e a prosódia empregada pode ser descrita como prosódia irônica ou de deboche ou ainda de desafio. Como essas marcas – pausa e prosódia irônica - não se encontram presentes nesse episódio analisado, parece que

podemos aceitar que são estratégias mais vinculadas às sequências de encerramento de par adjacente orientado pela estrutura preferencial.

Continuando a SCT₁ temos a produção por parte de Rosê de - *ai que coisa não:: pelo amor de Deus* (linhas 8 e 10) e a produção de Gerson de - *chega de falar de filho* (linha 11), traduzindo e/ou complementando a fala da esposa. Tal como a repetição anterior, essa paráfrase e/ou complemento também se dá por sobreposição. Assim que Rosê finaliza *ai que coisa* (linha 8), Gerson produz o seu *chega de falar de filho* (linha 11) em sobreposição à fala da esposa *não:: pelo amor de Deus* (linha 10). Pomerantz (1984) e Liddicoat (2011) observam que paráfrases e complementaridade também são marcas de SCTs de par adjacente de enunciados estruturados pela preferência. No excerto analisado podemos compreender a ação de Gerson tanto como uma estratégia de paráfrase, quando ele “traduz” os enunciados da esposa *ai que coisa não:: pelo amor de Deus* (linhas 8 e 10) para *chega de falar de filho* (linha 11), quanto como uma estratégia de complementaridade da fala da esposa ao “completar” os enunciados *ai que coisa. Não pelo amor de Deus* (linhas 8 e 10) com *chega de falar de filho* (linha 11). Observa-se também que as ações faciais de Gerson (Figura 7, foto 10/11.1) estão mais relaxadas em relação à ação facial mostrada na Figura 7, foto 6.1. Nesse momento, o sutil sorriso esboçado anteriormente (Figura 7, foto 6) amplia-se um pouco mais (Figura 7, foto 10/11.1).

Observamos, ainda, na SCT₁ uma repetição de Rosê ao seu enunciado precedente - *não:: pelo amor de Deus* (linha 10). Essa repetição – *não pelo amor de Deus* (linha 12) – se dá num volume de voz bem mais baixo do que o empregado no enunciado precedente, indicando que a sequência de encerramento da discordância estruturada de forma preferida já se encontra em estágio de completude. Em sobreposição ao enunciado de Rosê, Gerson produz – *então tá bom* (linha 13), também com um volume de voz mais baixo, sinalizando que está alinhado com a possibilidade de finalização definitiva da sequência de encerramento e a conclusão do par adjacente (FPP₁-SPP₁). Rosê, por sua vez, após uma micropausa, produz - *éh* (linha 12), finalizando completamente a sequência de encerramento (SCT₁) desse par adjacente de discordância semântica organizada dentro da estrutura preferencial. No prosseguimento da interação, Gerson propõe um novo tópico. Vejamos como isso ocorre.

A Figura 8 apresenta os turnos de Rosê e Gerson que compõem o novo par adjacente (FPP₂-SPP₂). Diferentemente do par adjacente anterior, esse é um par de concordância semântica. Esse par também se estrutura de forma preferencial.

Figura 8: Unidades entoacionais (14-16) de Rosê e Gerson e suas ações corporais

Na Figura 8 vemos que Gerson produz uma nova pergunta, indagando sobre qual assunto o casal passaria a abordar - *vamos falar do que?* (linha 14). Sem esperar a resposta da Rosê, Gerson sugere outro tema - *da sua viagem?* (linha 15). Assim que Gerson pronuncia [da sua] *via*[gem?] (linha 15), projetando já o final da proposta do seu esposo, Rosê inicia gestualmente a sua resposta. Ela levanta as sobrancelhas, abre a boca e dá início à elevação das pálpebras superiores (Figura 8, foto15.1). Logo a seguir, em contiguidade à FPP₂ do esposo e utilizando um volume de voz mais alto do que aquele que havia utilizado para concluir a sequência de encerramento (SCT₁) do par adjacente precedente (FPP₁-SPP₁), Rosê produz seu enunciado verbal de aceite à proposição do esposo - *AI da minha via::gem* (linha 16). Durante a pronúncia de [AI da minha vi]*a::gem* (linha 16), Rosê finaliza o levantamento das pálpebras superiores, mantendo a elevação das sobrancelhas, e produz um amplo sorriso, tanto em relação à abertura dos lábios quanto em relação à atividade da musculatura responsável por elevar e puxar os lábios para fora (Figura 8, foto16.1). Durante a produção do seu enunciado verbal - *AI da minha via::gem* (linha 16), Rosê produz abanos de cabeça (*headshake*). A função desses abanos de cabeça (*headshakes*) parece ser a de enfatizar ainda mais o enunciado verbal, principalmente quando em associação à pista enfática de prolongamento da produção do termo **viagem**. A composição dessas ações - levantar sobrancelhas, elevar pálpebras superiores, amplo sorriso, abanos de cabeça, utilização de volume de voz mais alto, prolongamento de sílaba - sinaliza que a proposta do esposo foi aceita enfaticamente.

Gerson, por sua vez, também apresenta um sorriso (Figura 8, foto16.1); não tão amplo quanto o da esposa, mas igualmente um sorriso que mostra atividade na musculatura

responsável por elevar e puxar os lábios para fora. Em prosseguimento à interação, tal como fizera anteriormente, ele inicia os turnos de sequência de encerramento (SCT₂). A Figura 9 apresenta essa sequência.

16 R: *AI da minha vi* [a::[gem]
+++++

17 G: [da]=

18 =*[sua viagem*]
++++

19 R: [() da minha vi]=

20 =*[agem]*

21 G: [*que del*][ícia]
+++++

22 R: [eu tô t]ão=
23 =*feli*[z de tá-]
24 G: [S::]ligo
25 R: eu tô

16.1

18/19.1

Figura 9: Unidades entoacionais (16-25) de Rosê e Gerson e suas ações corporais

Gerson inicia a sequência de encerramento (SCT₂) do par adjacente (FPP₂-SPP₂) por uma repetição quase total da SPP da esposa – *AI da minha via::gem* (linha 16) - com os ajustes dêiticos necessários – *da sua viagem* (linhas 17-18). Rosê, tal como fizera no par adjacente precedente, repete parcialmente a sua SPP – *AI da minha via::gem* (linha 16) num volume de voz mais baixo – () *da minha viagem* (linhas 19-20), sinalizando que o par adjacente já se encontra em estágio de completude.

Igualmente observamos a utilização da estratégia de paráfrase para encerrar esse segundo par adjacente. Porém, desta vez é a esposa quem se vale dessa estratégia. Antes mesmo que Rosê finalize a sua repetição - () *da minha viagem* (linhas 19-20), Gerson produz – *que delícia* (linha 21). No momento que ele pronuncia Gerson produz – [que] *del*[ícia] (linha 21), Rosê, antecipando um possível ponto de completude do turno dele, já inicia sua produção - *eu tô tão feliz di tá-* (linhas 22-23), “traduzindo” o sentimento proposto pelo Gerson. Lá, uma metáfora gustativa (*que delícia*), aqui, uma descrição de estado interno de emoção positiva (*eu tô tão feliz*). Acrescentamos, ainda, que quando Gerson produz - [da] *sua viagem, que deli*[cia] (linhas 18 e 21) ele realiza abanos de cabeça (*headshake*) e amplia o sorriso (Figura 9, foto 18/19.1) quando comparado ao sorriso da imagem precedente (Figura 9, foto 16.1). Rosê, por sua vez, apresenta um amplo sorriso (Figura 9, foto 18/19.1), já sinalizando sua “felicidade”

sobre a sua viagem. Finalizando a sequência de encerramento, Gerson produz - *S:::ligo* (linha 24) e Rosê repete parcialmente o seu enunciado anterior – *eu tô* (linha 25), encerrando a SCT₂ do par adjacente FPP₂-SPP₂ e dando início ao tópico sobre a sua viagem.

Em resumo, o Quadro 1, contrapondo os dois pares adjacentes, mostra como se deu a interação desse excerto momento a momento. O quadro auxilia o entendimento da maneira como esses pares produzidos pelo casal foram organizados pela estrutura preferencial, sendo um, uma discordância (FPP₁-SPP₁) e o outro, uma concordância (FPP₂-SPP₂).

Quadro 1: Comparação entre os pares adjacentes

	SEQUÊNCIA 1		SEQUÊNCIA 2	
FPPs	<p>1</p> <p>G: ahn de que que nós vamos falar? desses filhos?</p> <p>+++++</p>		<p>2</p> <p>G: vamos falar do que? da sua via <u>gem</u>?</p>	
SPPs	<p>3</p> <p>R: não não filho não</p> <p>+++++</p>		<p>4</p> <p>R: ai da minha viagem</p> <p>+++++</p>	
SCTs	G: não não filho não	Repetição da SPP da Rosê pelo Gerson	G: da sua viagem ++++	Repetição da SPP da Rosê pelo Gerson
	R: ai que coisa não pelo amor de Deus G: chega de falar de filho	Paráfrase/ Complementaridade		
	R: não pelo amor de Deus	Repetição da Rosê de seu enunciado precedente em volume de voz mais baixo	R: da minha viagem	Repetição da Rosê de seu enunciado precedente em volume de voz mais baixo
			G: que delícia +++++ R: eu tô tão feliz	Paráfrase

G: então tá bom R: éh	Encerramento	G: Sligo R: eu tô	Encerramento
--------------------------	--------------	----------------------	--------------

Em ambas as FPPs do Gerson, notamos que a estrutura sintática é praticamente a mesma. Utilizando uma prosódia semelhante em ambos os casos, primeiro Gerson faz uma pergunta, indagando sobre qual assunto o casal passaria a conversar e, logo a seguir, sem esperar pela resposta da sua esposa, ele sugere um tema. Observamos que somente na sua primeira produção verbal (FPP₁) Gerson produz, concomitantemente ao seu enunciado, abanos de cabeça (*headshake*). Igualmente, é apenas nesse primeiro enunciado verbal (FPP₁) que há uma seleção lexical - *desses filhos* - que dá indícios de não desejar tratar do tema proposto naquele momento. Acreditamos que seja a associação da escolha lexical e da presença de abanos de cabeça durante praticamente toda a produção do enunciado verbal que sinaliza à esposa que a recusa poderá ser tomada como a resposta esperada.

Notamos que ao final da produção do seu primeiro enunciado verbal (FPP₁), Gerson apresenta uma expressão facial mais tensa, talvez de expectativa (Quadro 1, foto 1), se comparada à sua expressão facial (Quadro 1, foto 2) no momento da finalização da sua segunda produção verbal (FPP₂). Essa expressão facial mais tensa produzida durante o enunciado verbal (FPP₁) pode ser descrita devido à configuração dos lábios ligeiramente abertos, cabeça inclinada para a esquerda e projeção da cabeça para a frente. Observa-se que o canto dos lábios na foto 1 está mais neutro do que o canto dos lábios na foto 2. Na foto 2, parece que Gerson já começa a executar a ação para esboçar um sorriso. Observamos que a expressão facial de Rosê no momento da finalização do enunciado verbal (FPP₁) dele (Quadro 1, foto 1) é diferente da sua expressão facial no momento final da produção verbal da FPP₂ do Gerson (Quadro 1, foto 2). Aqui, no momento que ele produz *via*[gem], Rosê, antecipando a completude do enunciado dele, já inicia a produção de ações gestuais que sinalizarão a sua pronta aceitação a falar sobre o tema sugerido. Lá, sua expressão facial é neutra.

Por outro lado, em relação às SPPs, utilizando prosódia semelhante em ambas as SPPs, Rosê recusa o tema e repete o tópico proposto (**filho**) na sua primeira SPP (SPP₁), enquanto na segunda (SPP₂) ela aceita a sugestão do esposo e igualmente repete o tema sugerido (**viagem**). Ambas as SPPs de Rosê foram produzidas sem hesitação, em contiguidade às FPPs de Gerson. Essa contiguidade de produção sem estratégias de atraso e mitigações são indícios de que Rosê tratou as FPPs de seu esposo dentro da organização da estrutura preferencial. Rosê empregou

abanos de cabeça e outras ações faciais em ambas as SPPs como estratégia enfática.⁴¹ Notamos, ainda, que a expressão facial de Gerson (Quadro 1, foto 3) ao final da produção verbal da Rosê (SPP₁) é mais contida em relação à expressão facial (Quadro 1, foto 4) apresentada quando a esposa finaliza o enunciado verbal SPP₂. Levantamos a possibilidade de essa ação mais contida do Gerson ser devido à sua “expectativa” de como será o desenrolar da interação. Afinal, o casal ainda precisa decidir qual tópico será desenvolvido.

Quanto às sequências de encerramento (SCTs), Gerson as inicia pela repetição da SPP de Rosê. Na sequência 1 (SCT₁), há a inserção de turnos de paráfrase e/ou complementaridade de Gerson, confirmando definitivamente que a estrutura preferencial como a estrutura escolhida pelos participantes para organizar esse momento da interação. Segue-se a repetição de Rosê de seu enunciado precedente em volume de voz mais baixo e os turnos de encerramento definitivo do casal. Na sequência 2 (SCT₂), após a repetição de Gerson dando início aos turnos de sequência de encerramento, Rosê também repete seu enunciado precedente em volume de voz mais baixo e, igualmente, há a inserção de turnos de paráfrase. Entretanto, dessa vez, é Rosê quem produz a paráfrase ao enunciado de Gerson. Igualmente, vemos os turnos de encerramento definitivo na mesma ordem – Gerson e Rosê.

Uma dúvida que poderia surgir quanto à validade da interpretação que descrevemos a respeito dos pares adjacentes analisados serem ambos estruturados pela preferência é quanto à interação de participantes que mantêm certo grau de intimidade (familiares e amigos). Há pesquisas que defendem que os desacordos entre familiares não respeitam a regra da mitigação/postergação entre a produção da FPP e a produção da SPP (e.g. CHUANG, 2005; CLARK; CHRISMAN, 1994; MARKMAN; NOTARIUS, 1987). Para esses pesquisadores, nos desacordos familiares, as SPPs são produzidas em contiguidade às FPPs. Em primeiro lugar, os pesquisadores assumem que as mitigações e postergações são regras cristalizadas e que em caso de desacordos elas sempre estarão presentes. Isso é um equívoco. As mitigações e postergações são estratégias disponíveis aos participantes, mas isso não quer dizer que elas *sempre* estarão presentes em situações de desacordo. Elas estarão presentes em situações nas quais os enunciados são organizados de forma despreferida, sejam esses enunciados concordantes ou

⁴¹ Alguns pesquisadores que estudam as expressões faciais identificam que as ações faciais em contextos de recusa de convite/sugestões, geralmente, são ações que demonstram constrangimento por parte do indivíduo que recusa o convite/sugestão e não são ações faciais pronunciadas, mas sim sutis (e.g. COHN; AMBADAR; EKMAN, 2007; EIBL-EIBESFELDT, 1989; EKMAN, 1972; KELTNER; BUSWELL, 1996). Embora essas pesquisas não sejam da AC, a descrição da situação de recusa de convite/sugestão que esses autores fazem, leva-nos a concluir que as FPPs de convite/sugestão que eles descrevem em suas pesquisas não foram projetadas para a recusa, mas sim para a aceitação. Nos casos apresentados nesses estudos, portanto, podemos inferir que as SPPs e suas respectivas ações faciais sutis que demonstram constrangimento, segundo esses autores, seriam ações responsivas (SPPs) multimodais formuladas de forma despreferida.

discordantes semanticamente. É preciso observar, portanto, como os participantes demonstram seus entendimentos das ações uns dos outros nas cenas interacionais e como se desenvolve a progressão da interação. As estratégias interacionais são estruturadas localmente e mantidas ou modificadas momento a momento.

Em segundo lugar, esses pesquisadores parecem não ter analisado as sequências que dão continuidade à interação. As sequências de encerramento (SCTs) de pares adjacentes também dão indícios de como a estruturação da sequência conversacional foi organizada. Como veremos no tópico que trata dos desacordos organizados dentro da estrutura despreferida, as SCTs dessas situações são organizadas de forma bastante diferenciada das mostradas nessa análise. Ao invés das estratégias de repetições totais ou quase totais, paráfrases, complementaridade ou repetições com volume de voz mais baixo, geralmente, nas situações de desacordo organizados pela estrutura despreferida, há abandono brusco de tópico ou há a presença de um enunciado de encerramento direcionando para outro tema (e.g. *agora deixa eu te falar outra coisa*). Além disso, há pesquisas que, ainda que não sejam pesquisas com uma abordagem da AC e cujos objetivos de estudo versem sobre temas distintos, mostram que as estratégias de mitigação e postergação de enunciados de desacordo se aplicam igualmente às interações entre participantes com relação de intimidade, principalmente entre familiares (e.g. HEDBERG; SOSA, 2003; KAUFMANN, 2002; ROBEY; CANARY; BURGRAFF, 1998; YAEGER-DROR, 1985).

Em resumo, na análise proposta vimos como é somente pela ação conjunta e colaborativa e seus desdobramentos, organizados localmente e momento a momento durante a interação, que se poderá interpretar se determinado par adjacente foi estruturado preferencialmente ou não. Vimos que o fato de haver discordância verbal entre os enunciados não implica necessariamente uma organização sequencial dentro da estrutura despreferida. Vimos que é preciso observar se os enunciados do par adjacente foram produzidos em contiguidade (ou não) e quais foram as estratégias empregadas na sua estruturação. Além disso, pela nossa perspectiva de entender a língua como sistema dinâmico multimodal, mostramos com a gestualidade enriquece uma análise tradicional da AC focada apenas na fala. Sendo assim, é somente mediante a análise dos enunciados multimodais e seus desdobramentos que o analista da AC poderá estabelecer se a preferência foi a estratégia adotada pelos participantes para a composição da organização sequencial de sua interação.

3.6 O DESACORDO

O desacordo é um fenômeno investigado em várias áreas de estudo sob perspectivas teóricas bastante distintas e, muitas vezes, sob prismas não pacíficos. O desacordo é um fenômeno de difícil definição, uma vez que é ambíguo, polissêmico e multidirecional. É um fenômeno ambíguo no sentido que pode ser uma ação que tanto sinaliza hostilidade quanto uma ação que promove afiliação. É um fenômeno polissêmico já que é um termo utilizado como um conceito guarda-chuva que abarca vasto leque de ações (e.g. acusações, censura, críticas, disputas, reclamações, alguns reparos iniciados e levados a cabo pelo outro etc.). É multidirecional à medida que pode envolver não só os participantes interacionais como também pessoas que não estejam na cena naquele momento específico da interação face a face. Os desacordos, portanto, são fenômenos complexos, multifuncionais e multidirecionais.

Uma das definições de desacordo que é apresentada na literatura é a noção que ele é uma expressão de ponto de vista que difere daquela apresentada pelo outro participante interacional (e.g. ANGOURI; LOCHER, 2012). Essa definição abarca tanto o caráter positivo quanto o caráter negativo dos desacordos. Para aqueles que entendem o desacordo como uma ação de confronto, o desacordo é uma ação negativa e como tal, deve ser mitigado ou evitado. Para aqueles que descrevem os desacordos como ações que podem levar a interações afiliativas, os desacordos são vistos como ações positivas que podem fomentar a intimidade e a sociabilidade entre os participantes (e.g. KAKAVA, 2002); fortalecer a relação entre os indivíduos (e.g. GEORGAKOPOULOU, 2001); fomentar a criatividade (e.g. COSIER; SCHWENK, 1990; HAGGITH, 1993; TJOSVOLD, 2008); ressaltar habilidades (e.g. SIFIANOU, 2012); etc.

Nas pesquisas que investigam o desacordo, encontramos esse fenômeno sendo estudado em relação ao conteúdo proferidos nos enunciados; à situação interacional; quanto à forma; quanto à relação existente entre os participantes, entre outros.

Em relação à investigação a respeito do *conteúdo* dos desacordos, a noção mais aceita atualmente é que uma sequência de desacordo deve ser composta de ao menos três eventos. Arcidiacono e Pontecorvo (2009) descrevem que um episódio de discordância deve apresentar um evento inicial (T1), uma oposição inicial (T2) e uma ação respondente à oposição como uma ação que marca de alguma forma a não aceitação da oposição (T3). Os autores observam que não basta haver um evento inicial (T1) que apresente um tema polêmico em si mesmo. Como nota Hutchby (2013, p. 23), mesmo que o primeiro evento seja polêmico, “um participante pode escolher ignorar [...] ou até mesmo concordar com a asserção controversa,

neutralizando-a, assim, com eficiência”; nesses casos, então, não será desencadeada discordância alguma. Por outro lado, um tema aparentemente não polêmico - da perspectiva do analista, ou seja, do ponto de vista extrínseco à interação - pode ser tratado como problemático e meritório de discussão pelos participantes. É necessário, portanto, que o participante da oposição inicial (T2) se oriente para o evento inicial (T1) como um evento com conteúdo “discutível”. Igualmente, a oposição inicial (T2) é uma condição necessária, mas não suficiente para que a sequência de discordância se instaure na interação, uma vez que uma ação responsiva (T3) à oposição inicial (T2) pode ser realizada de várias maneiras: o participante pode ignorar a oposição, levar na brincadeira, aceitar os argumentos da oposição ou desculpar-se. Sendo assim, é preciso que o participante produtor do evento T3 também se oriente para o evento de oposição inicial (T2) como um evento discutível. Somente quando a ação responsiva de contra-argumentação à oposição inicial ocorre é que efetivamente o episódio de desacordo se estabelece. Maynard (1985) coloca que quando essa resposta (T3) à oposição (T2) ocorre é que a sequência de desacordo se instaura e que retrospectivamente o movimento de oposição inicial (T2) marcará o início do episódio de desacordo, tendo como evento disparador do desacordo o evento inicial (T1). Em resumo, para que haja um episódio de desacordo são necessários, no mínimo, 3 eventos: T1 com a assertiva de **A**, T2 com o argumento de **B**, ou seja a oposição inicial de **B** em relação aos enunciados precedentes de **A**; e T3 com o contra-argumento de **A**, isto é, **A** discordando de **B**, insistindo, assim, em seu ponto de vista. Além disto, Edstrom (2004) nos lembra que a oposição inicial (T2) pode estar relacionada não apenas ao enunciado imediatamente precedente, mas a vários enunciados anteriores e mesmo a enunciados que foram produzidos fora da ação em curso e que serão reatualizados na progressão interacional.

Quanto à investigação sobre a *situação* na qual a ação discordante se efetivou, é preciso ter em mente que há situações nas quais o desacordo é a ação não-marcada, é a ação esperada (e.g. debates políticos, SPP de FPP de autodepreciação) e outras, nas quais a situação não permite, ou ao menos restringe, que se expresse o desacordo (e.g. cerimônias de casamento, em relação à sentença proferida por um juiz na corte judiciária). Há situações nas quais os participantes não apresentam igualdade de condições para expressar seus pontos de vista (e.g. palestras e seminários). Em outras, há restrições nas quais os participantes precisam “negociar” sua participação para poder expressar seu desacordo (e.g. sala de aula nos moldes tradicionais).

No tocante à *forma*, investiga-se a maneira pela qual os participantes “escolhem” expressar seus desacordos. Geralmente, os pesquisadores criam taxonomias que se encaixam dentro de um *continuum* que vai de altos níveis de mitigação em um dos extremos para altos níveis de agravamento de disputa no outro extremo (e.g. BLUM-KULKA; BLONDHEIM;

HACOHEN, 2002; NETZ, 2014; REES-MILLER, 2000). Apesar de essas taxonomias serem bastante similares, as escalas não são uniformes o que dificulta realizar um estudo comparativo. Por exemplo, enquanto M. Goodwin (1983) e Blum-Kulka, Blondheim e Hachohen (2002) consideram oposição sem o acompanhamento de explicação ou justificativa como uma forma de desacordo agravado, Rees-Miller (2000) considera essa estratégia como um desacordo médio. Outro problema que observamos em relação às taxonomias e descrições das sequências de desacordo propostas pelos pesquisadores e que provoca desafios para os analistas e, por consequência, dificulta a uniformidade das análises é a questão em relação aos limites dos desacordos. Enquanto alguns pesquisadores (e.g. GOODWIN, M., 1983; KAKAVA, 2002) analisam integralmente todos os argumentos e as disputas que envolvem o desacordo até o encerramento da sequência, outros analistas (e.g. MUNTIGL; TURNBULL, 1998; POMERANTZ, 1984) se concentram apenas em alguns turnos específicos (T1 e T2) sem se preocuparem com o desenrolar da interação. Esse tipo de atitude pode comprometer o entendimento da sequência interacional, pois, como observa Kotthoff (1993), geralmente, o início de uma sequência de desacordo apresenta formas mitigadas e, somente com o desenrolar da interação, é que os recursos de agravamento passam a ser mais utilizados.

Quanto à abordagem com base na *relação existente entre os participantes*, geralmente os estudos se orientam sob a ótica da Teoria da polidez (BROWN; LEVINSON, 1987). Nesse enfoque, os desacordos são considerados atos de ameaça à face e devem ser evitados (e.g. LOCHER; WATTS, 2005), ou seja, os desacordos são tomados como formas de expressão associada à negatividade estática e já estabelecida *a priori* para os participantes (e.g. ANGOURI, 2012; ANGOURI; LOCHER, 2012).

Postas essas considerações sobre a forma como o desacordo é investigado na literatura sob óticas distintas, passemos às observações de como o desacordo é entendido na AC.

3.6.1 O desacordo na Análise da Conversa (AC)

Apresentamos em tópico anterior que os participantes numa interação tendem a concordar que percebem de maneira idêntica o que estão realizando juntos e que seguem as mesmas práticas sociais (ou normas sociais) durante a cena interacional. Sendo assim, ao adotarem a reciprocidade de perspectivas, os participantes sustentam a intersubjetividade, orientando-se para as práticas sociais como formas constitutivas das ações que eles produzem colaborativa e conjuntamente. Segundo Heritage (1984), tendo por referência essas práticas, é possível aos participantes realizarem suas ações e interpretar as ações do outro; é possível

reconhecer que a ocorrência de problemas se dê por quebra nas expectativas em relação às práticas sociais constitutivas das interações.

Heritage (1984) nos exemplifica como ocorre essa quebra de expectativas por meio da prática social de cumprimentos. Quando duas pessoas conhecidas se cruzam na rua e uma dirige um cumprimento à outra, tal ação já altera a situação interacional, ou seja, passa-se de uma cena de não engajamento para uma cena de tentativa de engajamento. O participante que recebe o cumprimento tem, no mínimo, duas alternativas: (a) pode, por referência à prática social, responder ao cumprimento, ou (b) pode optar por não cumprimentar o outro, criando, assim, uma situação de quebra de expectativa. Na primeira alternativa, quando o participante retorna o cumprimento, ele responde à proposta esperada de engajamento iniciada pelo outro. Ao ratificar a proposta, ele se alinha à perspectiva do outro. Essa ação ratificadora, portanto, é a ação esperada para a prática social de cumprimentos, sendo uma ação vista, mas não notada pelos participantes. Em relação à segunda alternativa, quando o coparticipante decide não responder ao cumprimento, o falante pode, sempre tendo como referência a mesma prática social, avaliar e interpretar essa ação como ação desafiliativa e passível de justificativa. Nesse sentido, a prática social é uma referência para a produção e compreensão das ações. Contudo, isso não significa que os participantes vão sempre seguir as práticas sociais. Os participantes podem violar essas práticas, como no exemplo acima, ao não responderem ao cumprimento que lhes tenha sido dirigido; porém, tais ações “transgressoras” estão sujeitas à avaliação do outro que irá interpretá-las e avaliá-las segundo as expectativas da organização conversacional. Sendo assim, as ações dos participantes não são apenas meras respostas às práticas sociais, mas servem igualmente para que os participantes mostrem seus alinhamentos (ou não) em relação à perspectiva do outro. A maneira como os participantes constroem seus turnos, a duração dos intervalos de tempo que podem existir entre os turnos, algumas ações gestuais podem revelar marcas desse (des)alinhamento. Como sugerem Goodwin e Goodwin (2004, p. 222), “a fim de coordenarem os comportamentos uns com os outros, os seres humanos precisam demonstrar o que estão fazendo e como eles esperam que os demais se alinhem a eles em relação à atividade em que estão engajados no momento”.

Para demonstrar esse alinhamento, acrescentando à observação proposta por Sacks (1987) sobre a contiguidade, Goodwin e Goodwin (2004) apontam a sincronicidade e a complementaridade das ações dos participantes como a forma de sinalização que eles possuem para demonstrarem uns aos outros o engajamento para uma realização conjunta. Para exemplificar a relevância da sincronicidade e da complementaridade das ações dos participantes para a progressão interacional, Goodwin e Goodwin apresentam a analogia que Erickson e

Schultz (1982) faz sobre a interação face a face e um grupo de músicos. Esses autores descrevem que, ao tocarem juntos, os músicos evitam “sair do ritmo”, pois tal ação distorce a estrutura musical, sendo isso tão comprometedor que, em um ensaio, geralmente, eles retornam ao início da música. Contudo, quando isso acontece em uma apresentação pública, eles continuam tocando, mesmo sem estarem no ritmo, mesmo que de forma assíncrona, até que o ritmo seja restabelecido. Na interação face a face, tal como os músicos em apresentação pública, os participantes não recomeçam a conversa do princípio quando esses momentos “assíncronos” ocorrem, mas prosseguem na interação produzindo reformulações de seus enunciados até que consigam reestabelecer (ou não) a sincronicidade e harmonia de suas ações conversacionais.

Esses momentos assíncronos que geram os desacordos podem ocorrer em qualquer momento da interação. Nesse sentido, os desacordos são facilmente identificáveis na interação a partir do momento que eles perturbam o curso da ação em andamento até então. Os participantes demonstram seus potenciais desacordos por meio de pistas que funcionam como índices para que os participantes sinalizem uns aos outros que “algo está dando errado”. Essas pistas são produzidas por meio de estratégias de atrasos, hesitações, postergações, mitigações, justificativas, explicações entre tantas outras. Os momentos de desacordo, portanto, relacionam-se com o desalinhamento entre as ações dos participantes, com a quebra de expectativas, com a “saída do ritmo”, com o não pareamento da trajetória projetada por um participante e a resposta produzida pelo outro, com a formulação de enunciados marcados. Sendo assim, os episódios de desacordo exigem dos participantes maior empenho interacional e demandam mais ações em relação aos recursos de produção, monitoramento, interpretação e manipulação. Nesse sentido, como aponta Frank (2010, p. 51), “[s]e tais momentos interrompem o curso esperado das atividades em andamento, eles podem, então, ser relevantes para desvelarmos o trabalho interacional em que os participantes se engajam para [tentarem] restaurar o alinhamento” e criar as condições necessárias para a construção de uma interação mais fluida. Sendo assim, nesta tese buscamos descrever as práticas interacionais e as ações dos participantes que levam à emergência dos episódios de desacordo; como essas práticas interferem na progressão interacional; e quais ações os participantes se valem para encerrar as sequências de desacordo.

Postas essas colocações, passemos a tratar mais especificamente sobre os elementos descritos como constitutivos da discordância quando organizada pela estrutura despreferida.

3.6.2 A organização sequencial do desacordo como ação despreferida

Uma parte importante da literatura sobre o fenômeno da discordância trata de apresentar sua organização sequencial, discutindo os vários recursos empregados pelos participantes para dar início a um desacordo e fazê-lo avançar, bem como trabalhar seu fim. Nesse tópico, apresentamos duas seções, mostrando alguns dos recursos mobilizados para a construção de turnos discordantes e algumas das estratégias de encerramento de discordância.

3.6.2.1 Recursos mobilizados para a construção de enunciados de desacordo

Os enunciados de desacordo organizados pela estrutura despreferida são vistos como aqueles que apresentam uma “ausência notável” (KOTTHOFF, 1993, p. 194), sendo menos frequentes e marcados por vários tipos de complexidade estrutural antes de serem proferidos. Os participantes se valem de distintas estratégias para apresentar e coordenar sequencialmente suas posições em relação às de seus oponentes e, desse modo, revelar seus entendimentos das ações que estão construindo conjuntamente. No caso desses enunciados de desacordos, Sacks (1987) observa que não há a prontidão para a produção da SSP, sendo a produção da SSP postergada por distintas estratégias. A conclusão de Sacks é que essa postergação na produção da SPP oferece ao falante a oportunidade de realizar ajustes no seu enunciado e conseguir assim buscar a ação preferencial.

Muitas pesquisas têm descrito as variadas estratégias que os participantes empregam para sinalizar que seus enunciados são enunciados organizados pela estrutura despreferida. Por exemplo, Pomerantz (1984) e Kotthoff (1993) identificaram algumas dessas estratégias conversacionais como sendo: (a) pausas e silêncios; (b) hesitações; (c) perguntas e pedidos de esclarecimento; (d) concordância inicial fraca seguida de contraposição (ex.: *é; sim; bem; hum hum, mas...*); (e) repetição parcial do enunciado do falante; (f) explicações e desculpas; (g) prefácios; (h) mitigações (*não sei, eu acho que....*) etc.

Em relação às repetições parciais, M. Goodwin e C. Goodwin (1987, p. 211) observam que há uma recorrência na substituição de itens lexicais dos enunciados por outros com função similar como por exemplo: A: *E isso aconteceu no ano passado/* B: *Isso aconteceu esse ano.* Os autores descrevem que essas substituições sempre ocorrem de forma enfática. Contudo, esclarecem que não é o fato de haver uma repetição parcial que sinalizará que os participantes estão em situação de discordância.

A repetição parcial acontece em outras atividades conversacionais, tais como nas SPPs de enunciados precedentes de autodepreciação (POMERANTZ, 1984); em ações de reparo iniciado pelo outro (SCHEGLOFF; JEFFERSON; SACKS, 1977) etc. Nessas duas atividades específicas – autodepreciação e reparo iniciado pelo outro – a repetição parcial é utilizada para localizar a fonte de problema na fala do outro. Contudo, a repetição parcial que acontece no começo de uma oposição diferencia-se das repetições realizadas nessas duas atividades. Nos reparos iniciados pelo outro, a repetição é modulada por marcas de incerteza, como por exemplo pelo uso de entoação ascendente. Além disso, a indicação da fonte de problema, geralmente, é a única atividade realizada no turno. Nas oposições, em geral, as repetições parciais não se apresentam isoladas no turno, mas sim seguidas de fala que explicita a oposição ao que o falante disse anteriormente. Além disso, ao invés de usar uma entoação ascendente, os opositores usam uma entoação que deixa evidente a oposição, além de chamar a atenção para o questionamento da competência da outra parte. Por exemplo, M. Goodwin e C. Goodwin (1987, p. 207) citam o diálogo entre meninas tentando convencer garotos de que pegaram alguns sapos A: *Nós pegamos um sapo/* B: *Um sapo! Com certeza vocês não pegaram um sapo.* Os autores esclarecem que a entoação utilizada na resposta dos garotos marca a discordância ao questionar a competência das meninas para tal ação.

Outras estratégias empregadas pelos participantes descritas na literatura são: (1) condutas iniciais de turno (e.g. inspirações; vocalizações como *uhm* em SCHEGLOFF, 1996); (2) partículas iniciais de turno (e.g. *bem* em SCHEGLOFF; LERNER, 2009; *oh (éh, tá)* em HERITAGE, 1998); (3) expressões de apreciação com entoação irônica (e.g. *muito legal da sua parte* em ROBINSON; BOLDEN, 2010); (4) desculpas (e.g. ROBINSON, 2004); (f) evasivas (e.g. *eu não sei; talvez* em ROBINSON; BOLDEN, 2010); (5) retratações e justificativas (e.g. SCOTT; LYMAN, 1968); (6) insistências e negociações (e.g. ARCIDIACONO; PONTECORVO, 2009); entre outras.

Recursos fonéticos também são estudados nas estratégias de composição das sequências de discordância. Ogden (2006) observa que nas estruturas preferidas, a SPP é produzida foneticamente de forma “aprimorada” – volume mais alto e andamento mais contido – em relação à FPP, sinalizando ao outro que o enunciado efetivamente é um enunciado organizado pela estrutura preferencial. Por outro lado, quando a SPP é um enunciado despreferido, há um “rebaixamento” fonético da SPP – volume mais baixo, falta de dinamicidade na curva entoacional e andamento mais rápido – em relação à FPP. Ogden lembra-nos que, apesar dessas recorrências poderem ser descritas, não há padrões fonéticos específicos associados nem ao acordo nem ao desacordo. Essas recorrências são apenas pistas para que o analista possa

entender a dinâmica das estruturas (des)preferidas. Para entendermos as nuances foneticamente produzidas na emissão dos enunciados é fundamental que compreendamos os turnos de fala como parte de um processo social. A maneira como um falante produz uma SPP para sinalizar (des)acordo será, foneticamente, sensível à fala do outro. Os detalhes fonéticos da SPP são complementares, no caso dos enunciados organizados pela estrutura preferencial, e contrastivos, no caso de estruturas despreferidas, com os detalhes fonéticos da FPP. Nas palavras de Ogden (2006, p. 1773), “um falante competente modula a sua produção fonética em relação à do outro falante e manipula essa relação entre a produção dos coparticipantes e a sua própria de tal forma que possa haver implicações para o sentido”. Além disso, como observa Edstrom (2004), algumas vezes, os desacordos são comunicados mais pelo tom da voz do que pelas escolhas lexicais.

Outro recurso destacado por M. Goodwin (1990, p.177) para a produção de um turno discordante é o que ela chama, assim como Coulter (1990) e Kotthoff (1993), de entrelaçamento de formato (*format tying*) no qual o participante oponente produz seu turno a partir de modificações sintáticas do turno anterior de seu coparticipante. Como M. Goodwin (1990, p. 180) relata, “a fala do falante anterior pode ser transformada pelo apagamento de elementos (...) bem como pelo encaixe dessa fala em uma nova ação”, de modo que a fala do primeiro participante é usada contra ele próprio por seu oponente. O entrelaçamento de formato pode envolver a substituição de elementos-chave no turno anterior, mantendo sua organização sintática, conforme exemplo extraído de Coulter (1990, p. 195):

- (5) A: *eu nunca me dei bem com oito horas de sono*
 B: *você também nunca se deu bem com doze*

Assim, o segundo turno se relaciona com o primeiro não apenas por opor-se à ação que o primeiro implementa, mas também por explorar o padrão linguístico do primeiro turno em seu favor. M. Goodwin (1990, p.180-181) comenta que essa seria uma maneira eficaz de intensificar a discussão “ao fazer uso da fala anterior e transformá-la em seu benefício; em essência, eles viram a ação anterior de cabeça para baixo”.

Uma das estratégias citadas acima é a justificativa. Em relação a esse recurso, M. Goodwin (1990, p.163) observa que, em lugar de apenas reciclar suas posições, os participantes oferecem adicionalmente “descrições e explicações para as posições que assumiram” a fim de tentar defender sua posição e de persuadir a outra parte, ou, pelo menos, de convence-la da não-conformidade de sua posição inicial. Os participantes podem construir justificativas particularmente vinculadas ao ponto em discordância, mas, segundo Goodwin, Goodwin e

Yaeger-Dror (2002), podem também lançar mão de justificativas mais genéricas, não imediatamente relacionadas ao tópico em debate. Assim, o participante, em defesa de sua posição, pode justificá-la invocando “sanções sobrenaturais” - *Eu juro que as coisas foram assim* - ou oferecendo uma “aposta” - *Duvida que isso aconteceu? Então, vamos apostar* – conforme exemplifica M. Goodwin (1990, p.165). O participante também pode apresentar a alegação de que outros compartilham da perspectiva defendida, sobretudo, mas não necessariamente, quando a pessoa citada é reconhecida como uma autoridade no tópico em questão – *O Sr. Smith falou disso na palestra de ontem*. Assim, há uma tentativa de

persuadir um oponente (...), argumentando que aquele ponto de vista é compartilhado por, pelo menos, uma outra pessoa, em alguns casos até chamando uma outra parte como testemunha. Se duas partes concordam sobre uma versão comum do evento sendo discutido, sente-se que isso ‘prova’ a correção daquela versão (GOODWIN, M. 1990, p. 165-166).

Uma variação dessa estratégia é atribuir a autoria da posição que está sendo defendida a uma terceira parte – *Quem disse isso foi o Lucas* – que não está fisicamente presente durante a progressão interacional. Além disso, conforme destaca Hutchby (2013), essa estratégia pode ser um recurso para moderar a oposição, de modo que, em termos de responsabilidade, estabelece-se certa distância entre o outro e a posição que está sendo articulada. Mais ainda, esse recurso pode ser uma estratégia para conduzir a disputa a um fim, uma vez que o responsável pela oposição, não estando presente, não pode ser instado a se defender.

Coulter (1990, p. 192-195), no seu levantamento sobre as propriedades elementares das sequências de argumentação, apresenta, ainda, dois recursos para a construção de turnos organizados pela estrutura despreferida. O primeiro é a oposição na forma de pergunta na qual o oponente, em lugar de apresentar uma afirmativa com sua posição, faz uma pergunta, que, ao revelar o ponto de sua discordância em relação ao turno anterior, constrange o outro a apresentar uma defesa para a sua posição. Poderíamos chamar essas perguntas também de desafios (*challenges*), seguindo a conceituação de Sacks (1992, p. 114), de que desafios são “solicitações de explicação” ou “solicitações de justificativa”, em que um participante requer do outro a apresentação de uma justificativa (ou de outra, além da que já foi dada) para a posição que está sendo defendida. O emprego dessas perguntas-desafios é um recurso que permite ao oponente discordar sem, no entanto, expor seus argumentos para fundamentar sua oposição. O segundo recurso identificado por Coulter (1990, p. 194) é a construção de uma história “para promover uma posição mais complexa do que poderia caber em uma asserção declarativa composta por uma só unidade”.

Ainda em relação ao recurso do emprego de perguntas para marcar um desacordo temos a pesquisa de Gruber (2001) que descreve que, embora elas também se relacionem com turnos precedentes, o que as diferencia é o fato de elas projetarem uma resposta do oponente. As questões de oposição não rejeitam o turno precedente completamente, mas apenas um tópico específico, sinalizando ao coparticipante a possível discordância que virá a seguir caso ele não consiga sanar o problema levantado pela questão de oposição. Para Gruber (2001, p. 1826-1849), essas questões podem ser de 6 tipos: a) questões deslocadoras de foco nas quais ocorre uma mudança na direção da interação – A: *A Áustria está igual à situação de um doente terminal*/ B: *Não seria um doente mental nos termos de Sigmund Freud? Uma doença mental que se tenta reprimir?*; b) questões explícitas de discordância a respeito de parte do enunciado precedente; c) questões retóricas – *quem é que não fala mal de políticos hoje em dia?*; d) questões de oposição implícita, sobretudo por questões desafiadoras que invocam uma tomada de posição – A: *Recrutas devem ser tratados como cidadãos responsáveis*/ B: *Bem, e o que você pensa a respeito disso?*; e) questões de distorção de tópico – A: *O dinheiro gasto com as Forças Armadas não ajuda a população?* B: *E você realmente acha que o dinheiro está nas Forças Armadas?*; e f) questões enganadoras que, embora estejam relacionadas com os turnos prévios, elas estabelecem uma ligação temática entre um aspecto do turno precedente e um elemento de tópico que é totalmente irrelevante para o tópico geral em andamento – A: *O Sr. Haider foi ouvido, mas infelizmente o seu potencial crítico não foi escutado*/ B: *E o tema da Opera House? Ele apresenta um potencial crítico?*

Pomerantz (1986) e Hutchby (2013) observam, ainda, que, muitas vezes, os participantes usam formulações extremas (*todo mundo, todo dia, é sempre assim*) a fim de conferir autoridade para o argumento que estão construindo. Entretanto, seu poder é também a própria fonte de sua fraqueza, como nos alerta Hutchby (2013, p. 65), “enquanto formulações extremas e generalizações relacionadas podem ser usadas para conferir autoridade a versões em certos ambientes interacionais, esses tipos de afirmações podem ser explorados por um participante cético para solapar as próprias posições que os falantes estão usando em seu favor”.

Outro recurso – o relembrar compartilhado – como estratégia para marcar um desacordo é apresentado por Bolden e Mandelbaum (2017). Nesse artigo as autoras trazem exemplos de como o fato de relembrar compartilhado de alguma experiência conjunta pode ser utilizado como uma estratégia para se defender de desafios diretos e objeções. A memória de um passado compartilhado pode ser utilizada para se manter uma posição ou para se defender de um desafio ao expor as bases de experiências ou, ainda, para legitimar uma posição. Segundo Bolden e Mandelbaum, quando alguém convida/desafia o outro a lembrar um evento passado relevante

para a situação interacional em curso isso pode ser entendido como uma das formas mais fortes de contestação, já que deixa a responsabilidade do desafio para o outro. As autoras defendem a lembrança de um evento compartilhado entre os participantes como uma estratégia para sustentar uma posição pelo ceticismo, sinalizando um desacordo tácito para a interação em progresso. Essa estratégia serve para dar suporte a um particular ponto de vista.

Diferentemente do uso da memória de um evento compartilhado como estratégia de sinalização de desacordo que propõem Bolden e Mandelbaum, a narração de um episódio vivido por apenas um dos participantes também pode servir ao propósito de sinalização de discordância conforme aponta Drew (1989). Apesar de Drew e Coulter (1990) falarem sobre narrativas como estratégias de desacordo, Drew refere-se à narração de experiências vividas, enquanto Coulter observa o emprego de narrativa que tanto podem ser experiências vividas por um dos participantes quanto narrativas ficcionais.

Além dos recursos já mencionados, Georgakopoulou (2001) observa outras três estratégias para se demonstrar discordância: o uso de vocativos, narrativas e perguntas, essas duas últimas com entendimentos diferentes dos já apresentados acima. Para Georgakopoulou, essas três estratégias não são prefácios ou formas de adiar a explicitação dos desacordos, mas sim estratégias de construção indireta de discordâncias. Essas estratégias permitiriam ao participante implicar o desacordo e já se preparar para uma eventual ação responsiva. Em relação ao uso de vocativos, Georgakopoulou (2001) cita o vocativo pejorativo **ei** (*hey*) e o uso de diminutivos - **moleque** ou **fulaninho** – sem uma prosódia carinhosa e sem que a pessoa tenha intimidade com a outra. Georgakopoulou nota que, geralmente, tais vocativos se apresentam em início de turno. Ela cita a diferença no uso de “*deixa eu te dizer uma coisa*” e “*ei, deixa eu te dizer uma coisa*”. No primeiro caso, Georgakopoulou não considera o enunciado como um enunciado de prefácio de desacordo. Diferentemente, no segundo caso, o vocativo **ei** sinalizaria uma possibilidade de discordância.

Quanto ao uso das narrativas, Georgakopoulou (2001) alega que as narrativas mais implicam do que mitigam e postergam o desacordo. A autora observa que, geralmente, essas narrativas são curtas e apresentam episódios de analogia com o fato discordante. O participante pode tanto relatar uma história impessoal quanto uma experiência vicariante que serve de comparação para o comentário que está sendo discutido, desde que as narrativas sejam compartilhadas pelos participantes. Georgakopoulou propõe, portanto, um recurso narrativo diferente do que Coulter (1990) descreve. Enquanto para este as narrativas podem ser tanto relatos de experiências vividas quanto narrativas inventadas sem a necessidade que as histórias pertençam ao mundo compartilhado pelos participantes; para aquela, as narrativas,

necessariamente, devem pertencer ao mundo compartilhado. Georgakopoulou também propõe um tipo de narrativa diferente da descrita em Drew (1989). Enquanto para Drew trata-se de uma narrativa de experiência vivida, para Georgakopoulou trata-se de uma narrativa impessoal ou de experiência vicariante, ou seja, pela observação da experiência alheia.

Georgakopoulou nota uma especificidade nas narrativas como forma de desacordo descritas em suas pesquisas: o fato de o falante ser apenas o porta-voz da história narrada. Apesar de ser o agente principal que selecionou os aspectos da história mais relevantes para o momento, porta-se como não responsável pela autoria da narrativa. Sendo assim, o narrador exime-se da responsabilidade de estar criticando o outro e, se o outro se sentir criticado, o narrador sempre pode argumentar que estava apenas contando uma história. Para Georgakopoulou, as histórias funcionam como instrumentos argumentativos para criticar o outro de forma não explícita, uma vez que o narrador ao invés de colocar explicitamente seu ponto de vista para que se discuta sobre o tópico, esconde-se numa história de outro, eximindo-se da responsabilidade de criticar abertamente o seu coparticipante.

No que tange às perguntas, geralmente, são apresentadas como repetições totais ou parciais do enunciado discordante. Georgakopoulou (2001) vê as perguntas em contextos de desacordo diferentemente de Pomerantz (1984). Enquanto esta analisa as questões como maneiras de postergação e mitigação de desacordos, já que entende as perguntas como recursos que servem para esclarecimento; aquela observa que as perguntas podem servir para estabelecer a discordância propriamente dita. Georgakopoulou coloca que, geralmente, essas questões não são formuladas como questões efetivas sobre as quais se espera uma resposta, mas como questões retóricas que desafiam a posição, o ponto de vista do falante anterior. Outro tipo de pergunta apresentado por Georgakopoulou (2001) é a repetição de parte do enunciado adicionada de uma informação que mostra a incoerência do argumento utilizado anteriormente, forçando o falante a admitir a impossibilidade do que ele vinha defendendo.

O humor também é tido como um recurso utilizado nas sequências de discordância. O emprego do humor é observado tanto em desacordos agravados quanto em resolução de conflitos. Norrick e Spitz (2008) observam que a introdução do humor por um dos participantes pode levar à suspensão do desacordo ou, ao menos momentaneamente, ao alívio da tensão existente na interação. Diferentemente, outras pesquisas mostram que o humor também pode ser utilizado como uma estratégia que promove o agravamento da discordância, sobretudo nas provocações, sarcasmos, humilhações etc. (e.g. STRAEHLE, 1993; TANNEN, 2006). Sherzer (1985) observa que a introdução de humor em conversas com objetivos definidos como os debates pode ser interpretado como uma ação agressiva que se constitui em intrusão,

interrupção ou perda de tempo. Segundo Sherzer, a introdução do humor quando tida como uma ação agressiva é interpretada como uma ação que compromete a progressão interacional e ameaça banalizar o objetivo conversacional. O piadista corre o risco de ser tomado como pessoa desagregadora, insolente ou estúpida.

Sacks (1974) observa, ainda, que o emprego do humor pode ser considerado um teste de inteligência, de conhecimento ou de pertencimento ao grupo à medida que exige do coparticipante certos tipos de informação de base e linguística, além de lógica para entender a piada. Segundo Sacks, o grau de agressividade atribuído à ação é diretamente proporcional à performance do coparticipante. Sacks nota que, geralmente, quanto mais hábil for o coparticipante para “pegar” a piada, menos a intrusão do humor nas sequências de discordância será tomada como ação agressiva.

Em resumo, essas são algumas das estratégias que os pesquisadores observam em sequências de desacordo organizadas pela estrutura despreferida. Contudo, isso não quer dizer que esses elementos formam uma miríade fechada de recursos. Vale lembrar que aqui foram enfatizados apenas os recursos verbo-vocais, porém os desacordos também podem ser manifestados por recursos gestuais como é mostrado nesta tese. Os recursos efetivamente mobilizados para construir a sequência de discordância só se estabelecem no desenrolar da conversa mediante os ajustes dos participantes. As descrições fornecidas acima são apenas algumas das estratégias empregadas pelos participantes que foram identificadas pelos pesquisadores que se voltam aos estudos das sequências de discordância e que são apresentadas aqui como uma maneira de elucidar a flexibilidade no emprego dos recursos para se produzir as sequências de desacordo.

3.6.2.2 *As estratégias de encerramento das sequências de desacordo*

Grosso modo, as formas de encerramento de sequências de desacordo podem ser agrupadas em duas grandes categorias: o encerramento *fechado* e o encerramento *aberto*. No encerramento fechado há uma finalização do desacordo que é bem marcada e publicamente aceita por todos os participantes, seja uma finalização porque houve a solução do conflito, seja uma finalização porque uma das partes cedeu em sua posição, seja porque os participantes decidiram “acordar” em manter suas posições e mudar de tópico. No encerramento aberto, não há a finalização do desacordo de forma explícita, mas sim um deslizamento no enquadramento situacional.

Vários pesquisadores descrevem as distintas estratégias que os participantes utilizam para promover o encerramento dos episódios de desacordo. Por exemplo, M. Goodwin (1990, p. 156-157) aponta que uma possibilidade é a de os participantes convergirem para uma perspectiva comum

quando uma das partes em disputa abandona sua própria posição, enquanto reconhece a correção da perspectiva avançada pelo oponente [...] nessa situação, a parte que retrocede de uma posição previamente estabelecida se defronta com a tarefa de apresentar uma mudança de perspectiva e explicar a mudança.

Coulter (1990, p. 189) observa também que o recuo (*backdown*) de uma das partes em relação a uma posição até então defendida pode levar não só ao fim da sequência de discordância, como também ao fim do tópico que desencadeou a discordância. Entretanto, a literatura indica que, em interações cotidianas, o fim da discordância com a resolução do conflito é um acontecimento raro, pois como observa M. Goodwin (1990, p. 157-158),

o fim de uma discussão geralmente ocorre sem qualquer indicação clara sobre quais posições ‘ganharam’ ou ‘perderam’. Um conflito tende a terminar quando uma das duas partes em disputa não acrescenta fala ao tópico de disputa anterior, mas, ao contrário, produz uma ação que quebra o enquadramento da discussão em andamento.

No entanto, como nota Schifffrin (1984, p. 35), “para funcionar como uma quebra de enquadramento para a discussão, o que o falante propõe como uma redefinição tem que ser adotado pelo outro”, isto é, trata-se de uma realização interacional que depende da convergência de todos os participantes para que aconteça.

Arcidiacono e Pontecorvo (2009) apresentam, ainda, outras possibilidades para a finalização de uma sequência de discordância que, segundo os autores, sempre se dará de forma colaborativa e sequencialmente construída pelos participantes: empate (*stand-off*); submissão (*submission*); concordância/harmonização (*compromise*); intervenção de terceiro participante (*third person's intervention*); e desistência (*withdrawal*). Segundo os autores, o empate ou equilíbrio (*stand-off*) ocorre quando os participantes continuam a manter suas posições de oposição sem se submeterem ao argumento do outro. Nessas situações, a sequência de desacordo é finalizada sem que haja uma resolução sobre a discordância, uma vez que qualquer tentativa de tentar fazer o opositor submeter-se aos argumentos do outro ou concordar com os argumentos do outro fracassa. Geralmente, nessa situação a finalização se dá por uma mudança brusca de tópico. Mudança essa que, segundo descrevem Norrick e Spitz (2008), recontextualizará a interação, quebrando a cadeia de oposição e contra-oposição dentro da

sequência de discordância. Nesses casos, ao invés de explicitamente concordarem com uma das posições apresentadas, os participantes “concordam” implicitamente em deixar de opor-se um ao outro, mantendo suas posições iniciais.

Em relação à submissão, Arcidiacono e Pontecorvo (2009) defendem que a relação de poder entre os participantes é que direciona esse tipo de finalização da sequência de discordância. Para eles, uma parte, tacitamente, submete-se aos argumentos da parte dominante sem, necessariamente, aceitar os argumentos como válidos para a finalização do desacordo – *se você que é o chefe diz, então só me resta aceitar*. Para outros pesquisadores (e.g. NORRICK; SPITZ, 2008) a submissão como forma de finalização de sequências de discordância não está necessariamente ligada à relação de poder entre as partes. A submissão seria a concessão à outra parte de manter a sua posição. Esse tipo de encerramento é tido como um encerramento fechado, pois a parte que se submeteu à posição do outro, geralmente, explicita que está se submetendo à posição do outro – *tá bom, vá lá você tem razão*.

Quanto à negociação de uma concordância, Arcidiacono e Pontecorvo (2009) observam que essa negociação de concordância com os argumentos apresentados é realizada por meio da concessão. Como colocam os autores, a concessão não significa desistir completamente da sua posição em favor da posição do outro, mas sim estabelecer um meio termo que seja aceitável para ambos como resolução do episódio discordante. A negociação da concordância, portanto, dá-se por meio da tentativa de harmonização das partes. Quando o opositor aceita essa negociação da concordância, o episódio de desacordo chega ao fim. Dessa forma, essa possibilidade de finalização precisa ter duas ações: o oferecimento da concessão e a aceitação da concessão. Esse tipo de encerramento também é tido como um encerramento fechado, uma vez que ambas as partes precisam evidenciar suas ações de oferecimento de concessão e aceitação de concessão.

As sequências de discordância também podem ser encerradas pela intervenção de um terceiro. Nessa situação a sequência de encerramento é classificada como aberta, pois, as partes opositoras não se manifestam publicamente para o fechamento do desacordo. Quanto à desistência, os recursos mais utilizados são a instauração de um silêncio que sinaliza que um dos participantes se recusa a prosseguir naquela direção ou o abandono físico da cena interacional. Dersley e Wootton (2001) designam essa retirada física de uma das partes da cena interacional de *walkout*. Em ambas as situações, as sequências de desacordo permanecem sem resolução e são classificadas como sequências de desacordos abertas.

Arcidiacono e Pontecorvo (2009) esclarecem que a finalização das sequências de discordância podem ser realizadas pela combinação dessas possibilidades e que as modalidades

mais recorrentes são o empate e a desistência. Norrick e Spitz (2008) observam que, apesar de serem recorrentes, tanto o empate quanto a desistência não solucionam as discordâncias, permitindo que os desacordos retornem à interação a qualquer momento.

Ressaltamos que essas são apenas algumas das possibilidades de encerramento de episódios de desacordo descritas pelos pesquisadores e que isso não significa que só existam essas estratégias. Nós as citamos para ilustrar quão variada é a mobilização dos recursos por parte dos participantes. Além disso, enfatizamos aqui apenas os recursos verbo-vocais, com exceção do abandono físico da cena interacional, lembrando que ainda há outras estratégias possíveis realizadas pela mobilização dos recursos da modalidade gestual e pela combinação de recursos das três modalidades.

3.6.3 Os desacordos agravados

Um dos estudos pioneiros a respeito dos acordos agravados é o de Kotthoff (1993), propondo a ampliação do tipo de análise que Pomerantz (1984) fizera. Para se determinar se os participantes estão orientados para o acordo ou para o desacordo, Kotthoff sugere que se deve analisar a sequência em questão como um todo e não apenas dois turnos como faz Pomerantz.

Observando sequências completas de episódios de disputa, Kotthoff (1993) nota que em desacordos agravados, a noção de estrutura preferencial fica evidenciada. Os enunciados são produzidos em contiguidade e, sobretudo, em sobreposição. Não atrasos, hesitações ou mitigação. A diferença entre a preferência pelo acordo e a preferência pelo desacordo, nessas situações, se dá pelos elementos empregados – tom de voz mais agudo, volume de voz mais alto, ritmo da fala mais rápido, itens lexicais pejorativos e de baixo calão, postura corporal agressiva etc. nos desacordos agravados. Nas palavras de Kotthoff (1993, p. 205),

a primeira discordância não mitigada de uma avaliação pode modificar o enquadre para um enquadre de argumentação. A próxima discordância reafirma o novo enquadre de embate. Com a consolidação de um enquadre de disputa, a estrutura de preferência muda. Os participantes se orientam para a discordância.

No contexto de disputa agravada, segundo Kotthoff (1993), produzir uma concessão em concordância com o ponto do oponente, abrindo mão, portanto, de persistir na defesa de posições opostas, torna-se a ação não esperada. Portanto, “se as pessoas quiserem aproximar suas posições, elas têm que sinalizar essa tendência e preparar para mudar a estrutura de preferência novamente” (KOTTHOFF, 1993, p. 205).

Além dos elementos citados por Kotthoff (1993), outros pesquisadores (e.g. SCOTT, 2002; TING-TOOMEY, 2005) observam que nos desacordos agravados há, ainda, uma tendência a passar dos desacordos em relação ao conteúdo dos enunciados para ataques pessoais ao indivíduo, ataques às suas características, caráter, competência, moral etc. Locher e Langlotz (2008) e Langlotz e Locher (2012) usam o termo desacordos conflituosos para estabelecer os desacordos agravados. Esses autores se preocupam com o papel que a emoção desempenha nos desacordos. Para eles os reais desacordos agravados jamais deixam os participantes “frios” mas despertam sentimentos de enfado, irritação, raiva, desprezo ou aversão em variados graus que direcionam ao opositor.

Nos casos de reaproximação entre os oponentes ao final de uma disputa, Kotthoff (1993) observa que os turnos de concessão são produzidos com hesitação, sinalizando sua despreferência. Essas análises de Kotthoff, portanto, indicam que, no contexto de orientação para disputa, sobretudo, em situações de desacordo agravados, a estrutura preferencial que organiza a interação se modifica e a produção de concordância passa a ser despreferida.

Também investigando os desacordos agravados, Bavelas, Rogers e Millar (1985) descrevem uma tipologia para as sequências de desacordo agravado. Nessas sequências, os participantes iniciam seus desacordos pelas repetições de enunciados (A: *Eu sou o mais forte*/ B: *Eu é que sou o mais forte*); em seguida, passam às inversões (A: *Você é estúpido*/ B: *Eu não sou estúpido*). Logo depois, passam ao agravamento que tanto pode ser pelo conteúdo (A: *Eu consigo dar suporte a minha família inteira*/ B: *Eu consigo dar suporte a todo mundo*), quanto pela prosódia, sobretudo, pelo aumento de volume na voz. Os autores notam, ainda, que, nos enunciados discordantes, ocorre a presença de uso de pronomes e termos de distanciamento - **eu** ou **você** ao invés de **nós** ou o uso de **aquelas pessoas** ao invés de **essas pessoas**; de desqualificação do outro por termos pejorativos; de generalizações no sentido de deixar a mensagem sem definição, sem clareza em termos de conteúdo, emissor, destinatário ou contexto - *eles disseram*; *eles sempre fazem essas coisas*; *um dia farão o mesmo*; de ambiguidades; de duplos-sentidos etc.

Essas observações sobre os desacordos agravados mostram, mais uma vez, como a orientação para a estrutura preferencial depende dos participantes e da forma como eles constroem conjunta e colaborativamente a sua interação momento a momento. Notamos que a estrutura preferencial pode mudar ao longo da conversa; que tanto o “acordo” para concordar quanto o “acordo” para discordar se dão de forma equivalente em termos de organização temporal, ou seja, sem atrasos, hesitações, postergações ou mitigações; e que a passagem de um enquadre ao outro é realizada de forma despreferida.

produção de **cabideiro**, mas suspende seu enunciado até que Júlia finalize **pôr casaco** (linha 6). Durante a produção da última sílaba de casaco, Rejane produz o reparo - **ah um cabideiro** (linha 7). Nesse exemplo, o produtor da fonte do problema (Júlia) é diferente do produtor da solução final para o reparo (Rejane). Esse arranjo na sequência de reparo é uma das possibilidades de reparo descritas na literatura da AC.

Schegloff, Jefferson e Sacks (1977) descrevem o reparo como um conjunto de práticas composto, fundamentalmente por duas partes: o *início* e o *resultado*. No *início* do reparo, aponta-se o problema a ser resolvido. No exemplo acima, Rejane aponta como problema a ser resolvido o termo **cabide** (linha 1). No *resultado*, podemos ter a solução ou o abandono do problema. No nosso exemplo, houve a solução do problema. Rejane propõe o termo **cabideiro** (linha 7) com o qual Júlia aparentemente concorda – **éh sim** (linha 8).

O *início* do reparo é sequencialmente restrito, geralmente, ocorrendo próximo à fonte do problema. Schegloff, Jefferson e Sacks (1977) observam que as práticas de reparo podem ser iniciadas em quatro oportunidades sequenciais: (1) no mesmo turno da fonte do problema (pelo próprio falante); (2) no espaço de transição de turnos (pelo próprio falante), ou seja, antes de haver a troca de turno propriamente dita; (3) no turno seguinte (pelo outro participante) como no exemplo acima; ou (4) no terceiro turno em relação à fonte do problema (próprio falante) [B: *ele irá fazer suas próprias pinturas*/ A: *hum*/ B: *e- quer dizer, suas próprias molduras*] (SCHEGLOFF; JEFFERSON; SACKS, 1977, p. 366).

Dando continuidade ao estudo da organização do sistema de reparo, Schegloff (1987, 1991 e 1992) descreveu uma quinta prática para a oportunidade sequencial do reparo, denominada de *reparo em terceira posição*. Essa prática só é realizada após terem sido passadas as outras quatro oportunidades para as práticas de reparo, sendo assim, o *reparo em terceira posição* difere do *reparo em terceiro turno*. Normalmente, no *reparo em terceiro turno* há uma breve participação do coparticipante (eg. *hum, ahn, que?, como?*), sendo esse turno entendido apenas como um turno “interpolado” entre o turno da fonte do problema e o turno do reparo (SCHEGLOFF, 1997b, p. 35). Já o *reparo em terceira posição* caracteriza-se pela resolução de um problema de entendimento do que o coparticipante realizou com seu turno em relação ao turno do falante precedente. Quando o falante gerador do problema retoma a palavra, geralmente, esse seu novo turno inicia-se por “*não foi isso o que eu quis dizer*” ou “*eu não disse [isso], eu disse [aquilo]*” (e.g. LODER; GONZALEZ; GARCEZ, 2002, p. 118).

O *início* do reparo e o *reparo em si* podem ser realizados independentemente por qualquer um dos participantes. Assim, por exemplo, o reparo pode ser iniciado por um

participante e levado a cabo por outro. Nesse sentido, foram descritas, em Schegloff, Jefferson e Sacks (1977), quatro práticas básicas de reparo:

(1) *reparo iniciado e levado a cabo pelo falante gerador do problema* – quando o falante interrompe a sua fala e reformula/corrigi o que disse, ou seja, o autorreparo. Por exemplo:

PC: então o Movimento Armorial é mov- é um movimento encabeçado pelo escritor Ariano Suassuna

(2) *reparo iniciado pelo falante gerador do problema e levado a cabo pelo outro* - quando o falante suspende a produção de seu turno para “procurar” por um item lexical e o outro produz um item que preenche essa lacuna. Por exemplo:

R: quando eu voltar eu tenho que dá um um::::-

os me[ninos t-]

G: [um retorno]

R: éh::: éh::: isso

Vemos que o falante gerador do problema de produção, a participante R, inicia a busca por um item lexical, evidenciada tanto pela repetição quanto pelo alongamento do artigo indefinido **um**. Logo a seguir, ela abandona esse enunciado e começa uma nova trajetória de fala – *os meninos*. Em sobreposição, o participante G lhe oferece uma solução para o problema de produção – **um retorno**. Novamente R abandona o seu enunciado para aceitar a intervenção de G – **éh::: éh::: isso**. Nesse caso, o reparo levado a cabo pelo outro é colaborativo e agregador, auxiliando na progressão interacional.

(3) *reparo iniciado pelo outro e levado a cabo pelo falante gerador do problema* – quando o coparticipante aponta um problema no turno anterior e o próprio falante gerador do problema apresenta a solução para o problema no turno seguinte ao do início do reparo.

I: foi engraçado porque ela falou igual no filme

não posso rir por causa do botox e então a prof[essora com-]

B: [que filme?]

I: A Nova Cinderela cê não lembra? A gente viu junto

Nesse reparo, vemos que B aponta a fonte do problema, mas é a própria falante, a participante I quem oferece a solução.

(4) *reparo iniciado e levado a cabo pelo outro*⁴² - quando o participante aponta um problema no turno anterior e ele próprio oferece a resolução.

⁴² Garcez e Loder (2005) usam o anagrama RILCO para descrever esse tipo de reparo.

Veja que no exemplo do excerto da interação Júlia-Rejane apresentado acima, há uma mistura dessas duas últimas estratégias. Rejane aponta a fonte do problema. Júlia oferece uma possibilidade de reparo na forma de explicação do que quis dizer com o termo **cabide**. Rejane entende a explicação e oferece a solução com o termo que julga o mais preciso para a situação (**cabideiro**). Observa-se, portanto, que as descrições que Schegloff, Jefferson e Sacks (1977) fazem das quatro práticas básicas de reparo são descrições didáticas. Essas estratégias não são excludentes, podendo ser combinadas dentro de uma mesma sequência de reparo para a resolução do problema que surgiu na cena interacional.

Apesar de os reparos iniciados pelo outro – (3) e (4) – terem por finalidade resolver problemas de escuta ou compreensão, entendemos que o reparo iniciado e levado a cabo pelo outro não realiza apenas essas funções, mas também pode ser entendido como uma estratégia para manifestar um desacordo, pois, como observam Garcez e Loder (2005), nos casos em que o coparticipante foi capaz de entender o que o falante disse a ponto de poder identificar que houve um problema, e ainda também indicar a solução, não haveria um problema nem de escuta nem de entendimento de fato. Sendo assim, dificilmente se justificaria que o reparo fosse sequer iniciado.⁴³ Segundo vários autores (e.g. FIRTH, 1996; JEFFERSON, 1987), quando é o caso de os coparticipantes perceberem o problema e a sua solução, o que os coparticipantes podem fazer e, de fato parecem fazer, é deixar passar qualquer que seja o problema no turno do falante, dando prosseguimento à interação sem iniciar qualquer reparo.

Garcez e Loder (2005) notam, ainda, que essas implicações explicariam a tendência à existência de modalização no reparo iniciado e levado a cabo pelo outro. Quando o coparticipante não tem razão para duvidar de seu entendimento, geralmente, ele dá prosseguimento à interação, deixando passar o problema do turno anterior, mas do contrário, ele faz o reparo modalizado, que está sujeito à rejeição ou confirmação do falante da fonte do problema. Dessa forma, quando ocorre o reparo iniciado e levado a cabo pelo outro, isso pode ser entendido pelos participantes não como um mero reparo, mas como uma discordância.

⁴³ Garcez e Loder (2005) defendem que isso seria um exemplo da noção de *accountability*, segundo a qual a organização da ação social está pautada pela necessidade que os participantes têm de agir de modo que suas ações sejam evidentemente justificáveis naquela situação interacional segundo o possível julgamento dos indivíduos que estivessem naquela mesma situação. “A *accountability* dos membros da interação é reflexiva e essencialmente ligada, por suas características racionais, às ocasiões socialmente organizadas de seu uso porque são *características* das ocasiões socialmente organizadas de seu uso” (Garfinkel, 1967, p. 4, *itálico no original*). Isto é, ao agirmos estamos continuamente prestando contas da adequação de nossas ações à medida que construímos nossas ações. Não se trata de um evento extraordinário, mas de uma realização contínua ao longo de uma interação sem a necessidade que os participantes tematizem a *accountability* o tempo todo. É apenas nos momentos em que essa contínua *accountability* possa parecer suspeita – por exemplo, quando alguém produz uma fonte de problema interacional e é corrigido, trazendo à tona o lapso de competência do participante – que a prestação de contas poderá se tornar parte da situação interacional.

Schegloff, Jefferson e Sacks (1977) já haviam notado tal fato, embora eles não tenham apresentado análise de dados para sustentar esse ponto, apenas fazendo referência a tal possibilidade. M. Goodwin (1983), em seus estudos sobre interações entre crianças negras norte-americanas, registra que corrigir e discordar são duas atividades relacionadas. Pomerantz (1984) também nota a ocorrência de reparos iniciados pelo outro em sequências de desacordo. Para essa autora, os reparos iniciados pelo outro são um recurso que pode ser utilizado como uma estratégia para atrasar a manifestação explícita da discordância. Posteriormente, Jefferson (1987, p. 8) observa que “[um participante] corrigir [o falante] pode ser uma questão não meramente de pôr as coisas em ordem (...), mas de focalizar especificamente lapsos de competência e/ou conduta”. Nessa mesma linha, Maynard (1985) afirma que o reparo iniciado pelo outro pode ser uma estratégia para fazer avançar a discordância. Essas observações de Jefferson e Maynard, como aponta Drew (1997), abrem a possibilidade de o reparo iniciado e levado a cabo pelo outro ser explorado pelos participantes como um dispositivo para realizar outras ações sociais dirigidas a coagir o outro ou a constranger a ação do outro.

Dentro das quatro práticas básicas de reparo, Schegloff, Jefferson e Sacks (1977) observam que há uma preferência pelo reparo autoiniciado de forma geral e, mais precisamente, pelo reparo iniciado e levado a cabo pelo falante (autorreparo), uma vez que nessas situações não há a suspensão ou interrupção do curso da ação. Schegloff (2000) observa que a não suspensão ou não interrupção do curso da ação em curso só ocorre com os reparos iniciados pelo próprio gerador do problema, pois, caso o reparo seja iniciado pelo outro participante, o andamento da interação é suspenso para que o problema possa ser tratado e, então, o tópico interacional possa ser retomado (ou não) do ponto em que parou.

Não concordamos totalmente com a afirmação de Schegloff de que em autorreparos não há suspensão no curso da ação. Como mostramos nesta tese, também nos autorreparos parece haver a suspensão do curso da ação para os devidos ajustes interacionais. Observamos em nossos dados, tal como já o fizera Clark e Krych (2004), que o reparo iniciado pelo próprio gerador do problema pode ser um ajuste que o falante está fazendo na sua fala, não porque tenha identificado um problema na produção de seus enunciados, mas sim como resposta a certas ações gestuais do coparticipante realizadas durante o seu turno de fala. Sendo assim, podemos dizer que, nesses casos, também houve a suspensão do curso da ação para a resolução de um possível problema interacional que poderia vir a ser formulado verbalmente mais adiante, ainda que essa suspensão da ação não implique em mudança de turno. Clark e Krych (2004) observam que essas diferenças ocorridas nos autorreparos ficam pulverizadas na literatura que trata das

sequências de reparo justamente pelo fato dos pesquisadores não considerarem a participação multimodal do coparticipante com a mesma ênfase que dispensam à atuação do falante.

Apesar do foco das investigações sobre reparo da AC recair na modalidade verbal e, sobretudo, na atuação do falante, alguns estudos mostram a contribuição das ações gestuais para a organização sequencial desse tipo de atividade. Um estudo pioneiro é o de Schegloff (1984) no qual o pesquisador observa como os gestos manuais são ações iniciadoras de reparo. No livro editado por Hayashi, Raymond e Sidnell (2013), estudiosos de diferentes áreas - antropologia, comunicação, linguística, psicologia e sociologia – exploram como, em distintas línguas, os participantes em interação lidam com esse tipo de problema e como as práticas do reparo se interligam com os aspectos gestuais da comunicação, sobretudo, a direção do olhar e os gestos manuais. Outros exemplos são o trabalho de Rasmussen (2014) que trata da colaboração da inclinação do tronco para a frente do falante para a produção de reparos autoiniciados e a pesquisa de Floyd et al. (2016) que, investigando os reparos iniciados pelo outro, apresentam como ações gestuais são mantidas até que o problema interacional esteja solucionados. Esses estudos enfatizam mais as ações gestuais do falante, praticamente ignorando as ações gestuais dos coparticipantes.

Em contraponto, a análise que apresentamos nesta tese leva em consideração as ações multimodais do coparticipante e como elas podem interferir na produção dos autorreparos dos falantes. Entendemos que a ação do coparticipante de sinalizar para o falante, por meio de ações vocais ou gestuais, que há um problema em potencial em seus enunciados é uma ação que oferece ao falante a oportunidade para realizar o autorreparo e para buscar uma interação mais harmoniosa no sentido de uma progressão interacional mais fluida. Dessa forma, conforme apontam Garcez e Loder (2005), a preferência pelo autorreparo parece ser resultado da própria organização sequencial do reparo, uma vez que quase todas as oportunidades de *início* do reparo e *resolução* do problema pelo próprio falante dentro do seu turno de fala vêm sequencialmente antes das oportunidades para que o outro participante o faça.

3.8 RESUMO

Neste capítulo vimos algumas noções da AC que foram fundamentais para a composição desta tese. Descrevemos como a AC entende as ações conversacionais como realizações conjuntas que dependem de os participantes demonstrarem uns aos outros um suposto entendimento acerca do que estão construindo sequencial e conjuntamente. Apresentamos como os aspectos triviais e, aparentemente, desinteressantes do comportamento cotidiano dos

indivíduos são repletos de implicações para a progressão interacional, sobretudo, pela utilização das práticas interacionais que auxiliam os participantes a realizar suas ações sociais.

Apresentamos a racionalidade das práticas interacionais e descrevemos como a noção de intersubjetividade pode ser entendida como a manutenção de um mundo tomado em comum que é sustentado pela suspensão da dúvida de que os participantes possam não ter os mesmos referentes, ou concebê-los diferentemente. Apresentamos também a noção da *accountability* como um conceito que organiza a interação quando um desvio, seja ele proposital ou não, ocorre na ação esperada e os participantes são chamados a responder por suas atitudes e a prestar contas pela ação violadora. Discorremos sobre a questão da sequencialidade e suas consequências para a organização da conversa, mostrando como a análise sequencial permite ao analista ter acesso às demonstrações publicamente reveladas dos entendimentos, das avaliações, das prestações de contas que os participantes produzem e, por conseguinte, tornam acessíveis uns aos outros. Descrevemos as noções de antecipação e projeção como elementos norteadores das ações humanas e como essas noções se refletem na mobilização das múltiplas dimensões semióticas que compõem a comunicação humana. Na sequência apresentamos algumas considerações sobre o sistema de troca turnos, mostrando como SSJ descrevem a sistematicidade na organização dos turnos, tendo em mente a construção dos turnos e a alocação dos turnos. Em relação à construção dos turnos, vimos as noções de TCUs e TRPs e como essas noções ainda não são aceitas pacificamente pelos pesquisadores. Vimos as técnicas básicas para alocação de turno – a autosseleção e a situação na qual o falante-corrente seleciona o próximo falante – e como essas técnicas podem ser realizadas por quaisquer das modalidades. Descrevemos como a gestualidade, no processo de alocação de turno, deixa evidente o caráter emergente e cambiante do *status* de falante-corrente e próximo falante. Mostramos que os “turnos de fala” não são simplesmente oportunidades para produzir enunciados verbais, mas que eles consistem em pacotes multimodais para a produção de ações (ações colaborativas) que fazem uso de diversificadas dimensões semióticas. Vimos como o entendimento da égide “falar um de cada vez” na dinâmica de organização de turnos é equivocadamente compreendido por alguns pesquisadores. Apontamos como o fato de haver sobreposição não implica que a recorrência de falar um de cada vez tenha sido quebrada. Dependendo do momento no qual ocorre a sobreposição (e.g. final de enunciado), ela não é entendida como sobreposição problemática, uma vez que não compromete o fluxo da ação em curso. Mais ainda, a sobreposição pode ser uma estratégia que sinaliza alinhamento entre os participantes e a prontidão deles para contribuir com a progressão interacional. Quanto às sobreposições problemáticas, vimos que o entendimento se determinada sobreposição é problemática ou não jamais é dado *a priori*. Esse

entendimento está a cargo dos participantes, assim como as soluções localmente produzidas para a sua resolução. Descrevemos a noção de par adjacente como sendo uma estrutura básica e flexível que organiza grande parte das trocas interacionais. Apresentamos que esta estrutura é composta por um par de enunciados, de falantes diferentes, na qual a FPP cria uma expectativa que só se satisfaz com a produção da SPP. Ressaltamos que os dois turnos básicos que compõem o par podem ser precedidos, enxertados ou seguidos de outros turnos de fala, sendo que essas sequências de expansão podem ou não estar organizadas em pares adjacentes. Ressaltamos também que, apesar de os pares adjacentes serem considerados a estrutura básica de organização da conversa, isso não implica dizer que todas as sequências estão organizadas em pares adjacentes (e.g. turnos múltiplos sem a presença de SPP em relatos de histórias).

Neste capítulo, apresentamos também a noção de acordo como ação não marcada, como ação esperada, sendo essa noção fortemente vinculada à maneira como os participantes interacionais orientam suas ações tomando por referência as práticas sociais de sua comunidade. Mas, isso não implica dizer que os participantes estão engessados nessas práticas. Eles têm flexibilidade e autonomia para coordenar suas interações mediante outros arranjos. Descrevemos que a maneira de os participantes demonstrarem uns aos outros seus entendimentos nesse sentido é produzirem seus enunciados pela estrutura preferencial ou despreferida. Entretanto, o uso de estrutura preferencial ou despreferida envolve todos os participantes interacionais; pois, aquele que emite um enunciado supostamente preferido ou despreferido tem que fazer um monitoramento cuidadoso acerca daquilo que seria a expectativa de quem o ouve, ou seja, o seu enunciado só será confirmado como preferido ou despreferido depois da reação do outro. Sendo assim, a distinção entre a estrutura preferencial e a despreferida não é trivial, sendo necessário que se examine a natureza situacional da interação e os entendimentos publicamente disponibilizados pelos participantes. Na sequência, mostramos que a estrutura preferencial se caracteriza por apresentar enunciados em contiguidade, sem hesitações, postergações ou mitigações e que algumas das estratégias empregadas são: (1) repetição (quase) total do enunciado precedente do parceiro interacional; (2) a intensificação do que foi dito pelo outro; (3) a paráfrase; e (4) a complementaridade.

Discutimos como alguns pesquisadores se equivocam no entendimento a respeito das noções de acordo e estrutura preferencial da AC. Esses pesquisadores entendem o acordo como um acordo semântico e não como uma ação interacional não marcada que sinaliza que não houve a quebra de expectativa. Entendem a estrutura preferencial como uma demonstração de acordo entre as ideias, ideologias, posições etc. Mostramos que pode haver essa coincidência, mas não é disso que se trata. Entendem que a estrutura preferencial é uma estrutura engessada,

dada *a priori*. Ressaltamos que não é esse o caso e que a efetiva interpretação depende dos entendimentos demonstrados pelos participantes momento a momento. Para elucidarmos esse fato, apresentamos uma análise do excerto “*ah vamos falar de que?*”, da interação Rosê-Gerson, mostrando como uma ação só pode ser tomada como preferida ou despreferida no curso da progressão interacional.

Em seguida, descrevemos como o desacordo é visto nas diversas áreas investigativas, esclarecendo que ele é um fenômeno complexo, multifuncional e multidirecional. Apresentamos que o desacordo pode ser estudado em relação ao conteúdo proferido nos enunciados; à situação interacional; quanto à forma; entre outros. Quanto ao *conteúdo*, vimos que, grosso modo, o desacordo é composto por três eventos: um evento inicial (T1), uma oposição inicial (T2) e uma ação respondente que marca de alguma forma a não aceitação da oposição (T3). O fato de o evento inicial ser polêmico não basta para instaurar o desacordo. É preciso que o participante tome o evento T1 como sendo um evento com conteúdo discutível. Igualmente, a oposição inicial (T2) é uma condição necessária, mas não suficiente para que o desacordo aconteça, já que a ação responsiva (T3) à oposição inicial (T2) pode ser realizada de várias maneiras: o participante pode ignorar a oposição, levar na brincadeira, aceitar os argumentos ou desculpar-se. Sendo assim, é preciso que o produtor do evento T3 também se oriente para o evento T2 como um evento discutível. Somente quando a ação responsiva de contra-argumentação à oposição inicial ocorre é que efetivamente o desacordo se estabelece. Quanto à investigação sobre a *situação* na qual o desacordo se efetivou, mostramos que há situações nas quais o desacordo é a ação não-marcada, sendo, portanto, a ação esperada (e.g. debates políticos, SPP de FPP de autodepreciação) e outras nas quais a situação não permite, ou ao menos restringe, que se expresse o desacordo (e.g. cerimônias de casamento, em relação à sentença proferida por um juiz na corte judiciária). Há situações nas quais os participantes não apresentam igualdade de condições para expressar seus pontos de vista (e.g. palestras e seminários). Em outras, os participantes precisam “negociar” sua participação para poder expressar seu desacordo (e.g. sala de aula nos moldes tradicionais). No tocante à *forma*, descrevemos que os pesquisadores criam taxonomias, encaixando os desacordos dentro de um *continuum* que vai de altos níveis de mitigação em um dos extremos para altos níveis de agravamento de disputa no outro extremo.

Postas essas considerações sobre os desacordos, vimos qual é o entendimento da AC sobre o fenômeno e a sua relação com as estruturas despreferidas. Apresentamos alguns dos recursos mobilizados pelos participantes para sinalizarem que seus enunciados estão organizados pela estrutura despreferida, tais como: (1) pausas e silêncios; (2) hesitações; (3)

perguntas e pedidos de esclarecimento; (4) concordância inicial fraca seguida de contraposição (ex.: *é; sim; bem; hum hum, mas...*); (5) repetição parcial do enunciado do falante com substituição de itens lexicais por outro com função similar, mas que marcam a oposição; (6) entrelaçamento de formato no qual o participante oponente produz seu turno a partir de modificações lexicais ou sintáticas do turno anterior de seu coparticipante; (7) explicações e desculpas; (8) prefácios; (9) mitigações; (10) condutas iniciais de turno (e.g. inspirações; vocalizações como *hum*; (11) partículas iniciais de turno (e.g. *bem; éh, tá*; (12) expressões de apreciação com entoação irônica (e.g. *muito legal da sua parte*; (13) evasivas; retratações e justificativas; (14) recursos fonéticos contrastando a FPP e a SPP; (15) atribuição da autoria da posição que se assume a uma terceira parte; (16) enunciados de formulação extrema; (17) narrativas como estratégia de promover uma oposição mais complexa do que as asserções do participante; (18) o uso da memória de um evento compartilhado; (19) emprego do humor; etc.

Vimos que os episódios de desacordo podem ser encerrados de forma *fechada* – sinalização explícita de ambos os participantes - ou *aberta* – não há a finalização do desacordo de forma explícita, mas sim um deslizamento no enquadramento situacional. Apresentamos algumas das estratégias de encerramento como sendo: (1) a convergência para uma perspectiva comum; (2) recuo de uma das partes em relação à posição até então assumida; (3) intervenção de terceiro; (4) submissão aos argumentos do outro sem necessariamente aceitar os argumentos do outro como argumentos válidos; (5) silêncio; (6) abandono físico da cena interacional; etc.

Na sequência, vimos algumas considerações sobre os desacordos agravados que podem ser considerados fenômenos espelhares da ação de acordo, mas de polaridade oposta, uma vez que também se valem das estratégias de estrutura preferencial – contiguidade e hesitações ou mitigações – entretanto, com o uso de itens lexicais de baixo calão e ataques ofensivos ao outro.

Por fim, descrevemos o sistema de reparo como um recurso à disposição dos participantes para a solução de problemas de escuta, produção ou compreensão. Apresentamos que os reparos podem ser iniciados em cinco oportunidades sequenciais distintas e que este início e o reparo em si podem ser realizados independentemente por qualquer um dos participantes, sendo, portanto, quatro possibilidades básicas para o reparo: os reparos iniciados e levados a cabo pelo falante gerador do problema; os reparos iniciados pelo falante e levados a cabo pelo outro; os reparos iniciados pelo outro e levados a cabo pelo falante; e os reparos iniciados e levados a cabo pelo outro. Ressaltamos como os reparos iniciados pelo outro que não tenham sido gerados para solucionar problemas de escuta podem ser entendidos como manifestação de desacordo, uma vez que ressaltam os lapsos de competência do falante.

4 A MULTIMODALIDADE NA INTERAÇÃO SOCIAL

O corpo interage no mundo de forma sinérgica. O corpo é um aparato semiótico que permite a interação de múltiplos níveis que atuam em diferentes escalas temporais simultaneamente. Ações faciais, gestos manuais, posturas corporais, direção do olhar, movimentos de cabeça, de tronco, de braços, pernas e pés, entre outros, além da fala, compõem esses múltiplos níveis que estão organizados numa relação orquestral. Nesse sistema dinâmico todos os elementos estão interagindo continuamente, modificando-se e adaptando-se uns em relação aos outros, embora algumas partes do corpo permaneçam em atividade mais do que outras para realizar certos processos. Essa orquestração dos diferentes níveis semióticos serve para auxiliar os indivíduos na organização de suas atividades cotidianas e interações sociais.

As interações humanas são atividades correguladas e o mútuo entendimento emerge dos participantes mediante a convergência na cooperação de suas ações momento a momento. A maneira como os diferentes níveis semióticos são mobilizados é fundamental para se entender como ocorre a coordenação das ações dos participantes dentro da interação. Dentro dessa perspectiva, um único ato de posicionar uma parte do corpo – um passo, uma virada de cabeça ou de tronco – implica em estabelecer, sustentar e alterar a atividade recíproca em andamento. Por exemplo, uma única ação gestual pode promover significado para um enunciado verbal, para uma mudança de turno, para uma sequência de fala, para uma ação conjunta ou para a relação interpessoal das partes. Qualquer unidade de ação, seja desencadeada individual ou colaborativamente, é significativa pelo recorte que faz de determinadas alternativas do contexto imediato. Contudo, a descrição de um significado de dado nível nunca pode ser reduzida a esse único nível, mas sempre em relação a outros níveis, uma vez que o significado da ação de dado nível semiótico nunca é pré-determinado. O seu significado emerge no momento da articulação dos diferentes níveis entrelaçados e que estão sendo mobilizados. Como descrevem McCleary e Viotti (2015) a respeito do evento-signo de Paul Kockelman, numa conversa temos um fluxo de eventos-signos no qual um evento-signo dá vida a outro evento-signo e assim por diante. Esses eventos-signos são signos complexos, são signos compostos que envolvem as diferentes dimensões semióticas. Nesse sentido, como colocam McCleary e Viotti (2015, p. 8), “nós temos um modelo de signo que é dinâmico e multidimensional, que se desenrola no tempo e que gera significado à medida que está sendo produzido durante as interpretações interacionais a respeito do que está acontecendo naquele momento”. Entretanto, isso não significa que os significados começam do zero a cada momento, mas sim que os significados dos diferentes níveis se contextualizam contínua e dinamicamente uns sobre os outros. Como exemplifica Kendon

(2014), os participantes interacionais podem produzir uma fala semelhante, mas realizar ações corporais diferentes, implicando em significados distintos para essa fala semelhante. Por essa razão, as ações gestuais não devem ser vistas como formas auxiliares, mas como parte integrante dos enunciados, já que contribuem para a construção da ação em curso naquela ocasião e a progressão da ação em andamento. Kendon (2014) lembra-nos que o que precisa ser investigado é como a composição entre fala e ações gestuais ocorre e perceber quais são os princípios pelos quais essa conjunção é construída e quais as implicações na cena interacional. É fundamental, portanto, que busquemos entender como se estabelece a coerência entre as diferentes modalidades, notando que o significado obtido no enunciado multimodal é diferente daquele que seria obtido pela análise independente dos diferentes níveis semióticos. Esta tese busca contribuir com esse desafio, realizando uma investigação de enunciados multimodais de desacordo em interações face a face.

Este capítulo trata da multimodalidade nas interações face a face, enfatizando as ações gestuais. Contudo, não trata de todo tipo de comportamento corporal, mas apenas daqueles que são parte da língua em uso, excluindo, portanto, os comportamentos corporais que são involuntários ou fisiológicos (e.g. piscar em presença de luz muito forte), instrumental (e.g. virar uma chave na fechadura da porta), posturas estáticas que não contribuem para a progressão interacional (e.g. sentar de pernas cruzadas e não move-las durante toda a interação), ações gestuais disparadas por fatores extrínsecos à interação (e.g. atender ao telefone que tocou durante a conversa). Além disso, as ações gestuais discutidas nesse capítulo referem-se àquelas que ocorrem em interação face a face, sejam interações controladas ou naturais e que são descritas como ações recorrentes em contextos semelhantes. Isso não quer dizer que podemos entender os resultados dos estudos apresentados aqui como um dicionário de significados para as ações gestuais. Elencamos esses estudos com o propósito didático de deixar os resultados disponíveis como um rol de possibilidades interpretativas para as ações gestuais; pois os significados das ações gestuais só podem ser entendidos situadamente momento a momento na progressão interacional e levando-se em conta como os próprios participantes evidenciam seus entendimentos a respeito das ações gestuais uns dos outros.

Como esse capítulo se ocupa em apresentar os estudos que enfatizam a relação das ações gestuais em concomitância à fala em interações sociais, nossa primeira preocupação é com a função ao invés do tipo ou categoria, sempre nos perguntando o que determinada ação gestual está fazendo na interação naquele determinado momento, ao invés de questionarmos a qual categoria a ação gestual está afiliada ou especulando o que a ação gestual estaria nos revelando sobre os sentimentos do participante, seus processos cognitivos ou emocionais. Isso não

significa dizer que as funções das ações gestuais sejam exclusivamente comunicacionais. Ações gestuais comunicativas também podem carregar funções cognitivas e emocionais concomitantemente. Embora numa visão holística não se deva priorizar uma função sobre as outras (menos ainda as colocando em oposição), a investigação das funções cognitivas e emocionais demanda métodos de pesquisa distintos. No nosso caso, interessa-nos o que é publicamente revelado pelos participantes. Então, se determinada ação gestual revelar publicamente as suas funções cognitiva e/ou emocional, tornando-as evidenciadas na cena interacional, elas nos interessam como dado analisável.

A organização deste capítulo compreende, em primeiro lugar, a apresentação de algumas palavras sobre o percurso dos estudos das ações gestuais. O objetivo de apresentar esse histórico abreviado é mostrar o percurso que os estudos da gestualidade seguiu até chegar ao entendimento de que as ações gestuais são partes integrais dos enunciados multimodais. Em seguida, mostramos as pesquisas referentes à gestualidade em interações face a face na contemporaneidade que priorizam o entendimento de que as ações gestuais só adquirem significado nas interações humanas quando postas em correlação com a fala e o contexto imediato. Nessa seção, distribuímos as ações gestuais em três grupos: as ações corporais, os gestos manuais e as ações faciais. Nas ações corporais mostramos pesquisas que enfatizam alguma parte do corpo diferente dos gestos manuais e das ações faciais, tais como os movimentos de cabeça, dos ombros, de tronco, de pernas e pés, a direção do olhar, o contato visual, a distância entre os participantes e a orientação do corpo. Apresentamos como essas pesquisas descrevem as implicações dessas ações corporais para a progressão interacional. Na seção dos gestos manuais apresentamos algumas pesquisas que abordam os gestos manuais produzidos em concomitância à fala e os respectivos entendimentos dos pesquisadores a respeito da influência dessas ações para a organização da atividade em curso. Apresentamos também algumas das diferentes classificações que os gestos podem receber, além da apresentação das suas fases de execução. Em relação às ações faciais daremos mais ênfase a esse tipo de gestualidade, uma vez que as ações faciais são bastante exploradas nas análises desta tese. Ao final é apresentado um resumo dos principais pontos vistos no capítulo.

4.1 OS ESTUDOS DAS AÇÕES GESTUAIS EM INTERAÇÕES FACE A FACE

A gestualidade como objeto de estudo tem atraído estudiosos desde a Antiguidade Clássica com abordagens e perspectivas de entendimento muito diversas. Nesses mais de vinte e cinco séculos da história humana, alguns temas são recorrentes como, por exemplo, a relação

da gestualidade com a retórica, a relação da gestualidade com o corpo, a fisiologia e as emoções ou, ainda, a relação da gestualidade com a língua, pensamento e comunicação.

Na Antiguidade Clássica, para Aristóteles, Cícero e Quintiliano, a gestualidade estava intimamente vinculada à retórica, sendo considerada uma poderosa característica da expressão humana que deveria ser manipulada e regulada de acordo com os objetivos de criação de um discurso mais persuasivo e efetivo. De acordo com Kendon (2004), a seção 3 – *Actio* – do Livro XI do *Institutio oratoria* de Quintiliano pode ser considerada a mais completa discussão a respeito da gestualidade, associada à retórica, no período clássico da história da tradição ocidental. Ainda nesse período, há os primeiros estudos da fisionomia e anatomia humanas, com Aristóteles associando o aspecto físico às qualidades morais da alma como, por exemplo, associar as deformidades físicas ao caráter vil, ignóbil, enganador etc.

Durante o Renascimento, vê-se uma preocupação dos estudos da gestualidade como uma maneira de representar o corpo humano mais próximo da sua realidade óssea e muscular, como, por exemplo, o *Trattato della Pittura* (1507), de Leonardo da Vinci. Surgem também vários tratados cujo objetivo principal era normatizar a gestualidade das emoções, como por exemplo, o tratado de Charles Lebrun, *Méthode pour apprendre à dessiner les passions* (1698). Para Kendon (2004), o trabalho de Lebrun pode ser comparado, em relevância e detalhamento, aos trabalhos de Darwin (2009[1872]) e, mais recentemente, aos de Paul Ekman e colaboradores (e.g. EKMAN, 2011; EKMAN; FRIESEN, 1969a, 1969b) no que tange a apresentação das bases musculares das expressões faciais, sobretudo às relacionadas à emoção. No âmbito das regras sociais é nesse período também que surge a preocupação com os maneirismos da sociedade de corte, evidenciando que as atitudes e comportamentos corporais, e não somente a posição social devido ao nascimento, poderiam influenciar o *status* do indivíduo na sociedade (COURTINE; HAROCHE, 1988).

Com o advento das grandes navegações e a interação entre os povos, percebeu-se que a comunicação por meio da movimentação corporal era mais efetiva do que só por meio da fala. Na visão de Kendon (2004), tal constatação reforçou a ideia de que existiam princípios universais de expressão facial e comunicação corporal, contribuindo para a ideia de que é possível haver uma teoria geral para a gestualidade. No século XVIII vemos uma renovação no interesse pela linguagem corporal, uma vez que se tem a percepção de que a linguagem corporal é mais próxima da “natural” do que as línguas orais. O foco desses estudos era comprovar a hipótese de que a linguagem corporal servia como um modo de expressão independente da fala. Surgem alguns trabalhos sobre a origem da língua, como os de Giambattista Vico com seu

estudo *Scienza nuova* (1725), enfatizando que os gestos manuais poderiam ser as primeiras manifestações da linguagem humana.

Apesar do interesse pela linguagem corporal como uma modalidade independente de comunicação não mais ter saído da pauta de estudo, no final do século XIX e início do XX há uma diminuição das pesquisas realizadas nessa área. Kendon (2004) declara que podemos atribuir essa diminuição ao fato do surgimento dos estudos de Ferdinand de Saussure e o estabelecimento da Linguística como ciência independente, sobretudo com a visão da língua como um sistema abstrato e autônomo e a priorização da pesquisa sobre a língua em textos escritos. Reforçando essa ideia da separação entre língua e corpo, surgiram nas áreas da psicologia e psiquiatria pesquisas que buscavam entender a relevância da comunicação não verbal. Essa área de pesquisa perdura até os dias atuais, sendo conhecida como o campo de pesquisa da Comunicação Não Verbal (CNV). Nesses estudos, a comunicação não verbal é entendida como os processos pelos quais as relações interpessoais são estabelecidas e mantidas, enquanto a fala é percebida como códigos digitais concebidos para produzir informações intencionais. Portanto, o tom de voz, os modos de hesitação, os estilos do falante, os padrões de entoação, a qualidade da voz, a postura corporal, a orientação do corpo, as expressões faciais, as direções do olhar, os gestos manuais, entre outros são percebidos como ações muito importantes nos processos interacionais, mas que independem do conteúdo proferido pela fala. Nos estudos da CNV, há vários trabalhos que apresentam as ações gestuais de forma dicionarizada, atribuindo a elas significados estáticos e cristalizados (e.g. CASCUDO, 2003; GIVENS, 2013; HARRISON, P. 1983; MORRIS, 1994).

Observando os resultados das pesquisas da CNV, vemos que as ações gestuais são categorizadas em dois grandes grupos: as ações gestuais associadas à positividade (e.g. acenos de cabeça [*nod*]; sorrisos verdadeiros) e as ações gestuais associadas à negatividade (e.g. abanos de cabeça [*headshake*]; sorrisos falsos; entortar a boca). As ações gestuais associadas à positividade e à negatividade são identificadas como tais de acordo com as situações típicas em que recorrentemente aparecem. As ações associadas à positividade são observadas em situações de contexto positivo e/ou com a presença de carga emocional positiva (e.g. festas, encontro entre amigos). As ações gestuais associadas à negatividade são mais recorrentes em contexto com carga emocional negativa (e.g. enterros na tradição ocidental). Embora haja essa separação, observa-se que há ações gestuais que os pesquisadores ora classificam como ações associadas à positividade, ora à negatividade, como por exemplo, as expressões faciais de surpresa ou os sorrisos falsos. Em relação à expressão facial de surpresa, Ekman (2011) apresenta que uma razão para tal deslizamento de significado refere-se ao fato de a emoção de surpresa jamais vir

sozinha, mas sempre ser seguida de outra emoção que será sinalizada na sequência (e.g. felicidade, tristeza, nojo). Em relação aos sorrisos falsos, Knapp e Hall (2010) apresentam que esses sorrisos podem ser utilizados como facilitadores numa interação social (e.g. festa) ou podem ser empregados para aliviar a tensão em situações difíceis (e.g. entrevistas de emprego). Observa-se, portanto, que os estudos da CNV, apesar de não se preocuparem com a relação das ações gestuais e a fala, enfatizam fortemente o contexto para estabelecer os significados das ações gestuais.

Apesar de nesta tese priorizarmos a investigação de enunciados multimodais, acreditamos que alguns dos resultados de pesquisa da CNV podem auxiliar-nos no entendimento da razão pela qual certa ação gestual está presente em determinado momento de um dado enunciado verbal. Como investigamos as ações gestuais em enunciados multimodais de discordância, interessa-nos, mais especificamente, as ações gestuais associadas à negatividade.⁴⁴ Em nossas análises trazemos as contribuições da CNV quando elas parecerem pertinentes, mas sempre tomando o cuidado de tentar compreender como os participantes interacionais lidam com as ações gestuais uns dos outros e qual os possíveis entendimentos que demonstram sobre elas.

Em relação aos estudos da gestualidade associados à fala, vemos seu reestabelecimento na metade dos anos 1970. Kendon (2004) afirma que esse interesse ocorreu devido a três mudanças significativas na percepção da linguagem: a) a ideia de que as ações gestuais é que deram origem à língua começou a ser novamente discutida; b) o ressurgimento do interesse nas línguas de sinais e a aceitação de que as línguas sinalizadas são línguas naturais, desafiando a ideia tradicional de que língua deve necessariamente ser verbal; e c) antropólogos, linguistas, neurocientistas e psicólogos passam a se interessar pelos processos mentais, dirigindo suas pesquisas para as relações entre linguagem, pensamento e ação.

Dentro do novo interesse de investigação das ações gestuais associadas à fala, desenvolveram-se duas principais linhas de pesquisa: (a) um campo de estudos que trata essas modalidades como sistemas independentes, ainda que interligados; e (b) um campo que trata essa relação como sendo uma relação existente dentro de um único sistema multimodal. É sob essa última vertente de pesquisa que esta tese se insere. Vale ressaltar que, apesar de

⁴⁴ As informações sobre as ações gestuais associadas à negatividade encontram-se pulverizadas em diferentes áreas de estudos como a Antropologia, a Etologia, a Linguística, a Psicologia, a Neurociência, a Sociologia, os Estudos dos Gestos etc. Ao longo das leituras para a preparação desta pesquisa, efetuamos uma catalogação das ações gestuais associadas à negatividade que apenas foi uma tentativa de recolha desse tipo de gestualidade que, absolutamente, não esgotou as possibilidades de ações associadas à negatividade. A lista foi uma maneira artificial de criar uma referência para facilitar a identificação dessas ações com o intuito de que algumas dessas ações não passassem despercebidas como possibilidades agregadoras de sentido negativo aos enunciados.

apresentarmos as ações gestuais do coparticipante produzidas durante o turno do falante como sendo ações em si mesmas que compõem o desacordo que está em processo de formação na cena interacional e não pré-ações antecipatórias de desacordos verbais como sendo um dos pontos importantes desta tese, isso não significa dizer que estamos tratando a gestualidade como um sistema independente. Nesta tese, como já colocamos acima, entendemos que a fala e as ações gestuais, com suas múltiplas dimensões semióticas, e as contingências situacionais compõem um signo complexo que não é uma somatória de partes, mas que é multidimensional cujo significado só pode ser interpretado localmente momento a momento.

A partir da reflexão de que a linguagem é um sistema dinâmico e multimodal, portanto, vemos o surgimento de uma nova abordagem teórica para os estudos da língua como um único sistema integrado com modos de expressão distintos, evidenciando, como aponta Leite (2008, p. 34), como “a gestualidade é parte integrante do uso vivo da língua e revela-se intimamente relacionada aos aspectos prosódicos e semânticos da fala” e como “todo o conhecimento abstrato (incluindo o gramatical) é construído sobre um conhecimento mais primitivo e concreto que, por sua vez, é construído a partir de nossa interação corporal e social com o mundo”.

Sendo assim, ao longo dos séculos, nota-se que os estudos da gestualidade, apesar de focados em aspectos diferentes, contribuíram para a expansão da compreensão da língua como um sistema multimodal, sobretudo, no que tange ao uso da língua em interações face a face. Vejamos a seguir como esses estudos das ações gestuais, como parte integrante da língua, desenvolveram-se na contemporaneidade.

4.2 A GESTUALIDADE EM INTERAÇÕES FACE A FACE

Todas as formas de gestualidade são relevantes para agregar sentido aos enunciados multimodais em uma interação face a face. As ações faciais, a direção do olhar, o contato visual, a orientação do corpo, a postura, a distância entre os participantes, os gestos manuais, entre outras. As ações gestuais continuamente informam aos participantes de uma interação a respeito das intenções, interesses, sentimentos, ideias, afiliações, *status* social, nível educacional, cultura entre outras informações a respeito uns dos outros. Como observa Kendon (2004), por meio da direção do olhar e da orientação do corpo é que o observador saberá a natureza da atenção do indivíduo. A postura adotada e como as pessoas orientam seus corpos e estabelecem a distância entre seus parceiros interacionais indicarão qual o grau de intimidade e engajamento ou a natureza das suas intenções ou atitudes. A forma como os objetos estão sendo manipulados no ambiente, modificados ou rearranjados poderão sinalizar a relação de interesse do indivíduo

para com esses objetos. Todas estas ações gestuais são relevantes e agregam sentido aos enunciados multimodais, além de informar e auxiliar na construção das interações face a face. A importância dos estudos da gestualidade em interações presenciais pode ser constatada em diferentes pesquisas que ilustram como a gestualidade é parte indissociável da produção de enunciados multimodais.

Um dos primeiros estudos que mostra a relação entre os movimentos corporais com a produção da fala ocorreu, conforme exposto por Kendon (1980), em 1931, por Sergej Dobrogaev. Este pesquisador pediu aos participantes de seu estudo que suprimissem os movimentos de cabeça, os gestos manuais e as expressões faciais enquanto falavam com outro participante. Segundo seus relatos, nenhum dos participantes foi completamente eficaz na execução da tarefa e o resultado foi que os indivíduos apresentaram uma diminuição tanto nas variações entoacionais, adotando uma prosódia quase monocórdica, quanto na fluência de suas falas. Além disso, o pesquisador notou que a seleção lexical ficou comprometida.

Outro exemplo de pesquisa que aborda a relação das ações gestuais em interações é o de Chovil (1991b). Nessa pesquisa, Chovil realiza um experimento que demonstra a natureza social das ações faciais do coparticipante na interação face a face. Ela dividiu os participantes em quatro situações para escutar uma história: a) face a face; b) pelo telefone; c) na mesma sala, mas impedidos de se verem devido à existência de uma separação (biombo) entre os participantes; e d) por gravação. Os resultados apresentados por Chovil são que os coparticipantes fizeram muito mais ações faciais na situação da face a face do que nas outras três situações nas quais os participantes não se viam. Chovil ainda observa que havia uma gradação em relação à produção das ações faciais. Ela descreve que a frequência das ações faciais foi inversamente proporcional em quão social era considerada a situação. Nessa pesquisa de Chovil, os participantes consideraram a interação face a face como a situação mais social, seguida do telefone, do biombo e da gravação.

Bavelas et al. (1992) refazem o experimento realizado por Chovil (1991b) com algumas modificações, mas com o intuito de analisar a natureza social das reações do coparticipante na produção de gestos manuais do falante. Eles restringem o experimento a duas situações: interação face a face e participantes separados por um biombo. Aos participantes foi pedido que desenvolvessem conversas com tópicos definidos previamente pelos pesquisadores. Os pesquisadores observam que no grupo dos participantes separados pelo biombo, os falantes diminuíram significativa e qualitativamente a produção de gestos em concomitância à produção de enunciados verbais. Notam, ainda, que houve uma diminuição em relação às ações faciais.

Os coparticipantes, por sua vez, não só reduziram como espaçaram a produção de *feedback*.⁴⁵ Em outra pesquisa, Bavelas et al. (1995) constatam que o falante também reduz a produção de suas ações gestuais quando está conversando com um coparticipante que não é ativo na conversa (e.g. pesquisador). Essas duas pesquisas são exemplos da importância de se investigar a língua como um sistema multimodal, uma vez que mostram como o falante, além de proferir o conteúdo pretendido, espera por outros elementos visuais emitidos paralelamente para incluir e coordenar com seu coparticipante a montagem da interação social momento a momento.

Como são múltiplas as ações gestuais que precisam ser levadas em consideração para a produção de enunciados multimodais, optamos por dividi-las em três grupos: as ações corporais, os gestos manuais e as ações faciais. Essa separação, de caráter didático, além de facilitar a apresentação de conteúdo teórico que embasa a esta tese, também se deve ao fato de parte das pesquisas mencionadas estarem concentradas em um desses grupos.

4.2.1 As ações corporais

Grande parte dos estudos das ações gestuais se concentra na investigação dos gestos manuais; contudo, não é só esse tipo de ação gestual que é importante para agregar sentido aos enunciados de uma interação face a face. Igualmente os movimentos de cabeça, tronco, pernas e pés; a direção do olhar; o contato visual; a distância na qual os participantes interagem; a orientação do corpo adotada por eles; a postura corporal, entre outros contribuem para agregar sentido aos enunciados multimodais e colaboram para a organização da cena interacional. Embora os estudos sobre essas ações gestuais específicas em coocorrência com a fala sejam em pequeno número, apresentamos algumas pesquisas que enfatizam as ações corporais, mostrando a contribuição dessas ações para a organização da interação face a face.

Organizamos essa seção separando as pesquisas por tipo de ação gestual enfatizada, tais como os movimentos de cabeça, a direção do olhar, os movimentos de ombros e tronco, a orientação do corpo e os movimentos de pernas e pés e a distância entre os participantes etc.⁴⁶ Isso não significa que outras ações gestuais não tenham sido contempladas nas referidas pesquisas, apenas que houve um foco maior sobre certas ações corporais.

⁴⁵ Há pesquisas que mediram a média de *feedback* do coparticipante. Geralmente, o *feedback*, seja vocal ou gestual, ocorre a cada 3,5 s., sendo o olhar do falante o ato que mais promove o *feedback* em seus coparticipantes (e.g. BAVELAS; COATES; JOHNSON, 2002).

⁴⁶ A apresentação nessa sequência deve-se à nossa escolha de primeiro apresentarmos as partes do corpo – de cima para baixo – e depois as ações gestuais que englobam o espaço interacional. Sendo assim, a separação entre movimento do tronco, orientação do corpo, movimento de pernas e pés e distância física entre os participantes é apenas didática, pois essas ações gestuais são intimamente relacionadas e imbricadas umas nas outras.

A) Movimentos da cabeça - Os trabalhos dos estudiosos da gestualidade que se voltam para entender os movimentos da cabeça em relação com a fala, geralmente, focam a atenção nos acenos de cabeça (*nods*) ou nos abanos de cabeça (*headshakes*). Até onde pudemos investigar não há trabalhos específicos que enfatizam apenas o movimento de inclinação da cabeça, analisando as diferentes possibilidades significativas que esse tipo de movimento pode assumir frente à fala. Fiquer (2010), investigando a interação terapeuta-cliente, relata que os movimentos de inclinação de cabeça servem como uma ação modalizadora. Ela descreve como os terapeutas se valem desse tipo de ação gestual quando querem apresentar um enunciado que pode vir a ser tomado como uma crítica pelo paciente. Segundo essa autora, os terapeutas tentam, assim, suavizar o impacto de seus enunciados. Calbris (2011) observa que os movimentos de inclinar a cabeça podem ser utilizados como movimento batuta, acompanhando o ritmo da fala, ou para enfatizar certas partes do enunciado.

Em relação aos acenos de cabeça (*nods*), grande parte das pesquisas se volta para a descrição de como essa ação gestual serve como uma ação de *backchanneling* (e.g. HADAR; STEINER; ROSE, 1985; MCCLAVE, 2000). Por exemplo, investigando os acenos de cabeça do coparticipante em sequências de narrativas, C. Goodwin (1986) e Bavelas e Gerwing (2010) identificam dois tipos de acenos de cabeça: os *continuadores* e os *avaliadores*, para C. Goodwin, ou os *genéricos* e *específicos* para Bavelas e Gerwing. Os acenos de cabeça *continuadores/genéricos* são aqueles que os coparticipantes repetem a curtos intervalos e com pequena amplitude durante todo o processo de escutar a narrativa. Bavelas e Gerwing (2010) observam que, em geral, os acenos de cabeça do tipo genérico ocorrem mais no início da sequência narrativa e, à medida que a narrativa vai se desenvolvendo, os acenos de cabeça dos coparticipantes passam a ser respostas específicas, ficando altamente correlacionados com os momentos culminantes da narrativa do falante. Segundo essas autoras, o que distingue os acenos de cabeça genéricos dos específicos é o fato de os acenos específicos só fazerem sentido comunicativo quando ocorrem em pontos-chave da narrativa, enquanto os genéricos servem para que o coparticipante sinalize para o falante que ele está prestando atenção na narrativa e que o falante pode prosseguir na sua tarefa de narrar um evento.

Quanto aos acenos de cabeça a cargo do falante, um dos primeiros estudos que procurou entender as funções desses acenos de cabeça foi o de S. Maynard (1989). Maynard analisa os acenos de cabeça coverbais na língua japonesa, tendo como base os sintagmas em fronteiras com as pausas. Outra pesquisa que investiga a relação dos acenos de cabeça do falante é a de Aoki (2011). Essa autora, em pesquisa de interações de falantes de japonês, observa que os acenos de cabeça são mais frequentes quando há o olhar mútuo, concluindo que a principal

função dos acenos de cabeça é a de regular a interação. Aoki acrescenta que os acenos de cabeça são mais utilizados em enunciados que pedem questões do tipo polar (sim-não) nas quais o falante espera uma resposta afirmativa do seu coparticipante. Segundo Aoki, os resultados de sua pesquisa mostram que só o aceno de cabeça já é suficiente para um pedido de resposta, não havendo a necessidade de qualquer outro movimento corporal para tanto (e.g. olhar mútuo, movimento de abaixar o tronco). Contudo, a autora afirma que, caso haja outras formas de gestualidade envolvidas, os acenos servem para enfatizar a solicitação. Apesar do trabalho cuidadoso de Aoki, questiona-se se em outras línguas a suficiência dos acenos de cabeça como pedido de resposta afirmativa permaneceria. Como a língua japonesa traz o correspondente aos marcadores discursivos, como os *tag-questions*, incorporados à sua estrutura sintática, questiona-se se, para línguas nas quais esses marcadores não precisam “obrigatoriamente” serem realizados, os acenos de cabeça seriam suficientes para eliciar uma resposta por parte do coparticipante. Até onde pesquisamos, não há estudos que esclareçam esse ponto específico.

Investigando falantes de língua inglesa empregando os acenos de cabeça em terceira posição,⁴⁷ Whitehead (2011) descreve como essas ações corporais servem para o falante sinalizar que o que acabara de ser veiculado no turno anterior foi tratado como uma informação nova; ou, ainda, para sinalizar uma discordância a respeito do que acabara de ser veiculado no turno anterior. Pela descrição apresentada por Whitehead, podemos inferir que ele trata os acenos de cabeça, em certas situações, como pré-ações de enunciados discordantes, embora ele não mencione esse entendimento explicitamente.

Quanto aos abanos de cabeça (*headshakes*), os teóricos das ações gestuais concordam que esse tipo de movimento é, ao menos nas culturas ocidentais, reconhecido como a ação gestual prototípica da negação. Entretanto, o abano de cabeça não é apenas utilizado em contextos nos quais ele pode ser interpretado de forma equivalente ao termo **não**, ele também ocorre em outros contextos discursivos com funções distintas. Kendon (2002) lista oito usos diferentes para o abano de cabeça: 1) em substituição ao marcador **não**, sendo considerado um

⁴⁷ Para a Análise da Conversa (AC), a terceira posição refere-se a uma pós-expansão do par adjacente dentro de uma sequência interacional. Geralmente é marcada pelo encerramento da sequência. Por exemplo:

A: *você vai à festa de Bia?*

B: *heim? Eu nem sabia que a Bia ia dar uma festa. Quando é?*

A: *hoje à noite*

B: *não vou, não fui convidada*

A: *ok*

Nessa sequência interacional, a primeira parte do par adjacente refere-se à pergunta de A, indagando se B iria à festa de Bia. B não responde à questão de A, ou seja, ela não produz a segunda parte do par adjacente. Ao invés disso, ela declara que não tinha conhecimento do evento e pergunta quando será a festa. A responde que será naquela mesma noite. Finalmente B produz a segunda parte do par adjacente ao responder que não irá à festa uma vez que não foi convidada. Em terceira posição, A encerra o par adjacente pergunta-resposta com um *ok*.

gesto emblemático; 2) em coocorrência com o operador **não**; 3) como um elemento de expressão negativa. Nesses casos, geralmente o abano de cabeça recai sobre o item que está sendo modificado. O abano de cabeça pode inclusive antecipar a expressão negativa; 4) em sobreposição de significados, como por exemplo, quando um falante expressa um enunciado e ao mesmo tempo responde negativamente a uma questão proposta anteriormente; 5) em coocorrência com a fala na qual há uma negação implícita que aparece apenas na modalidade gestual; 6) em enunciados nos quais o falante apresenta uma assertiva na qual nenhuma exceção é permitida, geralmente em contextos de avaliação positiva; 7) em coocorrência com superlativos e intensificadores; e 8) como uma forma de comentário do próprio falante sobre o seu enunciado, as autocorreções ou ainda se ele expressa dúvida a respeito do que ele está dizendo ou se há dúvida a respeito de sua resposta ser adequada ao coparticipante.

Em relação ao uso do abano de cabeça como intensificador, há controvérsias entre os teóricos no que tange ao entendimento se esse movimento sinaliza uma negativa implícita. Kendon (2002, 2004) defende que os abanos de cabeça sempre apresentam uma negativa implícita nos enunciados avaliativos, sejam eles positivos ou negativos. O exemplo que o autor oferece é que quando dizemos que algo é *absolutamente magnífico* implica dizer que nada pode ser mais maravilhoso do que o objeto avaliado. Já M. Goodwin (1980) e Schegloff (1987) apresentam o abano de cabeça como um marcador avaliativo que pode ou não trazer um aporte significativo de negação. McClave (2000) e McClave et al. (2007) afirmam que o uso do abano de cabeça como intensificador pode ser um indicador de totalidade e inclusão.

McClave et al. (2007) tratam o abano de cabeça como um tipo de movimento lateral da cabeça. Eles identificam que a movimentação lateral pode: 1) coocorrer com expressões de inclusão, intensificação e incerteza; 2) marcar a diferença entre o discurso direto e o discurso indireto, as alternativas ou itens de uma lista; 3) marcar referentes ausentes, sinalizando a imagem mental de determinada entidade; 4) servir como gesto dêitico quando as mãos estão ocupadas; 5) regular a interação; e 6) promover uma reparação lexical, principalmente relacionada à polaridade nas sequências interacionais. Calbris (2011) acrescenta que esses movimentos podem ser utilizados como movimento batuta, acompanhando o ritmo da fala.

B) Direção do olhar - Pesquisas mostram que o contato visual e o desvio do olhar são essenciais para as interações humanas. O montante de tempo que os participantes interacionais se olham pode variar devido a fatores individuais e/ou culturais, mas também devido ao tipo de interação que está se desenrolando e do juízo que os participantes fazem de seus coparticipantes (COOK, 1977). Além disso, como declara Bavelas (1990, p. 598), “nós não apenas olhamos o outro, nós

o olhamos para que seja percebido que o estamos olhando”. Bavelas descreve como os resultados de uma pesquisa deixam evidente tal fato. Nesse estudo de Bavelas, o pesquisador pede para indivíduos que entrem numa sala e olhem para as câmeras que se encontram nos quatro cantos da sala por 10s e que, ao saírem da sala, devem fazer um relato verbal da experiência. A pesquisadora realiza dois experimentos. No primeiro experimento, os participantes devem relatar sua experiência utilizando um gravador, ou seja, não interagem com uma pessoa. No segundo experimento, o pesquisador coloca uma pessoa estudando dentro da sala e para a qual os participantes deveriam relatar a sua experiência de olhar para as quatro câmeras. Os resultados mostram que o comportamento dos participantes foi qualitativamente diferente nas duas situações. No segundo experimento, o olhar para as câmeras foi mais estilizado e prolongado.

Críticas quanto à validade desse tipo de estudo são feitas, principalmente, pelos pesquisadores que preferem estudar o comportamento humano em situações espontâneas, mas essa pesquisa apenas reforça o resultado verificado na atuação dos indivíduos quando se analisa a fala em interação. Por exemplo, C. Goodwin (1980) mostra que os falantes são muito sensíveis à direção do olhar do coparticipante. Se ao iniciar uma fala, o falante descobrir que o coparticipante não está olhando em sua direção, o falante repete o que disse ou mesmo reformula a sua fala até que o outro reestabeleça o contato visual. Apesar dessa “exigência” do falante em relação à atenção do coparticipante, pesquisas mostram que enquanto o coparticipante olha por longos períodos para o falante, o falante olha para o coparticipante em intervalos intermitentes e por períodos mais curtos (e.g. BAVELAS; COATES; JOHNSON, 2002). Na literatura especula-se a respeito da razão de tal diferença, como por exemplo, o fato de o falante ser ativo e estar ocupado na produção do enunciado verbal e na progressão interacional mais do que o coparticipante estaria. Essa explicação não nos parece suficiente, pois, no nosso entendimento, ambos os participantes são ativos na interação e estão igualmente ocupados no trabalho de promover a progressão interacional.

Bavelas, Coates e Johnson (2002) fornecem uma explicação para o fato de o coparticipante olhar mais para o falante do que vice versa. Para elas, o fato de o falante olhar menos para o coparticipante é o que cria, o que elas chamaram de *gaze window*, ou seja, os momentos nos quais os participantes estabelecem o contato visual, criando a oportunidade adequada para que o coparticipante produza seus *feedback* que contribuirão para a progressão interacional. Sendo assim, notamos que a explicação dessas autoras recai no fato de ser uma prática interacional que regula a cena interacional e não no fato de um indivíduo ser mais ativo do que o outro ou estar mais “ocupado”. Entretanto, apesar de entenderem essa diferença na

duração do olhar como sendo uma prática interacional, as autoras alertam para o fato de o contato visual nem sempre ser uma condição necessária e suficiente. Essa condição pode mudar dependendo das contingências interacionais, como por exemplo: a) dependendo da disposição dos participantes na interação que podem estar sentados lado a lado ou de frente um para o outro; b) dependendo se precisam olhar para outros objetos enquanto estão interagindo; ou c) dependendo das diferenças culturais, como por exemplo, considerar o contato visual uma ação rude; entre outras.

Além de regular o fluxo da conversa, a direção do olhar pode ainda apresentar diferentes funções para a interação, tais como: 1) auxiliar na aquisição da linguagem (e.g. TOMASELLO, 2005); 2) organizar a composição das mudanças de turno (e.g. GOODWIN, C., 1980; SCHEGLOFF, 2000; ROSSANO, 2005); 3) enfatizar e organizar os discursos (e.g. ARGYLE; COOK, 1976; KENDON, 1967; STREECK, 2009); 4) acelerar as reações e respostas de cada participante na interação (e.g. BANGERTER, 2004; BAVELAS; COATES; JOHNSON, 2002; DRIVER et al., 1999; ROSSANO, 2012); 5) julgar o comportamento e a aparência do outro (e.g. COOK, 1977); 6) executar uma varredura de verificação da reação facial (e.g. ADOLPHS, 2006); 7) estabelecer uma atenção compartilhada (e.g. MONDADA, 2011; STREECK, 2008; TOMASELLO, 2008); 8) ser uma gestualidade indicadora de agressividade, ameaça, impolidez, hesitação ou submissão (e.g. ALTMANN, 1967; ELLSWORTH; CARLSMITH; HENSON, 1972; GOFFMAN, 2006; KENDON, 1967); 9) sinalizar que o falante-corrente “busca” por uma palavra (e.g. GOODWIN, M.; GOODWIN, C., 1986); 10) regular a fluência da fala (e.g. CHIU; HONG; KRAUSS, 2001); 11) checar a compreensão do interlocutor (e.g. CLARK; KRYCH, 2004) entre outras.

Em relação ao contato visual, um estudo significativo que mostra como as ações gestuais podem ter um efeito sobre as interações é o de Kidwell (2005). A autora descreve uma diferença entre dois tipos de olhar que ela identificou como práticas sistemáticas utilizadas pelos cuidadores em interações com bebês: “um mero olhar” e “o olhar”. Apesar de uma investigação desse tipo poder ser feita com base em características específicas como a duração do olhar, a constância/estabilidade do olhar ou ainda a continuidade ou suspensão do olhar, Kidwell preocupou-se em levantar as consequências interacionais que esses dois tipos de olhar provocam nos bebês e nos cuidadores em relação ao tipo de ação realizada na sequência. Por exemplo, Kidwell observa que as crianças tratam “o olhar” como um precursor de repreensão e, como consequência, interrompem os comportamentos que estão sendo tomados como problemáticos para a situação. Quando a criança não para o comportamento tido como problemático, os cuidadores parecem mais propensos a intervir após “o olhar” do que após “um

mero olhar”. Ao contrário, quando os cuidadores dirigem um “mero olhar”, a criança não modifica seu comportamento. Outro estudo significativo é o de Spivey et al. (2002). Nesse estudo os autores mostram como uma mudança na direção do olhar do coparticipante, quando associada ao contato visual, pode promover uma reformulação no enunciado do falante, principalmente no tocante à resolução de ambiguidades sintáticas.

C) Movimentos dos ombros e do tronco - Em relação ao movimento dos ombros, não há muitas pesquisas específicas sobre esse tipo de movimentação em coocorrência com a fala, mas vários trabalhos mencionam como o dar de ombros pode significar que o indivíduo não se importa com o que está sendo veiculado na interação (e.g. BAVELAS; GERWING; HEALING, 2014a) ou como uma movimentação indicadora do significado *eu não sei* (e.g. EKMAN, 1992). Também o levantar de ombros associado com a palma da mão voltada para cima e a com o entortar da boca (◡ ◡ (◡) ◡ ◡) pode indicar o significado *não sei; sei lá; eu não sei e não me importo muito em saber, porque não é da minha responsabilidade* (e.g. CALBRIS, 2011; CHOVIL, 1991a).

Quanto à movimentação do tronco também não é grande o número de pesquisas específicas desse tipo de movimento em coocorrência à fala. Um dos primeiros estudos importantes sobre essa ação gestual é o de Adam Kendon (1990). Há também o trabalho de Schegloff (1998) no qual ele se preocupa em mostrar como a torção do tronco, mais precisamente o movimento no qual há uma tensão entre o tronco e a bacia, pode estar envolvida em múltiplos cursos de ação, além de agregar significados aos enunciados interacionais. Para a Schegloff, a torção do tronco deve ser entendida como uma ação gestual que influencia ativamente a fala, que se adapta à fala ou ainda que “espelha a sua estrutura” (Schegloff, 1998, p. 537), já que revela o tipo de envolvimento e investimento que os participantes depositam na interação. Schegloff (1998) apresenta algumas análises de interações presenciais – uma díade executando um trabalho acadêmico, colegas de trabalho atuando na sala de operações de um aeroporto e uma tríade de amigas se preparando para sair, mostrando como a torção do tronco, em contraste ou em complementaridade à fala, interfere na disposição dos corpos em interação, modelando o fluxo de fala. Outro trabalho que investiga a movimentação do tronco é o de Rasmussen (2014) no qual a pesquisadora observa como a movimentação do tronco para frente pode ser sinalizadora de uma autosseleção para ser o próximo falante e para realizar um reparo.

Temos, ainda, o trabalhos de Mondada (2012), mostrando como a orientação do tronco é essencial para a organização da progressão interacional quando os participantes devem coordenar múltiplas atividades. Mondada (2012) analisa duas amigas coordenando e

organizando as atividades de interagir e dirigir. Mondada observa que as participantes suspendiam seus enunciados verbais a cada vez que uma demanda extrínseca se apresentava, por exemplo, quando a motorista deveria olhar para a rua à sua esquerda em um cruzamento com tráfego intenso para fazer uma conversão à direita. Nessas situações, a orientação do tronco da motorista deixava de estar voltada para o volante ou para a sua coparticipante sentada no banco do passageiro. Mondada observa que, independentemente de quem estivesse com a palavra, a comunicação verbal era interrompida para só ser reestabelecida quando a demanda extrínseca estivesse resolvida. Mais ainda, Mondada também nota que não só a fala era suspensa como só era retomada quando as participantes estivessem novamente reposicionado seus corpos numa orientação propícia para a interação conversacional – no caso da motorista, seu tronco voltado para o volante ou ligeiramente orientado para o banco do passageiro; no caso da passageira, quando seu tronco e cabeça estivessem voltados para o lado da motorista.

D) Orientação dos corpos e o movimento das pernas e pés – Um estudo pioneiro sobre a orientação dos corpos como ação gestual que contribui para a organização interacional é o de Adam Kendon ao apresentar o tema da *F-formation*.⁴⁸

Várias pesquisas, levando em consideração a *F-formation* de Kendon, analisam interações que revelam como a orientação dos corpos e, conseqüentemente, a orientação dos pés é fundamental para a compreensão das ações interacionais. Por exemplo, Mondada (2009), ao analisar as sequências de início de interação em episódios de pedir informação a estranhos na rua; Streeck (2009, 2013), ao descrever a interação vendedor-cliente em situação de aquisição de automóvel. Streeck nota que a orientação dos pés serviu como forma sinalizadora para reforçar a orientação dos participantes na cena interacional. Streeck observa que enquanto a posição dos pés do vendedor estava coerente com a sua orientação mais objetiva voltada para a situação de venda – pés voltados para o local no qual se encontrava o automóvel, a orientação dos pés da cliente revelava uma orientação para uma relação mais pessoal com o vendedor – pés orientados diagonalmente para o vendedor e calcanhar orientado para o veículo. Streeck

⁴⁸ Segundo o próprio Kendon (1990, em nota, p. 210), esse trabalho começou em 1968, sendo publicado pela primeira vez em 1973 e depois em 1997. Nesse estudo ele descreve como as pessoas em interação se agrupam em diferentes formações espaciais - (semi)círculos, em fila, face a face, lado a lado, em organização em L etc. – e como elas precisam realizar um trabalho conjunto se quiserem sustentar essa formação. Kendon chama esse empenho dos parceiros interacionais de sustentar o arranjo espacial de *F-formation*, definindo essa noção como um sistema de comportamento que organiza o espaço e a orientação dos corpos dos indivíduos de tal forma que “duas ou mais pessoas sustentam a relação espacial e a orientação [de seus corpos] no qual o espaço entre elas é tal que todos têm acesso igual, direto e exclusivo” (KENDON, 1990, p. 209). Vários fatores interferem na *F-formation*: o número de participantes, a natureza do ambiente (ambientes fechados ou abertos), outros sistemas interacionais e a natureza da atividade em curso. *F-formation*, portanto, é uma unidade de comportamento interacional que interferirá na organização e no desenvolvimento da interação.

mostra, ainda, como essa orientação dos pés dos participantes interacionais revela-se coerente com as escolhas linguísticas utilizadas pelos participantes. Enquanto o vendedor utiliza um discurso voltado para a apresentação das características do carro, a cliente questiona o vendedor sobre a sua opinião a respeito do automóvel.

Outro exemplo de pesquisa que mostra como a movimentação das pernas e pés pode atuar em sincronia com o que está sendo veiculado verbalmente, contribuindo, assim, para a organização interacional é o de Silva (2011)⁴⁹. Este autor apresenta que a movimentação de cruzar as pernas em determinado ponto da conversa, quando o indivíduo se encontra em posição de coparticipante, pode indicar uma atitude de defesa caso o indivíduo se sinta criticado de alguma forma ou sinalizar uma discordância em relação ao que o falante declarou. Contudo, essas interpretações só se estabelecem na sequência interacional, momento a momento. Silva aponta que uma possível maneira de se verificar se determinada movimentação das pernas é uma ação corporal comunicativa que se relaciona ao que está ocorrendo na interação é realizar o processo da prova nos turnos seguintes, ou seja, verificar se o coparticipante descruza as pernas após o falante dizer algo agradável ou amistoso em contraponto ao que tinha dito anteriormente. Silva fornece outro exemplo de movimentação das pernas e pés que pode estar relacionada ao conteúdo da fala: quando o participante interacional, em sincronia com os enunciados do falante, reorganiza a colocação de seus pés, deixando um pé voltado para o falante e colocando o outro pé ligeiramente atrás como se estivesse dando um passo para trás. Quando essa ação ocorre nas proximidades da fonte de discordância, ela passa a ser uma ação corporal que pode indicar que o indivíduo não está concordando com o que está sendo veiculado. Como alerta Silva, para que efetivamente essa ação corporal possa ser interpretada dessa forma é necessário que os participantes deem pistas sobre esse entendimento de discordância em andamento.

Como exemplos de pesquisas tratando da movimentação ritmada das pernas, temos Briton e Hall (1995), investigando as interações face a face entre homens e mulheres, que afirmam que os homens se valem da movimentação de pernas e pés de forma incessante e ritmada para sinalizar a impaciência com o conteúdo da fala feminina em determinado momento e como essa movimentação cessa assim que a mulher muda de assunto e o novo tema passa a interessar a seu coparticipante masculino. Ekman e colaboradores, em várias pesquisas (e.g.

⁴⁹ O livro, com o título provisório de *Comunicação não verbal*, de autoria de Ailton A. Silva, ainda não foi publicado. Silva forneceu fragmentos do livro como parte do material didático da disciplina de pós-graduação PSE5858-Diálogo: *Comunicação verbal e não-verbal* ministrada por ele no primeiro semestre de 2012, no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

EKMAN; FRIESEN, 1969a), informam que o movimento ritmado das pernas e/ou pés do falante pode ser uma movimentação batuta que acompanha o ritmo da fala.

E) A distância física entre os participantes – Em 1963, o antropólogo cultural Edward T. Hall cunhou o termo *proxêmica*, enfatizando o impacto do posicionamento espacial entre os indivíduos na comunicação interacional. Hall (1990[1966]), baseado no trabalho do zoólogo suíço Heini Hediger sobre a proxêmica no comportamento animal, estabelece duas grandes categorias para o posicionamento espacial do homem: o espaço pessoal e o território. O espaço pessoal é descrito como o espaço que circunda a pessoa, enquanto o território é a área na qual o indivíduo procura defender-se do outro. Geralmente, segundo Hall, o espaço pessoal é representado por uma bolha imaginária ao redor do corpo, mas, conforme declara Silva (2011)⁵⁰, esta representação é equivocada, pois esse espaço pessoal apresenta um formato irregular, sendo maior na frente do nosso corpo do que nas nossas costas ou laterais. Para exemplificar esse ponto, Silva apresenta os resultados de pesquisas que mostram como conseguimos tolerar a presença de um desconhecido na cadeira ao lado, por exemplo, numa sala de cinema, mesmo que nessa situação os nossos ombros se toquem, mas dificilmente aceitaríamos essa proximidade se estivéssemos de frente um para o outro.

Hall (1990[1966]) estabelece quatro tipos de distância física para o espaço pessoal, dentro da sociedade americana, relacionando essa distância física entre os participantes interacionais com a distância social entre os indivíduos: a) distância íntima (15-45 cm) para abraçar, tocar ou sussurrar; b) distância pessoal (45-120 cm) para a interação entre bons amigos e familiares; c) distância social (120-350 cm) para interações entre conhecidos; e d) distância pública (acima de 350 cm) para uso em espaços públicos ou interações com desconhecidos. Hall subdivide cada uma dessas distâncias em *perto* e *longe* e cataloga diversos tipos de relacionamentos que eram mais prováveis de acontecer em cada uma delas. Hall indica ainda que diferentes culturas mantêm diferentes padrões de espaço pessoal e que as distâncias pessoais também podem variar em função da situação social, do gênero e de preferências individuais. Enfim, tudo deve ser verificado localmente para que o significado dessa ação gestual possa ser compreendido dentro da interação.

Silva (2011) acrescenta que há ainda outros fatores que podem afetar as distâncias: a) a constante de intimidade; b) a simpatia que sentimos pelo coparticipante – geralmente ficamos a uma distância menor das pessoas com as quais simpatizamos; e c) o tipo de atividade que se

⁵⁰ Em texto ainda não publicado, conforme descrito na nota de rodapé anterior.

está executando. Em relação à constante de intimidade, a distância interpessoal que é confortável para conversar varia em função do quanto sentimos que a nossa intimidade está preservada. Assim, a distância que nos é confortável em dado momento depende de outros fatores que são capazes de afetar o grau de intimidade necessitada na circunstância. Exemplos desses fatores são a orientação do corpo, a direção do olhar, a iluminação e som do ambiente, a presença de outras pessoas no ambiente e os motivos extrínsecos que justifiquem a distância. Silva cita, por exemplo, a ocorrência de necessidade da proximidade por motivos profissionais – cortar o cabelo, exames médicos, massagens – ou a superlotação do ambiente.

Quanto ao tipo de atividade em andamento, para exemplificar como a atividade que se está executando interfere na distância entre os interlocutores, Silva (2011) descreve uma pesquisa que analisa as diferentes distâncias que um casal assumia quando interagia. Os resultados dessa pesquisa mostram que as distâncias assumidas são fortemente dependentes do tema e/ou atividade que está sendo desenvolvida no momento. Silva observa que o casal, quando estava namorando, tinha por hábito ficar um de frente para o outro, tocando-se e sussurrando juras de amor, e seus rostos distanciavam-se cerca de 30 cm. Nos momentos nos quais estavam conversando amenidades, a distância entre seus rostos variava entre 60-100 cm. Quando eles falavam a respeito de negócios, pois são sócios em uma firma, a distância média ficava em torno de 120 cm. Silva informa que as distâncias sempre foram medidas quando ambos estavam de pé com os corpos e rostos orientados um na direção do outro. Silva também observa que, em casos de sequências de discordância, as distâncias sempre aumentavam em relação à distância mantida na composição contextual – namorando, conversando amenidades ou falando sobre os negócios.

Broth e Mondada (2013) apresentam uma pesquisa a respeito da ação de ir embora, mostrando como a distância entre os participantes nesse momento específico da interação se altera, implicando em rearranjos interacionais. Os pesquisadores observam que uma das sinalizações de que a interação está chegando ao fim e os participantes irão se despedir para irem embora é que a distância entre eles aumenta, ainda que de maneira sutil.

Outra pesquisa que também apresenta como a distância entre os participantes interacionais serve para organizar a cena interativa é a de Mondada (2016). Nessa pesquisa, Mondada apresenta um exemplo no qual analisa a interação de um grupo de turistas visitando um parque com um guia local. Além de mostrar a relevância da distância entre os participantes para o arranjo interacional e a progressão da atividade em andamento, Mondada mostra como a análise de interações face a face precisa levar em conta as múltiplas dimensões semióticas

mobilizadas pelos participantes para poder interpretar os entendimentos que os participantes fazem das ações uns dos outros.

Ao apresentarmos essas pesquisas, pretendemos mostrar como os estudiosos das ações gestuais se preocupam em investigar o papel da gestualidade na organização social face a face em atividades cotidianas. Nesses trabalhos, os pesquisadores se ocupam em descrever como os participantes interacionais se valem de repertórios de ações corporais em relação à fala para organizar as ocasiões de interação. Múltiplas partes do corpo são vistas como recursos que conjuntamente criam, sustentam e alteram os arranjos espaciais em termos de como os participantes rotineiramente coordenam seus comportamentos na interação, permitindo-lhes conquistar “certas condições sobre as quais a fala é tornada possível para as atividades concernentes” (STREECK, 1984, p. 116-117).

4.2.2 Os gestos manuais

A questão do porquê movemos nossas mãos e braços enquanto falamos tem intrigado muitos pesquisadores ao longo do tempo. Há muitos debates concernentes à causa e função desses movimentos espontâneos que geralmente representam conteúdo importante para a interação. Grosso modo, há duas grandes correntes de pesquisa sobre os gestos manuais: (a) aquelas nas quais os pesquisadores se interessam em entender a relação entre o processo cognitivo e a produção dos gestos manuais (e.g. KITA; ALIBALI, 2017; MCNEILL, 1985, 1992, 2000, 2005); e (b) aquelas nas quais os pesquisadores buscam estudar os efeitos que os gestos manuais têm na comunicação. Nesta tese, estamos interessados nessa segunda vertente.

Segundo Kendon (2004), o campo de pesquisa que primeiro proporcionou ambiente para que os estudiosos da gestualidade propusessem a ideia de que os gestos manuais em concomitância à fala apresentam uma equivalência de função foi o dos estudos de aquisição de linguagem. Essa visão de que os gestos manuais e a fala são duas modalidades de um único processo para a produção de enunciados também teve como base as microanálises da coordenação dos movimentos corporais em relação à fala em adultos. Como exemplos de trabalhos precursores dessas microanálises, podemos citar os trabalhos de Condon (1970) e Kendon (1972). Os trabalhos desses pesquisadores mostram os padrões de movimentos corporais sincronizados com a fala em múltiplos níveis de organização, revelando como os gestos manuais, assim como outras ações gestuais, são sincronizadas mesmo com as mais sutis mudanças fonológicas e silábicas.

Os pesquisadores dos gestos manuais observam que os gestos em coocorrência à fala são ações que expressam significados associados ao conteúdo da fala, demonstrando iconicamente significados concretos e, metaforicamente, significados abstratos. Observam que a coordenação entre a modalidade digital e linear (fala) e a modalidade holística, analógica e imagética (gestos manuais) revela dimensões que não estão disponíveis na análise das expressões verbo-vocais. Nesse sentido, os componentes verbais produzidos pelo falante contêm apenas parte do que se quer expressar. As mãos imagéticas que acompanham a fala podem agregar informações semânticas consideráveis, acrescentando, complementando, substituindo, ilustrando, enfatizando ou negando os significados veiculados pela modalidade verbo-vocal. Sendo assim, para os pesquisadores, os gestos que acompanham a fala são gestos comunicativos intencionais e fortemente influenciados pela presença do coparticipante e do contexto conversacional (e.g. BAVELAS; CHOVIL, 2000; KENDON, 2004).

Muitas pesquisas mostram que há evidências empíricas de que os falantes efetivamente produzem os gestos manuais para seus coparticipantes. Por exemplo, Beattie e Aboudan (1994) descrevem que os falantes produzem mais gestos quando estão em interação dialógica do que quando realizam monólogos. Bavelas et al. (2002) mostram que os falantes produzem mais gestos quando sabem que os vídeos nos quais eles foram filmados serão mostrados a outras pessoas do que quando pensam que apenas o áudio será mostrado. Mais ainda, os gestos produzidos nessa última condição mostram-se mais redundantes em relação à fala, ou seja, não agregam (ou agregam pouca) informação nova ao enunciado. Özyürek (2002) nota que os falantes que compartilham o espaço gestual com um ou mais coparticipantes alteram certos gestos levando em consideração os espaços gestuais deles próprios e de seus coparticipantes. Para a autora essa adaptação ao espaço gestual constitui uma intersecção de parte da interação e do contexto situacional. Holler e Bettie (2005) observam que os falantes antecipam os problemas que por ventura os coparticipantes teriam em decifrar uma ambiguidade semântica, produzindo gestos manuais que previnem a instauração da ambiguidade na cena interacional. Eles pontuam, ainda, que muitas vezes, quando uma ambiguidade já havia sido posta na cena interacional, o gesto manual foi o único recurso empregado para sanar o problema da ambiguidade lexical. Esses pesquisadores também investigam a influência do *common ground* para a produção dos gestos manuais, ou seja, a influência do conhecimento comum que os participantes compartilham durante a interação, seja um conhecimento de mundo, seja um conhecimento estabelecido colaborativa e conjuntamente durante a progressão interacional. Holler e Bettie (2005) observam que o conhecimento compartilhado interfere na qualidade de produção dos gestos manuais. Notam que os falantes deixam seus gestos mais “descuidados”

quanto mais conhecimento compartilhado houver entre eles e seus coparticipantes. Essa também é a conclusão que Gullberg e Holmqvist (1999) e Gerwing e Bavelas (2004) já haviam chegado ao mostrarem que os gestos se tornam menos significativos e informativos à medida que aumenta o conhecimento compartilhado entre os participantes.

Outro exemplo de pesquisa que revela como os gestos manuais são produzidos levando-se em consideração os coparticipantes interacionais é o estudo de Streeck (2009). Ele mostra como os falantes iniciando um gesto manual geralmente dirigem seu olhar para suas mãos para indicar para o coparticipante que os movimentos que estão por vir serão de alguma forma relevantes para o entendimento da fala emergente e, sendo assim, que o coparticipante deve estar atento a eles como uma parte significativa do enunciado. O falante que executa esses gestos manuais relevantes para a sua fala geralmente direciona seu olhar para o coparticipante para verificar como este está tratando o gesto manual, ou seja, se o coparticipante está realmente prestando atenção ao gesto manual realizado pelo falante.

Bavelas, Coates e Johnson (2000) é mais um exemplo de pesquisa que promove a importância do coparticipante para a progressão interacional. As autoras realizam um experimento no qual o falante contava para outro indivíduo, que haviam acabado de conhecer, uma história pessoal (acidente de carro, dormir demais e quase perder uma prova final muito importante etc). Para testar os efeitos do coparticipante sobre o falante, um grupo deveria não só ouvir a história, mas deveria contar também o número de vezes que palavras iniciadas pela letra *t* apareciam durante a narrativa. As pesquisadoras observam que os coparticipantes distraídos pela tarefa de contar as palavras iniciadas pela letra *t* tiveram dois efeitos sobre os falantes. O primeiro efeito foi que os falantes com os “coparticipantes distraídos” não contaram suas histórias de maneira julgada conveniente por analistas independentes (que não estavam cientes das condições do experimento). Esses analistas julgaram que os falantes com coparticipantes “distraídos” contaram a história de maneira mais empobrecida do que os falantes sem os coparticipantes distraídos. O segundo efeito foi que os falantes se tornaram menos fluentes em relação à fala e a produção de seus gestos manuais ficou comprometida. Esses falantes se justificavam, repetiam e explicavam em demasia suas histórias em comparação aos falantes com coparticipantes “atentos” (aqueles que não tinham que executar outra atividade em paralelo). O experimento dessas autoras mostra que mesmo quando uma interação parece ser um monólogo, ela requer um coparticipante que responda e esteja atento ao falante durante a progressão interacional.

Esses estudos são exemplos de pesquisa que mostram os efeitos dos processos interacionais na produção de gestos manuais e como os falantes produzem gestos para seus

coparticipantes. Essas pesquisas mostram que tanto a presença do coparticipante quanto o tema desenvolvido na conversa afetam a frequência dos gestos. Mais ainda, a presença do coparticipante afeta a maneira pela qual os gestos manuais e a fala interagem para a produção da informação em termos de graus de redundância ou complementaridade, além de influenciar a maneira como os falantes representam informação em termos de formas dos gestos, a sua orientação e os movimentos no espaço gestual. Apesar dos pesquisadores ressaltarem a sincronicidade dos gestos manuais em relação à fala, vale ressaltar que, muitas vezes, os gestos manuais precedem suas falas afiliadas (e.g. KENDON, 1980; SCHEGLOFF, 1984).

Vejamos agora alguns dos parâmetros que são utilizados para descrever os gestos manuais, assim como a sua segmentação em fases, as principais classificações utilizadas e algumas das famílias de gestos manuais associados à negatividade.

A) *Parâmetros utilizados na descrição dos gestos manuais* - Para se descrever um gesto manual, alguns parâmetros são levados em consideração: a configuração da mão (e.g. mão espalmada ou curvada; mão aberta ou fechada), a orientação da palma da mão (e.g. palma da mão voltada para cima, para baixo, para o centro, para fora; voltada para o corpo ou oposta ao corpo), a localização no espaço (e.g. à frente do corpo, próximo ao ombro), o tipo de movimentação (e.g. movimento executado em linha reta ou curva, de cima para baixo, da esquerda para a direita, na diagonal), a tensão empregada na produção do gesto manual (e.g. mão tensa ou relaxada), a velocidade de execução do movimento (e.g. movimento rápido ou lento), principal articulador envolvido no movimento (e.g. a força motriz está no dedo, no pulso, no cotovelo) entre outros. Todos esses fatores agregam sentido aos gestos manuais e são fundamentais para que se realize uma interpretação adequada da gestualidade nas interações face a face. Contudo, como alertam Bavelas e Chovil (2006), é preciso estar atento à forma como os participantes organizam a interação, pois essa organização interacional pode influenciar a possibilidade de configuração dos gestos manuais. Por exemplo, como já citamos acima, quando os participantes compartilham o mesmo conhecimento a respeito de determinado assunto, o falante pode apenas realizar um esboço de gesto manual em referencialidade a tal assunto, o mesmo não ocorrendo quando a informação é nova para um dos participantes (GERWING; BAVELAS, 2004; GULLBERG; HOLMQVIST, 1999; HOLLER; BEATTIE, 2005). Bavelas e Chovil (2006) acrescentam que os gestos manuais realizados para informações familiares são menos duradouros e apresentam menor amplitude do que os gestos manuais realizados para indicar informações novas. Apesar dessas constatações, isso não quer dizer que elas são generalizações que podem ser tomadas como fixas para a compreensão dos gestos

manuais. Sempre é preciso verificar como os gestos manuais ocorrem na interação e como os participantes demonstram seus entendimentos em relação a eles.

B) As fases dos gestos manuais – Ainda na descrição dos gestos manuais não só os parâmetros devem ser levados em conta, mas é também preciso entender as fases que compõem os gestos manuais. Segundo Kendon (2004), o que caracteriza um gesto manual é que cada gesto é uma excursão com começo, desenvolvimento e finalização. Primeiro o indivíduo move suas mãos da posição de repouso (ponto inicial do movimento) para algum ponto do espaço gestual. Essa ação é denominada de *preparação*. Depois, o indivíduo executa a principal parte do movimento gestual, denominada de *fase expressiva*. Por fim, o indivíduo retrai a sua mão, desfazendo o seu gesto, sendo esta a *retração*. Essas fases se organizam em unidades mais amplas. Vejamos o Gráfico 1 para visualizarmos a estrutura interna dos gestos manuais e como ocorre a organização das fases em unidades mais amplas.⁵¹

Gráfico 1: Estrutura interna dos gestos manuais

Observando o Gráfico 1, vemos que uma **frase gestual** (*gesture phrase*) é composta por duas principais fases: a fase de preparação (*preparation phase*) e a fase expressiva (*expressive phase*), a principal parte do gesto, ou seja, aquela que compõe o núcleo do gesto manual; que carrega o significado do gesto manual. Na fase de preparação pode ocorrer, ainda, uma fase de

⁵¹ Esse gráfico foi desenvolvido pelo Prof. Dr. Leland Emerson McCleary, sendo apresentado na disciplina FLM5437- A multimodalidade na comunicação face a face que ele ministrou no segundo semestre de 2015. Este gráfico foi baseado nas descrições de Kendon (2004) e Kita, Gijin e Hulst (1998). Este gráfico apresenta a estrutura interna das ações gestuais, abrangendo, portanto, os gestos manuais.

manutenção da preparação (*post-preparation hold*) na qual o indivíduo sustenta uma configuração de mão até o momento que produza a principal parte do gesto manual. Na fase expressiva obrigatoriamente haverá o golpe (*stroke*) do gesto ou a suspensão independente (*independent hold*). A suspensão independente ocorre quando o falante sustenta o gesto manual sem realizar qualquer golpe, sinalizando que o gesto não está associando a nenhum item lexical específico, mas sim a todo o conteúdo veiculado no momento.

Nota-se que, nessa fase expressiva, também podemos ter a presença de uma suspensão pré-golpe (*pre-stroke hold*) ou suspensão pós-golpe (*post-stroke hold*). A suspensão pré-golpe ocorre quando o falante, após ter realizado a fase de preparação, sustenta a mão na posição espacial que ela se encontra até que o item lexical ao qual o golpe está associado comece a ser produzido e, assim, o golpe possa ser liberado. Na suspensão pós-golpe, o falante sustenta a configuração da mão produzida no golpe até que os itens lexicais aos quais o golpe estava associado sejam totalmente finalizados para então o falante dar início à fase de retração do gesto. Essas suspensões servem a propósitos bem definidos dentro das estruturas discursivas. Como esclarecem Kita, Gijin e Hulst (1998), a função dessas suspensões é a sincronização do golpe com o ponto adequado do discurso ao qual o gesto manual se refere. Kendon (1980) mostra, por exemplo, que a suspensão pré-golpe (*pre-stroke hold*) é mais propensa a ser produzida em coocorrência com os conectores discursivos, como pronomes relativos e advérbios temporais do que a suspensão pós-golpe (*post-stroke hold*). Harrison (2009a, 2009b, 2010), por sua vez, observa que a suspensão pós-golpe (*post-stroke hold*), em enunciados multimodais negativos, serve para sinalizar o escopo pragmático da negação.

Após a fase expressiva, o indivíduo pode realizar uma retração do movimento na qual a mão/braço pode tanto voltar à posição de repouso quanto partir para a produção de uma nova fase expressiva. Kendon (2004) elucida que não se deve confundir a fase da retração do gesto com a posição de repouso. A retração é o movimento realizado pelo indivíduo para desmanchar o gesto precedente e iniciar o gesto seguinte, enquanto a posição de repouso é a posição inicial da ação (a posição *default*). Uma ou mais frases gestuais compõem a **unidade gestual** (*gesture unit*). A característica marcante da unidade gestual é que ela corresponde a um ciclo no qual o falante move suas mãos da posição de repouso e, necessariamente, deve retorná-las à mesma posição.

Vejamos um exemplo de uma unidade gestual da interação Rosê-Gerson:⁵²

⁵² Legenda empregada para a descrição dos gestos manuais

~~~~~	preparação (pr)
-------	-----------------

[Jul/2012] [SESA] [D1] [S2]

Excerto “*ah não faz essa cara*” (10:21-10:47) (Rosê-Gerson)

UNIDADE GESTUAL

G: *éh:: que qu´é isso cê vai entender tudo/ NÃO, entender TUDO não vai*

////////////////////// ~~~~~

|posição de repouso (default) | pr |st |ha |

/figura 1 (fig1/f1)/ /fig2/ /fig3/

|frase gestual 1(fg1) |

123

como ninguém entende ( )/ qualquer um de nó-/ a pessoa que não é=

~~~~~/**_._._._.##### ~~~~~ *****~~~~~/**~~~~~_._._._.

|pr |st/st|rt |hi |pr |st |pr|st |st |rt |

/fig4/f5//f6/ /fig7/ /fig8/ /fig9/ /f10//f11/ /fig12/ /fig13/

|fg2 | fg3 |fg4 |fg5 |fg6 |frase gestual 7 |

456

789

*****	golpe (st=stroke)
_._._._._._._._._._._.	retração (rt = retraction)
~~	suspensão pré-golpe (hb = pre-stroke hold)
*****	suspensão pós-golpe (ha = post-stroke hold)
#####	suspensão independente (hi = independente hold)
//////////////////////	posição de repouso (default)

	<div> </div> <div><p><i>=nativo/ ou que não é muito familia=</i>
~~~~~
 pr st rt
/f14/ /fig15/ /fig16/ /fig17/
<i> frase gestual 8</i> </p></div> |
| | <div> </div> <div><p><i>=rizada/ vai alguma coisa cê vai perder/ mas cê vai pegar uns 90 por cento</i>
~~~~~
 pr st ha rt posição de repouso
/fig18/ /fig19/ /fig20/ /fig21/
<i> frase gestual 9</i> </p></div> |
| | <div> </div> <div></div> |

Nesse exemplo temos um turno multimodal de Gerson que compreende uma unidade gestual composta por 9 frases gestuais. Temos exemplos de frases gestuais com as fases de preparação e golpe (fg2; fg5 e fg6); frases gestuais com golpe e mais a retração (fg3 e fg7), e frases gestuais com a preparação, golpe e mais a retração (fg8). Observamos ainda que temos uma frase gestual composta de uma suspensão independente (fg4)⁵³ durante a qual vemos que Gerson mantém o gesto manual (fig. 7), referindo-se à toda a ideia veiculada nas unidades entoacionais *não, entender tudo não vai; como ninguém entende*. Há também exemplos de frases gestuais que englobam a fase expressiva com suspensão pós-golpe (fg1 e fg9). Na frase gestual 1, o gesto manual refere-se a *entender tudo não vai*. Como Gerson realizou o golpe (fig. 3) já nas duas primeiras sílabas de *entender*, ele precisou “segurar” o gesto até que a unidade entoacional estivesse completa. Na frase gestual 9, o gesto manual se refere a *alguma coisa* *cê vai perder*. Ao realizar o golpe (fig. 19) durante a produção de *alguma coisa*, Gerson “segura” o gesto até finalizar a produção da ideia veiculada na nessa unidade entacional.

C) A classificação dos gestos manuais - Em relação à classificação dos gestos manuais, eles podem receber diferentes classificações dependendo da ótica utilizada pelo pesquisador (e.g. BAVELAS; GERWING, 2007; BAVELAS; COATES; JOHNSON, 2000; BAVELAS et al., 1992; CALBRIS, 2005, 2011; CADOZ, 1994; EKMAN; FRIESEN, 1969a, 1972; KENDON, 2004; MCCLEARY; VIOTTI, 2017; MCNEILL, 1992; STREECK, 2009) Por exemplo, alguns desses pesquisadores consideram em suas classificações apenas os gestos que são gestos comunicativos (e.g. KENDON, 2004), enquanto outros englobam todos os tipos de gestos, sejam eles comunicativos ou não (e.g. EKMAN; FRIESEN, 1969a, 1972).

Tomando por base as funções dos gestos apresentadas por Cadoz (1994), McCleary e Viotti (2017) descrevem que, grosso modo, os gestos podem ser divididos em três grandes famílias: 1) *gestos ergóticos* – gestos de manipulação, seja de objetos no ambiente, seja de

⁵³ Alguém poderia ficar em dúvida se essa frase gestual realmente é composta de uma suspensão independente ou se esse gesto manual não seria uma suspensão pós-golpe. Esse gesto manual não poderia ser descrito como uma suspensão pós-golpe, pois a suspensão pós-golpe sempre deve vir depois do golpe, não sendo o caso nesse exemplo.

partes do corpo do próprio indivíduo. Geralmente não são considerados gestos comunicativos; 2) *gestos epistemológicos* – ações executadas para a aquisição de conhecimento sobre o mundo como, por exemplo, os toques para sentir a textura de certas superfícies e 3) *gestos semióticos* – gestos considerados comunicativos, ou seja, que aportam algum significado à interação.

Para os propósitos desta tese, interessam-nos os gestos semióticos que podem ser subdivididos em: a) *gestos imagéticos* - icônicos, metafóricos, ação construída, pantomima, dêiticos, batuta, coesivos, reguladores interacionais, boias (*buoys*) etc. que, geralmente, ocorrem em concomitância à fala; b) *gestos emblemáticos* - gestos convencionalmente reconhecidos por apresentarem determinada configuração e que veiculam sempre o mesmo significado dentro de contextos específicos em determinada cultura (e.g. levantar o braço diagonalmente e simular que está escrevendo algo quando se quer pedir a conta ao garçom em um restaurante no Brasil) e que também podem ser utilizados em contextos nos quais o falar pode estar prejudicado (e.g. em ambientes industriais no qual o nível de ruído é elevado) ou mesmo impossibilitado de ocorrer (e.g. os profissionais sinalizadores aeroportuários); e c) *gestos de afeto* - gestos que sinalizam as emoções do indivíduo (e.g. mãos trêmulas quando se está nervoso).

Apesar de essas classificações auxiliarem no momento da descrição dos gestos manuais, vale ressaltar que na produção dos gestos, geralmente, os gestos apresentam seu sentido desvendado apenas quando postos em relação à fala. Sendo assim, os gestos nunca recebem uma classificação *a priori*. Por exemplo, como aponta Kendon (2014), os participantes interacionais podem produzir uma fala semelhante, mas realizar ações corporais diferentes, implicando em significados distintos para essa fala semelhante.

Vejamos alguns exemplos desse tipo de fenômeno numa pesquisa realizada para o EMCL7 sobre os estudos dos gestos manuais em cenários de uso de dêiticos verbais.⁵⁴

⁵⁴ Mais informações sobre esses dados podem ser vistas no capítulo Materiais e Métodos.

Pesquisa realizada para o EMCL7 sobre estudo de gestos manuais em coocorrência aos enunciados contendo itens lexicais dêiticos			
Contexto: Uma pessoa pensando sobre a festa que vai à noite.
Script: Aqui, tô animado(a) pra essa festa. Mas não sei que roupa usar.
Hmm... Talvez essa aqui.			
TALVEZ ESSA (D)AQUI			
Diogo	Hayat	José	Nayara

Esses quatro participantes se ativeram aos *scripts*, produzindo modificações mínimas nas orações. Nesse exemplo, apenas acrescentaram ao dêitico verbal de referência espacial – **aqui** – a preposição **de**, produzindo, assim, a contração **daqui**. Os gestos manuais mostrados referem-se ao momento da produção do item lexical **daqui**. Observamos que Diogo “segura”, com ambas as mãos, a roupa que pretende usar. Para Diogo a sua roupa encontra-se à sua frente e ele está interagindo com um interlocutor hipotético localizado à sua frente e à sua direita. Hayat mostra-nos a sua roupa, que ela situou no seu lado esquerdo, apontando para essa roupa imaginária com a mão esquerda com a palma voltada para baixo. Seu interlocutor hipotético também parece estar localizado à sua frente e à sua direita. Por sua vez, José, tal como Diogo, também segura a sua roupa. Contudo, ele a posiciona à sua frente com uma orientação mais para a esquerda. Diferentemente de Diogo, José segura a sua roupa apenas com a mão direita numa configuração de mão em forma de pinça. Enquanto Diogo olha para a sua roupa, José dirige seu olhar para seu interlocutor hipotético que ele situou à sua esquerda. Reparem que Diogo segura sua roupa pelas laterais, mas José parece segurá-la por cima. Nayara também interage com seu interlocutor hipotético localizado à sua direita, apontando a sua roupa com a mão direita com a palma da mão voltada para cima.

Esses exemplos mostram como os significados dos gestos manuais só adquirem sentido quando postos em relação à fala. Como C. Goodwin (2007) nos lembra, os gestos só podem ser entendidos localmente. O autor nos pontua que os gestos se adaptam às particularidades da interação e não podem ser entendidos sem que se leve em conta a atividade que está sendo desenvolvida naquele momento e naquela situação. Além disso, a variabilidade na significação

dos enunciados não ocorre apenas frente a uma fala semelhante em coocorrência a diferentes gestos. Segundo descreve C. Goodwin, um mesmo recurso (e.g. apontar com uma caneta) pode adquirir diferentes significados dependendo das contingências e das especificidades da ação em curso. Por exemplo, apontar com uma caneta pode significar a especificação de uma referencialidade (e.g. aquele livro lá [falante aponta com a caneta na direção do livro]); uma sinalização de seleção de próximo falante (e.g. MONDADA, 2013, quando o falante aponta a caneta em direção ao seu coparticipante, convocando-o a tomar a palavra); ou ainda uma sinalização de autoseleção para tornar-se o próximo falante (e.g. MONDADA, 2007, quando o coparticipante eleva a caneta indicando que quer tomar a palavra).

Mais ainda, Mondada (2011, 2014b) nos mostra bons exemplos de como mesmas ações durante uma operação na sala de cirurgia podem ser realizadas por meio da mobilização de diferentes recursos. Durante uma operação o cirurgião pode requerer de seu assistente uma determinada ação (e.g. passar ao médico determinado instrumento) escolhendo um enunciado verbal que geralmente é efetuado por um verbo no imperativo, ou ele pode apontar para um lugar específico ou apenas realizar um movimento de cabeça indicando ao assistente que é hora de agir ou ainda utilizar a composição de todas essas ações. Mondada observou que tanto a ação do médico quanto a ação do assistente podem ser realizadas sem qualquer troca verbal entre eles, sendo a ação demandada igualmente atingida via a modalidade apenas gestual. Mondada observa que não há diferença nem na prontidão nem na realização das ações, sejam elas executadas mediante a utilização de apenas enunciados verbo-vocais, apenas gestuais ou a composição de enunciados multimodais.

Vale ressaltar que o uso situado dos gestos não acontece apenas quando em concomitância à fala, mas que ele ocorre igualmente na ausência de fala, adquirindo sentido apenas em determinados contextos. Por exemplo, Streeck e Jordan (2009) citam a ação de erguer um dos braços diagonalmente na altura dos ombros e balançar a mão (ou o dedo indicador) para cima e para baixo. Essa ação realizada por um cliente em potencial em direção a um motorista de taxi pode sinalizar a necessidade de um taxi, em determinado contexto, uma vez que permitem aos motoristas de taxis e aos passageiros em potencial um meio para que eles se organizem na díade passageiro/motorista de taxi. Entretanto, um gesto semelhante (sem o balançar da mão ou dedos) realizado por um aluno em sala de aula adquire outro significado: o aluno sinalizar ao professor que quer dizer algo, que quer ser o próximo falante (e.g. SAHLSTRÖM, 2002). Podemos acrescentar que esse mesmo gesto adquire significado diferente quando realizado por um cliente em direção ao garçom em um restaurante: chamar a atenção do garçom para o fato de que se solicita o seu serviço. Embora essas ações adquiram

significados variados dependendo do contexto, como colocam Streeck e Jordan (2009), elas apresentam a mesma função: permitir aos indivíduos se organizarem e manterem a coordenação de seus papéis sociais relevantes para a ocasião. Para Streeck e Jordan, apesar dessa flutuação de significado ocorrer dependendo do contexto, esse tipo de ação se sustenta por si mesma, sem precisar estar vinculada a qualquer enunciado, uma vez que está incorporada tanto no repertório do indivíduo quanto no repertório da coletividade, perpetuando o significado de sua utilização. Contudo, vale lembrar que esses gestos não devem ser confundidos com os gestos emblemáticos. Grosso modo, os gestos emblemáticos apresentam um significado com certo grau de estabilidade que possui alguma autonomia em relação ao contexto de uso, como por exemplo, o signo icônico da mão fechada com o polegar estendido e apontando para cima, muito utilizado atualmente nas redes sociais como sinal de “curti” (*like*), ou ainda o signo icônico da mão fechada com o indicador estendido e levado aos lábios para indicar um pedido de silêncio que, geralmente, observamos em cartazes fixados em salas de espera de hospitais. Esses dois exemplos de gestos icônicos serão interpretados como possuidores de significação estabilizada mesmo que sejam apresentados em contextos diferentes.

D) As famílias de gestos manuais - Alguns pesquisadores (e.g. KENDON, 2004) observam que certos gestos manuais são recorrentes em determinados contextos, agrupando-os em famílias de gestos. Como descrevem McCleary e Viotti (2017, p. 176), esses gestos, apesar de variarem a cada situação de uso e depender do contexto para sua interpretação, “mostram ter um núcleo formal estável que reaparece em gestos semanticamente afiliados (e vice-versa: muitos gestos com semelhanças semânticas podem conter elementos formais semelhantes)”. Para o caso desta tese, interessa-nos a família de gestos manuais associados à negatividade. Dentro desse grupo, encontramos os gestos manuais derivados de ações instrumentais tais como a) utilização de ferramentas de corte como, por exemplo, machados, espadas e tesouras; b) limpeza de uma superfície; ou c) proteção do corpo ou da face.

No grupo dos gestos derivados das ações instrumentais de utilização de ferramenta de corte, a configuração da mão está iconicamente associada à ferramenta. Nos gestos de corte, também denominados de gestos de machado ou gestos-guilhotina, associados ao machado ou espada, geralmente, a mão: a) mantém-se aberta; b) os dedos permanecem esticados, podendo estar bem unidos ou ligeiramente abertos; c) a orientação da palma da mão é oblíqua em relação ao eixo horizontal; e d) o movimento é rápido, podendo ter a orientação de cima para baixo no plano vertical ou lateralmente, do centro para fora, no plano horizontal, imitando a ação realizada com uma lâmina, machado ou espada. Em contextos negativos, é considerado um

gesto incisivo de recusa de algo, com a interpretação de que este algo precisa ser parado ou eliminado (e.g. KENDON, 2004). Calbris (2005, 2011) apresenta que estes gestos são considerados gestos agressivos, sinalizando uma negação absoluta, categórica e definitiva. Vejamos a Figura 10 para exemplos dos gestos de corte (gestos-machado, gestos-guilhotina).

Exemplos de Gestos de Corte (gestos-machado, gestos-guilhotina)

Figura 10: Exemplos de gestos de corte (gesto-machado, gesto-guilhotina): (a) gesto de corte realizado com as duas mãos abertas em movimentação de cima para baixo no eixo vertical; (b) gesto de corte realizado com uma mão com movimentação do centro para fora no eixo horizontal; (c) gesto de corte realizado com as duas mãos, em configuração de dedos em 90° em relação à palma da mão, em movimentação no eixo vertical. Esse gesto pode ser considerado um amálgama entre o gesto de corte e o gesto de proteção (anteparo)

No gesto de corte associado à utilização da tesoura, geralmente os pulsos se cruzam formando um X e o movimento é realizado de dentro para fora. Vejamos a Figura 11 para exemplos desse tipo de gesto manual.

Exemplos de Gestos de Corte (gestos-tesoura)

Figura 11: Exemplos de gestos de corte-tesoura: (a) gesto de tesoura com configuração inicial de palmas das mãos voltadas para fora e na posição vertical, apresentando uma movimentação de dentro para fora e de cima para baixo no eixo vertical. Este gesto pode ser considerado um amálgama com o gesto de proteção (anteparo) por ter sua posição inicial encobrindo parcialmente o rosto; (b) gesto de tesoura com configuração inicial de palmas das mãos voltadas para baixo com movimentação do centro para fora no eixo horizontal.

Nos gestos de “limpeza” de uma superfície, também denominados de gesto de apagamento, o movimento pode ser realizado pela palma da mão, orientada para baixo, ou pela

lateral da mão ou ainda com o punho fechado. Geralmente o movimento é realizado lateralmente, do centro para fora do espaço gestual, no plano horizontal. O que distingue esse gesto do gesto de corte quando realizado no eixo horizontal é a velocidade de execução. O gesto de limpeza é mais lento quando em comparação ao gesto de corte. Vejamos a Figura 12 para exemplos dos gestos manuais do tipo limpeza ou apagamento.

Exemplos de Gestos de Limpeza (gestos de apagamento)

Figura 12: Exemplos de gestos de limpeza (gesto de apagamento): (a) gesto realizado com as palmas das mãos voltadas uma para outra com movimentação de cima para embaixo e vice-versa, no eixo vertical, repetidas vezes; (b) gesto realizado com a palma orientada para o centro do espaço gestual com movimentação do centro para fora no eixo horizontal; (c) gesto realizado com as palmas das mãos voltadas para baixo e com movimentação do centro para fora no eixo horizontal.

Nos gestos de proteção, também denominados de gesto de anteparo ou de bloqueio, as palmas das mãos são orientadas para fora, simulando um anteparo ou barreira. Vejamos Figura 13 para exemplos de gestos de proteção (anteparo, barreira, bloqueio).

Exemplos de Gestos de Proteção (gestos de anteparo, gestos-barreira)

Figura 13: Exemplos de gestos de proteção (anteparo, barreira, bloqueio): (a) gesto realizado com a palma da mão voltada para fora com movimentação diagonal de cima para baixo. Esse gesto pode ser considerado um gesto de amálgama entre o gesto de apagamento e o gesto de proteção; (b) gesto realizado com as palmas das mãos orientadas para fora e no eixo vertical. Geralmente, tanto o gesto (a) quanto o gesto (b) apresentam uma movimentação de cabeça concomitantemente; (c) gesto realizado com as palmas das mãos orientadas para fora e no eixo vertical, sendo postadas à altura dos ombros; e (d) gesto realizado com a palma da mão voltada para fora e orientada diagonalmente, encobrindo parcialmente o rosto.

Esses gestos manuais de corte, limpeza ou proteção podem ser realizados com a(s) mão(s) ou apenas com o(s) dedo(s). Segundo Calbris (1985, 2005, 2011) a escolha de execução de movimento com as mãos ou com os dedos dependerá da ênfase que o indivíduo queira dar ao seu enunciado. Calbris defende que a modalização das ações manuais associadas à negatividade ocorre devido ao fato de a palma da mão ser uma superfície que pode ser aumentada ou diminuída fisicamente. A modalização redutora pode ocorrer pela diminuição de ângulo (palma oblíqua ao invés de mão aberta) ou de superfície (apenas um dedo ao invés da mão inteira). A modalização de aumento pode se dar pela ampliação de ângulo (mão aberta ao invés de mão oblíqua) ou de superfície (mão inteira ao invés do dedo) ou, ainda, pela simetria gestual ao se utilizar as duas mãos no movimento ao invés de apenas uma.

Calbris (1985, 2005, 2011) também apresenta que a ação gestual pode ser intensificada pela maneira como a gestualidade será executada: a) de forma invariada (uma única movimentação); b) de maneira dinâmica (repetição do gesto com amplitude de ação reduzida); c) pela repetição (nesse caso a amplitude do movimento é maior em relação à repetição dinâmica e há também um aumento temporal entre as repetições dos movimentos); ou ainda d) pela acumulação dos recursos – aumento de ângulo pela utilização da mão estendida, aumento de superfície pela utilização da mão ao invés de dedos, execução do gesto de forma dinâmica ou pela repetição.

Quanto à reatualização significativa desses gestos derivados de ações instrumentais em atos comunicacionais, Calbris (1985, 2005, 2011) acredita que essa gestualidade, para a expressão da negação, assemelha-se ao seu modo físico de execução. Quando o indivíduo emprega os gestos de corte, geralmente, ele está sinalizando para seu coparticipante uma expressão de negação pela destruição. Nos gestos de “limpeza”, a expressão é pelo apagamento e, nos gestos de barreira ou anteparo, a proposição negativa seria manifestada por oposição ou pela negação de uma existência.⁵⁵

Para Kendon (2004), os gestos de corte, de limpeza e de proteção/barreira constituem um único grupo, denominado por ele de família de gestos OHP (*open hand prone gestures*), subdivididos em dois grupos: a) gestos realizados com as palmas das mãos em pronação, orientadas verticalmente na direção do coparticipante (VP); e b) gestos realizados com as palmas

⁵⁵ Calbris (1985, 2005, 2011) defende que os gestos de barreira provenientes de atos instrumentais de defesa da face, impediam parcialmente a visão do indivíduo, podendo, atualmente, ser reinterpretados como uma negação de uma existência, principalmente quando eles forem executados num plano mais elevado dentro do espaço gestual.

das mãos em pronação, orientadas, para baixo ou obliquamente, no eixo horizontal (ZP). Vejamos a Figura 14 para exemplos de gestos VP e ZP.

Figura 14: Exemplos de gestos manuais do tipo VP e ZP baseados nas ilustrações de Kendon (2004, p. 250)

Em relação aos gestos de anteparo ou barreira (gestos VP), Kendon (2004) observa que o falante ao empregá-los sinaliza a intenção de bloquear sua linha de ação ou a do seu coparticipante. Esses gestos podem ser vistos em enunciados de hesitação nos quais inclusive há uma interrupção da fala com posterior autocorreção ou reformulação de enunciado. A interpretação se os gestos de anteparo indicam uma suspensão ou interrupção da linha de ação do falante ou de seu coparticipante depende de como o gesto foi executado e da sua localização em relação ao corpo do falante. Segundo Kendon, se a mão ficar bem próxima ao corpo do falante, isto sinaliza que a linha de ação a ser interrompida será a sua própria, mas se as mãos forem posicionadas mais afastadas do corpo do falante, isto indicará que a linha de ação a ser suspensa refere-se à linha de ação compartilhada entre falante e coparticipante. Caso as mãos sejam movidas para frente em direção ao coparticipante, isto indicará que o coparticipante deve parar o que ele está fazendo ou dizendo. Nesses gestos é como se o falante utilizasse a palma da mão para criar uma barreira que impede que algo em progresso ou em movimento avance em sua direção, ou para afastar algo para longe.

Nos gestos de corte e de limpeza (gestos ZP), Kendon (2004) nota que as mãos se movem rapidamente do centro para as laterais do espaço gestual. Os contextos de uso são a suspensão, interrupção, corte, remoção ou apagamento de algo. Kendon acrescenta que a principal diferença entre os dois tipos de gestos de interrupção da linha de ação é que, nos gestos ZP (gestos de corte e de limpeza), a interrupção da linha de ação se deve a circunstâncias externas, sendo algo que o falante não controla ou procura controlar, ou seja, algum evento ou

circunstância no qual ele não é o autor da ação, descrevendo algo que aconteceu, acontece ou poderá acontecer, enquanto nos gestos VP (gestos de anteparo ou barreira) o falante se engaja num ato esquemático de parar ou impedir o avanço de algo que ele próprio executa ou realiza ou seu coparticipante executa.

Apesar dessas descrições de Kendon serem provenientes da observação de práticas recorrentes nas interações, não podemos esquecer que o significado de fato só poderá ser estabelecido durante o desenrolar da interação e ao verificarmos como os participantes manifestam seus entendimentos sobre os gestos manuais de seus parceiros interacionais.

Nessa seção vimos como os pesquisadores mostram como os gestos manuais que se desenrolam durante os fluxos da fala servem para contextualizar uns em relação aos outros, providenciando os recursos necessários para que os participantes organizem as ações relevantes dentro da atividade em curso. Nesses trabalhos, portanto, a relação entre a língua e os gestos manuais é investigada em termos de processos mutuamente contextualizados que promovem recursos publicamente disponibilizados para a organização social dentro da progressão interacional.

4.2.3 As ações faciais

A face humana fascina os homens desde os primórdios da civilização. As representações pictóricas das primeiras comunidades humanas já demonstram uma preocupação em representar a face do homem e suas possibilidades comunicativas. Ekman (2011) credita esse interesse pela face humana ao fato de a face concentrar quatro dos comumente conhecidos cinco sentidos - olfato, paladar, audição e visão – e ser a parte do corpo que apresenta maior concentração de músculos por área. A face é composta por 44 músculos que permitem que se realizem inúmeras ações faciais de caráter comunicativo, fisiológico (e.g. piscar em presença de luz muito forte) e emocional. Além disso, pesquisas mostram que as ações faciais de caráter interacional também são intimamente sincronizadas com a fala e o contexto e servem para demonstrar qualquer coisa que possa ser representada por uma configuração facial, seja no passado, no presente ou no futuro, ou, ainda, hipotético ou metafórico (BAVELAS; GERWING; HEALING, 2014a).

Se prestarmos atenção à face das pessoas quando elas estão interagindo com outros indivíduos, perceberemos que as faces apresentam pouca semelhança com as ações faciais congeladas em fotografias. Devido aos grupos de músculos independentes da face, nossas ações

faciais são extraordinariamente rápidas e flexíveis. Ekman e Friesen (1978) identificaram mais de 40 unidades de ações faciais (*action units*) que correspondem às possibilidades das atividades dos músculos faciais ou grupos musculares que contribuem para a grande rapidez e flexibilidade dos movimentos faciais. Qualquer um que observe as faces dos participantes quando estão conversando verá uma constante sucessão de rápidas e diferentes ações faciais de ambos os participantes. Contudo, como alertam Bavelas e Chovil (1997), grande parte dos estudos das ações faciais é realizada com fotos estanques. As autoras descrevem como uma imagem congelada no tempo pode induzir a equívocos de interpretação. Um exemplo dos equívocos que podem surgir nas pesquisas com imagens fixas é oferecido por Bavelas (1992) ao indicar que uma mulher explicando que gosta de determinada comida, mas que não a consome frequentemente realizou a ação facial simétrica de franzir o nariz (ação facial indicadora de nojo) quando disse que não consumia o referido alimento. Nesse contexto, porém, a falante não estava indicando nojo, mas sim se valendo de uma metáfora de rejeição, implícita no nojo, para indicar uma negação abstrata. Uma fotografia estática da sua face nesse específico momento iria congelar para sempre a sua ação facial como uma ação indicadora de nojo e não como uma ação facial em sincronia com a fala que agregou sentido ao enunciado. Esse exemplo deixa evidente a importância de se estudar as ações faciais em contexto e em relação com a fala e, preferencialmente, por meio de mídia audiovisual.

Outro problema que podemos identificar em relação aos estudos das ações faciais comunicacionais é que, ainda que a face tenha essa riqueza de possibilidades musculares, as ações faciais apresentadas em interações face a face são alvo de uns poucos estudos descritivos (e.g. BRUNNER, 1979; CHOVIL, 1991a, 1991b; EKMAN, 1979). Bavelas, Gerwing e Healing (2014b) propõem uma explicação para tal fato. Segundo as autoras, uma possível razão seria o fato de que, geralmente, as ações faciais são tomadas como ações que expressam as emoções. Essa perspectiva tem dominado os estudos das ações faciais por anos.

Embora Birdwhistell (1970), Chovil (1991a, 1991b) e Ekman (1979, 1997) tenham escrito sobre as ações faciais também servirem como recursos que auxiliam a composição das ações construídas colaborativa e conjuntamente numa interação face a face e não apenas como um recurso para expressar emoções, ainda hoje, o foco das pesquisas persiste no estudo das ações faciais como ações para expressar emoções. Mesmo os primeiros pesquisadores que propuseram os efeitos sociais na ação facial (e.g. KRAUT; JOHNSTON, 1979), limitaram-se à análise das ações faciais dos sorrisos. Para Bavelas, Gerwing e Healing (2014b) o fato de Ekman e Friesen (1969, 1971) terem apresentado pesquisas sobre a tipologia das ações faciais para a expressão das emoções parece ter causado o efeito de restringir as pesquisas nesse

sentido. As autoras alertam para o fato de que, apesar da tipologia de Ekman e Friesen poder ter dificultado a investigação das outras possíveis funções das ações faciais nas interações, é importante considerar as contribuições que esses autores fizeram para o entendimento de como as ações faciais contribuem para a progressão interacional, ainda que grande parte do foco se restrinja à análise das emoções.

Apesar de haver essa concentração das pesquisas voltadas para a investigação das expressões das emoções, há estudos que se preocupam com as outras funções comunicacionais das ações faciais. Por exemplo, Chovil (1991a, 1991b) e Bavelas e Chovil (1997) observam que reações emotivas pessoais correspondem a apenas um quarto das 720 ações faciais significativas que foram identificadas em suas análises. O restante (três quartos) estava relacionado semântica ou sintaticamente com os tópicos em curso. Clark e Gerrig (1990) descrevem uma variedade de ações faciais com funções semânticas e sintáticas, além de reações na face do coparticipante que oferecem suporte para que o diálogo tenha continuidade. Em estudos sobre os sorrisos, Kraut e Johnston (1979), Fernandez-Dols e Ruiz-Belda (1995) e Chovil (1997) constataam que as pessoas sorriem mais quando estão em interação social. Gilbert, Fridlund e Sabini (1987) observam que quando as pessoas estão sozinhas e não sabem que estão sendo gravadas e são submetidas a forte odores, as ações faciais não são tão fáceis de serem identificadas quanto comparadas às ações faciais produzidas para fins interacionais, estejam os participantes interagindo de forma presencial ou não. Bavelas et al. (1986a, 1986b) descrevem como a imitação facial das pessoas aumenta quando em presença de outras, especialmente quando um dos indivíduos sente dor ou está sendo submetido a esforço físico.

Para estudar as ações faciais, Bavelas, Gerwing e Healing (2014a), tomando por base algumas das categorias empregadas para os estudos dos gestos manuais, apresentam que as ações faciais podem ser agrupadas em três grandes categorias funcionais: adaptadores; emblemas; e ações faciais conversacionais. Os adaptadores são ações faciais que servem para cumprir funções fisiológicas (e.g. piscar, mastigar, engolir, espirrar etc). Essas ações faciais corresponderiam aos gestos manuais ergóticos que apresentamos na seção dos gestos manuais e que correspondem aos gestos manuais de manipulação, seja de objetos no ambiente, seja de partes do corpo do próprio indivíduo (e.g. coçar-se). Para Bavelas, Gerwing e Healing (2014a), tal como é o entendimento dos pesquisadores dos gestos manuais, essas ações faciais não são consideradas ações comunicativas. Contudo, devemos sempre lembrar que essas ações faciais podem adquirir significados comunicativos dependendo do contexto no qual foram empregadas e da maneira como os participantes interacionais demonstram publicamente seus entendimentos sobre elas. Por exemplo, quando o coparticipante boceja em concomitância à produção de

enunciados do falante, o falante pode tomar essa ação de bocejar do outro como um sinal de enfado, mesmo que o coparticipante apenas tenha bocejado por realmente estar cansado e com sono. Sendo assim, é preciso verificar como os participantes explicitam publicamente seus entendimentos dentro da progressão interacional. Só assim é possível dizer se determinada ação facial parece ser fisiológica ou comunicacional.

Em relação às ações faciais emblemáticas, Bavelas, Gerwing e Healing (2014a) explicam o seu entendimento sobre essa ação facial ao apresentar o exemplo de uma pessoa em um restaurante que dirige o olhar insistentemente para o garçom, que se encontra do outro lado do salão e que não está prestando atenção no cliente, até que ele faça contato visual. Nesse momento, o cliente pode sorrir e levantar suas sobrancelhas para sinalizar que requisita a atenção do garçom para algum serviço. Essa ação facial de levantar as sobrancelhas, nesse contexto específico (restaurante: cliente-garçom), pode ser entendida como um emblema, uma vez que são ações faciais convencionalmente reconhecidas por apresentarem determinada configuração e que veiculam sempre o mesmo significado dentro destes contextos específicos. As autoras fazem um paralelo com o gesto corporal de levantar o braço e apontar os dedos diagonalmente para o teto que, nessas mesmas situações, também podem ser identificados como gestos manuais emblemáticos de chamar o garçom para solicitar algum serviço. Apesar dessa definição de gestualidade emblemática ser bastante aceita na literatura dos EG, ressaltamos, tal como já fizemos na seção anterior, que essas ações gestuais – levantar a sobrancelha e/ou levantar o braço – não podem ser consideradas emblemas em outras situações. Essas mesmas ações podem adquirir significados completamente diferentes em outros contextos. Por exemplo, quando um falante levanta as sobrancelhas enquanto está falando, essa ação facial pode servir para enfatizar determinada palavra dentro do fluxo de sua fala; um aluno que levanta o braço e aponta diagonalmente os dedos para o teto pode servir para sinalizar ao professor que deseja tomar a palavra em contextos tradicionais de sala de aula. As ações faciais, portanto, também apresentam seus significados apenas estabelecidos situada e localmente, de forma colaborativa e conjunta, momento a momento durante o curso da atividade em andamento.

Quanto às ações faciais conversacionais, Bavelas, Gerwing e Healing (2014a) chamam a atenção para que observemos indivíduos interagindo e notemos que durante a interação é possível ver os participantes realizando ações faciais tais como sorrir, franzir a testa, inclinar a cabeça, franzir as sobrancelhas, arregalar os olhos, enrugar o nariz, fazer caretas e assim por diante. Todas essas ações significam algo no contexto interacional. Contudo, como as autoras nos alertam, se não pudermos ouvi-los, dificilmente saberemos o que essas ações significam. Muitos poderão entender essas ações faciais como expressões faciais de emoções. Entretanto,

devemos ser cautelosos no uso dessas noções. Ações faciais conversacionais não são expressões faciais de emoção como veremos na próxima seção.

4.2.3.1 *Ações faciais (conversacionais) versus expressões faciais (de emoção)*

Até recentemente, grande parte dos estudos das ações faciais era dedicada ao entendimento das emoções. Um dos primeiros trabalhos a mostrar que as ações faciais veiculam significados que não apenas os emocionais foi realizado por Ekman e Friesen (1969a). Contudo, foi Kraut e Johnston (1979), pesquisando sobre os sorrisos, que introduzem uma distinção clara entre os dois tipos de ação facial: a) ações que expressam emoção e b) ações que sinalizam informação ao parceiro interacional. Para distinguir essas ações faciais de sorrisos, Kraut e Johnston adotam as terminologias *expressão facial* e *ação facial*. As *expressões faciais* fazem parte dos processos emocionais individuais, enquanto *ações faciais* conversacionais são parte de processos de interação social.

Expandindo o estudo para outras ações e expressões faciais que não apenas os sorrisos, Ekman (1997) apresenta a mesma diferenciação para as ações faciais que expressam as emoções e as ações faciais vinculadas à fala. Ekman observa que não apenas os sorrisos, mas outras ações faciais associadas à fala fazem parte da estrutura da conversa, sendo coordenadas com a sintaxe e governadas pelas regras que organizam a produção discursiva. Ekman adota a terminologia *expressões faciais* quando as ações estão mais relacionadas às reações emocionais. Apesar dessa preocupação de Kraut e Johnston (1979) e posteriormente de Ekman (1997), grande parte das pesquisas atuais ainda utiliza essas noções de forma intercambiável, causando confusões no entendimento a respeito do assunto. Para tentar sanar essa dificuldade, Bavelas, Gerwing e Healing (2014b) propõe o termo *gesto facial conversacional* como uma expressão que enfatiza as similaridades funcionais dos gestos manuais conversacionais. Apesar dessa iniciativa das autoras, nenhum trabalho até o momento adotou essa nomenclatura. Nesta tese, empregamos as terminologias de Kraut e Johnston (1979) e Ekman (1997), uma vez que seu uso já está difundido na comunidade dos EG, ainda que utilizados de forma intercambiável. Tomamos o cuidado de utilizar *ação facial* para as ações faciais vinculadas à função comunicativa e *expressão facial* para a função de sinalização das emoções.

Apesar de fazer a distinção entre ação facial comunicativa e expressão facial das emoções, Ekman (1997) ressalta que as reações emocionais também podem estar relacionadas com o que está sendo dito, servindo, portanto às duas funções de comunicar e expressar a emoção. Ele exemplifica essa situação ao comentar o relato de uma pessoa que disse estar com

medo do resultado de uma biópsia. Quando a palavra **medo** foi pronunciada, a pessoa apertou seus lábios horizontalmente, apresentando certo tremor nos lábios, segundo Ekman, como uma referência facial ao medo. Ekman observa que essa ação facial simulando a emoção do medo ocorreu em sincronia com o item lexical **medo** e foi produzida e desmanchada rapidamente. Sendo assim, apesar de a ação facial poder ser confundida com a expressão facial do medo, essa ação facial não deve ser caracterizada como uma expressão facial. Devido às características de sua produção – sincronicidade com o item lexical e rapidez de execução e de desmanche – ela é uma ação facial de comunicação e não uma expressão facial de emoção. Ekman relata que em outro momento da interação, a pessoa novamente produziu um enunciado dizendo que estava com medo de realizar a biópsia. Nesse novo enunciado, as ações faciais de medo perduraram por toda a fala, prolongando-se, inclusive, para o enunciado seguinte. Nesse caso, Ekman descreve que essa ação facial é uma ação emotiva, portanto, uma expressão facial de emoção, já que indicaria o estado interno do indivíduo provocado pela situação. Sendo assim, Ekman nota que a ação facial simulando a emoção medo quando em sincronia com a fala ocorre bem mais rápido do que quando ela é uma expressão facial sinalizadora da emoção medo.⁵⁶

Fornecendo outro exemplo, enfatizando as ações faciais do coparticipante, Ekman (1997) apresenta a situação quando o indivíduo reage ao enunciado do falante, produzindo uma ação facial de torcer o nariz e a boca para o lado (ação facial indicadora de desprezo). Caso a ação perdurasse por algum tempo (mais de 4s), Ekman afirma que o coparticipante estaria interpretando o enunciado do falante como um ataque pessoal e, portanto, a ação pertenceria à categoria das ações emocionais, devendo ser descrita como uma expressão facial, uma vez que

⁵⁶ Em muitas pesquisas, mesmo quando o objetivo do estudo não era a verificação da duração das ações faciais coverbais e das expressões de emoção, Ekman e colaboradores percebem sistematicamente as diferenças de duração das expressões faciais de emoção e das ações faciais relacionadas à fala, sendo que as expressões de emoções apresentam uma duração mais prolongada do que as ações faciais vinculadas à fala. Geralmente as expressões faciais de emoção duram de 4 a 5 segundos (e.g. EKMAN; FRIESEN, 1982; EKMAN; HOPER; HAGER, 1980), enquanto as ações faciais podem durar apenas milésimos de segundos. Para Ekman (1979) essa diferença na duração está vinculada à origem da linguagem. Ekman (1979) defende que as expressões de emoções são anteriores ao surgimento da linguagem, sendo coerentes, organizadas e sistemáticas desde os primórdios da vida. Antes da emergência dos processos simbólicos, as expressões das emoções serviam para sinalizar as emoções e nada além disso. Para Ekman essa diferença temporal indica que as ações faciais vinculadas à fala e as expressões de emoções podem apresentar mecanismos neurais diferentes. Para corroborar essa hipótese, Ekman apresenta alguns estudos sobre doenças degenerativas e lesões que comprometem as ações faciais voluntárias. Tais estudos revelam que as ações faciais em sincronia com a fala são mais prejudicadas do que as expressões das emoções. Para Ekman, outra evidência do processamento neural diferente para as expressões da emoção e para as ações faciais em processos interacionais é quando se pede aos indivíduos que controlem suas ações faciais. Muitos são capazes de fazê-lo no que se refere às ações das emoções, mas não em relação às ações faciais conversacionais. Ekman observou ainda que, quando uma pessoa pensa que não está sendo observada, suas ações faciais conversacionais diminuem de frequência, mas essa redução não se verifica em relação às expressões faciais que expressam as emoções.

revelaria o estado interno do indivíduo provocado pelo comentário do falante. Entretanto, quando o coparticipante reagisse facialmente ao enunciado do falante com o mesmo tipo de ação facial indicadora de desprezo, mas essa ação facial perdurasse por alguns segundos apenas (menos de 4s), Ekman declara que essa ação facial seria uma ação comunicativa, um *feedback* que o coparticipante estaria dando para contribuir para a progressão interacional. Nesse caso essa ação facial sinalizaria o comentário, a posição assumida pelo coparticipante frente ao que o falante está dizendo. Sendo assim, notamos que, segundo Ekman (1997), o que distinguiria uma ação facial comunicacional e uma expressão facial de emoção seria a duração da referida ação. Enquanto a expressão da emoção perduraria por mais tempo na face do participante interacional, a ação facial de caráter comunicativo-interativo teria uma duração mais reduzida. Vemos, portanto, que ambos os tipos de ações faciais ocorrem na conversa, mas essas ações faciais são de naturezas distintas.

Apesar da grande contribuição de Ekman a respeito da duração das ações faciais como forma de distinguir se a ação é uma ação facial comunicativa ou uma expressão facial de emoção, ele não se preocupou em verificar o exato momento no qual essas ações ocorrem, apenas citando que as ações faciais comunicativas ocorrem em sincronia com os enunciados verbais, e nem em verificar as implicações dessas ações para a progressão interacional. Nesta tese nos ocupamos em investigar o momento no qual as ações faciais do falante e do coparticipante ocorrem em sequências de enunciados multimodais de desacordo e as implicações dessas ações para a interação.

Sendo assim, como apontam Bavelas, Gerwing e Healing (2014a), a distinção entre expressão facial (da emoção) e ação facial (conversacional) leva, ao menos, a quatro diferenças. Primeiro, as ações faciais conversacionais são sincronizadas com a fala, aparecendo e sendo modificadas em frações de segundos. Como mostra Ekman (1997), uma expressão de emoção desenvolve seu próprio curso e não pode ser produzida e desmanchada junto como uma única palavra ou sintagma. Segundo, muitas teorias sobre as expressões faciais limitam-nas a um conjunto estereotipado de formas que se vinculam a um número reduzido de emoções básicas – alegria, tristeza, medo, raiva, nojo e surpresa.⁵⁷ Em relação às ações faciais conversacionais,

⁵⁷ Darwin (2009[1872]) teorizou que as emoções eram biologicamente determinadas e universais a toda espécie humana. Em meados dos anos 1960, Ekman e Friesen começaram a catalogar as microexpressões faciais possíveis de serem realizadas pela contração e relaxamento dos músculos da face, codificando a morfologia facial básica e universal da espécie humana em seis emoções (alegria, medo, nojo, raiva, surpresa e tristeza).

Ekman e Friesen (1971) testaram a teoria da universalidade das emoções básicas em várias comunidades – Brasil, Chile, Argentina, Japão, Estados Unidos e em tribos da Papua-Nova Guiné. Em todas essas culturas as microexpressões básicas puderam ser associadas às mesmas emoções. A conclusão de Ekman e Friesen foi que essas seis emoções são universais, inatas e filogeneticamente derivadas. Outros pesquisadores também defendem essa posição. Entre eles podemos citar Eibl-Eibesfeldt (1989), Fridlund (1994), Galati, Scherer e Ricci-Bitti (1997)

elas fazem parte do que a pessoa está dizendo no momento e, portanto, apresentam inúmeras formas, não sendo nenhuma delas fixada ou estereotipada.

Apesar de Bavelas, Gerwing e Healing (2014a) apresentarem a distinção em relação às possibilidades limitadas das expressões faciais e as múltiplas possibilidades para as ações faciais, Ekman (1993) nos alerta que, embora exista um número reduzido de emoções básicas, suas morfologias prototípicas são descritas apenas como guia didático, pois é praticamente impossível a um indivíduo realizar uma expressão de emoção “pura”. Ekman apresenta duas principais razões para tal impossibilidade. A primeira é que, na maior parte das vezes, os indivíduos dificilmente sentem uma emoção básica pura. O usual é que as pessoas sintam diferentes emoções simultaneamente e as expressem por diferentes articuladores concomitantemente (e.g. a região superior da face expressa alegria enquanto a região inferior expressa tristeza); a segunda se refere às diferenças que se notam na execução das expressões da emoção: diferenças individuais (número e elasticidade dos músculos), intensidade na execução do movimento, duração do movimento etc. Sendo assim, também as expressões de emoções podem ser produzidas em número bastante elevado e apresentarem complexas formas de representação facial, o que requer um cuidado redobrado por parte do analista no momento de interpretar as gestualidades publicamente disponibilizadas pelos participantes.

Como terceira diferença entre as ações faciais e as expressões faciais, Bavelas, Gerwing e Healing (2014a) apresentam uma distinção de caráter metodológico que afeta os

e Peleg et al. (2009). Galati, Scherer e Ricci-Bitti (1997) e Peleg et al. (2009) mostram como mesmo os indivíduos cegos executam as expressões das emoções de maneira bastante similar à dos indivíduos que enxergam. Algumas críticas a esse argumento referem-se ao fato de as crianças cegas poderem saber executar a expressão facial pelo aprendizado tátil. No entanto, Eibl-Eibesfeldt (1989) mostra que mesmo crianças cegas-surdas, crianças cegas-surdas sem os membros (braços e/ou pernas), vítimas de talidomida, ou ainda crianças acéfalas ou com microcefalia executam as expressões faciais básicas de forma semelhante.

Os argumentos de Ekman e Friesen (1971) para sustentar essa posição de que existem seis emoções básicas que são universais, inatas e filogeneticamente derivadas foram que essas emoções também puderam ser observadas entre os primatas não-humanos e que elas são sempre eliciadas de forma simétrica. As outras emoções são eliciadas de forma assimétrica. Para Ekman e Friesen esses argumentos são indícios de que essas seis emoções serviram de base para que as outras emoções se desenvolvessem. Alguns pesquisadores não aceitam essa visão como, por exemplo, a antropóloga Margaret Mead que defende que todas as emoções são culturalmente determinadas mediante um processo de comportamento aprendido. Contudo, atualmente, grande parte da comunidade científica aceita que essas seis emoções são consideradas universais, mesmo que apresentem ligeiras diferenças na produção facial da emoção e sejam eliciadas de maneira culturalmente determinada, ou seja, a demonstração de certa emoção para um coparticipante e em uma dada situação é culturalmente estabelecida, mas a morfologia da emoção é bastante semelhante independentemente da cultura (e.g. ELFENBEIN et al., 2007).

Nos anos 1980, Ekman e Friesen (1986) propõem que a lista das emoções básicas passe a incorporar a emoção de desprezo/desdém, pois suas pesquisas mostram que essa emoção encontra-se bastante disseminada em muitas culturas, mesmo nas ágrafas com pouco contato transcultural, sendo sempre eliciada de forma semelhante pelos indivíduos. A partir dessa constatação de Ekman e Friesen, a comunidade científica transita em aceitar ora que são seis as emoções básicas ora que são sete.

Uma compilação da morfologia prototípica das expressões faciais das emoções pode ser vista em: <http://2.bp.blogspot.com/-W76Y6WtOcC4/VCMgMnv-I-I/AAAAAAAAAJA/gO2bjMrJAUk/s1600/5.-Paul-Ekman-lie-detector-.jpg>.

procedimentos de pesquisa. Como as expressões das emoções são, geralmente, entendidas como configurações estereotipadas que correspondem às emoções individuais, um experimento típico da área enfatiza a habilidade do participante em reconhecer as expressões faciais, seja por fotografias, seja por vídeos. Já os estudos com foco nas ações faciais conversacionais demandam que os indivíduos sejam filmados em interação e que se realizem microanálises de suas faces quadro a quadro com as respectivas palavras que as acompanham, levando-se, ainda, em consideração o contexto no qual a interação foi realizada.

Em relação à quarta distinção, Bavelas, Gerwing e Healing (2014a) declaram que a análise de ações faciais inclui mais elementos do que as análises das expressões de emoções. A análise das expressões de emoções limita-se a configurações de músculos que, geralmente, levam em consideração as unidades de ação facial (*action units*) propostas por Ekman e Friesen (1978). Já as análises das ações faciais conversacionais incorporam outros aspectos da área facial como os movimentos de cabeça – acenos (*nods*), abanos (*headshakes*) e inclinação – e a direção do olhar, além dos analistas precisarem contrapor essas ações faciais com a fala e o contexto situacional. Além disso, é usual que os analistas das ações faciais estudem os desdobramentos dessas ações para a progressão interacional.

Pela observação dos estudos que tratam das expressões faciais das emoções e das ações faciais comunicacionais, podemos acrescentar uma quinta diferença. Essas pesquisas parecem evidenciar que as expressões faciais das emoções são menos frequentes nas interações do que as ações faciais comunicacionais. Por exemplo, Fridlund, Ekman e Oster (1987) descrevem como as mais de 6.000 ações faciais investigadas por eles em pacientes com desordem afetiva, em pacientes com depressão e em indivíduos bipolares, apenas um terço dessas ações poderia ser classificada como de natureza emocional. Chovil (1991a, 1991b, 1997, 2005) e Bavelas e Chovil (1997) observam em suas pesquisas que as reações emotivas pessoais correspondem a apenas um quarto das mais de 1.000 ações faciais significativas que foram identificadas em suas análises. Ekman (2011, p. 14) cita que das cerca de 10.000 ações faciais diferentes que ele já catalogou ao longo de sua carreira, ele observa que aproximadamente 3.000 destinam-se à sinalização das emoções, sendo o restante produzido para atos comunicativos e fisiológicos.

Além do fato de as ações faciais serem mais frequente nas cenas interacionais, vale ressaltar que as expressões de emoção publicamente disponibilizadas na conversa se tornam, elas próprias, ações comunicacionais que poderão intervir na progressão da interação e apresentar consequências para o trabalho conjunto dos participantes na organização das sequências de interação face a face.

4.2.3.2 Ações faciais conversacionais como ações demonstradoras

Como apresentamos na introdução dessa seção sobre as ações faciais, algumas pesquisas mostram que as ações faciais de caráter interacional são intimamente sincronizadas com a fala e o contexto e servem para demonstrar qualquer coisa que possa ser representada por uma configuração facial (e.g. BAVELAS; GERWING; HEALING, 2014a). Contudo, as faces apresentam diferentes possibilidades e restrições quando comparadas com os gestos manuais e, portanto, demonstram diferentes tipos de referentes. As ações faciais não podem retratar objetos, relações espaciais, movimento etc., mas podem descrever virtualmente as faces que qualquer indivíduo tenha realizado em determinado momento. Como as conversas são densamente povoadas por referências aos próprios participantes, a terceiros ou ainda a personagens imaginários, sejam essas referências no passado, presente, futuro ou, ainda, hipotéticas ou metafóricas, a capacidade que a face possui de demonstrar as configurações faciais dos indivíduos e personagens humanos ou antropomorfizados é muito útil.

Baseados nos estudos de Paul Ekman, Janet Bavelas e Nicole Chovil, Bavelas, Gerwing e Healing (2014a) observam que as ações faciais podem ser divididas em dois grandes grupos: 1) ações faciais que estão vinculadas ao conteúdo da fala; e 2) ações faciais que servem para marcar o *status* da fala. No primeiro grupo, as ações faciais servem para demonstrar reações pessoais, retratar faces (e.g. simular, imitar faces) ou realizar metáforas. No segundo grupo encontram-se as ações faciais que as autoras nomeiam de ações de *comunicação colateral*, uma vez que essas ações faciais demonstram informações sobre o *status* da fala em andamento e não sobre o conteúdo da fala. Nesse último grupo, as ações faciais servem para enfatizar certos itens lexicais, pontuar certos sintagmas ou orações, sinalizar questionamentos sobre o que se está falando, ou ainda para demonstrar que a pessoa está pensando ou se lembrando de algo. Além disso, também servem para prover um comentário sobre o que se está dizendo, seja um comentário por parte do falante, seja um comentário por parte do coparticipante. Há, ainda, as ações faciais que servem de *feedback* do coparticipante como ações que auxiliam na manutenção e progressão interacional.

Em relação ao primeiro grupo – ações faciais vinculadas ao conteúdo da fala, as *reações pessoais* podem ser demonstradas tanto pelos falantes quanto pelos coparticipantes quando reagem a algo na situação em desenvolvimento, sinalizando, assim, suas avaliações e entendimentos em relação a algo que ocorreu na interação. Bavelas, Gerwing e Healing (2014a, p. 124) apresentam um exemplo para ilustrar esse tipo de demonstração pela ação facial: o falante está contando uma experiência pessoal a respeito de andar em pedras molhadas e

escorregadias para atravessar um rio. Quando o falante fala “*meu pé escorregou e eu caí no rio*”, assim que ele termina de dizer **rio**, o coparticipante faz uma cara de espanto e vocaliza “*oooh*”. Como colocam as autoras, o coparticipante demonstra específica e vividamente o seu entendimento sobre o perigo que o falante estava narrando naquele momento. A sua ação facial não significa que ele estava espantado ou preocupado durante os poucos segundos que a ação facial durou, mas sim a sua sincronia para demonstrar que estava prestando atenção na narrativa e que concordava com o ponto culminante apresentado pelo falante. Para as autoras esse entendimento de ser uma ação facial demonstradora e não uma expressão facial de emoção é o mais provável, tanto em relação à duração extremamente rápida da ação facial e a sincronização com a produção do item lexical do falante (**rio**), quanto em relação ao fato de o falante não ter realizado quaisquer ações faciais indicadoras de espanto ou medo enquanto estava produzindo o seu enunciado verbal - *meu pé escorregou e eu caí no rio*.

Quanto à possibilidade de *retratar a face* (simular, imitar faces), Bavelas, Gerwing e Healing (2014a) lembram que os indivíduos em interação podem retratar suas próprias faces ou as de outros indivíduos tanto no passado, quanto no presente ou futuro ou ainda em situações hipotéticas. Vejamos a Figura 15 que ilustra a possibilidade de se retratar a face de outro na interação entre a díade Isadora (I) e a participante (B), no excerto “*ai ela fala assim*”.⁵⁸ Nesse excerto, as duas participantes conversam sobre o filme *A Nova Cinderela* (*A Cinderella Story*, 2004, direção de Mark Rosman). Isadora está narrando a parte na qual a madrasta Fiona (Jennifer Coolidge) diz que está muito decepcionada com o fato de nenhuma de suas filhas ter sido eleita a rainha do baile. Em cenas anteriores, o filme mostra que Fiona havia realizado um procedimento para aplicação de botox que deixara sua face parcialmente paralisada. No momento que ela fala para suas filhas que está decepcionada, ela apresenta um sorriso estático. Isadora, reproduzindo a fala da personagem, demonstra a face de Fiona.

⁵⁸ As informações identificadoras dessa interação são:

<p>[Jul/2012] [SESA] [D8] [S5]
 Excerto “<i>ai ela fala assim</i>” (33:30-34:36) (Isadora-B)</p> |
|--|

Figura 15: Unidades entoacionais de Isadora e as suas ações faciais

Para exemplificar a personagem Fiona com seu sorriso estático, Isadora inicia um sorriso com os dentes cerrados (Figura 15, foto 1.1) assim que ela finaliza – *aí ela fala assim* (linha 1). Mantendo esse sorriso e empregando uma prosódia diferenciada para marcar a voz da personagem, Isadora diz – *estou tão decepcionada* (linha 1). Enquanto produz essa fala Isadora realiza abanos de cabeça (sinalizados pelo sinal de + na Figura 15). Continuando a sua narrativa, ela dá voz às filhas de Fiona – *sério não parece* (linha 2). Mais uma vez, assumindo a voz de Fiona, Isadora produz – *acabei de colocar botox* (linha 3). Quando Isadora produz *acabei* (linha 3), ela novamente realiza um sorriso com os dentes cerrados (Figura 15, foto 3.1). Isadora prossegue narrando que as personagens entram no carro para irem embora e Fiona prende seu vestido no pedal do acelerador. Em decorrência desse fato, Fiona *grita tanto que a expressão dela volta ao normal* (linha 14). Novamente Isadora assume a voz da personagem Fiona e produz – *minha expressão voltou ao normal* (linha 15). Antes de Isadora rir – *hahaha* (linha 15), há uma pausa de 0.45s na qual ela retrata a face de Fiona “voltando ao normal” (Figura 15, fotos 15.1-15.5). Vejamos a Figura 16 para a sequência.

Figura 16: Unidades entoacionais de Isadora e as suas ações faciais

Na continuação do excerto, B diz que não se lembra dessa parte do filme. Isadora elabora esse momento do filme adicionando mais detalhes. Quando novamente chega à parte na qual descreve que *a expressão dela [Fiona] volta ao normal antes da hora* (linha 27), Isadora, novamente dando voz à personagem, produz - *ah meu rosto está normal* (linha 34). Quando fala *ah* [meu rosto está normal] (linha 34), Isadora inicia o movimento de levar a mão ao rosto, ela abre bem os olhos e eleva as sobrancelhas (Figura 16, foto 34.1). Assim que produz [ah meu] *rosto* [está normal] (linha 34), finaliza de colocar as mãos no rosto, fecha um pouco os olhos, abaixa as sobrancelhas e realiza uma configuração de boca em forma de “bico” com os lábios separados (Figura 16, foto 34.2). Logo após finalizar o enunciado – *aí ela falou assim ah meu rosto está normal* (linha 34) – e antes de começar a rir – *hahaha* (linha 34), há uma pausa de 0.47s na qual Isadora novamente imita a “face normal” de Fiona que se encontra deformada pelo procedimento estético (Figura 16, foto 34.3-34.7). Isadora e B riem por alguns segundos antes de prosseguirem na interação.

Nessa breve descrição é possível notar que a demonstração facial realizada pela Isadora permite a B “ver” como a personagem Fiona descrita na narrativa de Isadora estava naquele momento ou ao menos como Isadora selecionou alguns aspectos da situação para trazer para a sua narrativa. É improvável que B ou qualquer analista da conversa confundisse as ações faciais de demonstração de Isadora a respeito da personagem com uma expressão de emoção revelando o seu estado interno.

Em outro texto, Bavelas, Gerwing e Healing (2014b, p. 19) nomeiam essa mesma função (*retratar a face*) com o rótulo de *ação de conteúdo referencial* (*referential content*), uma vez que “as faces são excelentes para atuar como qualquer imaginável face, demonstrando qualquer

coisa que a face possa fazer”. Nesse texto acrescentam que as ações faciais podem representar não apenas uma pessoa real ou personagem humano, mas igualmente um personagem não humano. Exemplificam essa alternativa ao apresentarem a narrativa de uma participante contando a respeito de cenas do filme *Shrek* e como a falante incorpora os maneirismos dos personagens antropomorfizados *Shrek* e *Gato de Botas*.

Apesar de Bavelas, Gerwing e Healing (2014a) apresentarem essas possibilidades a respeito das ações faciais, vale lembrar que as categorias – reações pessoais e retratar a face – não são excludentes e suas fronteiras não são nítidas. Tomemos um exemplo apresentado por Bavelas et al. (1986b, 1990) a respeito das ações-espelho. Os autores descrevem a situação na qual o falante está narrando um acidente que ocorrera com ele. Enquanto narra a sua história, o falante produz uma cara de medo e dor e o coparticipante, quase que simultaneamente, também produz uma ação facial indicadora de medo e dor bastante semelhante à do falante. Para os autores, essa ação facial do coparticipante se revela apropriada para a situação que o falante estava narrando. Nesse caso, o que notamos é que a ação facial do falante serve para retratar a sua própria face num momento passado, enquanto a ação facial do coparticipante tanto pode ser interpretada como uma reação pessoal sinalizadora de entendimento a respeito da dor sentida pelo falante na ocasião passada relatada, quanto como uma ação que simula a ação facial do falante descrita no momento, ou seja, uma ação facial que retrata a face do outro, sinalizando ao falante que ele está acompanhando a narrativa atentamente e dando-lhe um *feedback* a respeito do entendimento que está tendo da história contada.

Em relação às *metáforas faciais*, Bavelas e Chovil (2000) propõe que as ações faciais variam dentro de um *continuum* de abstração. Como exemplo elas descrevem a situação interacional na qual um coparticipante produz uma ação facial de dor ao ouvir a narração de uma gafe social cometida pelo falante, sinalizando metaforicamente a sua empatia para com a “dor social” (e não física) do falante.

Quanto às ações faciais que são tidas como ações de *comunicação colateral*, começemos pelas ações que cumprem as funções de enfatizar, pontuar (*underliners*) ou sinalizar questionamentos. Bavelas, Gerwing e Healing (2014a) descrevem que os enfatizadores (*emphasizers*) ocorrem em sincronia com as sílabas átonas das palavras e que, geralmente essa função é realizada pelo movimento das sobrancelhas. Segundo Ekman (1979), os músculos responsáveis pelos movimentos das sobrancelhas são rápidos o suficiente para levantar e abaixar as sobrancelhas em sincronia com uma única palavra ou até mesmo com uma única sílaba. No caso dos pontuadores (*underliners*), segundo Ekman (1979), a ênfase perdura por todo um sintagma e não apenas por uma única sílaba ou palavra. Quanto aos marcadores de

questão, Ekman (1979) e Chovil (1991) observam que os falantes geralmente levantam ou apertam suas sobrancelhas quando formulam uma questão, mesmo que a sintaxe ou a prosódia não se apresente como interrogativa.

Em relação às ações faciais que servem para demonstrar que a pessoa está pensando ou se lembrando de algo ou ainda procurando por uma palavra e que também são consideradas como ações de *comunicação colateral* uma vez que sinalizam a respeito do *status* da fala e não sobre o seu conteúdo, Bavelas, Gerwing e Healing (2014a) descrevem que, grosso modo, essas ações se formam pela quebra do contato visual entre os participantes interacionais: quando o falante fica com um olhar distante ou fecha os dois olhos. Além disso, as pesquisadoras observam que pode haver uma ação facial de “cara de nada” (*blank face*) ou uma ação facial demonstrando certo esforço. Ekman (1979) descreve que a ação de “buscar” uma palavra é sinalizada pela ação facial de aproximar ou levantar as sobrancelhas, sendo esse movimento, geralmente, associado ao direcionamento dos olhos para cima. Por sua vez, Goodwin e Goodwin (1986) descrevem que os falantes quando “buscam” por uma palavra, geralmente, desviam o olhar para cima e para a esquerda.

Outra ação tida como ação de comunicação colateral por Bavelas, Gerwing e Healing (2014a) são as ações faciais *shrug* (͡_(ツ)͡/) realizadas pelo falante e que podem ser entendidas como uma ação facial, demonstrando que não se sabe de algo ou que não se importa com algo que está sendo proposto na cena interacional. Bavelas, Gerwing e Healing (2014b) caracterizam essas ações faciais como ações pragmáticas. Nesse texto, as autoras descrevem essa ação do falante como uma ação com função modal, uma vez que essas ações faciais alteram a maneira como o enunciado será interpretado. Tanto Chovil (1991) quanto Ekman (1992) descrevem que a ação facial *shrug* que veicula essas possibilidades de significação, geralmente, é formada por uma rápida movimentação das sobrancelhas e uma retração de um dos cantos da boca que podem estar associadas aos movimentos de levantar os ombros e apresentar as palmas das mãos para cima.

Bavelas, Gerwing e Healing (2014a) esclarecem que muitas pessoas tendem a querer interpretar essas ações faciais *shrug* como reações pessoais. Contudo, as autoras argumentam que as ações faciais *shrug* são ações de comunicação colateral uma vez que tecem um comentário a respeito do próprio enunciado do falante, modalizando a maneira como esse enunciado deve ser interpretado. Entretanto, observamos que caso a ação facial *shrug* seja realizada pelo coparticipante, ela deve ser entendida como uma ação facial de reação pessoal, já que tece uma avaliação e realiza um comentário a respeito do conteúdo do enunciado do outro. Sendo assim, para que determinada ação facial possa ser interpretada como x ou y,

devemos observar quem realizou a ação, em qual momento interacional ela foi realizada e, sobretudo, a relação dessa ação facial com os enunciados em andamento e qual foi o desdobramento que ela pode ter promovido na cena interacional.

Vejamos a Figura 17 para um exemplo de *shrug* realizado como reação pessoal, uma vez que é uma ação sinalizadora de avaliação e comentário produzido pelo coparticipante.⁵⁹

Figura 17: Unidade entoacional de Rosê e ações gestuais de Gerson

Neste exemplo, o casal – Rosê e Gerson – conversam sobre a viagem que Rosê realizaria no mês seguinte para Sligo (Irlanda) com o objetivo de participar de um evento acadêmico. Rosê conta para seu esposo quão preocupada ela está com a possibilidade de não entender o inglês falado na Irlanda devido ao sotaque dos irlandeses. Quando Rosê produz [eu tô um pou]co [preocupada com-] (linha 3), Gerson já começa a apertar as sobrancelhas, a levar o canto esquerdo da boca para trás e a virar a cabeça para a esquerda (Figura 17, foto 3.1). Assim que ela produz [eu tô um pouco] preocupa[da com-] (linha 3), seu esposo, ainda mantendo as sobrancelhas apertadas, o canto esquerdo da boca levado para trás, vira a cabeça ainda mais para a esquerda, inclinando-a ligeiramente também para a esquerda (Figura 17, foto 3.2). Concomitantemente, ele realiza o gesto manual de palmas das mãos voltadas para cima (Figura 17, foto 3.3). Ao final do enunciado de Rosê, Gerson finaliza o movimento de virar a cabeça para a esquerda e ainda mantém as sobrancelhas apertadas e o canto esquerdo da boca levado para trás (Figura 17, foto 3.4). Nesse exemplo, portanto, vemos que a ação *shrug* de Gerson é

⁵⁹ Esse exemplo foi retirado do excerto da interação Rosê-Gerson:

[Jul/2012] [SESA] [D1] [S2]

Excerto “*ah não faz essa cara*” (10:21-10:47) (Rosê-Gerson)

uma reação pessoal, pois, com essas ações gestuais, ele sinaliza que está fazendo uma avaliação negativa do enunciado de sua esposa.

Em relação às ações faciais que servem para demonstrar *feedback*, Chovil (1991) observa que essas ações faciais geralmente consistem no movimento de levantar as sobrancelhas, ou na movimentação de puxar os cantos da boca para baixo ou, ainda, na movimentação de pressionar os lábios um sobre o outro. Brunner (1979) descreve que os sorrisos também podem servir como ações faciais de *feedback*. Bavelas, Gerwing e Healing (2014b) nomeiam essas ações do coparticipante como ações pragmáticas cuja função é performativa, sendo indicadora de qual tipo de ato de fala ou movimento interacional a pessoa está engajada. As autoras também colocam nessa categoria os sinalizadores de questionamento. Apesar de esses autores descreverem essas ações faciais como ações recorrentes para a função de *feedback*, é preciso ter em mente que apenas a análise conjunta da ação facial em relação à fala e ao contexto no qual ela foi produzida é que poderá indicar se efetivamente determinada ação facial é uma ação de *feedback*. Além disso, é preciso estar atento aos entendimentos que os participantes demonstram sobre essas ações faciais durante o desenrolar da interação.

Pelo exposto acima, notamos que os significados das ações faciais só se estabelecem situadamente, estando intimamente relacionados com a fala e o contexto no qual as ações foram produzidas. Além disso, é fundamental que o analista observe quem produziu as ações faciais, em qual momento e quais as consequências que geraram na progressão da atividade em andamento. Mais ainda, uma ação facial não precisa necessariamente ser classificada como pertencente a apenas uma categoria, uma vez que ela pode servir a várias funções. Observamos também que, ao contrário do que se alega em relação à possibilidade de redundância dos gestos manuais, as ações faciais não devem ser tomadas como redundantes, apesar de encontrarmos essa classificação na literatura. As ações faciais sempre agregam informação aos enunciados multimodais. Como nos lembram Bavelas, Gerwing e Healing (2014a, p. 128), “as faces em diálogo são vívidas, eloquentes, eficientes, infinitamente variadas e ubíquas”.

Embora tenhamos apresentado uma possibilidade de classificação funcional das ações faciais como ações demonstradoras, é importante ressaltar que outros critérios são utilizados entre os pesquisadores. Dentro dos vários critérios, grosso modo, podemos agrupar as ações faciais em: a) voluntárias e involuntárias; b) icônicas, metafóricas, batutas ou simbólicas (emblemas); c) redundantes ou não redundantes; d) objetivas ou subjetivas; e e) metadiscursivas que servem para enfatizar, pontuar, estruturar ou organizar o discurso, etc. Essas possibilidades de classificação são utilizadas para dividir o fenômeno das ações faciais em tipos e classes,

criando alguma confusão quando se analisa os resultados das pesquisas, pois qualquer ação facial, entendida no contexto de uso, pode fazer parte de várias dimensões simultaneamente. Isso revela a própria natureza da ação facial como um modo de expressão da comunicação humana que serve a variados propósitos. Qual ação facial será utilizada, dependerá das intenções comunicativas do indivíduo e do contexto criado pelos outros níveis semióticos em dada situação de uso. Sem analisar todo esse complexo, não há qualquer possibilidade de se estabelecer um sentido no ato comunicativo humano que não seja parcial e restrito. A seguir apresentamos pesquisas que se voltam especificamente para alguns dos articuladores da face.

4.2.3.3 *As ações faciais e seus diferentes articuladores*

Um dos primeiros tratados sobre a fisionomia humana, *Physiognomonica*, atribuído a Aristóteles, divide a face humana em três áreas: a) a face superior, composta pela área da testa e das sobrancelhas; b) a face medial que compreende a região dos olhos, o nariz e as bochechas; e c) a face inferior, composta pelos lábios e a mandíbula. Essa divisão ainda é utilizada nos dias atuais. Contudo, conforme as necessidades dos pesquisadores, essas partes podem ser subdivididas. Geralmente, para os estudos das ações faciais em coocorrência com a fala, subdivide-se a face em seus diferentes articuladores: sobrancelhas, pálpebras, nariz e mandíbula (boca). Há poucos estudos dedicados à investigação específica de cada articulador em relação à fala em processos interacionais, mas as pesquisas têm avançado nesse caminho. A seguir são apresentadas algumas dessas pesquisas e os resultados obtidos que indicam como as ações faciais agregam sentido aos enunciados.

A) Movimento das sobrancelhas – Um trabalho pioneiro sobre a relação dos movimentos das sobrancelhas em relação à fala é o de Ekman (1979). Nesse trabalho, Ekman observa que o movimento das sobrancelhas realizado pelo falante é a ação facial mais associada à ênfase, seja no nível silábico, lexical, sintagmático, sentencial ou discursivo. Segundo Ekman, o uso dos movimentos das sobrancelhas para dar ênfase pode ser realizado de forma voluntária, mas, geralmente, eles são realizados sem que o indivíduo tenha total consciência dessa movimentação. Ekman mostra ainda outras funções das sobrancelhas, realizadas pelo falante, como movimentos sinalizadores de: a) marcas de interrogação ou interesse; b) mudanças de sentença; c) reformulações de fala; d) finalização de turno pelo levantar das sobrancelhas na última palavra pronunciada; e) estruturação de conversa com indicação de início ou fim de tópico pelo levantar das sobrancelhas; f) marcas de perplexidade, discordância ou dúvida pela

aproximação da parte interna das sobrancelhas (apertar das sobrancelhas); g) movimento batuta, acompanhando o ritmo da fala; e h) localizador de palavra (aproximação das sobrancelhas ou levantar das sobrancelhas associado ao direcionamento dos olhos para cima). Da pesquisa de Chovil (1991a), acrescenta-se que há o levantar das sobrancelhas quando o falante realiza oferecimentos e sugestões. Ferré et al. (2007), em pesquisas sobre a língua francesa, observam que há o levantamento das sobrancelhas sempre que há a produção de advérbios. Também em relação à língua francesa, Guaitella et al. (2009) mostram a relação entre os movimentos das sobrancelhas e as variações entoacionais. Kaukomaa, Peräkylä e Ruusuvuori (2014), investigando interações com falantes de finlandês, observam que a ação facial de franzir a testa e, como consequência, franzir as sobrancelhas (ou vice-versa) é uma ação prefacial de enunciados de desacordo.

Em relação às funções das sobrancelhas apresentadas pelocoparticipante, Ekman (1979) descreve essa movimentação como indicadora de: a) concordância ou anuência (levantar as sobrancelhas); b) pedido de informação quando o coparticipante parece não ter entendido o que o falante disse pela aproximação das sobrancelhas; c) incredulidade em relação ao que está sendo dito (levantar das sobrancelhas); e d) simulação de surpresa pela combinação do levantar das sobrancelhas com a elevação da pálpebra superior e a abertura da mandíbula. De acordo com Ekman, geralmente essas ações são sustentadas por mais tempo do que elas ocorreriam numa situação natural de surpresa. Rossano, Brown e Levinson (2009) também analisam como o levantar das sobrancelhas, associado à manutenção do contato visual, são ações gestuais que servem para o coparticipante demonstrar um questionamento, dúvida, incredulidade sobre o que está sendo dito. Os autores também descrevem como essas ações, quando realizadas pelo falante, servem para eliciar uma resposta mais rápida do outro em relação à questão formulada.

B) Movimentos das pálpebras – As principais pesquisas referentes ao movimento das pálpebras em interações presenciais apresentam como foco de estudo a piscada involuntária. Doughty (2001) verifica que a piscada involuntária dura cerca de 0,2 s., ocorrendo, em média, 15 vezes por minuto (8-21 vezes por minuto). Contudo, Cummins (2010) menciona que o piscar em interação face a face é sensivelmente diferente de indivíduo para indivíduo. A literatura sobre o assunto apresenta que a piscada involuntária pode desempenhar variadas funções na interação: a) dar pistas ao coparticipante do estado emocional do indivíduo que está piscando. Geralmente se o indivíduo não pisca com certa frequência ele é tido como uma pessoa estranha ou hostil, porém, caso pisque em excesso, o outro pensará que ele está nervoso ou que algo está errado (e.g. OUSLER et al., 2008); b) sinalizar que a pessoa está mentindo. Quando se conta uma

mentira, geralmente, há um aumento no número de piscadas por minuto (e.g. EKMAN, 1992; LEAL; VRIJ, 2008); c) auxiliar na mudança de turno (e.g. CUMMINS, 2012); d) alguns estudos sobre línguas de sinais apontam que o piscar e o tempo de duração da piscada estão fortemente relacionados com a estrutura sintática e prosódica da língua (e.g. HERRMANN, 2010 para a língua de sinais alemã; BAKER; PADDEN, 1978 e WILBUR, 1994 para a língua de sinais americana; LEITE, 2008; LEITE; MCCLEARY, 2013; MCCLEARY; LEITE, 2013 e MCCLEARY; VIOTTI, 2007 para a língua de sinais brasileira; PFAU; QUER, 2010 em estudo comparativo de diversas línguas de sinais).

C) Movimentos da boca – As pesquisas que levam em conta esse articulador são aquelas que estudam os sorrisos nas interações. Ekman (1992) identifica 18 tipos de sorrisos que podem ocorrer nas interações sociais, cada um deles apresentando um significado ou função diferentes. Ekman agrupou-os em seis categorias (1) o sorriso verdadeiro, também conhecido como sorriso sentido (*felt smile*) ou sorriso Duchenne; 2) o sorriso falso ou sorriso não-Duchenne; 3) o sorriso miserável; 4) o sorriso irônico; 5) o sorriso amarelo e 6) a risada ou gargalhada.

Dentro das categorias propostas por Ekman (1992), o sorriso verdadeiro, também conhecido como sorriso sentido (*felt smile*) ou sorriso Duchenne, envolve a contração do zigomático maior e do orbicular ocular e a atuação do músculo risório.⁶⁰ Segundo Ekman, esse tipo de sorriso indica alegria, diversão ou contentamento genuíno por parte de quem o emite e quanto maior for a atuação do músculo risório, maior será a demonstração de contentamento. No sorriso não-Duchenne, popularmente conhecido como sorriso falso, há somente a contração do músculo zigomático maior e uma atuação do risório. Grosso modo a principal distinção entre o sorriso Duchenne e o não-Duchenne encontra-se na atividade muscular ao redor dos olhos.

De acordo com Ekman e Friesen (1982), os sorrisos falsos são produzidos deliberadamente para cumprir uma função social de tentar convencer o outro de que um sentimento positivo está sendo sentido quando na verdade ele não está. Esses autores subdividem esse grupo em: a) sorriso falseado (*phony smile*); b) sorriso mascarado (*masking smiles*); c) sorriso desanimado (*dampened smile*); e d) sorriso botox (*botox smile*). Ekman e Friesen explicam que no sorriso falseado (*phony smile*) quase nada é efetivamente sentido, mas

⁶⁰ Alguns dos principais músculos da face que estão envolvidos na produção dos sorrisos são o orbicular ocular (responsável pela elevação das bochechas e como consequência a formação de pés-de-galinha ao redor dos olhos), o zigomático maior (responsável pela elevação dos cantos da boca), o orbicular bucal (responsável pelo fechamento e contração dos lábios) e o risório (responsável por puxar os cantos dos lábios para fora para a formação de um sorriso amplo). Dependendo do tipo de sorriso apenas alguns desses músculos entram em atividade.

a pessoa quer dar a impressão de que existe um sentimento positivo. No sorriso mascarado (*masking smiles*), há um forte sentimento negativo sendo vivenciado, mas a pessoa quer indicar que ela está tendo um sentimento positivo. Ekman e Friesen declaram que os sorrisos falseados (*phony smile*) são mais efetivos do que os sorrisos mascarados (*masking smiles*), uma vez que não há sentimento contraditório. Ekman e Friesen acreditam que sempre há indícios de que um sorriso é mascarado quando outras ações faciais deixam “vazar” os sentimentos negativos. Geralmente esses vazamentos ocorrem mais na parte superior da face (pálpebras, sobrancelhas e testa) do que na inferior. No sorriso desanimado (*dampened smile*) as pessoas efetivamente sentem as emoções positivas, mas tentam mostrar que esses sentimentos são menos intensos do que eles efetivamente são. Segundo Ekman (1992), o sorriso botox (*botox smile*) é executado apenas com o intuito de mostrar polidez.

Apesar dessas explanações de Ekman e Friesen (1982) enfatizarem a demonstração (ou o encobrimento) de emoções, notamos que conhecer a diferenciação que os estudiosos das emoções fazem a respeito desses tipos de sorrisos falsos pode auxiliar o analista da conversa a entender as sutilezas e os desdobramentos que determinados sorrisos parecem promover na manutenção ou alteração da atividade em andamento. Além disso, muitos pesquisadores sinalizam a dificuldade de se identificar se um sorriso é verdadeiro ou falso durante as trocas interacionais, dizendo que a observação a respeito da ação ao redor dos olhos (pés de galinha), muitas vezes, não é possível de ser notada. Em relação a essa dificuldade, Ekman e Friesen (1982) apresentam certas características a respeito dos sorrisos falsos que podem nos auxiliar no momento da análise das interações. Os autores explicam que, geralmente, além de não haver a atuação dos músculos ao redor dos olhos, o sorriso falso é assimétrico, sendo mais pronunciado do lado esquerdo do que do direito se a pessoa é destra. Outra característica dos sorrisos falsos é que eles surgem deslocados em relação à situação que o gerou, sendo produzidos ou muito cedo ou muito tarde em relação aos enunciados promotores dessa ação facial. Os sorrisos falsos distinguem-se também dos sorrisos verdadeiros no quesito do tempo de duração das fases de produção: a preparação do sorriso falso é mais abrupta do que a preparação do sorriso verdadeiro; a duração do ápice do movimento é muito mais longa; e a retração também é mais abrupta e, muitas vezes, irregular. Apesar dessas observações de Ekman e Friesen devemos sempre ter em mente a necessidade de confrontar esses sorrisos em relação à fala e ao contexto e verificar o que essa ação facial provocou na cena interacional e qual foi a sua contribuição para a manutenção ou alteração da organização sequencial da conversa.

Em relação ao grupo dos sorrisos miseráveis, a preocupação de Ekman e Friesen (1982) e Ekman (1992) recai sobre a descrição de que esses tipos de sorriso demonstram que a pessoa

não experiencia nenhum sentimento positivo e não tenta demonstrar que uma emoção positiva está sendo sentida, ou seja, as pessoas não tentam sinalizar uma informação incorreta ao tentar dar a impressão de que está feliz. Os sorrisos miseráveis indicam um sentimento de infelicidade, deixando claro para a própria pessoa e para seus coparticipantes que eles são uma resposta para o pesar que, ao menos naquele momento, o indivíduo está sentindo. Segundo esses autores, esses sorrisos também são assimétricos, mas, como esses sorrisos não tentam falsear as emoções sentidas, geralmente, eles ocorrem ao final das expressões de emoções negativas, sobretudo, às de tristeza e medo. Ekman (1992) defende que essas distinções entre os sorrisos falsos e os sorrisos miseráveis são muito importantes para a correta interpretação dos conteúdos veiculados nas interações, principalmente, em contextos de interação terapeuta-paciente.

Quanto aos sorrisos irônicos, eles são tomados como uma categoria de sorriso que se elucida por si só. Entretanto, eles podem ser descritos de forma mais anatômica. Ekman (1992) descreve que eles são o resultado do conflito entre dois músculos, o zigomático maior e do orbicular bucal. Geralmente são executados por uma configuração de lábios fechados e cantos da boca puxados para fora. (e.g. ARGYLE, 1988; ATTARDO et al., 2003; EKMAN, 1992). Observando as descrições dos pesquisadores que mostram os sorrisos irônicos nas interações, notamos que os sorrisos irônicos ocorrem durante os *feedback* nos quais o coparticipante deixa evidente seu julgamento desdenhoso a respeito do conteúdo da fala do outro.

Os sorrisos popularmente conhecidos como sorriso amarelo são uma categoria de sorrisos bastante utilizada pelos pesquisadores para descrever um momento de embaraço ocorrido na cena interacional. Segundo Keltner (1995), eles se caracterizam por um sorriso controlado realizado com os lábios pressionados. Nesse sorriso não há a ação do músculo zigomático, apenas agindo o orbicular bucal e, muito sutilmente, o músculo risório. Geralmente este sorriso está presente em contextos nos quais é possível identificar o entendimento que os participantes apresentam da ação em curso como havendo um momento de embaraço, vergonha, frustração ou demonstração de culpa na cena interacional.

Quanto ao sorriso e a risada, geralmente os pesquisadores apresentam uma distinção entre eles (e.g. EIBL-EIBESFELDT, 1989; DAVILA-ROSS; OWREN; ZIMMERMANN, 2010; DAVILA-ROSS et al., 2011; EKMAN, 1992; MENDES; SEIDL-DE-MOURA, 2009). Segundo esses pesquisadores o que diferencia a risada do sorriso é a presença ou ausência de som. Nos sorrisos não há a emissão de qualquer som, enquanto na risada o som sempre está presente. Esses pesquisadores acreditam também que a risada e o sorriso são ações derivadas filogeneticamente de comportamentos distintos, sendo a risada tida como uma ação facial de

agressão e o sorriso como uma ação facial de submissão.⁶¹ Nas interações, quando não se está em um contexto de piada ou de situação risível, Ekman (1992) acredita que a risada além de ser agressiva é uma forma bastante evidente de demonstrar desdém pelo outro e/ou pelo que ele está dizendo. Em relação aos sorrisos, Eibl-Eibesfeldt (1989) defende que qualquer tipo de sorriso, independentemente de ser verdadeiro ou falso, é uma forma de “desarmar” o outro para que a interação torne-se mais fluida e amistosa.

Ekman (1992) nos alerta que o analista da gestualidade em interação precisa estar bastante atento para a identificação desses diferentes tipos de sorrisos, postos em relação à fala e ao contexto, pois somente assim ele poderá almejar interpretar corretamente os enunciados veiculados durante a interação face a face. Segundo ele, se o analista não estiver atento às sutilezas que os diferentes tipos de sorriso veiculam, a sua interpretação a respeito da sequência interacional será parcial. Esse alerta de Ekman reflete o que os analistas da interação fazem em relação aos sorrisos. Apesar de os analistas não se importarem em nomear explicitamente os diferentes tipos de sorrisos, suas observações demonstram que eles estão atentos às diferenças, principalmente no que tange ao que essas diferenças promovem na progressão interacional.

Os pesquisadores, sobretudo aqueles que fazem uma análise multimodal, preocupam-se mais em descrever a função dos sorrisos nas sequências interacionais do que em nomear explicitamente qual tipo de sorriso cumpre determinada função. Como exemplos desses estudos, citamos os trabalhos de Brunner (1979) e C. Goodwin (1984) que descrevem como os sorrisos podem servir como ações faciais de *feedback*, sobretudo como continuadores ou demonstradores de entendimento; Argyle (1988) e Attardo et al. (2003) que observam como os sorrisos irônicos servem para sinalizar um comentário “negativo”, indicar uma posição do coparticipante face ao que o falante está dizendo; Clift (2016) que mostra como a risada tanto pode ser uma ação facial de afiliação quanto desafiliativa; Drew (1998) e Schegloff (2005),

⁶¹ A distinção entre a risada e o sorriso como a presença ou ausência de som é aceita pela comunidade científica, porém, nem sempre os pesquisadores concordam que há uma origem filogenética diferente para a risada e o sorriso. Alguns pesquisadores (e.g. DARWIN, 2009[1872]) acreditam que a risada e o sorriso diferem apenas em intensidade, sendo derivados filogeneticamente um do outro. Para esses estudiosos, a risada teria precedido o sorriso na evolução, sendo o sorriso apenas uma forma suavizada de risada.

Em 1940, Helmut Plessner propõe que a risada e o sorriso são ações qualitativamente diferentes e não apenas uma forma suavizada uma da outra. Na década de 1960, baseados em pesquisas sobre “ações faciais” em diferentes mamíferos e, especialmente, em primatas, muitos pesquisadores expandem essa ideia, passando a defender que a risada e o sorriso são ações derivadas filogeneticamente de padrões de comportamento distintos (e.g. EIBL-EIBESFELDT, 1989; VANHOOFF, 1972). A risada é tida como uma forma de agressão quando dirigida a alguém por ser derivada de um comportamento agressivo de cerco a um inimigo no qual vários membros de um grupo ameaçavam um inimigo comum, mostrando seus incisivos superiores e emitindo sons agudos (e.g. EIBL-EIBESFELDT, 1989; VANHOOFF, 1972). O sorriso, por sua vez, caracterizado como a ação gestual de mostrar os dentes sem qualquer emissão de som, teria se derivado do movimento de morder de brincadeira, posteriormente passando a ser reconhecido como uma ação defensiva frequentemente motivada pelo medo (e.g. EIBL-EIBESFELDT, 1989; VANHOOFF, 1972).

descrevendo como o sorriso pode servir como um pedido de desculpas em contextos de reclamação; Edwards (2005), mostrando como o sorriso pode servir para modalizar, suavizando a apresentação de uma reclamação; Holt (2012), observando como o sorriso pode servir para neutralizar uma reclamação, principalmente quando for uma ação que finaliza um enunciado que tem por objetivo ser tomado como risível em resposta a um enunciado de reclamação, selecionando esse sorriso como uma forma de convite ao coparticipante-reclamador para que ele compartilhe do momento risível; Kaukomaa, Peräkylä e Ruusvuori (2013), apresentando como os sorrisos em posição inicial de turno podem servir para mudar uma situação neutra ou séria em uma situação positiva ou risível; M. Goodwin (1983, 1990), descrevendo como os sorrisos e as risadas podem agravar os desacordos; Norrick e Spitz (2008), apresentando como o sorriso pode servir para atenuar um desacordo; Holt (2016), mostrando como um sorriso que inicializa um enunciado risível pode servir para encerrar um desacordo agravado; İçbay e Yildirim (2013), observando como a risada coletiva serve para reestabelecer a ordem num contexto tradicional de sala de aula; Jefferson (1984), analisando como o falante se vale da risada quando relata seus problemas como forma de indicar ao coparticipante que ele não está tomando o problema relatado como uma problema tão grave; Jefferson, Sacks e Schegloff (1987), apresentando como o sorriso pode servir para criar intimidade entre os participantes; Lerner (2003), descrevendo como o sorriso pode ser uma forma de seleção de próximo falante; Sacks (1974) e Sherzer (1985), analisando os sorrisos em situações de narração de piadas; e Walker (2013), mostrando como os sorrisos podem ser utilizados por crianças após terem cometido uma transgressão. Enfim, nota-se que os sorrisos podem ser polissêmicos e servir a diferentes funções dentro das interações face a face. Todas essas pesquisas deixam evidente como só é possível estabelecer os significados dos sorrisos quando se analisa essa ação facial em relação à fala e ao contexto imediato e, sobretudo, levando-se em consideração o entendimento que os participantes revelam sobre essas ações, deixando entrever como essas ações contribuem para a construção colaborativa e conjunta da atividade em andamento.

Além das pesquisas a respeito dos sorrisos, há estudos que apresentam outros resultados sobre o articulador boca/mandíbula. Chovil (1991a) observa que o movimento de abaixar os cantos da boca na forma de ferradura é uma ação indicadora de que a pessoa discorda do que está sendo veiculado ou que cedeu algo na discussão, reagindo com resignação, mas deixando evidente o seu descontentamento. Ekman (1992) identifica que a ação facial de torcer a boca para um dos lados, juntamente com o levantar das sobrancelhas pode apresentar um significado de *eu não sei*. Essa ação facial não significa que a pessoa não possui o conhecimento de algo, mas sim que ela está questionando o que está sendo dito.

Em resumo, como as diferentes pesquisas deixam evidente, devemos analisar a conversa de forma holística, uma vez que a análise multimodal gestáltica revela bem mais do que realizar análises isoladas do comportamento de cada um dos participantes. A colaboração entre o falante e o coparticipante é evidente e excitante e ainda há muito trabalho a ser feito para que possamos compreender a rica natureza da conversa face a face.

4.3 – RESUMO

Quando indivíduos interagem face a face, essa interação é inerentemente social e corporal. Mesmo que não usem a fala, os indivíduos se comunicam por meio da orientação de seus corpos, pela direção de seus olhares, pela movimentação de suas mãos, pelas ações faciais que produzem e, ainda que não façam movimentação alguma, por exemplo, quando apresentam uma face inexpressiva (*blank face*), eles se comunicam. Entender *o que* e *como* ocorre este jogo social de corpos em interação é um desafio para os analistas; pois, como mostramos neste capítulo, a interação é um fenômeno multimodal composto por múltiplas dimensões semióticas com temporalidades e sequencialidades distintas que atuam contínua e concomitantemente momento a momento durante a progressão interacional. Sendo assim, entender como essas múltiplas dimensões atuam para formar um significado mais complexo do que os significados extraídos separadamente em cada uma das dimensões é um dos desafios para os pesquisadores que investigam a comunicação humana.

Enfatizando as ações gestuais, apresentamos, inicialmente neste capítulo, breves considerações sobre o percurso dos estudos da gestualidade, ressaltando a diferença de entendimento sobre esse tópico entre as áreas de pesquisa da CNV e dos EG. Enquanto estes entendem a fala e a gestualidade como um único sistema dinâmico com múltiplas dimensões semióticas, aquela entende a fala e a gestualidade como dois sistemas independentes, ainda que inter-relacionados. Na sequência, mostramos a multifuncionalidade das ações gestuais ao apresentarmos pesquisas de interações face a face que enfatizam ações gestuais específicas. Para esta apresentação, dividimos as ações gestuais em três grupos: as ações corporais, as ações manuais e as ações faciais.

Para as ações corporais, descrevemos pesquisas relacionadas aos movimentos de cabeça, dos ombros e troco, das pernas e pés, além da direção do olhar e contato visual, da distância física entre os participantes e da orientação dos corpos. Na seção sobre os gestos manuais, citamos pesquisas que evidenciam os efeitos dos processos interacionais na produção

dos gestos manuais dos participantes, tais como a presença de um coparticipante ativo e atento na conversa, a atividade produzida na interação, o tópico em desenvolvimento, etc. Apresentamos também alguns parâmetros que devem ser levados em consideração para a interpretação dos gestos manuais, como por exemplo, a configuração da mão, a orientação da palma da mão, a localização do movimento no espaço gestual, o tipo de movimento executado e a velocidade da sua execução. Mostramos a estrutura interna dos gestos, explicando a unidade gestual, as frases gestuais e as fases do gesto. Citamos uma possibilidade de classificação para os gestos manuais como sendo: gestos ergóticos, gestos epistemológicos e gestos semióticos. Apresentamos a noção de família de gestos manuais, enfatizando as famílias de gestos associadas à negatividade, tais como as famílias de gestos de corte, de proteção e de apagamento. No tópico sobre as ações faciais, apresentamos como a face é um recurso comunicativo extremamente rico e flexível, contudo, ainda pouco explorado em pesquisas que se voltam para a investigação de ações gestuais em concomitância à fala. Ressaltamos que uma das razões para essa falta de interesse pode ser devido ao fato de as pesquisas que investigam as ações faciais se voltarem para a investigação das expressões das emoções. Explicamos a diferença entre ações faciais (conversacionais) e expressões faciais (das emoções). Apresentamos com mais detalhes as ações faciais como ações demonstradoras que servem para sinalizar informações sobre o conteúdo da fala - posições frente à fala do outro; retratar faces, seja no passado, presente ou futuro, de indivíduos e personagens humanos ou antropomorfizados; e realizar metáforas - e para sinalizar informações sobre o *status* a fala – enfatizar itens lexicais, pontuar sintagmas, *feedback* (continuadores) etc. Apresentamos também pesquisas específicas sobre os diferentes articuladores faciais, tais como aos movimentos das sobrancelhas, pálpebras e boca, principalmente, pesquisas sobre os sorrisos.

Neste capítulo, portanto, embora tenhamos apresentado pesquisas relacionando as variadas funções que cada gestualidade pode exercer na interação face a face, ressaltamos que é preciso ter em mente que a real interpretação a respeito de cada uma das ações gestuais produzidas nas interações presenciais só pode ser atribuída quanto posta em relação à fala, às outras gestualidades e o contexto interacional de forma situada e a cada momento da progressão interacional, observando o entendimento que os participantes demonstram sobre essas ações e a maneira como elas podem ter contribuído para a construção colaborativa e conjunta da atividade em andamento.

5 ANÁLISE DE ALGUMAS SEQUÊNCIAS DE DESACORDO

O desacordo é um fenômeno complexo e multifuncional, como já expusemos em capítulo precedente. Quando se apresenta organizado dentro da estrutura despreferida, o desacordo é um conceito guarda-chuva que engloba distintos fenômenos tais como acusações, atribuições de culpa, críticas, desafios, oposições, reclamações, alguns reparos iniciados e levados a cabo pelo outro, entre outros. Nesta tese, optamos por apresentar as análises das sequências de desacordo, organizadas pela estrutura despreferida, sem distribuí-las dentro dessas categorias, pois, em nossos dados observamos que alguns desses fenômenos ocorrem dentro de um mesmo episódio de discordância, sendo difícil classificar o episódio em apenas uma única categoria. Além disso, uma mesma ação pode realizar mais de um desses fenômenos ao mesmo tempo. Por exemplo, um enunciado de reclamação também pode apresentar uma crítica embutida; um pedido de desculpa pode trazer um desafio concomitantemente. Acrescente-se, ainda, que estabelecer que tipo de ação está sendo construída pelo falante e como se dá o reconhecimento por parte do coparticipante é um dos grandes desafios da AC. Nas palavras de Schegloff (2007, p. xiv) o grande desafio é saber

como os recursos da língua, do corpo, do ambiente interacional e o momento no qual eles são mobilizados [pelo falante] são reconhecidos pelos coparticipantes como ações específicas, tais como pedir, convidar, confirmar, reclamar, concordar, contar, considerar, rejeitar entre outras – dentro de uma classe de tamanho indeterminado.

Levinson (2013) critica o termo “reconhecimento de ação” já que essa terminologia, segundo ele, potencialmente, induz a um equívoco, uma vez que pressupõe que as ações apresentam uma correta identidade. Para Levinson (2013, p. 104), a terminologia mais adequada para esse desafio da AC seria a “atribuição de ação”, entendendo-a como “a designação de uma ação para um turno que é revelada pela resposta do próximo falante que, se não for corrigida no turno seguinte, torna-se, de certa forma, um entendimento conjunto ‘bom o suficiente’”. Estabelecer, portanto, qual tipo de ação está ocorrendo na cena interacional envolve inúmeras dimensões, sendo um processo bem mais complexo e indeterminado do que apenas decodificar a estrutura e o conteúdo do turno, já que é “um processo falível, negociável e difícil de ser descrito” (LEVINSON, 2013, p. 104).

Uma das possibilidades de se contornar esse desafio, segundo Sacks (1992, p. 236), é realizar a análise sequencial de “pequenas partes” da interação. Outra possibilidade é analisar a localização dos enunciados dentro da sequência, conforme aponta Levinson (2013). Como um

turno nunca é composto de uma única ação, mas de múltiplos planos, “eleger” qual ação está ocorrendo envolve um trabalho conjunto dos participantes que requer um conhecimento compartilhado e modelos mentais das expectativas do outro. Para Levinson (2013, p. 109), a ação atribuída a determinado turno seria o “principal trabalho” realizado pelo turno, sendo o principal trabalho entendido como “com o que a resposta precisa lidar para ser considerada um próximo turno adequado”. Para elucidar o “trabalho principal” do turno, ele cita o exemplo do indivíduo que é rude ao retribuir um cumprimento de alguém, sinalizando, talvez, que o outro o interrompera e, portanto, o atrapalhara. Para Levinson, a ação de ser rude está fora do evento de retribuição do cumprimento e não é fácil responder a ela de forma direta sem ter que redirecionar a fala completamente. Entretanto, isso não significa que a estruturação da próxima ação não reflita ambas as ações realizadas pelo cumprimento rude, provavelmente ela irá ser produzida de tal maneira que o analista possa extrair sinais de ambas as ações. Contudo, o fato de ter havido esse amálgama – cumprimento rude - não muda a natureza do tipo de ação sequencial esperada, no caso do exemplo dado, a retribuição do cumprimento. As sequências, portanto, segundo Levinson, contribuem para o estabelecimento da atribuição das ações de duas maneiras: primeiro, a localização de um turno dentro da sequência mapeia as expectativas da ação que o contém. Segundo, o fato de uma ação fazer parte de uma sequência mais ampla pode modificar a sua característica. Por exemplo, o enunciado - *O que você está fazendo?* - pode ser tanto um pedido por uma informação quanto um pré-convite, isto é, uma prospecção para a ação vindoura de convidar o outro para algo.

Além da análise das “pequenas partes” (SACKS, 1992) e da “localização” dos enunciados dentro da sequência, Levinson (2013) acrescenta a necessidade de verificação das pré-condições para que possa haver a atribuição das ações. Ele sugere o exemplo de quando perguntamos - *alguém está usando esse copo?* – e como essa indagação pode ser entendida como uma pré-condição para que logo a seguir seja produzido um pedido para a utilização do copo. Na AC, a verificação dessas pré-condições é realizada pelas pré-sequências. Por exemplo - *Você escutou as novidades?* – checa se o outro está disposto a escutar seu relato. Sendo assim, pareceu-nos importante realizar a análise dos episódios de desacordo desde o momento no qual os participantes passam a demonstrar que um possível problema podia estar em processo de se instaurar na cena interacional até o momento que eles se orientam para a sua resolução (ou não). Optamos, portanto, por apresentar a análise da sequência de desacordo de forma completa e não apenas mostrando partes pontuais. Apesar de as análises, algumas vezes, parecerem repetitivas, pareceu-nos que este procedimento seria o mais adequado aos nossos propósitos de mostrar a

contribuição das ações gestuais para o entendimento de como os participantes promovem a atribuição da ação de desacordo.

Para Levinson (2013), o fato de a atribuição de ação precisar ser feita rapidamente, indica que outros sinais, além dos recursos verbais, devem participar dessa tarefa. Ele levanta a possibilidade de a gestualidade ser um desses recursos, mas não se aprofunda no tema, exemplificando que os estudos sobre a direção do olhar mostram que o olhar do falante quando em início de enunciado e de maneira sustentada é uma indicação de que uma questão será formulada. Acrescenta que os gestos manuais são tipicamente reconhecidos por preceder as unidades linguísticas às quais se conectam semanticamente; então, um pedido para que se passe a água pode ser precedido por um gesto manual naquela direção, dando pistas para a atribuição de ação. As pistas são providenciadas dentro de um contexto, seja pela atividade em andamento, seja pelo conhecimento compartilhado ou por posições assumidas, portanto, “se as pistas sugerem que uma ação específica está em processo de formação, assume-se que esta é a correta identificação até que se prove o contrário” (LEVINSON, 2013, p. 114).

Nesta tese procuramos mostrar como, efetivamente, as ações gestuais são pistas para auxiliar os participantes no processo de atribuição de ações. Contudo, investigar o que não está dito não é uma tarefa fácil. Não é fácil mostrar que ambos os participantes estão orientados para algo que não está sendo verbalizado explicitamente. Essa é mais uma razão pela qual optamos por apresentar as sequências de desacordo do momento inicial ao momento final, dando ao leitor a chance de verificar, passo a passo, como as ações gestuais contribuem no processo de atribuição de ação; pois, como coloca Levinson (2013, p. 125), “pensar sobre as sequências de ações não verbais pode nos ajudar a entender as ações verbais”.

A estratégia que utilizamos para a apresentação das análises é a de primeiro mostrar a análise da modalidade verbo-vocal e depois inserir a análise multimodal do mesmo evento, indicando *se* e *como* a gestualidade pode contribuir para o entendimento do episódio de discordância. Acreditamos que o uso dessa estratégia facilita o entendimento dos pontos que queremos ressaltar, tais como a contribuição da gestualidade para auxiliar no processo de atribuição da ação em formação e na manutenção do enquadramento da ação em progresso; para evidenciar a posição que os participantes assumem frente aos enunciados do outro; para mostrar como a gestualidade não é uma pré-ação antecipatória de enunciados verbais discordantes, mas uma ação de discordância que está em processo de desenvolvimento na cena interacional e que pode disparar ações responsivas por parte do falante; entre outros detalhes que veremos ao longo das análises.

Neste capítulo apresentamos a análise de seis episódios de discordância, organizados pela estrutura despreferida, a partir do momento no qual houve a produção do evento inicial disparador do processo de discordância até a sequência de encerramento do episódio com sua resolução (ou não). Iniciamos a apresentação das análises, mostrando dois excertos nos quais vemos a topicalização explícita das ações gestuais como ações problemáticas: no primeiro excerto, temos a interação de um casal juntos há mais de 25 anos; no segundo excerto, apresentamos a interação entre duas figuras públicas do cenário político nacional durante um debate televisionado ao vivo. Apesar de esse segundo excerto apresentar o mesmo fenômeno de topicalização explícita da ação gestual como ação problemática, nós o escolhemos por três razões principais. A primeira é o fato de ter ocorrido um episódio de desacordo que foi organizado dentro da estrutura despreferida mesmo sendo uma situação na qual a ação esperada é o confronto entre os candidatos, cujas ações de embate, na maior parte das vezes, estão organizadas pela estrutura preferencial. Acreditamos que esse deslizamento de organização preferencial para a estrutura despreferida tenha ocorrido devido ao fato da quebra de expectativa. Em debates políticos, a ação esperada é o embate entre os candidatos sobre as suas ideias políticas, as de seus partidos e as ressonâncias de ações concernentes e não o embate pessoal, como ocorreu no episódio que analisamos. A segunda razão deve-se ao fato de os participantes não poderem responder verbalmente um ao outro de forma imediata, deixando evidenciado o papel da gestualidade durante o processo interacional. A terceira razão refere-se ao fato de os candidatos precisarem lidar com a imprevisibilidade das ocorrências, ainda que a situação seja, aparentemente, controlada e pouco espontânea com seus discursos e perguntas previamente ensaiados e cujos destinatários de suas falas não são os candidatos-oponentes, vistos apenas como “meios” para que os reais destinatários dos seus discursos políticos, as audiências, tanto a presencial quanto aquela formada pelos telespectadores, sejam atingidos.

Na terceira análise, apresentamos mais um excerto da interação do casal no qual podemos verificar como a gestualidade serve para auxiliar na compreensão do enquadramento do episódio de discordância, mesmo que os enunciados verbais, aparentemente, não sinalizem a progressão interacional nessa direção. Escolhemos a quarta interação para podermos mostrar como não só as ações faciais e os gestos manuais podem auxiliar no estabelecimento do enquadramento do episódio de discordância, mas como o corpo inteiro participa desse processo. A quinta análise mostra como reparos iniciados pelo outro, que, geralmente, são tidos como ações que deixam entrever certa discordância (e.g. GARCEZ; LODER, 2005), sobretudo, se não envolvem resolução de problema de entendimento (a pessoa não ouviu direito o que o outro disse) ou de compreensão (a pessoa não entendeu o que o outro quis dizer com o enunciado

proferido), serviram tanto como ação disparadora do episódio de discordância quanto ação que contribuiu para o encerramento do episódio, mostrando, assim, como um mesmo tipo de ação pode servir a distintas funções, dependendo da maneira como a ação foi estruturada e da sua localização dentro da sequência interacional. Finalmente, apresentamos a análise de um excerto no qual eventos de autorreparo parecem ter sido produzidos como ações responsivas às ações gestuais do coparticipante. Escolhemos esse excerto devido ao fato de o coparticipante não realizar qualquer intervenção verbo-vocal, apenas gestual, evidenciando, assim, como as ações gestuais podem ser entendidas como ações discordantes em si mesmas e não apenas como ações antecipatórias de enunciados verbais de desacordo.

5.1 ANÁLISE DO EXCERTO 1 “*ah não faz essa cara*” DA INTERAÇÃO DA DÍADE ROSÊ E GERSON

Neste excerto, o casal – Rosê (R) e Gerson (G) – casados há 25 anos conversam sobre a viagem que Rosê realizaria no mês seguinte para Sligo (Irlanda) com o objetivo de participar de um evento acadêmico. Vejamos a transcrição verbal do excerto “*ah não faz essa cara*”⁶² para vermos como um episódio de desacordo se instaura na cena interacional.

[Jul/2012] [SESA] [D1] [S2]

Excerto “*ah não faz essa cara*” (10:21-10:47) (Rosê-Gerson)

- 1 R: eu fico um pouco assim
 2 ai meu Deus, será que eu vou entender tudo
 3 eu tô um pouco preocupada com-
 4 (0.5)
 5 R: → AH::: não faz essa cara
 6 [é verda::de eu tô um pouco]
 7 G: [éh:: que qu' é isso cê vai en]=
 8 =tender tudo
 9 (.)
 10 R: eu tô [um pouco preocupada]
 11 G: → [NÃO, entender TUDO] não vai
 12 co[mo ninguém ent]ende ()
 13 R: [hum]
 14 G: → qual[quer um de nós-]
 15 R: [ahm (.) n][ão]
 16 G: → [a pessoa] que não é nativo
 17 ou que não é muito familiarizada (.)

⁶² Este excerto pode ser visualizado em:

-Close dos participantes: <https://youtu.be/LrFB5x8lQkU>

-Plano americano: <https://youtu.be/7d5fDvucpfA>

18 R: é [porque o pessoal-]
 19 G: → [TÁ ALGUMA] coisa cê vai perder
 20 ma[s cê vai pegar uns noventa por cento]
 21 R: [o pessoal tá me assustando muito]
 22 co::m ah::ah:: a dificuldade de compreender o inglês deles
 23 G: → ah o [inglês deles] ah
 24 R: [a pronúncia]
 25 a pronúncia irlandesa né
 26 G: éh ah tá bom

Neste excerto Rosê relata para seu esposo quão preocupada ela está com a possibilidade de não entender o inglês falado na Irlanda devido ao sotaque dos irlandeses. Inicialmente Rosê apenas coloca que está preocupada com a possibilidade de não entender tudo. Entretanto, logo a seguir, ela interrompe a sua fala e, após uma pausa de 0.5s, ela produz uma reclamação a respeito das ações faciais de Gerson – *AH:: não faz essa cara* (linha 5), explicitando que tomou as ações gestuais de seu esposo como ações problemáticas ao chama-lo a prestar contas a respeito dessas ações. Gerson verbaliza sua discordância em relação ao enunciado da esposa a respeito da possibilidade de ela não entender tudo o que os irlandeses falam. Há uma micropausa e, logo a seguir, quase que concomitantemente, o casal retoma a palavra: Rosê, com a repetição de um de seus enunciados precedentes e Gerson com um autorreparo, negando seu enunciado precedente e modalizando a situação com esse novo enunciado. Dando prosseguimento à sequência, Gerson produz mais três autorreparos até que finalmente Rosê conclua sua trajetória dizendo que está preocupada com a possibilidade de não entender o inglês falado pelos irlandeses devido ao sotaque deles e que essa preocupação é legítima, uma vez que ela já fora alertada pelos colegas do grupo de Estudos Irlandeses do qual ela faz parte.

Vejamos agora a análise detalhada do episódio de desacordo dessa díade.

1 R: eu fico um pouco assim
 2 ai meu Deus, será que eu vou entender tudo
 3 eu tô um pouco preocupada com-
 4 (0.5)
 5 R: → AH:: não faz essa cara

No início desta sequência Rosê apresenta sua preocupação em relação à possibilidade de não entender tudo que será falado no congresso – *eu fico um pouco assim /ai meu Deus, será que eu vou entender tudo* (linhas 1-2). Entretanto, quando ela produz o enunciado seguinte – *eu tô um pouco preocupada com-* (linha 3), ela interrompe a sua trajetória de fala. Há uma pausa de 0.5s e, logo a seguir, ela produz – *AH:: não faz essa cara* (linha 5).

A prosódia empregada para a produção desse enunciado (linha 5) e o fato de ela o ter iniciado pela estratégia de postergação de produção de enunciado, ao empregar a vocalização alongada **ah**, indicam-nos que podemos entender esse enunciado como uma fala que sinaliza a mudança do enquadramento de estrutura preferencial para uma organização pela estrutura despreferida, marcando, assim, que um “desacordo” se instaurou na interação. Esse enunciado de Rosê explicita o seu entendimento a respeito das ações gestuais de seu esposo (*essa cara*), indicando que ela toma essas ações como ações problemáticas e convocando Gerson a prestar contas de seus atos. Entretanto, somente pela análise da modalidade verbo-vocal, nós não temos como saber que “cara” é essa que Gerson realizou e nem mesmo em qual momento ele iniciou a produção dessa “cara”.

Vejamos, então, uma análise multimodal detalhada para termos acesso a essas informações e podermos verificar que “cara” é essa. A Figura 18 mostra as primeiras unidades entoacionais que compõem essa sequência da interação Rosê-Gerson e suas ações gestuais concomitantes.

Figura 18: Unidades entoacionais (1-2) de Rosê e as ações gestuais de Rosê e Gerson

Antes de Rosê mencionar sua preocupação - *ai meu Deus, será que eu vou entender tudo* (linha 2), Gerson apresenta a configuração de boca de lábio inferior apertado pelos dentes (Figura 18, foto 1.1). Assim que Rosê produz *ai meu Deus será* [que eu vou entender tudo]

(linha 2)⁶³, Gerson começa a desfazer essa configuração de lábio e quando ela produz [ai meu Deus será] que eu vou en[tender tudo] (linha 2), ele fecha os lábios, leva os cantos da boca para trás e produz uma leve projeção do queixo para a frente (Figura 18, foto 2.1) que podemos descrever como um esboço de sorriso não-Duchenne, uma vez que não apresenta atividade muscular ao redor dos olhos. Mais ainda, podemos descrever esse sorriso como um sorriso não-Duchenne com características de sorriso irônico.⁶⁴ Quando Rosê finaliza seu enunciado, produzindo [ai meu Deus será que eu vou entender] tudo (linha 2), Gerson desfaz parcialmente seu sorriso “irônico”, apresentando uma configuração de boca com lábios fechados (Figura 18, foto 2.2). Vejamos a Figura 19 para a continuação da interação.

Figura 19: Unidade entoacional 3 de Rosê e as ações gestuais de Rosê e Gerson

Rosê prossegue com *eu tô um pouco preocupada com-* (linha 3). Assim que ela produz [eu tô um pou]co [preocupada com-] (linha 3), Gerson franze suas sobrancelhas, aperta seus olhos, leva o canto do seu lábio esquerdo para trás e vira sua cabeça para a esquerda (Figura 19, foto 3.1). Durante a produção da Rosê de [eu tô um pouco] preocupa[da com-] (linha 3),

⁶³ Nesta metalinguagem - *ai meu Deus será* [que eu vou entender tudo] (linha 2) – aquilo que está em itálico, negrito e sublinhado é a parte do enunciado verbal que queremos ressaltar. O que se encontra entre colchetes são as partes restantes que compõem o enunciado integralmente conforme este é indicado na linha respectiva.

⁶⁴ Esse tipo de sorriso – lábios fechados e puxados para trás, mas sem a elevação dos cantos da boca para cima e com a ligeira projeção do queixo para frente – é, geralmente, descrito nas pesquisas da Comunicação Não-verbal (CNV) como um sorriso irônico ou de deboche, sobretudo, quando realizado pelo coparticipante como forma de julgamento negativo das ações do outro (e.g. EKMAN; FRIESEN, 1982).

Gerson adiciona à sua movimentação abanos de cabeça (*headshakes* sinalizados por + na linha 3), leva sua cabeça ainda mais para a esquerda e inclina ligeiramente a cabeça também para a esquerda (Figura 19, foto 3.2). Na produção de Rosê de [eu tô] um pouco preocupa[da com-] (linha 3), Gerson realiza o gesto manual de palmas das mãos voltadas para cima (Figura 19, foto 3.3, com duração marcada pelos Xs na linha 3).⁶⁵ Na continuação de sua produção gestual, durante a produção de Rosê de [eu tô um pouco preocupada] com (linha 3), Gerson rapidamente joga sua cabeça um pouco para trás ou eleva seu queixo (Figura 19, foto 3.4).⁶⁶ Nesse momento Rosê interrompe a sua fala e franze as suas sobrancelhas (Figura 19, foto 3.4).

Pela análise multimodal, notamos que Gerson já inicia a sinalização de sua discordância, ao produzir um sorriso “irônico”, no momento que sua esposa produz [ai meu Deus, será que eu vou] en[tender tudo] (linha 2), indicando que já projetara um possível ponto de completude de turno a partir desse momento. Observamos, ainda, que as ações gestuais seguintes de Gerson parecem reforçar a sua oposição ao enunciado de sua esposa.

A interrupção da fala de Rosê associada ao seu franzir de sobrancelhas parecem indicar-nos que ela está sinalizando que um problema já se instaurou na interação (Figura 19, foto 3.4) instantes antes de verbalizar a reclamação. Apesar de sua ação gestual de franzir as sobrancelhas não apresentar uma referecialidade clara, podendo ter como potencial referente algum dos componentes de seu próprio enunciado verbo-vocal ou as ações precedentes de Gerson, o fato de essa ação estar associada à interrupção de sua trajetória de fala, de haver uma pausa e a produção de um enunciado de reclamação logo a seguir, indicam-nos que a ação gestual de Rosê de franzir as sobrancelhas parece tomar como referente as ações gestuais de Gerson.

Logo a seguir, há uma pausa de 0.5s (linha 4) durante a qual Gerson continua a produzir ações gestuais que parecem enfatizar ainda mais a sua oposição ao que Rosê acabara de colocar em cena. Durante essa pausa, Gerson produz um novo gesto manual (Figura 19, foto 4.1). Partindo da posição de repouso de dedos entrelaçados, palmas das mãos voltadas para seu corpo e mãos apoiadas no colo, Gerson eleva sutilmente suas mãos e, rapidamente, as move para baixo. Esse gesto manual pode ser descrito como um sutil gesto de corte ou “gesto-guilhotina”.⁶⁷ Apesar de este gesto manual não ter sido executado com a mão aberta, cabe a

⁶⁵ O gesto manual de palmas das mãos voltadas para cima é um gesto manual recorrente em contextos de pedido ou oferecimento (e.g. KENDON, 2004). De acordo com Kendon (2004), em situações associadas à negatividade, esse gesto manual pode ser entendido como um pedido para que a pessoa interrompa o que está dizendo ou fazendo.

⁶⁶ Não é muito claro qual das duas ações foi a efetivamente executada.

⁶⁷ Lembrando o que já foi apresentado no capítulo sobre a multimodalidade nas interações face-a-face, os gestos manuais de corte inserem-se na família de gestos de negação que são recorrentemente observados em contextos associados à negatividade (e.g. KENDON, 2004). Os gestos manuais de corte também denominados de gestos de machado ou gestos-guilhotina, são gestos manuais realizados com a palma da mão aberta, geralmente, apresentando os dedos unidos, que se movimenta no plano vertical ou, obliquamente, no plano horizontal, imitando

descrição de gesto estilizado de corte, uma vez que, ao executarem seus gestos manuais, os indivíduos se adaptam às posições nas quais se encontram suas mãos e braços, já que essas posições podem limitar a produção dos gestos manuais (BAVELAS, 1994).⁶⁸ Ao final da produção do gesto manual, Gerson, mantendo as sobrancelhas franzidas, os olhos apertados e o canto esquerdo da boca puxado para trás, volta sua cabeça para a posição de olhar para Rosê (Figura 19, foto 4.2).

A composição dessas ações gestuais de Gerson – sorriso “irônico”, sobrancelhas franzidas, olhos apertados, canto esquerdo da boca voltado para trás, abanos de cabeça (*headshake*), inclinação de cabeça, gesto manual de palmas das mãos para cima e gesto manual “guilhotina” – desde que Rosê produziu *ai meu Deus será que eu vou entender tudo* (linha 2) e perdurando até o final da pausa de 0,5s (linha 4) parecem sinalizar a sua oposição inicial em relação a esse enunciado de Rosê. Pela análise multimodal já temos acesso a essa sinalização de oposição muito antes do que temos quando apenas possuímos as informações verbo-vocais. Na análise tradicional, só sabemos que Gerson marcara uma oposição à fala de Rosê quando ela suspende sua trajetória de fala (linha 3) e verbaliza o seu entendimento a respeito dessas ações gestuais de Gerson - *AH:: não faz essa cara* (linha 5). Além disso, jamais saberíamos que “cara” era essa. Mais ainda, não saberíamos que Gerson, além de produzir “essa cara”, realizou gestos manuais que corroboram sua posição de discordância. Pela análise multimodal também sabemos que Rosê já demonstra sinalizar sua rejeição à oposição inicial de Gerson, marcando, assim, que um problema se instaurara na interação, instantes antes de ela produzir verbalmente sua reclamação. Ao interromper sua trajetória de fala e ao franzir as sobrancelhas, ela parece indicar que está tomando as ações gestuais de seu esposo como ações problemáticas, o que vem a ser confirmado, posteriormente, com a produção verbal de sua reclamação. Sendo assim, vemos que a análise tradicional dá conta de apresentar o que está acontecendo na interação, porém é uma leitura parcial, uma vez que o analista não tem acesso a todas as informações, ao menos àquelas disponíveis no registro visual. Além disso, a análise baseada em transcrição verbo-vocal é uma análise com viés temporal, já que depende da realização de verbalizações para saber o que está acontecendo na cena interacional. Como vimos, já nesse início de análise multimodal, as manifestações gestuais, sobretudo as que parecem sinalizar

a ação realizada por uma lâmina, machado ou espada. Kendon (2004) descreve que, em contextos negativos, esse tipo de gesto apresenta como função recorrente a sinalização de uma recusa a algo, com a interpretação de que este algo precisa ser parado ou eliminado. Calbris (2005, 2011) apresenta que estes gestos manuais são considerados gestos agressivos, sinalizadores de negação absoluta, categórica e definitiva.

⁶⁸ Como exemplo do oportunismo situacional para a produção de gestos manuais, Bavelas (1994) descreve uma pessoa de braços cruzados que realiza um gesto manual apenas com os dedos, sendo que o gesto manual em questão, usualmente, é realizado com a mão inteira.

desacordo, acontecem antes da verbalização dessas oposições; verbalizações essas que os participantes produzem justamente por terem agido de acordo com seus entendimentos a respeito das manifestações gestuais do outro.

Vejamos a continuação da sequência de desacordo, retomando a partir da pausa de 0.5s e do enunciado de reclamação de Rosê.

```

4   (0.5)
5   R:      → AH::: |não faz essa cara
6             [é verda::de eu tô um pouco ]
7   G:      [éh:: que qu' é isso cê vai en]=
8             =tender tudo
9   (.)
10  R:      eu tô [um pouco preocupada]
```

Vemos que após a pausa de 0.5 s (linha 4), Rosê produz a sua reclamação - **AH::: não faz essa cara** (linha 5), evidenciando seu entendimento também na direção da discordância, confirmando verbalmente que interpretou as ações gestuais do esposo como ações problemáticas e demonstrando-lhe que está entendendo o que ele está fazendo com os recursos gestuais mobilizados e que age com base nesse entendimento.

Para produzir esse enunciado, Rosê o inicia com o alongamento da vocalização (**AH:::**), dando-nos mais uma pista, além da existência da pausa precedente de 0.5s, que está orientando a sua discordância para uma organização sequencial de estrutura despreferida, ao valer-se da estratégia de atrasar a sua oposição pelo uso dessa vocalização alongada. Além disso, após a produção da vocalização **ah**, ela utiliza um volume de voz mais baixo do que o que vinha empregando anteriormente. Sendo assim, podemos dizer que ela se vale também da estratégia de mitigar seu enunciado por uma prosódia mais suavizada, reforçando ainda mais a sua orientação para organizar a sequência de reclamação numa estrutura despreferida.

Conforme já citamos em capítulo precedente, em situações de desacordo é recorrente o uso de prosódia contrastiva ou modificada: contrastiva em relação à prosódia do enunciado do qual se discorda ou modificada em relação à prosódia que o falante vinha utilizando até então. Segundo M. Goodwin e C. Goodwin (1987), Laforest (2002) e Ogden (2006) essa mudança (ou contraste) prosódica(o) pode ser tanto no tom quanto no volume ou no andamento da fala. No caso de Rosê, há mudanças no volume de sua fala em relação à sua fala precedente. Esse enunciado de desacordo de Rosê, portanto, organizado pela estrutura da despreferência, pode ser interpretado como um amálgama de reclamação, pedido e ordem. É uma reclamação, uma vez que Rosê está verbal e explicitamente reclamando da **cara** do esposo. É uma ordem, já que

Rosê se vale de uma estrutura imperativa para ordenar que Gerson pare com sua manifestação de desaprovação gestual, apesar de utilizar a forma coloquial (*não faz*) e não a forma canônica (*não faça*). A utilização da forma imperativa coloquial pode ser considerada, nesse caso, uma estratégia de amenização da ordem dada. Pela prosódia empregada (volume mais baixo do que o da vocalização *ah*) e a utilização da forma imperativa coloquial, podemos interpretar esse enunciado também como um pedido.

Na sequência Rosê continua - *é verda::de eu tô um pouco* (linha 6), retomando a sua trajetória anterior de explicação da razão pela qual ela está preocupada. Essa retomada da trajetória anterior está evidenciada tanto pela repetição de parte de seu enunciado precedente - *eu tô um pouco preocupada com* (linha 3), quanto pelo emprego da expressão *é verdade* (linha 6) com uma prosódia alongada, reforçando, assim, a sua posição anterior e marcando, portanto, a rejeição à oposição inicial de Gerson. Entretanto, novamente ela abandona a sua produção quando, em sobreposição, Gerson produz seu enunciado verbal discordante - *éh:: que qu'ê isso cê vai entender tudo* (linhas 7-8), repetindo parcialmente o enunciado de sua esposa - *ai meu Deus será que eu vou entender tudo* (linha 2). Essa repetição, com os devidos ajustes sintáticos, é realizada em um tom de voz mais agudo, principalmente quando ele produz *éh:: que qu'ê isso* [cê vai entender tudo] (linhas 7-8).

Tanto as repetições quanto o uso de prosódia contrastiva são estratégias recorrentes em situações de desacordo. No nosso caso, observamos a alteração no tom da fala de Gerson em relação à fala precedente de sua esposa. A ação-respondente de Gerson em relação à reclamação da Rosê, portanto, não só apresenta a repetição parcial do enunciado de sua esposa com uma prosódia contrastiva, como também esse enunciado de repetição é um enunciado de caso extremo (*éh:: que qu'ê isso cê vai entender tudo*) e, segundo Pomerantz (1986), o uso de casos extremos é uma prática recorrentemente empregada pelos participantes como ações-respondentes em situações de reclamação. Sendo assim, pela mobilização desses recursos - prosódia contrastiva, repetição parcial do enunciado do outro e uso de caso extremo - finalmente, Gerson explicita a sua oposição ao que Rosê havia dito antes, afirmando que ela exagera em sua preocupação e, concomitantemente, prestando contas, justificando-se por sua manifestação gestual precedente. Logo a seguir, há uma micropausa (linha 9) e Rosê retoma, pela terceira vez, seu enunciado de “preocupação” - *eu tô um pouco preocupada* (linha 10).

Vejamos agora a Figura 20 para a análise multimodal desses mesmos enunciados para vermos se as ações gestuais podem acrescentar algo para o entendimento da progressão interacional.

Figura 20 Unidades entoacionais (5-10) de Rosê e de Gerson e suas as ações gestuais

Concomitantemente à sua produção - *AH::: não faz essa cara* (linha 5), Rosê inclina sua cabeça para esquerda (Figura 20, foto 5.1) e produz um gesto manual de palmas das mãos voltadas para cima (Figura 20, foto 5.2, com duração sinalizada pelos Xs na linha 5). Vimos que esse enunciado verbal de Rosê pode ser interpretado como um amálgama de reclamação, pedido e ordem. Ao agregarmos a análise multimodal, vemos que suas ações gestuais reforçam tanto a dimensão mitigadora quanto a dimensão de pedido. Observamos que há o reforço da dimensão de pedido, principalmente, por essa dimensão ter vindo acompanhada do gesto manual de palmas das mãos voltadas para cima (Figura 20, foto 5.2) que, nesse contexto, devido à sua associação com o enunciado verbal restringe seu entendimento para uma ação gestual de pedido (e.g. KENDON, 2004). A inclinação da cabeça, associada ao gesto manual de palmas das mãos voltadas para cima e ao emprego do tom de voz suave também podem ser interpretados como uma estratégia para amenizar as ações de reclamação e ordem (e.g. FIQUER, 2010).

Gerson, por sua vez, antes mesmo que Rosê finalize completamente a produção - *AH::: não faz essa cara* (linha 5) – projetando um possível ponto de completude de turno, já demonstra que está pronto para tomar a palavra, além de continuar sinalizando sua oposição. Ao manter as sobrancelhas franzidas, ele parece reatualizar/manter na cena interacional a sua posição de oposição e, ao sutilmente abrir a boca quando Rosê produz [AH::: não faz essa] *ca[ra]* (linha 5), ele indica que está pronto para se tornar o próximo falante (Figura 20, foto 5.1).

Logo a seguir, em sobreposição à fala de sua esposa, ele produz seu enunciado verbal de discordância - *éh:: que qu'ê isso cê vai entender tudo* (linhas 7-8).

Alguns pesquisadores da AC poderiam tratar as manifestações gestuais de Gerson realizadas até o momento como pré-ações antecipatórias de enunciados verbais discordantes. Nesta tese, nosso entendimento é diferente. Observamos que essas não são pré-ações que antecedem a ação da discordância propriamente dita, mas ações que expressam a própria discordância que está em processo de se manifestar. Esse também é o entendimento que Rosê explicita ao responder às ações gestuais de Gerson. Pela sua tentativa de reafirmar a sua posição e manter a trajetória de seus enunciados precedentes – *é verda::de eu tô um pouco* (linha 6), ela demonstra que tratou as ações gestuais de Gerson como ações de oposição e como tal “exigiam” uma ação respondente de sua parte. Mais ainda, nesta tese entendemos que essas ações gestuais de Gerson servem para sinalizar a Rosê que ele estava discordando do que vinha sendo produzido por ela, dando-lhe a oportunidade de sanar os problemas interacionais antes que ele os verbalizasse. Contudo, quando sua esposa reclama de sua atitude gestual e reafirma sua posição, sem tentar sanar o potencial problema sinalizado por Gerson, ele verbaliza a sua discordância - *éh:: que qu'ê isso cê vai entender tudo* (linhas 7-8). Concomitantemente ao seu enunciado, Gerson realiza abanos de cabeça (*headshake*), sinalizados pelo sinal + nas linhas 7-8, durante a sua produção [*éh:: que qu'ê isso cê*] *vai entender tudo*. Pelo que é descrito na literatura (e.g. KENDON, 2002; MCCLAVE, 2000; MCCLAVE et al., 2007) uma possível função para esses abanos de cabeça (*headshake*) é dar ênfase ao seu enunciado de repetição parcial-caso extremo, indicando com os abanos de cabeça que o *tudo* é “sem exceção”.

Quando Gerson produz [*éh:: que qu'ê isso cê vai*] *en*[tender tudo] – (linhas 7-8), Rosê desiste da sua fala e produz uma configuração de boca em forma de “bico” (Figura 20, foto 6/7.1). A pergunta que precisamos fazer é o que essa ação gestual de Rosê está fazendo nesse exato momento na interação. É apenas uma reação comportamental que foi produzida nesse momento por coincidência ou é uma ação que apresenta um *status* comunicativo? Nesse momento não podemos identificar se essa ação se refere a uma reação comportamental ou a uma ação comunicativa ou a ambas. É preciso então verificar o que acontece no desenrolar da sequência interacional para tentarmos elucidar esse fato. Como na sequência, Rosê mantém essa ação em forma de “bico” (Figura 20, foto 8.1), parece-nos que essa ação gestual pode ser tomada como uma ação comunicativa.

Como vimos no capítulo sobre a multimodalidade, a interpretação das ações gestuais deve ocorrer dentro da situação interacional, uma vez que seus significados nunca são fixados *a priori*. O contexto interacional e os enunciados verbais restringem as possibilidades

interpretativas das ações gestuais. Sendo assim, principalmente, devido ao momento no qual essa ação gestual de Rosê foi iniciada, precisamos identificar a referencialidade dessa ação. Como a referencialidade das ações gestuais nem sempre é clara, o usual é que se atribua essa referencialidade ao momento mais próximo no qual as ações gestuais foram produzidas (e.g. BERGER; RAE, 2012). Nesse sentido, a referencialidade dessa ação pode estar vinculada à indicação de que a sobreposição de fala de Gerson está sendo tomada como problemática e/ou à sinalização de que Rosê se opõe ao que está sendo veiculado no enunciado de Gerson.

Vejamos em relação à possibilidade de Rosê estar indicando que a sobreposição do Gerson é uma sobreposição problemática. Como vimos no capítulo que aborda as noções da AC, há variadas estratégias para a sinalização de que um dos participantes entendeu uma sobreposição como sendo problemática, tais como o aumento de volume na voz, mudanças para tons mais agudos, modificações no andamento da fala, repetição de fragmentos de fala, sinalização explícita de que o falante tratou a interrupção como problemática (e.g. **não me interrompa, eu ainda não acabei de falar**) etc. Nessa parte da análise vemos que Rosê retoma o tópico sobre a sua preocupação – *eu tô um pouco* (linha 6) - iniciando a repetição de seu enunciado precedente (linha 3). Além da repetição e do “abandono” de sua fala não se nota outro tipo de perturbação vocal. Rosê não altera nem o tom nem o volume de sua voz e nem o andamento de sua fala. Contudo, há a possibilidade de ser a associação da repetição de seu enunciado para marcar a retomada da sua trajetória, do abandono dessa fala associados à configuração de boca em forma de “bico” que poderia indicar que Rosê está tratando a sobreposição como problemática. Entretanto, observamos que no desenrolar da interação Rosê espera a finalização do enunciado de Gerson e, somente, depois da micropausa (linha 9) é que ela retoma a palavra, repetindo pela terceira vez seu tópico – *eu tô um pouco preocupada* (linha 10). Também nessa repetição não há qualquer alteração ou perturbação vocal na interação. Aparentemente, Rosê interrompe sua fala (linha 6) para que haja os ajustes necessários para a organização preferencial do “fala um de cada vez”. Sendo assim, observa-se que Rosê não tratou a sobreposição de Gerson como problemática. Dessa forma, parece-nos que a ação gestual de “fazer bico” da Rosê serve a outro propósito. Parece-nos que, ao produzir essa ação gestual nesse momento específico, Rosê projeta que a fala de seu esposo continuaria a marcar uma oposição em relação ao que ela propõe e dá início à sinalização da sua reação discordante frente a essa insistência do esposo.

Ao final do enunciado do Gerson – [éh:: que qu’ é isso cê vai en]*tender tudo* (linhas 7-8), Rosê mantém sua configuração de boca em forma de “bico”, engole “em seco” e pisca

algumas vezes (Figura 20, foto 8.1).⁶⁹ Por sua vez, Gerson finaliza o movimento de virar a cabeça para a esquerda (Figura 20, foto 8.1) e a produção de sutis abanos de cabeça (*headshake*, sinalizados por + na linha 7). Há uma micropausa (linha 9) e, logo a seguir, Rosê retoma a palavra – *eu tô um pouco preocupada* (linha 10).

Pela análise multimodal, portanto, vemos que tanto Rosê quanto Gerson realizam ações gestuais que parecem agregar sentido à sequência de desacordo: Gerson, ao insistir em suas ações gestuais associadas à sua discordância gestual precedente e Rosê, ao enfatizar a sua ação mitigadora para o enunciado de reclamação – *AH::: não faz essa cara* (linha 5), quando produz o gesto manual de palmas das mãos voltadas para cima e a inclinação da cabeça para a esquerda, e ao parecer sinalizar que se opõe ao enunciado de seu esposo – *éh::: que qu'ê isso cê vai entender tudo* (linhas 7-8) quando “faz bico”, e insiste nessa ação, e quando engole em seco e pisca algumas vezes.⁷⁰

Vejamos a continuação da interação.

9 (.)
 10 R: eu tô [um pouco preocupada]
 11 G: → [NÃO, entender TUDO] não vai

Após a micropausa (linha 9), Rosê retoma a palavra e produz – *eu tô um pouco preocupada* (linha 10), tentando, mais uma vez, retornar à sua trajetória explicativa. Tal como ocorrera na segunda tentativa (linha 6), essa retomada também se dá em sobreposição. A existência dessa micropausa e a insistência de Rosê em retomar a sua trajetória inicial reforçam nossa interpretação a respeito de suas ações gestuais precedentes serem ações sinalizadoras de problema interacional, uma vez que ela demonstra não “aceitar” o enunciado de seu esposo – *éh::: que qu'ê isso cê vai entender tudo* (linhas 7-8) – ao insistir em apresentar suas justificativas a respeito de estar preocupada com o fato de que talvez não venha a entender tudo o que se fale no congresso.

Por sua vez, Gerson, em sobreposição à fala de Rosê, produz um autorreparo – *NÃO entender TUDO não vai* (linha 11), negando seu enunciado precedente – *éh::: que que é isso*

⁶⁹ Algumas ações gestuais só são perceptíveis quando há movimento. Elas se perdem na reprodução estática de imagens.

⁷⁰ Na CNV essas ações são descritas como ações associadas a contextos de negatividade (e.g. CASCUDO, 2003; CHOVIL, 1991; EKMAN, 1992; GIVENS, 2013, para a ação de “fazer bico”; CASCUDO, 2003; GIVENS, 2013, para a ação de engolir em seco; CUMMINS, 2010, 2012; LEAL; VRIJ, 2008, para a ação de piscar repetidamente).

cê vai entender tudo (linhas 7-8). Durante a negação verbal do enunciado precedente, Gerson enfatiza os termos *não* e *tudo*.

Vejamos a Figura 21 para a análise multimodal desses mesmos enunciados.

Figura 21: Unidades entoacionais (10-11) de Rosê e de Gerson e suas ações gestuais

Assim que Rosê produz *eu tô* [um pouco preocupada] (linha 10), Gerson retorna a cabeça, olha em direção a Rosê (Figura 21, foto 10.1) e, logo em seguida, inicia seu autorreparo (R₁) – *NÃO entender TUDO não vai* (linha 11). Quando Gerson produz – *NÃO entender TUDO* [não vai] (linhas 11), Rosê desfaz parcialmente o “bico” (Figura 21, foto 10/11.1), iniciando o movimento de levar os cantos dos lábios para baixo, numa configuração de boca em “ferradura”. Por sua vez, Gerson produz abanos de cabeça, inclina a cabeça para a direita, levanta as sobrancelhas (Figura 21, foto 10/11.1), inclina o tronco para frente e produz o gesto manual de palmas das mãos voltadas para cima (Figura 21, foto 10/11.2). A composição dessas ações gestuais de Gerson parece reforçar a ênfase verbal do seu autorreparo, além de agregar novas informações que não estão explicitadas no enunciado verbal.

Nesse momento da interação, se tomarmos por base as descrições das pesquisas dos EG e da CNV que observaram ações gestuais semelhantes em contextos similares, essa configuração gestual do Gerson pode ser interpretada como um pedido ou um oferecimento que ele faz para que sua esposa “aceite” seu enunciado reformulado. Por exemplo, Kendon (2002) descreve que os abanos de cabeça (*headshake*) são ações gestuais recorrentes em coocorrência com enunciados verbais negativos. São também ações gestuais que enfatizam enunciados sejam eles negativos ou positivos. Nessa interação, parece que os abanos de cabeça exercem essas

duas funções concomitantemente – negar e enfatizar essa negação. Kendon (2004) observa que o gesto manual de palmas das mãos voltadas para cima é um gesto manual recorrente em contextos de pedido ou oferecimento. Quando está associado à inclinação da cabeça, a interpretação recorrente é que há a suavização do pedido ao deixar o gesto mais “cortês” (e.g. FIQUER, 2010). A inclinação do tronco em situações de pedido também é recorrente e, geralmente, é interpretada como uma tentativa de reduzir a distância entre os participantes interacionais como forma de aumentar a intimidade, facilitando a interação e, em decorrência, facilitando a obtenção de um aceite para o pedido (ou oferecimento) realizado (e.g. HALL, 1990; KNAPP; HALL, 2010). Sendo assim, parece-nos que a composição gestual do Gerson pode ser interpretada como um pedido para que sua esposa “aceite” o reparo proposto por ele.

Assim que Gerson termina o seu enunciado – [NÃO entender TUDO] *não vai* (linha 11), Rosê inclina sua cabeça para a direita e para a esquerda, aperta seus lábios, fecha os olhos e levanta suas sobrancelhas (Figura 21, foto 11.3). Ela produz uma ação facial – inclinar a cabeça para a direita e para a esquerda, levantar as sobrancelhas e apertar os lábios - cujo significado já está bastante cristalizado e que pode ser descrita como uma sinalização de dúvida (e.g. EKMAN, 1993).

Vemos, portanto, que Gerson não só produz um autorreparo como também parece produzir em concomitância um “pedido” gestual para que sua esposa “aceite” sua reformulação de enunciado. Por sua vez, Rosê, apesar de ter desfeito a configuração de boca em forma de “bico”, produz novas ações gestuais que parecem pôr em dúvida a reformulação de Gerson. Tanto o “pedido” gestual de Gerson, quanto a demonstração de dúvida de Rosê ficam “apagados” da análise tradicional que só contempla a modalidade verbo-vocal.

Vejamos a continuação da interação, retomando do primeiro autorreparo de Gerson e prosseguindo para as subseqüentes ações de produção de uma modalização e dos segundo e terceiro autorreparos.

```

11 G:      → NÃO, entender TUDO não vai
12          co[mo ninguém ent]ende ( )
13 R:      [hum          ]
14 G:      → qual[quer um de nós-]
15 R:      [ahm (.)      n][ão          ]
16 G:      →                      [a pessoa] que não é nativo
17          ou que não é muito familiarizada (.)

```

Em continuidade ao seu autorreparo (R₁) - *NÃO entender TUDO não vai* (linha 11), Gerson produz uma modalização para esse enunciado reparador – *como ninguém entende*

(linha 12). Por sua vez, Rosê produz uma vocalização *hum* (linha 13) em sobreposição ao enunciado modalizador de Gerson. Na análise apenas da prosódia empregada, essa vocalização parece ser um *feedback* (continuador) para que Gerson prossiga com sua fala.

Logo em seguida, Gerson produz um novo autorreparo (R_2) – *qualquer um de nós-* (linha 14), mudando o curso de sua trajetória. Passando de um apelo generalizador para uma trajetória mais restritiva. Assim que ele produz *qual*[quer um de nós-] (linha 14), Rosê, em sobreposição, vocaliza uma discordância *ahm* (linha 15). A prosódia empregada para essa vocalização de discordância deixa entrever certa “impaciência” de sua parte, uma vez que há uma alteração tanto no volume quanto no andamento da sua fala em comparação com a prosódia empregada para a produção da vocalização anterior - *hum* (linha 13). Após uma micropausa, Rosê inicia um enunciado verbal com uma negação – *não* (linha 15). Por sua vez, Gerson interrompe sua trajetória de enunciado restritivo para produzir um terceiro autorreparo (R_3) – *a pessoa que não é nativo ou que não é muito familiarizada* (linhas 16-17), novamente voltando à trajetória generalizadora. Dessa vez, nem tão generalizadora (*como ninguém entende* - linha 12) e nem tão restritiva (*qualquer um de nós-* linha 14) quanto as anteriores, mas apenas generalizando dentro do grupo de não nativos ou daqueles que não são muito familiarizados com o idioma local.

Pela análise dos enunciados verbais os autorreparos de Gerson parecem estar sob sua única e exclusiva responsabilidade. Aparentemente, Rosê não influencia em nada na produção de autorreparos de Gerson, ou apenas minimamente ao vocalizar *hum* (linha 13) e *ahm* (linha 15), indicando que “prefere” a reformulação genérica mitigada à reformulação restritiva. Entretanto, veremos que apenas a análise dos enunciados verbais não revela toda a complexidade do que está ocorrendo na interação naquele momento.

Vejamos a Figura 22 para a análise multimodal do enunciado mitigador do primeiro autorreparo e a vocalização de Rosê.

Figura 22: Unidades entoacionais (12-13) de Rosê e de Gerson e suas as ações gestuais

Enquanto Gerson produz – [co]mo ninguém ent[ende] (linha 12), Rosê continua com a sua expressão facial de dúvida, agregando, ainda, uma configuração de boca em “bico” e um desvio de olhar para cima e para a esquerda (Figura 22, fotos 13.1-2). Concomitantemente, ela vocaliza *hum* (linha 13) e produz acenos de cabeça (*nod*). A vocalização *hum*, que na análise apenas prosódica parecia ser um *feedback* continuador, quando analisada de forma multimodal ganha novas camadas significativas. Além dessa interpretação de *feedback* continuador, essa vocalização *hum* em associação a alguns dos acenos de cabeça (*nod*) de Rosê, que são produzidos num ponto de possível completude de enunciado do Gerson, podem ser interpretados tanto como uma ênfase de suas ações gestuais de dúvida como uma sinalização de possível anuência ao enunciado de seu esposo. Parece-nos que a possível anuência ao enunciado de Gerson é factível, sobretudo, ao verificarmos como sua ação facial torna-se neutra ao final do enunciado mitigador de Gerson (Figura 22, foto 13.3).

Gerson, por sua vez, enquanto produz – como ninguém ent[ende] (linha 12), mantendo as sobrancelhas levantadas (Figura 22, foto 13.1), o tronco inclinado para frente e a configuração de gesto manual de palmas da mão voltadas para cima (Figura 22, foto 12.1), eleva sua mão direita à altura da sua cintura e aponta seus dedos para si (Figura 22, foto 12.2); abre novamente as mãos, voltando as palmas para cima e direcionando-as para Rosê (Figura 22, foto 12.3) e retorna suas mãos para seu colo (Figura 22, foto 12.4). Podemos interpretar esse enunciado multimodal de modalização - *como ninguém entende* (linha 12) do Gerson como uma tentativa de convencer Rosê que não apenas ela, mas que nenhuma outra pessoa é capaz de entender tudo durante um evento internacional cujos participantes apresentam distintas nacionalidades. Quando Gerson produz o gesto manual de apontar os dedos para si, podemos

entender que ele está agregando ao seu enunciado verbal a informação de que ele também está incluído no grupo de pessoas que não consegue entender tudo nessas situações.

Ao final do enunciado do Gerson *como ninguém entende* (linha 12), Rosê retorna sua cabeça para o centro, olha novamente para Gerson, abaixa as sobrancelhas e relaxa os lábios (Figura 22, foto 13.3). Pela expressão facial mais suavizada da Rosê e seus acenos de cabeça (*nod*), podemos levantar a possibilidade de que ela “aceitou” o autorreparo do Gerson como um reparo de sucesso. Gerson, porém, parece que interpreta as ações gestuais anteriores da Rosê de “dúvida”, o “bico” e o desvio do olhar como uma sinalização por parte dela de que ainda existe um problema interacional. Na sequência ele produz outro autorreparo, mudando o curso de sua trajetória. De um apelo generalizador, passa a uma trajetória mais restritiva.

Vejamos a Figura 23 que mostra a continuação da interação com a produção do segundo autorreparo (R₂) – *qualquer um de nós-* (linha 14) e do terceiro autorreparo (R₃) – *a pessoa que não é nativo/ ou que não é muito familiarizada* (linhas 16-17).

Figura 23: Unidades entoacionais (14-17) de Rosê e de Gerson e suas as ações gestuais

Depois de seu autorreparo generalizador-modalizado (R₁) - *NÃO entender TUDO não vai / como ninguém entende* (linhas 11-12) e da vocalização de Rosê – *hum* (linha 13), Gerson prossegue na interação e produz seu segundo autorreparo (R₂) - *qualquer um de nós-* (linha 14). Concomitantemente à sua produção do segundo autorreparo, ele realiza um gesto manual. Saindo da configuração de mãos entrelaçadas e apoiadas no colo (Figura 23, foto 14.1), ele volta as palmas das mãos para cima (Figura 23, foto 14.2) e eleva sua mão direita em direção a

Rosê (Figura 23, foto 14.3). Em seguida, direciona os dedos para si (Figura 23, foto 14.4). Esse enunciado multimodal parece restringir o grupo de pessoas que terão alguma dificuldade de entendimento apenas a eles dois. Se antes o argumento era de caso extremo e de natureza generalizadora - *NÃO entender TUDO não vai como ninguém entende* (linhas 11-12), agora parece ser de natureza mais restritiva *qualquer um de nós* (linha 14). No gesto manual dos enunciados generalizadores - *NÃO entender TUDO não vai como ninguém entende* (linhas 11-12), primeiro ele se coloca no grupo e depois ele agrega sua esposa à situação, uma vez que primeiro aponta para si mesmo e só depois aponta para Rosê. No enunciado restritivo - *qualquer um de nós* (linha 14), Gerson inverte a ordem do gesto manual de apontar: primeiro ele aponta para sua esposa e depois para si próprio. Sendo assim, observamos que Gerson inverte a estratégia argumentativa tanto na modalidade verbal quanto na modalidade gestual.

Por sua vez, Rosê vocaliza *ahn* (linha 15), num volume de voz que deixa entrever impaciência, assim que Gerson produz o gesto manual de apontar para ela (Figura 23, fotos 14.2-3) e verbaliza [qual]*quer um* [de nós] (linha 14). Nesse momento, a expressão facial da Rosê é neutra (Figura 23, foto 15.1). Ao final do termo [qualquer um de] *nós* (linha 14), Rosê tenta tomar a palavra e produz um enunciado com a negativa *não* (linha 15), iniciando sua indicação verbal de que se opõe ao que Gerson vem colocando na cena interacional. Antes que ela termine de pronunciar o termo *não*, Gerson interrompe seu enunciado e produz um novo autorreparo (R₃) – *a pessoa que não é nativo* (linha 16), voltando para a argumentação de generalização. Embora desta vez seja uma generalização que se restringe ao grupo das pessoas que não são nativas.

Ao investir no novo autorreparo generalizador-restritivo (R₃) – *a pessoa que não é nativo / ou que não é muito familiarizada* (linhas 16-17), Gerson retoma a trajetória do gesto manual de primeiro apontar para si próprio e depois para a sua esposa (Figura 23, fotos 16.1-3), enquanto produz – *a pessoa que não é nativo* (linha 16), indicando que nem ele e nem ela são falantes nativos. Partindo da posição de dedos voltados para si (Figura 23, foto 16.1). Gerson sustenta por alguns milissegundos essa posição, até que produza *a pesso*[a que não é nativo] (linha 16); logo a seguir aponta em direção a Rosê (Figura 23, foto 16.2) e retorna as mãos para o colo (Figura 23, foto 16.3). Contudo, essa retomada da primeira estratégia gestual de primeiro apontar para si e depois para a sua esposa pode ter sido apenas devido ao fato de sua mão já estar nessa posição (Figura 23, foto 14.4). Por sua vez, Rosê produz acenos de cabeça (*nod*, linha 16) durante a produção de Gerson – [a pessoa] *que não é nativo* (linha 16).

Gerson continua *ou que não é muito familiarizada* (linha 17). Assim que ele produz *ou que não é muito fami*[liarizada] (linha 13), Rosê volta a realizar a configuração de boca “em

bico” (Figura 23, foto 17.1). Quando Gerson finaliza seu enunciado há uma micropausa (linha 17) e Rosê abre ligeiramente a boca, sinalizando que está pronta para tomar a palavra (Figura 23, foto 17.2). Nesse momento Gerson está com a cabeça ligeiramente inclinada para a esquerda e os lábios entreabertos (Figura 23, foto 17.2).

Vemos, portanto, que a análise multimodal revela informações que não podem ser resgatadas pela modalidade verbo-vocal. Pela análise verbo-vocal, é possível observar apenas que, nesses três autorreparos, Gerson sai de um enunciado de caso extremo generalizador-modalizado para um restritivo e reformula para um generalizador-restritivo. Pela prosódia empregada na vocalização *hum* (linha 13), de *feedback* continuador, ao final da produção do primeiro autorreparo (R₁) - *como ninguém entende* (linha 12), só conseguiríamos entender que houve a produção do segundo autorreparo devido a um processo cognitivo de Gerson, ou seja, a produção desse autorreparo seria sob sua única e exclusiva responsabilidade e não como uma possível resposta às ações precedentes de sua esposa. Pela vocalização *ahn* (linha 15), saberíamos apenas que Rosê parece se opor ao que está sendo veiculado na interação, mas não saberíamos como essa oposição já havia sido iniciada anteriormente. Contudo, quando realizamos uma análise multimodal, vemos que Gerson se vale de gestos manuais para agregar informações também às estratégias de generalização-restrição-generalização. Primeiro, ao apontar para si e depois para Rosê (Figura 22, foto 12.1-4) marca a estratégia de generalização; depois, ao apontar primeiro para Rosê e depois para si (Figura 23, foto 14.1-4), marca a estratégia de restrição; e, logo a seguir, volta para a ação de apontar primeiro para si e depois para Rosê (Figura 23, foto 16.1-3), ao retomar a estratégia da generalização. Além disso, notamos como Rosê produz ações gestuais que ampliam o entendimento da vocalização *hum* (linha 13) - ações gestuais de dúvida, “fazer bico” e desviar o olhar (Figura 22, fotos 13.1-2) em associação à produção de acenos de cabeça (*nod*, linha 13). Vemos como sua ação facial se torna neutra ao final da modalização do primeiro autorreparo (Figura 22, foto 13.3) e durante a produção do segundo autorreparo (Figura 23, foto 15.1-2); como realiza acenos de cabeça (linha 16) no início da produção do terceiro autorreparo e como volta a “fazer bico” (Figura 23, foto 17.1) na finalização desse terceiro autorreparo. Sem a análise multimodal, toda essa gestualidade dos participantes estaria apagada. Tal como Rosê fizera ao responder às ações gestuais precedentes de Gerson, produzindo uma reclamação, parece-nos que esses autorreparos de Gerson também podem ser ações responsivas em relação às ações gestuais precedentes de Rosê.

Vejamos a continuação da interação, retomando o terceiro autorreparo de Gerson e prosseguindo para a produção do quarto autorreparo.

16 G: → a pessoa que não é nativo
 17 ou que não é muito familiarizada (.)
 18 R: é [porque o pessoal-]
 19 G: → [TÁ ALGUMA] coisa cê vai perder
 20 ma[s cê vai pegar uns noventa por cento]
 21 R: [o pessoal tá me assustando muito]
 22 co::m ah::ah:: a dificuldade de compreender o inglês deles
 23 G: → ah o [inglês deles] ah
 24 R: [a pronúncia]
 25 a pronúncia irlandesa né
 26 G: éh ah tá bom

Durante a micropausa de Gerson (linha 17), Rosê toma a palavra e começa um novo enunciado verbal - *é porque o pessoal* (linha 18). Nota-se que esse enunciado de Rosê traz um novo item na pauta. Essa tentativa de correção da sua trajetória de enunciados deixa evidente que Rosê entendeu que Gerson está tentando argumentar por um caminho que não é exatamente o ponto que ela quer colocar. Contudo, esse “desvio de rota” do Gerson foi provocado por ela própria ao produzir *será que eu vou entender tudo* (linha 2) e pelas três tentativas de tentar explicar porque ela estava preocupada – *eu tô um pouco preocupada com-* (linha 3)/ *é verda::da eu tô um pouco* (linha 6)/ *eu tô um pouco preocupada* (linha 10).

Apesar dessa tentativa de correção de rota, ela logo interrompe seu enunciado, pois, assim que ela produz *é* [porque o pessoal] (linha 18), concomitantemente, Gerson, abandonando sua trajetória de explicação generalizadora-restritiva sobre as pessoas terem alguma dificuldade de entendimento em eventos internacionais, principalmente quando não são nativas na língua do país-sede do evento ou familiarizadas com o sotaque local, Gerson produz seu quarto autorreparo (R₄) – *TÁ ALGUMA coisa cê vai perder, mas cê vai pegar uns noventa por cento* (linhas 19-20) - retornando a sua trajetória inicial de assegurar para sua esposa que ela compreenderá o suficiente para a situação. Lá, afirmando que ela iria entender tudo com o uso de um enunciado de caso extremo – *éh::: que que é isso cê vai entender tudo* (linhas 7-8), aqui, modalizando que ela não entenderá tudo, mas aproximadamente tudo - *TÁ ALGUMA coisa cê vai perder, mas cê vai pegar uns noventa por cento* (linhas 19-20).

Nesse quarto autorreparo, notamos que Gerson parece tratar a tomada da palavra pela Rosê como problemática. Assim que Rosê inicia seu enunciado - *é porque o pessoal* (linha 18), Gerson aumenta seu volume de voz, enfatizando o início de seu enunciado com os termos **tá** e **alguma** (*TÁ ALGUMA* [coisa cê vai perder] -linha 19). Por sua vez, Rosê abandona sua fala, dando a oportunidade de Gerson terminar suas colocações. Notamos que Rosê também parece tomar a sobreposição de Gerson como problemática, apesar de ter cedido inicialmente a palavra

para que ele completasse seu enunciado. Quando ela percebe que ele prosseguirá na sua produção verbal, em sobreposição à fala de Gerson – [ma]s *cê vai pegar uns noventa por cento* (linha 20), Rosê retoma o seu enunciado precedente que fora abandonado e produz – *o pessoal tá me assustando muito* (linha 21). Desta vez, ela não abandona a palavra e prossegue explicando que a sua preocupação em não entender o sotaque dos irlandeses é genuína, pois ela já havia sido alertada anteriormente sobre essa dificuldade (linhas 22-24).

Por sua vez, Gerson conclui seu autorreparo (R₄) – *mas cê vai pegar uns noventa por cento* (linha 20) – e cede a palavra para que Rosê conclua suas colocações, esclarecendo que a sua preocupação não era com a possibilidade de não entender tudo, mas sim com o fato de o sotaque dos irlandeses ser difícil de ser compreendido – *co::m ah::ah:: a dificuldade de compreender o inglês deles / a pronúncia / a pronúncia irlandesa né* (linhas 22, 24-25). Assim que ela finaliza o enunciado – *co::m ah::ah:: a dificuldade de compreender o inglês deles* (linha 22), Gerson demonstra seu entendimento – *ah o inglês deles ah* (linha 23), parecendo explicitar que agora ele compreendeu qual era o ponto que ela queria abordar, ao repetir o final do enunciado de sua esposa e empregar vocalizações *ah* entre essa repetição. Finalizando definitivamente o episódio de desacordo entre eles, Gerson produz – *éh ah tá bom* (linha 26). A partir desse ponto eles passam a conversar sobre as pessoas de diferentes nacionalidades que estarão no congresso e que, provavelmente, falarão inglês com pronúncias e sotaques variados.

Vejamos a Figura 24 para a análise multimodal desses mesmos enunciados.

Figura 24: Unidades entoacionais (18-26) de Rosê e de Gerson e suas as ações gestuais

Assim que Rosê inicia seu enunciado – *é porque o pessoal* (linha 18), Gerson inclina sua cabeça ainda mais para a esquerda (Figura 24, foto 18/19.1) em comparação com a posição de sua cabeça em seu enunciado precedente (Figura 23, foto 17.2). Além disso, quando pronuncia [TÁ] ALGU[MA coisa cê vai perder] (linha 19), ele inicia um movimento de virar a cabeça para a esquerda e desviar o olhar para cima (Figura 24, foto 18/19.2). Por sua vez, Rosê abandona sua fala, dando a oportunidade de Gerson terminar suas colocações. Entretanto, observamos que esse abandono de turno da Rosê não parece ter sido realizado de boa vontade. Assim que Gerson pronuncia [TÁ ALGUMA] coi[sa cê vai perder] (linha 19), Rosé coloca a língua para fora (Figura 24, foto 18/19.3).

A ação gestual de Rosê de colocar a língua para fora chama a atenção, pois não parece ser uma ação gestual não comunicativa de molhar os lábios. Primeiro, porque foi uma ação realizada num momento que indica que a Rosê já projetou que seu esposo continuaria na mesma linha argumentativa – TÁ ALGUMA coi[sa cê vai perder] (linha 19). Segundo, porque não há qualquer movimento da língua em relação a umedecer os lábios, como por exemplo, movimentar a língua de um lado para outro dos lábios. Não há também a virada do lábio inferior para dentro da boca para que a língua possa umedecê-lo mais facilmente. Também não se observa a ação de colocar a língua para fora num movimento diagonal ou o movimento de curvar a língua, ambos movimentos que facilitam a ação de umedecer os lábios. Aqui, Rosê coloca a língua para fora num movimento horizontal, paralelo ao seu queixo. Sendo assim, levantamos a possibilidade dessa gestualidade ser uma ação comunicativa, sinalizando que a sobreposição é tida como problemática por ela e antecipando que um potencial problema pode estar a caminho de ser verbalizado.⁷¹ Gerson, por sua vez, gira a sua cabeça ainda mais para a esquerda e continua a olhar para cima (Figura 24, foto 18/19.3).

Quando Gerson demonstra seu entendimento – *ah o inglês deles ah* (linha 23), parecendo aceitar as explicações de Rosê a respeito de sua preocupação ser em relação à pronúncia irlandesa e não ao fato de ela entender tudo ou não, ambos apresentam uma configuração facial neutra (Figura 24, foto 23/24.1). Finalmente, esse episódio de desacordo entre o casal chega ao fim quando Gerson explicitamente encerra a sequência de discordância – *éh ah tá bom* (linha 26) e eles passam a tratar de outro tema.

Pela análise multimodal, portanto, vemos que Gerson além de utilizar uma prosódia que indica que tratou a sobreposição de Rosê como problemática, ele também demonstra esse entendimento gestualmente ao virar enfaticamente a cabeça para a esquerda e desviar o olhar

⁷¹ A literatura de CNV descreve que “mostrar a língua” pode ser uma ação facial comunicativa de discordância (e.g. BOUSMALIS; MEHU; PANTIC, 2009; CASCUDO, 2003; EIBL-EIBESFELDT, 1989; GIVENS, 2013).

de Rosê. Enquanto na análise apenas da modalidade verbo-vocal precisamos esperar até que Rosê novamente tomasse a palavra (linha 21) para aventarmos a possibilidade de seu entendimento também ter sido na direção de uma sobreposição problemática, quando realizamos uma análise multimodal, podemos observar que ela já demonstrara esse entendimento ao realizar a ação gestual de mostrar a língua assim que interrompe seu enunciado (linha 18). Sendo assim, novamente podemos constatar que a análise multimodal agrega informações que se apagam na modalidade verbo-vocal, além de haver a sinalização gestual de certos entendimentos antes que haja a suas respectivas produções verbais.

Em resumo, pela observação das ações dos participantes nesse excerto selecionado para análise, parece-nos que as ações gestuais são as primeiras indicações que auxiliam os participantes a entenderem os deslizamentos no enquadramento da organização sequencial, ou seja, no caso desse excerto, a passagem de uma organização estruturada pela preferência para uma organização orientada para a despreferência. Parece-nos também que as ações gestuais são as primeiras ações dos desacordos que estão em processo de construção na cena interacional e não apenas pré-ações antecipatórias, já que os participantes parecem realizar ações responsivas levando em consideração as ações gestuais e não apenas os enunciados verbais. Esse entendimento torna-se mais evidente, sobretudo, quando há a topicalização das ações gestuais do outro como ações problemáticas ou quando analisamos os eventos de autorreparo. Notamos, ainda, que as ações gestuais do coparticipante produzidas em possíveis pontos de completude do turno do falante parecem indicar a posição que esse participante toma frente ao que o falante está pondo na cena interacional. Além disso, observamos que as ações gestuais do falante produzidas em momentos próximos às interrupções ou suspensões de sua fala parecem sinalizar que ele está indicando que um possível problema interacional foi identificado ou está em processo de se desenvolver na interação. Notamos também como as ações gestuais do falante produzidas em concomitância à sua fala servem para marcar a sua própria posição ao que ele está dizendo ou para agregar informações ao enunciado que ele está produzindo. Nesse sentido, para que haja o entendimento do papel das ações gestuais e seus possíveis significados durante a progressão interacional é fundamental que prestemos atenção aos momentos nos quais essas ações foram produzidas e às consequências que elas podem ter gerado na cena interacional. Como nem sempre a referencialidade das ações gestuais é topicalizada ou deixada evidente no desenrolar da interação, o sinal que o analista dispõe é investigar cuidadosamente o momento de produção das ações gestuais e os possíveis entendimentos que os participantes disponibilizam em suas ações subsequentes.

Passemos agora à análise de uma interação ocorrida entre indivíduos pertencentes ao cenário político nacional.

5.2 ANÁLISE DO EXCERTO 2 “*não entendi o teu risinho*” DA INTERAÇÃO DA DÍADE EDUARDO JORGE E LUCIANA GENRO

Neste excerto apresentamos a análise de um episódio de desacordo que ocorreu no cenário político nacional. O exemplo apresentado refere-se ao debate político de candidatos ao cargo de Presidência da República, efetuado pela TV Record antes do 1º turno das eleições, em 28 de setembro de 2014.⁷² A interação selecionada ocorreu entre os candidatos Eduardo Jorge (EJ), do Partido Verde (PV), e Luciana Genro, do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) durante a primeira rodada de perguntas do primeiro bloco do debate.

Geralmente os debates políticos televisionados não são considerados interações espontâneas. Nas palavras de Thompson (1996, p. 82) são “interações semiespontâneas mediadas”, uma vez que há “várias instâncias de ouvintes” e nem todas essas instâncias se encontram em presença dos candidatos cujos discursos já estão previamente preparados, seja por conhecerem os temas que serão abordados, seja por terem ensaiado suas performances. Para Thompson, as “várias instâncias de ouvintes” englobam os telespectadores, os indivíduos do auditório, os técnicos e indivíduos envolvidos na produção do debate, os mediadores dos debates e os outros candidatos-opponentes. Streeck (2008, p. 156) apresenta que os debates políticos são “interações parasociais”, já que os discursos são endereçados, sobretudo, aos telespectadores, ou seja, a “ouvintes remotos”, e também à audiência presente no cenário do debate, apesar de suas palavras serem direcionadas aos outros candidatos-opositores. Contudo, por mais que se diga que os debates políticos não são interações espontâneas, entendemos que a imprevisibilidade do desenrolar dos eventos e as contingências interacionais proporcionam o cenário que se busca nas interações espontâneas: o engajamento conjunto e colaborativo para os ajustes necessários à continuidade interacional momento a momento.

A escolha deste material deve-se ao fato de ser uma interação que, além de estar disponível na internet e ter sido filmada ao vivo, apresentou um episódio de discordância no qual os candidatos deixaram de endereçar seus discursos às audiências (presencial e remota) do debate para, efetivamente, interagir um com o outro para promover os ajustes necessários para que retornassem à organização *default*, “parasocial”, desse tipo de evento. Outra razão para a

⁷² O debate integral está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ubZ3fZ7IJxQ>.

escolha do material deve-se ao fato de a TV Record ter sido a única emissora nos cinco debates televisionados que utilizou o recurso da tela dividida.

O uso da tela dividida é um recurso que os diretores de programas de TV e cinema e, mais recentemente os pesquisadores das ciências humanas, empregam com o objetivo de aproximar indivíduos que estão posicionados em distintos pontos no espaço interacional (MONDADA, 2009b). A tela dividida é uma solução para o problema de visualização de sequências lineares que ocorrem simultaneamente. A tela dividida permite o acesso simultâneo de fluxos de ações paralelos, fazendo com que os momentos de coocorrência de ações possam ser percebidos. Sendo assim, esse recurso proporcionou a visualização da díade de candidatos momento a momento, viabilizando a análise multimodal dessa interação.

No caso específico do debate selecionado, os sete candidatos que participaram do debate da TV Record estavam organizados em um semicírculo, tendo os jornalistas-mediadores ao centro. A organização do semicírculo pode ser visualizada na Figura 25.

Figura 25: Distribuição espacial dos candidatos no debate da TV Record. Organização do semicírculo da esquerda para a direita: Levy Fidelix, Aécio Neves, Dilma Rousseff, Celso Freitas e Adriana Araújo (mediadores), Pastor Everaldo, Eduardo Jorge, Marina Silva e Luciana Genro.

Observa-se que Eduardo Jorge encontra-se à direita de Luciana Genro, tendo Marina Silva entre eles. A tela dividida manteve essa mesma distribuição espacial. Desta forma, a tela dividida operou não apenas como uma recomposição das ações dos participantes, mas também como uma reorganização do espaço interacional.

No debate selecionado, o uso da tela dividida foi praticamente constante durante todo o debate. A TV Record optou em apresentar a tela dividida de forma simétrica, ou seja, Eduardo

Jorge e Luciana Genro tiveram a mesma dimensão espacial transmitida na tela. Essa opção pela apresentação sistemática da tela dividida com a transmissão simétrica das imagens dos participantes durante o desenrolar da interação sinaliza a posição do diretor de cena de não ressaltar nenhum momento em particular e nem evidenciar que a atuação de um dos participantes foi mais importante do que a do outro. Mas isso não quer dizer que se tem a ingenuidade de acreditar que a tela dividida de forma simétrica seja uma janela transparente para a interação social ocorrida naquele momento. A filmagem da interação, selecionando apenas os dois participantes quando havia outras pessoas no cenário, já é um primeiro recorte que o observador faz da interação. Reconhece-se, portanto, que a própria filmagem em vídeo é uma prática social situada (MONDADA, 2009b).

O excerto selecionado teve uma duração aproximada de três minutos. Nessa 1ª rodada de pergunta-resposta-réplica-tréplica, os candidatos escolhiam a quem gostariam de dirigir uma pergunta. Essa pergunta deveria ter a duração máxima de 30 segundos. O candidato escolhido tinha 1:30 minuto para produzir a sua resposta. Tanto a réplica quanto a tréplica duraram 30 segundos respectivamente. Nessa rodada o tema das perguntas era livre. Cada candidato só podia perguntar e responder uma única vez. Por ser um dos últimos a ser escolhido, Eduardo Jorge (EJ) só pode dirigir sua pergunta à candidata Luciana Genro (LG).

Vejamos a transcrição verbal do excerto “*não entendi o teu risinho*”.⁷³

[Ago-Out/2014] [DP] [D4] [S1]

Excerto “*não entendi o teu risinho*” (24:06-27:23) (Luciana Genro-Eduardo Jorge)

1	EJ:	Luciana
2		hehe
3		Luci- hehe
4		.h Luciana
5		a precificação do carbono é a tendência mundial mais importante
6		para se transitar
7		para o desenvolvimento sustentável
8		e combater o aquecimento global
9	→	quais as quatro áreas que você
10		se fosse presidente
11		precificaria o carbono
12		como?
13		e por que?
14	LG:	Eduardo
15	→	nã- não não entendi o teu risinho
16		.h quando perguntaste se eu fosse presidente

⁷³ Este excerto pode ser visualizado em: https://youtu.be/Q_nlGyZVAGA

17 eu posso sim ser presidente
 ((plateia ri))
 18 .h e:::
 ((plateia ri))
 19 tenho a convicção
 ((plateia ri))
 20 de que
 21 .h se todos que concordam com as propostas=
 22 =que eu tenho defendido
 23 eu posso chegar ao segundo turno
 24 nada deve parecer impossível de mud[ar]
 25 EJ: → [°nã][o nada é°]
 26 LG: [e]=
 27 =nós temos a convicção de que depois de junho de 2013
 28 o Brasil mudou
 29 porque o povo se deu conta
 30 que preci::sa (.)
 31 atuar de forma mais firme na política
 32 que precisa tomar a política nas suas próprias mãos
 33 e nós precisamos de uma nova política de verdade
 34 Eduardo
 35 a tua preocupação
 36 com o carbono é muito justa
 [37-67]
 68 EJ: bom
 69 → (0.56) sem querer você respondeu
 70 porque a precificação dos quatro elementos principais são esses
 71 é o combustível fóssil
 72 é o desmatamento
 73 é o boi para abate
 74 e o lixo
 [75-85]
 86 a precificação
 87 é o instrumento
 88 a:: [a:: (a ra-)]
 89 AA: [tempo encerra]do candidato
 90 agora é a tréplica da candidata Luciana Genro
 91 trinta segundos
 92 LG: → não foi sem querer
 93 Eduardo
 94 agora eu
 95 vejo que tu tens uma postura muito
 96 semelhante à minha em várias pautas=
 97 =progres[sistas]
 98 EJ: → [°é verdade°]
 99 LG: .h só que eu me preocupo
 100 porque eu acho
 101 Eduardo

102 que é muito difícil se avançar
103 nas pautas progressistas que nós defendemos
104 com:: o tipo de alianças que tu
105 e o teu partido costumam fazer
106 tu foste seCRETÁRIO do Kassab
107 tu foste secretário do Serra

[108-115]

116 AA: [tempo encerrado]

Neste debate apresentado pela TV Record, observa-se que Eduardo Jorge teve liberdade para escolher o tema da pergunta que realizou. No entanto, sabe-se, pela ampla divulgação na mídia das regras atuantes nos debates televisionados, que a pergunta de Eduardo Jorge não foi construída localmente. A sua pergunta já havia sido preparada previamente. Nas regras desse evento, os candidatos podiam escolher a quem dirigir as suas perguntas, mas cada candidato só podia ser inquerido apenas uma vez. A ordem dos candidatos já havia sido sorteada previamente. Como coube a Eduardo Jorge a última posição para realizar a sua pergunta, a contingência situacional o obrigou a dirigi-la a Luciana Genro. A imprevisibilidade do desenrolar da interação proporcionou uma situação de reclamação entre Eduardo e Luciana.

Aparentemente, a pergunta de Eduardo Jorge era uma pergunta que não promovia palco para a situação de *reclamabilidade* (SCHEGLOFF, 2005) – *Luciana, [...] quais as quatro áreas que você, se fosse presidente, precificaria o carbono? Como e por que?* (linhas 1-13). Entretanto, observa-se que a maneira como Eduardo Jorge produziu a sua pergunta previamente preparada gerou palco para uma situação de reclamação em potencial. Foram as suas escolhas lexicais, a sua prosódia e as suas ações gestuais que promoveram tal situação. Isso nos mostra que mesmo quando há um “ensaio prévio”, é só no desenrolar da situação interacional que os participantes conseguirão atribuir sentido para as ações uns dos outros.

Vejamos a análise detalhada deste episódio de reclamação.

```

1      EJ:          Luciana
2                  hehe
3                  Luci- hehe
4                  .h Luciana
5                  a precificação do carbono é a tendência mundial mais importante
6                  para se transitar
7                  para o desenvolvimento sustentável
8                  e combater o aquecimento global
9      →           quais as quatro áreas que você
10                  se fosse presidente
11                  precificaria o carbono

```

12 como?
13 e por que?

Pela análise verbo-vocal, vemos que quando Eduardo termina de produzir o vocativo **Luciana** (linha 1), ele vocaliza uma risada **hehe** (linha 2). Logo a seguir, ele faz uma nova tentativa de chamar Luciana – **Luci- hehe** (linha 3), sem parar de rir. Eduardo deveria produzir a sua pergunta e “empaca” na produção do vocativo, emperrando o desenrolar da situação interacional. Além disso, Luciana não tem ideia, assim como ninguém tem, a respeito do que Eduardo está achando engraçado. Finalmente, Eduardo para de rir, produz o vocativo **Luciana** (linha 4) e prossegue na pergunta.

Ao produzir os enunciados – **quais as quatro áreas que você / se fosse presidente** (linhas 9-10) - Eduardo finalmente evidencia para suas “instâncias de ouvintes” (Luciana Genro, os mediadores, os indivíduos que estão produzindo o debate, a plateia presente no debate e a audiência de telespectadores) qual a razão de ter achado divertida a situação desde os momentos iniciais da interação. As risadas esboçadas anteriormente podem ser interpretadas como sinais que indicam uma situação risível que Eduardo Jorge projetara para a situação interacional daquele momento. Já ao final do primeiro vocativo – **Luciana** (linha 1), Eduardo dá pistas de que a pergunta que formularia logo a seguir seria uma pergunta que geraria uma situação risível. A efetivação dessa situação risível ocorre momentos mais adiante na interação quando ele finalmente produz o enunciado **você, se fosse presidente** (linhas 9-10). Além da risada, Eduardo emprega o pretérito imperfeito do subjuntivo do verbo **ser**, indicando a sua posição de que há apenas uma remota possibilidade de Luciana Genro tornar-se presidente. Na sequência, Eduardo finaliza a sua pergunta – **precificaria o carbono / como? / e por que?** (linhas 11-13).

Vejamos uma análise multimodal desses mesmos enunciados verbais para vermos se as ações gestuais contribuem para o entendimento dessa situação. A Figura 26 mostra os momentos iniciais da pergunta realizada por Eduardo Jorge.

Figura 26: Unidades entoacionais (1-4) de Eduardo Jorge e as ações corporais dos dois participantes.

Quando Eduardo termina de produzir o vocativo *Luciana* (linha 1), olhando em direção a ela, ele esboça um sorriso não-Duchenne com os lábios entreabertos, mostrando os dentes (Figura 26, foto 1.1). Por sua vez, Luciana acena com a cabeça (*nod*). Luciana também está com o olhar dirigido para Eduardo (Figura 26, foto 1.1). Interpretam-se essas ações gestuais como sinalização de cumprimento, uma vez que foi a primeira vez que Eduardo e Luciana interagiram nesse debate. Observamos igualmente que Luciana parece sinalizar para seu parceiro interacional que estava atenta às ações dele. Vemos, portanto, que, nesse momento, ambos os candidatos estão orientados para uma troca interacional entre eles.

A seguir, Eduardo abaixa a cabeça para ler algo, provavelmente a pergunta que irá formular. Diferentemente do sorriso anterior, agora ele esboça um sorriso que apresenta atividade muscular ao redor dos olhos, ou seja, um sorriso que pode ser caracterizado como um sorriso do tipo Duchenne (Figura 26, foto 2.1), inclusive com a emissão de som *hehe* (linha 2), configurando-se, então, numa risada.⁷⁴ Essa risada pode ser entendida como uma sinalização de que Eduardo considera algo divertido na situação. Em relação a Luciana, observa-se que há uma sutil movimentação em seus lábios: mantendo os lábios unidos, Luciana puxa-os ligeiramente para trás (Figura 26, foto 2.1). Como ela está de perfil para a câmera e o seu cabelo cobre parte do rosto, principalmente a região dos olhos, não se pode dizer se essa ação gestual configura-se como um sorriso de lábios fechados do tipo Duchenne ou do tipo não-Duchenne.

⁷⁴ A diferença entre sorriso e risada é que a risada é produzida concomitantemente à emissão do som, enquanto o sorriso ocorre na ausência de som (e.g. BURLING, 2005; CAMPBELL, 1971; FRIDLUND, 1994; HINDE, 1972).

Ainda olhando para baixo e rindo, Eduardo faz uma nova tentativa de chamar Luciana – **Luci- hehe** (linha 3). Por sua vez, Luciana olha para baixo e produz a configuração de lábios fechados puxados para trás (Figura 26, foto 3.1). Aqui, é possível observar que não há atividade ao redor dos olhos, ou seja, Luciana produz um sorriso de lábios fechados do tipo não-Duchenne. Finalmente, Eduardo para de rir, produz o vocativo **Luciana** (linha 4) e prossegue na pergunta. A Figura 27 mostra o prosseguimento da interação.

Figura 27: Unidades entoacionais (9-11) de Eduardo Jorge e as ações corporais dos dois participantes.

Ao produzir os enunciados – *quais as quatro áreas que você, se fosse presidente* (linhas 9 e 10), evidenciando a razão de ter achado divertida a situação desde os momentos iniciais da interação, Eduardo, quando produz [se fosse] **presi** [dente] (linha 10), já volta a esboçar um sorriso Duchenne de lábios abertos, mostrando os dentes, que perdura até a finalização do enunciado (Figura 27, fotos 10.1-2). Em relação a Luciana Genro, assim que Eduardo produz [se fos]**se** [presidente] (linha 10), Luciana produz uma configuração de boca em forma de “bico”⁷⁵ (Figura 27, foto 10.1). Tendo os sorrisos de Eduardo como ações passadas e a situação de ser candidata a presidente como contingências que orientam a interação no momento, percebe-se que Luciana projeta a trajetória de enunciado de Eduardo - *se fosse presidente* – e, antes mesmo da completude do enunciado dele, ela já se manifesta gestualmente, exibindo antecipadamente o que podemos aventar como um possível desagrado em relação à situação interacional.

⁷⁵ Este movimento labial de Luciana é muito rápido, sendo melhor percebido na visualização do registro audiovisual e não na imagem fixa.

Durante a produção de Eduardo de [se fosse] *presi* [dente] (linha 10), Luciana abre ligeiramente a boca (Figura 27, foto 10.2). Essa ação tanto pode indicar a sua surpresa em escutar esse tipo de enunciado “desrespeitoso” quanto a sua prontidão para tomar a palavra. Contudo, essa prontidão para tomar a palavra precisa ser refreada porque a regra do jogo dos debates não permite que um candidato se manifeste no “turno” do outro. A proibição restringe-se apenas à fala, pois como se pode ver, as ações gestuais participam ativamente no processo interacional. Ao final do enunciado de Eduardo - *se fosse presidente* (linha 10) – Luciana volta a produzir a ação gestual de fechar os lábios e puxá-los para trás (Figura 27, foto 10.3).

Embora a análise verbo-vocal permita-nos saber o que se passou na cena interacional, esse conhecimento é apenas parcial. Sem a análise multimodal não saberíamos que efetivamente Eduardo e Luciana estavam interagindo, tendo seus corpos orientados um para o outro; não saberíamos que Luciana reagiu gestualmente à fala de Eduardo e nem que tipo de reação gestual foi essa.

Vejamos a continuação da interação e a produção verbal da reclamação de Luciana.

```

14  LG:      Eduardo
15      →    nã- não não entendi o teu risinho
16          .h quando perguntaste se eu fosse presidente
17          eu posso sim ser presidente
                                   ((plateia ri))
18          .h e:::
                                   ((plateia ri))
19          tenho a convicção
                                   ((plateia ri))
20          de que
21          .h se todos que concordam com as propostas=
22          =que eu tenho defendido
23          eu posso chegar ao segundo turno
24          nada deve parecer impossível de mud[ar ]
25  EJ:      →                                     [°nã][o nada é°]
26  LG:                                     [   e   ]=
27          =nós temos a convicção de que depois de junho de 2013
28          o Brasil mudou
29          porque o povo se deu conta
30          que preci::sa (.)
31          atuar de forma mais firme na política
32          que precisa tomar a política nas suas próprias mãos
33          e nós precisamos de uma nova política de verdade
34          Eduardo
35          a tua preocupação
36          com o carbono é muito justa

```

Quando Luciana toma a palavra para produzir a sua resposta, ela não inicia o seu turno pela resposta à pergunta formulada por Eduardo que era a ação esperada para a situação. Diferentemente, Luciana produz - **Eduardo** (linha 14) e continua – **nã- não não entendi o teu risinho** (linha 15), sinalizando uma perturbação na cena interacional, marcada não só pela ação inesperada de não responder à pergunta, mas também pela disfluência em sua fala, ao interromper e repetir o item lexical **não**, e pelo uso do verbo **entender** e do diminutivo do vocábulo **riso**. Pelas contingências interacionais, ao empregar o verbo **entender**, ela não poderia estar pedindo por uma reformulação ou uma explicação por parte de Eduardo, uma vez que ele não poderia tomar a palavra naquele momento. Além disso, quando esse verbo apresenta como seu objeto direto o diminutivo do vocábulo **riso**, que, nessa situação parece ser o uso pejorativo do diminutivo como uma forma de desqualificar a ação de Eduardo, parece-nos que o potencial de *reclamabilidade* se instaura na interação.

Luciana prossegue – **quando perguntaste se eu fosse presidente** (linha 16), reforçando a existência de um evento com potencial de *reclamabilidade*. Esse reforço no episódio de reclamação parece estar evidenciado pelo fato de Luciana ter selecionado essa parte específica dos enunciados de Eduardo. A pergunta de Eduardo se referia à precificação do carbono e não ao fato de ela ser presidente. Sendo assim, Luciana demonstra o seu entendimento das ações precedentes de Eduardo como ações questionáveis e passíveis de justificativa (*accountability*).

Logo a seguir, Luciana produz um enunciado, contrapondo-se à postura anterior de Eduardo - **eu posso sim ser presidente** (linha 17). Assim que ela finaliza esse enunciado, a plateia começa a rir. Tentando dar prosseguimento à sua fala, Luciana inspira e prolonga o item lexical **e** (linha 18), projetando/esperando o fim da manifestação da plateia. Como a plateia não cessa de rir, Luciana prossegue – **tenho a convicção** (linha 19). A plateia ainda continua rindo. Somente quando ela produz **de que** (linha 20), a plateia finalmente para de rir. Luciana prossegue - **se todos que concordam com as propostas que eu tenho defendido / eu posso chegar ao segundo turno** (linhas 21-23), indicando uma postura mais realista para a sua situação política (chegar ao segundo turno) e convocando suas audiências a mudarem a situação política do Brasil ao produzir o enunciado seguinte - **nada deve parecer impossível de mudar** (linha 24). Por sua vez, Eduardo, durante a produção desse enunciado de Luciana, contrariando as regras do debate, manifesta-se verbalmente. Antes que Luciana termine o seu enunciado, Eduardo inicia o enunciado **não nada é** (linha 25) em sobreposição à fala de Luciana [nada deve parecer impossível de mud]ar (linha 24), projetando a completude da unidade entoacional de Luciana e contribuindo para a finalização do episódio de reclamação.

Na sequência Luciana faz mais algumas considerações a respeito da necessidade de se mudar a política no país (linhas 26-33) e, encerrando o episódio de reclamação, passa a responder à pergunta de Eduardo – *Eduardo / a tua preocupação / com o carbono é muito justa* (linhas 34-36).

Vejamos a Figura 28 para uma análise multimodal desses mesmos enunciados.

Figura 28: Unidades entoacionais (14-16) de Luciana Genro e as ações corporais dos dois participantes.

Diferentemente do esperado, quando Luciana toma a palavra, ela inicia a sua fala produzindo uma reclamação sobre as ações precedentes de Eduardo, explicitando que tomou suas ações gestuais como problemáticas. Assim que ela produz o vocativo *Eduardo* (linha 14), ela vira a cabeça para a direita e olha em direção ao candidato e continua – *nã- não não entendi o teu risinho* (linha 15). Por sua vez, Eduardo, durante os primeiros instantes desses enunciados de Luciana, encontrava-se de cabeça baixa, mas assim que ela está em vias de finalizar o vocábulo **entender** - [nã- não não enten]di [o teu risinho] (linha 15), ele inicia um movimento de cabeça para olhar em direção a ela (Figura 28, 15.1). Ao final desse enunciado de Luciana, Eduardo encontra-se com uma fisionomia séria (Figura 28, 15.2) marcada pela configuração de *blank face*.⁷⁶

Luciana prossegue – *quando perguntaste se eu fosse presidente* (linha 16). Ao final desse enunciado, ela volta sua cabeça para frente e olha para a câmera (Figura 28, 16.1).

⁷⁶ A literatura da CNV descreve que a face sem expressão (*blank face*) pode ser uma manifestação de desagrado e repúdio ao que se está vivenciando (e.g. ATTARDO et al., 2003; GIVENS, 2013).

Quando ela produz [quando perguntaste se eu fosse] presiden[te] (linha 16), Eduardo começa a esboçar um amplo sorriso Duchenne, mostrando os dentes (Figura 28, 16.1). Nessa situação, podemos interpretar esse sorriso de Eduardo como uma possível ação-respondente visando desarmar ou desqualificar a reclamação de Luciana. Essa estratégia de sorrir como ação-responde é recorrente em situações de reclamação (e.g. HOLT, 2012).

Vejamos como se dá o prosseguimento da interação na Figura 29.

Figura 29: Unidades entoacionais (17-20) de Luciana Genro e as ações corporais dos dois participantes.

Luciana prossegue - eu posso sim ser presidente (linha 17). Durante a sua produção [eu] posso sim ser pre[sidente] (linha 17), ela volta seu olhar rapidamente para Eduardo. Ao final desse enunciado, ela retorna seu olhar para a câmera. Por sua vez, percebe-se que Eduardo mostra sinais de embaraço durante a produção desse enunciado de Luciana.

Mantendo o sorriso amplo do tipo Duchenne (Figura 29, foto 17.1), Eduardo inicia um desvio de olhar assim que Luciana pronuncia o pronome eu (linha 17). Ele também inicia o movimento de cabeça, virando-a para a direita, e fecha os olhos (Figura 29, foto 17.1). Quando Luciana prossegue em [eu] posso sim ser pre[sidente] (linha 17), Eduardo realiza um movimento de inclinar a cabeça para a direita e o gesto de levar a mão direita à face, escondendo parcialmente o rosto (Figura 29, foto 17.2). Ao final do enunciado de Luciana (linha 17), o desvio de olhar de Eduardo está completo e ele encontra-se com a cabeça voltada para baixo (Figura 29, foto 17.3). Esta composição de ações gestuais de Eduardo – sorriso, desvio do olhar e levar a mão ao rosto – são ações gestuais típicas observadas em situações de embaraço (e.g.

EDELMANN, 1987; EKMAN, 1993; KELTNER, 1995; KELTNER; ANDERSON, 2000; KELTNER; BUSWELL, 1996).

Segundo Keltner (1995), a morfologia prototípica do embaraço é caracterizada pelas seguintes ações: um sorriso do tipo não-Duchenne, composto por lábios pressionados (o sorriso amarelo), desvios de olhar, principalmente com o olhar voltado para baixo, movimento da cabeça para baixo e para a esquerda e toques na face. Eibl-Eibesfeldt (1989) descreve que, geralmente, durante a manifestação do embaraço, o toque na face tem a função de esconder o rosto do transgressor, sinalizando para o outro que o transgressor assume a responsabilidade pela transgressão social e mostra-se submisso ao outro, pedindo-lhe que o desculpe.

Nesse episódio de interação entre Eduardo e Luciana, as ações gestuais que compõem a morfologia do embaraço estão presentes. Contudo, observa-se que há ajustes e adaptações. O sorriso do tipo não-Duchenne (sorriso amarelo) não ocorre. Aqui há um sorriso genuíno (um sorriso do tipo Duchenne), um sorriso amplo. Parece-nos que uma possível razão para esse sorriso permanecer é devido ao fato de a remota possibilidade de Luciana tornar-se presidente continuar a ressoar na gestualidade de Eduardo. O desvio de olhar ocorre quando Eduardo fecha os olhos (Figura 29, foto 17.1). O movimento de cabeça para baixo e para a esquerda ocorreu parcialmente. O movimento de cabeça para baixo é bastante evidente, mas como Eduardo já estava com a cabeça voltada para a esquerda, devido à sua localização na cena do debate, o movimento de cabeça lateral para a esquerda precisou de ajuste. O recurso que Eduardo empregou foi inclinar a cabeça para a direita (Figura 29, foto 17.2-3). O toque na face – encobrimento parcial do rosto – também ocorreu nesse episódio interacional (Figura 29, foto 17.2-3). Sendo assim, parece-nos que podemos interpretar essas ações gestuais de Eduardo como a sua ação-respondente à reclamação de Luciana. Ao demonstrar certo embaraço, parece que suas ações gestuais são uma tentativa de desculpar-se pela ação violadora. Entretanto, como ainda mantém a sua posição gestual (sorriso amplo), reatualizando a sua crença de achar impossível que Luciana torne-se presidente, notamos que suas ações gestuais respondentes não parecem ter sido suficientes para que Luciana aceitasse a resposta gestual oferecida por Eduardo e encerrassem o episódio de reclamação. Luciana tenta prosseguir com a sua reclamação.

Assim que ela finaliza seu enunciado – *eu posso sim ser presidente* (linha 17), a plateia começa a rir. Tentando dar prosseguimento à sua fala, Luciana inspira e prolonga o item lexical *e* (linha 18), projetando/esperando o fim da manifestação da plateia. Eduardo volta a olhar para Luciana e continua com o seu amplo sorriso (Figura 29, foto 18.1). Como a plateia não cessa de rir, Luciana prossegue – *tenho a convicção* (linha 19). Eduardo continua a olhar para Luciana, mantendo seu sorriso. A plateia ainda continua rindo. Somente quando Luciana produz

de que (linha 20), a plateia finalmente para de rir e Eduardo mantém as mesmas ações gestuais anteriores – sorriso amplo e direção do olhar para Luciana (Figura 29, foto 20.1). A Figura 30 mostra o prosseguimento da interação.

21 LG: <i>se todos que concordam com as propostas=</i>   22 <i>=que eu tenho defen[dido]</i>   23 <i>eu pos[so che]gar ao segundo turno</i>
24 LG: <i>nada deve parecer impossível de mud[ar]</i> 25 EJ: <i>[*nã][o nada é*]</i> 26 LG: <i>[e]=</i> 27 <i>=nós temos a convicção de que depois de junho de 2013</i> 28 <i>o Brasil mudou</i> <i> nod </i> 29 <i>porque o povo se deu conta</i> 30 <i>[...]</i> 33 <i>e nós precisamos de uma nova política de verdade</i> <i> nod </i> 34 <i>[...]</i>	Eduardo Luciana 22.1 23.1

Figura 30: Unidades entoacionais (21-33) de Luciana Genro e Eduardo Jorge e suas ações corporais.

Luciana prossegue - *se todos que concordam com as propostas que eu tenho defendido* (linhas 21-22), sempre mantendo seu olhar para a câmera. Assim que ela inicia esse enunciado, Eduardo volta a olhar para baixo, mas ainda mantém o amplo sorriso. Quando ela produz [se todos que concordam com as] *prop[os]tas* (linha 21), Eduardo começa a levantar a cabeça e dirige seu olhar para o público, mantendo ainda o amplo sorriso. Assim que Luciana produz [que eu tenho defen]*dido* (linha 22), Eduardo desmancha seu sorriso amplo. Agora vê-se uma configuração de lábios fechados puxados para trás, mas sem a elevação dos cantos da boca para cima e com uma ligeira projeção do queixo para frente (Figura 30, foto 22.1). Essa configuração de boca pode ser descrita como um sorriso não-Duchenne que apresenta as características de um sorriso irônico ou de deboche (e.g. EKMAN; FRIESEN, 1982).

Luciana continua com *eu posso chegar ao segundo turno* (linha 23). Quando Luciana diz [eu pos]*so che*[gar ao segundo turno] (linha 23), ela olha rapidamente para Eduardo (Figura 30, foto 22.1), mas logo em seguida volta a olhar para a câmera e permanece nessa postura até o final de seu tempo de resposta.

Quando Luciana produz [eu pos]*so che*[gar ao segundo turno] (linha 23), Eduardo, por sua vez, coloca ligeiramente a língua para fora (Figura 30, foto 23.1). Não podemos assegurar

que essa ação de “mostrar a língua” seja uma ação que sinaliza a sua oposição em relação à ideia que Luciana defende de que, caso todos aqueles que concordam com as propostas defendidas por ela, votassem nela, ela conseguiria chegar ao 2º turno. Essa ação pode não passar de uma reação fisiológica de umedecer os lábios. Entretanto, podemos levantar essa possibilidade devido ao momento no qual essa ação de Eduardo acontece. Devido às contingências e à progressão interacional, Eduardo parece projetar a completude da unidade entoacional de Luciana - *eu posso chegar ao segundo turno* (linha 23) – assim que ela produziu *posso che* (linha 23). Some-se a isso o fato de Eduardo apresentar um sorriso que se assemelha a um sorriso “irônico” como ação antecedente à sua ação de “mostrar a língua”. Além disso, ele já demonstrara que acha a ideia de Luciana vir a ser presidente risível. “Mostrar a língua” nesse momento pode ter sido apenas coincidência, mas, em associação às outras manifestações gestuais que já haviam ocorrido na interação, parece que ela indica que Eduardo está sinalizando sua oposição em relação aos enunciados de Luciana.

Luciana prossegue - *nada deve parecer impossível de mudar* (linha 24). Infelizmente, durante esse enunciado de Luciana, não há o recurso da tela dividida. Não se tem a informação da gestualidade de Eduardo Jorge, apenas o áudio. Mas, contrariando as regras do debate, Eduardo se manifesta verbalmente. Antes que Luciana termine o seu enunciado, Eduardo inicia o enunciado *não nada é* (linha 25) em sobreposição, contribuindo para a finalização do episódio de reclamação. Luciana faz mais algumas considerações a respeito da necessidade de se mudar a política no país (linhas 26-33). Eduardo sinaliza que concorda com essas colocações de Luciana ao produzir sutis acenos de cabeça (*nod*) quando ela produz *o Brasil mudou* (linha 28) e produz [e nós preci]*samos de uma nova poli* [tica de verdade] (linha 33). Com essas anuências de Eduardo, Luciana encerra esse episódio de reclamação, passando, finalmente a responder à pergunta de Eduardo sobre a precificação do carbono.

Em relação a Eduardo, devido às contingências interacionais, observamos que a finalização desse evento de reclamação permanece em aberto, uma vez que Eduardo não pode se manifestar verbalmente. Apesar de ter produzido o enunciado *não nada é* (linha 25), em voz baixa, e acenos de cabeça, essas ações não são suficientes para assegurar que ele concorda com Luciana nas suas colocações. Esses acenos podem ser manifestações de *feedback* (continuadores), indicando que o participante está prestando atenção na cena interacional.

Na análise multimodal, portanto, vimos que as ações gestuais auxiliaram a compor o enquadramento do episódio de reclamação. Vimos que Luciana já demonstrara gestualmente que entendera as ações de Eduardo como ações problemáticas (Figura 27, foto 10.1-3), apesar de poder verbalizar a sua reclamação apenas quando “recebeu” seu tempo de resposta. Além

disso, sem a análise multimodal não teríamos condições de perceber que Eduardo constrangeu-se com a reclamação de Luciana e com as suas colocações se contrapondo ao enunciado dele que disparou o episódio de reclamação – *você, se fosse presidente* (linhas 9-10). Também não perceberíamos as mudanças de direção do olhar dos candidatos, indicando um deslizamento no endereçamento de seus discursos, ora para o candidato-opositor, ora para as audiências.

Vejamos a seguir o início da réplica de Eduardo durante a qual o candidato produz um enunciado que será tomado por Luciana como uma ação problemática merecedora de justificativa e que provocará, em sua tréplica, a produção de mais uma reclamação por parte desta candidata.

68 EJ: bom
 69 → (0.56) sem querer você respondeu
 70 porque a precificação dos quatro elementos principais são esses
 71 é o combustível fóssil
 72 é o desmatamento
 73 é o boi para abate
 74 e o lixo

Eduardo inicia a sua réplica com um marcador discursivo – *bom* (linha 68). Há uma pausa de 0.56s e ele prossegue *sem querer você respondeu* (linha 69), atacando pessoalmente a candidata ao desqualifica-la em sua capacidade de responder racional e conscientemente à pergunta formulada anteriormente a respeito da precificação do carbono. Na sequência ele lista os quatro itens que ele acredita precisam ser taxados: o combustível fóssil, o desmatamento, o boi para abate e o lixo (linhas 71-74). Vejamos a Figura 31.

Figura 31: Unidades entoacionais (68-74) de Eduardo Jorge e as ações corporais dos dois participantes

Quando Eduardo inicia a sua réplica, Luciana olha para ele e permanece com o olhar voltado na direção de Eduardo por quase todos os 30 segundos da réplica. Eduardo, porém, estava olhando para baixo, mas, assim que finaliza *bom* (linha 68), ele direciona seu olhar para Luciana (Figura 31, foto 68.1). Há uma pausa de 0,56s na qual Eduardo desvia o olhar de Luciana, dirigindo-o à câmera e, portanto, às suas audiências (Figura 31, foto 69.1). Eduardo prossegue: *sem querer você respondeu* (linha 69), atacando a candidata. Luciana não esboça qualquer reação em sua face (Figura 31, foto 69.1), sinalizada pela configuração de *blank face*. Novamente não é possível assegurar que essa falta de reação de Luciana seja uma ação sinalizadora de discordância. Contudo, pelo que vem a seguir – um novo episódio de reclamação por parte de Luciana - podemos entender essa falta de expressividade na sua face como uma ação sinalizadora de problema interacional.

Novamente percebemos pela análise multimodal que a gestualidade auxilia a estabelecer o enquadramento das ações interacionais. Vejamos o início da tréplica de Luciana e a sua produção do novo episódio de reclamação.

```

92  LG: → não foi sem querer
93      Eduardo
94      agora eu
95      vejo que tu tens uma postura muito
96      semelhante à minha em várias pautas=
97      =progres[sistas      ]
98  EJ: →      [°é verdade°]
99  LG:      .h só que eu me preocupo
100      porque eu acho
101      Eduardo
102      que é muito difícil se avançar
103      nas pautas progressistas que nós defendemos
104      com:: o tipo de alianças que tu
105      e o teu partido costumam fazer
106      tu foste seCRETÁRIO do Kassab
107      tu foste secretário do Serra

```

Novamente Luciana contraria as expectativas e inicia a sua tréplica com uma reclamação: *não foi sem querer, Eduardo* (linhas 92-93), explicitando que tomou o enunciado de Eduardo – *sem querer você respondeu* (linha 69) - como uma ação problemática. Luciana prossegue: *agora eu / vejo que tu tens uma postura muito / semelhante à minha em várias pautas progressistas* (linhas 94-97), ressaltando a semelhança de posicionamento político deles em relação a alguns assuntos. Observamos que ela se vale da estratégia de apresentar, primeiro, a semelhança entre eles dentro do âmbito pessoal – *tu tens uma postura muito semelhante à*

minha – para só depois criticar as opções que o partido de Eduardo toma frente a algumas questões (linhas 99-107). Por sua vez, Eduardo, em sobreposição à fala de Luciana, concorda com o seu enunciado, produzindo *é verdade* (linha 98) em voz sussurrada, contribuindo, assim, para o encerramento de mais esse evento de reclamação.

Vejamos a Figura 32 para a análise multimodal.

Figura 32: Unidades entoacionais (92-94) de Luciana Genro e as ações corporais dos dois participantes.

Quando Luciana finaliza seu enunciado de reclamação *não foi sem querer* (linhas 92), Eduardo está olhando para baixo (Figura 32, foto 92.1), mas já inicia o movimento de olhar em direção a Luciana assim que ela diz *Eduardo* (linha 93). Neste momento, Eduardo apresenta uma configuração de boca de lábios fechados e puxados para trás (Figura 32, foto 93.1). Esse sorriso do tipo não-Duchenne, nessa situação, pode ser interpretado como um sorriso “irônico” que pode estar realizando duas funções: (a) como um sorriso que reconfirma a sua posição anterior de julgar Luciana inábil em responder adequadamente aos problemas nacionais; e/ou (b) como um sorriso que sinaliza o seu desagrado em mais uma vez ver que a situação de reclamação se instaurou na cena interativa.

Luciana prossegue: *agora eu* (linha 94). Ao final desse enunciado de Luciana, Eduardo desfaz a configuração de lábios puxados para trás e dá início à configuração de um sorriso do tipo Duchenne com os lábios semiabertos (Figura 32, foto 94.1). Logo a seguir, Eduardo desvia o olhar de Luciana e volta a olhar para a bancada.

A Figura 33 mostra a continuação da interação.

Figura 33: Unidades entoacionais (95-107) de Luciana Genro e Eduardo Jorge e suas ações corporais.

Assim que Luciana inicia o novo enunciado *vejo que tu tens uma postura muito* (linha 95), Eduardo volta a olhar para Luciana. Contudo, ao final desse enunciado, ele novamente desvia o olhar de Luciana e volta a olhar para baixo. No momento que Luciana produz [semelhante à minha] *em vá*[rias pautas] (linha 96), Eduardo volta a olhar para ela e desfaz completamente o sorriso Duchenne que vinha apresentando (Figura 33, foto 96.1). Projetando o final do enunciado de Luciana, Eduardo, em sobreposição ao enunciado [progres]*sistas* (linha 97) dela, produz *é verdade* (linha 98) em voz sussurrada e logo volta a olhar para a bancada (Figura 33, foto 97/98.1), contribuindo para o encerramento do episódio de reclamação. Contudo, mais uma vez, devido às contingências interacionais, esse encerramento do episódio de reclamação permanece em aberto.

Luciana prossegue na sua fala. Diferentemente de Eduardo que fez uma crítica pessoal a Luciana, ela passa a criticar a postura política de Eduardo, citando as alianças que Eduardo e o Partido Verde fazem (linhas 99-107), ou seja, passa à ação esperada em debates políticos. Luciana alega que é muito difícil avançar nas pautas progressistas mantendo certos tipos de aliança. Durante esses enunciados de Luciana, Eduardo mantém-se olhando para baixo. Assim que Luciana finaliza *tu foste seCRETÁRIO do Kassab* (linha 106), Eduardo inicia o movimento de levantar a cabeça e voltar a cabeça em direção a Luciana. Mas, enquanto Luciana produz - *tu foste secretário do Serra* (linha 107) – Eduardo interrompe essa ação e volta a cabeça para o público. Ele olha rapidamente para cima e pisca várias vezes e, finalmente, mira as lentes da câmera (Figura 33, foto 107.1). Nesse momento ele apresenta um semblante “sério” (*blank*

face). Esse semblante inexpressivo de Eduardo permanece até o final da fala de Luciana. Como o episódio de interação entre Eduardo Jorge e Luciana Genro na 1ª rodada de perguntas do 1º bloco do debate da TV Record chega ao fim, Eduardo não tem a oportunidade de se defender das críticas quanto às escolhas políticas feitas por ele e seu partido.

Em resumo, nesse episódio de reclamação-crítica entre Luciana Genro e Eduardo Jorge, vimos que, devido às contingências restritivas da situação, os participantes não puderam responder prontamente aos problemas gerados na cena interativa. Contudo, vimos que as ações gestuais do coparticipante, realizadas em possíveis pontos de completude de turno do falante, sinalizaram a existência de problemas na interação muito antes da verbalização ocorrer na primeira oportunidade de fala. Pela análise apenas verbo-vocal, vimos que muitas informações se perdem, comprometendo, parcialmente, o entendimento da progressão interacional.

Vejamos agora mais um episódio de desacordo ocorrido durante a interação do casal Rosê e Gerson.

5.3 ANÁLISE DO EXCERTO 3 “*é por isso que você não lembra das coisas depois*” DA INTERAÇÃO DA DÍADE ROSÊ E GERSON

No excerto “*é por isso que você não lembra das coisas depois*” da interação do casal Rosê-Gerson, os participantes conversam sobre a necessidade de se fazer algumas anotações para que se possa recordar do que foi visto quando se participa de palestras, principalmente, quando se deve relatar a terceiros o que foi tratado nessas palestras. Gerson (G) diz que apesar de saber da necessidade de realizar anotações, ele não aprecia fazer tal tarefa. Rosê (R) declara que ela sempre faz anotações nessas circunstâncias e comenta que o fato de seu esposo não fazer anotações contribui para que ele não se lembre das atividades depois. Aparentemente, Gerson concorda verbalmente com a assertiva da sua esposa, mas ao mesmo tempo parece tomar o enunciado como uma crítica, demonstrando, por meio da sua gestualidade, seu desconforto em relação ao comentário recebido. Rosê parece perceber o desconforto provocado por ela e como uma tentativa de sanar o problema que se instaurou na cena interacional e reestabelecer a “harmonia” na conversa, ela produz um enunciado elogioso ao esposo, pondo fim ao episódio de desentendimento. Vejamos a transcrição verbal do excerto “*é por isso que você não lembra das coisas depois*”.⁷⁷

⁷⁷ Este excerto pode ser visualizado em:

-Close dos participantes: <https://youtu.be/S-Ri42KYZjE>

-Plano americano: <https://youtu.be/2ynsD0jIRJM>

[Jul/2012] [SESA] [D1] [S2]

Excerto “*é por isso que cê não lembra das coisas depois*” (12:16-12:50) (Rosê-Gerson)

1 G: não, e o pior, né
 2 é ter que—
 3 ter que anotar um pouqui::nho pelo menos
 4 por[que senão depois cê]—
 5 R: [não, mas isso]—
 6 (0.37)
 7 G: depoi[s as vezes é duro de lem]brar
 8 R: [eu sempre ano::to]
 9 isso pra mim é sem:::[pre::-]
 10 G: [éh, mas é que] pra mim não é tão—
 11 por exemplo, eu não sou uma pessoa que anota muito
 12 muitas vezes, eu tenho uma resistência a anotar
 13 (0.5)
 14 G: tudo então pra mim é tudo meio de=
 15 =ca[beça]
 16 R: → [é por i]sso que cê não lembra das coisas depois
 17 (0.21)
 18 G: éh, então ()
 19 (0.61)
 20 R: a capacida:::de da memória
 21 já expand[iu:::tudo]=
 22 G: ↑[NÃO↓ não]=
 23 R: =[que podia expan—]
 24 G: =[tem gente que lem]bra éh
 25 bastante coisa
 26 eu eu sou meio—
 27 a minha memória já não é muito boa
 28 e eu não gosto de anotar
 29 (0.48)
 30 G: então já viu né?
 31 (0.87)
 32 G: () [mas o—]
 33 R: [mas cê] vai amarrando, né?
 34 G: → [éh eu]=
 35 R: [as coisas]
 36 G: =[vou amarran::do]=
 37 R: [se está fazendo]=
 38 =[sentido] pra você—
 39 G: =[vou lembran::do]

O tópico desenvolvido anteriormente girava em torno da preocupação de Rosê em ter que relatar o que seria abordado nas palestras que ela participaria em sua viagem para a Irlanda. Por conta dessa tarefa, ela declara que precisaria prestar muita atenção nas palestras. Gerson

concorda com sua esposa e acrescenta que, além de prestar bastante atenção, seria necessário fazer anotações sobre os assuntos desenvolvidos nas palestras, mas que ele não aprecia realizar tal tarefa.

Vejamos agora a análise verbo-vocal mais detalhadamente.

```

1  G:      não, e o pior, né
2          é ter que-
3          ter que anotar um pouqui::nho pelo menos
4          por[que senão depois cê]-
5  R:      [não, mas isso      ]-
6  (0.37)
7  G:      depoi[s as vezes é duro de lem]brar
8  R:      [eu sempre ano::to      ]
9          isso pra mim é sem:::[pre::-      ]
10 G:      [éh, mas é que] pra mim não é tão-
11          por exemplo, eu não sou uma pessoa que anota muito
12          muitas vezes, eu tenho uma resistência a anotar
13 (0.5)
14 G:      tudo então pra mim é tudo meio de=
15          =ca[beça      ]
16 R:      → [é por i]sso que cê não lembra das coisas depois

```

Gerson inicia sua fala a respeito do fato de não apreciar fazer anotações, declarando - *não e o pior né* (linha 1), já estabelecendo a sua posição frente a tal tarefa. Ele inicia uma nova unidade entoacional com certa disfluência – *é ter que-* (linha 2) - e acrescenta *ter que anotar um pouqui::nho pelo menos* (linha 3) que apresenta uma modalização pelo uso do diminutivo **pouquinho** e da expressão quantificadora **pelo menos**.

Gerson prossegue: *porque senão depois cê-* (linha 4). Contudo, ele interrompe a sua fala. Em sobreposição, Rosê começa a responder ao comentário de Gerson, marcando a sua discordância - *não mas isso-* (linha 5) e sinalizando que há um deslizamento da estrutura preferida para a estrutura despreferida, sobretudo, ao apresentar uma discordância com potencialidade de justificativa com o uso da conjunção **mas**. Nesse momento, ambos os participantes interrompem seus enunciados, gerando uma pausa de 0.37s (linha 6).

Gerson retoma a palavra (linha 7), aparentemente, reformulando a sua fala interrompida (linha 4). O que parecia ser o começo de um enunciado mais categórico, com uma referencialidade marcada pela contração do pronome pessoal **você** – *porque senão depois cê* (linha 4) – é retomado de forma mais genérica e modalizada – *depois as vezes é duro de lembrar* (linha 7) – ao eliminar o pronome pessoal **você** e ao empregar a expressão adverbial **as vezes**. Sendo assim, parece-nos que esse enunciado reformulado é uma ação responsiva de Gerson

como tentativa de bloquear a discordância que Rosê iniciara anteriormente - *não mas isso* (linha 5) ao passar de um enunciado de referencialidade direta (linha 4), que talvez pudesse vir a ser interpretado como uma crítica explícita a sua esposa, para um enunciado generalizador – *depois as vezes é duro de lembrar* (linha 7). Mais ainda, nessa reformulação não só é produzido um enunciado generalizar como também há uma adição de grau de incerteza pelo uso da expressão adverbial **as vezes**, mitigando ainda mais a possibilidade de seu enunciado vir a ser tomado como uma crítica.

Sem esperar pelo enunciado reformulado de Gerson, assim que ele produz *depoi[s as vezes é duro de lembrar]* (linha 7), Rosê, em sobreposição, apresenta a sua oposição *eu sempre ano::to / isso pra mim é sem::pre:-* (linhas 8-9), mostrando o contraste de suas atitudes em relação às dele e parecendo defender-se da implicação anterior de ela poder vir a ser uma pessoa que não faz anotações e depois se esquece das coisas. Por sua vez, Gerson parece tomar esses enunciados de sua esposa como uma crítica em potencial. Logo a seguir, Gerson verbaliza as explicações que o levam a ser diferente de sua esposa, assumindo que ele não gosta de fazer anotações e que, na verdade, esse é um defeito dele e não de sua esposa. Em sobreposição, quando Rosê finaliza a produção alongada do advérbio **sempre** – [isso pra mim é] *sem::[pre:-]* (linha 9), Gerson verbaliza as suas justificativas - *éh, mas é que pra mim não é tão- / por exemplo eu não sou uma pessoa que anota muito / muitas vezes eu tenho uma resistência a anotar* (linhas 10-12). Observamos que ele inicia seu enunciado verbal com a vocalização **éh** seguida da conjunção de contraste **mas** (linha 10), apresentando, logo a seguir, o contraste em relação à maneira de ser dela que “sempre anota” e assumindo a sua “falha” nesse quesito.

Após Gerson ter concluído seu enunciado, assumindo a sua “falha”, instaura-se uma pausa de 0.5s (linha 13) na cena interacional. em seguida, Gerson retoma a palavra e produz um enunciado de conclusão explicativa - *então para mim é tudo meio de cabeça* (linhas 14-15). Por sua vez, Rosê, num possível ponto de completude de turno de Gerson – [então para mim é tudo meio de ca] *beça* (linhas 14-15), apresenta uma crítica direta a Gerson a respeito de sua conduta – *é por isso que cê não lembra das coisas depois* (linha 16).

Vejamos agora uma análise multimodal para verificarmos as ocorrências das ações gestuais durante esses mesmos enunciados verbais. A Figura 34 mostra as ações gestuais dos primeiros enunciados desse episódio de desacordo entre o casal Rosê-Gerson.

1 G: não e o pior né
 2 é ter que-
 3 ter que anotar um pou|qui::nho pelo menos|
 |nod|
 4 por[que senão depois cê]-
 5 R: [não, mas isso]-
 ++++++++
 6 (0.37)
 7 G: depoi[s as vezes é duro de lem]brar
 8 R: [eu sempre ano:::to]
 9 isso pra mim |é| sem:::[pre::]-
 10 G: [éh mas é que] pra mim não é tão-

1.1
 6.1
 9.1

Figura 34: Unidades entoacionais (1-10) de Rosé e Gerson e suas ações corporais.

Assim que o Gerson produz [não e o] pior né] (linha 1), Rosé inicia o movimento de apertar o lábio superior sobre o inferior (Figura 34, foto 1.1) que perdura até que seu esposo produza *ter que anotar um pouquinho pelo menos* (linha 3). Instantes após Rosé ter produzido a ação facial de apertar os lábios, há uma disfluência na fala de Gerson – *é ter que-* (linha 2) e um reinício de seu enunciado – *ter que anotar um pouqui::nho pelo menos* (linha 3).

Quando Gerson produz [ter que anotar um pou]qui::nho pelo menos (linha 3), Rosé produz um único aceno de cabeça (*nod*) bastante pronunciado (linha 3) e começa a desfazer o apertar de lábios. Gerson prossegue: *porque senão depois cê-* (linha 4). Contudo, ele interrompe a sua fala. Em sobreposição, Rosé começa a responder ao comentário de Gerson, marcando a sua discordância - *não mas isso-* (linha 5), produzindo abanos de cabeça (*headshake*, sinalizados pelo sinal de +) assim que diz [não] mas isso- (linha 5). Nesse momento, ambos os participantes interrompem seus enunciados, gerando uma pausa de 0.37s (linha 6).

Durante essa pausa Rosé franze suas sobrancelhas e inclina ligeiramente a sua cabeça para a direita (Figura 34, foto 6.1). Por sua vez, Gerson apresenta uma ligeira inclinação de cabeça para a direita, um sorriso não-Duchenne com os lábios fechados que apresentam certa tensão e estão puxados ligeiramente para trás (Figura 34, foto 6.1). Gerson retoma a palavra *depois as vezes é duro de lembrar* (linha 7), aparentemente, reformulando a sua fala interrompida (linha 4).

Em relação às ações de Rosé, observamos que ela discorda das colocações de Gerson, mostrando o contraste de suas atitudes em relação às dele – *não, mas isso- / eu sempre ano:::to/*

isso pra mim é sem:::pre:- (linhas 5, 8-9), parecendo defender-se da implicação anterior de ela poder vir a ser uma pessoa que não faz anotações e depois se esquece das coisas. Por sua vez, Gerson parece tomar esses enunciados de sua esposa como uma crítica. Logo a seguir, Gerson verbaliza as explicações que o levam a ser diferente de sua esposa, assumindo que ele não gosta de fazer anotações e que esse é um defeito dele e não dela.

Assim que Rosê produz [isso pra mim] *é*[sem:::pre:-] (linha 9), Gerson une os lábios num sutil “bico”, leva sua cabeça e seu tronco para a posição *default* (Figura 34, foto 9.1). Em sobreposição, quando Rosê finaliza a produção alongada do item lexical **sempre** – [isso pra mim é] *sem:::pre:-* (linha 9), Gerson inicia a verbalização de suas justificativas - *éh, mas é que pra mim não é tão-* (linha 10).

Vejamos a Figura 35 para a continuação da interação.

Figura 35: Unidades entoacionais (11-16) de Rosê e Gerson e suas ações corporais.

Gerson continua com suas justificativas – *por exemplo eu não sou uma pessoa que anota muito* (linha 11). Assim que ele produz [por exemplo] *eu não sou uma pessoa que ano*[ta muito] (linha 11), Rosê inicia um apertar das sobrancelhas (Figura 35, foto 11.1). Ele continua *muitas vezes eu tenho uma resistência a anotar* (linha 12). Rosê continua com a sua configuração de sobrancelhas apertadas. Após Gerson ter concluído seu enunciado, instaura-se uma pausa de 0.5s (linha 13) na cena interacional. Durante essa pausa, Rosê mantém a sua configuração de sobrancelhas apertadas. Em seguida, Gerson retoma a palavra e produz um enunciado de conclusão explicativa - *então para mim é tudo meio de cabeça* (linhas 14-15).

Ao final desse enunciado, Gerson apresenta uma configuração de lábios de sorriso não-Duchenne com lábios ligeiramente entreabertos, (Figura 35, foto 15.1). Por sua vez, Rosê, ainda mantém o apertar de sobrancelhas (Figura 35, foto 15.1).

Chama a atenção essa persistência da ação gestual de Rosê de apertar as sobrancelhas. Parece-nos ser uma indicação de que há um problema na interação que demanda um ajuste. Floyd et al. (2016), estudando os reparos iniciados pelo outro, notam uma prática interacional recorrente quando há perturbações na interação. Os autores observam que quando um coparticipante sinaliza que há um problema na cena interacional é usual que ele produza alguma ação gestual que permanece na cena até que o problema tenha sido solucionado. Apesar de os autores terem estudado apenas casos de reparo iniciados pelo outro, parece-nos que podemos expandir essa prática interacional para eventos de discordância. Como já mostramos nas outras análises, quando há um problema na interação, observamos que pode ocorrer a manutenção de alguma ação gestual associada à negatividade até que o problema tenha sido solucionado ou que ocorra um deslizamento de enquadre ou tópico ou que a discordância seja verbalizada. No nosso caso, Rosê sustenta a sua ação gestual de apertar as sobrancelhas por três unidades entoacionais de Gerson, além da pausa de 0.5s (linhas 11-15). Apesar de Gerson ter reformulado seus enunciados: de *por exemplo eu não sou uma pessoa que anota muito* (linha 11) para *muitas vezes eu tenho uma resistência a anotar* (linha 12) e depois para *então pra mim é tudo meio de cabeça* (linha 14), ele parece não ter produzido o ajuste interacional necessário (segundo a ótica e expectativa de Rosê).

Quando Gerson pronuncia [então pra mim é tudo meio de ca]beça (linha 15), Rosê, projetando um possível ponto de completude de turno e ainda mantendo suas sobrancelhas apertadas (Figura 35, foto 15.1), inicia, em sobreposição, uma crítica direta a Gerson a respeito de sua conduta – *é por isso que você não lembra das coisas depois* (linha 16). Durante esse enunciado verbo-vocal, Rosê realiza o gesto de palma da mão direita voltada para cima (Figura 35, foto 16.1), “oferecendo” a Gerson a sua conclusão a respeito do seu modo de agir de não anotar as coisas e tentar lembrar tudo de cabeça. Ao final do seu enunciado, Rosê inclina a cabeça para a direita (Figura 35, foto 16.2), realizando a ação gestual de mitigar seu enunciado.⁷⁸ Por sua vez, Gerson desfaz seu sorriso contido (Figura 35, foto 16.2), apresentando certo ar de preocupação quando comparado à imagem anterior (Figura 35, foto 15.1). Esse “ar de preocupação” parece ser em decorrência da diminuição da atividade do músculo que puxa os lábios para fora e da leve inclinação de cabeça para a direita (Figura 35, foto 16.2).

⁷⁸ A literatura da CNV descreve que a inclinação de cabeça em situações de apresentação de enunciados com conteúdo negativo serve como uma estratégia para modalizar o enunciado (e.g. FIQUER, 2010).

Pela análise multimodal, observamos que as ações gestuais do coparticipante servem para auxiliar no entendimento do enquadramento da sequência interacional. Notamos, ainda, que Gerson parece ter levado em consideração as ações gestuais de Rosê para produzir suas reformulações verbais. Além disso, vimos como a gestualidade de Rosê serviu para tentar mitigar a crítica direta que ela fez ao esposo. Sem a análise multimodal, esses entendimentos se perdem para o analista.

Vejamos a continuação dessa sequência de desacordo, retomando a partir do enunciado de crítica formulado por Rosê (linha 16).

```

16  R:      →      [é por i]sso que cê não lembra das coisas depois
17  (0.21)
18  G:      éh, então ( )
19  (0.61)
20  R:      a capacida:::de da memória
21  já expand[iu:::tudo]=
22  G:      ↑[NÃO↓ não ]=
23  R:      =[que podia expan- ]
24  G:      =[tem gente que lem]bra éh
25  bastante coisa

```

Assim que Rosê finaliza de produzir - *é por isso que cê não lembra das coisas depois* (linha 16), há uma pausa de 0.21s. Logo a seguir, Gerson toma a palavra e produz o enunciado - *éh então* (linha 18) em um ritmo um pouco mais acelerado do que vinha utilizando.

Apesar de Gerson parecer indicar que concorda, ainda que de maneira parcial, com a avaliação de Rosê ao produzir o enunciado - *éh então* (linha 18), quando analisamos esse enunciado com mais cautela, notamos que não se trata de uma concordância, mas sim de uma sinalização de discordância. A composição das suas ações – o emprego da vocalização *éh*, que, nesse caso, indica uma concordância parcial, mais fraca quando comparada com o uso do termo lexical **sim**; o uso da conjunção **então**, sem qualquer tipo de complemento; e a produção de fala em ritmo mais acelerado em contraste com o ritmo empregado por Rosê em seu enunciado precedente – associada à existência de uma pausa anteriormente (linha 17), indica-nos que Gerson “discorda” de sua esposa ao produzir um enunciado mobilizando recursos para sinalizar a despreferência na organização da sua fala, evidenciando, assim, que parece ter tomado o enunciado de sua esposa - *é por isso que cê não lembra das coisas depois* (linha 16) - como uma crítica pessoal.

Logo a seguir, mais uma pausa de 0.61s (linha 19) se instaura na cena interacional. Após essa pausa, Rosê toma a palavra, produzindo um enunciado-justificador - *a capacida:::de da*

memória / já expandiu:: tudo / que podia expan- (linhas 20-21 e 23). Aparentemente, Rosê tenta amenizar a crítica proferida anteriormente ao justificar-se, implicitamente inferindo que as anotações são ferramentas que auxiliam a memória, uma vez que a memória “*já expandiu tudo que podia expandir*”, generalizando o problema de falta de memória ser de todas das pessoas e não apenas de seu esposo.

Por sua vez, Gerson explicita que não “aceita” o enunciado-justificador de Rosê. Assim que Rosê produz *já expand*[iu:: tudo] (linha 21), em sobreposição, Gerson inicia seu enunciado verbal de discordância – *NÃO não tem gente que lembra éh / bastante coisa* (linhas 22 e 24-25), indicando que “aceita” a responsabilidade de ter as “falhas” de não ter uma memória muito boa e não gostar de fazer anotações e que esses “defeitos” não devem ser generalizados. Nesse momento, Rosê interrompe sua reformulação-justificadora – *que podia expan-* (linha 23).

Vejamos a seguir a Figura 36 para vermos as ações gestuais dos participantes durante esses mesmos enunciados.

Figura 36: Unidades entoacionais (16-25) de Rosê e Gerson e suas ações corporais.

Assim que Rosê finaliza de produzir - *é por isso que cê não lembra das coisas depois* (linha 16), há uma pausa de 0.21s. Logo a seguir, Gerson toma a palavra e produz o enunciado – *éh então* (linha 18). Quando verbaliza *éh* (linha 18), Gerson inclina sua cabeça para a direita

e levanta sutilmente suas sobrancelhas (Figura 36, foto 18.1).⁷⁹ Depois, inclina sua cabeça para a esquerda quando produz o item lexical **então** (linha 18), finalizando com um sorriso não-Duchenne com lábios fechados, levantando sutilmente seu queixo (Figura 36, foto 18.2), portanto, um sorriso que pode ser descrito como um sorriso “irônico” ou de “deboche” (e.g. EKMAN; FRIESEN, 1982).

As ações gestuais de Gerson - inclinar a cabeça para a direita, levantar as sobrancelhas⁸⁰, inclinar a cabeça para a esquerda e apresentar um sorriso não-Duchenne com os lábios fechados e puxados para fora com uma projeção do queixo para frente (sorriso irônico ou de deboche) - realizadas nesse momento do episódio interacional, reforçam ainda mais que esse enunciado verbal é um enunciado produzido de forma despreferida. As ações gestuais de Gerson, portanto, ajudam a estabelecer que o enquadramento interacional de suas ações nesse momento está orientado para o desacordo organizado pela estrutura despreferida.

Mais uma pausa de 0.61s (linha 19) se estabelece na cena interacional. Após essa pausa, Rosê toma a palavra, produzindo - *a capacida::de da memória/ já expandiu:: tudo/ que podia expan-* (linhas 20-21 e 23). No desdobramento interacional, Gerson explicita que não “aceita” a reformulação-justificadora de Rosê. Assim que ela produz *já expand* (*já expandiu:: tudo* linha 21), Gerson inclina a cabeça para a direita e vira a cabeça para a esquerda (Figura 36, foto 22.1), desviando o olhar de Rosê e, em sobreposição, inicia seu enunciado verbal de discordância – *NÃO não tem gente que lembra éh / bastante coisa* (linhas 22 e 24-25), indicando que “aceita” a responsabilidade de ter as “falhas” de não ter uma memória muito boa e não gostar de fazer anotações e que esses “defeitos” não devem ser generalizados.

Pela análise multimodal desses enunciados, vimos que as ações gestuais auxiliam os participantes a entender o enquadramento das ações do outro e a agir conforme a interpretação desse enquadramento, contribuindo, assim, para o desenrolar da interação. Se pela análise verbo-vocal Gerson dera pistas de tomar o enunciado precedente de sua esposa como uma crítica ao produzir um enunciado de concordância parcial e pelos silêncios que há na interação, quando agregamos as suas ações gestuais, os recursos verbo-vocais mobilizados por ele que antes eram pistas, adquirem um grau de certeza maior em relação à maneira como podemos interpretar o desenrolar da interação da díade Rosê-Gerson.

⁷⁹ Essa ação de levantar as sobrancelhas é executada de forma extremamente rápida e só é visível quando em movimento. A foto estática não permite a visualização dessa ação gestual.

⁸⁰ A composição das ações gestuais de levantar as sobrancelhas e de inclinar a cabeça para um lado e depois para o outro é recorrentemente descrita na CNV como uma ação que indica que a pessoa está insegura em relação ao que diz, ou coloca em dúvida o que está sendo dito pelo outro (e.g. EKMAN, 1992).

Vejamos a continuação da interação, retomando a partir da oposição de Gerson, para vermos como os participantes encerraram esse episódio de desacordo.

24 G: tem gente que lembra éh
25 bastante coisa
26 eu eu sou meio—
27 a minha memória já não é muito boa
28 e eu não gosto de anotar
29 (0.48)
30 G: então já viu né?
31 (0.87)
32 G: () [mas o—]
33 R: [mas cê] vai amarrando, né?
34 G: → [éh eu]=
35 R: [as coisas]
36 G: =[vou amarran::do]=
37 R: [se está fazendo]=
38 =[sentido] pra você—
39 G: =[vou lembran::do]

Após Gerson opor-se à generalização proposta por Rosê – *tem gente que lembra é bastante coisa* (linhas 24-25), ele produz enunciados depreciativos, confirmando o seu “defeito” –/ *a minha memória já não é muito boa / e eu não gosto de anotar* (linhas 26-28). Observamos que ao dar início aos enunciados depreciativos, Gerson apresenta uma disfluência em sua fala – *eu eu sou meio-* (linha 26), interrompendo essa trajetória de enunciado logo a seguir. Na sequência, reformula sua colocação – *a minha memória já não é muito boa/ e eu não gosto de anotar* (linhas 27-28). Uma pausa de 0.48s (linha 29) se instaura na cena. Gerson toma a palavra e produz *então já viu né* (linha 30). Mais uma pausa acontece (0.87s – linha 31). Novamente é Gerson quem toma a iniciativa de pôr fim ao silêncio, porém produzindo um enunciado com início inaudível e prossegue com *mas o-* (linha 32).

Assim que Gerson rompe o silêncio com seu início de enunciado inaudível (linha 32), em sobreposição, Rosê inicia um enunciado elogioso - *mas cê vai amarrando né* (linha 33). Gerson suspende sua trajetória de enunciado (linha 32) e quando Rosê continua *as coisas* (linha 35), em sobreposição, ele repete o enunciado de sua esposa com os ajustes dêiticos necessários – *éh eu vou amarran::do* (linhas 34 e 36), indicando que está “disposto” a encerrar o episódio de discordância. Também em sobreposição, Rosê continua – *se está fazendo/ sentido pra você* (linhas 37-38). E ele: *vou lembran::do* (linha 39).

Apesar das falas dos participantes terem ocorrido em sobreposição, nenhum deles tomou-as como sobreposições problemáticas. Ao contrário, são sobreposições que sinalizam

que ambos os participantes se orientaram para o encerramento do episódio de desacordo e que estão prontos para retornar à organização *default*, ou seja à estrutura preferencial. Rosê demonstra essa prontidão, ao apresentar enunciados elogiosos ao esposo e Gerson, ao utilizar as estratégias de produção de estrutura preferencial pela repetição do enunciado de sua esposa (R: *cê vai amarrando* (linha 33)/ G: *vou amarrando* (linha 36) e pelo complementaridade (R: *as coisas se está fazendo sentido pra você* (linhas 35 e 37-38)/ G: *vou lembrando* (linha 39).

Vejamos agora a análise multimodal desses mesmos enunciados para vermos se algo ocorreu durante as pausas e se esses acontecimentos contribuíram de alguma forma para os enunciados verbais serem produzidos da forma que o foram na sequência. Vejamos a Figura 37 para prosseguirmos na análise multimodal.

Figura 37: Unidades entoacionais (23-29) de Gerson e as ações corporais dos dois participantes.

Ainda mantendo o desvio de olhar, Gerson produz – *bastante coisa* (linha 25), finalizando a sua oposição em relação à generalização proposta por Rosê. Assim que ele pronuncia [bastante coi]sa (linha 25), Rosê inclina a cabeça para a direita e faz uma configuração de boca em forma de “bico” (Figura 37, foto 25.1). Gerson continua *eu eu sou meio-* (linha 26), apresentando uma disfluência inicial e interrompendo essa trajetória de enunciado logo a seguir. Rosê mantém seu “bico” e sua cabeça inclinada (Figura 37, foto 26.1). Por sua vez, Gerson, assim que pronuncia [eu eu sou] meio- (linha 26), retorna seu olhar para Rosê (Figura 37, foto 26.1) e interrompe seu enunciado. Em seguida, reformula sua colocação

– *a minha memória já não é muito boa/ e eu não gosto de anotar* (linhas 27-28). Durante esses enunciados autodepreciativos de Gerson, Rosê continua com seu “bico” e a cabeça inclinada (Figura 37, foto 28.1). Quando Gerson produz [e eu não gosto] de anotar (linha 28), ele novamente desvia o olhar de sua esposa, iniciando o movimento de virar a cabeça para a esquerda (Figura 37, foto 28.1). Há uma pausa de 0.48s (linha 29) na qual Rosê ainda mantém seu “bico” e a cabeça inclinada e Gerson finaliza o movimento de virar a cabeça para a esquerda e inclina-la para a direita (Figura 37, foto 29.1).

Vejamos a Figura 38 para a continuação da sequência interacional.

Figura 38: Unidades entoacionais (29-32) de Gerson e as ações corporais dos dois participantes.

Após a pausa de 0.48s (linha 29), Gerson produz *então já viu né* (linha 30). Durante a produção desse enunciado, ele inicia o movimento de retornar a cabeça para frente, mas ainda mantém a cabeça inclinada e o desvio do olhar (Figura 38, foto 30.1-2). Realiza, ainda, um sutil gesto manual de corte⁸¹ realizado com os dedos entrelaçados: saindo da posição de mãos apoiadas no colo e com os dedos entrelaçados, ele eleva, no plano vertical, sutilmente suas mãos e desce-as novamente apoiando-as no colo (Figura 38, foto 30.1a-c). Por sua vez, Rosê continua mantendo o “bico” e a cabeça inclinada por todo esse enunciado de Gerson (Figura 38, foto 30.2). Novamente uma pausa (0.87s) se instaura na cena (linha 31).

⁸¹ Conforme já exemplificamos na Capítulo 3, os gestos de corte (gestos-guilhotina quando realizados no plano vertical com a movimentação de cima para baixo) são gestos recorrente em contextos de negatividade (e.g. (CALBRIS, 2011))

Durante essa pausa, Gerson inclina ainda mais a cabeça para a esquerda e a vira um pouco mais para a direita; retorna o olhar para sua esposa e realiza a ação de “mostrar a língua” (Figura 38, foto 31.1), apertar o lábio inferior sobre o superior (Figura 38, foto 31.2) e realizar a produção de um sorriso não-Duchenne de lábios fechados (Figura 38, foto 31.3) que agora se torna mais amplo em comparação ao sorriso não-Duchenne apresentado anteriormente (Figura 36, foto 18.2). Por sua vez, durante essas ações gestuais de Gerson, Rosê ainda mantém a cabeça inclinada e o “bico”, mas agora realiza um sutil levantar das sobrancelhas⁸² (Figura 38, foto 31.1) quando ele “mostra a língua”. Novamente é Gerson quem toma a iniciativa de pôr fim ao silêncio, produzindo um enunciado com início inaudível e prossegue com *mas o-* (linha 32).

As várias tentativas verbo-vocais de Gerson de justificar-se sobre a sua forma de ser – *NÃO não tem gente que lembra éh* (linhas 22 e 24); *bastante coisa* (linha 25); *eu eu sou meio* (linha 26); *a minha memória já não é muito boa* (linha 27); *e eu não gosto de anotar* (linha 28); *então já viu né* (linha 30); () *mas o* (linha 32) – e a composição das suas ações gestuais (levantar as sobrancelhas, inclinar a cabeça para a direita e depois para a esquerda, apresentar um sorriso não-Duchenne com os lábios fechados e puxados para fora com uma projeção do queixo para frente, desviar o olhar, realizar um gesto manual de corte, mostrar a língua, apertar o lábio inferior e mais um sorriso não-Duchenne com os lábios fechados e puxados para fora), parecem sinalizar seu desconforto frente à crítica sofrida. Rosê, então, toma a palavra para produzir um enunciado elogioso ao esposo, indicando-nos que também parece ter tomado essas ações de Gerson como ações sinalizadoras de seu desconforto frente à sua crítica.

Vejamos a Figura 39 para o desenrolar da interação e a sequência de encerramento desse episódio de desacordo entre o casal.

⁸² Este movimento não é perceptível na imagem estática.

Figura 39: Unidades entoacionais (32-39) de Rosê e Gerson e suas ações corporais.

Assim que Gerson rompe o silêncio com seu início de enunciado inaudível (linha 32), Rosê levanta as sobrancelhas e começa a desfazer seu “bico” (Figura 39, foto 32.1), iniciando um enunciado elogioso - *mas cê vai amarrando né* (linha 33) e deixando a sua fisionomia mais suavizada (Figura 39, foto 33.1) em relação à configuração de face anterior (Figura 39, foto 32.1). Ela continua – *as coisas* (linha 35) e Gerson, em sobreposição, repete o enunciado de sua esposa com os ajustes dêiticos necessários – *éh eu vou amarran::do/ vou lembran::do* (linhas 36 e 39). Rosê, também em sobreposição, continua – *se está fazendo/ sentido pra você* (linhas 37-38). Nessa sobreposição de falas, tanto Rosê quanto Gerson realizam acenos de cabeça (*nod*) e apresentam as faces suavizadas (Figura 39, foto 36.1 e foto 39.1) em relação às configurações de face anteriores (Figura 39, foto 32.1).

Nessa sequência de desacordo, observamos que Rosê não cede imediatamente a sua posição. Ela havia formulado a sua crítica - *é por isso que cê não lembra das coisas depois* (linha 16) e só depois de várias tentativas de Gerson em justificar seu modo de ser ela apresenta uma combinação de aceitação relutante - *mas cê vai amarrando né* (linha 33), dando início à sequência de encerramento desse episódio de discordância. A indicação dessa relutância está marcada pela sua escolha em iniciar seu enunciado pela conjunção de contraste *mas* e também pela pergunta retórica marcada pelo marcador discursivo *né*. O fim dessa sequência de desacordo é marcado pela ação de Rosê de apresentar uma quebra no enquadramento da discussão em andamento, ou seja, Rosê abandona a linha discursiva de Gerson ter problema de memória devido ao fato de não fazer anotações e passa a apresentar uma característica positiva

dele que é o fato de ele se lembrar dos eventos ao fazer conexões entre aqueles eventos que julga relevantes. Vemos que esse novo enquadramento é adotado por Gerson ao utilizar as estratégias de repetição e complementariedade. O episódio de desacordo se encerra, portanto, dentro da organização da estrutura preferencial para o acordo. Na sequência o casal passa a desenvolver outro tópico.

Em resumo, vimos que esse episódio de desacordo entre Rosê e Gerson se estruturou pela despreferência que foi sinalizada, sobretudo, pelo uso das pausas e das reformulações de enunciados. Observamos que as ações gestuais associadas à negatividade realizadas pelo coparticipante durante o turno do falante parecem ter contribuído para que as reformulações tomassem corpo, uma vez que os participantes interacionais demonstram ter levado em conta tais ações para o desenrolar da cena interacional. Vimos que, às vezes, apenas uma única ação gestual parece ter sido a responsável pela ativação da ação responsiva do outro (e.g. apertar das sobrancelhas). Observamos também que uma mesma ação gestual pode assumir distintas funções, contribuindo de maneira variada para a construção da interação social (e.g. boca em configuração de “bico”; sorriso não-Duchenne com lábios fechados). Mostramos como esse episódio de desacordo-crítica, organizado pela estrutura despreferida, foi finalizado dentro da estrutura preferencial quando Gerson aceitou o novo enquadramento interacional proposto por Rosê, sinalizando-lhe, pelas estratégias de produção de enunciados em contiguidade e pela repetição e complementariedade dos enunciados, que aceitava o fim do episódio.

Vejamos a seguir mais um episódio de desacordo promovido pela díade Júlia-João Paulo que evidencia como a análise multimodal precisa levar em consideração o corpo inteiro dos participantes, ainda que eles se encontrem sentados.

5.4 ANÁLISE DO EXCERTO 4 “*eu num sei se eu boto muita fé na escola pública*” DA INTERAÇÃO DA DÍADE JÚLIA E JOÃO PAULO

Neste episódio de desacordo, os amigos Júlia (Ju) e João Paulo (JP) conversam sobre um projeto educacional que Júlia pretende realizar em escolas. Esse projeto consiste em produzir saraus para apresentar, aos alunos do ensino médio, os gêneros literários de microconto e poesia; porém, a dificuldade de implementar tal projeto está no fato de ser difícil angariar verbas para custeá-lo. Júlia cita que uma escola que tem possibilidade de financiar o projeto seria a Escola Nossa Senhora das Graças, uma escola particular frequentada por alunos com alto poder aquisitivo que está localizada num bairro nobre de São Paulo. Apesar de existir essa possibilidade, Júlia conta que ela quer desenvolver seu projeto em escolas públicas. João Paulo

sugere outras alternativas, pois JP acredita que a escola pública não é o melhor lugar para a realização do projeto de Júlia. Júlia discorda da posição de JP e apresenta uma crítica sobre a postura dele. Vejamos a transcrição verbal do excerto “*eu num sei se eu boto muita fé na escola pública*”.⁸³

[Jul/2013] [SESA] [D9] [S8]

Excerto “*eu nun sei se eu boto muita fé na escola pública*” (16:25-17:38) (Júlia-João Paulo)

1 Ju: tem várias coisas legais nisso
2 só que o problema é que fica uma coisa meio utópica
3 por que onde você vai fazer isso?
4 (0.57)
5 por que que escola que dá verba pra você fazer campo
6 o Gracinha
7 Nossa Senhora das Graças
8 lá no Itaim Bibi?
9 JP: hu[m hum]
10 Ju: [ent]ão
11 l[á dá ver]ba
12 JP: [hum]
13 Ju: mas e aí se vai fazer o-
14 num quero fazer isso lá
15 eu num vejo-
16 sim
17 [num:::] num quer dizer que eu não::: possa fazer=
18 JP: [°éh°]
19 Ju: =[oferecer pros professores de lá fazerem mas]=
20 JP: [mas de repent- éh então]=
21 Ju: =eu quero fazer [numa escola PÚBLICA]
22 JP: [tem que ser na esco]la isso?
23 (0.69)
24 Ju: °éh [di-°]
25 JP: [por]que de repente você=
26 =[faz um projeto mais aberto]
27 Ju: [de preferência sim]
28 JP: [di- em bibliotecas]
29 Ju: [porque isso é realidade levan]do para a escola
30 (0.49)
31 Ju: sabe cê bota [a realidade na escola]
32 JP: → [eu num sei eu num sei se eu]=
33 =boto muita fé na escola pública, sabe
34 eu ve[jo esses esses- hm he]

⁸³ Este excerto pode ser visualizado em:

-Close dos participantes: <https://youtu.be/O6-4GNjiwgY>

-Plano aberto: <https://youtu.be/pfj5900X6s0>

35 Ju: [não, mas a gente tem que botar hã hã]=
 36 =[bota fé na escola pública]=
 37 JP: [assim éh:: éh mas eu] vejo que =
 38 =um projeto assim poderia acontecer=
 39 =numa biblioteca onde pessoas==
 40 porque cê tem que ter pessoas interessadas querendo-
 41 [e as vezes]
 42 Ju: [mas nu- mas num é que] na escola não tem gente interes-
 43 [gente eles- eu tenho que falar que- o::lha não]=
 44 JP: [ai mas tem menos hum]
 45 Ju: =eu:: DIS-CO[R-DO LOUCA]MENTE disso
 46 JP: [hum hum]
 47 Ju: eu não acho que os alunos não são interessados
 48 eu acho que os alunos são interessados
 49 mas eu acho que o que [se ensina na es]cola
 50 JP: [hum hum]
 51 Ju: e a forma com que se ensina na escola e a escola que meu
 52 → ela ela parece uma prisão
 53 tem grade arame farpado portão
 54 meu a escola do do Danilo
 55 quando você entra tem um portão
 56 que separa a Secretaria da sala
 57 da sala- dos alunos e tal

Vejamos agora uma análise detalhada deste episódio de desacordo ente Júlia e JP, iniciando pela análise verbo-vocal.

1 Ju: tem várias coisas legais nisso
 2 só que o problema é que fica uma coisa meio utópica
 3 por que onde você vai fazer isso?
 4 (0.57)
 5 por que que escola que dá verba pra você fazer campo
 6 o Gracinha
 7 Nossa Senhora das Graças
 8 lá no Itaim Bibi?
 9 JP: hu[m hum]
 10 Ju: [ent]ão
 11 l[á dá ver]ba
 12 JP: [hum]

No início deste episódio de desacordo, Júlia diz que apesar de seu projeto apresentar muitas possibilidades interessantes – *tem várias coisas legais nisso* (linha 1), ela acredita que seja um projeto utópico – *só que o problema é que fica uma coisa meio utópica* (linha 2), pois não sabe onde poderia implementá-lo – *por que onde você vai fazer isso?* (linha 3). Apesar de

aparentemente essa pergunta ser uma pergunta retórica, ela indica que esperava uma manifestação de JP, já que uma pausa de 0.57s (linha 4) ocorre logo após ela formular essa pergunta. Como JP não fornece qualquer tipo de *feedback*, ela reformula sua questão, restringindo o escopo a escolas como possíveis lugares para implementar seu projeto – *por que que escola que dá verba pra você fazer campo* (linha 5) e acrescentando uma possível escola – *o Gracinha* (linha 6). Logo a seguir, realiza uma autorreparo, fornecendo o nome apropriado da escola e não apenas o seu “apelido” - *Nossa Senhora das Graças* (linha 7) – e acrescentando a sua localização – *lá no Itaim Bibi?* (linha 8). Após esse autorreparo de Júlia, JP emite um *feedback* continuador – *hum hum* (linha 9). Júlia continua com um enunciado conclusivo – *então / lá dá verba* (linhas 10-11). JP produz um novo *feedback* continuador - *hum* (linha 12).

Vejamos a Figura 40 para uma análise multimodal desses enunciados.

Figura 40: Unidades entoacionais de Júlia e das vocalizações de João Paulo (1-10) e suas ações corporais.

Nos momentos iniciais desse excerto observamos que JP apresenta a sua cabeça inclinada para a esquerda e um semblante sem expressão – *blank face* (Figura 40, foto 1.1). Após Júlia produzir a pergunta – *por que onde você vai fazer isso?* (linha 3), há uma pausa de 0.57s (linha 4) e sem que JP tenha fornecido qualquer resposta, Júlia produz uma nova pergunta – *por que que escola que dá verba pra você fazer campo/ o Gracinha/ Nossa Senhora das Graças/ lá no Itaim Bibi?* (linhas 5-8). Apesar de JP realizar alguns acenos de cabeça (*nod*, linhas 5-7) durante a pergunta reformulada de Júlia, notamos que ele mantém sua *blank face* durante toda a produção dessas unidades entoacionais dela.

Quando Júlia finaliza a pergunta – *lá no Itam Bibi?* (linha 8), ela esboça um princípio de sorriso, talvez, indicando que acha a ideia de realizar o projeto no Gracinha hilária. Nesse momento, ela também inclina seu tronco para a direita e para frente e apresenta um sorriso não-Duchenne com os dentes à mostra (Figura 40, linha 8.1). Por sua vez, JP inicia o esboço de um sorriso (Figura 40, foto 8.1), ainda mantendo a cabeça inclinada para a esquerda. Logo a seguir, ele produz a vocalização *hum hum* (linha 9), gerada em decorrência de uma expiração. Júlia prossegue sua fala – *então/ lá dá verba* (linhas 10-11).

Observamos, portanto, que a reformulação do questionamento de Júlia não parece ter se dado apenas devido à existência da pausa de 0.57s (linha 4), mas também em decorrência da ausência de qualquer tipo de *feedback* por parte de JP, seja na modalidade verbo-vocal seja na modalidade gestual. Além disso, quando ela esboça um sorriso ao inserir a ideia de implementar seu projeto na escola Nossa Senhora das Graças, ela sinaliza para JP que tipo de enquadramento ela está construindo para essa ideia e com isso consegue que ele finalmente lhe forneça algum *feedback*, inclusive com a “retribuição” de um esboço de sorriso.

Vejamos o desenrolar dessa interação retomando do enunciado conclusivo de Júlia.

```

10 Ju:      então
11          l[á dá ver]ba
12 JP:      [hum      ]
13 Ju:      mas e aí se vai fazer o-
14          num quero fazer isso lá
15          eu num vejo-
16          sim
17          [num:::] num quer dizer que eu não::: possa fazer=
18 JP:      [°éh°    ]
19 Ju:      =[oferecer pros professores de lá fazerem mas]=
20 JP:      [mas de repent- éh então                      ]=
21 Ju:      =eu quero fazer [numa escola PÚBLICA]
22 JP:      [tem que ser na esco]la isso?
23 (0.69)
24 Ju:      °éh [di-°]
25 JP:      [por]que de repente você=
26          =[faz um projeto mais aberto]
27 Ju:      [de preferência sim          ]
28 JP:      [di- em bibliotecas          ]
29 Ju:      [porque isso é realidade levan]do para a escola
30 (0.49)

```

Após o enunciado conclusivo de Júlia – *então / lá dá verba* (linhas 10-11) e o *feedback* de JP – *hum* (linha 12), Júlia continua – *mas e aí se vai fazer o-* (linha 13), mas logo abandona

essa trajetória de enunciado. Em seguida apresenta uma reformulação indicando que o colégio mencionado não é uma opção para ela – *num quero fazer isso lá* (linha 14) e começa a acrescentar uma explicação para a sua posição – *eu num vejo-* (linha 15), mas também abandona essa linha de raciocínio. Na sequência “responde” para JP que ela poderia implementar o seu projeto na referida escola – *sim / num::: num quer dizer que eu não::: possa fazer / oferecer pros professores de lá fazerem* (linhas 16-17 e 19), apesar de JP não ter formulado qualquer questionamento a esse respeito. Júlia realiza a produção do **sim** (linha 16) com um andamento um pouco mais rápido e num tom um pouco mais acima do que vinha empregando anteriormente. Com esses enunciados Júlia pode estar indicando que: (a) parece tomar a falta de *feedback* de JP como uma possível discordância de sua parte em relação à postura dela frente ao tema e que por isso, precisa responder-lhe justificando seus atos; ou (b) ela promove um deslizamento em sua postura frente ao fato de não querer implementar seu projeto no Gracinha. Observamos que no início do enunciado de “resposta-justificadora” ou de “deslizamento de posição” – *num::: num quer dizer que eu não::: possa fazer* (linha 17), há uma disfluência na fala de Júlia com a repetição do item **num**. Além disso, Júlia emprega um andamento ainda mais rápido na produção desse enunciado, não só repetindo o item lexical **num**, como utilizando a estratégia de alongar a primeira repetição desse item lexical. Como logo a seguir, JP tenta tomar a palavra, podemos inferir que essas estratégias de Júlia, sinalizam que ela pretende manter a palavra.

As várias tentativas de reformulação de enunciados de Júlia chamam a atenção. Nessa nova reformulação – *num::: num quer dizer que eu não::: possa fazer* (linha 17), Júlia apresenta uma mudança de perspectiva, admitindo que talvez possa fazer seu projeto no Gracinha. Partindo de uma posição de oposição bem marcada – *num quero fazer isso lá/ eu num vejo-* (linhas 14-15), ela passa à posição mais flexível de admitir a possibilidade de realizar seu projeto na referida escola – *num::: num quer dizer que eu não::: possa fazer* (linha 17).

Por sua vez, em sobreposição à produção de Júlia *num:::* [num quer dizer que eu não::: possa fazer] (linha 17), JP produz uma vocalização de concordância em voz sussurrada **•éh•** (linha 18). E, na sequência, produz – *mas de repent- éh então* (linha 20) em sobreposição ao enunciado de Júlia – *oferecer pros professores de lá fazerem* (linha 19). Notamos que JP tenta apresentar um contra-argumento em resposta aos enunciados de Júlia – *éh mas de repent-* (linhas 18 e 20), utilizando a estratégia de apresentação de enunciados despreferidos pelo emprego da vocalização de concordância **éh**, e logo a seguir a apresentação de uma oposição mitigada – *mas de repent-* (linha 20) – que ele abandona para concordar com a proposição de Júlia de oferecer seu projeto aos professores do colégio – *éh então* (linha 20).

Júlia prossegue reforçando a sua postura de querer implementar seu projeto na escola, ressaltando que é na escola pública – *eu quero fazer numa escola PÚBLICA* (linha 21). Assim que ela produz *eu quero faz*[er numa escola PÚBLICA] (linha 21), JP produz uma questão polar, perguntando se o projeto de Júlia se restringiria apenas a escolas – *tem que ser na escola isso?* (linha 22). Essa pergunta polar de JP – *tem que ser na escola isso?* (linha 22) - pode ser entendida como um sinal de discordância em relação à ideia de Júlia, sobretudo, quando realizada concomitantemente à fala dela declarando que gostaria de realizar seu projeto em escola pública e, sobretudo, quando ela enfatiza o termo lexical **pública**.

Há uma pausa de 0.69s (linha 23) e só então Júlia começa a responder. Num tom de voz baixo, Júlia produz – *éh di-* (linha 24), mas interrompe sua resposta assim que JP começa a falar. Quando JP sugeri que Júlia poderia expandir seu projeto – *porque de repente você faz um projeto mais aberto* (linhas 25-26), tentando implementá-lo em bibliotecas (linha 28), Júlia retoma a palavra, confirmando sua preferência para desenvolvê-lo em escolas públicas – *de preferência sim* (linha 27). Ela prossegue, justificando sua escolha – *porque isso é realidade levando para a escola* (linha 29). Outra pausa (0.49s) se instaura na cena.

Vejamos agora a Figura 41 para realizarmos uma análise multimodal desses mesmos enunciados para verificarmos como os participantes realizaram suas ações gestuais durante a progressão da interação.

Figura 41: Unidades entoacionais de Júlia e das vocalizações de João Paulo (9-16) e suas ações corporais.

Quando Júlia finaliza de produzir – *lá dá verba* (linha 11), JP apresenta um sorriso não-Duchenne com os dentes à mostra (Figura 41, foto 11.1) e, em sobreposição à fala de Júlia – [l]á dá ver[ba] (linha 11), vocaliza novamente *hum* (linha 12) em decorrência de outra expiração. Júlia prossegue – *mas e aí se vai fazer o-/ num quero fazer isso lá/ eu num vejo-/ sim* (linhas 13-14), realizando algumas reformulações.

Quando Júlia produz - *mas e aí se vai fazer o-* (linhas 13), JP continua com o mesmo sorriso não-Duchenne com os dentes à mostra e a cabeça inclinada para a esquerda. Júlia interrompe sua trajetória e tenta uma nova reformulação – *num quero fazer isso lá* (linha 14). Quando Júlia produz [num quero fazer is]so lá (linha 14), JP reduz a amplitude do seu sorriso não-Duchenne (Figura 41, foto 14.1). Júlia demonstra uma configuração de face que poderia ser descrita como de preocupação. Essa impressão de preocupação advém do fato de ela ter virado ligeiramente a cabeça para a esquerda, produzindo um olhar de esguelha e ter aberto mais os olhos (Figura 41, foto 14.1) em comparação com a imagem anterior (Figura 41, foto 11.1). Novamente ela abandona esse enunciado e tenta outra reformulação – *eu num vejo-* (linha 15). JP continua com seu sorriso não-Duchenne e ao final do enunciado de Júlia fecha os olhos (Figura 41, foto 15.1). Por sua vez, Júlia parece demonstrar uma face de surpresa – volta a cabeça para a frente, abre ainda mais os olhos e deixa a boca ligeiramente entreaberta (Figura 41, foto 15.1). Novamente abandona sua trajetória para produzir um *sim* (linha 16) com um andamento um pouco mais rápido e num tom um pouco mais acima do que vinha empregando anteriormente. Ela também realiza um aceno de cabeça (*nod*) bastante pronunciado e, no retorno do aceno, leva sua cabeça para trás (Figura 41, foto 16.1). Durante a produção do *sim* (linha 16), finalmente, JP faz menção de querer tomar a palavra ao abrir ligeiramente a boca (Figura 41, foto 16.1). Podemos inferir, portanto, que Júlia parece ter tratado essa manifestação gestual de JP como uma ação problemática, sinalizando que pretende manter a palavra ao utilizar um andamento mais rápido e um tom de voz mais elevado, além de ser bem enfática em relação à execução do aceno de cabeça.

Nessa análise multimodal, vemos que Júlia parece ter levado as ações gestuais de JP em consideração para reformular seus enunciados, sinalizando gestualmente esse entendimento ao demonstrar uma “cara de preocupação” (Figura 41, foto 14.1) e uma “cara de surpresa” (Figura 41, foto 15.1). Parece-nos que as várias tentativas de Júlia de reformular seus enunciados parecem advir do fato de ela tomar a insistência de JP na manutenção do sorriso não-Duchenne e da inclinação da cabeça para a esquerda e na falta de cooperação de sua parte para a progressão interacional como uma sinalização de discordância de JP frente ao fato de ela se opor a realizar seu projeto na escola Nossa Senhora das Graças. O que numa análise verbo-vocal não fica

evidenciado, numa análise multimodal fica disponibilizado ao termos acesso a essas informações que agregam sentido à maneira como a progressão interacional se desenvolveu.

Vejamos a Figura 42 para a continuação da progressão interacional.

Figura 42: Unidades entoacionais (17-20) de Júlia e João Paulo e suas ações corporais.

Dando prosseguimento à sua menção de tomar a palavra, JP tenta fazê-lo. Desmanchando seu sorriso não-Duchenne (Figura 42, foto 17/18.1), de forma quase inaudível, ele produz a vocalização *éh* (linha 18) em sobreposição ao início de mais um enunciado de reformulação de Júlia *num:::* [num quer dizer que eu não::: possa fazer] (linha 17). Contudo, continuando a demonstrar que quer manter a palavra, Júlia emprega um andamento ainda mais rápido na produção desse enunciado, repetindo o item lexical **num**, além de utilizar a estratégia de alongar a primeira repetição desse item lexical. Momentaneamente, JP abandona a sua tentativa de tomar a palavra.

As várias tentativas de Júlia de reformular seus enunciados parecem sinalizar que ela toma a manutenção do sorriso não-Duchenne e da inclinação da cabeça para a esquerda e a falta de cooperação de JP para a progressão interacional como uma sinalização de discordância de JP frente ao fato de ela se opor a realizar seu projeto na escola Nossa Senhora das Graças. Para tentar sanar essa perturbação que ela parece ter identificado na cena interacional, Júlia novamente reformula seu enunciado – *num::: num quer dizer que eu não::: possa fazer* (linha 17), apresentando uma mudança de perspectiva de sair de uma oposição bem marcada - *num quero fazer isso lá/ eu num vejo-* (linhas 14-15) - para uma posição mais flexível de admitir a

possibilidade de realizar seu projeto na referida escola - *num:: num quer dizer que eu não:: possa fazer* (linha 17).

Por sua vez, JP, após um possível ponto de completude desse enunciado de Júlia, realiza uma nova tentativa de tomar a palavra – *mas de repente- éh então* (linha 20). Entretanto, Júlia, sempre mantendo um ritmo de fala acelerado, não abandona a palavra e produz, em sobreposição à fala de JP, o enunciado – *oferecer pros professores de lá fazerem mas* (linha 19). Quando Júlia produz [ofere]cer pros professores de lá faz[erem mas] (linha 19) e JP diz – *mas de repent-* [éh então] linha 20), JP volta a cabeça para frente e olha para cima e para a direita (Figura 42, foto 19/20.1). Ele abandona a sua trajetória de enunciado - *mas de repent-* (linha 20) – para responder à Júlia – *éh então* (linha 20), parecendo concordar com a nova perspectiva dela. Quando ele produz [mas de repent- éh] *então* (linha 20), olha para frente e para cima (Figura 42, foto 19/20.2).

Vejamos a Figura 43 para a continuação do desenvolvimento da interação Júlia-JP.

Figura 43: Unidades entoacionais (21-30) de Júlia e João Paulo e suas ações corporais

Durante toda a hesitação de apresentação da sua discordância - *mas de repente- éh então* (linhas 18 e 20) - JP realiza o movimento de olhar para cima (Figura 42, foto 19/20.1-2) que perdura até Júlia produzir – *mas eu quero faz*[er numa escola PÚBLICA] (linhas 19 e 21; Figura 43, foto 21.1). Em sobreposição à fala de Júlia [eu quero fazer] *numa escola PÚBLICA* (linha 21), JP produz a questão polar – *tem que ser na escola isso?* (linha 22).

Durante esse enunciado, JP vira a cabeça para a direita e olha para Júlia (Figura 43, foto 22.1). Por sua vez, ao final do enunciado de JP, Júlia abre um pouco a sua boca e seus olhos (Figura 43, foto 22.1), apresentando uma configuração de face que poderia ser interpretada como de surpresa (ou incredulidade) em comparação à configuração de face apresentada anteriormente (Figura 43, foto 21.1).

Há uma pausa de 0.69s (linha 23) e só então Júlia começa a responder. Num tom de voz baixo, Júlia produz – *éh di-* (linha 24), mas interrompe sua resposta assim que JP começa a falar. Quando JP sugeri que Júlia poderia expandir seu projeto – *porque de repente você faz um projeto mais aberto* (linhas 25-26), tentando implementá-lo em bibliotecas (linha 28), Júlia retoma a palavra, confirmando sua preferência para desenvolvê-lo em escolas públicas – *de preferência sim* (linha 27). Durante a produção de Júlia [de] preferên[cia sim] (linha 27), ela levanta os ombros e leva, ligeiramente, o queixo para cima (Figura 43, foto 27.1). Ela prossegue, justificando sua escolha – *porque isso é realidade levando para a escola* (linha 29). Concomitantemente à produção desse enunciado, Júlia realiza um gesto manual com deslocamento da direita para a esquerda (Figura 43, foto 29.1-2). Este gesto, realizado com as mãos abertas e palmas das mãos paralelas, mantidas a uma certa distância durante todo o movimento, sugere o deslocamento, da direita para a esquerda, de um objeto que, dentro desse contexto, pode ser entendido, metaforicamente, como sendo “*a realidade*” (CALBRIS, 2011; HASSEMER, 2016).⁸⁴ Logo a seguir há outra pausa (0.49s) na cena interacional.

Vemos, portanto, que sem a análise verbo-vocal todas essas ações gestuais se perdem, comprometendo parcialmente o entendimento do que está ocorrendo na interação.

Vejamos a análise da continuação dessa interação, retomando a partir da pausa.

```

30  (0.49)
31  Ju:      sabe cê bota [a realidade na escola      ]
32  JP:      →      [eu num sei eu num sei se eu]=
33           =boto muita fé na escola pública, sabe
34           eu ve[jo esses esses- hm he      ]
35  Ju:      [não, mas a gente tem que botar hã hã]=
36           =[bota fé na escola pública ]=
37  JP:      [assim éh:: éh mas eu] vejo que =
38           =um projeto assim poderia acontecer=
39           =numa biblioteca onde pessoas==
40           porque cê tem que ter pessoas interessadas querendo-
41           [e as vezes      ]

```

⁸⁴ Esse gesto manual de configuração de mãos voltadas uma para outra que parecem “segurar algo” é descrito na literatura como um gesto manual metafórico de contêiner no qual o falante apresenta o seu enunciado como uma ideia que ele “carrega” dentro de um recipiente e entrega ao outro (e.g. CALBRIS, 2011; HASSEMER, 2016).

42 Ju: [mas nu- mas num é que] na escola não tem gente interes-
 43 [gente eles- eu tenho que falar que- o::lha não]=
 44 JP: [ai mas tem menos hum]
 45 Ju: =eu:: DIS-CO[R-DO LOUCA]MENTE disso
 46 JP: [hum hum]
 47 Ju: eu não acho que os alunos não são interessados
 48 eu acho que os alunos são interessados
 49 mas eu acho que o que [se ensina na es]cola
 50 JP: [hum hum]
 51 Ju: e a forma com que se ensina na escola e a escola que meu
 52 → ela ela parece uma prisão
 53 tem grade arame farpado portão
 54 meu a escola do do Danilo
 55 quando você entra tem um portão
 56 que separa a Secretaria da sala
 57 da sala- dos alunos e tal

Após a pausa (linha 30), Júlia apresenta um novo enunciado, reformulando o seu anterior de - *porque isso é realidade levando para a escola* (linha 29) para - *sabe cê bota a realidade na escola* (linha 31). Durante o enunciado de Júlia [sabe cê] a realidade na escola (linha 31), em sobreposição, JP produz *eu num sei eu num sei se eu* (linha 32), apresentando uma hesitação em sua fala ao repetir a sua incerteza – *eu num sei* (linha 32). E continua - *boto muita fé na escola pública sabe* (linha 33), empregando o mesmo verbo (**botar**) e o mesmo marcador discursivo (**sabe**) utilizados por Júlia em seu enunciado precedente (linha 31). Como mostram os analistas de episódios de desacordo organizados pela estrutura despreferida (e.g. GOODWIN, M.; GOODWIN, C., 1987) é usual os participantes utilizarem os mesmos itens lexicais do outro participante, porém, subvertendo as funções originais.

JP prossegue – *eu vejo esses esses- hm he* (linha 34), novamente mostrando disfluência em sua fala, indicada pela repetição do pronome demonstrativo **esses**. Por sua vez, assim que JP diz eu ve[jo esses esses hm he] (linha 34), em sobreposição, Júlia apresenta a sua crítica – *não mas a gente tem que botar* (linha 35), dando risada - *hã hã* (linha 35) ao final desse enunciado. Quando Júlia produz [não mas a gente] tem que botar hã hã (linha 35), JP interrompe sua fala – *eu vejo esses esses-* (linha 34), vocaliza *hm-he* (linha 34).

Observamos que Júlia se vale da estratégia de apresentação da sua crítica a JP de forma indireta. Ao invés de indicar que ele é responsável pelo ato transgressor, ela apresenta a generalização da referencialidade – *a gente* - convocando uma mudança de conduta não só em JP, como colocando-se como co-membro para a mudança – *não mas a gente tem que botar* (linha 35). Além dessa estratégia modalizadora, Júlia finaliza seu enunciado dando risada - *hã hã* (linha 35), mitigando ainda mais sua ação de criticar.

Ainda em sobreposição, Júlia prossegue – *bota fé na escola pública* (linha 36), reforçando sua convocação para mudança. Ela produz esse enunciado em coocorrência à produção de risadas. Por sua vez, JP tenta retomar sua trajetória de enunciado – *assim (.) éh:: éh mas eu vejo que* (linha 37), apresentando disfluência em sua fala. Apesar de Júlia tentar apresentar sua crítica de forma mitigada tanto pela generalização de referencialidade quanto pelas risadas, JP parece levar a crítica a sério. Apesar de ter esboçado um início de risada – *he* (linha 34) em concomitância à risada de Júlia – *hã hã* (linha 35), ele não prossegue na ação de rir junto com ela. Além disso, ele insiste na sua trajetória, tentando justificar porque o projeto dela não precisa ser realizado em escolas.

JP prossegue na sua justificativa, dizendo que a escola pública não é o melhor lugar para Júlia implementar seu projeto e sugerindo bibliotecas como opção – *um projeto assim poderia acontecer numa biblioteca onde pessoas-* (linhas 38-39). Em seguida, JP interrompe a sua trajetória enunciativa – *numa biblioteca onde pessoas-* (linha 39) e reformula sua justificativa – *porque cê tem que ter pessoas interessadas querendo-* (linha 40); porém também abandona essa trajetória e produz uma nova tentativa de reformulação – *e as vezes* (linha 41), mas também não prossegue nessa linha, uma vez que Júlia toma a palavra e produz um enunciado de discordância – *mas nu- mas num é que na escola não tem gente interes-* (linha 42), apresentando disfluência na fala e interrompendo esse enunciado logo a seguir.

Na sequência, ainda em sobreposição, Júlia continua tentando defender a escola pública – *gente eles- eu tenho que falar que- o::lha não* (linha 43) e JP continua a discordar – *ai mas tem menos hum* (linha 44). Júlia tenta reformular sua fala por duas vezes: (a) *gente eles-*; (b) *eu tenho que falar que-* (linha 43), enquanto JP produz *ai mas tem menos* (linha 44). Assim que JP finaliza o enunciado, Júlia lhe responde – *olha não eu:: DIS-COR-DO LOUCAMENTE disso* (linhas 43 e 45), produzindo esse enunciado com um tom de voz ascendente, marcando que “discorda loucamente” da posição de JP em relação ao fato de ele acreditar que não há pessoas interessadas nas escolas, entrecortando as sílabas do verbo **discordar**.

Em relação a JP, ao final de seu enunciado *ai mas tem menos* (linha 44), ele ensaia um esboço de risada mediante a expiração de ar – *hum* (linha 44). Durante a produção de Júlia [*eu:: DIS-]COR-DO LOUCA* [MENTE disso] (linha 45), JP novamente realiza uma tentativa de risada pela expiração de ar – *hum hum* (linha 46). Júlia prossegue defendendo que os alunos da escola pública são interessados e que o problema do alegado desinteresse dos alunos deve-se ao conteúdo que se ensina na escola e à forma como esse conteúdo é ensinado (linhas 47-49 e 51). Por sua vez, JP produz um feedback continuador (linha 50). Júlia promove um

deslizamento tópico, passando a abordar que as escolas parecem prisão com seus portões, grades e cadeados (linhas 52-57).

Observamos que esse episódio de desacordo entre Júlia e JP permanece em aberto. Não há um encerramento no qual ambos os participantes colaboram para voltar à estrutura preferencial. Nesse episódio, a retomada da conversa se dá pela mudança de tópico, mas não pelo encerramento colaborativo.

Vejamos agora a Figura 44 para a análise multimodal desses mesmos enunciados.

Figura 44: Unidades entoacionais (30-33) de Júlia e João Paulo e suas ações corporais

Após a pausa, Júlia apresenta um novo enunciado, refazendo o seu anterior de - *porque isso é realidade levando para a escola* (linha 29) para - *sabe cê bota a realidade na escola* (linha 31), inclusive produzindo um gesto manual semelhante ao anterior; porém, desta vez, realizando-o com maior amplitude. Durante a produção de *sabe* [cê bota a realidade na escola] (linha 31), ela leva suas mãos para o seu extremo lado direito (Figura 44, foto 31.1). Por sua vez, ainda com a cabeça virada para a direita, JP novamente desvia o olhar, olhando ainda mais para esquerda (Figura 44, foto 31.1). Durante a produção de [sabe] *cê bota a realidade na esco[la]* (linha 31), Júlia desloca as mãos da direita para a esquerda, atingindo um ponto ainda mais à esquerda e mais baixo em comparação com a vez anterior (Figura 44, foto 31.2-3). Em sobreposição, JP produz *eu num sei eu num sei se eu* (linha 32). Durante esse enunciado, JP vira e inclina sua cabeça para a esquerda e olha para cima e para a esquerda (Figura 44, foto

Depois que JP produz *eu num sei eu num sei se eu boto muita fé na escola pública sabe* (linhas 32-33), ele prossegue – *eu vejo esses esses hm he* (linha 34). Assim que ele pronuncia *eu ve*[jo esses esses hm he] (linha 34), ele vira sua cabeça para a direita e olha para cima e para a direita, mantendo ainda o desvio do olhar (Figura 45, foto 34.1). Nesse momento, Júlia já sinaliza sua prontidão para tomar a palavra: eleva um pouco sua cabeça, abre ligeiramente seus lábios (Figura 45, foto 34.1) e inicia o movimento de levar o tronco à frente. Júlia então apresenta a sua crítica a JP – *não mas a gente tem que botar* (linha 35), dando risada – *hã hã* (linha 35) ao final desse enunciado.

Assim que Júlia inicia sua fala – *não mas a gente tem que botar hã hã* – linha 35), JP retorna o olhar para Júlia. Há uma disfluência em sua fala – *esses esses hm he (eu vejo esses esses hm he* – linha 34) e logo ele interrompe seu turno verbo-vocal. Por sua vez, Júlia enfatiza sua fala com gestos manuais e movimentos corporais. Partindo da posição de repouso de dedos entrelaçados entre as pernas (Figura 44, foto 33.4), Júlia descruza os dedos, fecha as mãos, numa configuração de mãos de punho cerrado, mantendo-os próximos um do outro (Figura 45, foto 35.1). Júlia leva as mãos à altura do peito e começa a inclinar seu tronco para a frente (Figura 45, foto 35.2). Enquanto inclina o tronco para frente, Júlia retorna as mãos em direção a seu colo (Figura 45, foto 35.3-4). Ela bate seus punhos na sua coxa direita, sendo que sua perna direita encontra-se cruzada sobre a esquerda (Figura 45, foto 35.4). Quando Júlia produz [não mas a gente] *tem que botar hã hã* (linha 35), JP interrompe sua fala, vocaliza *hm-he* (linha 34), produz um sorriso não-Duchenne, olha para a esquerda (Figura 45, foto 35.5) e leva sua cabeça ligeiramente para trás. A associação da vocalização *hm he*, do sorriso não-Duchenne, do desvio do olhar e da cabeça ligeiramente levada para trás parece sinalizar certo constrangimento frente à crítica recebida.

Ainda em sobreposição, Júlia prossegue – *bota fé na escola pública* (linha 36), reforçando sua convocação para mudança. Ela produz esse enunciado em coocorrência à produção de risadas. Durante esse enunciado, ela executa também um gesto manual semelhante ao precedente. Ela inclina seu tronco ainda mais para a frente e bate seus punhos na coxa com mais força e num ritmo cada vez mais ascendente por mais cinco vezes (Figura 45, foto 36/37.1-3). Por sua vez, JP tenta retomar sua trajetória de enunciado – *assim (.) éh:: éh mas eu vejo que* (linha 37), apresentando certa disfluência. Ele também realiza um gesto manual. Durante a risada de Júlia – *hã hã* (linha 35) e em concomitância à sua produção *assim (.)* [éh:: éh mas eu vejo que] (linha 36), ele realiza um gesto metafórico de contêiner. Partindo da posição de repouso de dedos entrelaçados e mãos apoiadas no colo, JP descruza as mãos e rapidamente produz um gesto com as palmas das mãos voltadas uma para outra (Figura 45, foto 36/37.1-2).

Nesse contexto, parece-nos que o “objeto” contido entre suas mãos pode ser uma metáfora para o pensamento que ele ainda está tentando articular. Observamos, ainda, que assim que ele produz [assim (.) éh:: éh mas] eu vejo [que] (linha 37), ele retorna seu olhar para Júlia (Figura 45, foto 37.4).

Apesar de Júlia estar tentando apresentar sua crítica de forma mitigada tanto pela generalização de referencialidade quanto pelas risadas, seus gestos manuais são bastante enfáticos. Essa contradição entre os enunciados verbais mitigadores e os gestos manuais enfatizados com veemência parecem sinalizar que a crítica deve ser tomada a sério. Esse também parece ser o entendimento que JP nos mostra. Apesar de ter esboçado um início de risada – *he* (linha 34) em concomitância à risada de Júlia – *hã hã* (linha 35), ele não prossegue na ação de rir junto com ela. Além disso, ele insiste na sua trajetória discursiva, tentando justificar porque o projeto de Júlia não precisa ser realizado em escolas.

Vejam a Figura 46 para a continuidade da cena interacional.

Figura 46: Unidades entoacionais (38-42) de Júlia e João Paulo e suas ações corporais

JP prossegue na justificativa, dizendo que a escola pública não é o melhor lugar para Júlia implementar o projeto e sugerindo bibliotecas como uma opção – *um projeto assim poderia acontecer numa biblioteca onde pessoas* (linhas 38-39). Quando ele produz numa bibliote[ca onde pessoas] (linha 39), Júlia aperta um lábio sobre o outro (Figura 46, foto 39.1). A seguir, JP interrompe a sua trajetória enunciativa – *numa biblioteca onde pessoas* (linha 39) e reformula sua justificativa – *porque cê tem que ter pessoas interessadas querendo* (linha 40).

Assim que ele produz [porque cê tem que ter] *pessoas interessadas* [querendo] (linha 40), Júlia, ainda com os lábios apertados um sobre o outro, morde seu lábio inferior, levanta o canto esquerdo de sua boca, levanta suas sobrancelhas, respira profundamente, produzindo uma tensão muscular em seu pescoço (Figura 46, foto 40.1). Novamente vemos que JP interrompe seu enunciado logo após Júlia ter realizado essa composição gestual. Ele tenta uma nova reformulação – *e as vezes* (linha 41). Desta vez, porém, Júlia toma a palavra produzindo um enunciado multimodal de discordância – *mas nu- mas num é que na escola não tem gente interes-* (linha 42). Durante a sua produção verbal ela produz abanos de cabeça (*headshake*, transcritos por ++ na linha 42), descruza suas pernas (Figura 46, foto 42.1-3), inclina seu corpo para frente (Figura 46, foto 42.3-5) e bate com seu pé direito no chão (Figura 46, foto 42.4).

Por sua vez, quando Júlia produz [mas nu- mas num é que na es]*cola não tem gente inte*[res-] (linha 42), JP estica seu braço direito que está apoiado em sua coxa direita (Figura 46, foto 42.1) e coloca seu polegar direito dentro do bolso de trás da sua calça (Figura 46, foto 42.5). Pelo ângulo da filmagem não podemos afirmar se ele realiza a mesma ação de colocar o polegar esquerdo dentro do bolso de trás de sua calça ou se ele apoia a mão esquerda no assento da cadeira. Em seguida, ele sutilmente inclina a cabeça e o tronco para trás (Figura 46, foto 42.5), aumentando a distância entre eles, mantendo, assim, uma distância condizente com o “desacordo” posto na cena interacional. Se Júlia diminuiu a “distância” interacional pela inclinação de seu tronco, JP compensa essa redução do espaço interacional, levando tanto seu tronco quanto sua cabeça sutilmente para trás. É interessante notar a sincronização das ações que ocorrem nos turnos multimodais de polaridade oposta compartilhados pelos participantes. Nessa “dança” sincrônica de Júlia e JP vemos que a manutenção do espaço interacional é mais um sinal de que a discordância ainda se configura na interação. Após interromper seu enunciado - *mas nu- mas num é que na escola não tem gente interes-* (linha 42), Júlia apresenta uma reformulação de enunciado.

Vejamos a Figura 47 para vermos essa reformulação e o prosseguimento interacional.

Figura 47: Unidades entoacionais (43-46) de Júlia e João Paulo e suas ações corporais.

Ainda em sobreposição, Júlia continua tentando defender a escola pública – *gente eles- eu tenho que falar que- o::lha não* (linha 43) e JP continua a discordar – *ai mas tem menos hum* (linha 44). Assim que eles iniciam esses enunciados, JP está com as sobrancelhas franzidas e a cabeça inclinada para a direita e Júlia apresenta um sorriso não-Duchenne e a cabeça inclinada para a esquerda (Figura 47, foto 43/44.1). Enquanto Júlia produz seu enunciado ela realiza acenos de cabeça (*headshake* marcado pelo sinal de + na linha 43) e tenta reformular sua fala por duas vezes, enquanto JP produz *ai mas tem menos* (linha 44). Nesse momento, ela responde a JP – *olha não eu:: DIS-COR-DO LOUCAMENTE disso* (linhas 43 e 45). Assim que ela produz [gente eles- eu tenho que falar que-] *o::lha não* (linha 43), Júlia vira a cabeça para a esquerda, fecha os olhos, aperta os lábios (Figura 47, foto 43/44.2) e inicia o movimento de mudança de postura. Saindo da posição de tronco para frente com as mãos apoiadas nas pernas que se encontram num ângulo de 90° (Figura 46, foto 42.5), ela começa a esticar suas pernas, a encostar o tronco no espaldar da cadeira e a levar suas mãos à altura do busto, finalizando a posição assim que produz o pronome pessoal *eu* (linha 45; Figura 47, foto 45.1). Na continuidade do enunciado, ela, com um tom de voz ascendente, diz que “discorda loucamente” da posição de JP em relação ao fato de ele acreditar que não há pessoas interessadas nas escolas, entrecortando as sílabas do verbo **discordar**. Sua gestualidade também é bastante enfática. Assim que produz *eu* (linha 45), Júlia finaliza o movimento de estender as pernas, inclinar para trás o tronco e começa a preparar o movimento de entrelaçar seus dedos (Figura 47, foto 45.1). Quando produz [eu::] *DIS-*[COR-DO LOUCAMENTE disso] (linha 45),

ainda mantendo as pernas esticadas, ela cruza sua perna esquerda sobre a direita, levanta seus pés, e inicia o movimento de levar sua cabeça para trás (Figura 47, foto 45.2). Ao produzir [eu:: DIS-]**COR-DO LOUCAMENTE** [disso] (linha 45), ela finaliza de levantar sua cabeça, bate com o calcanhar direito no chão e produz um gesto estilizado de corte: saindo da posição de mãos apoiadas na barriga e com os dedos entrelaçados, ela eleva no plano vertical sutilmente suas mãos e desce-as novamente apoiando-as no ventre (Figura 47, foto 45.2-3). Quando finaliza o enunciado [eu:: DIS-COR-DO LOUCAMENTE] **disso** (linha 45), ela desentrelaça os dedos, fecha suas mãos, realizando uma configuração de mãos de punhos cerrados, vira seu pé esquerdo para a esquerda, mantendo-o paralelo ao chão e retorna sua cabeça para frente (Figura 47, foto 45.5).

Em relação à movimentação de JP, ao final de seu enunciado ***ai mas tem menos*** (linha 44), ele apresenta um sorriso não-Duchenne com os lábios fechados (Figura 47, foto 43/44.2) e ensaia um esboço de risada mediante a expiração de ar – ***hum*** (linha 44). Durante a produção de [eu:: DIS-]**COR-DO LOUCAMENTE** [disso] (linha 45) de Júlia, JP novamente realiza uma tentativa de risada pela expiração de ar – ***hum hum*** (linha 46). Ao final do enunciado de Júlia, ele inclina sua cabeça ainda mais para a esquerda e apresenta um sorriso não-Duchenne com os lábios entreabertos, mostrando seus dentes (Figura 47, foto 45.4). Tanto essa postura facial quanto a postura corporal de JP permanecem por todo o tempo que Júlia continua a defender a escola pública e seus alunos e a justificar sua posição (47-49 e 51-52). Ele só muda sua postura quando Júlia passa a outro assunto, descrevendo como as escolas parecem prisões com grades, arame farpado e cadeados (linhas 53-57).

Apesar de JP produzir vocalizações ***hum*** (linhas 44, 46 e 50) e acenos de cabeça (*nods*) durante a fala de Júlia, que num primeiro momento poderiam ser interpretados como sinalizações de possível concordância, a interpretação mais provável, nessa situação, é que essas vocalizações e acenos de cabeça de JP sejam apenas *feedback* (continuadores) que sinalizam que ele está prestando atenção aos enunciados do falante e não, necessariamente, concordando com eles. Isso pode ser corroborado pelo sorriso não-Duchenne que parece ser um sorriso apenas de manutenção interacional. Além disso, JP mantém a sua postura corporal de “distanciamento” até que Júlia passe a tratar de outro assunto.

Em resumo, vimos como esse episódio de crítica da díade Júlia-João Paulo está organizado pela estrutura despreferida que foi sinalizada sobretudo pelo uso das pausas, disfluências para recomeços, interrupções e reformulações de enunciados, sobreposições e usos da conjunção de contraste ***mas***. Ao longo da interação, vimos repetidas instâncias nas quais as ações de um participante, marcadas por disfluências, rejeição e distanciamento, sincronizam

com as ações discordantes do outro. Mostramos como esse episódio de desacordo-crítica não chega a um fechamento com realinhamento para a organização sequencial orientada para a estrutura preferencial. A sequência se encerra de maneira aberta, indicando que nenhum dos participantes cedeu em sua posição.

Vejamos a seguir um episódio de reparo iniciado pelo outro e levado a cabo pelo outro ocorrido entre a díade Emerson-Renê.

5.5 ANÁLISE DO EXCERTO 5 “*ah não é pernambucano*” DA INTERAÇÃO DA DÍADE EMERSON E RENÊ

Neste excerto, dois amigos – Emerson e Renê – falam sobre dois movimentos artísticos brasileiros (Movimento Armorial e Movimento Mangubeat).⁸⁵ No início do excerto, Emerson (E) cita um dos artistas (*Guerra Peixe*) do Movimento Armorial e afirma que o artista é pernambucano. Renê (Ren) não concorda com essa informação e produz um reparo sobre a questão da referencialidade a essa pessoa. Esse reparo de Renê é a ação que inicia a sequência de desacordo que se instaurou na cena interacional. Vejamos a transcrição verbal do excerto “*ah não é pernambucano*” da díade Emerson-Renê⁸⁶ para esse episódio de discordância.

[Jan/2015] [SEAD] [D6] [S2]

Excerto “*ah não é pernambucano*” (11:07-12:13) (Emerson-Renê)

```

1  E:          tem::: o Guerra Peixe pernambucano também
2              que:: compôs:: mui::tas músicas armoriais
3              Dimas Sedícias
4  (.)
5  Ren:  →  Guerra Peixe não é per[nambucano    ]
6  E:          [ah, não é per]nambucano
7              descul[pa, (.) eu achei] que era
8  Ren:          [°não é°          ]
9  E:  →  ele ele é o quê? o Guerra Peixe
10 Ren:      eu o- Guerra Peixe é carioca
11 E:  →      é cario[ca, é ]?
12 Ren:          [é, acre]dito=
13          =[que é          ]
14 E:  →      [é o Dimas que é]=
15          =pernam[bucano]?
16 Ren:  →      [eu    ] acredito que seja carioca
17          o o Clóvis Pereira é pernambucano

```

⁸⁵ Informações mais detalhadas a respeito desses movimentos podem ser vistas no capítulo Materiais e Métodos.

⁸⁶ Este excerto pode ser visualizado em:

-Plano Americano: <https://youtu.be/QHbAaIVURXc>

18 o o Ricardo Serra[°no°]
19 E: [o] Egil::do=
20 =o Egildo
21 (.)
22 E: → cê ouviu falar do Egildo?
23 Ren: não não co[nheço]
24 E: [O Egildo Vi]eira
25 eu acho que eu confundi com ele
26 é o Egildo
27 → pronto
28 têm éh éh esses caras assim
29 o Guerra Peixe
30 o Egildo,
31 éh::: o Clovis Pereira, Dimas Sedícias
32 uma música da armorial assim que
33 eu creio que se aproximou
34 que teve mais expansão assim
35 foi o mourão
36 (1.1)
37 uma com[posição armor]ial mourão
38 Ren: [sim]
39 (0.6)
40 E: do Guerra Peixe
41 Ren: → com o Clovis Pereira
42 dos do[is]
43 E: [isso]
44 com o Clo- uma parceria né
45 e assim (.) essa teve uma grande expansão

Neste excerto, Emerson cita um artista (Guerra Peixe) do Movimento Armorial, afirmando que ele é pernambucano. Logo após ele citar outro artista (Dimas Sedícias) desse mesmo movimento, Renê apresenta a identificação de um problema ao dizer que o artista Guerra Peixe não é pernambucano. Emerson se desculpa, justificando-se que desconhecia tal informação e indagando a origem do referido artista. Renê declara que o artista é carioca. Emerson pede confirmação e, sem esperar a resposta, indaga se é o Dimas Sedícias que é pernambucano. Renê fornece mais dois exemplos de artistas (Clóvis Pereira e Ricardo Serrano) como sendo pernambucanos. Na sequência, Emerson parece lembrar-se de mais um nome (Egildo Vieira) e pergunta se Renê já ouviu falar dele. Renê diz que não conhece esse artista. Logo a seguir, Emerson declara que confundira Egildo Vieira com Guerra Peixe e dá início à sequência de encerramento do episódio de discordância entre eles.

Vejamos agora uma análise detalhada deste episódio de desacordo.

1 E: tem::: o Guerra Peixe pernambucano também
 2 que:: compôs:: mui::tas músicas armoriais
 3 Dimas Sedícias
 4 (.)
 5 Ren: → Guerra Peixe não é per[nambucano]
 6 E: [ah, não é per]nambucano

Assim que Emerson finaliza de produzir que o artista Guerra Peixe é pernambucano e que é um compositor de muitas músicas armoriais (linhas 1-2), ele inicia uma nova unidade entoacional, citando outro artista – *Dimas Sedícias* (linha 3). Emerson suspende a sua fala e há uma micropausa que se instaura na cena interacional. Logo a seguir, Renê começa a falar, informando Emerson que o artista – *Guerra Peixe não é pernambucano* (linha 5), dando início, assim, a uma sequência de reparo ao identificar a fonte do problema na fala de Emerson e ao evidenciar o “lapso de competência” de Emerson, pois, como observa Jefferson (1987, p. 88), “[um participante] corrigir [o falante] pode ser uma questão não meramente de pôr as coisas em ordem (...), mas de focalizar especificamente lapsos de competência e/ou conduta.

Nota-se que Renê “espera” para apresentar seu reparo, fazendo-o apenas após a micropausa e após Emerson ter encerrado a informação a respeito de Guerra Peixe e ter passado a mencionar outro artista (Dimas Sedícias). Após a micropausa, Renê toma a palavra e apresenta seu reparo verbo-vocal - *Guerra Peixe não é pernambucano* (linha 5), identificando o problema na fala de Emerson.

Por sua vez, Emerson produz - *ah não é pernambucano* (linha 6), com um volume de voz mais baixo do que empregara anteriormente, sinalizando que entendeu a fonte do problema e atestando o recebimento do reparo ao repetir parcialmente o turno de Renê para a identificação da fonte do problema. Conforme Schegloff (1997a, p. 527), “um uso comum de repetições [da fala do outro] é como atestado de recebimento”.⁸⁷ Essa fala de Emerson é realizada em sobreposição. Assim que Renê produz *Guerra Peixe não é per*[nambucano] (linha 5), Emerson, identificando um ponto de possível completude de turno, já inicia a sua fala.

Podemos acrescentar, ainda, que o enunciado verbal iniciado pela vocalização *ah* (linha 6) e realizado com um tom de voz mais suave pode indicar que houve uma mudança do *status* informacional (*change-of-state token*, HERITAGE, 1984) com a prestação de conta (*accountability*) para a fonte do problema que poderia ser glosada como “*essa informação é nova para mim*”. No desenrolar da interação, veremos que Emerson evidencia que a informação é diferente da que ele acreditava. Além disso, essa vocalização e o tom de voz mais suave

⁸⁷ *Receipt*, no original, significa tanto “recebimento” quanto “recibo”.

podem indicar certo constrangimento por parte de Emerson. Como observam Garcez e Loder (2005), investigando as sequências de reparo iniciados pelo outro em português brasileiro, é comum que o reparo provoque um constrangimento no falante da fonte do problema e que esse participante reparado lide com esse constrangimento antes de a ação prosseguir. Segundo Garcez e Loder, essa observação de constrangimento no participante que sofreu o reparo não havia sido previamente referida na literatura internacional da AC.

Vejamos, então, uma análise multimodal detalhada para vermos se as ações gestuais contribuíram para o entendimento desse episódio de discordância. A Figura 48 mostra as ações gestuais que ocorreram nesses momentos iniciais desta sequência de desacordo.

Figura 48: Unidades entoacionais (1-6) de Emerson e Renê e suas ações corporais.

Quando Emerson finaliza de produzir que o artista Guerra Peixe é pernambucano e que é um compositor de muitas músicas armoriais (linhas 1-2) e produz a nova unidade entoacional – Dimas [Sedícias] (linha 3) - concomitantemente, Renê realiza algumas ações corporais. Mantendo sua cabeça inclinada para a direita e partindo da posição de repouso de sua mão esquerda em seu pescoço (Figura 48, foto 2.1), Renê produz o gesto manual de mostrar sua palma da mão esquerda para Emerson, orientando-a verticalmente numa configuração de mão relaxada, abrindo (jogando) os dedos para fora (Figura 48, foto 3.1).⁸⁸ Esse gesto manual pode ser entendido como um amalgama dos gestos manuais da família dos gestos de anteparo

⁸⁸ A duração desse movimento está transcrita como xxxx (linhas 3 e 5, Figura 48).

(barreira ou proteção ou VP) e dos gestos de apagamento;⁸⁹ ambos recorrentes em situações de negatividade (e.g. CALBRIS, 2005, 2011; KENDON, 2004). A parte concernente ao gesto manual de anteparo refere-se à orientação vertical da palma da mão voltada para Emerson, e a parte referente ao gesto de apagamento é a ação de “jogar” os dedos para fora. Esses gestos manuais, em contextos de negatividade, apresentam como possibilidade de significado a indicação de que o participante não concorda com algo que foi veiculado anteriormente, sinalizando, metaforicamente, que o outro interrompa o que está fazendo, no caso do gesto de anteparo, e que seja eliminada ou “apagada” a ação ou enunciado do falante, no caso do gesto de apagamento. No desenrolar da interação vemos que Renê confirma que não concorda com a informação oferecida por Emerson a respeito do artista Guerra Peixe ser pernambucano. Observamos, ainda, que Renê também produz abanos de cabeça (*headshakes*).⁹⁰ Emerson suspende a sua fala e uma micropausa se instaura na cena.

É interessante observar que na análise apenas verbo-vocal não há qualquer pista a respeito da razão pela qual ocorre a suspensão da fala de Emerson. Para o analista nessa situação, essa suspensão seria de responsabilidade única e exclusiva do falante. Contudo, quando analisamos de forma multimodal a interação, a suspensão da fala de Emerson adquire uma nova dimensão. Pode ser que Emerson tenha suspenso sua fala, levando em consideração as ações gestuais de Renê, seja como uma indicação de que Renê quer tornar-se o próximo falante seja como uma manifestação de problema interacional.

Após a micropausa, Renê começa a falar, informando Emerson que o artista – ***Guerra Peixe não é pernambucano*** (linha 5), identificando, assim, a fonte do problema. Durante a produção de ***Guerra Peixe*** [não é pernambucano] (linha 5), Renê realiza mais um gesto manual de apagamento, ao “jogar” os dedos para fora; porém, desta vez, ampliando o movimento em relação ao anterior. Ele também interrompe os abanos de cabeça (*headshakes*) assim que finaliza a produção da parte mais relevante da fonte do problema – ***Guerra Peixe não é per***[nambucano] (linha 5) – que havia sido identificada anteriormente na fala de Emerson (linha 1). Nesse momento, ainda, ele começa a alisar seu cavanhaque com os dedos indicador, médio e o polegar da mão esquerda (Figura 48, foto 5.1).

No momento que Renê produz [Guerra Peixe não é] ***per***[nambucano] (linha 5), Emerson levanta suas sobrancelhas (Figura 48, foto 5.1) e começa a falar em sobreposição à fala de Renê. Com um volume de voz mais baixo do que empregara anteriormente, Emerson produz – ***ah não é pernambucano*** (linha 6), sinalizando que entendeu a fonte do problema e atestando o

⁸⁹ Ver o capítulo sobre a multimodalidade para uma descrição desses tipos de gestos manuais.

⁹⁰ A duração dos abanos de cabeça (*headshakes*) está transcrita como +++ (linhas 3 e 5).

recebimento do reparo. Enquanto Emerson produz ah não é per[nambucano] (linha 6), ele leva sua mão direita à parte de trás de sua cabeça, finalizando o movimento ao final de seu enunciado, e inicia o movimento de alisar suavemente essa parte da cabeça (Figura 48, foto 6.1). Durante a produção de [ah não é per]nambucano (linha 6), Emerson inclina sua cabeça para a direita, virando-a ligeiramente para a esquerda, desvia o olhar e esboça um sorriso não-Duchenne com os dentes à mostra (Figura 48, foto 6.1). A composição dessas ações gestuais – elevação das sobrancelhas, inclinação e virada da cabeça, mão levada à cabeça, sorriso não-Duchenne – mais a presença da vocalização **ah** (linha 6) e o uso do tom de voz em volume mais baixo parece indicar que Emerson mostra-se um pouco surpreso e constrangido.

Em relação ao caráter de surpresa, Ekman (1979) descreve que em situações nas quais o participante recebe uma informação contrária a que ele acreditava ser a correta (e esse é o caso dessa interação como veremos no desenrolar da análise) é usual que haja a ação facial de levantar as sobrancelhas. Ekman acredita que o indivíduo se surpreende com tal fato novo e, para demonstrar sua surpresa, vale-se de uma das ações que compõem a morfologia da emoção surpresa – levantar as sobrancelhas. Ekman relata também que a vocalização **ah** é uma ação recorrente em situações de surpresa.

Quanto ao constrangimento, as ações gestuais de inclinar e/ou virar a cabeça, desviar o olhar e esboçar um sorriso não-Duchenne são ações observadas em situações de embaraço e constrangimento (e.g. EDELMANN, 1987; EKMAN, 1993; KELTNER, 1995; KELTNER; ANDERSON, 2000; KELTNER; BUSWELL, 1996). Keltner e Anderson (2000) defendem que a função das ações gestuais que revelam embaraço é apaziguar o observador da transgressão social. A sequência das ações gestuais permite que o indivíduo “se desculpe” pela transgressão cometida. Apesar de a sequência gestual variar de acordo com o contexto, as características pessoais de cada indivíduo e as contingências interacionais, segundo Keltner (1995), a morfologia prototípica das ações gestuais do embaraço é caracterizada pelas seguintes ações: um sorriso não-Duchenne, composto por lábios pressionados (o sorriso amarelo), desvios de olhar, principalmente com o olhar voltado para baixo, movimento da cabeça para baixo e para a esquerda e toques na face (testa ou rosto). Esse pesquisador também descreve que é usual o indivíduo produzir a ação de coçar suavemente a face com alguns dedos. Apesar de estarem adaptadas, na nossa interação, observamos que algumas das ações gestuais do constrangimento se fazem presentes. Há um sorriso não-Duchenne, ainda que os lábios não estejam pressionados; um desvio do olhar, ainda que Emerson não olhe para baixo; o movimento de cabeça para baixo e para a esquerda está atualizado pela inclinação da cabeça para a direita e pela movimentação de virar a cabeça para a esquerda; e, embora não tenha havido o toque na face, há um movimento

de mão até a parte de trás da cabeça (Figura 48, foto 6.1). Não conseguimos visualizar se houve o movimento de coçar a cabeça com os dedos, mas Emerson desliza a sua mão suavemente pela parte de trás da cabeça (Figura 49, foto 7.1). Sendo assim, não só a vocalização **ah** (linha 6) e o volume de voz mais suave parecem indicar certo constrangimento em Emerson, também as ações gestuais nos indicam que a interpretação do comportamento de Emerson deve ser realizada nesse sentido.

Em resumo, a composição do enunciado multimodal de Emerson: (a) volume de voz mais baixo; (b) enunciado verbal produzido em sobreposição ao enunciado de seu coparticipante que se iniciou com a vocalização **ah** e que é composto pela repetição parcial da fonte de problema; e (c) ações gestuais de levantar as sobrancelhas, inclinar e virar a cabeça, desviar o olhar, esboçar um sorriso não-Duchenne e alisar a parte de trás da cabeça – parece indicar que o recebimento do reparo se deu de forma constrangedora e com certa surpresa. Além disso, o enunciado produzido em sobreposição ao final do turno de reparo de Renê sinaliza que Emerson está aproveitando a primeira oportunidade para lidar com a exposição do lapso em sua competência. Como observam Garcez e Loder (2005), em situações de reparo iniciados pelo outro, é usual que o participante-reparado aproveite a primeira oportunidade para lidar com a exposição do lapso de sua competência antes de retomar o curso interacional.

Vimos que, pela análise multimodal, a suspensão na fala de Emerson ganha contornos interpretativos diferentes que estavam “apagados” na análise apenas verbo-vocal. Vimos, ainda, que o caráter de surpresa e de constrangimento podem ser percebidos antecipadamente. A ação seguinte de Emerson é um pedido de desculpa pela sua informação incorreta a respeito de Guerra Peixe. Vejamos esse pedido de desculpa e o prosseguimento da interação.

```

7           descul[pa, (.) eu achei] que era
8 Ren:           [°não é°           ]
9 E:           → ele ele é o quê? o Guerra Peixe
10 Ren:         eu o- Guerra Peixe é carioca

```

Na progressão interacional Emerson se desculpa – ***desculpa (.) eu achei que era*** (linha 7). Ele inicia esse pedido de desculpa com o mesmo volume de voz suave que empregara para dar recebimento da fonte do problema (linha 6). Entretanto, após uma micropausa ele eleva seu volume de voz durante a produção de – [desculpa (.)] ***eu achei que era*** (linha 7). Por sua vez, Renê, num tom de voz quase inaudível confirma que Guerra Peixe não é pernambucano - ***não é*** (linha 8). Essa fala de Renê é produzida em sobreposição à fala de Emerson – [descul]***pa (.) eu achei*** [que era] (linha 7).

Emerson prossegue – *ele ele é o que? o Guerra Peixe* (linha 9), apresentando, com certa relutância (indicada pela repetição do pronome pessoal **ele**), um desafio verbal ao “convocar” Renê a apresentar a solução para o reparo anteriormente apresentado por ele. Renê responde à convocação e produz sua resposta – *eu o- Guerra Peixe é carioca* (linha 10). Nota-se que Renê inicia a sua resposta, mas abandona essa trajetória de fala - *eu o-* [Guerra Peixe é carioca] (linha 10) para logo em seguida apresentar uma reformulação de trajetória – [eu o-] *Guerra Peixe é carioca* (linha 10).

Vejamos a Figura 49 para vermos a análise multimodal desses mesmos enunciados.

Figura 49: Unidades entoacionais (7-10) de Emerson e Renê e suas ações corporais.

Durante o seu pedido de desculpa – *desculpa (.) eu achei que era* (linha 7), Emerson mantém seu desvio do olhar, sorri e desliza sua mão direita à sua nuca (anteriormente a mão se encontrava na parte superior traseira da cabeça - Figura 48, foto 6.1) e Renê retribui o sorriso e continua a alisar seu cavanhaque (Figura 49, foto 7.1). Há uma pequena pausa no enunciado verbal de Emerson (linha 7) na qual Emerson olha para Renê e produz um gesto manual. Partindo da posição de repouso da sua mão esquerda pousada na sua coxa esquerda (Figura 48, foto 6.1), Emerson eleva a sua mão esquerda e produz uma palmada na sua coxa esquerda (Figura 49, foto 7.1). Eleva, então, seu volume de voz e produz – [desculpa (.)] *eu achei que era* (linha 7) e sutilmente joga sua cabeça para trás (ou eleva seu queixo), mantendo seu sorriso. A composição dessas ações gestuais – levar a mão à nuca, dar uma palmada na coxa, sorrir,

fixar o olhar e jogar a cabeça para trás (ou elevar o queixo) – pode ser considerada uma postura corporal de desafio.⁹¹

Em sobreposição à fala de Emerson – [descul]pa (.) eu achei [que era] (linha 7) – e, num tom de voz quase inaudível, Renê confirma que Guerra Peixe não é pernambucano – *não é* (linha 8). Vemos, portanto, que Emerson, ao mesmo tempo que presta contas, desculpando-se pelo lapso de sua competência e demonstrando que recebeu o reparo de Renê com certa surpresa e constrangimento, desafia Rene a produzir uma solução para o reparo disparado por ele. Mais ainda, vemos que uma das ações gestuais dessa postura desafiadora (Figura 48, foto 6.1) já se faz presente na cena interacional quando Emerson indica o seu entendimento sobre o reparo iniciado por Renê – *ah não é pernambucano* (linha 6).

Emerson prossegue – *ele ele é o que? o Guerra Peixe* (linha 9), apresentando, com certa relutância (indicada pela repetição do pronome pessoal *ele*), seu desafio verbal e sinalizando que espera que Renê produza a solução para o reparo. No instante em que produz [ele ele é o que? o Guerra] Pei[xe] (linha 9), Emerson aperta suas sobrancelhas (Figura 49, foto 9.1). Nesse momento, Renê vira sua cabeça para a direita e olha para baixo, mantendo a ação de alisar seu cavanhaque (Figura 49, foto 9.1). Renê inicia a produção da sua resposta – *eu o-* (linha 10) – mas interrompe essa trajetória de fala, volta sua cabeça para frente, levanta suas sobrancelhas e fecha os olhos (Figura 49, foto 10.1). Emerson mantém sua postura de braço direito tocando a sua nuca e a cabeça inclinada para a direita (Figura 49, foto 10.1).

Reiniciando a sua resposta numa nova trajetória, Renê produz acenos de cabeça (*nods*) enquanto produz – Guerra Peixe [é carioca] (linha 10). Na finalização de seu enunciado verbal – [Guerra Peixe é] carioca (linha 10), Renê aperta suas sobrancelhas e desvia seu olhar, sempre mantendo a ação de alisar o cavanhaque (Figura 49, foto 10.2). Emerson ainda mantém a sua postura de “desafio” (Figura 49, foto 10.2).

Os movimentos corporais de Renê – olhar para baixo, levantar a sobrancelha e depois apertá-las e o desvio do olhar – acrescido do abandono de sua trajetória inicial de fala parecem sinalizar que ele apresenta alguma dúvida em relação à informação dada, apesar de ter optado pela formulação verbal com alto grau de certeza ao empregar o tempo presente do verbo de ligação (cópula) *ser*, isto é, sem qualquer tipo de modalização na estrutura verbal.⁹²

⁹¹ A literatura da CNV descreve essas ações como comportamento de desafio (e.g. ALVAREZ, 2000; GLIGLIERI, 1999; KNAPP; HALL, 2010; SCOTT, 2007; WEIL; TOMPAKOW, 1986).

⁹² Renê está equivocado quanto à origem de César Guerra Peixe. Esse artista nasceu em Petrópolis (RJ), sendo, portanto, fluminense. Contudo, é usual que as pessoas usem a generalização de carioca para todas as pessoas nascidas no estado do Rio de Janeiro.

Pela análise multimodal vemos que o desafio de Emerson está posto na cena interacional muito antes de seu enunciado – *ele ele é o que? o Guerra Peixe* (linha 9) ter sido produzido, ao adotar a postura desafiadora quando ainda está sinalizando o recebimento do reparo (Figura 48, foto 6.1). Quanto a Renê, vemos que a sua dúvida em relação à origem de Guerra Peixe, que ele é “convocado” a esclarecer, já se inicia no possível ponto de completude do enunciado verbal de desafio de Emerson, quando ele vira a sua cabeça para a direita e olha para baixo (Figura 49, foto 9.1). A sinalização de sua dúvida permanece na cena interacional mesmo quando ele opta por mostrar assertividade e segurança em resposta ao desafio. Todas essas ações não são evidenciadas numa análise verbo-vocal.

Vejamos a continuação da sequência interacional de reparo, mostrando que Emerson não aceita a informação de Renê e continua com o seu desafio.

```

11 E:      →      é cario[ca, é ]?
12 Ren:      [é, acre]dito=
13           =[que é      ]
14 E:      →      [é o Dimas que é]=
15           =pernam[bucano]?
16 Ren:      →      [eu      ] acredito que seja carioca

```

Mantendo a sua posição desafiadora, Emerson pede a confirmação da informação – *é carioca, é?* (linha 11), sinalizando que põe em dúvida a competência de Renê frente a tal informação. Por sua vez, Renê produz a confirmação de sua assertiva – *é acredito que é* (linhas 12-13), iniciando-a em sobreposição ao enunciado de Emerson no momento no qual ele produz – [é cario]ca é? (linha 11). Entretanto, agora, Renê já não demonstra a mesma certeza empregada anteriormente, optando por produzir um enunciado modalizado.

Sem esperar que Renê finalize sua resposta, Emerson, em sobreposição, oferece um novo desafio para Renê, indagando se um novo artista é de origem pernambucana – *é o Dimas que é pernambucano?* (linhas 14-15). Nesse novo enunciado verbal de Emerson, sua curva entoacional sugere que a pergunta é mais uma pergunta retórica do que uma busca por informação, sinalizando que, apesar de ter reconhecido seu lapso de competência em relação à origem do artista Guerra Peixe – *desculpa eu achei que era* (linha 7), não parece satisfeito com a exposição desse lapso, colocando em questão a veracidade da informação produzida por Renê – *é carioca é* (linha 11) e desafiando-o a fornecer uma nova informação sobre o mesmo tópico – a origem dos artistas do Movimento Armorial, nesse momento, a origem de Dimas Sedícias.

Em sobreposição ao enunciado de Emerson – [é o Dimas que é pernam]bucano? (linhas 14-15), como resposta à pergunta, Renê produz um reparo modalizado – *eu acredito que seja*

carioca (linha 16), evidenciando novamente o lapso de competência de Emerson.⁹³ Entretanto, esse novo reparo está modalizado ainda mais não só pelo uso repetido do verbo **acreditar**, mas também pelo aumento do grau de incerteza no emprego do subjuntivo do verbo **ser**.

Vejamos a Figura 50 que mostra os mesmos enunciados para vermos que tipo de informação as ações gestuais dos participantes agregam a essa sequência de desacordo.

Figura 50: Unidades entoacionais (11-16) de Emerson e Renê e suas ações corporais

Mantendo a postura de desafio, Emerson pede a confirmação da informação a respeito da origem do artista Guerra Peixe (linha 11), sinalizando que põe em dúvida a competência de Renê frente a tal informação. Mantendo o desvio do olhar, Renê produz a confirmação da sua assertiva - **é acredito que é** (linhas 12-13) - em sobreposição. Apesar de Renê produzir acenos de cabeça (*nod*, linhas 11-12) durante a produção de Emerson - **[é cari]oca é?** (linha 11) e a sua própria produção - **é acre**[dito que é] (linhas 12-13), confirmando a questão de Emerson, Renê não fornece mais com tanta certeza a sua informação verbo-vocal quanto havia feito anteriormente (linha 10). Agora, ele opta por produzir seu enunciado verbal, empregando uma modalização (linhas 12-13). Renê ainda mantém a ação de alisar o cavanhaque (Figura 50, foto 13/14.1).

No momento que Renê está finalizando a sua resposta - **[eu acredito] que é** (linhas 12-13), Emerson, continuando com sua postura desafiadora, aperta suas sobrancelhas (Figura 50, foto 13/14.1) e, em sobreposição, oferece um novo desafio para Renê, indagando qual é a origem pernambucana de um novo artista (linhas 14-15). Como já dissemos, essa pergunta

⁹³ Entretanto, desta vez é Renê quem está equivocado. Emerson está correto. Dimas Sedícias nasceu em Bom Jardim (PE).

parece ser mais uma pergunta retórica do que uma busca por informação, sinalizando que, apesar de ter reconhecido seu lapso de competência em relação à origem do artista Guerra Peixe, ele não parece satisfeito com a exposição desse lapso, colocando em questão a veracidade da informação produzida por Renê e desafiando-o a fornecer uma nova informação sobre a origem do artista Dimas Sedícias.

Como resposta-reparadora à questão-retórica e desafiadora de Emerson (linhas 14-15), Renê produz um novo reparo (linha 16). Durante a produção desse enunciado, Renê, ainda mantendo o seu desvio do olhar, inclina ligeiramente sua cabeça para a direita. Na finalização do enunciado, ele eleva as suas sobrancelhas (Figura 50, foto 16.1), sinalizando, assim, em associação à inclinação de sua cabeça, certa dúvida. No final da produção do enunciado verbal de Renê (linha 16), Emerson, ainda mantém a sua postura de desafio e as sobrancelhas apertadas (Figura 50, foto 16.1), talvez, sinalizando que continua a não acreditar na veracidade das informações fornecidas por Renê e indicando seu desconforto por ver exposto novamente um lapso de sua competência.

Pela análise multimodal, portanto, vimos que a postura desafiadora de Emerson se mantém tanto na sua produção verbo-vocal, quanto na sua produção gestual, reforçando a interpretação uma em relação à outra. Vimos também que, devido às ações gestuais de Renê, sua resposta-reparadora modalizada enfatiza sua dúvida em relação à informação apresentada.

Vejamos a continuação da interação.

```

16 Ren:   → eu acredito que seja carioca
17         o o Clóvis Pereira é pernambucano
18         o o Ricardo Serra[°no°]
19 E:           [o   ] Egil:do=
20           =o Egildo
21   (.)
22 E:   →  cê ouviu falar do Egildo?

```

Depois de ter produzido – *eu acredito que seja carioca* (linha 16), Renê, com um volume de voz mais baixo e apresentando certa hesitação no andamento da fala (repetição do artigo definido *o*), ele oferece dois exemplos de artistas do Movimento Armorial que são de origem pernambucana – *Clóvis Pereira e Ricardo Serrano* (linhas 17-18). Contudo, ao pronunciar a última sílaba de *Serrano* de forma quase inaudível, Renê interrompe a sua fala, deixando em suspenso a informação que Ricardo Serrano também é pernambucano, pois, no momento de possível ponto de completude do enunciado de Renê – [o o Ricardo] *Serra*[°no°] (linha 18), Emerson toma a palavra e cita o nome de outro artista – *o Egil::do* (linha 19).

Empregando um volume de voz mais alto do que empregara anteriormente e um andamento mais acelerado, Emerson produz o nome do artista **Egil::do** (linha 19), alongando a sílaba **gil** e repetindo o nome – **Egildo** (linha 20), sinalizando, assim, a sua empolgação por ter lembrado o nome desse artista. Uma micropausa se estabelece na interação (linha 21), mas logo a seguir, Emerson retoma a palavra e pergunta se Renê conhece o artista – **cê ouviu falar do Egildo?** (linha 22), parecendo lançar mais um desafio a Renê.

Vejamos a Figura 51 que mostra esses mesmos enunciados.

Figura 51: Unidades entoacionais (16-22) de Emerson e Renê e suas ações corporais

Depois de ter produzido – *eu acredito que seja carioca* (linha 16), Renê, ainda mantendo o desvio do olhar, a cabeça ligeiramente inclinada e o movimento de coçar o cavanhaque (Figura 51, foto 17/18.1), com um volume de voz mais baixo e apresentando certa hesitação no andamento da fala, oferece dois exemplos de artistas do Movimento Armorial que são de origem pernambucana (linhas 17-18). Contudo, ao pronunciar a última sílaba de **Serrano** de forma quase inaudível, Renê interrompe a sua fala, pois, Emerson ainda mantendo a sua postura de desafio (Figura 51, foto 17/18.1), no momento de possível ponto de completude do enunciado de Renê, toma a palavra e cita o nome de outro artista – **o Egildo** (linha 19), com um volume de voz mais alto do que empregara anteriormente e um andamento mais acelerado.

Concomitantemente à essa empolgação vocal (alongamento silábico, volume de voz mais alto e andamento da fala mais acelerado), Emerson realiza ações gestuais que também parecem confirmar o seu entusiasmo pela lembrança do nome desse artista. Ainda mantendo sua mão direita na nuca, Emerson traz sua cabeça para a posição vertical e realiza um gesto

manual (Figura 51, foto 19.1). Partindo da posição de repouso da sua mão esquerda sobre a sua coxa esquerda (Figura 51, foto 17/18.1), Emerson eleva sua mão até a altura de seu ombro esquerdo e realiza o gesto manual de apontar com seu indicador esquerdo (Figura 51, foto 19.1). Quando repete o nome do artista – *o Egildo* (linha 20), Emerson desfaz sua postura de desafio, retirando sua mão direita da nuca, inclinando sua cabeça para a esquerda e retornando sua mão esquerda para a posição de repouso em sua coxa esquerda (Figura 51, foto 20.1). Entretanto, dessa vez, ao retrair sua mão para a posição de repouso de mão esquerda sobre sua coxa esquerda Emerson mantém o gesto manual de apontar (Figura 51, foto 20.1), sustentando, assim, a referência de tópico sobre o artista Egildo.

Uma pequena pausa ocorre na interação (linha 21), mas logo Emerson retoma a palavra e pergunta se Renê conhece o artista – *cê ouviu falar do Egildo?* (linha 22). Assim que Emerson produz [cê já ouviu falar do] *Egi*[ldo]? (linha 22), Renê leva sua cabeça para a posição vertical, desvia rapidamente o olhar, piscando algumas vezes, e inicia o movimento de interromper a ação de alisar o cavanhaque e levar sua mão esquerda à garganta (Figura 51, foto 22.1).

Pela análise multimodal, vemos que enquanto Renê apresenta seus exemplos de artista, Emerson mantém a sua postura desafiadora. Observamos que a empolgação vocal de Emerson em se lembrar do artista Egildo é corroborada pelas suas ações gestuais. Notamos também que Emerson, finalmente, desfaz a sua postura desafiadora quando apresenta o nome desse artista. Pelas ações gestuais de Emerson, a interpretação de que a pergunta – *cê ouviu falar do Egildo?* (linha 22) pudesse ser um novo desafio quando realizamos a análise apenas dentro da modalidade verbo-vocal não se estabelece. A postura de Emerson durante a produção dessa pergunta é neutra (Figura 51, foto 22.1).

Vejamos a continuação da interação para vermos a resposta de Renê à indagação de Emerson – *cê ouviu falar do Egildo?* (linha 22).

```

23 Ren:      não não co[nheço      ]
24 E:                [O Egildo Vi]eira
25          eu acho que eu confundi com ele
26          é o Egildo
27      → pronto
28          têm éh éh esses caras assim

```

Renê responde que não conhece o artista Egildo – *não não conheço* (linha 23). Por sua vez, Emerson toma a palavra num possível ponto de completude do enunciado de Renê [não não co]*nheço* (linha 23), produzindo – *o Egildo Vieira* (linha 24), especificando melhor a referencialidade do artista em questão. Entretanto, sem esperar qualquer manifestação de Renê, Emerson continua – *eu acho que eu confundi com ele* (linha 25), retomando que ele havia

confundido os artistas Guerra Peixe e Dimas Sedícias por Egildo Vieira no tocante ao local de origem desses artistas.⁹⁴

Emerson continua o seu turno, repetindo – *é o Egildo* (linha 26) e, logo a seguir – *pronto* (linha 27) como tentativa de dar início ao encerramento do desacordo manifestado nessa sequência interacional de reparos. O uso do termo lexical *pronto* em Recife (PE) pode indicar uma confirmação (como um “ok”); ou uma interjeição, em situações de indignação (“*Pronto! Agora vão acabar com a nossa festa*”); ou, ainda uma conclusão de tópico (“*pronto, é isso*”). Nessa interação parece ser esse último uso que está posto na cena interacional. Emerson parece sinalizar que está iniciando o encerramento da sequência de reparos e que, apesar de estar ciente dos reparos sofridos e admitir a sua confusão em relação à origem de Guerra Peixe e Dimas Sedícias, não cede em sua posição, uma vez que agora ele é capaz de produzir um “verdadeiro” artista pernambucano do Movimento Armorial (Egildo Viena), diferente daqueles sugeridos por Renê (Clóvis Pereira e Ricardo Serrano).

Dando continuidade à tentativa de encerramento do episódio de desacordo, Emerson produz – *têm éh éh esses caras assim* (linha 28), indicando que está pronto para retomar a atividade que havia sido suspensa para que o problema apontado por Renê fosse solucionado.

Vejam os a Figura 52 para vermos as ações gestuais dos participantes.

Figura 52: Unidades entoacionais (23-28) de Emerson e Renê e suas ações corporais

⁹⁴ Embora Emerson pareça seguro sobre sua informação a respeito da origem de Egildo Vieira, novamente ele se equivoca. Egildo Vieira não é pernambucano, mas sim alagoano, sendo natural de Piranhas (AL).

Durante a produção verbal da resposta de Renê a respeito de seu conhecimento sobre o artista Egildo - *não não conheço* (linha 23), ele realiza abanos de cabeça (*headshake*) e finaliza o movimento de levar sua mão esquerda à garganta (Figura 52, foto 24/25.1). Por sua vez, novamente Emerson toma a palavra – *o Egildo Vieira* (linha 24), especificando melhor a referencialidade do artista em questão. Entretanto, sem esperar qualquer manifestação de Renê, Emerson continua – *eu acho que eu confundi com ele* (linha 25), retomando que ele havia confundido os artistas Guerra Peixe e Dimas Sedícias por Egildo Vieira no tocante ao local de origem desses artistas.

Renê não esboça qualquer reação. Durante a sua produção verbal de repetição (linha 26), Emerson realiza um aceno de cabeça (*nod*) e, logo a seguir, continua com sua fala – *pronto* (linha 27), sinalizando o início de encerramento desse episódio de discordância. Quando produz esse enunciado, Emerson realiza alguns gestos manuais. Durante a produção de *têm éh* [éh esses caras assim] (linha 28), Emerson, partindo da posição de repouso da mão direita em sua coxa direita (Figura 52, foto 24/25.1), leva sua mão direita até a altura do queixo e realiza o gesto manual de apontar com o dedo indicador (Figura 52, foto 28.1). A única manifestação de Renê é retomar a sua ação gestual de automanipulação, porém, ao invés de alisar o cavanhaque, passa a alisar a garganta (Figura 52, foto 28.1). Emerson prossegue com seus gestos manuais.

Enquanto produz [têm éh] *éh es*[ses caras assim] (linha 28), ele desce sua mão direita e eleva sua mão esquerda, realizando três movimentos circulares com as mãos, no plano vertical: orientadas horizontalmente para o centro do corpo de Emerson, a palma de uma mão fica de frente para as costas da outra mão, trocando as posições a cada movimento circular (Figura 52, foto 28.2-3). Quando finaliza o enunciado verbal – [têm éh éh esses caras] *assim* (linha 28), Emerson coloca uma palma sobre a outra na altura da cintura (Figura 52, foto 28.4), parecendo concluir que dá por encerrada essa suspensão da atividade que estava em andamento para a solução do problema apontado por Renê, indicando, portanto, estar pronto para iniciar a retomada da ação anteriormente interrompida de falar sobre o Movimento Armorial. Entretanto, Renê parece que não aceita se alinhar a esse novo enquadramento proposto por Emerson. Além de Emerson precisar enunciar verbalmente que está disposto a finalizar o episódio de desacordo – *pronto* (linha 27), Renê não esboça qualquer reação de concordância com o encerramento da sequência de discordância. Durante as falas de Emerson (linhas 24-32), Renê limita-se a alisar sua garganta, a manter o desvio do olhar e a expressar *blank face*. Acrescente-se a isso a falta de cooperação de Renê em apresentar qualquer tipo de *feedback* a Emerson. Sendo assim, apesar de Emerson tentar finalizar o episódio de desacordo, as ações de Renê parecem sinalizar sua relutância em relação a essa proposta de novo enquadramento para a cena interacional.

Vejamos o prosseguimento da interação.

28 têm éh éh esses caras assim
 29 o Guerra Peixe
 30 o Egildo,
 31 éh::: o Clovis Pereira, Dimas Sedícias
 32 uma música da armorial assim que
 33 eu creio que se aproximou
 34 que teve mais expansão assim
 35 foi o mourão
 36 (1.1)

Após produzir o enunciado - *têm éh éh esses caras assim* (linha 28), Emerson prossegue *o Guerra Peixe/ o Egildo* (linhas 29-30), indicando que já está pronto para dar prosseguimento à ação que havia sido interrompida – citar exemplos de artistas que participaram do Movimento Armorial - e que pretende manter a sua posição ao novamente repetir apenas dois dos artistas que já mencionara anteriormente – *Guerra Peixe* e *Egildo Vieira*: Guerra Peixe como o nome que marcou a fonte do problema interacional e que, portanto, marcou o início do episódio de desacordo entre ele e Renê e Egildo Vieira como o nome apresentado por ele como uma possível solução para a sequência de reparo.

Emerson prossegue – *éh::: o Clovis Pereira Dimas Sedícias* (linha 31). Observamos que após o alongamento da vocalização *éh*, Emerson acrescenta a contribuição de Renê produzida anteriormente – *o Clovis Pereira* (linha 31), porém, logo a seguir, volta a citar outra de suas opções de artista – *Dimas Sedícias* (linha 31), novamente, confirmando, assim, a manutenção da sua posição. Na continuação de seu turno, Emerson apresenta uma nova trajetória enunciativa – *uma música da armorial assim que* (linha 32) e prossegue - *eu creio que se aproximou/ que teve mais expansão assim/ foi o mourão* (linha 33-35). Logo a seguir, há uma pausa de 1.1s na qual nenhum dos dois participantes toma a palavra.

Vejamos agora a Figura 53 para verificarmos quais foram as ações gestuais dos participantes durante essa sequência de encerramento desse episódio de desacordo.

Figura 53: Unidades entoacionais (28-36) de Emerson e as ações corporais dos dois participantes

Como vimos anteriormente, apesar de Emerson estar pronto para encerrar a sequência de reparo, Renê sinaliza, por meio de suas ações gestuais, que esse não parece ser seu entendimento da situação. Vimos que essa posição de Renê fica “apagada” na análise que leva em conta apenas a modalidade verbo-vocal. Pela análise dos enunciados verbais parece que Emerson está sendo bem-sucedido na sua empreitada de encerrar o episódio de desacordo ao produzir – *têm éh éh esses caras assim/ o Guerra Peixe/ o Egildo/ éh::: o Clovis Pereira Dimas Sedícias/ uma música da armorial assim que/ eu creio que se aproximou/ que teve mais expansão assim/ foi o mourão* (linhas 28-35). Contudo, a análise multimodal mostra-nos que todos esses enunciados de Emerson não conseguem “trazer” Renê para o novo enquadramento proposto de encerramento de discordância.

Durante a produção de Emerson - *têm éh éh esses caras assim/ o Guerra Peixe/ o Egildo/ éh::: o Clovis Pereira Dimas Sedícias* (linha 31), Renê não esboça qualquer reação, apresentando uma configuração de *blank face* e continuando a alisar sua garganta. Por sua vez, Emerson demonstra que aceita a contribuição de Renê e reconhece sua participação na progressão interacional ao mencionar o exemplo de Clovis Pereira e ao realizar um gesto de apontamento. Durante a sua produção [éh::: o] **Clovis Pe**[reira Dimas Sedícias] (linha 31), Emerson realiza o gesto manual de apontar para Renê: partindo da posição da palma da mão esquerda sobre a palma da mão direita, na altura de sua cintura, (Figura 52, foto 28.4), ele aponta para Renê com a palma da mão esquerda voltada para o centro e os dedos ligeiramente esticados (Figura 53, foto 31.1) e retorna à posição de palma das mãos apoiadas uma sobre a

outra (Figura 53, foto 31.2) assim que produz [éh::: o Clovis] Pe[reira Dimas Sedícias] (linha 31). Logo a seguir, ele retorna para seus exemplos, agora citando Dimas Sedícias (linha 31). Renê continua a com sua *blank face*, seu gesto de automanipulação de coçar o cavanhaque e o desvio do olhar (Figura 53, foto 31.2).

Emerson, então, muda a sua trajetória – *uma música da armorial assim que* (linha 32). Ao final do enunciado, Emerson inclina a cabeça para a esquerda, desvia o olhar de Renê, olhando para baixo, e realiza um gesto manual (Figura 53, foto 32.1). Quando Emerson produz [uma música da] armorial as[sim que] (linha 32), ele realiza o gesto manual de contêiner: partindo da posição da palma da mão esquerda sobre a palma da mão direita, na altura de sua cintura, (Figura 53, foto 31.2), abre as mãos, afastando-as ligeiramente, deixando as palmas das mãos voltadas uma para outra e posicionadas diagonalmente para baixo (Figura 53, foto 32.1).

Emerson prossegue – *eu creio que se aproximou/ que teve mais expansão assim* (linha 33-34). Quando ele produz [eu creio que se] aproximou/ que teve mais expan[são assim] (linha 33-34), ele realiza um novo gesto manual: partindo da configuração de mãos voltadas uma para outra (Figura 53, foto 32.1), ele eleva as duas mãos à altura dos ombros, movimentando as mãos no plano vertical e realizando a movimentação por duas vezes (Figura 53, foto 34.1). Por sua vez, Renê, assim que Emerson produz – [eu creio que se aprox] imou/ que teve mais [expansão assim] (linha 33-34), finalmente, muda de posição, inclinando sua cabeça para a direita, interrompendo seu gesto manual de automanipulação (Figura 53, foto 32.1), colocando sua mão esquerda sobre a coxa esquerda e voltando a olhar para Renê (Figura 53, foto 34.1).

Quando Emerson produz – *foi o mourão* (linha 35), ele olha para Renê e volta suas mãos para a posição de repouso em suas coxas (Figura 53, foto 35.1). Há uma pausa de 1.1s na qual nenhum dos dois participantes toma a palavra.

Vejamos a continuação da interação.

```

36 (1.1)
37          uma com[posição armor]ial mourão
38 Ren:          [sim          ]
39 (0.6)
40 E:          do Guerra Peixe
41 Ren:  →      com o Clovis Pereira
42          dos do[is  ]
43 E:          [isso]
44          com o Clo- uma parceria né
45          e assim (.) essa teve uma grande expansão

```

Ao final da pausa de 1.1s (linha 36), novamente é Emerson quem toma a palavra para produzir um autorreparo – *uma composição armorial mourão* (linha 37). Quando Emerson produz [uma com]posição armor[ial mourão] (linha 37), em sobreposição, Renê produz um enunciado de *feedback* de anuência - *sim* (linha 38). Mais uma pausa de 0.6s acontece (linha 39). Novamente é Emerson quem rompe o silêncio para acrescentar que a composição armorial mourão é do *Guerra Peixe* (linha 40). Em seguida a esse enunciado de Emerson, novamente Renê produz um reparo, acrescentando que a composição é tanto do Guerra Peixe quanto do Clovis Pereira – *com o Clovis Pereira/ dos dois* (linhas 41-42). Dessa vez, Renê não aponta primeiro a fonte do problema, mas passa direto à solução. Como ele já parecia demonstrar que aceitaria encerrar o episódio de desacordo, a sua “solução” também pode ser entendida como uma demonstração de sua aceitação para a finalização do evento, indicando que ele também está pronto para promover o deslizamento da organização sequencial pela estrutura despreferida para a estrutura preferencial, tanto pela utilização da estratégia de produção de enunciado em contiguidade ao de Emerson quando pela estratégia de complementaridade de enunciado (E: *uma composição armorial mourão do Guerra Peixe/ Ren: com o Clóvis Pereira, dos dois*).

Por sua vez, Emerson indica que aceita o reparo-complementar de Renê ao produzir *isso* (linha 43) em sobreposição ao enunciado de Renê – [dos do]is (linha 42) e ao repetir parcialmente o reparo proposto por ele – *com o Clo-* (linha 44). Em seguida Emerson demonstra o seu entendimento a respeito do reparo de Renê – *uma parceria né* (linha 44) e prossegue no encerramento do episódio - *e assim (.) essa teve uma grande expansão* (linha 45). A partir desse momento, ambos os participantes “aceitam” o encerramento da sequência de desacordo e prosseguem conversando a respeito da música mourão.

Vejamos agora a Figura 54 para verificarmos quais foram as ações gestuais dos participantes durante essa sequência de encerramento do episódio de desacordo.

36 (1.1)

37 *uma com[posição armor]ial mourão*

38 Ren: [*sim*]
|nod |

39 (0.6)

40 E: *do Guerra Peixe*

41 Ren: *com o Clovis Pereira*

42 *dos do[is]*
|nod...

43 E: [*isso*]
|nod...

44 *com o Clo- uma parceria| né*
.....nod|
.....nod|

45 *e assim (.) essa teve uma grande ex|pansão|*
|nod |

36/45.1

Figura 54: Unidades entoacionais (36-45) de Emerson e Renê e suas ações corporais

Como vimos, a análise dos enunciados verbais não revela o não engajamento de Renê para a proposta de mudança de enquadramento e tentativa de encerrar o episódio de discordância. Mesmo a existência da pausa de 1.1s (linha 36) não seria tomada como problemática já que Emerson retoma a palavra e continua – *uma composição armorial mourão* (linha 37), seguida da anuência de Renê – *sim* (linha 38). Só perceberíamos que há uma perturbação nessa tentativa de encerramento de Emerson quando ele produz – *do Guerra Peixe* (linha 40) e Renê enuncia mais um reparo – *com o Clóvis Pereira/ dos dois* (linha 41-42). Contudo, é só pela análise multimodal que podemos observar em qual momento Renê parece ter começado a aceitar o novo enquadramento proposto de encerramento de discordância. Parece-nos que a partir do momento no qual ele muda sua postura e retorna o olhar para Emerson (Figura 53, foto 32.1), ele parece indicar que está “disposto” a aceitar o novo enquadramento.

Finda a pausa de 1.1.s (linha 36), continuando a olhar para Renê, Emerson prossegue – *uma composição armorial mourão* (linha 37). Quando Emerson produz [uma com]posição armor[ial mourão] (linha 37), em sobreposição, Renê produz *sim* (linha 38) associado a um aceno de cabeça (*nod*, linha 38). Mais uma pausa de 0.6s acontece (linha 39). Emerson continua – *do Guerra Peixe* (linha 40). Em contiguidade a esse enunciado de Emerson, novamente Renê produz um reparo, acrescentando que a composição é tanto do Guerra Peixe quanto do Clovis Pereira – *com o Clovis Pereira/ dos dois* (linhas 41-42) e iniciando a produção de sutis acenos de cabeça (*nod*) ao produzir [dos] dois (linha 42) que perdurarão até Emerson produzir seus

próximos enunciados – *isso/ com o Clo- uma pareceria* (linhas 43-44). Parece-nos, então, que a partir do momento que Renê produz seu reparo-complementar e que Emerson “aceita” esse reparo sem demonstrar desconforto pelo lapso de sua competência é que, finalmente, Renê parece aceitar integralmente o novo enquadramento da cena interacional, contribuindo para o encerramento da sequência de discordância entre eles.

Por sua vez, continuando a olhar para Renê, Emerson concorda com o reparo de Renê, confirmando a sua aceitação com a produção de *isso* (linha 43), acrescentando um aceno de cabeça (*nod*) que perdura até ele produzir *com o Clo-* [uma parceria né] (linha 44). Como continuação, ele demonstra o seu entendimento a respeito do reparo de Renê – *uma parceria né* (linha 44) e prossegue – *e assim (.) essa teve uma grande expansão* (linha 45). Quando Emerson produz [e assim (.) essa teve uma grande ex]*pansão* (linha 45), Renê produz mais um aceno de cabeça (*nod*, linha 45). Durante todos esses enunciados tanto Emerson quanto Renê não alteraram suas posturas (Figura 54, foto 36/45.1). A partir desse momento, ambos os participantes parecem aceitar, efetivamente, o encerramento da sequência de discordância e prosseguem na conversa a respeito da música mourão.

Em resumo, neste episódio de desacordo desenvolvido por meio de vários reparos e desafios, vimos que, nos dois primeiros eventos de reparo, apesar de Renê ter iniciado o reparo, ele precisou ser desafiado a fornecer a solução. Observamos que Emerson tenta encerrar a sequência de desacordo, mas Renê não aceita integralmente o novo enquadramento, promovendo um novo evento de reparo. Dessa vez, ele não aponta a fonte do problema, passando direto à solução, produzindo, assim, uma ação ambígua que tanto podia ser tomada por Emerson como um novo problema interacional quanto uma ação colaborativa de encerramento de desacordo. A partir do momento que Emerson demonstrar “aceitar” o reparo-complementar de Renê, eles passam à produção definitiva do episódio de discordância. Além disso, vimos mais exemplos de como as ações gestuais trazem informações que ficam “apagadas” quando realizamos apenas a análise verbo-vocal.

Vejamos agora um episódio de desacordo que fica evidenciado apenas pela produção de autorreparos.

5.6. ANÁLISE DO EXCERTO 6 “*o Movimento Armorial vem da heráldica*” DA INTERAÇÃO DA DÍADE PC E ÂNGELO

Analisando dez funções de operações realizadas por autorreparos organizados dentro do mesmo turno, Schegloff (2013, p. 68-69) declara que:

[A] descrição fornecida nessas páginas restringe-se a um único aspecto dos autorreparos dentro do mesmo turno – as operações realizadas. [Ela] está incompleta sem as descrições dos recursos que levaram essas operações a assumir suas formas reconhecíveis, i.e., o que os falantes fazem para providenciar para os coparticipantes a possibilidade de reconhecimento de uma operação de reparo do tipo X. Ela [também] está incompleta sem a descrição do trabalho interacional realizado por quaisquer instâncias dessas operações de autorreparo, dentro do seu contexto. A primeira [incompletude] é notável pelo fato de tão poucas práticas interacionais de fala poderem realizar tantas operações diferentes. A segunda, pela diversidade dos contextos e os resultados obtidos por essas poucas operações. [A]mbas as partes faltantes precisarão ser encontradas em outro lugar.

Esta tese tenta contribuir para o preenchimento, ainda que parcial, de uma dessas lacunas ressaltadas por Schegloff. Nesta análise mostramos um excerto no qual autorreparos parecem ter sido produzidos como respostas às ações gestuais do coparticipante. Diferentemente dos eventos de autorreparos e reformulações que apresentamos nas outras análises - nos quais, além das ações gestuais que parecem ter contribuído para a produção dos autorreparos dos falantes, houve também a presença de vocalizações e tentativas de tomada da palavra por parte dos coparticipantes - os exemplos desta interação apresentam apenas as ações gestuais do coparticipante. O coparticipante Ângelo não usou qualquer tipo de vocalização e nem tentou tomar efetivamente a palavra em nenhum momento. Ele realizou apenas ações gestuais e estas parecem ter sido a razão que levou o falante PC a produzir seus autorreparos. Mais ainda, embora Goodwin (1981) mostre que autorreparos podem ser estratégias utilizadas pelos falantes com a única função de manter a atenção do coparticipante, no exemplo desta interação, não parece ser apenas esse caso. Parece-nos que, efetivamente, os autorreparos foram produzidos como tentativa de sanar problemas interacionais. Nesse sentido, a função de manter a atenção e o interesse do coparticipante também está preenchida.

No excerto a seguir o participante-colaborador (PC) e Ângelo (A) conversam sobre os movimentos artísticos Movimento Armorial e Movimento Mangubeat. Vejamos a transcrição verbal do excerto “*o Movimento Armorial vem da heráldica*”.⁹⁵

⁹⁵ Respeitando a vontade de PC não disponibilizamos o vídeo deste excerto, uma vez que ele apenas nos autorizou o uso de seus dados, não permitindo nem mesmo o uso de sua voz e imagem de formas distorcidas.

[Jan/2015] [SEAD] [D1] [S1]

Excerto “*o Movimento Armorial vem da heráldica*” (00:07-01:34) (PC-Ângelo)

- 1 PC: então o Movimento Armorial é mov-
 2 → é um movimento encabeçado pelo escritor Ariano Suassuna
 3 e que reverberou nas diversas artes
 4 nas artes plásticas
 5 na música
 6 e sobretudo na literatura
 7 e na música que é o que eu conheço um pouco mais
 8 ti tiveram dois grupos que foram muito importantes como o-
 9 → no Movimento Armorial
 10 foi a Orquestra Armorial
 11 e o Quinteto Armorial
 12 éh (.) o Movimento Armorial vem da heráldica
 13 a ideia principal de Ari-
 14 → heráldica que é a ciência que estuda aa os escudos os brasões e-
 15 vem disso
 16 (1.6)
 17 PC: a ideia de Suassuna era de unir o popular com o tradicional
 18 a tradição oral ao seu passado ibérico
 19 à cultura trovadoresca (.) ibérica
 20 e colocar num num a-
 21 → aliás através de viés erudito
 22 (1.9)
 23 PC: com isso a criação de uma orquestra (.)
 24 → apesar de ser música de tradição oral
 25 com a criação de uma orquestra
 26 e depois de um grupo camerístico
 27 porque era armorial
 28 e para falar do Movimento Mangubeat
 29 houveram algumas algumas hã
 30 conflitos entre os dois movimentos

Neste excerto observamos cinco episódios de autorreparo. O primeiro deles é um autorreparo como os usualmente descritos na literatura, ou seja, produzido sob responsabilidade do falante sem parecer ser uma ação construída conjuntamente dentro da progressão interacional. Os outros quatro autorreparos apresentam a particularidade de terem sido produzidos logo após uma modificação no comportamento gestual do participante Ângelo.

Entretanto, apenas pela transcrição verbal, essa peculiaridade não fica evidente uma vez que Ângelo não realizou qualquer tipo de vocalização e nem toma a palavra nenhuma vez.

No primeiro reparo (R_1), o participante PC inicia seu enunciado topicalizando o Movimento Armorial (linha 1); porém interrompe seu enunciado para produzir um autorreparo dizendo que o Movimento Armorial é um movimento encabeçado pelo escritor Ariano Suassuna (linha 2), implicitamente esclarecendo que é um dos movimentos artísticos que deveriam ser abordados na conversa. No segundo reparo (R_2), PC encaminha seu enunciado para fornecer um exemplo de dois grupos musicais que, devido às informações precedentes, podemos interpretar como pertencentes ao Movimento Armorial (linha 8). Contudo, ele interrompe essa trajetória de enunciado para produzir um autorreparo, especificando que os grupos pertencem efetivamente ao Movimento Armorial (linha 9). Após esse autorreparo especificador de referencialidade, PC fornece os exemplos dos grupos (linhas 10-11). No episódio do terceiro reparo (R_3), PC narra que o Movimento Armorial teve como uma de suas inspirações a heráldica (linha 12). Dando continuidade à sua explanação, ele inicia um novo enunciado encaminhando qual seria a ideia principal de Ariano Suassuna para o movimento (linha 13). Entretanto, PC interrompe esse enunciado para retomar elementos do enunciado precedente e explicar o que vem a ser heráldica (linha 14). O quarto reparo (R_4) ocorre após uma pausa de 1.6 segundos (linha 16). PC retoma a sua explicação a respeito da ideia de Ariano Suassuna de unir a arte popular a elementos tradicionais da música erudita (linha 17-19). PC encaminha seu próximo enunciado para explicar como essa junção ocorrera (linha 20). Todavia, interrompe esse enunciado para enfatizar que a junção ocorrera pelo viés erudito (linha 21). Há uma nova pausa de 1.9 segundos (linha 22) e a produção de mais um reparo. No quinto reparo (R_5), PC explica que a junção do popular com a música erudita se deu na criação de uma orquestra (linha 23). Novamente, PC promove um autorreparo explicando que houve a criação de uma orquestra “*apesar de ser música de tradição oral*” (linha 24).

No caso de uma análise baseada apenas na modalidade verbo-vocal, entenderíamos esses cinco autorreparos como episódios de reparo que não promoveram a suspensão do curso da ação para a resolução de problemas na interação. Entenderíamos, ainda, que os reparos foram promovidos única e exclusivamente pela responsabilidade do falante PC sem qualquer tipo de interferência por parte do participante Ângelo, já que Ângelo não se manifesta vocalmente em nenhum momento e nem produz qualquer enunciado verbal. Entretanto, ao realizarmos uma análise multimodal, vemos que quatro dos cinco reparos ocorreram logo após alguma mudança na manifestação gestual de Ângelo. Isso não quer dizer que estejamos afirmando que esses autorreparos produzidos por PC foram em decorrência das ações de Ângelo. Apontamos que

devido à progressão temporal das ações dos participantes parece haver evidências suficientes para levantarmos essa possibilidade interpretativa, ou seja, a possibilidade de quatro dos cinco autorreparos de PC terem sido produzidos como ações responsivas em decorrência das ações gestuais de Ângelo. Além disso, levantamos essa possibilidade devido à recorrência observada tanto em relação às ações gestuais de Ângelo quanto em relação às ações subsequentes de PC.

Vejamos o primeiro autorreparo (R₁).

1 PC: então o Movimento Armorial é mov-
 2 → é um movimento encabeçado pelo escritor Ariano Suassuna
 3 e que reverberou nas diversas artes
 4 nas artes plásticas
 5 na música
 6 e sobretudo na literatura

PC inicia seu enunciado, afirmando – *então o Movimento Armorial é mov-* (linha 1); porém, interrompe sua fala para produzir um autorreparo – *é um movimento encabeçado pelo escritor Ariano Suassuna* (linha 2), acrescentando o artigo indefinido **um** nessa reformulação. Parece-nos que essa reformulação se deve ao fato de ele querer sinalizar que o Movimento Armorial é apenas um dos dois movimentos artísticos que deveriam ser abordados na interação. Ele continua dizendo que o Movimento Armorial reverberou nas diversas artes, na música e, sobretudo, na literatura (linhas 3-6). Enquanto PC produz esses enunciados, Ângelo permanece com a postura de olhar para baixo.⁹⁶ Por sua vez, PC olha para Ângelo durante toda a produção dos enunciados que compõem este excerto analisado.

Vejamos a Figura 55 para a progressão interacional que apresenta os enunciados de PC e algumas das ações gestuais do participante Ângelo (A) durante o segundo reparo (R₂).⁹⁷

⁹⁶ Como essa postura de olhar para o chão se repetirá ao longo da interação, chamaremos essa postura de Ângelo de posição *default*.

⁹⁷ Respeitando a vontade de PC, as suas imagens não são apresentadas. Nesta interação, PC encontra-se sentado à direita de Ângelo.

Figura 55: Unidades entoacionais (7-11) de PC e algumas das ações faciais de Ângelo.

Continuando a interação, PC produz um enunciado – *e na música que é o que conheço um pouco mais* (linha 6), esclarecendo que ele trataria da música por ser o que ele conhece mais. Ângelo continua com a sua postura *default*, olhando para baixo com a cabeça orientada verticalmente e ligeiramente inclinada para a esquerda (Figura 55, foto 7.1).

Em seguida, PC diz - *ti tiveram dois grupos que foram muito importantes como o* (linha 8). Assim que ele produz [ti tiveram dois grupos que fo]*ram muito importantes* [como o-] (linha 8), Ângelo vira a cabeça para a direita e dirige seu olhar para PC pela primeira vez (Figura 55, foto 8.1), retornando-o à posição *default* ao final do enunciado de PC (Figura 55, foto 8.2). Após essa manifestação gestual de Ângelo, PC interrompe sua trajetória enunciativa para produzir um reparo de referencialidade – *no Movimento Armorial* (linha 9), especificando que os grupos que mencionaria, efetivamente, pertenciam ao Movimento Armorial – *foi a Orquestra Armorial e o Quinteto Armorial* (linhas 10-11).

Observamos que nesse segundo evento de autorreparo de PC houve três ações gestuais de Ângelo – sair da posição *default*, olhar para PC enquanto ele produz [ti tiveram dois grupos que fo]*ram muito importantes* [como o-] (linha 8) e retornar à posição *default* ao final desse enunciado de PC – e uma ação subsequente de PC de produzir um autorreparo de referencialidade. Ainda é difícil afirmar que as ações gestuais de Ângelo podem ter contribuído para a produção do autorreparo de PC. Entretanto, durante o terceiro autorreparo de PC parece que essa relação entre as ações dos participantes começa a ficar mais evidenciada.

Vejamos a Figura 56 para a continuação da interação e para observarmos como se deu a produção do terceiro episódio de autorreparo (R₃).

Figura 56: Unidades entoacionais (12-17) de PC e algumas das ações faciais de Ângelo.

PC prossegue na sua explanação – *éh (.) o Movimento Armorial vem da heráldica* (linha 12). No início desse enunciado de PC, Ângelo encontra-se na sua posição *default* (Figura 56, foto 12.1), mas, assim que PC finaliza a produção do termo *heráldica* (linha 12), Ângelo inicia um movimento de virar a cabeça para a direita, em direção a PC, inclinando-a ligeiramente para a esquerda (Figura 56, foto 12.2). PC continua - *a ideia principal de Ari-* (linha 13). Quando PC produz [a ideia princi]pal [de Ari-] (linha 13), Ângelo realiza um franzir de sobrancelhas (Figura 56, foto 13.1). Logo a seguir PC interrompe seu enunciado para explicar o que é heráldica – *heráldica que é a ciência que estuda os escudos brasões e-/ vem disso* (linhas 14-15). Assim que PC produz [heráldica que é a ciência que estuda os] escudos brasões [e-] (linha 14), Ângelo desfaz o franzir das sobrancelhas.

Durante a produção desses enunciados de PC, Ângelo mantém-se voltado em direção a PC e com os olhos bem abertos (Figura 56, foto 15.1). Quando PC finaliza a sua explicação sobre o significado de heráldica, há uma pausa de 1.6 segundos (linha 16) na qual Ângelo continua olhando para PC. Após a pausa, PC retoma a palavra e dá prosseguimento à sua trajetória de narrar a ideia de Suassuna sobre o Movimento Armorial – *a ideia de Suassuna era de unir o popular com o tradicional* (linha 17). Assim que PC produz a ideia de Su[assuna era de unir o popular com o tradicional] (linha 17), Ângelo começa a retornar à posição *default* de olhar para baixo com a cabeça ligeiramente voltada para a direita e inclinada sutilmente para a esquerda (Figura 56, foto 17.1).

Diferentemente do autorreparo anterior (R₂), no qual não se pode concluir nada a respeito das ações multimodais de Ângelo terem sido ações gestuais sinalizadoras de potencial problema na interação, nesse reparo de explicação de significado parece-nos que há indícios de que as ações gestuais de Ângelo tenham contribuído para que PC interrompesse sua trajetória de fala e produzisse um reparo, respondendo às ações gestuais de Ângelo.

Podemos identificar quatro indícios que parecem corroborar a possibilidade desse desencadeamento sequencial. O primeiro refere-se ao momento no qual as ações gestuais de Ângelo ocorreram. Ângelo inicia o movimento de virar a cabeça e olhar para PC, assim que PC termina de produzir [éh (.) o Movimento Armorial vem da] ***heráldica*** (linha 12; Figura 56, foto 12.2). Logo a seguir, produz o franzir das sobrancelhas (Figura 56, foto 13.1) e desfaz essa ação gestual quando PC oferece a sua explicação sobre o que vem a ser heráldica. O entendimento que PC demonstra da associação dessas ações de Ângelo – virar a cabeça para poder olhar para PC e franzir as sobrancelhas – parece indicar que ele assume como um possível problema a compreensão do termo ***heráldica***, já que a sua ação, logo em seguida, é explicar o que vem a ser heráldica. O segundo indício é o fato de Ângelo ter olhado atentamente para PC durante toda a produção do enunciado explicativo de PC sobre heráldica (Figura 56, foto 15.1). O terceiro indício é a pausa (linha 16) que se segue à explicação durante a qual Ângelo passa olhando para PC, talvez esperando que PC acrescentasse algo sobre a heráldica. O quarto indício é a retomada da postura *default* de Ângelo (Figura 56, foto 17.1) assim que PC retoma a trajetória narrativa sobre a ideia de Suassuna sobre o Movimento Armorial. Essa ação parece sinalizar que como o problema em potencial – o significado de heráldica – já havia sido solucionado e PC não acrescentaria mais nada a respeito do assunto, Ângelo poderia retomar à sua posição *default*. Esse comportamento de Ângelo é condizente com o que vimos na literatura a respeito de reparos.

Tratando de reparos iniciados pelo outro, Floyd et al. (2016) descrevem que é uma ação recorrente do participante interacional que identificou a fonte do problema sustentar determinadas ações gestuais até que uma tentativa de reparo seja feita e o problema seja solucionado (ou não). Na interação PC-Ângelo, não se trata de um reparo iniciado pelo outro nos moldes tradicionalmente descritos na AC, ou seja, um participante aponta verbalmente qual é a fonte do problema que ocorreu em enunciados precedentes do outro falante interacional. Apesar de Ângelo não ter verbalmente apontado a fonte do problema interacional como sendo o termo ***heráldica***, PC parece ter interpretado as ações gestuais de Ângelo nesse sentido, executando o reparo sob essa perspectiva. Por sua vez, Ângelo sustenta sua ação gestual de

olhar para PC até que ele tenha finalizado suas explicações sobre esse tema e só então volta para sua posição *default*.

Apesar de aparentemente terem sido as ações gestuais de Ângelo que levaram PC a produzir seu autorreparo sobre heráldica, devemos ter em mente que PC pode ter decidido (sem se importar com as ações de Ângelo) que explicar o termo **heráldica** seria conveniente naquele momento da interação. Para termos a confirmação que ele interpretou as ações de Ângelo como indicações de problema interacional, precisaríamos que ele declarasse explicitamente que as interpretou nessa linha. Os indícios que temos de que PC parece ter interpretado as ações gestuais de Ângelo como uma possível sinalização de problema na interação e que esse problema estava relacionado com o termo **heráldica** são a suspensão da sua trajetória de enunciado para a explicação sobre o termo heráldica (linhas 14-15) e a presença de uma pausa de 1.6s (linha 16) antes da sua retomada de trajetória sobre as ideias de Ariano Suassuna, dando a oportunidade a Ângelo de se manifestar. Sendo assim, a sequencialidade entre as ações gestuais de Ângelo e as ações de PC, leva-nos a interpretar esse momento da sequência interacional nessa direção.

Em relação a Ângelo, também não temos como assegurar que ele efetivamente não sabia o significado de **heráldica**. Para tanto, também precisaríamos ter uma declaração explícita de sua parte a respeito de sua ignorância sobre o referido vocábulo. Em relação a esse fato, temos uma informação extrínseca à essa interação que confirma que ele não sabia sobre a relação entre a heráldica e o Movimento Armorial. Vejamos o excerto “*tu já deve ter ouvido falar*” da interação Ângelo-Emerson na qual, Ângelo declara explicitamente que havia aprendido que o Movimento Armorial se relaciona com a heráldica na interação entre ele e PC. A interação entre Ângelo e Emerson ocorreu após o intervalo de uma semana da interação PC-Ângelo. A tarefa de Ângelo era contar para Emerson o que ele havia escutado sobre o Movimento Armorial e sobre o Movimento Mangubeat na semana anterior.⁹⁸ A transcrição verbal desse excerto é apresentada logo a seguir.

[Jan/2015] [SEAD] [D3] [S2]

Excerto “*tu já deve ter ouvido falar*” (04:06-05:02) (Ângelo-Emerson)

```

1      A:          o outro movimento que teve aqui também em Pernambuco né
                        |nod                      |
2          ele é importante também
3          tipo um movimento de fusão também
4      A:          é o Movimento Armorial

```

⁹⁸ Para explicações mais detalhadas sobre esses dados veja o capítulo Materiais e Métodos.

5 tu já deve ter ouvi[do falar]
6 E: [Ariano Suassuna]uma
7 A: é
8 Ariano Suassuna que foi o cara que encabeçou o movimento,né
9 (1.1) |nod|
10 A: o tema ar armorial
11 (1.1) |nod|
12 A: → como eu soube outro dia com o PC né
13 tem a ver com a heráldica
14 |nod|
15 a questão dos escudos e
16 |nod|
17 é ligado a isso aí
18 |nod|
19 o Ariano Suassuna selecionou (.)
20 |nod|
21 meio que aquela coisa da Semana de Arte Moderna né
22 ele selecionou (.) pessoas de vários campos
23 |nod|
24 pessoas do campo da literatura do Brasil do interior mas(.)
25 |nod|
26 questão da dança questão da música
27 |nod|
28 e na música
29 foi o Clóvis Pereira que foi o representante inicial escolhido
30 |nod|
31 pelo Ariano pra compor as músicas do Movimento Armorial

tema ar armorial (linha 10). Ao final desse enunciado, novamente, ocorre uma pausa de 1.1s (linha 11). Emerson produz acenos de cabeça (*nod*, linha 11) durante essa pausa. Ângelo retoma a palavra e produz *como eu soube outro dia com o PC né / tem a ver com a heráldica* (linha 12-13). Quando Ângelo produz [tem a ver com a herál]dica (linha 13), Emerson produz mais um aceno de cabeça (**Erro! Fonte de referência não encontrada.**, foto 13.1). Ângelo continua *a questão dos escudos e é ligado a isso aí* (linhas 14-15). Emerson produz acenos de cabeça (*nods*) durante quase toda a produção verbal do enunciado de Ângelo (linhas 14-15). Durante a produção do enunciado verbal seguinte – *o Ariano Suassuna selecionou* (linha 16), Emerson produz novos acenos de cabeça (*nods*). Há uma micropausa (linha 16) ao final da qual Ângelo continua com sua narração sobre o Movimento Armorial (linhas 17-23).

Nesse excerto da interação Ângelo-Emerson, observamos que Ângelo explicita que “aprendeu” com PC que o Movimento Armorial tinha relação com a heráldica e que heráldica significa algo relacionado com escudos (linhas 12-15 da interação Ângelo-Emerson). Com essa declaração de Ângelo, podemos afirmar com um pouco mais de segurança que a interpretação sobre as suas ações gestuais, durante a sua interação com PC, de olhar para PC e franzir as sobrancelhas, logo após PC ter produzido o *éh* (.) *o Movimento Armorial vem da heráldica* (linha 12 da interação PC-Ângelo), refere-se, realmente, ao seu problema de entendimento a respeito do termo **heráldica** ou da relação deste com o Movimento Armorial.

Notamos também que Emerson, diferentemente de Ângelo, deve conhecer o significado de heráldica. O momento no qual inicia seu aceno de cabeça – assim que Ângelo produz [tem a ver com a] herál[dica] (linha 13 da interação Ângelo-Emerson) - mostra a sua antecipação em relação à finalização desse termo. Igualmente há indício do seu conhecimento quando realiza um novo aceno de cabeça logo após Ângelo ter produzido [a questão dos] escu[dos] (linha 14 da interação Ângelo-Emerson).

Quando comparamos os momentos de produção de ações gestuais de Ângelo e Emerson, nas duas interações, em relação ao termo **heráldica**, percebemos uma diferença significativa. Observamos que na interação PC-Ângelo, Ângelo manifesta-se gestualmente – volta seu olhar para PC – somente depois de PC ter completado a produção de **heráldica** e produz o franzir das sobrancelhas algum tempo depois. Já na interação Ângelo-Emerson, Emerson já se manifesta gestualmente – aceno de cabeça (*nod*) – assim que Ângelo finaliza de produzir as duas primeiras sílabas do temo herál[dica]. O mesmo acontece em relação ao termo **escudos**. Quando Ângelo produz as duas primeiras sílabas de escu[dos], Emerson já produz um novo aceno de cabeça e continua a realizar acenos de cabeça durante a produção de Ângelo de *é ligado a isso aí* (linha 15 da interação Ângelo-Emerson). Nessas duas interações, observa-se

que o Movimento Armorial é o enquadramento de contextualização e o termo **heráldica** constitui-se como figura dentro desse fundo.

Como vimos no tópico sobre antecipação e projeção, no capítulo 2, as características de antecipação e projeção interferem na organização da sequência interacional, principalmente, em relação à prontidão para a produção de SPPs e como indícios de conhecimento tanto individual quanto compartilhado em relação aos temas em desenvolvimento na sequência interacional. Comparando-se, portanto, as duas interações, observamos que, na interação Ângelo-Emerson, as ações gestuais de Emerson são indícios de que ele possui familiaridade com o termo **heráldica** e que conhece o seu significado. As ações gestuais de Emerson ocorrem em pontos que indicam o seu conhecimento individual sobre o assunto (e que também é compartilhado por Ângelo desde a sua interação com PC), uma vez que ocorreram em lugares que projetam a finalização dos termos, tanto do termo **heráldica** como do termo **escudos** que, nesse contexto, relaciona-se diretamente ao termo **heráldica**. Já na interação PC-Ângelo, a manifestação gestual de Ângelo só ocorre alguns milissegundos após a finalização do termo **heráldica**, sinalizando que poderia haver um problema de entendimento em relação ao termo, seja de entendimento semântico, seja de percepção auditiva. Sabemos que o problema foi de natureza semântica pela própria declaração de Ângelo durante a interação entre ele e Emerson.

Com a explicitação de Ângelo para Emerson a respeito de sua ignorância sobre a relação do Movimento Armorial com o termo **heráldica** durante a sua interação com PC e sabendo que PC havia sanado antecipadamente o problema na interação, podemos adicionar esse enunciado de Ângelo – *como eu soube outro dia com o PC né* (linha 12 da interação Ângelo-Emerson) - da sua interação com Emerson, como mais um indício de que efetivamente as ações gestuais de Ângelo – olhar em direção a PC e franzir as sobrancelhas – na interação PC-Ângelo, foram ações sinalizadoras de problema de compreensão.

Apesar dos indícios, não temos como assegurar que o autorreparo de PC tenha sido efetivamente desencadeado pelas ações gestuais de Ângelo, pois não temos como saber se não foi apenas uma coincidência. Sabemos que as ações gestuais de Ângelo foram ações sinalizadoras de problema de entendimento semântico, mas não podemos afirmar seguramente que o autorreparo de PC tenha sido uma resposta às manifestações gestuais de Ângelo e não apenas um reparo concernente à sua própria fala. O que observamos é que houve um autorreparo de PC e que esse reparo supriu as necessidades momentâneas de Ângelo para que a interação pudesse seguir de maneira fluida sem que houvesse a necessidade de interrupção no curso da ação pela troca de turnos verbo-vocais. Observamos também que a ação de PC é recorrente tanto em relação ao segundo reparo (R₂) quanto em relação ao terceiro (R₃), isto é,

interromper seus enunciados, assim que Ângelo sai da posição *default* e dirige seu olhar para ele, seguida da produção de um enunciado reparador. Sendo assim, podemos dizer que há indícios de que as ações gestuais de Ângelo, sobretudo, a sua mudança de posição *default* para dirigir o olhar a PC, parecem contribuir para a ação responsiva de PC.

Retomando, então, a interação PC-Ângelo, vejamos a Figura 57 que apresenta o quarto autorreparo (R₄) para vermos o que ocorreu nesse episódio.

Figura 57: Unidades entoacionais (17-22) de PC e algumas das ações faciais de Ângelo.

PC retoma a sua trajetória de narrar a ideia de Suassuna sobre o Movimento Armorial – *a ideia de Suassuna era de unir o popular com o tradicional* (linha 17). Assim que PC produz *a ideia de Su*[assuna era de unir o popular com o tradicional] (linha 17), Ângelo retorna à posição *default* (Figura 57, foto 17.1) e continua nessa postura durante a narração de PC de salientar que a ideia de Suassuna era unir – *a tradição oral ao seu passado ibérico/ à cultura trovadoresca* (.) *ibérica* (linhas 18-19). Quando PC produz [à cultura trova]doresca [(.) ibérica] (linha 19), Ângelo olha para PC (Figura 57, foto 19.1). Há uma micropausa (linha 19) e PC retoma seu enunciado, acrescentando [à cultura trovadoresca (.)] ibérica (linha 19). Quando PC finaliza a produção de [à cultura trovadoresca (.)] ibérica (linha 19), Ângelo novamente retorna à posição *default* (Figura 57, foto 19.2). Na sílaba final do termo [ibéri]ca, Ângelo realiza um sutil abano de cabeça (*headshake*, sinalizado pelo sinal de +) que perdura até o início do outro enunciado de PC (linha 20).

PC continua – *e colocar num num a-* (linha 20). Com a produção de *e co*[locar num num a-] (linha 20) de PC, Ângelo finaliza seu abano de cabeça (*headshake*). Assim que PC produz *e* [colocar num num a-] (linha 20), Ângelo gira sua cabeça um pouco para a esquerda e desvia seu olhar para a esquerda (Figura 57, foto 20.1), permanecendo nessa postura até que PC produza o enunciado de um novo autorreparo (linha 21). Novamente, observamos que as ações gestuais de Ângelo – olhar para PC, desviar o olhar com abano de cabeça (*headshake*), virar a cabeça ligeiramente para a esquerda e também desviar o olhar para a esquerda – parecem ser indícios de perturbação na interação e que PC também parece demonstrar seu entendimento nessa direção ao suspender sua fala para realizar seu autorreparo como tentativa de sanar esse possível problema interacional.

Observamos que houve uma micropausa (linha 19) no enunciado de PC logo após Ângelo olhar para ele, enquanto PC produz [à cultura trova]doresca [(.) ibérica] (linha 19). Além disso, notamos uma disfluência na fala de PC – *e colocar num num a-* (linha 20) – e que essa disfluência ocorreu logo após Ângelo ter realizado abanos de cabeça (*headshake*), virado e inclinado sua cabeça para a esquerda e desviado seu olhar para a esquerda (Figura 57, foto 20.1). Em seguida, PC produz seu quarto autorreparo (R₄) - *aliás através de viés erudito* (linha 21), ressaltando a natureza reformuladora do enunciado ao empregar o termo **aliás** no início dessa unidade entoacional. Não podemos afirmar que as ações gestuais de Ângelo tenham contribuído para a ação reparadora de PC, porém notamos que a repetição dos padrões de ações executadas pelos participantes novamente ocorre nesse evento de autorreparo.

Durante a produção de PC de [aliás atra]vés de viés eru[dito] (linha 21), Ângelo direciona seu olhar para PC (Figura 57, foto 21.1) para logo em seguida retornar à posição *default* (Figura 57, foto 21.2). Tal como fizera no reparo anterior (R₃), ao olhar para PC, Ângelo parece demonstrar algum interesse por esse novo reparo de PC (Figura 57, foto 21.1), ao direcionar a sua atenção à parte fundamental do enunciado de PC - [aliás atra]vés de viés eru[dito] (linha 21). Novamente há uma pausa de 1.9 segundos (linha 22) que se segue após o reparo. Aos 0.5 segundos dessa pausa, Ângelo direciona rapidamente o olhar para PC, inclina sutilmente seu tronco para frente e abre ligeiramente a sua boca (Figura 57, foto 22.1), fazendo menção de que iria tomar a palavra, mas, imediatamente interrompe essa ação, retomando a sua postura *default*.

Vejamos a Figura 58 que mostra o prosseguimento da interação.

Figura 58: Unidades entoacionais (21-27) de PC e algumas das ações faciais de Ângelo.

Durante a pausa de 1.9 segundos (linha 22), Ângelo sinaliza que quer tomar a palavra ao direcionar o olhar para PC, inclinar ligeiramente o tronco para frente e abrir a boca (Figura 58, foto 22.1), mas interrompe sua ação e retorna à posição *default* (Figura 58, foto 23.1), assim que PC produz com [isso a criação de uma orquestra (.)] (linha 23). Quando PC finaliza a produção de [com isso a criação de uma] orquestra [(.)] (linha 23), Ângelo direciona seu olhar para PC (Figura 58, foto 23.2). Há uma micropausa (linha 23). Após essa micropausa, PC acrescenta *apesar de ser música de tradição oral* (linha 24). Ângelo mantém o olhar direcionado para PC até que PC conclua sua explanação sobre o Movimento Armorial (linhas 24-27). Assim que PC produz [porque era] armo[ial] (linha 27), Ângelo produz um aceno de cabeça (*nod*) e, ao final do enunciado de PC, retorna à sua postura *default* (Figura 58, foto 27.1). Durante toda essa sequência de reparos, esse aceno de cabeça (*nod*, linha 27) é o primeiro gesto de anuência de Ângelo, fornecendo um *feedback* a PC. Dando prosseguimento à sua fala, PC inicia um novo tópico, discorrendo sobre o Movimento Mangubeat (linhas 28-30), apresentando alguns contrastes entre os dois movimentos.

Vejamos o Quadro contrapondo os cinco autorreparos para analisarmos as diferenças e semelhanças entre eles, observando, assim, como autorreparos também podem ser ações responsivas do falante às ações gestuais produzidas pelo coparticipante interacional e não apenas ações do falante sem qualquer interferência do coparticipante, sendo produzidas sob vontade e responsabilidade do falante, como aponta grande parte da literatura sobre autorreparos. Nossos exemplos parecem levar à conclusão que não só os reparos iniciados e/ou

levados a cabo pelo outro, mas também os autorreparos podem apresentar a participação, ativa e efetiva, do coparticipante, já que parecem ter sido produzidos como respostas às manifestações gestuais do participante, sinalizando que há um problema interacional.

Quadro 2: Comparação entre as ações gestuais de Ângelo ocorridas durante a produção de autorreparos de PC

Reparo	PC	ÂNGELO	
R1	1 então o Movimento Armorial é mov-	posição default	
	2 → é um movimento encabeçado pelo escritor Ariano Suassuna		
R2	8 ti tiveram dois grupos que foram muito importantes como o-	ti tiveram dois grupos que fo	posição default
		[fo]ram muito importantes	olha para PC
		como o-	retorno à posição default
	9 → no Movimento Armorial	no Movimento Armorial	posição default
R3	12 éh (.) o Movimento Armorial vem da heráldica	heráldica	olha para PC
	13 a ideia principal de Ari-	a ideia principal	olha para PC + franze as sobrancelhas
	14-16 → heráldica que é a ciência que estuda aa os escudos brasões e vem disso (1.6)	heráldica que é a ciência que estuda aa os escudos brasões e vem disso (1.6)	olha para PC
	17 a ideia de Suassuna era de unir o popular com o tradicional	a ideia de Su	retorno à posição default
R4	17-19 a ideia de Suassuna era de unir o popular com o tradicional a tradição oral ao seu passado ibérico à cultura trovadoresca (.) ibérica	a ideia de Suassuna era de unir o popular com o tradicional a tradição oral ao seu passado ibérico à cultura	posição default
		trovadoresca (.)	olha para PC
		ibérica	retorno à posição default + abano de cabeça
	20 e colocar num num a-	e co	abano de cabeça + vira e inclina a cabeça para a esquerda + desvio do olhar para a esquerda
	21 → aliás através de viés erudito	vés de viés eru	olha para PC
		dito	retorno à posição default
	22 (1.9)	(0.5)	olha para PC + inclina o tronco para frente + abre a boca
		(1.4)	posição default

R5	23 com isso a criação de uma orquestra (.)	com isso a criação de uma	posição <i>default</i>
	24-27 → apesar de ser música de tradição oral com a criação de uma orquestra e depois de um grupo camerístico porque era armorial	orquestra (.) apesar de ser música de tradição oral com a criação de uma orquestra e depois de um grupo camerístico porque era	olha para PC
		armorial	aceno de cabeça (nod) + retorno à posição <i>default</i>

Analisando os dados no Quadro 2, observamos que Ângelo não modifica sua postura *default* durante o primeiro autorreparo de PC. Entretanto, os outros quatro autorreparos de PC ocorrem sempre após Ângelo mudar de ação gestual. Notamos igualmente que a progressão interacional acontece quando Ângelo novamente muda sua ação gestual. A recorrência nos comportamentos de PC (produzir um autorreparo após Ângelo sair da posição *default* e olhar para ele) e Ângelo (sair da posição *default* e retornar a ela), portanto, nesses quatro autorreparos é nítida. O que ocorre de diferente são as ações gestuais de Ângelo no intervalo entre sair da posição *default* e retornar a ela.

No segundo reparo (R₂), Ângelo olha rapidamente para PC durante a produção de parte do enunciado verbal de PC para logo em seguida desviar novamente seu olhar. Assim que Ângelo olha para PC, PC interrompe seu enunciado (linha 8) e produz um reparo especificando que os dois grupos que foram importantes no movimento artístico referiam-se ao Movimento Armorial (linha 9). Essa ação explicativa de referencialidade de PC não promove nenhuma mudança de comportamento em Ângelo que continua a olhar para o chão. Sendo assim, parece-nos que essa ação de Ângelo não é uma ação sinalizadora de possível problema interacional, mas sim um *feedback* para demonstrar a PC que ele está acompanhando a sua explanação.

Em relação ao terceiro reparo (R₃), Ângelo olha para PC assim que PC finaliza a sua produção do termo **heráldica** (linha 12) e, ainda olhando para PC, franze suas sobrancelhas. Tal como no reparo anterior (R₂), após a ação de Ângelo olhar para PC, PC interrompe a trajetória de seu enunciado (linha 13) e produz um reparo explicando o significado de heráldica. Diferentemente do reparo anterior (R₂), Ângelo permanece olhando para PC durante toda a explicação sobre o significado de heráldica. Após o enunciado reparador, há uma pausa de 1.6 segundos na qual ambos os participantes sustentam o olhar um em direção ao outro. Acreditamos que essa ação dos participantes ocorre por razões diferentes. PC parece dar a oportunidade de Ângelo se manifestar para sanar algum vestígio de problema e Ângelo, por sua vez, parece esperar para ver se PC agregará algo à explicação sobre a heráldica. Após a pausa,

PC retoma a palavra, retomando, igualmente, a trajetória enunciativa anterior de esclarecer a ideia de Ariano Suassuna sobre o Movimento Armorial (linha 17). Assim que PC inicia esse enunciado retomando a trajetória anterior, Ângelo volta à posição *default* de olhar para o chão.

Em relação ao quarto reparo (R₄), vemos que Ângelo olha para PC em determinado termo (**trovadoresca**) e mantém seu olhar durante a micropausa na fala de PC. PC produz um reparo de especificação de referencialidade (**ibérica**) e antes mesmo que o finalize, Ângelo já agrega outras ações gestuais (*headshakes*, desvio de olhar, inclinação e virada da cabeça para a esquerda) que parecem sinalizar que o reparo de PC não está indo na direção “correta”. PC interrompe, mais uma vez, seu enunciado e promove nova tentativa de reparo. Ângelo, por sua vez, volta a olhar para PC, mas retorna rapidamente à sua posição *default*. Novamente vemos uma pausa (1.9 segundos) durante a qual, Ângelo esboça ações gestuais (olhar para PC, inclinar o tronco para frente e abrir ligeiramente a boca) que podem ser uma sinalização de que gostaria de tomar a palavra, embora não o faça.

No quinto reparo (R₅), observamos o olhar de Ângelo em direção a PC assim que ele produz o termo **orquestra**. Há uma micropausa após essa sinalização de Ângelo e novamente PC produz um enunciado reparador. Ângelo permanece olhando para PC durante a produção de vários enunciados. Ao final do reparo, Ângelo agrega um aceno de cabeça (*nod*), parecendo sinalizar que o reparo fora eficaz, uma vez que PC estabeleceu a relação entre a **cultura trovadoresca** de tradição oral e a **orquestra** como tradição erudita. Logo em seguida, Ângelo retorna à posição *default*.

Contrastando, então, os quatro últimos reparos, notamos uma recorrência nas ações dos participantes. Embora o comportamento de PC não nos assegure que foram as ações gestuais de Ângelo que desencadearam os seus autorreparos, podendo essa organização sequencial não ter passado de coincidência, pela recorrência no comportamento dos dois participantes e pela sincronização de suas ações, parece-nos que podemos inferir que os quatro últimos autorreparos parecem ter sido produzidos como ações responsivas às manifestações gestuais de Ângelo.

Em resumo, neste excerto da interação PC-Ângelo vimos como uma análise multimodal pode modificar o entendimento tradicional sobre os autorreparos. Diferentemente do que é usual na literatura sobre autorreparos, que entende, grosso modo, os autorreparos como estratégias sob a responsabilidade do falante sem qualquer (ou mínima) influência do coparticipante, vimos que as ações gestuais do coparticipante podem “interferir” na produção dos enunciados do falante, eliciando os autorreparos como respostas a essas ações gestuais.

Neste excerto temos um exemplo de autorreparo “tradicional” e quatro exemplos de autorreparos que parecem ser ações responsivas às ações gestuais de Ângelo, sendo que em um

deles as ações gestuais de Ângelo parecem ter sido apenas ações de *feedback*, enquanto, nos outros três, elas parecem ser sinalizações de problemas interacionais. Vimos como as ações gestuais de Ângelo, tais como a mudança na direção do olhar, associada a outras ações gestuais, serviram para sinalizar a PC que possíveis problemas estavam em processo de formação na cena interacional. Vimos também como a manutenção do olhar de Ângelo em direção a PC durante a produção do enunciado reparador serviu para sinalizar que a solução do problema parecia ter sido atingida, indicando, assim, que, talvez, o autorreparo fora um reparo de sucesso. A análise deste excerto de autorreparos deixa evidente como é fundamental a investigação do momento no qual as ações gestuais do coparticipante foram produzidas e as múltiplas dimensões semióticas que foram mobilizadas pelo participante para podermos realizar uma interpretação mais acurada dos desdobramentos interacionais.

Na análise dos episódios de autorreparos tanto da interação PC-Ângelo como nas outras análises que efetuamos nesta tese, vimos que a gestualidade do coparticipante, sinalizando os possíveis problemas e dando a oportunidade ao falante de promover enunciados reparadores, parece ser uma estratégia recorrente em eventos de autorreparo. Entendemos que essa sinalização gestual do coparticipante é uma estratégia que auxilia os participantes na busca por uma interação mais harmoniosa no sentido de uma progressão mais fluida.

5.7 RESUMO

Neste capítulo mostramos microanálises multimodais de seis excertos de interações diádicas, enfatizando, sobretudo, o papel da gestualidade, e mais especificamente as ações faciais, para a progressão interacional. Mostramos como a análise multimodal apresenta informações que ficam apagadas da análise que leva em conta apenas a modalidade verbo-vocal. Evidenciamos também que há um deslocamento temporal no entendimento das ações dos participantes quando consideramos apenas a modalidade verbo-vocal. Vimos como é difícil classificar os episódios de desacordo dentro de um único fenômeno, uma vez que as ações podem assumir diferentes funções concomitantemente como por exemplo, junto com um pedido de desculpas também podemos embutir um desafio.

Na primeira análise, o excerto “*ah não faz essa cara*” da interação Rosê-Gerson, vimos que Gerson, num primeiro momento, não parece aceitar a reponsabilidade pelo seu ato transgressor – a sua “cara”. Contudo, ao longo da progressão do episódio de desacordo, por várias vezes, mediante autorreparos, Gerson tenta justificar a sua posição, buscando promover os ajustes necessários para que a interação se desenvolvesse de forma mais fluida e harmoniosa

possível. Entretanto, observamos que Rosê não aceita pacificamente as explicações de seu esposo. Ao final, ela acaba por alterar a trajetória de seus enunciados, pondo fim ao episódio de desacordo entre eles. Vimos como as ações gestuais do coparticipante realizadas durante o turno do falante nessa interação parecem ter realizado papel crucial para a identificação de possíveis problemas e para as tentativas de autorreparo de Gerson.

Na análise do excerto “*não entendi o teu risinho*” da interação Luciana Genro-Eduardo Jorge, vimos que, devido às contingências restritivas da situação, os participantes não puderam responder prontamente aos problemas gerados na cena interativa. Vimos que as ações gestuais do coparticipante, realizadas em possíveis pontos de completude de turno do falante, parecem ter sinalizado que havia problemas na interação. Entretanto, como nem Eduardo nem Luciana promoveram ajustes no momento que o coparticipante sinalizou gestualmente a existência do problema, esses problemas interacionais foram colocados verbalmente em cena na primeira oportunidade de fala. Diferentemente de Gerson, notamos que Eduardo não parece aceitar a culpa pelos atos transgressores apontados nas reclamações de Luciana em nenhum momento, mesmo que no primeiro evento se mostre constrangido com a situação. Em ambos os episódios de reclamação ocorridos na interação dessa díade, ele deixa evidente que não acredita que Luciana possa tornar-se Presidente da República, nem que ela possua capacidade intelectual para responder aos problemas da nação de forma racional e eficaz. Apesar de ambos os episódios se encerrarem com uma anuência verbal de Eduardo - descumprindo com essa manifestação verbal as regras do debate - em relação à argumentação de Luciana, as ações gestuais dele não demonstraram essa mesma afiliação.

No excerto “*é por isso que você não lembra das coisas depois*” da interação do casal Rosê-Gerson, ficou evidenciado como uma única ação gestual pode ser responsável pela ativação da ação responsiva do outro, enquanto em outros momentos foi preciso que houvesse a mobilização de variadas ações gestuais. Observamos também que uma mesma ação gestual pode assumir diferentes funções, contribuindo de maneira variada para a construção da interação social. Nessa interação evidenciamos como a manutenção da ação gestual na cena interacional parece ter o papel de sinalizar ao outro que ações reguladoras são necessárias para que a interação retorne ao caminho da harmonia ou para sinalizar que as ações reparadoras não parecem ir na direção esperada pelo outro.

No excerto “*eu nun sei se eu boto muita fé na escola pública*” da interação Júlia-João Paulo, vimos como o corpo inteiro participa da construção interacional, mesmo os participantes estando sentados. Nesse excerto fica evidente como a *blank face* parece ser uma ação facial que “perturba” a cena interacional. Júlia parece promover várias reformulações em seus enunciados

tomando a falta de *feedback* de João Paulo, sinalizada por sua *blank face*, como uma indicação de problema interacional. O excerto “*ah não não é pernambucano*” da interação Emerson-Renê, mostra-nos como uma mesma estratégia – reparo iniciado pelo outro – pode servir tanto para dar início a um episódio de desacordo quanto para promover o encerramento de sucesso desse episódio.

No excerto “*o Movimento Armorial vem da heráldica*” da interação PC-Ângelo, mostramos como os autorreparos precisam ser melhor investigados e descritos; pois pudemos observar que eles não podem ser descritos apenas como ações de responsabilidade a cargo do falante, como é o entendimento tradicionalmente colocado na literatura. Mostramos como os autorreparos também podem ser eliciados em resposta às ações gestuais do coparticipante e, para interpretarmos se o autorreparo é de natureza corretiva de produção sobre o próprio enunciado do falante - o falante percebe que cometeu um equívoco em sua produção enunciativa ou quer reformular o seu enunciado - ou se é uma ação responsiva à uma sinalização gestual do coparticipante de problema interacional, precisamos verificar cuidadosamente o momento no qual a ação gestual do coparticipante foi realizada durante o turno do falante, que tipo de ação gestual o coparticipante realizou e se elas foram visíveis para o falante.

Nas análises efetuadas, portanto, observamos que os ajustes interacionais parecem ser fortemente influenciados pelas ações gestuais do coparticipante produzidas durante o turno verbal do falante ao sinalizarem possíveis problemas na sequência interacional. Notamos que o monitoramento e a interpretação das ações gestuais podem resultar em alterações nas trajetórias projetáveis dos enunciados do falante, mostrando como a interação é um trabalho conjunto e colaborativo e como a construção do turno de um participante é realizada com a “participação” do outro parceiro interacional.

Apesar de ser difícil comprovar que as ações gestuais do coparticipante produzidas durante o turno verbal do falante influenciam as suas ações subsequentes, vimos que é possível fazer essas inferências, principalmente quando investigamos o momento no qual os coparticipantes produziram suas ações gestuais e os entendimentos demonstrados pelo falante nas ações seguintes. Ao analisarmos esses momentos, notamos que as ações gestuais dos participantes servem para sinalizar suas atitudes, seus posicionamentos frente às ações do outro. Observamos que elas também auxiliam os participantes a “eleger” que tipo de ação pode ser atribuída para determinado ato de fala, ajudando no enquadramento e na atribuição da ação que está em processo de se formar na cena interacional. Mais especificamente, observamos que as ações gestuais do coparticipante produzidas em possíveis pontos de completude do turno do falante parecem ser tomadas pelos falantes como ações da discordância que está em processo

de formação e não como pré-ações sinalizadoras da possível discordância verbal vindoura. Esse entendimento deve-se ao fato de observarmos que, em todos os excertos analisados, houve a prática recorrente do falante suspender a sua trajetória de fala para promover ajustes na interação logo após as ações gestuais do coparticipante terem sido postas na cena interacional. Nesse sentido, se as ações gestuais parecem ser suficientes para promover ajustes interacionais, elas não devem ser entendidas como pré-ações. Pré-ações implicam que a “verdadeira” ação ainda não ocorreu. O entendimento dos participantes não parece ser nessa direção. Eles parecem tomar essas ações como ações em si que merecem ações responsivas concernentes. O fato de essas ações gestuais do coparticipante poderem ser entendidas como ações minimamente comprometidas, uma vez que não implicam que ele seja obrigado a produzir ações verbais futuras - ainda que quando as faça deva promover a relevância dessas ações - não implica dizer que essas ações gestuais sejam apenas pré-ações. Se elas parecem ser suficientes para eliciar respostas e ajustes interacionais, elas são ações em si que atuam na progressão interacional. Acreditamos que os pesquisadores que as nomeiam como pré-ações, ainda estão vinculados, de alguma forma, ao entendimento de que há a supremacia da língua verbal sobre as demais modalidades. Nosso entendimento é no sentido de essas ações analógicas serem propícias para “agilizar” a progressão interacional, já que o coparticipante pode abdicar do momento de desacordo mais facilmente do que se tivesse realizado o desacordo verbal.

Neste capítulo, vimos, portanto, como investigar minuciosamente as ações gestuais em relação ao momento nos quais elas foram produzidas, a sua localização dentro da organização sequencial e as pré-condições existentes na interação são fundamentais para que possamos entender a complexidade do que ocorre na progressão interacional momento a momento. Nesse sentido, para que haja o entendimento do papel das ações gestuais e seus possíveis significados durante a progressão interacional é fundamental que prestemos atenção não só aos momentos nos quais essas ações foram produzidas, mas também às consequências que elas podem ter gerado na cena interacional. Como nem sempre a referencialidade das ações gestuais é topicalizada ou deixada evidente no desenrolar da interação, o sinal que o analista dispõe é investigar cuidadosamente o momento de produção das ações gestuais e os possíveis entendimentos que os participantes disponibilizam em suas ações subsequentes.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta tese vimos como a interação face a face é inerentemente multimodal, sendo organizada pela mobilização de múltiplas dimensões semióticas com temporalidades e sequencialidades específicas que atuam simultaneamente durante a progressão interacional. Nesse sentido, os participantes se orientam para aspectos multimodais e não apenas para turnos de fala para realizar suas ações conjuntas. Os recursos multimodais mobilizados pelos participantes são, portanto, constitutivos das ações e devem ser levados em consideração para que se possa compreender o que está ocorrendo na interação momento a momento.

Utilizando as noções teórico-metodológicas da Análise da Conversa (AC) e dos Estudos dos Gestos (EG), mostramos episódios de desacordo em alguns excertos de conversas face a face, realizadas por díades de falantes nativos de português brasileiro com variados graus de intimidade, destacando, por meio de microanálises sequenciais dessas interações, como os participantes interacionais se orientam para a construção dos episódios de desacordo, mobilizando recursos multimodais.

Os episódios de desacordo foram identificados como ações marcadas que, de alguma forma, suspenderam o curso da ação em andamento para que ajustes fossem realizados até que a atividade anterior fosse retomada (ou não). Contudo, um dos primeiros problemas que se impôs foi como identificar que existe um desacordo? Geralmente tomamos esse entendimento como já estabelecido sem nos preocuparmos que a constituição de uma ação não é um dado posto *a priori*, mas sim construído momento a momento durante o desenrolar da interação. Não basta que um participante assuma que seus enunciados são claros para o outro, é preciso que o coparticipante demonstre que entendeu o que o outro está realizando com aquela ação. Nesta tese, investigamos como as modalidades do comportamento humano trabalham conjuntamente para constituir cursos de ação coerentes e relevantes para a progressão interacional. As análises apresentadas documentam variadas formas nas quais os participantes se valem de recursos semióticos diversos tais como a fala, a direção do olhar, as ações faciais, os movimentos de cabeça, os gestos manuais, a orientação do corpo etc. para compor, analisar e projetar a trajetória interacional das atividades em curso colaborativamente. Nesse sentido, vimos que as ações gestuais parecem auxiliar os participantes no processo de enquadramento da ação que está em processo de formação na cena interacional.

Para realizarmos a nossa investigação, tal como os participantes engajados na interação que buscam fazer sentido das ações uns dos outros, orientamo-nos pela assertiva de Schegloff e Sacks (1973) a respeito de os participantes de qualquer interação monitorarem o curso da

produção de turnos de fala em relação à *ação* que os falantes estão fazendo (ou buscando fazer), por meio de cada turno, tendo como questões norteadoras desse monitoramento as indagações “por que isso agora?” e “o que vem a seguir?”. No entanto, tivemos que expandir essa atitude para englobar as ações gestuais. Sendo assim, além de nos indagarmos sobre o que determinada fala estava fazendo naquele aqui e agora, acrescentamos as questões – “por que essa ação gestual foi disparada agora?”, “para que serve essa ação gestual?” e “quais as implicações dessa ação gestual na progressão interacional?”.

Tendo essas questões em mente, observamos que muito mais trabalho e esforço precisam ser empreendidos pelos analistas da conversa para tentar entender como os participantes compreendem o que “*estamos fazendo agora*” quando se agregam os recursos gestuais nessa empreitada. O falante produz uma sequência de fala usando uma estrutura complexa composta pela mobilização dos recursos das múltiplas dimensões semióticas enquanto monitora as ações vocais e/ou gestuais do coparticipante, tentando extrair sentido dessas ações para poder se organizar para as suas ações responsivas vindouras. Por sua vez, o coparticipante também monitora essa estrutura complexa realizada pelo falante durante seu turno multimodal para tentar extrair sentido para se preparar para suas ações vindouras. Ao longo desse processo de monitoramento, ele vai sinalizando ao falante qual é seu entendimento a respeito das ações do falante por meio de ações vocais e/ou gestuais, demonstrando, portanto, sua posição frente às ações do falante e projetando um possível ponto de completude na fala do outro. O monitoramento mútuo e sistemático das estruturas complexas emergentes realizado pelos participantes momento a momento durante a progressão interacional é que permite aos parceiros interacionais colocar no momento apropriado (ou não) sua produção específica de formas de ação que são ligadas em sutis detalhes com a ação do outro. O processo de trabalho distribuído que cria um todo maior do que a soma das partes é visível nas análises apresentadas. O fato que tal trabalho colaborativo seja possível de ser atestado nas interações de forma multimodal demonstra que o comportamento humano não é simplesmente o resultado de um fenômeno psicológico de mentes individuais, mas sim o resultado de práticas interacionais públicas que constituem a organização social humana (e.g. GOODWIN, C., 1981, 2002, 2007, 2013). As estruturas verbais, vocais e gestuais não são meramente estruturas de processos cognitivos individuais, mas sim estruturas publicamente visíveis que os participantes podem ver e agir sobre elas (e.g. HAYASHI, 2005).

Nesse sentido, ao analisarmos as interações levando em conta a sua complexidade multimodal, algumas perguntas ao longo da pesquisa foram surgindo. Apresentamos a seguir essas indagações, assim como as possíveis respostas que obtivemos pela análise dos dados.

1. *É possível observar evidências que indiquem que as ações gestuais contribuem para o surgimento, a organização de episódios de desacordo?*

A nossa resposta a essa indagação é afirmativa. Não só é possível dizer que há evidências como alguns pesquisadores já descrevem esse entendimento como, por exemplo, na pesquisa de Kaukomaa, Peräkylä e Ruusuvuori (2014), apresentando como as ações faciais de franzir as sobrancelhas, no intervalo entre os turnos, são uma ação iniciadora de turno que sinaliza um possível problema interacional ou no estudo desses mesmos pesquisadores (2015), mostrando como os coparticipantes se valem de ações faciais para tentar influenciar uma mudança de posição, de atitude do falante. Nos nossos dados observamos diversas ocorrências que evidenciam que as ações gestuais contribuem para a organização de episódios de desacordo.

Nos seis excertos analisados há várias ocorrências dessa natureza, por exemplo no excerto “*ah não faz essa cara*” da díade Rosê-Gerson, vimos como as ações faciais de Gerson – franzir as sobrancelhas, puxar o canto esquerdo dos lábios para trás, virar e inclinar a cabeça para a esquerda, projetar o queixo (ou a cabeça) para cima, produzir os gestos manuais de palmas das mãos voltadas para cima e o gesto-guilhotina (Figura 19, fotos 3.1-4; 4.1-2) - compuseram a oposição inicial que marcou o episódio de desacordo tendo os enunciados de Rosê – *eu fico um pouco assim / ai meu Deus será que eu vou entender tudo / tô um pouco preocupada com-* (linhas 1-3) - como o evento inicial que disparou o episódio de desacordo entre o casal. Igualmente, vimos as estratégias que Rosê utilizou – interrupção de enunciado verbal (linha 3) e a ação gestual de franzir as sobrancelhas (Figura 19, foto 3.1) para sinalizar ao esposo que não estava concordando com a sua “*cara*”. Além disso, vimos também nesse excerto de desacordo que as ações vocais e/ou gestuais de Rosê parecem ter contribuído para os autorreparos de Gerson, apesar de Gerson não ter verbalizado explicitamente que foram as ações gestuais de sua esposa que o levaram a promover seus autorreparos. Contudo, o momento no qual as ações gestuais de Rosê foram produzidas e o desenrolar da sequência interacional contribuem para que possamos ter esse entendimento. No excerto “*não entendi o teu risinho*” da díade Luciana Genro-Eduardo Jorge, vimos como a risada de Eduardo (Figura 26, fotos 1.1, 2.1, 3.1; Figura 27, fotos 10.1-3) associada ao seu enunciado – *quais as quatro áreas que você / se fosse presidente / precificaria o carbono/ como?/ e por que?* (linhas 9-13) – foi o evento inicial do episódio de desacordo que desencadeou a oposição inicial de Luciana em forma de reclamação – *Eduardo/ eu não entendi o teu risinho / quando perguntaste se eu fosse presidente / eu posso sim ser presidente* (linhas 14-17). Nesses dois excertos, temos a nomeação explícita das ações gestuais como ações que promoveram o desacordo entre os participantes.

No excerto “*é por isso que cê não lembra das coisas depois*” da díade Rosê-Gerson, vimos como as ações gestuais de Gerson - inclinar a cabeça para a esquerda, virá-la para a direita, mostrar a língua, apertar o lábio inferior sobre o superior e produzir um sorriso não-Duchenne de lábios fechados (Figura 38, fotos 30.1-4; 31.1-3) - logo após ele ter finalizado seu enunciado verbal – *então já viu né* (linha 30) – parecem ter servido para confirmar que ele tomara os enunciados precedentes de sua esposa como uma crítica pessoal (linhas 16), levando Rosê, em seguida, a produzir um enunciado elogioso a ele, dando início, assim, ao encerramento do episódio de discordância. No excerto “*eu num sei se eu boto muita fé na escola pública*” da díade Júlia-João Paulo, observamos que a *blank face* de João Paulo (Figura 40, foto 1.1) durante vários enunciados de Júlia parecem ter contribuído para que ela fizesse várias reformulações em seus enunciados. No excerto “*ah não é pernambucano*” da díade Emerson-Renê, vimos como um reparo de Renê – *Guerra Peixe não é pernambucano* (linha 5) – desencadeou o episódio de desacordo, levando Emerson a desculpar-se pelo lapso de sua competência (linha 7), mas, ao mesmo tempo, por meio de suas ações gestuais (Figura 48, foto 6.1; Figura 49, fotos 7.1, 9.1, 10.1-2), a desafiar Renê a produzir soluções para o seu reparo. Finalmente, no excerto “*o Movimento Armorial vem da heráldica*” da díade Ângelo-PC, vimos como as ações gestuais de Ângelo produzidas durante a fala de PC, parecem ter levado PC a produzir diferentes autorreparos. Sendo assim, podemos afirmar que, nos nossos dados e pelas nossas análises, há evidências que corroboram que a gestualidade dos participantes contribui para a organização de episódios de desacordo, seja como evento iniciador das sequências, seja como ação de oposição inicial, seja como ação de contra-argumentação, seja como ação que auxilia na promoção do encerramento dos episódios.

2. É possível identificar se as ações gestuais realmente pertencem aos enunciados multimodais de discordância?

Responder essa questão de forma satisfatória não é tarefa fácil, sobretudo devido ao fato de as ações gestuais não servirem a funções excludentes do tipo isso ou aquilo. As descrições realizadas nesta tese, mostram que a gestualidade pode servir a múltiplos propósitos concomitantemente. Por exemplo, no excerto “*ah não faz essa cara*” da díade Rosê-Gerson, vemos como Rosê, ao mesmo tempo que produz uma vocalização **hum** (linha 13) em concomitância às ações gestuais de balançar a cabeça para direita e esquerda, de apresentar lábios em configuração de “bico” e de ferradura, de levantar as sobrancelhas e de olhar para cima e para a esquerda (Figura 22, fotos 13.1-3) que parecem reatualizar a sua dúvida (Figura 21, foto 11.3) em relação ao enunciado precedente de seu esposo (linha 11), produz um aceno

de cabeça (linha 13) que parece sinalizar que concorda com o novo enunciado (ou parte dele) em andamento de seu esposo (linha 12).

Apesar dessa multifuncionalidade que as ações gestuais parecem ter, notamos que também há indícios que nos permitem levantar a possibilidade de entendermos que as ações gestuais podem ser descritas como ações que efetivamente compõem as sequências de enunciados multimodais de discordância. Dentro dessa perspectiva, precisamos separar as ações gestuais produzidas pelo falante e as ações gestuais produzidas pelo coparticipante.

Em relação às ações gestuais do coparticipante, pela observação das interações que compõem o *corpus* desta tese, notamos que, grosso modo, quando o coparticipante realiza ações gestuais durante o turno verbal do falante, essas ações parecem ser sinalizações de sua posição frente às ações que o falante está em processo de construção com sua fala ou às ações precedentes do falante. Parece-nos que são ações que sinalizam a discordância do coparticipante em relação a algo que está sendo dito naquele ou em momentos anteriores próximos. Contudo, como podemos assegurar que são ações gestuais constitutivas dos enunciados multimodais de discordância e não ações gestuais de *feedback*?

O primeiro indício para essa distinção parece ser o fato de, na maioria das vezes, os participantes empregarem ações gestuais associadas à negatividade. O segundo indício refere-se ao momento de produção dessas ações gestuais. Por exemplo, no excerto “***o Movimento Armorial vem da heráldica***” da díade Ângelo-PC, vimos que nos momentos que Ângelo sai da sua posição *default* e olha para PC, PC interrompe seu enunciado e produz um autorreparo. No segundo evento de autorreparo, vemos que Ângelo não produz sua ação gestual em um ponto relevante de transição (TRP) da fala de PC. Pelo enquadramento interacional – o tema era o Movimento Armorial e o fato de ambos os participantes serem músicos – o TRP da fala de PC estaria em um momento anterior ao momento no qual Ângelo realizou sua ação gestual de olhar para PC (Figura 55, fotos 8.1-2). Além disso, Ângelo logo retorna à sua posição *default*, sem agregar nenhuma outra ação gestual como fizera antes dos outros eventos de autorreparos de PC ocorrerem. Na situação do evento do segundo autorreparo, portanto, vemos que a ação gestual de Ângelo parece ter sido um *feedback* continuador e não uma ação sinalizadora de problema interacional. Sendo assim, notamos que as ações do coparticipante que sinalizam a existência de possíveis problemas interacionais não ocorrem em qualquer momento da interação, mas sim em momentos específicos. Observamos que, grosso modo, essas ações ocorrem de três maneiras: (a) em TRPs do turno verbo-vocal do falante; (b) em pontos próximos à fonte do problema; ou (c) quando há a persistência da ação gestual do coparticipante por vários enunciados do falante.

Em relação à sinalização ser em TRPs, citamos como um dos vários exemplos apontados nesta tese, a ocorrência no excerto “*eu num sei se eu boto muita fé na escola pública*” da díade Júlia-João Paulo, quando JP declara que o projeto de Júlia poderia acontecer numa biblioteca (linhas 38-39), Júlia se opõe gestualmente ao apertar o lábio superior sobre o inferior (Figura 46, foto 39.1), exatamente no momento que JP produz *bibliote*[ca], indicando que sua posição a respeito de preferir que seu projeto fosse realizado numa escola pública ainda era a posição que prevalecia naquele momento. No excerto “*não entendi o teu risinho*” da díade Luciana Genro-Eduardo Jorge, temos igualmente uma ocorrência de sinalização em TRP, quando Luciana declara *eu posso sim ser presidente*, Eduardo já inicia sua demonstração de constrangimento-divertido (Figura 29, foto 17.2), assim que ela produz *eu posso sim ser* [presidente] (linha 17), marcando que, embora constrangido, ainda tomava a ideia de ela vir a ser presidente do Brasil risível (Figura 29, fotos 17.1-3; 18.1; 20.1).

No tocante à sinalização ser próxima à fonte do problema podemos citar um exemplo no excerto “*ah não é pernambucano*” da díade Emerson-Renê, quando vimos como Renê “esperou” que Emerson acrescentasse o nome de outro artista (linha 3) para só então produzir um enunciado, sinalizando a fonte do problema (linha 5). No excerto “*o Movimento Armorial vem da heráldica*” da díade Ângelo-PC, temos esse mesmo tipo de comportamento. Ângelo “espera” para ver se PC não acrescentaria mais nada a respeito de o Movimento Armorial vir da heráldica, para só depois franzir suas sobrancelhas, sinalizando que havia uma perturbação na cena interacional (Figura 56, fotos 12.2; 13.1).

Nas análises fica evidente que cabe ao falante tentar identificar e compreender a referencialidade das ações gestuais de seu coparticipante e que nem sempre isso é uma tarefa fácil. Como apontam C. Goodwin (2000) e Kääntä (2014), as ações gestuais de desacordo servem para manifestar o tipo de avaliação que está sendo construído naquele momento referente a determinado ponto. Se o participante avaliado observar o comportamento visível do coparticipante, ele poderá entendê-lo como um evento significativo de natureza interacional que pode auxiliá-lo numa possível correção no curso da interação. Contudo, nem sempre a identificação do falante é eficaz. Observamos que quando o falante não identifica corretamente a referencialidade ou não promove ajustes na interação, há uma persistência da ação gestual do coparticipante na cena interacional que só é desmanchada quando: (a) ocorre o ajuste; (b) há um deslizamento no enquadramento tópico; (c) o coparticipante desiste do desacordo; ou, ainda, (d) o participante toma a palavra e verbaliza o problema.

Floyd et al. (2016), investigando as sequências de reparo, notaram a prática interacional de manutenção de uma ação gestual até que o reparo fosse efetivado. Pelos nossos dados,

parece-nos que essa prática interacional pode ser generalizada para outros episódios de desacordo. Exemplos de sinalização quando há uma persistência da ação gestual do coparticipante por vários enunciados do falante, temos na interação Rosê-Gerson, quando vemos os “bicos” de Rosê, tanto no excerto “*ah não faz essa cara*”, quanto no excerto “*é por isso que cê não lembra das coisas depois*”. No excerto “*eu num sei se eu boto muita fé na escola pública*” da díade Júlia-João Paulo, temos a *blank face* de JP mantida por vários enunciados de Júlia. No excerto “*ah não é pernambucano*” da díade Emerson-Renê, vemos Renê alisar seu cavanhaque por vários enunciados de Emerson.

Acreditamos que as ações gestuais do coparticipante durante o turno de fala do outro, além de serem as primeiras manifestações do desacordo que estão em processo de formação na cena interacional, servem para dar a oportunidade ao falante de reformular seus enunciados para que o problema em potencial não venha a ser verbalizado, tentando reestabelecer, assim, a harmonia na interação. Nesta tese, apresentamos vários exemplos que mostram como as ações gestuais do coparticipante parecem promover os autorreparos e reformulações dos enunciados do falante e como esses ajustes na trajetória da interação em curso foram suficientes para que a ação discordante do coparticipante fosse suspensa. Sendo assim, tentamos mostrar como essas ações gestuais do coparticipante servem para “agilizar” o andamento da interação, uma vez que tentam manter a fluidez da cena interacional ao evitar a suspensão da ação em curso para uma resolução de problema. Como várias pesquisas mostram e a nossa corrobora, a suspensão da ação para uma resolução de problema, quando este vem a ser verbalizado, demanda dos participantes um esforço extra e conjunto para que a nova ação – a resolução do desacordo – possa ser empreendida.

Nas nossas análises notamos que a gestualidade produzida pelo coparticipante durante o turno do falante, marcando a sua posição frente às ações do falante parece ter uma função diferente da gestualidade produzida pelo falante durante a própria fala. Lá, é uma gestualidade que sinaliza a oposição do coparticipante frente às ações precedentes ou em andamento do falante. Aqui, são ações gestuais que o próprio falante produz que parecem servir ao propósito de marcar a sua atitude frente à sua própria fala, comentando o próprio enunciado, ou de agregar significado ao conteúdo que está sendo veiculado, ou seja, acrescentar, complementar, substituir, ilustrar, enfatizar ou negar os significados veiculados pela modalidade verbo-vocal.

Apesar de podermos sinalizar essa distinção, as fronteiras que marcam as ações gestuais produzidas como falante ou como coparticipante não são nítidas. Por exemplo, no excerto “*é por isso que cê não lembra das coisas depois*” da díade Rosê-Gerson, vemos que Gerson “prolonga” seu turno verbal - *então já viu né* (linha 30) - com ações gestuais (Figura 38, fotos

30.1-4; 31.1-3) que agregam informações ao enunciado verbal que acabara de produzir. Como essas ações gestuais foram produzidas durante um silêncio, foi possível realizar tal entendimento. Contudo, caso Rosê já tivesse tomado a palavra, teríamos dificuldade em interpretar se essas ações gestuais de Gerson se refeririam à sua própria produção verbal, à sua posição frente ao novo enunciado em andamento de sua esposa, ou realizando ambas as funções, ou a um *feedback* continuador, ou, ainda, uma outra função qualquer. Nessa situação, como poderíamos identificar a referencialidade para essas ações gestuais de Gerson?

Nesta tese não encontramos ocorrências suficientes que pudessem nos ajudar a responder essa questão de maneira satisfatória. No entanto, pelos dados, parece-nos que podemos fazer a inferência de que as ações gestuais do falante anterior que são produzidas em pós-completude de seu turno verbal e que *não* são produzidas em TRPs do enunciado em andamento do falante-corrente parecem referir-se ao próprio enunciado do falante anterior. Caso contrário, ou seja, ações gestuais do falante anterior produzidas em pós-completude de seu turno verbal, mas que são produzidas e/ou iniciadas em TRPs do turno verbal do falante-corrente parecem que adquirem a função de sinalizar a posição do coparticipante frente às ações do outro, ou seja, passam a ser a prática recorrente que descrevemos nesta tese. Ressaltamos, porém, que a inferência apresentada aqui não deve ser tomada como uma prática generalizadora. É preciso investigar caso a caso como os participantes demonstraram seus entendimentos momento a momento.

Para tentarmos elucidar melhor nosso ponto, vejamos duas situações esquemáticas de interação diádica:

Situação 1:

		<i>Momento 1</i>	<i>Momento 2</i>	<i>Momento 3</i>
Participante
A	Fala		xxxxxxxxxxxxxx	
	Ações Gestuais	AG	[AG]	AG
Participante
B	Fala	xxxxxxxxxxTRPxx	xx-	xxxxxxx
	Ações Gestuais	[AG]	[]	[AG]

Situação 2:

		<i>Momento 1</i>	<i>Momento 2</i>	<i>Momento 3</i>
Participante
A	Fala		xxxxxxxxxxxxxx	xxxxxx
	Ações Gestuais	AG	[AG]	AG
Participante
B	Fala	xxxxxxxxTRPxx	xx-	xxxxxxxxTRPxx
	Ações Gestuais	[AG]	[]	[AG]

Na situação 1, caso as ações gestuais do participante A, no momento 3, sejam produzidas em algum momento diferente daquele da TRP do enunciado em andamento do participante B, há uma chance de essas ações gestuais de A estarem relacionadas ao seu próprio enunciado precedente ou serem um *feedback* continuador ou, ainda, realizarem alguma outra função. Na situação 2, também no momento 3, as ações gestuais de A foram iniciadas na TRP da fala em andamento do Participante B. Nesse caso, há a possibilidade de essas ações gestuais de A serem uma sinalização da sua posição frente ao enunciado do Participante B em processo de produção. Contudo, ressaltamos que essas inferências devem ser tomadas com cautela. É preciso haver mais investigação nesse sentido.

Nos nossos dados, tivemos as situações tais como as apresentadas no momento 1 das situações 1 e 2, ou seja, ações gestuais do participante A que foram produzidas em TRP da fala em andamento do participante B e cujos entendimentos demonstrados por B são assumir essas ações gestuais de A como tomadas de posição frente às suas ações (ações de B). Observamos, igualmente, ocorrências, tais como as esquematizadas no momento 2 das situações, isto é, ações gestuais do participante A produzidas durante seu turno verbal que agregaram sentido a seus enunciados. Tivemos ocorrências tal como no momento 3 da situação 1, ou seja, ações gestuais produzidas por A após ter finalizado seu turno verbal durante uma pausa entre o seu turno e o turno de B. Nessas situações, os entendimentos demonstrados pelos participantes foram que essas ações gestuais de A agregavam sentido ao próprio enunciado verbal de A. Mas nós não tivemos nenhuma ocorrência do momento 3 da situação 2, ou seja, ações gestuais do Participante A iniciada logo após concluir seu enunciado verbal, sendo coincidente com a TRP da fala do Participante B. Nesse caso, como poderíamos assegurar que as ações gestuais de A se referiam ao seu enunciado recém concluído ou a um *feedback* continuador ou à sua posição frente ao enunciado em andamento do Participante B? É nesse sentido que declaramos que é preciso que haja mais investigação de interações face a face com microanálises multimodais.

Só assim conseguiremos verificar se há práticas interacionais (ou não) que possam esclarecer essa dificuldade; verificar quais são as pistas (se é que as há) que os participantes colocam na cena interacional que podem auxiliar o outro a interpretar as ações gestuais. Talvez esses momentos sejam os momentos que são difíceis para qualquer indivíduo em interação social decidir o que fazer. Talvez a única prática interacional disponível para esses momentos seja a possibilidade de fazer um reparo logo em seguida caso o participante tenha se equivocado no seu entendimento a respeito das ações do outro.

Nas análises notamos que nem sempre as ações gestuais do coparticipante, sinalizadoras de problema, ocorrem exatamente durante a produção dos enunciados geradores de problema do falante, podendo ser produzidas em enunciados posteriores. Dessa forma, como podemos afirmar que determinada ação gestual do coparticipante foi a ação sinalizadora de problema? Na verdade, não podemos. Acreditamos que o falante também não pode, como vimos nos excertos analisados e que ficou mais evidente no excerto “*o Movimento Armorial vem da heráldica*”. Quando o participante decide que as ações gestuais do outro são ações sinalizadoras de problema, o que ele faz é selecionar um possível entendimento, realizar uma ação seguinte que lhe pareça concernente à situação e esperar para ver se o outro lhe fornece um retorno, sinalizando que ele “acertou” (ou não) a referencialidade, ou seja, que ele produziu a ação esperada. Quando esses ajustes interacionais obtêm sucesso, os participantes progridem na interação da maneira mais fluida possível. Por outro lado, quando o falante decide que as ações gestuais do outro não são ações gestuais sinalizadoras de problema ou, quando as interpreta como indicadoras de problemas, mas se equivoca na referencialidade, notamos que, nessas situações, o usual é que o problema seja verbalizado e que mais trabalho interacional tenha que ser realizado para a sua solução (ou não).

Postas essas considerações, a próxima pergunta que se impôs na nossa pesquisa referiu-se aos tipos de ações gestuais. Será que alguma gestualidade específica poderia auxiliar os participantes na tomada de decisão para estabelecer a referencialidade das ações gestuais em relação à sinalização de problemas?

3. Há alguma evidência que sinaliza quais são os tipos de ações gestuais que participam dos enunciados multimodais dos participantes nos episódios de desacordo?

A resposta a essa questão é negativa. Vimos que distintas ações gestuais podem realizar a tarefa. Observamos que pode ser uma única ação gestual ou a composição de diversas ações gestuais atuando concomitantemente. Não há regularidade. Vimos que podem ser abanos de cabeça (*headshake*), desvio de olhar, olhar fixamente para o falante, mostrar a língua, franzir

as sobrelhas, inclinar a cabeça, abaixar a cabeça, inclinar o tronco para frente, levar o tronco para trás, engolir em seco, fazer bico, realizar um gesto manual entre outras. Embora não haja regularidade nas gestualidades empregadas, notamos que existe uma recorrência das ações gestuais associadas à negatividade como a literatura da CNV já aponta. A diferença no nosso entendimento dessa recorrência é que, enquanto na CNV os pesquisadores atribuem um significado para essas ações *a priori*, aqui verificamos que essas gestualidades são empregadas *ad hoc*. Os seus significados só podem ser estabelecidos na interação. Justamente por não apresentarem significados *a priori* é que os participantes precisam tentar “acertar” a referencialidade das ações para poder interpretá-las. Se as ações gestuais já tivessem seu significado cristalizado, os “erros” do falante seriam mínimos e vemos que não é isso que acontece. As tentativas de ajustes interacionais são constantes.

Até o momento vimos que há evidências que nos permitem afirmar que as ações gestuais contribuem para a organização dos episódios de desacordo; que uma recorrência observada nos dados foi a de que os participantes realizam ações gestuais em TRPs dos enunciados em andamento do outro quando querem marcar suas posições frente as ações desse outro; que as ações gestuais servem para tecer comentários e agregar sentido aos próprios enunciados verbais dos participantes; e que não há nenhuma ação gestual específica para realizar essas tarefas, podendo ser efetuadas por apenas uma ação gestual ou pela composição de ações gestuais atuando concomitantemente. A questão que nos parece ser pertinente como próxima indagação a ser respondida diz respeito à função dessas ações gestuais em episódios de desacordo.

4. Há alguma evidência que sinaliza qual seria a função das ações gestuais dos participantes nos episódios de desacordo?

A resposta é afirmativa. Como já apontamos acima, pelas nossas análises, há evidências que nos levam a concluir que algumas das funções das ações gestuais dos coparticipantes produzidas durante o turno verbal do falante em episódios de desacordo são: (a) ser as primeiras ações dos desacordos que estão em processo de formação na interação; (b) dar ao falante a oportunidade de promover ajustes, agilizando assim a progressão interacional; e (c) auxiliar os participante a entender o enquadramento da ação em formação.

Em relação à primeira função, nosso entendimento é diferente do que é usualmente apresentado na literatura. Geralmente, os pesquisadores entendem as ações gestuais do coparticipante como pré-ações antecipatórias de possíveis enunciados verbais vindouros (e.g. SCHEGLOFF, 2007) no sentido de serem ações que preparam o ambiente para o enquadramento da “verdadeira” ação que virá a seguir; ou como ações prefaciais, introdutórias

de enunciados verbais de desacordo (e.g. KAUKOMAA; PERÄKYLÄ; RUUSUVUORI, 2014). Esses pesquisadores são relutantes em aceitar que o desacordo possa ser efetivado apenas pela modalidade gestual. Para eles, a ação gestual sinalizadora de desacordo não pode ser entendida como uma ação de discordância em si, sendo apenas uma ação antecipatória ou prefacial que oferece a oportunidade ao falante de promover ajustes interacionais antes que o enunciado verbal venha a ser efetivado.

Para Schegloff (2007), essas manifestações gestuais devem ser entendidas como pré-ações uma vez que não apresentam a capacidade de identificar por si próprias qual item especificamente deve ser notado como problemático, apenas que algo não vai bem na interação. Na observação dos nossos dados, vimos que os participantes parecem reconhecer a referencialidade das ações gestuais. Esse reconhecimento se dá, sobretudo, quando as ações gestuais do coparticipante são produzidas em TRPs dos enunciados em andamento do falante e o falante as associa aos elementos, ainda que as vezes equivocadamente, que ele julga serem os itens problemáticos sinalizados pelo coparticipante e, na sequência, promove ações responsivas baseadas nesse entendimento para tentar promover os ajustes necessários à progressão mais fluida na interação. Nesse sentido, entendemos que o fato de as ações gestuais do coparticipante poderem sinalizar problemas interacionais ao falante, que esse falante consegue “acertar” a referencialidade dessas ações gestuais de forma sistemática e consistente e que elas parecem bastar para que haja a suspensão da ação em andamento e para a promoção de ajustes interacionais já as qualifica como ações em si. Para nós o fato de alguns pesquisadores as tratarem como pré-ações revela que eles ainda se encontram, de alguma forma, sobre a égide da supremacia da língua verbal sobre as outras modalidades.

Ressaltamos, portanto, que para verificarmos se determinadas ações gestuais são as primeiras manifestações do desacordo em processo de formação na cena interacional é preciso que haja uma análise cuidadosa sobre quem realizou as ações gestuais, o exato momento no qual as ações gestuais dos participantes foram produzidas, qual foi a reação do outro e que tipo de ação responsiva ele produziu na sequência.

Em relação ao nosso entendimento sobre uma das funções da ação gestual do coparticipante produzida durante o turno verbal do falante servir para dar a oportunidade ao falante de promover ajustes interacionais, nosso entendimento é o mesmo tipo de entendimento que Sacks (1992) e Schegloff (1984) já haviam sugerido em relação às pré-ações. Sacks em relação às estratégias vocais/verbais (*āh*, *bem*, *talvez*) de postergação de enunciados verbais de desacordo que são produzidas em início de turno de discordância e Schegloff (1984) em relação aos gestos manuais antecipatórios de reparos. O que observamos é que essa função de dar

oportunidade ao outro de promover os ajustes necessários ao prosseguimento fluido da interação se dá por diferentes ações corporais e não apenas pelos gestos manuais como descrito por Schegloff (1984). Além disso, as estratégias de postergação nos enunciados verbais, conforme citadas por Sacks, parecem ser uma segunda tentativa de oferecer ao falante anterior (aquele que promoveu a perturbação interacional) uma nova oportunidade para tomar a palavra e realizar os ajustes necessários. Nesse sentido, parece-nos que o participante que sinaliza a sua oposição ao evento disparador de desacordo oferece duas oportunidades ao seu parceiro interacional para que este promova ajustes na interação. A primeira oportunidade é quando o participante realiza ações gestuais durante o turno do falante. Caso o falante “desperdice” essa oportunidade, seja porque não conseguiu promover os ajustes necessários, seja porque não os quis fazer, ele ainda tem uma segunda chance. Esta segunda oportunidade é quando o participante sinalizador do problema interacional já tomou a palavra e antes de produzir a efetivação verbal do desacordo se vale de estratégias de atrasos, postergações e hesitações.

Acreditamos que essas duas oportunidades agilizam a progressão interacional, deixando-a mais fluida e harmoniosa e eliminando o trabalho adicional que os participantes teriam ao suspender a ação em curso para sanar o problema colocado verbalmente na cena interacional; pois, como descrevem alguns pesquisadores da AC, a suspensão da ação em curso para uma tentativa verbal de solução de problemas é sempre trabalhosa, demandando esforço extra e em conjunto dos participantes. O fato de as ações gestuais apresentarem um caráter analógico permite que a discordância seja manifestada mais rapidamente quando comparada à manifestação verbal da discordância. Além disso, a gestualidade não precisa respeitar um fluxo temporal e uma composição hierárquica de itens lexicais subordinados à sintaxe, como no caso da fala. Mais ainda, o seu uso não leva à interrupção verbal dos enunciados em andamento do falante. Observamos também que as ações gestuais do coparticipante produzidas durante o turno do falante podem ser entendidas como ações minimamente comprometidas, uma vez que não implicam que o coparticipante seja obrigado a produzir ações futuras, ainda que quando as faça deva promover a relevância dessas ações verbais responsivas. Os participantes podem abdicar do momento de desacordo mais facilmente do que se tivessem realizado o desacordo verbal e deixar a interação fluir sem interrupção da ação em curso. No entanto, esse entendimento de ação minimamente comprometida não implica dizer que é uma pré-ação e que a ação “verdadeira”, a ação verbal é a que conta para a progressão interacional. O fato de as ações gestuais do coparticipante realizadas durante o turno do falante serem minimamente comprometidas é exatamente o que fornece a agilidade para os ajustes interacionais.

Em relação à função das ações gestuais auxiliarem no enquadramento da ação que está sendo produzida naquele momento interacional, vimos várias ocorrências durante as análises que mostram como os participantes se valem das ações gestuais do outro para estabelecer se determinada ação deve ser tomada, por exemplo, como uma assertiva ou uma reclamação.

Além dessas quatro indagações, outras constatações puderam ser extraídas das microanálises multimodais que realizamos. Notamos que a gestualidade, apresenta implicações para o entendimento de muitas noções da AC, tais como a construção do turno verbo-vocal; o sistema de organização de troca de turno; a formação e atribuição de ação; e os entendimentos a respeito das posições dos participantes frente as ações uns dos outros.

Em relação às implicações da gestualidade para a construção do turno verbo-vocal, vimos como as ações gestuais do coparticipante podem interferir na trajetória projetável das unidades de construção de turno do falante. Vimos como no cerne da atividade multimodal para a conquista da participação social coordenada em atividades situadas está o caráter prospectivo do comportamento humano. A habilidade de realizar projeções permite aos participantes anteciparem-se ao curso das ações futuras que estão e poderão vir a ser executadas pelo outro participante e produzem formas específicas de ação que se adequem a essas estruturas emergentes do outro participante na ação conjunta. As análises apresentadas nesta tese mostram que os participantes não só se orientam pelas projeções em decorrência do monitoramento e interpretação detalhados da fala emergente, mas também em decorrência das ações gestuais emergentes produzidas pelo coparticipante para tentar conquistar uma construção de turno mais satisfatória, no sentido de buscar promover ajustes necessários para a progressão da interação. Notamos em nossas análises como as ações gestuais do coparticipante realizadas durante o turno do falante foram ações reconhecidamente conectadas com as ações seguintes do falante e como elas interferiram na trajetória de fala do falante, no sentido de contribuírem para a construção conjunta do turno multimodal do falante. Por exemplo, vimos como os coparticipantes demonstram seus entendimentos, tomando posições a respeito das ações do falante ou sinalizando que havia problemas na cena interacional e como várias reformulações e autorreparos parecem ter sido produzidos como ações responsivas tomando em consideração essas ações gestuais do coparticipante. Em três excertos isso fica bastante evidenciado: no excerto “*ah não faz essa cara*” da díade Rosê-Gerson, no excerto “*eu num sei se eu boto muita fé na escola pública*” da díade Júlia-João Paulo e no excerto “*o Movimento Armorial vem da heráldica*” da díade PC-Ângelo.

No excerto “*ah não faz essa cara*” da díade Rosê-Gerson, vemos como as ações gestuais (Figura 20, fotos 6/7.1, 8.1; Figura 21, foto 11.3; Figura 22, fotos 13.1-2; Figura 23, fotos 15.1-

2, 17.1-2; Figura 24, fotos 18/19.1-3) e as vocalizações (linhas 13 e 15) de Rosê parecem promover os autorreparos de Gerson (linhas 7-8, 11-12, 14, 16-17, 19-20). Nos momentos iniciais, do excerto “*eu num sei se eu boto muita fé na escola pública*”, Júlia parece tomar a *blank face* (Figura 40, foto 1.1) e os sorrisos não-Duchenne de manutenção interacional (Figura 40, foto 8.1; Figura 41, fotos 11.1, 14.1, 15.1, 16.1) de João Paulo como uma indicação de problema interacional e reformula seus enunciados por várias vezes (linhas 1-8, 10-11, 13-17). No excerto “*o Movimento Armorial vem da heráldica*”, PC também reformula seus enunciados por várias vezes. Neste excerto fica bastante evidenciado que ele parece tomar as ações gestuais de Ângelo como ações sinalizadoras de problema interacional, sobretudo, por Ângelo não tomar a palavra e não produzir qualquer tipo de vocalização. Neste excerto vemos que após Ângelo produzir certas ações gestuais em momentos específicos da fala de PC, PC interrompe sua fala e produz autorreparos tentando esclarecer o que ele identificou como sendo o problema interacional sinalizado pelas ações gestuais de Ângelo.

Apesar de nos outros excertos também ter havido as reformulações de trajetórias de enunciado do falante e autorreparos, como ocorreram trocas verbais concomitantes, o papel da gestualidade do coparticipante sobre a construção do turno em andamento do falante não fica tão evidente quanto nos exemplos citados acima.

Quanto ao sistema de organização de troca de turno, é usual os turnos serem vistos e descritos como se fossem uma oportunidade de manifestação verbo-vocal dada a apenas um participante de cada vez. Alguns pesquisadores já vêm mostrando que esse não é o caso, descrevendo como os turnos são multimodais. Embora haja pesquisas no sentido de entender a participação do coparticipante no processo de construção do turno do falante e como essa participação interfere no sistema de troca de turno, as pesquisas nesse sentido são ainda incipientes. Nas nossas análises, notamos o quão importante é que analisemos a construção de turnos não apenas visando as estruturas da modalidade verbal, mas igualmente todas as outras dimensões semióticas colocadas na cena interacional e disponibilizadas para que os participantes as utilizem da maneira que julgarem mais adequada. Pelo que apresentamos sobre o caráter multimodal da comunicação humana, vimos como os processos intrincados pelos quais os participantes empregam recursos vocais e visuais para construir a ação conjunta demonstram que os turnos não são simplesmente “oportunidades para produzir fluxo de fala” (HAYASHI, 2005, p. 45). Ao contrário, eles são recursos semióticos para a produção de ações colaborativas que empregam diferentes modalidades, tais como as estruturas gramaticais, as organizações sequenciais, a organização dos olhares e da gestualidade, as organizações de orientações espaciais etc. em conjunto umas com as outras. Observamos que o processo

colaborativo na construção do turno é um processo dinâmico e multimodal que vai além da modalidade verbal. Nessa perspectiva, “o turno deve ser mais adequadamente conceitualizado como um fluxo temporal emergente de condutas multimodais” (HAYASHI, 2005, p. 47) que promovem um “horizonte de possibilidades futuras emergentes” (GOODWIN, C., 1996, p. 372) de participação tanto para o falante quanto para o coparticipante. E como um fluxo de ações multimodais emergentes, ele é modificado progressivamente e refeito pela participação relevante do outro a cada momento, expandindo ou restringindo as oportunidades de participação do outro na atividade em curso.

Apesar desse entendimento, nas análises apresentadas, vimos que não são nítidas as fronteiras de quando começa um turno de um participante e onde se encerra esse turno. O fato de as contribuições gestuais do coparticipante serem simultâneas com a fala em curso do falante-corrente produzem interessantes questões a respeito da utilidade e viabilidade do conceito de turno. Vimos como os participantes parecem considerar algumas ações gestuais do coparticipante como interrupções ou como tomadas de turno que demandam ações responsivas concernentes. Sendo assim, parece-nos que devemos reformular o conceito de turno. Parece-nos que, tal como os participantes já demonstram ser esse o entendimento, também os analistas devem entender algumas contribuições gestuais do coparticipante já como um turno. Nesta tese, vimos que o coparticipante pode demonstrar sua posição em relação às ações do falante. A partir dessa sinalização, o falante pode reformular seu turno verbal. Nosso entendimento, portanto, é que deveríamos aceitar essa ação gestual como parte constitutiva de um turno multimodal e, nesse sentido, como uma ação em si. Se algumas ações gestuais possuem a força de interromper o fluxo de fala do outro e “demandam” que se produzam ações responsivas concernentes, essas ações já são ações “verdadeiras” e não pré-ações que preparam o terreno para as ações verbais.

As fronteiras borradas dos turnos igualmente puderam ser vistas em alguns exemplos que mostraram que também é possível que um turno verbal se encerre, mas que as ações gestuais se prolonguem na pós-completude deste turno verbal, agregando sentido para o enunciado verbal recém finalizado. Como tratar essas manifestações? Será que elas também não deveriam ser consideradas parte integrante do turno desse participante? Nosso entendimento é nessa direção. Se as ações gestuais pós-completude de turno verbal complementam as informações veiculadas no turno verbal, então, o turno ainda não está concluído. No excerto “*é por isso que cê não lembra das coisas depois*” da díade Rosê-Gerson, vimos que Rosê comenta que Gerson não se lembra das informações que vê nas palestras das quais participa porque não gosta de fazer anotações. Aparentemente, Gerson parece concordar com a assertiva de Rosê ao declarar

éh, então (linha 18). Contudo, logo a seguir produz ações gestuais (Figura 36, fotos 18.1-2) que sinalizam que essa assertiva não deve ser tomada como uma concordância, mas sim como uma indicação que tomara o enunciado precedente de sua esposa como uma crítica pessoal. Sem as ações gestuais, o enunciado verbal de Gerson é ambíguo. Mas ao agregar as ações gestuais, ele expande e esclarece seu significado. Nesse sentido, não podemos dizer que seu turno tenha se encerrado na sua produção verbal, mas somente após ter realizado as ações gestuais. Dessa forma, nossas análises contribuem para mostrar que os turnos são multimodais e que o *status* de falante-corrente e próximo falante não é tão claro quanto as descrições das pesquisas que se ocupam apenas da modalidade verbo-vocal deixam transparecer. O *status* de falante-corrente e próximo falante é cambiante dentro de sequencialidades e temporalidades distintas, ou seja, os turnos multimodais são, por natureza, sobreposições de níveis semióticos distintos em coatuação. Enquanto um participante fala e realiza ações gestuais referente às posições que assume frente ao seu enunciado ou realiza ações para agregar informação ao seu enunciado verbal ou ainda responde às ações precedentes do outro, o coparticipante já inicia seu turno multimodal ao produzir ações gestuais sinalizando sua posição e seu entendimento a respeito dos enunciados verbais do falante que estão em processo de produção ou em relação às ações precedentes do falante. Quando o falante encerra seu enunciado verbal, ele ainda pode manter seu turno multimodal ao agregar novas ações gestuais ou manter as anteriores, indicando, assim, que seu turno multimodal ainda não se encerrara, enquanto o outro parceiro interacional já pode ter assumido o posto de falante-corrente.

Investigar a atuação do coparticipante, portanto, é importante não só devido à primazia para entender a interação como uma atividade colaborativa, mas também para entender como os falantes apoiam-se em ações gestuais e/ou vocalizações do coparticipante para promover arranjos na interação que contribuem não só para que ele mantenha o *status* de falante-corrente como também para a progressão interacional. Nesse sentido, um entendimento local do conteúdo da fala em curso é exibido, assim como o uso multimodal orientado para o sistema de troca de turno, ou seja, durante o enunciado verbal em curso, a manifestação pública e visível da gestualidade do coparticipante é um sinal que auxilia o falante a ajustar seu próprio turno. Apesar dessa importância, a maneira como as pistas do coparticipante podem afetar os enunciados do falante ainda não foram completa e sistematicamente investigadas. Esperamos ter contribuído para o processo de repensar a noção de turno tal como Hayashi (2005, p. 47-48) propõe: “um domínio de ação corporificada, sustentado interativamente e temporalmente emergente, por meio do qual tanto o falante-corrente quanto o ouvinte, em ação conjunta, constroem ações relevantes que contribuem para a progressão da atividade em curso”.

Nesta tese, buscamos mostrar como esses arranjos interacionais se coordenam numa dança sincrônica. Buscamos apresentar como as práticas interacionais, que são emergentes, contingentes, dinâmicas e localmente organizadas, mostram que as noções de falante e de coparticipante precisam ser revistas. O caráter complexo, transitório e dinâmico dessas categorias fica evidente nos excertos analisados.

Quanto à formação e atribuição de ação, A modalidade gestual contribui para delinear o enquadramento do tipo de ação que está em processo de construção no desenrolar da interação. Vimos como a organização reflexiva do turno é baseada tanto na produção de estruturas emergentes reconhecíveis por parte do falante quanto na interpretação local, no monitoramento e na análise momento a momento realizada e implementada pelas ações do coparticipante, uma vez que as práticas multimodais contribuem crucialmente para a visibilidade do que os participantes estão publicamente sinalizando e o reconhecimento para a “análise em curso de um turno em progresso” (JEFFERSON, 1984, p. 14). Nesta tese, vimos como a gestualidade pode interferir na compreensão se determinada ação deve ser tomada como ação X, Y ou Z dentro de um universo praticamente infinito de possibilidades. Por exemplo, vimos na análise do excerto “*vamos falar do que?*” da díade Rosê-Gerson como a gestualidade contribuiu para que a recusa de Rosê a uma pergunta-convite de Gerson pudesse ser produzida como a ação esperada que foi sinalizada mediante o emprego das estratégias de estrutura preferencial – contiguidade e sem atrasos, hesitações, postergações ou mitigações. Esse exemplo ressaltou como o entendimento se determinada ação é uma ação não marcada (ação esperada) ou ação marcada (ação com quebra de expectativa) nunca é dado *a priori*. Um participante precisa sinalizar ao outro como a ação deve ser entendida e essa sinalização pode ser realizada tanto na forma verbal, vocal, gestual ou pela composição dessas modalidades.

Na análise do excerto “*ah não faz essa cara*” também da díade Rosê-Gerson, vimos como Rosê toma as ações gestuais de Gerson como uma oposição em relação às suas inquietações a respeito de sua viagem para a Irlanda e como convoca Gerson a se justificar sobre suas ações gestuais. Outro exemplo que mostra como a atribuição de ação pode estar intimamente relacionada com a gestualidade foi apresentado no excerto “*não entendi o teu risinho*” da díade Luciana Genro-Eduardo Jorge no qual Luciana se sente ofendida com a pergunta de Eduardo Jorge. Aparentemente a pergunta de Eduardo não dava margem para que um problema interacional fosse desencadeado quando se leva em conta apenas o conteúdo verbal. Contudo, devido às ações gestuais do candidato – rir enquanto formulava a pergunta – Luciana toma esse turno multimodal de Eduardo como um enunciado ofensivo e produz uma

reclamação, convocando o candidato a prestar contas de suas ações. No excerto “*é por isso que cê não lembra das coisas depois*” da diáde Rosê-Gerson, vimos como a constatação da Rosê sobre uma característica de Gerson – o fato de ele se esquecer das coisas – e a aparente anuência verbal dele adquire nova possibilidade interpretativa quando se agregam às suas ações gestuais. Temos ainda, o excerto “*ah não é pernambucano*” quando vimos como um enunciado verbal de desculpa quando agregado às ações gestuais concomitantes adquire a função de ser também um desafio. Neste mesmo excerto, vimos como a ação de reparo iniciado pelo outro que, no início da sequência de desacordo, foi o tipo de ação que se tornou o evento inicial (quando Renê aponta qual era o problema) do desacordo entre os participantes, também foi o tipo de ação que foi tratada como uma ação agregadora e colaborativa para o encerramento da sequência de desacordo (quando Renê passa direto à solução sem apontar primeiro a fonte do problema).

Em resumo, vimos como a análise multimodal das ações humanas agregou complexidade às pesquisas para o entendimento de como as ações humanas e as interações são organizadas. Essas análises multimodais procuram verificar as maneiras pelas quais os participantes constroem e mobilizam, adaptam e ajustam a variedade de recursos multimodais disponíveis para as necessidades da situação. Essa complexidade nas análises multimodais abre um leque de questões metodológicas, tais como as transcrições multimodais, por exemplo, no que tange a forma como representar adequadamente e de maneira relevante os complexos multimodais, como desenvolver convenções e ferramentas capazes de capturar holística e analiticamente esses complexos, incluindo sua fina e variada temporalidade e como evitar a tácita reprodução da língua verbal como a forma mais importante da comunicação humana.

Essas questões metodológicas, portanto, apresentam implicações analíticas e conceituais específicas em relação à compreensão sobre a sequencialidade, temporalidade, projetabilidade e a progressão da ação. Os estudos multimodais realizados pela AC mostram que a sequencialidade é uma característica chave da organização da ação humana. As ações formadas pela mobilização dos múltiplos recursos verbais e gestuais são inspecionadas, monitoradas e tratadas pelos coparticipantes que orientam suas sequências temporalmente permitindo a eles projetar o que virá a seguir e entender retrospectivamente a ação para poder responder a ela adequadamente. Ainda é necessária muita pesquisa para podermos compreender como os participantes em interação mobilizam, combinam, excluem e justapõem os recursos multimodais. Nossas análises mostram como os ajustes na fala – uma atividade organizada por projeções – são ações multimodais, orientadas para os coparticipantes e adaptadas momento a momento para as mudanças estruturais necessárias à progressão interacional da maneira mais fluida e contínua possível. Esperamos ter contribuído com uma possibilidade de transcrição que

deixe evidenciado a característica multimodal e complexa da comunicação humana e que não priorize o falante em detrimento do coparticipante.

Vale ressaltar ainda que, apesar de ser um método qualitativo, a AC se vale da quantidade de análises para poder constatar quais são as estruturas sequenciais recorrentes nas interações. Para se estabelecer o que é realmente importante naquela estrutura e como se dá a sua regularidade em diferentes situações é preciso que se investiguem muitas ocorrências. Mas, na AC, a investigação dessa pluralidade de ocorrências não necessariamente é realizada por um único pesquisador. É um processo acumulativo e colaborativo, apesar de nem sempre pacífico, no qual pesquisadores verificam o que outros fizeram, corroborando ou refutando as explicações oferecidas e, assim, contribuindo para a ampliação e aprofundamento do conhecimento de como se dá a comunicação humana presencial. Ainda que as presentes conclusões apresentadas nesta tese sejam apenas exploratórias, esperamos ter contribuído para o entendimento da complexidade das ações humanas. Esperamos que o estudo apresentado nesta tese sobre a coordenação finamente arquitetada entre a fala e os movimentos corporais na interação face a face tenha jogado luz sobre a maneira como os enunciados são produzidos corporalmente, percebidos em tempo real e localmente interpretados e como os corpos se ajustam mutuamente numa variedade de práticas interacionais mobilizadas por múltiplas dimensões semióticas com temporalidades e sequencialidades específicas que, coatuando numa dança sincrônica, formam um signo gestáltico com um sentido mais complexo e dinâmico do que a somatória dos sentidos de cada uma partes.

REFERÊNCIAS

- ADOLPHS, R. Perception and emotion: how we recognize facial expressions. **Current Directions in Psychological Science**, v. 15, n. 5, p. 222–226, 2006.
- ALTMANN, S. **Social communication among primates**. Chicago: Chicago University Press, 1967.
- ALVAREZ, G. **Luta: uma prática milenar**. Lisboa: Centro de Estudos e Formação Desportiva, 2000.
- ANGOURI, J. Managing disagreement in problem solving meeting talk. **Journal of Pragmatics**, v. 44, n. 12, p. 1565–1579, 2012.
- ANGOURI, J.; LOCHER, M. A. Theorising disagreement. **Journal of Pragmatics**, v. 44, n. 12, p. 1549–1553, 2012.
- AOKI, H. Some functions of speaker head nod. In: STREECK, J.; GOODWIN, C.; LEBARON, C. (Ed.). **Embodied interaction**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011. p. 93–105.
- ARCIDIACONO, F.; PONTECORVO, C. Cultural practices in Italian family conversations: verbal conflict between parents and preadolescents. **European Journal of Psychology of Education**, v. XXIV, n. 1, p. 97–117, 2009.
- ARGYLE, M. **Bodily communication**. Madison: International Universities Press, 1988.
- ARGYLE, M.; COOK, M. **Gaze and mutual gaze**. Cambridge: Cambridge University Press, 1976.
- ATTARDO et al.. Multimodal markers of irony and sarcasm. **Humor**, v. 16, n. 2, p. 243–260, 2003.
- AUER, P. On the prosody and syntax of turn-continuations. In: COUPER-KUHLEN, E.; SELTING, M. (Ed.). **Prosody in Conversation**. Cambridge: Cambridge Univer, 1996. p. 57–100.
- AUER, P. Projection in interaction and projection in grammar. **Interdisciplinary Journal for the Study of Discourse**, v. 25, n. 1, p. 7–36, 2005.
- AUSTIN, J. **How to do thinks with words**. Oxford: Claredon Press, 1962.
- BAKER, C.; PADDEN, C. Focusing on the nonmanual components of American Sign Language. In: SIPLE, P. (Ed.). **Understanding language through sign language research**. New York: Academic Press, 1978. p. 27–57.
- BANGERTER, A. Using pointing and describing to achieve joint focus of attention in dialogue. **Psychological Science**, v. 15, n. 6, p. 415–419, 2004.
- BAVELAS, J. Can one not communicate? Behaving and communicating: a reply to Motley. **Western Journal of Speech Communication**, v. 54, n. 4, p. 593–602, 1990.
- BAVELAS, J. Research into the pragmatics of human communication. **Journal of Strategic and Systemic Therapy**, v. 11, n. 2, p. 15–29, 1992.
- BAVELAS, J. Gesture as part of speech: methodological implications. **Research on Language and Social Interaction**, v. 27, n. 3, p. 201–221, 1994.
- BAVELAS, J.; CHOVIL, N. Faces in dialogue. In: RUSSELL, J.; FERNANDEZ-DOLS, J.-M. (Ed.). **The psychology of facial expression**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997. p. 334–346.
- BAVELAS, J.; CHOVIL, N. Visible acts of meaning. **Journal of Language and Social Psychology**, v. 19, n. 2, p. 163–194, 2000.
- BAVELAS, J.; CHOVIL, N. Nonverbal and verbal communication: hand gestures and facial displays as part of language use in face-to-face dialogue. In: MANUSOV, V.; PATTERSON, M. (Ed.). **Handbook of nonverbal communication**. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 2006. p. 97–115.
- BAVELAS, J.; COATES, L.; JOHNSON, T. Listeners as co-narrators. **Journal of Personality**, v. 79, n. 6, p. 941–952, 2000.

- BAVELAS, J.; COATES, L.; JOHNSON, T. Listener responses as a collaborative process: the role of gaze. **Journal of Communication**, v. 52, n. 3, p. 566–580, 2002.
- BAVELAS et al.. Experimental methods for studying “elementary motor mimicry”. **Journal of Nonverbal Behavior**, v. 10, n. 2, p. 102–119, 1986a.
- BAVELAS et al. “I show how you feel”: motor mimicry as a communicative act. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 50, n. 2, p. 322–329, 1986b.
- BAVELAS et al. Motor mimicry as primitive empathy. In: EISENBERG, N.; STRAYER, J. (Ed.). **Empathy and its development**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990. p. 317–338.
- BAVELAS et al. Interactive gestures. **Discourse Processes**, v. 14, n. 4, p. 469–489, 1992.
- BAVELAS et al. Gestures specialized for dialogue. **Personality and Social Psychology Bulletin**, v. 21, n. 4, p. 394–405, 1995.
- BAVELAS et al. Using face-to-face dialogue as a standard for other communication systems. **Canadian Journal of Communication**, v. 22, p. 5–24, 1997.
- BAVELAS et al. An experimental study of when and how speakers use gestures to communicate. **Gesture**, v. 2, n. 1, p. 1–17, 2002.
- BAVELAS et al. Microanalysis of face-to-face dialogue: an inductive approach. In: VANLEAR, C. A.; CANARY, D. (Ed.). **Researching interactive communication behavior: a sourcebook of methods and measures**. Los Angeles: Sage Publications, 2016. p. 129–157.
- BAVELAS, J.; GERWING, J. Conversational hand gestures and facial displays in face-to-face dialogue. In: FIEDLER, K. (Ed.). **Social communication**. New York: Psychology Press, 2007. p. 283–308.
- BAVELAS, J.; GERWING, J. Il dialogo faccia a faccia. In: LUGLI, L.; MIZZAU, M. (Ed.). **L’ascolto**. Bologna: Il Mulino, 2010. p. 39–59.
- BAVELAS, J.; GERWING, J.; HEALING, S. Hand and facial gestures in conversational interaction. In: HOLTGRAVES, T. (Ed.). **The Oxford Handbook of Language and Social Psychology**. New York: Oxford University Press, 2014a. p. 111–130.
- BAVELAS, J.; GERWING, J.; HEALING, S. Including facial gestures in gesture-speech ensembles. In: SEYFEDDINIPUR, M.; GULLBERG, M. (Ed.). **From gesture in conversation to visible action as utterance. Essays in honor of Adam Kendon**. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2014b. p. 15–34.
- BAVELAS, J.; GERWING, J.; HEALING, S. Effect of dialogue on demonstrations: direct quotations, facial portrayals, hand gestures, and figurative references. **Discourse Processes**, v. 51, n. 8, p. 619–655, 2014c.
- BAVELAS, J.; ROGERS, L. E.; MILLAR, F. Interpersonal conflict. In: VAN DIJK, T. A. (Ed.). **Handbook of Discourse Analysis**. London: Academic Press, 1985. p. 9–26.
- BEATTIE, G.; ABOUDAN, R. Gestures, pauses and speech: an experimental investigation of the effects of changing social context on their precise temporal relationships. **Semiotica**, v. 99, n. 1994, p. 3–4, 1994.
- BEATTIE, G.; CUTLER, A.; PEARSON, M. Why is Mrs Thatcher interrupted so often? **Nature**, v. 300, p. 744–747, 1982.
- BERGER, I.; RAE, J. Some uses of gestural responsive actions. **Journal of Pragmatics**, v. 44, n. 13, p. 1821–1835, ago. 2012
- BIRDWHISTELL, R. L. **Introduction to kinesics: an annotation system for analysis of body motion and gesture**. Washington: Department of State, Foreign Service Institute, 1952.
- BIRDWHISTELL, R. L. **Kinesics and context: essays in body motion communication**. Harmondsworth: Penguin Books, 1970.

- BLUM-KULKA, S.; BLONDHEIM, M.; HACHOEN, G. Traditions of dispute: from negotiations of talmudic texts to the arena of political discourse in the media. **Journal of Pragmatics**, v. 34, n. 10, p. 1569–1594, 2002.
- BOHUS, D.; HORVITZ, E. Multiparty turn taking in situated dialog: study, lessons, and directions. **Proceedings of the SIGDIAL**, Portland, p. 98-109, 2011.
- BOLDEN, G. Multiple modalities in collaborative turn sequences. **Gesture**, v. 3, n. 2, p. 187–212, 2003.
- BOLDEN, G.; MANDELBAUM, J. The use of conversational co-remembering to corroborate contentious claims. **Discourse Studies**, v. 19, n. 1, 2017.
- BOUSMALIS, K.; MEHU, M.; PANTIC, M. Spotting agreement and disagreement: a survey of nonverbal audiovisual cues and tools. **Proceedings of the International Conference on Affective Computing and Intelligent Interaction**, Amsterdam, 2009.
- BRITON, N. J.; HALL, J. Beliefs about female and male nonverbal communication. **Sex Roles**, v. 32, n. 1/2, p. 79–90, 1995.
- BROTH, M.; MONDADA, L. Walking away: the embodied achievement of activity closings in mobile interaction. **Journal of Pragmatics**, v. 47, n. 1, p. 41–58, 2013.
- BROWN, P.; LEVINSON, S. **Politeness: some universals in language usage**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- BRUNNER, L. J. Smiles can be backchannels. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 37, n. 5, p. 728–734, 1979.
- BURLING, R. **The talking ape**. New York: Oxford University Press, 2005.
- CADOZ, C. Le geste canal de communication homme/machine: la communication “instrumentale”. **Technique et Science Informatiques**, v. 13, n. 1, p. 31–61, 1994.
- CALBRIS, G. Geste et parole. **Langue Française**, v. 68, p. 66–84, 1985.
- CALBRIS, G. **La négation: son symbolisme physique**, 2005. Disponível em: <http://gesture-lyon2005.ens-lsh.fr/article.php3?id_article=222>.
- CALBRIS, G. From left to right ... : Coverbal gestures and their symbolic use of space. In: CIENKI, A.; MÜLLER, C. (Ed.). **Metaphor and gesture 2**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2008. p. 27–53.
- CALBRIS, G. **Elements of meaning in gesture**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2011.
- CAMPBELL, B. G. **Human evolution: an introduction to man's adaptation**. Chicago: Aldine-Atherton, 1971.
- CASCUDO, L. C. **História dos nossos gestos: uma pesquisa da mímica do brasil**. São Paulo: Global Editora, 2003.
- CHAFE, W. Intonational units. In: CHAFE, W. (Ed.). **Discourse, consciousness, and time: the flow and displacement of conscious experience in speaking and writing**. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1994. p. 53–70.
- CHIU, C.; HONG, Y.; KRAUSS, R. M. **Gaze direction and fluency in conversational speech**, 2001.
- CHOVIL, N. Discourse-oriented facial displays in conversation. **Research on Language and Social Interaction**, v. 25, p. 163–194, 1991a.
- CHOVIL, N. Social determinants of facial displays. **Journal of Nonverbal Behavior**, v. 15, n. 1 1990, p. 141–154, 1991b.
- CHOVIL, N. Facing others: a social communicative perspective on facial displays. In: RUSSELL, J. A.; FERNANDEZ-DOLS, J.-M. (Ed.). **The psychology of facial expression**. Cambridge: Cambridge

University Press, 1997. p. 321–333.

CHOVIL, N. Measuring conversational facial displays. In: MANUSOV, V. (Ed.). **The sourcebook of nonverbal measures: going beyond words**. New York and London: Routledge Taylor & Francis Group, 2005. p. 173–188.

CHUANG, Y. C. Effects of interaction pattern on family harmony and well-being: test of interpersonal theory, Relational-Models theory, and Confucian ethics. **Asian Journal of Social Psychology**, v. 8, n. 3, p. 272–291, 2005.

CLARK, A. **Being there: putting brain, body and world together again**. [s.l.] MIT Press, 1997.

CLARK, H. **Using language**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

CLARK, H.; GERRIG, R. Quotations as demonstrations. **Language**, v. 66, n. 4, p. 764–805, 1990.

CLARK, H.; KRYCH, M. Speaking while monitoring addressees for understanding. **Journal of Memory and Language**, v. 50, p. 62–81, 2004.

CLARK, M.; CHRISMAN, K. Resource allocation in intimate relationships: trying to make sense of a confusing literature. In: LERNER, M.; MIKULA, G. (Ed.). **Entitlement and the affectional bond**. New York: Plenum, 1994. p. 65–88.

CLIFT, R. Don't make me laugh: responsive laughter in (dis)affiliation. **Journal of Pragmatics**, v. 100, p. 73–88, 2016.

COATES, J. No gaps, lots of overlap, turn-taking patterns in the talk of women friends. In: GRADDOL, D.; MAYBIN, J.; STIERER, B. (Ed.). **Researching Language and Literacy in Social Context: a reader**. Clevedon: Multilingual Matters, 1994. p. 177–192.

COATES, J. **Women, men and language: a sociolinguistic account of gender differences in language**. [s.l.] Pearson Education ESL, 2004.

COATES, J. Talk in a play frame: more on laughter and intimacy. **Journal of Pragmatics**, v. 39, n. 1, p. 29–49, 2007.

COHN, J.; AMBADAR, Z.; EKMAN, P. Observer-based measurement of facial expression with the Facial Action Coding System. In: COAN, J.; ALLEN, J. (Ed.). **The handbook of emotion elicitation and assessment**. Oxford: Oxford University Press, 2007. p. 203–221.

CONDON, W. Method of micro-analysis of sound films of behavior. **Behavior Research Methods and Instrumentation**, v. 2, n. 2, p. 51–54, 1970.

COOK, M. Gaze and mutual gaze in social encounters: how long - and when - we look others "in the eye" is one of the main signals in nonverbal communication. **American Scientist**, v. 65, n. 3, p. 328–333, 1977.

COSIER, R.; SCHWENK, C. Agreement and thinking alike: ingredients for poor decisions. **The Executive**, v. 4, n. 1, p. 69–74, 1990.

COULTER, J. Elementary properties of argument sequences. In: PSATHAS, G. (Ed.). **Interaction competence**. Lanham: University Press of America, 1990. p. 181–203.

COUPER-KUHLEN, E. Intonation and clause combining in discourse: the case of because. **Pragmatics**, v. 6, n. 3, p. 389–426, 1996.

COUPER-KUHLEN, E. Interactional prosody: high onsets in reason for the call turns. **Language in Society**, v. 30, n. 1, p. 29–53, 2001.

COUPER-KUHLEN, E. Prosody and sequence organization: the case of new beginnings. In: COUPER-KUHLEN, E.; FORD, C. (Ed.). **Sounds patterns in interaction**. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2004. p. 335–376.

COUPER-KUHLEN, E.; SELTING, M. Towards an interactional perspective on prosody and a prosodic perspective on interaction. In: COUPER-KUHLEN, E.; SELTING, M. (Ed.). **Prosody in**

- conversation:** interactional studies. Volume 11. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. p. 11–56.
- COURTINE, J.-J.; HAROCHE, C. **Histoire du visage:** exprimer et taire ses émotions (xvie-début xixe siècle). Paris: Édition Rivages, 1988.
- CUMMINS, F. Blinking in face to face communication. **Proceedings of the 21st National Conference on Artificial Intelligence and Cognitive Science (AISC)**, p. 74–83, 2010.
- CUMMINS, F. Gaze and blinking in dyadic conversation: a study in coordinated behaviour among individuals. **Language and Cognitive Processes**, v. 27, n. 10, p. 1525–1549, 2012.
- CUTLER, A.; PEARSON, M. On the analysis of prosodic turn-taking cues. In: JOHNS-LEWIS, C. (Ed.). **Intonation in discourse**. London: Croom Helm, 1986. p. 139–155.
- DARWIN, C. **A expressão das emoções no homem e nos animais**. 1872 1 ed. Sao Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- DAVILA-ROSS et al. Aping expressions? Chimpanzees produce distinct laugh types when responding to laughter of others. **Emotion**, v. 11, n. 5, p. 1013–1020, 2011.
- DAVILA-ROSS, M.; OWREN, M.; ZIMMERMANN, E. The evolution of laughter in great apes and humans. **Communicative & Integrative Biology**, v. 3, n. 2, p. 191–194, 2010.
- DE RUITER, J. P.; MITTERER, H.; ENFIELD, N. J. Projecting the end of a speaker's turn: a cognitive cornerstone of conversation. **Language**, v. 82, n. 3, p. 515–535, 2006.
- DEPPERMAN, A. Turn-design at turn-beginnings: multimodal resources to deal with tasks of turn-construction in German. **Journal of Pragmatics**, v. 46, n. 1, p. 91–121, 2013.
- DEPPERMAN, A.; SCHMITT, R.; MONDADA, L. Agenda and emergence: Contingent and planned activities in a meeting. **Journal of Pragmatics**, v. 42, n. 6, p. 1700–1718, 2010.
- DERSLEY, I.; WOOTTON, A. In the heat of the sequence : interactional features preceding walkouts from argumentative talk. **Language in Society**, v. 30, n. 4, p. 611–638, 2001.
- DETERDING, D. The measurement of rhythm: a comparison of Singapore and British English. **Journal of Phonetics**, v. 29, n. 2, p. 217–230, 2001.
- DOUGHTY, M. Consideration of three types of spontaneous eyeblink activity in normal humans: during reading and video display terminal use, in primary gaze, and while in conversation. **Optometry & Vision Science**, v. 78, n. 10, p. 712–725, 2001.
- DREW, P. Recalling someone from the past. In: ROGER, D.; BULL, P. (Ed.). **Conversation: an interdisciplinary perspective**. Philadelphia: Multilingual Matters, 1989. p. 96–115.
- DREW, P. “Open” class repair initiators in response to sequential sources of troubles in conversation. **Journal of Pragmatics**, v. 28, n. 1, p. 69–101, 1997.
- DREW, P. Complaints about transgressions and misconduct. **Research on Language & Social Interaction**, v. 31, n. 3–4, p. 295–325, 1998.
- DREW, P.; HERITAGE, J. **Talk at work**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- DRIVER et al. Gaze perception triggers reflexive visuospatial orienting. **Visual Cognition**, v. 6, n. 5, p. 509–540, 1999.
- DUBOIS et al. **Discourse transcription**. Santa Barbara: University of California, 1990.
- DURANTI, A. **Linguistic anthropology**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- ECO, U. Eine Palette von Gräutönen. **Die Zeit**, p. 51, 1986.
- EDELMANN, R. **The psychology of embarrassment**. Chichester: John Wiley & Sons., 1987.
- EDELSKY, C. Who's got the floor? **Language in Society**, v. 10, n. 3, p. 383–421, 1981.

- EDSTROM, A. Expressions of disagreement by Venezuelans in conversation: reconsidering the influence of culture. **Journal of Pragmatics**, v. 36, n. 8, p. 1499–1518, 2004.
- EDWARDS, D. Moaning, whining and laughing: the subjective side of complaints. **Discourse Studies**, v. 7, n. 1, p. 5–29, 2005.
- EIBL-EIBESFELDT, I. **Human ethology**. New York: Aldine de Gruyter, 1989.
- EKMAN, P. Universals and cultural differences in facial expressions of emotion. In: COLE, J. (Ed.). **Nebraska Symposium on Motivation, 1971: Cultural Psychology**. Nebraska: University of Nebraska Press, 1972. 19p. 207–283.
- EKMAN, P. About brows: emotional and conversational signs. In: VON CRANACH, M.; FOPPA, K.; LEPENIES, W.; PLOOG, D. (Ed.). **Human ethology**. Cambridge: Cambridge University Press, 1979. p. 169–249.
- EKMAN, P. **Telling lies: clues to deceit in the marketplace, politics, and marriage**. New York and London: W.W. Norton & Company, 1992.
- EKMAN, P. Facial expression and emotion. **American Psychologist**, v. 48, n. 4, p. 376–379, 1993.
- EKMAN, P. Should we call it expression or communication? **European Journal of Social Sciences**, v. 10, n. 4, p. 333–359, 1997.
- EKMAN, P. **A linguagem das emoções**. Sao Paulo: Lua de Papel., 2011.
- EKMAN, P.; FRIESEN, W. The repertoire of nonverbal behavior: categories, origins, usage, and coding. **Semiotica**, v. 1, p. 49–98, 1969a.
- EKMAN, P.; FRIESEN, W. Nonverbal leakage and clues to deception. **Psychiatry**, v. 32, n. 1, p. 88–106, 1969b.
- EKMAN, P.; FRIESEN, W. Constants across cultures in the face and emotion. **Journal of personality and social psychology**, v. 17, n. 2, p. 124–129, 1971.
- EKMAN, P.; FRIESEN, W. Hand movements. **The Journal of Communication**, v. 22, n. 4, p. 353–374, 1972.
- EKMAN, P.; FRIESEN, W. **Facial action coding system: a technique for the measurement of facial movement**. Palo Alto: Consulting Psychologists Press, 1978.
- EKMAN, P.; FRIESEN, W. Felt, false, and miserable smiles. **Journal of Nonverbal Behavior**, v. 6, n. 4, p. 238–252, 1982.
- EKMAN, P.; FRIESEN, W. A new pan-cultural facial expression of emotion. **Motivation and Emotion**, v. 10, n. 2, p. 159–168, 1986.
- EKMAN, P.; HOPER, G.; HAGER, J. C. Deliberate facial movement. **Child Development**, v. 51, n. 3, p. 886–891, 1980.
- ELFENBEIN et al. Toward a dialect theory: cultural differences in the expression and recognition of posed facial expressions. **Emotion**, v. 7, n. 1, p. 131–146, 2007.
- ELLSWORTH, P.; CARLSMITH, M.; HENSON, A. The stare as a stimulus to flight in human subjects: a series of field experiments. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 21, n. 3, p. 302–311, 1972.
- ENFIELD, N. J. **Relationship thinking: agency, enchrony, and human sociality**. Oxford: Oxford University Press, 2013.
- ERICKSON, F.; SCHULTZ, J. **The counselor as gatekeeper: social interaction in interviews**. New York: Academic Press, 1982.
- EVOLA, V.; SKUBISZ, J.; FERNANDES, C. The role of eye gaze and body movements in turn-taking during a contemporary dance improvisation. **Proceedings from the 3rd European Symposium on Multimodal Communication**, Dublin, p. 24–31, 2016.

- FERNANDEZ-DOLS, J.-M.; RUIZ-BELDA, M.-A. Are smiles a sign of happiness? Gold medal winners at the Olympic Games. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 69, n. 6, p. 1113–1119, 1995.
- FERRÉ et al. Intensive gestures in French and their multimodal correlates. **Proceedings of Interspeech**, Antuérpia, p. 690-693, 2007.
- FIQUER, J. **Comunicação não-verbal e depressão**: uso de indicadores não-verbais para avaliação de gravidade, melhora clínica e prognóstico. 2010. Tese de doutorado do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2010.
- FIRTH, A. The discursive accomplishment of normality: on “lingua franca” English and Conversation Analysis. **Journal of Pragmatics**, v. 26, p. 237–259, 1996.
- FLOYD et al. Timing of visual bodily behavior in repair sequences: evidence from three languages. **Discourse Processes**, v. 53, n. 3, p. 175–204, 2016.
- FORD, C. At the intersection of turn and sequence: negation and what comes next. In: COUPER-KUHLEN, E.; SELTING, M. (Ed.). **Studies in interactional linguistics**. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2001. p. 51–79.
- FORD, C.; FOX, B.; THOMPSON, S. Practices in the construction of turns: the “TCU” revisited. **Pragmatics**, v. 6, n. 3, p. 427–454, 1996.
- FORD, C.; THOMPSON, S. Interactional units in conversation: syntactic, intonational, and pragmatic resources for the management of turns. In: OCHS, E.; SCHEGLOFF, E.; THOMPSON, S. (Ed.). **Interaction and grammar**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. p. 134–184.
- FRANK, I. **Constituição e superação de momentos desconfortáveis em sequências de convites à participação**: a construção do engajamento na fala-em-interação de sala de aula. 2010. Dissertação de mestrado do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.
- FRENCH, P.; LOCAL, J. Turn-competitive incomings. **Journal of Pragmatics**, v. 7, n. 1, p. 17–38, 1983.
- FRIDLUND, A. **Human facial expression**: an evolutionary view. San Diego, CA, US: Academic Press, 1994.
- FRIDLUND, A.; EKMAN, P.; OSTER, H. Facial expressions of emotion: review of literature, 1970–1983. In: SIEGMAN, A.; FELDSTEIN, S. (Ed.). **Nonverbal behavior and communication**. Hillsdale NJ: Erlbaum, 1987. p. 143–224.
- GALATI, D.; SCHERER, K. R.; RICCI-BITTI, P. Voluntary facial expression of emotion: Comparing congenitally blind with normally sighted encoders. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 73, n. 6, p. 1363–1380, 1997.
- GALLESE, V.; LAKOFF, G. The brain’s concepts: The role of the sensory-motor system in conceptual knowledge. **Cognitive Neuropsychology**, v. 22, n. 3–4, p. 455–479, 2005.
- GARCEZ, P. A perspectiva da Análise da Conversa Etnometodológica sobre o uso da linguagem em interação social. In: LODER, L.; JUNG, N. M. (Ed.). **Fala-em-interação social**: Introdução à Análise da Conversa Etnometodológica. Porto Alegre: Mercado das Letras, 2008. p. 17–38.
- GARCEZ, P.; LODER, L. Reparo iniciado e levado a cabo pelo outro na conversa cotidiana em português do Brasil. **D.E.L.T.A.**, v. 21, n. 2, p. 279–312, 2005.
- GARCEZ, P.; STEIN, F. Organização da fala-em-interação: o dispositivo para o gerenciamento de fala sobreposta na conversa cotidiana em dados de português brasileiro. **Revista de Estudos da Linguagem**, v. 23, n. 1, p. 159–194, 2015.
- GARFINKEL, H. **Studies in ethnomethodology**. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1967.
- GARFINKEL, H. **Ethnomethodology’s program**: working out durkheim’s aphorism. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 2002.

- GASKINS, S. Cultural perspectives on infant-caregiver interaction. In: ENFIELD, N. J.; LEVINSON, S. C. (Ed.). **Roots of human sociality: culture, cognition and interaction**. Oxford: Berg, 2006. p. 279–298.
- GEORGAKOPOULOU, A. Arguing about the future: on indirect disagreements in conversations. **Journal of Pragmatics**, v. 33, n. 12, p. 1881–1900, 2001.
- GERGELY et al. Taking the intentional stance at 12 months of age. **Cognition**, v. 56, n. 2, p. 165–193, 1995.
- GERWING, J.; BAVELAS, J. Linguistic influences on gesture's form. **Gesture**, v. 4, n. 2, p. 157–195, 2004.
- GILBERT, A.; FRIDLUND, A.; SABINI, J. Hedonic and social determinants of facial displays to odors. **Chemical Senses**, v. 12, n. 2, p. 355–363, 1987.
- GIVENS, D. B. **The nonverbal dictionary of gestures, signs, and body language cues**. [s.l.] Center for Nonverbal Studies Press, 2013.
- GLIGLIERI, M. P. **The dark side of man: tracking the origins of male violence**. Cambridge: Basic Books, 1999.
- GOFFMAN, E. **Relations in public**. Harmondsworth: Penguin Books, 1971.
- GOFFMAN, E. **Frame analysis**. New York: Harper & Row, 1974.
- GOFFMAN, E. **Interaction ritual: essays on face-to-face behavior**. 1967 1 ed. New Brunswick: Aldine Transaction, 2006.
- GOODWIN, C. The interactive construction of a sentence in natural conversation. In: PSATHAS, G. (Ed.). **Everyday language: studies in ethnomethodology**. New York: Irvington Publishers, 1979. p. 97–121.
- GOODWIN, C. Restarts, pauses, and the achievement of a state of mutual gaze at turn-beginning. **Sociological Inquiry**, v. 50, n. 3–4, p. 272–302, 1980.
- GOODWIN, C. **Conversational organization: interaction between speakers and hearers**. New York: Academic Press, 1981.
- GOODWIN, C. Notes on story structure and the organization of participation. In: ATKINSON, J. M.; HERITAGE, J. (Ed.). **Structures of social action: studies in Conversation Analysis**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984. p. 225–246.
- GOODWIN, C. Between and within: alternative treatments of continuers and assessment. **Human Studies**, v. 9, n. 2, p. 205–217, 1986.
- GOODWIN, C. Transparent vision. In: OCHS, E.; SCHEGLOFF, E.; THOMPSON, S. (Ed.). **Interaction and grammar**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. p. 370–404.
- GOODWIN, C. Action and embodiment within situated human interaction. **Journal of Pragmatics**, v. 32, n. 10, p. 1489–1522, set. 2000.
- GOODWIN, C. Time in action. **Current Anthropology**, v. 43, n. S4, p. S19–S35, 2002.
- GOODWIN, C. Environmentally coupled gesture. In: DUNCAN, S.; CASSELL, J.; LEVY, E. (Ed.). **Gesture and the dynamic dimension of language: essays in honor of David McNeill**. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2007. p. 195–212.
- GOODWIN, C. The co-operative, transformative organization of human action and knowledge. **Journal of Pragmatics**, v. 46, n. 1, p. 8–23, 2013.
- GOODWIN, C.; GOODWIN, M. Participation. In: DURANTI, A. (Ed.). **A companion to Linguistic Anthropology**. Oxford: Basil Blackwell, 2004. p. 222–244.
- GOODWIN, C.; HERITAGE, J. Conversation analysis. **Annual Review of Anthropology**, v. 19, p. 283–307, 1990.

- GOODWIN, M. Processes of mutual monitoring implicated in the production of description sequences. **Sociological Inquiry**, v. 50, n. 3–4, p. 303–317, jul. 1980.
- GOODWIN, M. Aggravated correction and disagreement in children's conversations. **Journal of Pragmatics**, v. 7, n. 6, p. 657–677, 1983.
- GOODWIN, M. **He-said-she-said: talk as social organization among black children**. Indianapolis: Indiana University Press, 1990.
- GOODWIN, M.; GOODWIN, C. Gesture and coparticipation in the activity of searching for a word. **Semiotica**, v. 62, n. 1/2, p. 51–75, 1986.
- GOODWIN, M.; GOODWIN, C. Children's arguing. **Language, gender, and sex in comparative perspective**, v. 4, p. 200–248, 1987.
- GOODWIN, M.; GOODWIN, C.; YAEGER-DROR, M. Multi-modality in girl's game disputes. **Journal of Pragmatics**, v. 34, n. 10, p. 1621–1649, 2002.
- GROEBER, S.; POCHON-BERGER, E. Turns and turn-taking in sign language interaction: A study of turn-final holds. **Journal of Pragmatics**, v. 65, p. 121–136, 2014.
- GRUBER, H. Questions and strategic orientation in verbal conflict sequences. **Journal of Pragmatics**, v. 33, n. 12, p. 1815–1857, 2001.
- GUAITELLA et al. Are eyebrow movements linked to voice variations and turn-taking in dialogue? An experimental investigation. **Language and Speech**, v. 52, n. 2–3, p. 207–222, 3 jun. 2009.
- GULLBERG, M.; HOLMQVIST, K. Keeping an eye on gestures: visual perception of gestures in face-to-face communication. **Pragmatics & Cognition**, v. 7, n. 1, p. 35–63, 1999.
- GUMPERZ, J.; HYMES, D. (ed.). **Directions in sociolinguistics: the ethnography of communication**. 1972 1 ed. New York: Blackwell Publishing, 1986.
- HADAR, U.; STEINER, T.; ROSE, F. C. Head movement during listening turns in conversation. **Journal of Nonverbal Behavior**, v. 9, n. 4, p. 214–228, 1985.
- HAGGITH, M. Disagreement in creativity problem solving. **Artificial Intelligence & Creativity Symposium**, Stanford, CA, p. 31, 1993.
- HALL, E. **The silent language**. Garden City: Doubleday, 1959.
- HALL, E. **The hidden dimension**. 1966 1 ed. New York: Anchor Books, 1990.
- HARRISON, P. Independent gestures. In: **A comparison of Brazilian and North American social behavior**. Rowley: Newbury House Publishers, 1983. p. 92–118.
- HARRISON, S. **Grammar, gesture, and cognition: the case of negation in english**. 2009a. Université Michel de Montaigne - Bordeaux 3, 2009a.
- HARRISON, S. The expression of negation through grammar and gesture. In: ZLATEV, J.; ANDRÉN, M.; FALCK, M. J.; LUNDMARK, C. (Ed.). **Studies in Language and Cognition**. [s.l.] Cambridge Scholars Publishing, 2009b. p. 421–435.
- HARRISON, S. Evidence for node and scope of negation in coverbal gesture. **Gesture**, v. 10, n. 1, p. 29–51, 2010.
- HASSEMER, J. **Towards a theory of gesture form analysis. imaginary forms as part of gesture conceptualisation, with empirical support from motion-capture data**. Tese de doutorado do Departamento de Linguística Aplicada da RWTH Aachen University, 2016.
- HAYASHI, M. Joint turn construction through language and the body: notes on embodiment in coordinated participation in situated activities. **Semiotica**, v. 156, n. 1/4, p. 21–53, 2005.
- HAYASHI, M.; RAYMOND, G.; SIDNELL, J. **Conversation repair and human understanding**. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

- HEDBERG, N.; SOSA, J. Pitch contours in negative sentences. **Proceedings of the 15th International Congress of Phonetic Sciences**, p. 1213–1217, 2003.
- HERITAGE, J. **Garfinkel and ethnomethodology**. Cambridge: Polity Press, 1984.
- HERITAGE, J. Ethnomethodology. In: GIDDENS, A.; TURNER, J. (Ed.). **Social Theory Today**. Stanford, CA: Stanford University Press, 1987. p. 224–272.
- HERITAGE, J. Oh-prefaced responses to inquiry. **Language in Society**, v. 27, n. 3, p. 291–334, 1998.
- HERITAGE, J.; GREATBATCH, D. On the institutional character of institutional talk: the case of news interviews. In: BODEN, D.; ZIMMERMAN, D. (Ed.). **Talk and social structure: studies in Ethnomethodology and Conversation Analysis**. Cambridge: Polity Press, 1993. p. 93–137.
- HERRMANN, A. The interaction of eye blinks and other prosodic cues in German Sign Language. **Sign Language & Linguistics**, v. 13, n. 1, p. 3–39, 2010.
- HINDE, R. A. **Non-verbal communication**. Cambridge: Cambridge Univer, 1972.
- HOLLER, J.; BEATTIE, G. Gesture use in social interaction: how speakers' gestures can reflect listeners' thinking. **2nd Conference of the International Society for Gesture Studies (ISGS): Interacting Bodies**, Manchester, p. 1-12, 2005.
- HOLLER et al.. **Turn-taking in human communicative interaction**. Lausanne: Frontiers Media, 2016.
- HOLT, E. Using laugh responses to defuse complaints. **Research on Language & Social Interaction**, v. 45, n. 4, p. 430–448, 2012.
- HOLT, E. Laughter at last: playfulness and laughter in interaction. **Journal of Pragmatics**, v. 100, p. 89–102, 2016.
- HUTCHBY, I. **Confrontation talk: arguments, asymmetries, and power on talk radio**. [s.l.] Routledge, 2013.
- IÇBAY, M. A.; YILDIRIM, A. The construction of shared laughter in an institutional setting: who laughs at what in the classroom? **European Journal of Research on Education**, v. 1, n. 1, p. 37–47, 2013.
- JEFFERSON, G. A case of precision timing in ordinary conversation: overlapped tag-positioned address terms in closing sequences. **Semiotica**, v. 9, n. 1, p. 47–96, 1973.
- JEFFERSON, G. Notes on some orderliness of overlap onset. In: D'URSO, V.; LEONARDI, P. (Ed.). **Discourse analysis and natural rethoric**. Padua: Cleup Editore, 1984a. p. 11–38.
- JEFFERSON, G. On organization of laughter in talk about troubles. In: ATKINSON, J. M.; HERITAGE, J. (Ed.). **Structures of social action: studies in Conversation Analysis**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984b. p. 346–369.
- JEFFERSON, G. On exposed and embedded correction in conversation. In: BUTTON, G.; LEE, J. R. E. (Ed.). **Talk and social organization**. Clevedon: Multilingual Matters, 1987. p. 86–100.
- JEFFERSON, G. A sketch of some orderly aspects of overlap in natural conversation. In: LERNER, G. (Ed.). **Conversation Analysis: studies from the first generation**. Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2004a. p. 43–59.
- JEFFERSON, G. Glossary of transcript symbols with an introduction. In: LERNER, G. (Ed.). **Conversation Analysis: studies from the first generation**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2004b. p. 13–31.
- JEFFERSON, G.; SACKS, H.; SCHEGLOFF, E. Notes on laughter in the pursuit of intimacy. In: BUTTON, G.; LEE, J. R. E. (Ed.). **Talk and social organization**. Clevedon: Multilingual Matters, 1987. p. 152–205.
- JORDAN, J. S. Wild Systems Theory: overcoming the computational-ecological divide via self-

sustaining systems. **COGSCI**, p. 15–18, 2010.

KÄÄNTÄ, L. From noticing to initiating correction: students' epistemic displays in instructional interaction. **Journal of Pragmatics**, v. 66, n. November, p. 86–105, 2014.

KAKAVA, C. Opposition in modern Greek discourse: cultural and contextual constraints. **Journal of Pragmatics**, v. 34, n. 10–11, p. 1537–1568, 2002.

KAUFMANN, A. Negation and prosody in British English: a study based on the London-Lund Corpus. **Journal of Pragmatics**, v. 34, n. 10, p. 1473–1494, 2002.

KAUKOMAA, T.; PERÄKYLÄ, A.; RUUSUVUORI, J. Turn-opening smiles: facial expression constructing emotional transition in conversation. **Journal of Pragmatics**, v. 55, p. 2142, 2013.

KAUKOMAA, T.; PERÄKYLÄ, A.; RUUSUVUORI, J. Foreshadowing a problem: turn-opening frowns in conversation. **Journal of Pragmatics**, v. 71, p. 132–147, 2014.

KAUKOMAA, T.; PERÄKYLÄ, A.; RUUSUVUORI, J. How listeners use facial expression to shift the emotional stance of the speaker's utterance. **Research on Language and Social Interaction**, v. 48, n. 3, p. 319–341, 2015.

KEEVALLIK, L. Turn organization and bodily-vocal demonstrations. **Journal of Pragmatics**, v. 65, p. 103–120, 2014.

KELTNER, D. Signs of appeasement: evidence for the distinct displays of embarrassment, amusement, and shame. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 68, n. 3, p. 441–454, 1995.

KELTNER, D.; ANDERSON, C. Saving face for Darwin: the functions and uses of embarrassment. **Current Directions in Psychological Science**, v. 9, n. 6, p. 187–192, 2000.

KELTNER, D.; BUSWELL, B. Evidence for the distinctness of embarrassment, shame, and guilt: a study of recalled antecedents and facial expressions of emotion. **Cognition and Emotion**, v. 10, n. 2, p. 155–171, 1996.

KENDON, A. Some functions of gaze direction in social interaction. **Acta Psychologica**, v. 26, p. 22–63, 1967.

KENDON, A. Some relationships between body motion and speech. In: SEIGMAN, A.; POPE, B. (Ed.). **Studies in dyadic communication**. Elmsford: Pergamon Press, 1972. p. 177–210.

KENDON, A. Gesticulation and speech: two aspects of the process of utterance. In: KEY, M. R. (Ed.). **The Relationship of Verbal and Nonverbal communication**. The Hague: Mouton de Gruyter, 1980. p. 207–227.

KENDON, A. Spatial organization in social encounters: the F-formation system. In: **Conducting interaction: patterns of behavior in focused encounters**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990. p. 209–237.

KENDON, A. Some uses of the head shake. **Gesture**, v. 2, n. 2, p. 147–182, 2002.

KENDON, A. **Gesture: visible action as utterance**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

KENDON, A. Semiotic diversity in utterance production and the concept of “language”. **Philosophical Transactions of the Royal Society B: Biological Sciences**, v. 369, n. 1651, 2014.

KIDWELL, M. Gaze as social control: how very young children differentiate “the look” from a “mere look” by their adult caregivers. **Research on Language and Social Interaction**, v. 38, n. 4, p. 417–449, 2005.

KITA, S.; ALIBALI, M. W. How do gestures influence thinking and speaking? The gesture-for-conceptualization hypothesis. **Psychological Review**, v. 124, n. 3, p. 245–266, 2017.

KITA, S.; GIJIN, I.; HULST, H. Movement phases in signs and co-speech gestures, and their transcription by human coders. In: WACHSMUTH, I.; FROHLICH, M. (Ed.). **Gesture and sign**

language in human-computer interaction. London: Springer-Verlag, 1998. p. 23–35.

KNAPP, M.; HALL, J. **Nonverbal communication in human interaction.** Boston: Wadsworth Cengage Learning, 2010.

KOTTHOFF, H. Disagreement and concession in disputes: on the context sensitivity of preference structures. **Language in Society**, v. 22, n. 2, p. 193–216, 1993.

KRAUT, R.; JOHNSTON, R. Social and emotional messages of smiling: an ethological approach. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 37, n. 9, p. 1539–1553, 1979.

LAFOREST, M. Scenes of family life: complaining in everyday conversation. **Journal of Pragmatics**, v. 34, n. 10–11, p. 1595–1620, 2002.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. **Metaphors we live by.** Chicago and London: The University of Chicago Press, 1980.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. **Philosophy in the flesh:** the embodied mind and its challenge to western thought. [s.l.] Basic Books, 1999.

LANGLOTZ, A.; LOCHER, M. A. Ways of communicating emotional stance in online disagreements. **Journal of Pragmatics**, v. 44, n. 12, p. 1591–1606, 2012.

LEAL, S.; VRIJ, A. Blinking during and after lying. **Journal of Nonverbal Behavior**, v. 32, n. 4, p. 187–194, 2008.

LEITE, T. **Uma segmentação da língua de sinais brasileira (libras):** um estudo lingüístico descritivo a partir da conversação espontâneas entre surdos. Tese de doutorado da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Letras Modernas - Programa de Estudos Lingüísticos e Literários em Inglês, da Universidade de São Paulo, 2008.

LEITE, T.; MCCLEARY, L. A identificação de unidades gramaticais na libras: uma proposta de abordagem baseada-no-uso. **Todas as Letras**, v. 15, n. 1, p. 62–87, 2013.

LERNER, G. H. Turn-sharing: the choral co-production of talk-in-interaction. In: FORD, C.; FOX, B.; THOMPSON, S. (Ed.). **The language of turn and sequence.** Oxford: Oxford University Press, 2002. p. 225–256.

LERNER, G. H. Selecting next speaker: the context-sensitive operation of a context-free organization. **Language in Society**, v. 32, n. 2, p. 177–201, 2003.

LEVINSON, S. Action formation and ascription. In: SIDNELL, J.; STIVERS, T. (Ed.). **The Handbook of Conversation Analysis.** [s.l.] Blackwell Publishing Ltd, 2013. p. 103–130.

LIBERMAN, K. Studying objectivation practices. **Quaderni del Dipartimento di Sociologia e Ricerca Sociale**, v. Quaderno 2, p. 3–20, 2016.

LIDDICOAT, A. **An introduction to conversation analysis.** 2nd. ed. London/New York: Continuum International Publishing Group, 2011.

LOCAL, J.; KELLY, J. Projection and “silences”: notes on phonetic and conversational structure. **Human Studies**, v. 9, n. 2/3, p. 185–204, 1986.

LOCAL, J.; KELLY, J.; WELLS, W. Towards a phonology of conversation: turn-taking in Tyneside English. **Journal of Linguistics**, v. 22, n. 2, p. 411–437, 1986.

LOCHER, M. A.; LANGLOTZ, A. Relational work: at the intersection of cognition, interaction and emotion. **Swiss Association of Applied Linguistics**, v. 88, p. 165–191, 2008.

LOCHER, M. A.; WATTS, R. J. Politeness theory and relational work. **Journal of Politeness Research. Language, Behaviour, Culture**, v. 1, n. 1, p. 9–33, 2005.

LODER, L. **Investindo no conflito:** a correção pelo outro construindo discordâncias agravadas. Dissertação de mestrado do Instituto de Letras da Universidade do Rio Grande do Sul, 2006.

LODER, L.; GONZALEZ, P.; GARCEZ, P. Reparo em terceira posição e intersubjetividade na fala-

em-interação em português brasileiro. **Veredas: Revista de Estudos Linguísticos**, v. 6, n. 2, p. 115–122, 2002.

MARKMAN, H.; NOTARIUS, C. Coding marital and family interaction: current status. In: JACOB, T. (Ed.). **Family interaction and psychopathology: theories, methods, and findings**. New York: Springer Science +Business Media, 1987. p. 329–390.

MAYNARD, D. On the function of social conflict among children. **American Sociological Review**, v. 50, n. 2, p. 207–223, 1985.

MAYNARD, S. **Japanese conversation: self-contextualization through structure and interactional management**. Norwood, NJ: Ablex Publishing, 1989.

MCCLAVE, E. Linguistic functions of head movements in the context of speech. **Journal of Pragmatics**, v. 32, n. 7, p. 855–878, 2000.

MCCLAVE et al. Head movements in the context of speech in Arabic, Bulgarian, Korean, and African-American Vernacular English. **Gesture**, v. 7, n. 3, p. 343–390, 2007.

MCCLEARY, L.; LEITE, T. Turn-taking in Brazilian sign language: evidence from overlap. **Journal of Interactional Research in Communication Disorders**, v. 4, n. 1, p. 123–154, 2013.

MCCLEARY, L.; VIOTTI, E. Transcrição de dados de uma língua sinalizada: um estudo piloto da transcrição de narrativas na língua de sinais brasileira (LSB). In: SALLES, H. M. M. L. (Ed.). **Bilinguismo dos surdos: questões linguísticas e educacionais**. Goiania: Cânone Editorial, 2007. p. 23–96.

MCCLEARY, L.; VIOTTI, E. Linguistics in search of a semiotics of interaction. **10th Brazilian International Meeting on Cognitive Science**, December, São Paulo, p. 1-9, 2015.

MCCLEARY, L.; VIOTTI, E. Fundamentos para uma semiótica de corpos em ação. In: FIORIN, J. L. (Ed.). **Novos caminhos da linguística**. São Paulo: Editora Contexto, 2017. p. 171–193.

MCCLEARY, L.; VIOTTI, E.; LEITE, T. Descrição das línguas sinalizadas: a questão da transcrição dos dados. **Alfa**, v. 54, n. 1, p. 265–289, 2010.

MCNEILL, D. So you think gestures are nonverbal? **Psychological Bulletin**, v. 92, n. 3, p. 350–371, 1985.

MCNEILL, D. **Hand and mind: what gestures reveal about thought**. Chicago: Chicago University Press, 1992.

MCNEILL, D. **Language and gesture**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

MCNEILL, D. **Gesture and thought**. Chicago and London: University of Chicago Press, 2005.

MEAD, G. **Mind, self, and society: from the standpoint of a social behaviorist**. 1934 1 ed. Chicago: University of Chicago Press, 1992.

MENDES, D. M.; SEIDL-DE-MOURA, M. L. O sorriso humano: aspectos universais, inatos e os determinantes culturais. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 61, n. 1, p. 109–120, 2009.

MITTELBERG, I. **Metaphor and metonymy in language and gesture: discourse evidence for multimodal models of grammar**. Tese de doutorado da Cornell University, Ithaca, NY, 2006.

MOERMAN, M. **Talking culture: Ethnography and Conversation Analysis**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1988.

MONDADA, L. Participants' online analysis and multimodal practices: projecting the end of the turn and the closing of the sequence. **Discourse Studies**, v. 8, n. 1, p. 117–129, 2006a.

MONDADA, L. Video recording as the preservation of fundamental features for analysis. In: KNOBLAUCH et al. (Ed.). **Video analysis: methodology and methods**. Bern: Lang, 2006b. p. 51–68.

MONDADA, L. Multimodal resources for turn-taking: pointing and the emergence of possible next

speakers. **Discourse Studies**, v. 9, n. 2, p. 194–225, 2007.

MONDADA, L. Emergent focused interactions in public places: a systematic analysis of the multimodal achievement of a common interactional space. **Journal of Pragmatics**, v. 41, n. 10, p. 1977–1997, 2009a.

MONDADA, L. Video recording practices and the reflexive constitution of the interactional order: some systematic uses of the split-screen technique. **Human Studies**, v. 32, n. 1, p. 67–99, 2009b.

MONDADA, L. Understanding as an embodied, situated and sequential achievement in interaction. **Journal of Pragmatics**, v. 43, n. 2, p. 542–552, 2011a.

MONDADA, L. The organization of concurrent courses of action in surgical demonstrations. In: STREECK, J.; GOODWIN, C.; LEBARON, C. (Ed.). **Embodied Interaction: Language and body in the material world**. New York: Cambridge University Press, 2011b. p. 207–226.

MONDADA, L. Talking and driving: multiactivity in the car. **Semiotica**, v. 191, n. 1/4, p. 223–256, 2012.

MONDADA, L. Embodied and spatial resources for turn-taking in institutional multi-party interactions: participatory democracy debates. **Journal of Pragmatics**, v. 46, n. 1, p. 39–68, 2013.

MONDADA, L. The local constitution of multimodal resources for social interaction. **Journal of Pragmatics**, v. 65, p. 137–156, 2014a.

MONDADA, L. Instructions in the operating room: how the surgeon directs their assistant's hands. **Discourse Studies**, v. 16, n. 2, p. 131–161, 2014b.

MONDADA, L. Challenges of multimodality: language and the body in social interaction. **Journal of Sociolinguistics**, v. 20, n. 3, p. 336–366, 2016.

MORRIS, D. **Bodytalk: a world guide to gestures**. London: Jonathan Cape, 1994.

MUNTIGL, P.; TURNBULL, W. Conversational structure and facework in arguing. **Journal of Pragmatics**, v. 29, n. 3, p. 225–256, 1998.

MURRAY, L.; THREVARTHEN, C. The infant's role in mother-infant communications. **Journal of Child Language**, v. 13, n. 1, p. 15–29, 1986.

NETZ, H. Disagreement patterns in gifted classes. **Journal of Pragmatics**, v. 61, p. 142–160, 2014.

NORRICK, N.; SPITZ, A. Humor as a resource for mitigating conflict in interaction. v. 40, p. 1661–1686, 2008.

O'CONNELL, D.; KOWAL, S.; KALTENBACHER, E. Turn-taking: a critical analysis of the research tradition. **Journal of Psycholinguistic Research**, v. 19, n. 6, p. 345–373, 1990.

OGDEN, R. Phonetics and social action in agreements and disagreements. **Journal of Pragmatics**, v. 38, n. 10, p. 1752–1775, 2006.

OUSLER et al. The ocular protection index. **Cornea**, v. 27, n. 5, p. 509–513, 2008.

ÖZYÜREK, A. Do speakers design their cospeech gestures for their addressees? The effects of addressee location on representational gestures. **Journal of Memory and Language**, v. 46, n. 4, p. 688–704, 2002.

PELEG et al. Facial expressions in various emotional states in congenitally blind and sighted subjects. **Israel Journal of Ecology and Evolution**, v. 55, n. 1, p. 11–30, 2009.

PFAU, R.; QUER, J. Nonmanuals: their prosodic and grammatical roles. In: BRENTARI, D. (Ed.). **Sign languages. A Cambridge language survey**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010. p. 381–402.

POMERANTZ, A. Agreeing and disagreeing with assessments: some features of preferred/dispreferred turn shapes. In: ATKINSON, J. M.; HERITAGE, J. (Ed.). **Structures of social action: studies in Conversation Analysis**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984. p. 57–101.

- POMERANTZ, A. Extreme case formulations: a new way of legitimating claims. **Human Studies**, v. 9, n. 2, p. 219–230, 1986.
- POMERANTZ, A. Preference organization revisited: displaying speaker's stance toward performing an action. **National Communication Association**, p. 1-16, 2008.
- POYATOS, F. **Paralanguage**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1993.
- POYATOS, F. **Nonverbal communication across disciplines: cultures, sensory interaction, speech, conversation**. Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2002.
- RAHAYUDI, B.; POPPE, R. W.; HEYLEN, D. Twente debate corpus - a multimodal corpus for head movement analysis. **International Conference on Language Resources and Evaluation**, Luxembourg, p. 4184-4188, 2014.
- RASMUSSEN, G. Inclined to better understanding the coordination of talk and “leaning forward” in doing repair. **Journal of Pragmatics**, v. 65, p. 30–45, 2014.
- REES-MILLER, J. Power, severity, and context in disagreement. **Journal of Pragmatics**, v. 32, n. 8, p. 1087–1111, 2000.
- ROBEY, E.; CANARY, D.; BURGRAFF, C. Conversational maintenance behaviors of husbands and wives: an observational analysis. In: CANARY, D.; DINDIA, K. (Ed.). **Sex differences and similarities in communication: critical essays and empirical investigations of sex and gender in interaction**. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates Publishers, 1998. p. 373–392.
- ROBINSON, J. The sequential organization of “explicit” apologies in naturally. **Research on Language and Social Interaction**, v. 37, n. 3, p. 291–330, 2004.
- ROBINSON, J.; BOLDEN, G. Preference organization of sequence-initiating actions: the case of explicit account. **Discourse Studies**, v. 12, n. 4, p. 501–533, 2010.
- ROSSANO, F. When it's over is it really over? On the effects of sustained gaze vs gaze withdrawal at sequence possible completion. **9th International Pragmatics Conference**, Riva del Garda, 2005.
- ROSSANO, F. **Gaze behavior in face-to-face interaction**. Nijmegen: Ipskamp Drukkers, 2012.
- ROSSANO, F.; BROWN, P.; LEVINSON, S. Gaze, questioning, and culture. In: SIDNELL, J. (Ed.). **Conversation Analysis: comparative perspectives**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009. p. 187–249.
- SACKS, H. Sociological description. **Berkeley Journal of Sociology**, p. 1–16, 1963.
- SACKS, H. An analysis of the course of a joke's telling in conversation. In: BAUMAN, R.; SHERZER, J. (Ed.). **Explorations in the Ethnography of speaking**. Cambridge: Cambridge University Press, 1974. p. 337–353.
- SACKS, H. Notes on methodology. In: ATKINSON, J. M.; HERITAGE, J. (Ed.). **Structures of social action: studies in Conversation Analysis**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984. p. 1–27.
- SACKS, H. On the preferences for agreement and contiguity in sequences in conversation. In: BUTTON, G.; LEE, J. R. E. (Ed.). **Talk and social organization**. Clevedon: Multilingual Matters, 1987. p. 54–69.
- SACKS, H. **Lectures on conversation (2 vols)**. Malden: Blackwell Publishing, 1992a.
- SACKS, H. “The baby cried. The mommy picked it up”. In: **Lectures in Conversation**. Malden: Blackwell Publishing, 1992b. 1p. 236–258.
- SACKS, H.; SCHEGLOFF, E.; JEFFERSON, G. A simplest systematics for the organization of turn-taking for conversation. **Language**, v. 50, n. 4, p. 696–735, 1974.
- SACKS, H.; SCHEGLOFF, E.; JEFFERSON, G. Sistemática elementar para a organização da tomada de turnos para a conversa. **Veredas**, v. 7, n. 1 and 2, p. 9–73, 2003.
- SAHLSTRÖM, J. F. The interactional organization of hand raising in classroom interaction. **Journal**

of **Classroom Interaction**, v. 37, n. 2, p. 47–57, 2002.

SCHEGLOFF, E. Sequencing in conversational openings. **American Anthropologist**, v. 70, n. 6, p. 1075–1095, 1968.

SCHEGLOFF, E. The relevance of repair for syntax-for-conversation. In: GIVÓN, T. (Ed.). **Discourse and syntax**. New York: Academic Press, 1979. p. 261–286.

SCHEGLOFF, E. On some gestures' relation to talk. In: ATKINSON, J. M.; HERITAGE, J. (Ed.). **Structures of social action: studies in Conversation Analysis**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984. p. 266–296.

SCHEGLOFF, E. Some sources of misunderstanding in talk-in-interaction. **Linguistics**, v. 25, n. 1, p. 201–218, 1987a.

SCHEGLOFF, E. Analyzing single episodes in interaction: An exercise in conversation analysis. **Social Psychology Quarterly**, v. 50, p. 101–104, 1987b.

SCHEGLOFF, E. Goffman and the analysis of conversation. In: DREW, P.; WOOTTON, A. (Ed.). **Erving Goffman: exploring the interaction order**. Oxford: Polity Press, 1988. p. 89–135.

SCHEGLOFF, E. On the organization of sequences as a source of “coherence” in talk in interaction. In: DORVAL, B. (Ed.). **Conversation organization and its development**. Norwood: Ablex, 1990. p. 51–77.

SCHEGLOFF, E. Reflection on talk and social structure. In: BODEN, D.; ZIMMERMAN, D. (Ed.). **Talk and social structure: studies in Ethnomethodology and Conversation Analysis**. Los Angeles: University of California Press, 1991a. p. 44–70.

SCHEGLOFF, E. Conversation Analysis and socially shared cognition. In: RESNICK, L.; LEVINE, J.; TEASLEY, S. (Ed.). **Perspectives on socially shared cognition**. Washington: American Psychological Association, 1991b. p. 150–171.

SCHEGLOFF, E. Repair after next turn: the last structurally provided defense of intersubjectivity in conversation. **American Journal of Sociology**, v. 97, n. 5, p. 1295–1345, 1992.

SCHEGLOFF, E. Turn organization: one intersection of grammar and interaction. In: OCHS, E.; SCHEGLOFF, E.; THOMPSON, S. (Ed.). **Interaction and grammar**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. p. 52–133.

SCHEGLOFF, E. Whose text? whose context? **Discourse & Society**, v. 8, n. 2, p. 165–187, 1997a.

SCHEGLOFF, E. Practices and actions: boundary cases of other-initiated repair. **Discourse Processes**, v. 23, n. 3, p. 499–545, 1997b.

SCHEGLOFF, E. Third Turn Repair. In: GUY et al.. (Ed.). **Towards a social science of language: papers in honor of William Labov**. Volume 2: social interaction and discourse structures. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 1997c. p. 31–40.

SCHEGLOFF, E. Body torque. **Social Research**, v. 65, n. 3, p. 535–596, 1998.

SCHEGLOFF, E. Discourse, Pragmatics, Conversation Analysis. **Discourse Studies**, v. 1, n. 4, p. 405–435, 1 nov. 1999.

SCHEGLOFF, E. Overlapping talk and the organization of turn-taking for conversation. **Language in Society**, v. 29, n. 1, p. 1–63, 2000a.

SCHEGLOFF, E. When “others” initiate repair. **Applied Linguistics**, v. 21, n. 2, p. 205–243, 1 jun. 2000b.

SCHEGLOFF, E. On complainability. **Social Problems**, v. 52, n. 4, p. 449–476, 2005.

SCHEGLOFF, E. **Sequence organization in interaction: a primer in conversation analysis**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

SCHEGLOFF, E. Ten operations in self-initiated, same-turn repair. In: HAYASHI, M.; RAYMOND,

- G.; SIDNELL, J. (Ed.). **Conversational repair and human understanding**. Cambridge: Cambridge University Press, 2013. p. 41–70.
- SCHEGLOFF, E.; JEFFERSON, G.; SACKS, H. The preference for self-correction in the organization of repair in conversation. **Language**, v. 53, n. 2, p. 361–382, 1977.
- SCHEGLOFF, E.; LERNER, G. H. Beginning to respond: Well-prefaced responses to wh-questions. **Research on Language and Social Interaction**, v. 42, n. 2, p. 91–115, 2009.
- SCHEGLOFF, E.; SACKS, H. Opening up closings. **Semiotica**, v. VII, n. 4, p. 289–327, 1973.
- SCHIFFRIN, D. Jewish argument as sociability. **Language in Society**, v. 13, n. 3, p. 311–335, 1984.
- SCHÜTZ, A. The dimensions of the social world. In: BRODERSEN, A. (Ed.). **Collected papers II: studies in Social Theory**. Haia: Martinus Nijhoff, 1964. p. 20–63.
- SCOTT, G. **Disagreements, disputes and all-out war**. New York: Amacon Div. American Mgmt Assn., 2007.
- SCOTT, M.; LYMAN, S. Accounts. **American Sociological Review**, v. 33, n. 1, p. 46–62, 1968.
- SCOTT, S. Linguistic feature variation within disagreements: An empirical investigation. **Text**, v. 22, n. 2, p. 301–328, 2002.
- SELTING, M. The construction of units in conversational talk. **Language in Society**, v. 29, n. 4, p. 477–517, 2000.
- SHERZER, J. Puns and jokes. In: VAN DIJK, T. (Ed.). **Handbook of Discourse Analysis**. London: Academic Press, 1985. p. 213–221.
- SHOCKLEY, K.; RICHARDSON, D. C.; DALE, R. Conversation and coordinative structures. **Topics in Cognitive Science**, v. 1, n. 2, p. 305–319, 2009.
- SIDNELL, J. Conversational turn-taking in a Caribbean English Creole. **Journal of Pragmatics**, v. 33, n. 8, p. 1263–1290, 2001.
- SIFIANOU, M. Disagreements, face and politeness. **Journal of Pragmatics**, v. 44, n. 12, p. 1554–1564, 2012.
- SPIVEY, M. **The continuity of mind**. New York: Oxford University Press, 2007.
- SPIVEY, M.; TANENHAUS, M.; EBERHARD, K.; SEDIVY, J. Eye movements and spoken language comprehension: effects of visual context on syntactic ambiguity resolution. **Cognitive Psychology**, v. 45, n. 4, p. 447–481, 2002.
- STIVERS et al. Universals and cultural variation in turn-taking in conversation. **PNAS**, v. 106, n. 26, p. 10587–10592, 2009.
- STRAEHLE, C. “Samuel?” “Yes, dear?” teasing and conversational rapport. In: TANNEN, D. (Ed.). **Framing in discourse**. New York: Oxford University Press, 1993. p. 210–230.
- STREECK, J. Embodied contexts, transcontextuals, and the timing of speech acts. **Journal of Pragmatics**, v. 8, n. 1, p. 113–137, 1984.
- STREECK, J. On projection. In: GOODY, E. (Ed.). **Social intelligence and interaction: expressions and implications of the social bias in human intelligence**. New York: Cambridge University Press, 1995. p. 87–110.
- STREECK, J. Laborious intersubjectivity: attentional struggle and embodied communication in an auto-shop. In: WACHSMUTH, I.; LENZEN, M.; KNOBLICH, G. (Ed.). **Embodied communication in humans and machines**. Oxford: Oxford University Press., 2008a. p. 201–228.
- STREECK, J. Gesture in political communication: a case study of the emocratic presidential candidates during the 2004 primary campaign. **Research on Language & Social Interaction**, v. 41, n. 2, p. 154–186, 2008b.

- STREECK, J. **Gesturecraft**: the manu-facture of meaning. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins., 2009.
- STREECK, J. Interaction and the living body. **Journal of Pragmatics**, v. 46, n. 1, p. 69–90, 2013.
- STREECK, J.; HARTGE, U. Previews: Gesture at the transition place. In: AUER, P.; DI LUZIO, A. (Ed.). **The contextualization of language**. [s.l.] John Benjamins Publishing Company, 1992. p. 135–157.
- STREECK, J.; JORDAN, J. S. Projection and anticipation: the forward-looking nature of embodied communication. **Discourse Processes**, v. 46, n. 2–3, p. 93–102, 2009a.
- STREECK, J.; JORDAN, J. S. Communication as a dynamical self-sustaining system: the importance of time-scales and nested context. **Communication Theory**, v. 19, n. 4, p. 445–464, 2009b.
- STRIANO, T.; HENNING, A.; STAHL, D. Sensitivity to interpersonal timing at 3 and 6 months of age. **Interaction Studies**, v. 7, n. 2, p. 251–271, 2006.
- STUKENBROCK, A. Take the words out of my mouth: verbal instructions as embodied practices. **Journal of Pragmatics**, v. 65, p. 80–102, 2014.
- TANAKA, H. **Turn-taking in japanese conversation**: a study in grammar and interaction. [s.l.] John Benjamins Publishing Company, 2000.
- TANNEN, D. **You just don't understand**: women and men in conversation. New York: Harper Collins Publishers, 1990.
- TANNEN, D. Intertextuality in interaction: reframing family arguments in public and private. **Text and Talk**, v. 26, n. 4–5, p. 597–617, 2006.
- TANNEN, D.; KAKAVA, C. Power and solidarity in modern Greek conversation: disagreeing to agree. **Journal of Modern Greek Studies**, v. 10, n. 1, p. 11–34, 1992.
- TEN HAVE, P. **Doing conversation analysis**: a practical guide. 2a. ed. London: Sage Publications, 2007.
- THOMPSON, J. B. **The media and modernity**: a social theory of the media. Cambridge: Cambridge Polity, 1996.
- TING-TOOMEY, S. The matrix of face: an updated face-negotiation theory. In: GUDYKUNST, W. (Ed.). **Theorizing about intercultural communication**. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 2005. p. 71–91.
- TJOSVOLD, D. The conflict-positive organization: It depends upon us. **Journal of Organizational Behavior**, v. 29, p. 19–28, 2008.
- TOMASELLO, M. **Constructing a language**: a usage-based theory of language acquisition. Cambridge: Harvard University Press, 2005.
- TOMASELLO, M. Human cooperative communication. In: **Origins of human communication**. Cambridge: MIT Press, 2008. p. 57–108.
- VANHOOFF, J. A. R. A. M. A comparative approach to the phylogeny of laughter and smiling. In: HINDE, R. A. (Ed.). **Non-verbal communication**. Cambridge: Cambridge University Press, 1972. p. 209–241.
- WALKER, G. Young children's use of laughter after transgressions. **Research on Language & Social Interaction**, v. 46, n. 4, p. 363–382, 2013.
- WEIL, P.; TOMPAKOW, R. **O corpo fala**: a linguagem silenciosa da comunicação não-verbal. Petrópolis: Vozes Editora, 1986.
- WHITEHEAD, K. Some uses of head nods in “third position” in talk-in-interaction. **Gesture**, v. 11, n. 2, p. 103–122, 2011.
- WILBUR, R. Eyeblinks and ASL phrase structure. **Sign Language Studies**, v. 84, p. 221–240, 1994.

WILLIAMS, R. **Making meaning from a clock: material artifacts and conceptual blending**. 2004. University of California, 2004.

WILLIAMS, R. Gesture as a conceptual mapping tool. In: CIEMKI, A.; MÜLLER, C. (Ed.). **Metaphor and gesture**. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2008. p. 55–92.

WILSON, M. Six views of embodied cognition. **Psychonomic Bulletin & Review**, v. 9, n. 4, p. 625–636, 2002.

YAEGER-DROR, M. Intonational prominence on negatives in English. **Language and Speech**, v. 28, n. 3, p. 197–230, 1985.

YAEGER-DROR, M. Register and prosodic variation, a cross-language comparison. **Journal of Pragmatics**, v. 34, n. 10, p. 1495–1536, 2002.

ZUENGLER, J.; FORD, C.; FASSNACHT, C. Analyst eyes and camera eyes: theoretical and technological considerations in “seeing” the details of classroom interaction. **National Research Center on English Learning and Achievement (CELA)**, p. 1–32, 1999.

APÊNDICE A- Modelo de consentimento para participação em pesquisa⁹⁹

Título da pesquisa: *A comunicação na interação face a face*

Pesquisador: Cacilda Vilela de Lima

Colaborador: _____

Propósito e Contexto

Meu nome é Cacilda Vilela de Lima. Sou aluna de doutorado junto ao Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos e Literários em Inglês, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo, sob a orientação do Professor Doutor Leland Emerson McCleary. Gostaria de convidá-lo a participar de minha pesquisa que, em linhas gerais, envolve a análise da comunicação na interação face a face.

Procedimentos: O que me acontecerá se eu participar?

Se você concordar em participar desta pesquisa, a sua colaboração acontecerá por meio da filmagem, em vídeo, com uma ou mais câmeras, de conversas com outros participantes. [O tema dessas conversas será escolhido pelos próprios participantes]. As gravações têm o objetivo de documentar com precisão e completude a comunicação face a face.

Se você não quiser continuar, pode parar a participação a qualquer momento. Você pode também pedir, no formulário abaixo, que seu rosto e/ou voz sejam modificados para não serem identificáveis.

Participando deste estudo

A participação nesta pesquisa é voluntária. Você é livre para declinar de sua participação no projeto a qualquer momento. Você também é livre para pedir que a gravação feita seja permanentemente apagada, parcial ou inteiramente, ao fim da sessão.

Benefícios

Não há nenhum benefício direto para você por participar deste estudo. Gostaria de lembrar-lhe, no entanto, que ao participar e tomar parte neste estudo, você estará ajudando a comunidade científica a ter um conhecimento melhor dos sistemas comunicativos interativos presenciais.

Riscos

Este estudo apresenta risco mínimo a você. Os resultados serão usados exclusivamente para fins de pesquisa acadêmica, e não serão usados para nenhum fim comercial. Serão tomados todos os cuidados para garantir que as restrições que você indicar sejam respeitadas.

Confidencialidade: Quem tem acesso aos dados da pesquisa?

Seus dados serão manejados tão confidencialmente quanto possível, de modo a satisfazer suas preferências indicadas neste instrumento. As informações e as fitas de vídeo serão mantidas aos cuidados do grupo de pesquisa Laboratório ‘Linguagem, Interação, Cognição’ – LLIC, ao qual

⁹⁹ Este modelo de termo de consentimento para participação em pesquisa foi criado pelos membros do *Laboratório de Linguagem, Interação e Cognição* (LLIC), sob a supervisão dos Profs. Drs. Evani de Carvalho Viotti e Leland Emerson McCleary da Faculdade de Letras da Universidade de São Paulo, sendo baseado nos termos de consentimento usados na UC Berkeley, na Case Western Reserve University e na RWTH University Aachen (Alemanha).

faço parte, coordenado pelos Professores Doutores Leland Emerson McCleary, do Departamento de Letras Modernas, e Evani de Carvalho Viotti, do Departamento de Linguística, FFLCH/USP.

Seu nome, voz e imagem só serão utilizados em publicações ou apresentações relacionadas a esta pesquisa com a sua permissão explícita, indicada neste instrumento. Quando a pesquisa estiver concluída, as gravações e minhas notas poderão ser usadas em futuras pesquisas, empreendidas por mim ou por outros pesquisadores, mediante autorização dos coordenadores do LLIC, sempre respeitando as opções indicadas por você.

Perguntas

Caso você tenha qualquer pergunta à respeito desta pesquisa, por favor, sinta-se livre para nos contatar das seguintes maneiras:

Cacilda Vilela de Lima: <cacilda@upgames.com.br> (e-mail) ou pelos telefones (11) 5055-3153 e (11) 99378-4835.

Prof. Dr. Leland Emerson McCleary (DLM) <mccleary@usp.br> ou Prof. Dr. Evani Viotti (DL) <viotti@usp.br>, da FFLCH, USP.

Se você concordar em participar, por favor, assine este documento abaixo. Você pode manter a outra cópia deste formulário para seus propósitos particulares. Muito obrigada por seu tempo e interesse!

Consentimento

Por favor, indique, assinando com suas iniciais nos espaços abaixo, quais usos das gravações e dos outros materiais de pesquisa, você está de acordo em permitir. Você está livre para indicar qualquer quantidade dos itens abaixo, incluindo nenhum. Ao assinar suas iniciais ao lado de cada item, você concorda em permitir que a parte indicada por você do material de pesquisa coletado durante esta entrevista, possa ser analisada por ou compartilhada com outros pesquisadores da comunidade acadêmica.

Caso você não indique nenhum dos três itens abaixo, suas gravações serão usadas apenas confidencialmente em nossas análises, não sendo nunca utilizadas em publicações ou apresentações acadêmicas.

Rubrique no espaço inicial o(s) item(ns) com que você está de acordo.

1. Nome

_____ 1a) Posso ser identificado por meu nome completo (indique a forma do nome que você prefere que seja usada: _____)

_____ 1b) Posso ser identificado por meu primeiro nome apenas (indique a forma do nome que você prefere: _____)

_____ 1c) Posso ser identificado apenas por um pseudônimo (indique o nome que você prefere, caso haja preferência: _____)

2. *Voz*

_____ 2a) Minha voz natural pode ser usada em publicações digitais e apresentações acadêmicas públicas.

_____ 2b) Minha voz natural pode ser usada em publicações digitais e apresentações acadêmicas públicas, desde que seja modificada de forma a não ser identificável.

3. *Imagem*

_____ 3a) A imagem do meu corpo e do meu rosto podem ser usadas em publicações impressas e digitalizadas, e em apresentações acadêmicas públicas.

_____ 3b) A imagem do meu corpo pode ser usada em publicações impressas e digitalizadas, e em apresentações acadêmicas públicas, desde que meu rosto não seja reconhecível.

“Eu confirmo que a pesquisadora explicou-me oralmente a natureza e os riscos envolvidos na participação deste estudo. Eu li as informações a respeito deste estudo e o formulário de permissão, e sinto-me tendo sido adequadamente informado(a), tido minhas perguntas suficientemente respondidas, além de ter tido tempo suficiente para decidir a respeito de minha participação neste estudo. Fui informado(a) de que minha participação é completamente voluntária, além de poder retirá-la, a qualquer momento, sem qualquer desvantagens de minha parte. Eu tenho, inclusive, uma cópia deste formulário.”

“Eu, abaixo assinado, concordo em participar no projeto de pesquisa *A comunicação na interação face a face*.”

_____
Assinatura do colaborador

_____
Data

_____
Nome completo do colaborador

“Eu expliquei oralmente ao voluntário a natureza, escopo e riscos deste projeto de pesquisa.”

_____
Assinatura do pesquisador

_____
Data

_____
Nome completo do pesquisador

APÊNDICE B - Normas utilizadas na transcrição da fala¹⁰⁰

OCORRÊNCIAS	SINAIS	EXEMPLOS ¹⁰¹
Superposição, simultaneidade de vozes	[]	G: que é [i::sso]
R: [eu tô um pouco]
Indicação que não houve pausa ou quebra na unidade entoacional quando a transcrição da UE não cabe na mesma linha: coloca-se um sinal de igual no final da linha e um sinal de igual no início da linha subsequente	=	R: mas cê sabe o que=
=é engraçado
Prolongamento de vogal ou consoante (quanto maior for a linha de dois pontos, maior será o prolongamento do som antecedente)	::	R: é verda:::de
Entoação enfática	MAIÚSCULA	R: AI da minha VIA::gem
Pausa	(.)
pausas inferiores ou iguais a 0.2 seg.	G: (.) cê sabe que alguma coisa cê vai perder
	(n seg.)
pausas superiores a 0.2 seg.	R: (0.5) AI:: não faz essa cara
Aumento ou diminuição de volume	↑ (aumento)
↓ (diminuição)	G: ↑NÃO ↓não mas tem gente que lembra éh bastante coisa
Volume bem baixo, sussurro	o o	G: cê vai entender muito mais vai pegar tudo °muito mais°
Respiração
(quanto maior for o número de <i>hs</i> , maior será a duração da respiração)	.h (inalação)	R: .h por mais que eu tenha andado
	h (expiração)	
Interrogação	?	G: entendeu?
Interrupção ou truncamento de unidade entoacional ou de palavra (havendo homografia, usa-se acento indicativo da tônica e/ou timbre)	-	G: acho que você não vai não vai ter tanto esse proble-

¹⁰⁰ Essas normas foram adaptadas de Jefferson (2004, p. 13-31) e Schegloff (2007, p. 265-269):

¹⁰¹ Exemplos retirados da interação da díade Rosê-Gerson.

Incompreensão de palavras ou de segmentos	()	R: eu tô um pouco:: ()
Hipótese(s) do que se ouviu	(hipótese)	G: vai (apreen- tu-)
	(hipótese / hipótese)	G: (vai / tá), alguma coisa cê vai perder
Comentários descritivos do transcritor	((minúscula))	((tossiu))
Silabação	-
1 hífen	G: é uma das primeiras viagens que vez- que cê vai fazer SO-ZI-NHA
Fáticos	ah, éh, ahn, ehm, uhm, tá, né, oh etc	G: hu:::mm, a::hh
Ação vocal e fala em co-ocorrência	{((ação vocal)) fala}	G: {((bocejou)) agora::} no caminho cê vai experi{((risada))mentando tudo((risada))} ((risada))
Números	por extenso	G: mais cê vai pegar uns noventa por cento

APÊNDICE C - Quadro-Resumo 2 dos dados selecionados para análise

Data	Tipo de Interação	Diáde/ Participante	Duração	SEGMENTO			FRAGMENTO			EXCERTO					
				N.	Início	Fim	Duração	Nome	Início	Fim	Duração	Nome	Início	Fim	Duração
Jul/ 2012	SESA	D1
(R-G)	31'15"	S2	10:00	21:10	11'10"	Viagem para a Irlanda	10:00	12:50	2'50"	Vamos falar do que?	10:00	10:15	15"
Jul/ 2012	SESA	D1
(R-G)	31'15"	S2	10:00	21:10	11'10"	Viagem para a Irlanda	10:00	12:50	2'50"	ah não faz essa cara	10:21	10:49	28"
Jul/ 2012	SESA	D1
(R-G)	31'15"	S2	10:00	21:10	11'10"	Viagem para a Irlanda	10:00	12:50	2'50"	é por isso que cé não lembra das coisas depois	12:16	12:50	38"
Jul/ 2012	SESA	D8
(I-B)	35'05"	S5	31:50	35:05	3'15"	Filme: A Nova Cinderela	33:14	35:05	1'51"	ai ela fala assim	33:30	34:36	1'04"
Jul/ 2013	SESA	D9
(Jr-JP)	23'09"	S8	16:13	17:48	1'35"	Projeto didático: ensino de géneros literários	16:13	17:48	1'35"	eu nun sei se en boto muita fé na escola pública	16:25	17:38	1'13"
Ago-
Out/ 2014	DP	D4
(L-G-EJ)	1:58'00"
"	S1	00:00	27:23	27'23"	1ª rodada de perguntas	02:00	27:23	25'23"	não entendi o teu risinho	24:06	27:23	3'17"
Jan/ 2015	SEAD	D1
(P-C-4)	23'47"	S1	00:00	08:56	8'56"	Movimento Armorial	00:00	08:56	8'56"	o Movimento Armorial vem da heráldica	00:07	01:34	56"

LEGENDA:

Tipo de interação: DP = debate político; EXP = dados experimentais; SEAD = conversa face-a-face (semi)espontânea com assunto previamente definido; SESA = conversa face-a-face (semi)espontânea sem assunto previamente definido; SET = conversa face-a-face (semi)espontânea com tarefa

Diáde/Participante: D = diáde; P = participante

Data	Tipo de Interação	Diade/ Participante	Duração	SEGMENTO			FRAGMENTO			EXCERTO					
				N.	Início	Fim	Duração	Nome	Início	Fim	Duração	Nome	Início	Fim	Duração
Jan/ 2015	SEAD	D3 (A-E)	23'17"	S2	04:01	07:51	3'50"	Movimento Armorial	04:01	07:51	3'50"	tu já deve ter ouvido falar	04:06	05:02	56"
Jan/ 2015	SEAD	D6 (E-Re)	27'23"	S2	10:23	16:08	5'45"	Movimento Armorial	10:23	16:08	5'45"	ah não é pernambucano	11:07	12:13	1'06"
Mai/ 2015	SET	D1 (Ju-Re)	30'42"	S5	04:46	06:18	1'32"	Hall de entrada	04:46	06:18	1'32"	cabide?	04:46	05:10	24"
Ago/ 2015	EXP	P1 (Diogo)	04'46"	S1	00:33	00:42	9"	Aqui	00:33	00:42	9"	Talvez essa (d)aqui	00:39	00:42	3"
Ago/ 2015	EXP	P5 (Hayar)	03'51"	S4	01:19	01:27	8"	Aqui	01:23	01:27	4"	Talvez essa (d)aqui	01:23	01:27	4"
Ago/ 2015	EXP	P9 (Nayara)	03'56"	S1	00:18	00:24	6"	Aqui	00:22	00:24	2"	Talvez essa (d)aqui	00:22	00:24	2"
Ago/ 2015	EXP	P10 (José)	02'56"	S3	01:29	01:38	9"	Aqui	01:29	01:38	9"	Talvez essa (d)aqui	01:34	01:38	4"

LEGENDA:

Tipo de interação: DP = debate político; EXP = dados experimentais; SEAD = conversa face-a-face (semi)espontânea com assunto previamente definido; SESA = conversa face-a-face (semi)espontânea sem assunto previamente definido; SET = conversa face-a-face (semi)espontânea com tarefa

Diade/Participante: D = diade; P = participante

APÊNDICE D - Convenções utilizadas para a transcrição multimodal¹⁰²

CONVENÇÕES	EXPLICAÇÕES
xxxx	Delimita as descrições das ações gestuais dos participantes, indicando a duração do movimento
----->	A ação gestual descrita continua na(s) linha(s) subsequente(s)
----->*	A ação gestual que abarca linha(s) subsequente(s) é finalizada
----->>	A ação gestual descrita continua após a finalização do excerto de fala apresentado
>>-----	A ação gestual descrita iniciou-se antes do excerto de fala apresentado
[M][m]G	A letra G indica a direção do olhar realizada pelo participante. Quando a precedemos pela letra maiúscula inicial do nome do participante, significa que o participante que realiza esta ação é o falante-corrente. Por exemplo, RG indica que a participante Rosê é a falante-corrente e realizou a ação de direcionar seu olhar.

Quando utilizamos letra minúscula, significa que quem realiza a ação é o coparticipante. Por exemplo, gG indica que o participante Gerson é o coparticipante que realizou a ação. |
[M][m]EB	Indica a movimentação das sobrancelhas
[M][m]He1	Indica a movimentação de inclinar a cabeça
[M][m]He2	Indica a movimentação de virar a cabeça
[M][m]He3	Indica a movimentação de abanar a cabeça (<i>headshake</i>)
[M][m]M	Indica a movimentação da boca
[M][m]J	Indica a movimentação do queixo
[M][m]H	Indica o gesto manual
fig.	Indica a foto daquele momento
#	Indica o exato momento no qual a foto foi extraída do programa ELAN.
~~	Indica a fase de preparação do gesto manual
****	Indica a duração do golpe do gesto manual
-.-..	Indica a fase de retração parcial ou total do gesto manual
bh	Indica que o gesto manual foi realizado com ambas as mãos
ohs	Indica que o gesto manual foi realizado com as palmas das mãos para cima
ohp	Indica que o gesto manual foi realizado com as palmas das mãos voltadas para o corpo (diagonalmente voltadas para baixo)
vp	Indica que a movimentação do gesto manual ocorreu no plano vertical

¹⁰² Essas convenções foram adaptadas de Mondada (2007, p. 222)